

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO IEE – INSTITUTO DE
ENERGIA E AMBIENTE PPGE – PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ENERGIA**

**VISÃO PRECOCE DE FUTURO, EXPANSÃO MEGALÔMANA OU
ESTRANGULAMENTO INSTITUCIONAL: Por que o terminal
receptor de Gás Natural Liquefeito (GNL) projetado pela Comgás no
litoral de São Paulo na década de 1970 não foi implementado?**

KARINA NINNI RAMOS

**Versão original
Volume 3
ANEXOS de S a Z6**

São Paulo

Maio/2021

SUMÁRIO

Anexo S – Decisão de Diretoria (DD) nº 067, de 6 de junho de 1974	1
Anexo T – Ata da 50ª reunião do Conselho Técnico Consultivo da Comgás, 20 de dezembro de 1973	3
Anexo U – Ata da 51ª reunião do Conselho Técnico Consultivo da Comgás, 24 de janeiro de 1974	6
Anexo V – Decisão de Diretoria (DD) nº 135, de 16 de outubro de 1975	10
Anexo W – Decisão de Diretoria (DD) nº 149, de 6 de novembro de 1975	12
Anexo X – Carta do presidente José Aflalo ao prefeito Reynaldo de Barros, 1980	14
Anexo Y – Carta do presidente do CNP, Oziel Almeida Costa, ao presidente da Comgás, José Aflalo Filho, 10 de dezembro de 1979	17
Anexo Z – Nota Taquigráfica da Reunião nº 56, da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, 1975	19
Anexo Z1 – Ata da 40ª Reunião do Conselho Técnico Consultivo da Comgás, de 9 de fevereiro de 1973	118
Anexo Z2 – Nota Taquigráfica da Reunião nº 30, da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, 1975	121
Anexo Z3 – Nota Taquigráfica da Reunião nº 35 da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, 1975	408
Anexo Z4 – Nota Taquigráfica da Reunião nº 51 da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, 1975	664
Anexo Z5 – Decisão de Diretoria (DD) nº 133, de 24 de junho de 1976.....	798
Anexo Z6 – Decisão de Diretoria (DD) nº 149 de 30 de dezembro de 1974	801

Anexo S

(Decisão de Diretoria) DD nº 067, de 6 de junho de 1974

DECISÃO DE DIRETORIA
DD-067/74

Contratação de Oscar Niemtschik

A DIRETORIA da COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS, após apreciar a Proposta P-007/74, em reunião realizada no dia, 06/06/74,

DECIDE:

Contratar pelo prazo de um (1) ano, pela importância de US\$ 3.000,00 (tres mil dólares), como honorários fixos, o referido Sr. para agir na Venezuela, em nome da COMGÁS, como contato necessário à concretização de acordo de compra de GNL.

06 de junho de 1.974


Flávio Musa de Freitas Guimarães
Presidente

Anexo T

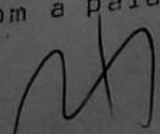
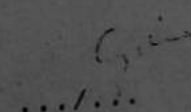
Ata da 50ª reunião do Conselho Técnico Consultivo da Comgás, 20 de dezembro de 1973

ATA DA QUINQUAGESIMA REUNIÃO DO CONSELHO TÉCNICO CONSULTIVO.

Aos vinte (20) dias do mês de dezembro de 1.973, às 14 horas, na sede da COMPANHIA MUNICIPAL DE GÁS - COMGÁS-SP., à rua Augusta, 1.600 - 9º andar, nesta Capital, reuniram-se os Srs. membros do Conselho Técnico Consultivo, Eng^{os} Flávio Luiz Felício Maroni, Nelson Gomes Teixeira, Laerte Panchel e Vicente Elmo Alexandre Brasil, sob a presidência do Eng^o Flávio Musa de Freitas Guimarães, Presidente da COMGÁS, conforme disposto nos Estatutos Sociais, art. 23, letra "b". Esteve ausente o Conselheiro Dácio Aguiar de Moraes Junior, que justificou previamente. Com a palavra o Sr. Presidente:

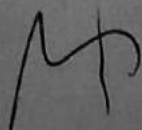
- 1 - Apresentou relatório detalhado de cada Superintendente das atividades realizadas durante o ano de 1.973;
- 2 - Comunicou aos Srs. Conselheiros que durante o corrente ano alguns fatos ocorridos foram considerados como marcos importantes para o desenvolvimento da Companhia:
 - a) a manutenção da tarifa, apesar dos constantes aumentos da matéria prima, que até setembro foi da ordem de 80% em relação a primeira aquisição de setembro de 1.972;
 - b) a paralização das compras de carvão importado e nacional, pois possuímos um estoque de segurança até o encerramento das atividades da Usina de carvão;
 - c) a compra das unidades cíclicas para preencher um intervalo necessário de, mais ou menos dois anos, até a instalação da unidade de gás natural substituto e para suprir a desativação da usina de carvão;
 - d) o início da construção do anel de alta pressão constantes dos planos da COMGÁS desde a retomada pela Prefeitura dos serviços de distribuição de gás;
 - e) a assinatura de contrato de concessão com vários municípios, passo importante para conquista de novos mercados e como preparação para o recebimento do gás natural.

Com a palavra o Conselheiro Nelson Gomes Teixeira:

desigualdade com os outros derivados. Em parte, o Conselheiro Laerte Penchel informou que foi dado ao Conselho o poder de taxar entre o mínimo e o máximo previstos no Decreto e o Plenário do Conselho taxou em cerca de 1% a nafta para produção de gás. Novamente com a palavra o Sr. Presidente: 4) comunicou que recebemos oficialmente a informação da decisão do Conselho Nacional do Petróleo autorizando a COMGÁS e a CEG-GB a negociarem o gás natural liquefeito diretamente e solicitarem ao CPA as isenções necessárias. Nesse sentido, durante a última viagem que fez à Brasília, aproveitando a apresentação do Dr. Maroni a seu primo, o Conselheiro Rubens Ricupero, que é Chefe do Departamento Cultural do Itamarati, manteve contatos com o Chefe do Departamento Econômico do Ministério de Relações Exteriores, o qual tem participado de todas as missões brasileiras no exterior sobre negociações de óleo, ocasião em que se discutem, também, problemas de gás. Após fazer uma exposição sobre os planos de expansão da COMGÁS, em particular, e os planos do gás canalizado no Brasil, em geral, solicitou o auxílio do Itamarati nessas negociações preliminares de GNL que agora serão intensificadas com a oficialização dessa decisão do CNP. A seguir, conforme foi programado e acertado na reunião anterior, foram exibidos os seguintes filmes: "A Chama do futuro", "Dez anos de progresso" e "Gás canalizado - o combustível da metrópole Moderna". Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Flávio Musa de Freitas Guimarães (a.a.)
Flávio Luiz Felício Maroni
Dácio Aguiar de Moraes Junior
Nelson Gomes Teixeira
Laerte Penchel
Vicente Elmo Alexandre Brasil



Anexo U

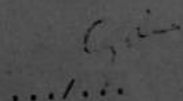
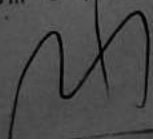
Ata da 51ª reunião do Conselho Técnico Consultivo da Comgás, 24 de janeiro de 1974

ATA DA QUINQUAGESIMA REUNIÃO DO CONSELHO TÉCNICO CONSULTIVO.

Aos vinte (20) dias do mês de dezembro de 1.973, às 14 horas, na sede da COMPANHIA MUNICIPAL DE GÁS - COMGÁS-SP., à rua Augusta, 1.600 - 9º andar, nesta Capital, reuniram-se os Srs. membros do Conselho Técnico Consultivo, Eng^{os} Flávio Luiz Felício Maroni, Nelson Gomes Teixeira, Laerte Panchel e Vicente Elmo Alexandre Brasil, sob a presidência do Eng^o Flávio Musa de Freitas Guimerães, Presidente da COMGÁS, conforme disposto nos Estatutos Sociais, art. 23, letra "b". Esteve ausente o Conselheiro Dácio Aguiar de Moraes Junior, que justificou previamente. Com a palavra o Sr. Presidente:

- 1 - Apresentou relatório detalhado de cada Superintendente das atividades realizadas durante o ano de 1.973;
- 2 - Comunicou aos Srs. Conselheiros que durante o corrente ano alguns fatos ocorridos foram considerados como marcos importantes para o desenvolvimento da Companhia:
 - a) a manutenção da tarifa, apesar dos constantes aumentos da matéria prima, que até setembro foi da ordem de 80% em relação a primeira aquisição de setembro de 1.972;
 - b) a paralização das compras de carvão importado e nacional, pois possuímos um estoque de segurança até o encerramento das atividades da Usina de carvão;
 - c) a compra das unidades cíclicas para preencher um intervalo necessário de, mais ou menos dois anos, até a instalação da unidade de gás natural substituto e para suprir a desativação da usina de carvão;
 - d) o início da construção do anel de alta pressão constantes dos planos da COMGÁS desde a retomada pela Prefeitura dos serviços de distribuição de gás;
 - e) a assinatura de contrato de concessão com vários municípios, passo importante para conquista de novos mercados e como preparação para o recebimento do gás natural.

Com a palavra o Conselheiro Nelson Gomes Teixeira:



3 - Informou que o Prefeito de São Bernardo do Campo solicitou sua colaboração à Companhia de Desenvolvimento daquele município. O Sr. Presidente informou que apesar de São Bernardo já ter firmado o contrato, esse relacionamento é muito importante porque o projeto daquele município está concluído e é necessário implantá-lo. Ainda com a palavra o Sr. Presidente:

4 - Referiu-se aos projetos que estão prontos e que são: São Bernardo, Santo Amaro, Osasco, Guarulhos, Jacareí, São José dos Campos e Mauá. Outros, como de Taubaté, Pindamonhangaba, Santo André e região da Mogi/Suzano/Poá, encontram-se em andamento.

O Conselheiro Flávio Luiz Felício Maroni pediu esclarecimentos a respeito desses projetos, indagando se são de produção e distribuição ou em que consistem, em linhas gerais. O Sr. Presidente respondendo à pergunta, informou que os projetos foram contratados especificamente para cada caso. Em cada um, adotamos uma política diferente em função de estar próximo ou não do anel de alta pressão. Para todos eles se adotou como premissas que a distribuição ia ser feita utilizando a técnica mais atualizada possível, isto é, rede de média pressão a 60 libras e projetada para trabalhar com gás de alto poder calorífico. Em alguns deles, esse gás de alto poder calorífico seria fornecido pelo anel, como são os casos de Osasco, Santo Amaro, São Bernardo do Campo e Guarulhos. A rede será lançada visando atender os grandes consumidores da região, principalmente os industriais e em torno desse núcleo se desenvolve uma pequena rede de distribuição domiciliar para posteriormente ampliar essa rede, porem toda ela dimensionada em função da ocupação do solo, perspectivas de expansão, etc., tudo isso devidamente integrado dentro do projeto que foi desenvolvido pelo Consórcio STONE & WEBSTER - ENGEVIX de comercialização de gás na região de São Paulo. Para outras localidades situadas longe do anel como acontece com São José dos Campos e Jacareí, estão previstas instalações de Unidades de GLP - AR abastecendo a região, produzindo gás natural substituto, portanto, pronta para receber o gás natural. Continuando, o Sr. Presidente:

5 - Comunicou que um evento que merece destaque especial, foi a visita dos membros do Conselho Nacional de Petróleo e do Grupo

..../....

do Gás à COMGÁS, durante dois dias. No primeiro dia conversamos à respeito da crise energética e houve a exibição de dois filmes. No dia seguinte, pela manhã, apresentamos os planos da COMGÁS e após debates com os visitantes, foram exibidos mais dois filmes. No período da tarde, houve visita à Usina e às obras de assentamento de rede.

- 6 - Deu conhecimento que recebeu do Conselho Nacional de Petróleo autorização tácita e que porém será confirmada em reunião plenária, para a COMGÁS e a CEG negociarem diretamente a obtenção de gás natural liquefeito. Assim, no princípio do mês, os Diretores Anibal Hamam, Luigi Máximo Giavina Bianchi e o Conselheiro Nelson Gomes Teixeira estiveram na Nigéria, participando da Feira Brasileira em Lagos desenvolvendo contatos para verificarem as possibilidades de compra de GNL.

Finalizando o Conselheiro Nelson Gomes Teixeira:

- 7 - Fez uma exposição de sua visita à Nigéria, principalmente dos contatos desenvolvidos e da intenção do Governo de aproveitar de qualquer forma o gás natural liquefeito, esclarecendo porém que, esses projetos apenas serão exequíveis a médio e longo prazo.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião. São Paulo, 20 de dezembro de 1.973.

(a.a.) Flávio Musa de Freitas Guimarães
 Flávio Luiz Felício Maroni
 Nelson Gomes Teixeira
 Laerte Penchel
 Vicente Elmo Alexandre Brasil

Anexo V

(Decisão de Diretoria) DD nº 135, de 16 de outubro de 1975

57

DECISÃO DE DIRETORIA
DD-135/75


Contrato Engevix/Stone & Webster

A DIRETORIA da COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS, após apreciar a Proposta SEP-008/75, em reunião realizada no dia 16/10/75,

DECIDE:

Considerar prejudicada desde que suspensos os trabalhos e estudos concernentes ao terminal de São Sebastião.

16 de outubro de 1975


Evandro Figueira Paiva
Presidente

Anexo W

(Decisão de Diretoria) DD nº 149, de 6 de novembro de 1975

DECISÃO DE DIRETORIA
DD-149/75



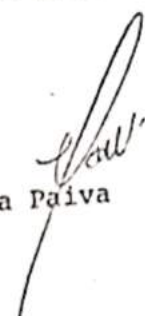
Cancelamento de Tomada de Preços

A DIRETORIA da COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS, após apreciar a Proposta P-017/75, em reunião realizada no dia 06/11/75,

DECIDE:

Aprovar o cancelamento de Tomada de Preços para fornecimento de tanques criogênicos, em Santos e/ou São Sebastião, devolvendo-se, as propostas apresentadas, no mesmo estado em que foram recebidas, bem como, as cauções fornecidas.

06 de novembro de 1975


Evandro Figueira Paiva
Presidente

ek

Anexo X

Carta do presidente José Aflalo para o prefeito Reynaldo de Barros, 1980

OF.P.025/80

11 de março de 1980

Senhor Prefeito

Com referência ao terreno da COMGÁS de São Sebastião devemos esclarecer o seguinte:

O terreno foi comprado pela empresa pela importância de Cr\$12.104.280,00, em parcelas quitadas nos anos de 1975, 1978 e 1979.

Este valor corrigido para 1979 seria de Cr\$ 39,5 milhões, sem se levar em conta a valorização imobiliária.

Este terreno estava inserido num plano de ampliação da COMGÁS e nele seria construído um terminal para recebimento de gás natural, distribuindo para São Paulo, interligando com o Rio de Janeiro.

Tendo a COMGÁS desistido deste projeto, o terreno ficou como uma arma do Estado de São Paulo no caso de execução da política nacional de gás hoje preconizada tanto no Ministério de Minas e Energia, como pela Comissão Nacional de Energia, presidida pelo Digníssimo Vice Presidente da República Doutor Aureliano Chaves.

Nas diretrizes para a política Nacional de gás combustível que a COMGÁS entregou aos órgãos acima enumerados estão citados nos seguintes trechos, o referido terreno:

Na página 11 destacamos o seguinte período:

" Visando atender o grande pólo consumidor situado no eixo Rio-São Paulo, a localização de um terminal de recebimento de GNL deverá situar-se obrigatoriamente nessa área, destacando-se os portos de São Sebastião e Angra dos Reis, ambos bem abrigados e permitindo entrada de navios de grande porte. Cabe destacar que a COMGÁS já possui área de 14 alqueires em São Sebastião, própria para implantação desse terminal ".

.../.

OF.P.025/80

fl. 2

Nas recomendações constam as seguintes trechos:

- Construção de um terminal criogênico em São Sebastião, para recebimento de gás natural liquefeito (GNL) importado. Este terminal no futuro poderia servir como pulmão para atendimento aos consumos de pico e situações de emergência, podendo estocar o gás produzido ou recebido de outras fontes, através de uma instalação de liquefação.
- Interligação, por gasoduto, desse terminal com o pólo consumidor de São Paulo, ou mesmo Rio de Janeiro e Belo Horizonte, possibilitando a utilização do gás natural nos grandes centros consumidores em complementação ao gás atualmente distribuído, o qual poderia ser substituído paulatinamente por gás de alto poder calorífico.

Deste modo Senhor Prefeito, até que se resolva em âmbito nacional a política de gás, não nos parece conveniente a cessão ou venda do referido terreno. Pois caso contrário, as autoridades federais localizariam esta parte importante do plano nacional em outro Estado da federação, o que resultaria um prejuízo para o nosso Estado.

Juntamos ao presente duas cópias de desenhos de publicação " Sources of LNG for Brazil " mostrando a importância do Terminal Criogênico de São Sebastião.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os nossos protestos de mais alta estima e consideração, subscrevendo-nos

Mui atenciosamente

Engº José Aflalo Filho
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Doutor Reynaldo E. de Barros
D.D. Prefeito do Município de São Paulo
São Paulo - SP

Anexo Y

Carta do presidente do CNP, Oziel Almeida Costa, ao presidente da Comgás,
José Aflalo Filho, 10 de dezembro de 1979

CONFIDENCIAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

OFÍCIO CNP-DIPLAN/COTEGÁS Nº 194/79. Em, 10 de dezembro de 1979

DO Presidente do CNP

ENDEREÇO : SGAN - Q/603 - Módulos H-I-J

AO Sr. Presidente da COMGÁS


ASSUNTO : Economia de nafta

Sr. Presidente:

Em face das conhecidas dificuldades por que passa o Brasil para manter em níveis satisfatórios as importações de petróleo, é de prever-se possa vir a impor-se a necessidade de restringir ainda mais o consumo do óleo e de produtos dele derivados.

2. Em vista disto, esta Presidência solicita a V. Sa. informar, no prazo de 15 dias, que alternativas julga viáveis para que seja mantido o atendimento das necessidades de cocção de alimentos nas áreas da cidade de São Paulo atendidas pela COMGÁS, no caso de redução de 10% a 50% no abastecimento de nafta a essa Companhia.

3. Ao ressaltar o caráter CONFIDENCIAL deste documento, aproveito o ensejo para manifestar a V. Sa. protestos de estima e elevada consideração.


OZIEL ALMEIDA COSTA
PRESIDENTE

Ao Senhor
Dr. José Aflalo Filho
Presidente da COMGÁS
Rua AUGUSTA, 1600 - São Paulo-SP

CONFIDENCIAL

194/79

Anexo Z

Nota Taquigráfica da Reunião nº 56 da Comissão de Minas e Energia da
Câmara dos Deputados, 1975

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação Coordenação de Registro Taquigráfico de Debates Seção de Controle dos Registros em Comissão 21.4805 - Ramal 443	REGISTRO Nº 56 / 75
---	------------------------

COMISSÃO:

MINAS e ENERGIA

CONVIDADO:

LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI

QUALIFICAÇÃO DO CONVIDADO:

Pres. DA CIA. DE GÁS DE SÃO PAULO

em anexo.

fil

56/75

nice 5/6/75

FITA 7A

1/1

O SR PRESIDENTE ^{Deputado} ~~(Lysâneas Maciel)~~ ^{Srs. Deputados,} ~~que~~ ainda não temos

número legal para início da reunião em face de haver dois Ministros ~~presentes aqui~~ hoje depondo nas outras Comissões. ~~mas~~ Como

(já se encontra na Casca) → COMGÁS

Sr. Presidente da ~~COMGÁS~~ e vários parlamentares têm problemas de tempo, vamos ~~começar~~ ^{iniciar novos trabalhos.} ~~esta reunião~~ Devo informar aos senho-

res que o Sr. Presidente da ^{COMGÁS} ~~Comgás~~ Sr. Luigi Massimo La Giaviná

Bianchi, ~~presente neste momento~~, não trouxe ~~uma~~ exposição completa sobre a matéria que vai expor. ^{Da mesma forma,} ~~mas~~ o Sr. Presiden-

te do CNP só entregou a palestra a esta Comissão após a reunião.

De maneira que me desculpo com os Srs. Deputados, porque foi ^{Mais} uma fa-

lha da nossa própria organização, do que propriamente dos ilustres palestrantes que aqui vêm. ^[O Presidente da COMGÁS] ~~ela~~ vai expor aqui os motivos ~~os~~

por que sua empresa,

~~Comgás~~, companhia mista, teve problemas com a extensão da sua rede de gás durante ^{os} ~~esses~~ últimos anos, ~~e portanto, como estamos~~

~~Estamos interessados em~~
querendo fazer um levantamento geral dos problemas de gás no País,
especialmente ^{no que se refere à} ~~com~~ infiltração estrangeira no setor, ~~especialmen-~~
~~te também~~ No que tange à proteção do consumidor, estamos levan-
tando uma série enorme de documentos na qual se esclarece que
muitas vezes os preços estabelecidos são políticos, conforme de-
poimentos aqui prestados. De qualquer forma as conclusões ^{ões} definiti-
va ainda não ~~est~~ ^{foram} formulada por esta Comissão. Hoje, a presença da
~~CONGAS, na pessoa~~
~~CONGAS, através~~ do seu ilustre presidente, tem ^{por} ~~o~~ objetivo ~~de ser~~ ^{esclarecer}
~~a Comissão~~
quais ~~são~~ as dificuldades ^{que surg} ~~da~~ empresa mista, ^{portanto,} ~~com~~ ^{participação} ~~interferência~~
da Poder Público, ~~mais são as dificuldades~~ que estaria enfrontan-
do também no setor de sua expansão. ^{S. Sa.} ~~de~~ ^{portanto,} ~~este~~ logo de-
pois de uma breve introdução sobre os objetivos da ~~Comissão~~ ^{CONGAS,} ~~estiver~~
~~sobre essa~~ ^a luta que se desenvolveu e o trabalho que está ~~desenvol-~~ ^{realizando}
~~endo~~ na área do ~~Grande~~ São Paulo, ^{estará} pronto a responder a perguntas
sobre a matéria. [Sem maiores delongas, apresento aos Srs. Deputa-
dos o Sr. Luigi Massimo ^{Fiaviana} Bianchi, que por sugestão de Deputado ^{por} ~~de~~

São Paulo, foi trazido a esta Comissão para prestar depoimento para as conclusões finais a respeito do problema de gás, que interessa, como todos sabem, a 70 milhões de brasileiros. Com a palavra o Sr. Luigi Máximo ^{Giavina} Bianchi.

CONVITADO

O SR ~~LUIGI MÁXIMO~~ ^{GIAVINA} BIANCHI - Agradeço a oportunidade ^{convite para} de ~~se apresentar~~ prestar as informações com as quais a COMGÁS possa contribuir para a solução do problema mais do que de gás

~~de~~ de energia no Brasil. A ~~Comgás~~ ^{COMGÁS} ~~é uma empresa que~~ surgiu de um ~~problema~~ ^{planejamento} nacional em termos energéticos. Apesar de ter mais de 110 anos, ~~em~~ ^{passou por difícil} uma fase ~~de~~ ^{o ano de 1966,} até ~~os~~ ^{mas ou menos,} quando era uma firma particular, ~~sem plano~~ ^{sem novos planos} de expansão, com ~~clientes~~ ^{seu} de ~~clientes~~ ^{clientes} decrescente. Com a ~~explosão~~ ^{ocorrência da} do Gasômetro de Santos, a COMGÁS, que era ^{de São} proprietária das companhias de Santos e de São Paulo, devolveu

à municipalidade de São Paulo os serviços O prazo de concessão já ~~havia~~ ^{he} ~~se~~ ^{então} esgotado e ela apenas vinha, ^{apenas} a título de colaboração, com a Prefeitura, mantendo a distribuição ^{do gás} ~~desse serviço.~~

A prefeitura ^{diante do dilema se continuava o fornecimento do gás canalizado,} tendo em problema a resolver, consultou todas as entidades reguladoras da matéria a nível nacional. O próprio Conselho Nacional do Petróleo ^{a m. a continuar.} incentivou ~~no~~ Não houve na época ^{Como} ~~uma~~ ^{nos} (há ainda hoje, sombra de dúvida quanto à necessidade de gás canalizado nas grandes metrópoles. ~~Dizemos assim para grandes metrópoles, grandes cidades.~~ A situação era ^{precária.} ~~caótica.~~ Há mais de 20 anos, sem investimentos sensíveis, a Companhia praticamente ^{vinha} se mantendo com ^{na base} tarifas de custo mais lucro, tão-somente, sem olhar ^{o aspecto da} para a competitividade do mercado. ~~atendendo clientes.~~ ^{Então} a primeira medida ^{destada} foi ^{de} a redução drástica dos custos. Empreendeu-se nos primeiros anos a substituição do sistema de produção de gás de ~~carvão~~ destilação de carvão, ^{pelo do} ~~para~~ gás de nafta. Foi ^{importado} ~~importado~~ na época o que havia de mais moderno, ^{mas} mas ^{era} era tão-somente ^{uma} a primeira fase. Há 110 anos, quando foram ^{implantados} ~~fundados~~ os serviços de gás ^{em} ~~de~~ São Paulo, em nada eles diferiam dos que existia ^{em} nas outras metrópoles do mundo. ^{Isa} ~~Isa~~ a situação era a mesma em 1966. ~~mesma situação não ela em 66.~~

Assim, os nossos primeiros problemas foram resolvidos, ^{com} ~~tais como~~
 a redução dos custos de produção. Pensou-se em equacionar os
 problemas a nível energético. A ^{COMGÁS} ~~COMGÁS~~ é uma alternativa energé-
 tica em plano nacional. Não só energético, ² mas também em termos
 de matéria-prima para o fabrico ³ de petroquímico, ^{além de} ~~também uma~~
 alternativa para insumos industriais, tais como ^{reductor} para
 minério de ferro, talvez ^{um dos} ~~os~~ mercados mais ^{consumidos de} ~~produtivos para~~
 o gás. ^{Ela é a} maior contribuição que o gás pode dar ao Brasil.

Agradecendo a apresentação e as palavras iniciais, tenho a dizer
 que a ^{COMGÁS} ~~COMGÁS~~ nunca aceitou, e não aceita, uma posição ~~de~~ polêmica
 com o GLP. ^{Somos,} ~~Porém,~~ inclusive, mais do que uma alternativa energé-
 tica, ^{como disse,} também uma alternativa ^{do setor} na base de matérias-primas ~~de~~ pe-
 troquímico. ^{Essas matérias-primas} ~~que~~ podem ser muito barateadas com o gás natural.
^{Somos,} ~~também,~~ ^{uma} alternativa na ^{área} ~~parte~~ de insumos, deslocando outros pro-
 dutos importados, como é o caso do carvão. Felizmente o Brasil
 já conta com uma larga tecnologia no setor siderúrgico, ~~como~~

^{implantada}
~~De importação~~ há mais de 30 anos ~~de siderurgia~~ no País . Há pes-
soas ^{através de} ~~em~~ trabalhos, que ~~proam,~~ que importar gás para reduzir mi-
nério de ferro é muito mais poupador de divisas do que importar
carvão. ~~Qual seja o carvão importado~~

O carvão importado produz o coque, ~~o qual~~ redutor de altos fornos e deixa um excedente de gás, que é queimado tão-somente para gerar energia elétrica. Essa energia elétrica ainda hoje no

Brasil é ~~abundante~~ ^{abundante}. De modo que, ^{Como} alternativa, ~~o gás~~ ^{o gás} nos daria uma economia de divisas, ^{sendo em vista} ~~o aspecto de~~ que só seria importado o redutor. Esse assunto está sendo seriamente tratado. Nos

varios congressos ^{sobre siderurgia} ~~que os~~ ^{senhores} devem ter acompanhado, ~~os~~ ^{promovidos pela}

~~Associação Brasileira de Metais~~ e ~~o~~ Instituto Brasileiro de Siderurgia, há varios trabalhos sobre esse ~~assunto~~ ^{tema}

~~é~~ ^é um dos grandes mercados ^{para} ~~que a~~ ^{esta} COMGÁS. ~~em~~ De modo que foi

uma diretriz: equiparar a ~~Companhia~~ ^{mais} ~~ao~~ que existe de moderno no

~~resto do mundo~~ ^{setor, no}. De início vimos que tão somente ao ~~Município~~ ^{Município} de

São Paulo era inviável fazer essa expansão. ^{De modo que} ~~entamos~~ ^{por}

concessão de um maior número de municípios. Hoje, temos, praticamente todos os municípios ^{próximos da Capital} ~~de São Paulo~~ e outros, ^{da} ~~como~~ área geo-

econômica ligada a São Paulo. ^{foi} Isso ditado pela tecnologia ~~que~~

indústria do gás hoje oferece. Temos concessão de exclusivada-
 de em cerca de 50 municípios do Estado de São Paulo. Um dos pon-
 tos fundamentais da ~~na~~ planejamento nacional do gás, os ~~se~~ ^{senhoras} sa-
 bem, é ~~o problema~~ ^{o aspecto} de prevenção ambiental, de conservação do so-
 lo, problema de erosão, ~~problema~~ ^{tipo de} de desmatamento. Há dois desma-
 tamento: o racional ^{o plantio} ~~que é planejado~~ para depois ser co-
 lhido ^{pelo qual} ~~que é~~ simplesmente ^{se colhe} ~~colhida~~ podemos dizer, quase
~~pedratoricamente.~~ ^{Contra este} ~~o~~ ^{tecnicismo em} ~~o~~ ^{no âmbito} ~~o~~ ^{propuseram} ~~o~~ ^{um}
 plano de energia, Hoje, cerca de 30% da energia consumida no Bra-
 sil ainda é de lenha. Não tenho ⁷ ~~o~~ ^{números}, mas sou levado a crer
 que ^{uma} ~~a~~ ^{maior} ~~parte~~ ^{das} desses 30% não ^{há} ~~é~~ uma utilização racional de le-
 nha, ² ~~mas~~ ^{um} ~~sim~~ ^{mero} ~~o~~ ^{de} ~~desmatamento.~~ Isso traz problema ^{sérios} ~~de~~ in-
 dice pluviométrico, ~~problema~~ ^{de} ~~de~~ ^{erosão,} ~~o~~ ^{para} ~~as~~ ^{gerações} ~~fu-~~
 turas, problemas sérios de viabilidades de utilização desses terri-
 tórios a custos razoáveis. Um outro problema que a CONGÁS equa-
 cionou foi o de importação. Muito se diz que a indústria ^{nacional} ~~deve~~

competir no exterior. Muito se tem feito. ^{nessa parte de} Muitos incentivos se
 tem dado. Mas se a indústria nacional não tiver os custos de pro-
 dução compatíveis com os ~~custos de produção de condôneres~~ ^{de} ou-
 tros países, teremos, de início, uma desvantagem para a exportação.

^{ênfase é o da importação de}
 Outro ~~aspecto é o de exportar gas, não se preocupando com~~ outro, ~~em~~
^{o da abertura}
~~como com a abertura de mercados.~~ Estão nos visitan-
 do uma delegação da Nigéria. Saberemos quais seus planos. ~~de~~

^{Para aquele país}
~~de xique de escravos~~ ^{enfim} voltaram parte dos escravos que con-
 tribuíram com o desenvolvimento nacional. ^{de sorte que é} ~~durante o qual~~ ^é mui-
 to aberta, ~~inclusive~~, inclusive, culturalmente, ao Brasil. A CONGÁS já es-
 teve na Nigéria. ~~as~~ Outras empresas ~~que~~ ^{elas} também estiveram, ~~interessa~~

~~as~~. A receptividade é muito grande. Então, mais do que ~~o~~ a im-
 portação de gas, ^{este} ~~que~~ pode ser ^{também um} enfoque; ~~de~~ ~~de~~

~~o~~ ~~se~~ ^{Por outro lado,} abertura de um grande mercado. ^{de} a diversificação das
 fontes energéticas do País, ~~em~~ a nível nacional, não deve
 ser menosprezada. ~~com~~ Quero dizer que a CONGÁS não se é uma em-

M

presa que ~~de~~ aja sozinha nesse assunto. Temos um Conselho Técnico Consultivo, formado e dirigido pelo presidente da COMGÁS e composto de ~~um~~ ^{Mm} elemento da PETROBRAS, ~~de~~ ^{por} indicação do seu presidente, um elemento do Conselho ~~Nacional~~ ^{Nacional} do Petróleo, indicado ~~também~~ ^{desse órgão,} pelo ~~seu~~ presidente um elemento da Federação das Indústrias de São Paulo, indicado por sua diretoria, e um elemento do Governo do Estado, indicado pelo Governador do Estado de São Paulo, um elemento da municipalidade de São Paulo, basicamente representando os pequenos consumidores. Então, a COMGÁS participa ~~desse~~ ^{do} esforço nacional de conservação de florestas, ~~o~~ ^o que possibilitamos ~~o~~ uma interiorização do GLP. É sabido de todos que 80% do GLP ~~vendido~~ ^é ~~se fabrica~~ ^{se fabrica} em cidades com mais de 50 mil habitantes, ~~entre as quais~~ ^{entre as quais} ~~também deve ser o conhecimento~~ ^{também deve ser o conhecimento} ~~de 70%~~ ^{de 70%} ~~de vendas~~ ^{de vendas} em cidades com mais de 100 mil habitantes, ~~também~~ ^{também} ~~na interiorização~~ ^{na interiorização} ~~que são~~ ^{que são} ~~os pontos~~ ^{os pontos} nas Capitais. ~~com~~ ^{55%}

~~o planejamento nacional~~ entendemos que, a menos que haja uma oferta maior do que a demanda, não há planejamento possível ^{a nível nacional}. É tocar a máquina ^{a toda.} ~~a toda.~~ A achamos que à medida que há mais oferta, há mais alternativas ~~que~~ ~~para~~ necessidades. ~~O planejamento nacional~~

~~o planejamento~~ ^{Amim, um} ~~é~~ ^{é otimizado} ao longo da vida econômica do País, das necessidades e das conveniências, ^{nível} ~~a nível~~ ^{setores que} ~~nacionais~~ são atendidos pelos vários mecanismos de incentivos de preços. Há várias ^{fontes de composição de} ~~fontes para a~~ solução ótima para o País. De modo que ~~existe aqui~~ ^{existe aqui} uma grande particularidade, não de concorrência, mas de complementações ^{então} dos dois sistemas de energia: o canalizado e o botijão. O de botijão é de mais fácil transporte, de mais fácil armazenamento, de utilização que pode ser eventual. Ele necessita de muito pouco investimento, como é sabido de todos os ^{senhores,} ~~os~~ tanto para a comercialização quanto para o consumo. Exclui, de propósito, a produção, ~~porque~~ ~~isso~~ ^{isso} é um subproduto ~~do~~ ~~do~~ ~~do~~ ~~do~~ ~~do~~ de ~~do~~

destilação de ~~xx~~ petróleo. É tão somente ^{uma} ~~uma~~ fase de ~~coqueamen-~~
to. Quer dizer que ^{nem} ~~isso~~ é toda a destilação de ~~o~~ petróleo ^{resulta} necessa-
riamente ^{em} ~~do~~ GLP. A produção de GLP é limitada no País. É ^{afens} ~~isso~~
~~apenas~~ 4% do bruto que utilizamos. De modo que é uma parcela
muito limitada. Por outro lado, a utilização do gás canalizado
exige investimentos maciços, ~~xxxx~~ pesados. ~~e~~ Em compensação,
tem um custo de ^{operações} ~~operações~~ extremamente barato.

~~Este e o preço muito baixo.~~ Substitui-se ^a ~~a~~ força me-
 ramente humana, ~~de~~ força muscular ^{Ve} ~~de~~ carregar ^{botijas} ~~as~~ de um
 lado para o outro, subir escadas ^{até} ~~até~~ porque ^{em} ~~em~~ muitos prédios evita-se
 a subida pelo elevador ~~por isso~~ uma série de inconvenien-
 tes, que poderemos depois detalhar, se for o caso. O gás cana-
 lizado tem essa grande vantagem. Tem um custo unitário baixo,
^e ~~mas~~ um investimento muito elevado. Presta-se para distribuição
 em ^{grandes} concentrações urbanas ~~onde~~ ^{Contudo,} e é desejo ~~desta Comissão~~
 que a ^{percentagem} ~~proporção~~ de 55% de GLP ^{vendidos} ~~nas~~ Capitais, venha a di-
 minuir. ~~Isso se refere~~ ^{não faz sentido} à comercialização de GLP
^{ao} ~~do~~ contrário, ^{há} ~~há~~ um aumento ^{de sua eficácia} ~~na comercialização~~ ^e ~~é~~ sabi-
 dō que, à medida que aumentam os custos de distribuição, aumen-
 ta ^{ndo} a área geográfica, e também aumentará a margem que essas
 companhias têm de comercialização, e o negócio, como um todo,
 cresce. Antes ^{do debate} ~~do debate~~, gostaria de esclarecer uns ^{outros} ~~pontos~~,
 mas, como foi dito na apresentação, não trouxe ^{muito} ~~meio~~ preparado.
 Prefiro colocar-me à disposição para verificar de que maneira
 posso ser mais útil a esta Comissão. Outro dado que acho impor-
 tante é ^{sobre} ~~o~~ excedente de GLP. Isto não existe. Há sempre
~~uma~~ necessidade de adaptação da oferta do GLP, que não é con-

ocorre ^{gradativamente,} ~~o~~ ~~processo~~ ~~de~~ ~~refina-~~ ~~rias~~ ~~que~~ ~~vão~~ ~~entrando~~ ~~em~~ ~~o~~ ~~processo~~ ~~de~~ ~~produção.~~ ~~A~~ ~~d~~ ~~demanda,~~ ~~que~~ ~~cresce~~ ~~de~~ ~~uma~~ ~~forma~~ ~~mais~~ ~~contínua.~~ . Pode haver ~~os~~ ~~problemas~~ ~~temporários~~ ~~de~~ ~~super~~ ~~av~~ ~~it,~~ ~~mas,~~ ~~em~~ ~~termos~~ ~~de~~ ~~pendência,~~ ~~não~~ ~~existem.~~ ~~os~~ ~~dados~~ ~~do~~ ~~IBGE~~ ~~referentes~~ ~~ao~~ ~~censo,~~ ~~admitindo-se~~ ~~a~~ ~~existência~~ ~~de~~ ~~108~~ ~~milhões~~ ~~de~~ ~~habitantes~~ ~~em~~ ~~1~~ ~~980,~~ ~~124~~ ~~milhões~~ ~~de~~ ~~habitantes~~ ~~hoje.~~ ~~as~~ ~~estimativas~~ ~~de~~ ~~sobra~~ ~~de~~ ~~GLP~~ ~~desaparecem.~~ ~~Todos~~ ~~conhe-~~ ~~cem~~ ~~o~~ ~~cuidado~~ ~~com~~ ~~que~~ ~~é~~ ~~feito~~ ~~o~~ ~~planejamento~~ ~~da~~ ~~PETROBRÁS,~~ ~~em~~ ~~termos~~ ~~de~~ ~~refino.~~ ~~é~~ ~~desnecessário~~ ~~dizer~~ ~~que~~ ~~não~~ ~~há~~ ~~investimen-~~ ~~to~~ ~~inútil~~ ~~a~~ ~~nível~~ ~~de~~ ~~refino.~~ ~~Se~~ ~~é~~ ~~feito,~~ ~~é~~ ~~porque~~ ~~é~~ ~~necessá-~~ ~~rio~~ ~~e~~ ~~acompanha~~ ~~as~~ ~~melhores~~ ~~expectativas~~ ~~de~~ ~~crescimento~~ ~~da~~ ~~d~~ ~~demanda.~~ ~~Como~~ ~~primeira~~ ~~apresentação,~~ ~~d~~ ~~aria~~ ~~por~~ ~~concluída~~ ~~a~~ ~~colo-~~ ~~cação~~ ~~do~~ ~~problema.~~ (Palmas)

O SR PRESIDENTE (Deputado Lyssâneas Maciel)

Os Srs. Deputados sabem que ~~a~~ ~~reunião~~ ~~de~~ ~~hoje~~ ~~será~~ ~~um~~ ~~pouco~~ ~~mais~~ ~~curta,~~ ~~no~~ ~~entanto,~~ ~~não~~ ~~foi~~ ~~por~~ ~~isso~~ ~~que~~ ~~a~~ ~~ex~~ ~~planação~~ ~~do~~ ~~Sr.~~ ~~Presidente~~ ~~da~~ ~~COMGAS~~ ~~foi~~ ~~assim~~ ~~breve.~~ ~~S.Sa.~~ ~~deseja~~ ~~ficar~~ ~~à~~ ~~disposição~~ ~~dos~~ ~~Srs.~~ ~~Deputados~~ ~~para~~ ~~responder~~ ~~a~~ ~~quaisquer~~ ~~perguntas.~~ ~~O~~ ~~convite~~ ~~foi~~ ~~encaminhado~~ ~~a~~ ~~S.Sa.~~ ~~através~~ ~~da~~

Presidência da Câmara, com o sentido ~~de~~ principalmente ~~de~~ ^{de conhecer}

~~a~~ ^a problemática do fornecimento de gás ~~em~~ ^{através de} botijões ou de

forma canalizada, e as dificuldades que uma ~~empresa de~~ ^{companhia mista onde há}

participação do Poder Público ~~na~~ ^{no} serviço de gás canalizado

teria encontrado ~~em~~ ^{na} área de São Paulo. ~~é~~ ^{é o tema}

ta do ofício, ~~isto~~ ^{quer} dizer, ~~o~~ ^o assunto pode ser ~~abordado~~ ^{abordado}

Não sei se ~~o~~ ^{S.Sa. participou da administração anterior da Supr}

~~o~~ ^{podrá} ~~prestar~~ ^{prestar} esclarecimentos valiosos, ~~pois~~ ^{pois} está a par das dificuldades encontra-

das ~~na~~ ^{por aquela} administração, ~~as~~ ^{os} Deputados, prin-

cipalmente os que vão viajar e se inscreveram, poderão iniciar

fazendo as perguntas. Concedo a palavra ao Deputado José Macha-

do.
O SR DEPUTADO JOSE MACHADO - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, Sr. Presidente da Companhia de economia mista COMGÁS,

no início de sua exposição, V. Sa. nos deu a notícia de que a

COMGÁS surgiu de um planejamento nacional energético. A qual

planejamento V. Sa. se refere?

CONVIDADO
O SR. LUIGI MAXIMO GIANINA BIANCHI -

O então Prefeito de São Paulo, Brigadeiro Faria Li-

ma, tinha um problema a curto prazo a resolver ~~o~~ ^a suspen-

são ou não do serviço de gás canalizado em São Paulo. ^{S. Exa.} ~~Boi~~ ^{Boi} asses-

^{dele} sorado ~~o~~ Conselho Nacional do Petróleo, e ^{por vários} ~~os~~ técnicos ^{do setor} energéticos, ^{que o} aconselhado ~~o~~ a continuar o investimento ^{em uma} Companhia ~~de~~ - vale dizer, chegaram à conclusão ~~de~~ ^{de que} o gás canalizado seria a solução para os grandes centros urbanos. Digo grandes ^{centros!} mas não, necessariamente, conglomerados de 8 500 mil habitantes, ^{que é o caso da Grande} ~~em~~ São Paulo. ~~em~~ A idéia é para os centros que tenham população superior a 200 mil habitantes, ~~o~~ porque, realmente, o desmatamento não é um problema ^{apenas} ~~de~~ São Paulo ou do Rio de Janeiro. É um problema nacional. De modo que esta interiorização foi uma orientação de política nacional, a nível do Ministério de Minas e Energia.

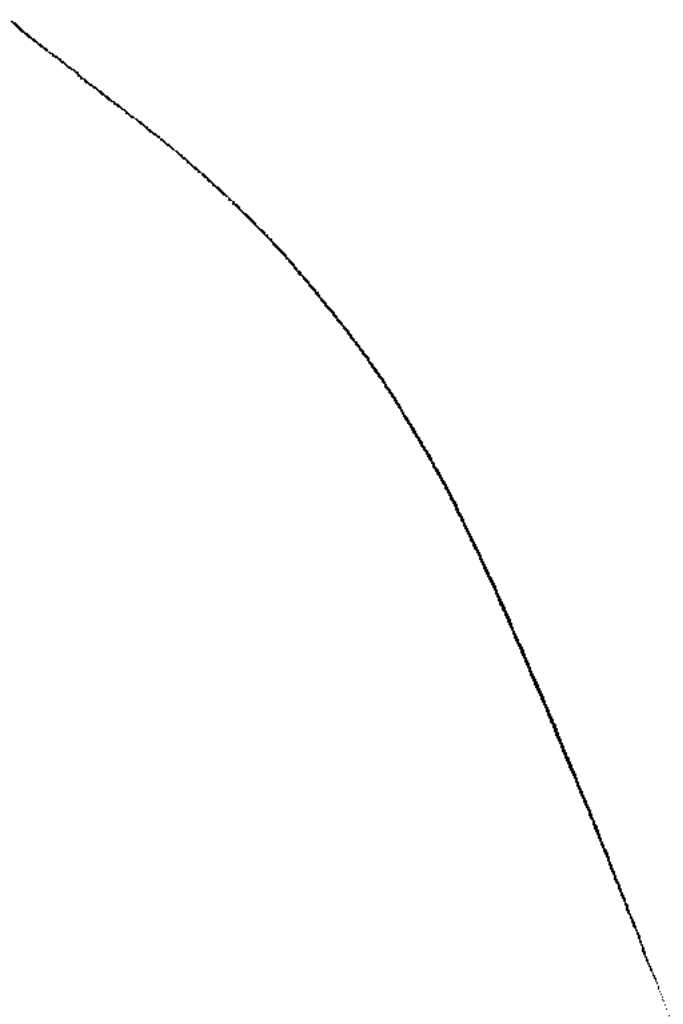
O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Pelo que pude entender, a COMGÁS surgiu para resolver um problema criado com a desvalorização da exploração do gás encanado por uma concessionária em Santos e São Paulo ^a ~~em~~ mesma concessionária, em Santos e São Paulo. A Prefeitura recebeu ^a ~~o~~ devolução da concessão?

O SR. ^{CONVULSO} ~~(LUIGI MAXIMO GIANNINA BIANCHI - O prazo~~

~~da concessão já estava encerrado.~~

^{DEPUTADO}
 O SR. JOSÉ MACHADO - Mas, por ~~o~~ liberalidade, ~~e~~

a concessionária ~~o~~ continuava a prestar serviços, não obstante
 a concessão já ~~estivera~~ ^{tivesse o seu prazo expirado,} segundo V. Sa. ~~o~~
~~o~~ Por isso ~~o~~ entendi, de sua
 exposição, que os problemas criados com a devolução ^{levaram} ~~o~~ a
 Prefeitura de São Paulo, e ~~o~~ ^{no} caso ~~o~~ a de Santos, ^{tamb}
 a procurar uma solução para resolver se continuaria ou não ^(com aquele serviço.) Os
 estudos levaram à conclusão da conveniência de se continuar com
 esta empresa. ~~o~~ Tenho acompanhado ^{há} a questão ^{de} ~~o~~ dois ou
 três dias, ^{no} "Jornal do Brasil", ~~o~~ uma publicidade muito grande
~~o~~



não da COMGAS, mas fazendo referência ~~à~~ à COMGAS e também à CEG - Cia. Estadual de Gás do Estado da Guanabara. Pergunto, então, a V.Sa.: esse ~~investimento~~ ~~em~~ ~~melhor~~ ~~este~~ planejamento é da alçada municipal? Onde a interferência do ^governo estadual e, além dos contatos mantidos, onde, realmente, um planejamento de ordem nacional recomendando a implantação de uma companhia desta espécie para a exploração de gás canalizado?

~~CONVIDADO~~

O SR ~~LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI~~ - Há duas fases:

na primeira, ~~se~~ uma opção política, digamos ^{deve} deve haver gás nos grandes centros urbanos ^{visão} a nível nacional; ^{a segunda} depois ~~tem~~ do problema empresarial, que é tornar ^{essa} empresa viável e ^{operar} dar vantagens diferenciais sobre qualquer outro sistema. O planejamento ~~empresarial~~ empresarial é feito dentro da empresa.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Faço esta pergunta,

Sr. Presidente, porque entendo que deve haver uma escala de prioridades para atendimento de serviços básicos na esfera municipal. ^{Consideraria} Consideraria ^{mais importante} mais importante o serviço ^{de} água e, obviamente, como consequência natural, o de saneamento e esgoto, o serviço de energia elétrica. Se tivéssemos condições - como bem ^{um} salientou ~~o~~ colega, ^{enquanto} ~~em~~ ~~conversa~~ ~~com~~ V.Sa. ^{fazia}

na exposição - de

reduzir o custo da energia elétrica, oriunda do aproveitamento das nossas quedas d'água e correntezas, ~~seria~~ seria altamente interessante para o País termos nossas cozinhas, nossos aquecedores trabalhando exclusivamente com energia elétrica.

Mas, por enquanto, isto não é ~~possível~~ possível. ~~mas~~ Dentro da minha ordem de racionamento, não foi ponderado este aspecto, São

Paulo, por exemplo, ainda não tem o serviço de abastecimento de água. E o serviço de encanamento de gás obedece, ^{evidentemente,} ao mesmo traçado, à mesma forma de atendimento que o serviço de água. É ~~ob~~

óbvio: ^{se} tem que ~~se~~ abrir ~~algumas~~ trincheiras, colocar ~~as~~ tubulações e fazer a entrada de gás em cada residência, ^{quando não} ~~elas~~ são conjuntos habitacionais imensos. Seria conveniente que a ~~legis~~ legislação já fosse prevendo que toda construção tivesse a cana-

lização ~~canalizada~~ para receber o gás na porta. ^{Em um País como} o nosso,

^{Com mais} ~~de~~ ^{dos quais} ~~de~~ 4.800 municípios ~~em~~ acredito que em 20% ~~de~~ ^{não dispõem de} ~~os~~ ^{Justifica-se um investimento desse em} ~~os~~ ^{canal} ~~os~~ há serviço completo de água e esgoto, Já que V.Sa. reco-

nhece que o atual sistema de distribuição de gás ~~é~~ até certo ~~em~~ ponto ^é válido, justifica-se esse investimento, ~~que de~~

vultoso? E, se se justifica, quais são as fontes de crédito para esse serviço? Entraria ^{ai} o BNH?

3

6

7

CONVIDADO —
O SR. LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI - ^{Des} necessário é

dizer que, dependendo do preço, tudo é viável. O difícil é tornar uma coisa viável a preços compatíveis. Os nossos preços são compatíveis e a nossa Companhia é viável. Não é — e nunca foi — uma companhia deficitária. Temos as melhores *linhas* de crédito nacional ^{is} e internacional ^{is}. O capital que a prefeitura ^{aplica} ~~desta~~ é tão-somente para manter o controle acionário, ^{Mais} ~~para~~ para que não se ~~repetita~~ ^{já ocorreu} o que ~~ocorreu~~ ^{de a} no passado, ~~de~~ prefeitura não ^{ser} detentora do processo administrativo. Aquele outro planejamento para tornar a empresa viável defronta-se com o problema da falta de serviço básico. Temos uma relação ^{de capital} ~~em~~ torno de: 40% - capital, 60% - dívida. De modo que está perfeitamente de acordo com as empresas mais bem administradas no País. Este — ~~o~~ V.Exa. bem sabe — é um índice que só pode ser julgado a nível nacional. Este número, no Japão, só para ^{idéias,} ~~dar~~ dar ~~uma~~ ~~seria~~ seria 20% - capital próprio e 80% - capital financiado. Acontece que há ~~uma~~ justificativa, para isto, uma das quais ~~é~~ que os grandes bancos japoneses são também ~~acionistas~~ acionistas. Então, ~~é~~ é um problema de contabilidade. Mas deve-se comparar este número a nível nacional, e V.Exa. percebe que é um índice de uma

empresa muito bem administrada e a inversão da prefeitura é
 tão-somente para manter o controle acionário. Não sei ^{qual} ~~o~~
 o nível de *detalhe* ~~em~~ V.Exa. quer ir, mas poderia dizer,
 inclusive, ~~quais~~ *quais* são os planos neste setor. ~~No caso de~~
~~manter o controle acionário~~

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Part. Sr. Presidente,

~~do~~ *do* entendimento inicial ~~consegue~~ *se eniou* de que ~~criasse~~ um proble-
~~ma~~ *Com* *serviço de distribuição de* a devolução do gás. Então, os técnicos municipais, o pre-
 feito e as autoridades consultadas debruçaram-se *sobre o assunto e* e disseram:
 o que vamos fazer? Este é um problema sério. *Será* *é* um grande ne-

gôcio? Ninguém discute ~~que~~ *que* é ultramoderna a canalização de
 gás *É oferece* ~~no~~ muito mais segurança, para o consumidor ~~o~~ *é* muito mais
 eficiente. *um* *o* trabalho. O que me levou a esta indagação é que no

início da sua ~~exposição~~ *Usa,* exposição disse que recebeu uma conces-
 são em virtude da explosão dos centros de um gasômetro. E ~~xisto~~
~~que~~ *que* ficou — digamos assim — como uma batata quente na mão.

Foram, então, consultados os órgãos e a orientação foi esta:
~~canalização~~ *Vamos canalizar* nos grandes centros *e* nos centros menores fa-
 zer ~~de~~ *a* distribuição através de botijões. A minha pergunta é
 justamente esta: ~~recomenda-se~~ *quando* *quando* esta altura, ~~quando~~ São

Estado forte

Paulo, que é, ~~em Paulo~~, não tem resolvido o seu problema de água, saneamento e esgoto, ~~criar~~ ^{é recomendável esse serviço que poderia} ~~criar~~ ^{criar} outro problema, que é tão grande e vai onerar tanto a distribuição ^{do fós,} através da canalização? ~~ou não~~

~~CONVIDADO~~

O SR. ~~LUIZ MAXIMO GRAVINA RIANCHI~~ É preciso gerar

empregos e isto faz parte de uma política nacional de investimentos. Por exemplo, em todo o setor ^{deja} energético, ^{ou} de insumos básicos, ^{ou} de matérias-primas, reconheço um problema sério de falta de infra-estrutura urbana... (NAS HOJES GRAVACÃO)...

10

... energética a nível de segurança nacional

~~energia~~, era insumo, digamos assim, no caso de siderurgia,

como redutor que substitui carvão, ^{que é} ~~que~~ é importado, que é escasso

no mundo. ^{V. Exa.} O senhor sabe que na Argentina há altos fornos para

dos somente em fase de pré-aquecimento por falta de carvão. ^{V. Exa.} Sr.

~~seu~~ deve ter as estatísticas do que foi a produção nacional de aço em função de problemas que ~~nos~~ defrontamos com o carvão. De

modo que a minha resposta é a seguinte: A eficiência de uma empresa ~~é~~

~~é~~ funciona ^{em} a nível ^{de} média de preços. Os nossos preços são compa-

tíveis. Nós somos competitivos com essas outras alternativas, com

o carvão, com outros insumos petroquímicos. Nós temos uma alterna-

tiva energética. Nós não queremos totalmente ~~nos~~ deslocar. ^{Por isso,} Nunca

aceitamos no nosso planejamento uma opção ou ^{uma} complementariedade, como

no caso do bolígrafo, como infra-estrutura urbana.

O SR Deputado José Machado - Fico satisfeito com

as explicações de V. Sa. ^{Sa.} Mas precisaria solicitaria a V. Sa. ~~se tiver a rela-~~

~~que nos oferecesse~~ ^{de preços} a relação ~~como~~ ^{de} ~~indagação final~~ do gás cana-

lizado ^{do GLP} ~~per capita~~ e ^{gás GLP} ~~per capita~~. Hoje o custo é da ordem

de quanto? ^{Há} ~~V. Sa.~~ ^{estudos} ~~que~~ ^{alguma} ~~chegam a~~ ^{a respeito} ~~essa~~ ~~conclusão~~ ~~ocor-~~

~~to per capita de gás canalizado e o custo per capita do gás li-~~

~~quefeito do petróleo.~~

~~O SR~~ ~~Sr-Presidente~~ ^G para que não
 paire dúvida, eu quero dizer ^{a V. Sa.} ~~ao ilustre presidente~~ ^{não} que ^{me} move
 nada ~~de~~ ^{assim de} pessoal, não tenho ~~nenhum interesse, não tenho ne-~~
 nhuma vinculação ^{com nenhuma} empresa que opera no setor de distribuição de
 gás. Até ^{ontem} ~~agora~~ ^{vacabei} por definir a minha posição a esse respeito,
 que não ~~deve ter sido~~ ^{deve ter sido} muito do agrado das distribuidoras de gás. Mas
 acho que deve haver uma escala de prioridades, e ^{que} distorções eco-
 nômicas sérias estão levando muitas vezes este ^{país} a fazer inves-
 timentos desordenados em detrimento ^{da} ~~de uma~~ busca de equilíbrio ^{entre} de
 região. Então, São Paulo, ^{porque} ~~é~~ ^é poderoso, começa a canalizar ^{gás} ~~gás~~ ^{gas} ~~gas~~
~~(Humboldt)~~ ~~começa a canalizar gás.~~ ~~Então os outros Estados não~~
 têm condições de resolver coisa alguma. Essa ^é ~~minha~~ ^{minha} indagação: ^{com}
^{qual} ~~relação~~ ^{do} ~~ao~~ ^{custo} ~~per~~ ^{capita} ~~do~~ ^{gás} ~~canalizado~~ ^e ~~custo~~ ^{per} ~~capita~~
~~de~~ ^{gás} ~~distribuído~~ ^{em} ~~condições~~ ^{de} ~~V. Sa.~~ ^{teria} ~~para~~ ^{nos} ~~dar~~ ^{quanto}
~~que se expressa em sentido econômico.~~

O SR ^{Presidente} ^{(Deputado} ^{Lysianeas Maciel)} ^{interviu,}
^{-Vou-me permitir} ~~interferir~~ ^{aqui,}

porque não há nenhuma intenção do Sr. Presidente da ^{Congás} ~~Congás~~ de fu-
 gir às perguntas que estão sendo formuladas. Apenas ^{como} ~~ele~~ me disse
 que alguns dados são confidenciais, ^{Então} eu pediria ^{aos} ~~que~~ ^{aqueles}
^{presentes} ~~que não são~~ ^{Deputados,} que se retirassem, ^{durante} ~~a~~ ^{resposta} ~~desta~~
~~pergunta.~~ São apenas 10 minutos, por gentileza. Ele me informou

que os dados são confidenciais. Os funcionários podem se retirar e fechar a porta apenas por 10 minutos. Eu pediria desculpa aos demais participantes. ~~Ele com muita razão ^{está} nos dados que ^{são} ~~são~~ ~~confidenciais~~. Pode suspender a gravação.~~

(Suspensa a gravação)

O SR *CONVIDADO* - A sua pergunta é se a ~~na~~ ^{ta} é subsidiada. (9)

O SR (*NÃO IDENTIFICADO*) - Nós ainda não produzimos ~~na~~ ^{em quantidade} ~~ta~~. Parte da ~~na~~ ^{ta} é comprada no exterior.

O SR (*NÃO IDENTIFICADO*) - Toda ela é produzida pela Petrobrás? (10) (C.1)

O SR *CONVIDADO* - A nossa ~~na~~ ^{ta} é ~~integramente~~ ^{integralmente} produzida pela Petrobrás. (C.1)

O SR (*NÃO IDENTIFICADO*) - Ela recebe subsídios?

O Sr *CONVIDADO* - Não . O preço que nós pagamos hoje pela ~~na~~ ^{ta} é de 121,37 dólares por tonelada . O preço internacional da ~~na~~ ^{ta} oscila diariamente, como ~~o~~ ^o ~~senhor~~ ^o sabe. ^{(Este} ~~ve~~ ^{ve} há um mês ~~atrás~~ ^{atrás} a 85 dólares a tonelada no mercado do Mediterrâneo e ⁹³ ~~93~~ dólares no mercado de Rotterdam . ~~O~~ ^o ~~senhor~~ ^{senhor} também sabe que a rota para o Brasil é mais curta do que a rota para a Europa, sendo que os navios hoje têm que fazer ^a ~~circunavegação~~ ^{pela} da África .

De modo que a nossa nafta não é ~~subsidada~~ ^{subsidada}. A nossa nafta está acima do preço internacional ^{da nafta} de uma parcela significativa.

O SR ~~identificado~~ ^{identificado} - Qual a razão dessa diferença de preço?

O SR ~~CONVIDADO~~ ^{CONVIDADO} - É problema de política nacional, ^{que} a nível de ~~Havia outra~~ empresa, apenas me cabe aceitar ~~verificar~~.

O SR ~~IDENTIFICADO~~ ^{IDENTIFICADO} - Os nossos derivados de petróleo ^{s de} concorrem com muitos outros países. Em certos ^{nações} países a nossa gasolina é muitíssimo mais barata do que em outros países.

O SR ~~IDENTIFICADO~~ ^{IDENTIFICADO} - Isso é problema de política nacional, resolvido a nível de ~~ministério~~ Ministério.

O SR ~~IDENTIFICADO~~ ^{IDENTIFICADO} - Mas isso será substituído com o tempo ^{pelo} gás natural da Nigéria. Por enquanto estão operando com a nafta, mas vão operar com o gás natural da Argélia.

O SR ~~CONVIDADO~~ ^{CONVIDADO} - Quero deixar registrado que a nossa nafta ~~XXXXXXXXXXXX~~ não só não é subsidiada, como ^{o seu preço} é muito mais ^{alto} caro do que ~~o~~ preço internacional de nafta. A nafta hoje nos custa 121,37 dólares a tonelada. ^A No mercado internacional, custa de 85 a 100 dólares, ¹² conforme os mercados. Mais um esclarecimento: há ^{isso é mais um dado} excedente momentâneo de nafta no mercado internacional. A nafta que nós consumimos é integralmente nacional. O primeiro ^{nafta} nafta

de nafta
foi importado, e o foi pela PETROBRÁS, porque tiveram vamos dizer, problemas de alguns meses com a entrada em operação de Paulínia. A nossa é uma nafta especial que, no País, é apenas produzida - ou pelo menos era, na ocasião - por Paulínia.

O SR. DEPUTADO Luigi A. M. O. ; IAVINA BIANCHI - Sr. Presidente, ~~que~~ de São Paulo que já me ensejou outra ~~indagação~~, além do centro, ~~que~~ (era trabalhado por aquela companhia que devolveu a concessão, hoje a COMGÁS está atuando em quais bairros de São Paulo?)

O SR. LUIGI A. M. O. ; IAVINA BIANCHI - A COMGÁS só tem sentido se dá contribuição específica ao panorama energético nacional. Hoje já estamos distribuindo praticamente para toda o Grande São Paulo. Estamos vendendo gás em Mauá, São Caetano, São Bernardo, Diadema, Guarulhos - estou citando de memória Estamos com redes próximas de conclusão em São José dos Campos, Jacareí.

Contamos com projetos prontos para início de obras em 18 municípios do Estado de São Paulo. Construímos um anel metropolitano de 120 km, ~~cujo~~ que já está em carga. V. Exa. pode comparar hoje a COMGÁS, em que pese ao seu pequeno tamanho e faturamento, com as companhias mais atualizadas que existem no mundo, não em termos de investimento, porque nossos investimentos realmente são modestos, mas em termos de os investimentos atuais es-

tarem dirigidos para objetivos modernos, qual seja, distribuição com toda a economia de escala que a tecnologia hoje nos oferece.

O SR. DEPUTADO *(N. IDEM)* - Sr. Presidente *(Sr. Presidente)*
~~realmente~~ *e é* a última indagação *v* qual o *v* volume de investimentos *v* que a CONGAS fez até hoje, depois que assumiu o serviço *v* e *v* quantos consumidores ela está atendendo?

CONV. P. D. O
 O SR. LUIZ FÁTIMO FIAVINA BIANCHI - A resposta seria:

zero de investimentos e 80 mil consumidores. Como eu disse, *se assim podemos dizer,* estamos com duas companhias contemporâneas, *v* uma mantendo acesa a indústria de gás *v* Com *esta* ~~isto~~ não investimos, *v* *com esta* mantemos então os consumidores *v* *e outra, digamos,* ~~temos a companhia~~ *v* disposta a atender *v* este plano nacional. Talvez possa melhor ser *v* *a* ~~resposta~~ *v* numa pergunta específica, mas, consumindo GLP, este problema de excedentes *v* temporários, *v* *13* *v* medida que novas unidades de refino entram no processo produtivo, *v* tentou-se, a nível nacional - os conhecimentos que temos são a nível de *v* *A.* *v* IPÊA, mas creio que haja outras contribuições também - fazer as redes em cidades onde pudesse ser distribuído o propano *v* *A.* *v* muito se falou a este respeito. A primeira rede que distribuirá propano *v* *A.* *v* será a de São José dos Campos, que já tem instalados 20 km de tubos, já tem comprado *v* *a* *v* unidade de produção de *v* *A.* *v* propanado que deverá entrar em próxima operação.

O SR. DEPUTADO *(fulano)* - Mas representa zero investimento essa rede que já está em São José dos Campos?

O SR. ~~LUIZ MAXIMO BIAVINA BIANCHI~~ - Mas veja V. Exa. que tenho zero clientes. São dois lados que não posso comparar. Para atender ao cliente de hoje, eu não precisaria ter feito investimento algum.

O SR. DEPUTADO *(fulano)* - Aproveitaria a canalização antiga.

O SR. ~~LUIZ MAXIMO BIAVINA BIANCHI~~ - Perfeito. Espero que V. Exa. tenha entendido *o espírito da* ~~implantação~~ resposta.

O SR. DEPUTADO *(fulano)* - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Concedo a palavra ao Deputado Adhemar Santillo.

O SR. DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO - Sr. Presidente, gostaria de solicitar ~~uma informação~~ ao Presidente da COMPAS que ~~ele~~ nos explicasse quais os motivos que fizeram com que o ex-Prefeito Faria Lima reencampasse, ou fizesse ressurgir, como empresa estatal, a distribuição do gás liquefeito de petróleo em São Paulo.

O SR. ~~LUIZ MAXIMO BIAVINA BIANCHI~~ - Acho que *concordo a última coisa que* o Sr. Faria Lima *era* queria *era* ficar com a companhia de gás. Mas eles fizeram duas ^{se} concorrências públicas sem que ninguém/tivesse apresentado ao

longo do período de protelação, a título de favor, da antiga companhia. A decisão de continuar ^{ve} a única que restou, + sob uma companhia pública - foi uma obediência de São Paulo a um planejamento maior, a nível nacional. E talvez tenha sido causado pela dramaticidade da explosão de Santos, e o problema não foi a devolução, o problema foi o curto espaço de tempo para decidir. No Brasil, que eu conheça, só existe rede de gás em São Paulo, no Rio de Janeiro, e uma pequena rede em Pelotas. ~~As~~ ^{As} outras cidades, como Porto Alegre, Recife, Campinas, Santos e - creio - muitas outras das quais não tenho conhecimento, já tiveram, no passado, redes de gás. E outras opções foram tomadas. Talvez, se o planejamento nacional estivesse em outra fase, a solução conseqüente teria sido outra.

O SR. DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO - Se houvesse aparecido quem se dispusesse a exercer o trabalho da distribuição, aquela atitude não seria tomada?

^{CONVINDO}
O SR. ~~LUIS TAXIMO FLAVINA BIANCHI~~ - A prova mais cabal disto é esta: foram feitas duas concorrências internacionais para exploração do serviço de gás canalizado em São Paulo, e não houve candidatos.

O SR. DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO - Após essa decisão, o

Governo ficou num impasse, porque não havia quem se interessasse em explorar

no setor particular e havia necessidade de se atender à exigência do momento lá no atendimento aos consumidores, aos usuários. Então o Governo foi obrigado a tomar essa iniciativa.

O SR. ~~LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI~~ - Não. Pode

^{uma} ser ^{uma} interpretação, ~~esse respeito~~, mas veja que em Santos aconteceu a mesma coisa e a solução foi outra. Em Santos ~~ex-~~plodiu o gasômetro e do dia para a noite não houve mais gás canalizado, ^{tivesse havido} ~~sem que houvesse mesmo~~ intervenção do Estado.

Como disse, foi uma obediência da municipalidade de São Paulo,

que, em termos de população, é uma parcela representativa ^{todo} do ~~planejamento~~ ^{planejamento} nacional, a um planejamento nacional.

O SR. DEPUTADO ~~ADEMAR SANTILLO~~ - Quero ^{saber} ~~afirmar~~ ~~que~~

o ~~fato de~~ ^{de} por ^{de} que a CONGAS ter ressurgido, ^{de} por ^{de} que do seu aparecimento como empresa de economia mista.

O SR. ~~LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI~~ - Repito, a

minha interpretação ^{de} é uma obediência ao planejamento nacional ^{de} ~~que era a~~ conservação de florestas e interiorização do GLP e canalização nos grandes centros urbanos.

O SR. DEPUTADO ADEMAR SANTILO - Certo, mas se a-
parecessem empresas particulares, a companhia de economia mista
não existiria no caso.

O SR. LUIGI MAXIMO GIAYINA BIANCHI - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ADEMAR SANTILO - Isso é ^o que queria
saber. Então, o governo da Prefeitura paulista ficou numa si-
tuaçã ^{o obrigou a} que ~~tinha que~~ tomar uma posição. Empresas particula-
res não apareceram ~~para~~ para a concorrência, e a companhia tinha
que fazer a distribuição do gás canalizado que já existia an-
teriormente. Nessas condições, mesmo sabendo que a situação é
essa, que só surgiu a CONGAS, ^{porque} ~~porque~~ não se habilitaram firmas
particulares } queremos saber, se for possível, a situação ren-

tável dessa companhia de economia mista. Se ~~isso~~ causa ~~prejuízo~~ prejuízo ao Poder Público ou se há ~~uma~~ rentabilidade.

31/01/1970
O SR. ~~LUIGI MAXIMO GIAYINA BIANCHI~~ BIANCHI - Há

rentabilidade. Os balanços dos últimos ^{anos} ~~anos~~ fômos auditados pela

Arthur Young e isto é ^a condição básica para obter finan-

ciamentos. Nenhum Banco empresta ^{piã} e não teríamos a relação ca-

pital de 40 a 60% se fôssemos uma companhia deficitária.

O SR. DEPUTADO ADEMAR SANTILO ^h - Não ~~terá~~ ^{terá} havido,

por parte do ex-Prefeito Faria Lima, ~~a~~ intenção de encampar

esse trabalho, ^{colocando} ~~e colocar~~ ^{colocando} itens nos editais suficientes para que

qualquer companhia deixasse de ~~ter~~ ^{atendê-los,} o atendimento ~~aqueles~~ ^{aqueles} itens

~~e~~ conseqüentemente, forçar ^{and} a exploração através dessa compa-
nhia de ~~economia~~ economia mista?

30/01/1970
O SR. ~~LUIGI MAXIMO GIAYINA BIANCHI~~ BIANCHI - Realmente,

com a maior sinceridade, não saberia responder. Penso que os

itens que ~~as~~ constavam eram os mínimos para garantir ^{um} serviço seguro à população. Só para lhe dar um dado, temos um programa seriíssimo de segurança; temos um sistema de emergência; temos custos elevadíssimos; temos 18 engenheiros com ~~PI~~ permanente; temos rádios em todas as viaturas ^{das} das pessoas que ^{podem} podem intervir ^{em} em questão de minutos, em ^{caso de surgir qualquer problema.} ~~qualquer coisa que ocorrer.~~ Com

o gás não ~~há~~ nos é permitido qualquer economia, quando se ^{trata} trata ~~de~~ de segurança. Acredito que isso tenha constado do edital. Além disso, intencionalmente, para ^{prejudicar,} ~~prejudicar~~ ^{de} tenho certeza ^v que não.

O SR. DEPUTADO ADEMAR SANTILHO - O atendimento que a CONGAS dá à população ^{va} que ~~ela~~ serve é o melhor possível, não?

O SR. ~~LUTCI MAXIMO GIAYINA BIANCHI~~ ^{eu souberse} - Se ~~tivesse~~ ^{de} de uma maneira melhor, ^o seria feita.

O SR. DEPUTADO ADEMAR SANTILHO - Mesmo com todo esse dispositivo para dar segurança, ainda a CONGAS tem lucro

nas suas atividades?

~~O SR. LUIGI MAXIMO CIAYINA BIANCHI~~ - Tem lucro.

O SR. DEPUTADO ADEMAR SANTILO - Por que não teria comparecido nenhuma firma para se habilitar a fazer essa distribuição?

MACHADO

O SR. DEPUTADO JOSÉ ~~MACHADO~~ - Uma multinacional

~~O SR. LUIGI MAXIMO CIAYINA BIANCHI~~ - Nunca fui

dono de multinacional e nunca participei da administração para saber os motivos mais profundos que ~~os levaram a~~ ^{os levaram a} ~~eles analisarem e digarem,~~ ~~concluíram~~ pela não-participação. Realmente desconheço.

O SR. DEPUTADO ADEMAR SANTILO - Estou fazendo esta

~~pergunta~~ pergunta, porque esta Comissão está realizando ^{há} várias semanas, debate sobre esse setor do gás liquefeito de petróleo, e a exposição ^{de} feita por V.Sa. ~~neste instante~~ nos deixa tranquilos, inclusive para continuarmos ^{nesta} ~~na~~ luta ^{da qual} ~~que~~ ^é ~~o~~ nosso.

participam
~~se enfileiravam vários~~

lado, independente^{mente} de partidos políticos, os parlamentares, já

Inclusive, já se sedimenta a

~~estão formando uma~~ idéia de que se deve realmente lutar para

que o Poder Público ~~passa a~~ estatizar ~~o~~ serviço ~~da~~ da dis-

tribuição de gás, ~~porque~~ *é* o depoimento ~~feito~~ *de* por V.Sa. nos *da'*

a certeza

~~deixa tranquilos~~ de que o atendimento por parte da CONGÁS

em São Paulo é, dentro das possibilidades e dentro das técnicas

que se pode oferecer, o melhor possível, ~~principalmente~~ visan-

do sempre à segurança do consumidor e da própria população.

Ainda

~~Assim mesmo nos revela do lucro que a companhia tem em função~~ *lucro*

~~dessa distribuição.~~ Para isso então é que ~~chamamos a atenção,~~

~~pois~~ entendemos que essa luta é válida, e mais do que nunca

agora, após o pronunciamento de V.Sa. *que* nos dá condição para

que continuemos ~~nosso~~ *os nossos* trabalho. Sr. Presidente, estou satisfeci-

to ~~com a pergunta,~~ mas gostaria de ~~dix~~ deixar registrado nesta

reunião ~~porque se trata~~ *que* trata de um prolongamento das ~~outras~~ anteriores *que* que ontem aqui o Presidente do CNP apresentou uma relação sobre a carência de botijões de gás no território nacional e infeliz-
~~mente~~ anteriores. ~~que~~ ~~naquele~~ ~~relatório~~ ~~que~~ ~~ele~~

na leitura daquela relação, ele não ~~tem~~ *consta* a observação ~~que~~ *consta* ~~no~~ ~~início~~ *da* *distribuição,* segundo a qual,

~~É que naquele relatório que ele~~

√ ~~nes apresentou não~~ estava incluído todo o Território Nacional,

duas regiões importantes do Brasil, o Norte e o Nordeste, es-
tavam ~~xxl xxl~~ excluídos daquela relação. Entãe quero deixar
requerido mais uma vez a V.Exa. . . .

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - *Fermite?*

(fona do microfone)

~~Tive oportunidade de manusear o do-~~

ela,

cumento e achei estranho que ~~o mesmo, não xxxxx~~ ~~txxxxxxxxx~~

~~txxxxx~~ ~~que~~ foi apresentado como oficial, do Conselho Nacional

Tivesse

do Petróleo, não ~~tinha~~ o timbre do Conselho Nacional do Petró-

leo. Não ^oestou pondo em dúvida. *A*penas, Sr. Presidente, estra-

nhei que não trouxesse o timbre, ~~xxx~~ e, salvo engano, nem

mesmo assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lyáneas Maciel) -

a V. Exa.

Devo informar ao Sr. Deputado ~~xxxxxx~~ ~~o regis-~~

~~to de V. Exa. será feito e devo informar também ao Deputado~~

~~Leão Machado~~ ~~que~~ esse aspecto foi notado aqui e foi devidamente salientado pelo Presidente do CNP, [§] inclusive ^a aquela informação de que mais tarde viriam dados completos, [§] evidentemente ^{emp^s} sabe-se que aqueles dados, com os elementos

41

~~aquelas dados~~ ~~ser~~ ~~os~~ ~~elementos~~ que já temos, não coincidem com a realidade global do País, Já temos esta informação, mas não temos a certeza absoluta de que o Sr. ~~REX~~ Presidente do CNP não agiu de má-fé. Ele recebeu um documento a última hora.

Longe de nós esse pensamento.

agiu
O SR ADHEMAR SANTILLO - Numa resposta dada aqui, ele disse q
vera um trabalho do CNP.

ele disse.
O SR PRESIDENTE (LYSANEAS MACIEL) - Certo, Mas, como já foi ressaltado, era um documento incompleto. O próprio General Belchior estranhou aquele documento.

O SR ADHEMAR SANTILLO - Então eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (LYSANEAS MACIEL) - Já foi feito o registro e levado ao conhecimento do Sr. Presidente essa particularidade que realmente causou estranheza aqui na Comissão. Tem a palavra o nobre Deputado Lauro Rodrigues.

O SR LAURO RODRIGUES - Sr. Presidente, na política petrolífera do Governo, fiel às necessidades nacionais, deve levar-se em conta a economia, tanto quanto possível, do consumo do petróleo. Ora, sabe-se que veículos automotores podem ~~tráfegar~~ *rodar* movidos por gás liquefeito de petróleo. Se aproveitássemos o ~~gás~~ *GLP* para as nossas frotas automotoras, estaríamos, conseqüentemente, economizando petróleo, e as fontes de consumo do gás *V* que têm sua maior incidência

no lar^y poderiam e podem perfeitamente ser atendidas por energia -
 elétrica, já que^a temos disponível, ~~xxxx~~ explorada e por explorar,
~~ex~~ especialmente no campo hidrelétrico, ^{Basta} ~~xxxx~~ que para isto o Govern
 no inicie uma campanha de estímulo. Ora, em face do problema nacio
 nal que a escassez do petróleo gera e da fácil substituição do pe-
 tróleo por ~~gas~~ ^{GLP} para alguns tipos de motores ~~xxxx~~ ^{pergunta} ~~xxxx~~ se, nesta al-
 tura, ~~se estimulasse~~ ^{no estímulo a um} maior consumo de gás ou ^{no} ~~acelerasse~~ ^{mento do} desenvol-
 vimento do uso de aparelhos domésticos a gás ^y entre os quais o
 fogão, o chuveiro ^y ~~pergunta~~ ^a a implantação da COMGAS ~~te~~ teve, em
 face das considerações que aqui expus, origem em estudos técnicos,
 econômicos e sociais ^y ~~se~~ E em face da realidade atual, este estudo
^{aconselha} ~~recomenda~~ a implantação de serviços como estes que a COMGAS explora,
 recomendando, portanto, como importante e útil ~~para~~ à economia
 nacional?

O SR CONVIDADO (LUIGI MÁXIMO GIOVANI BIANCHI) - É uma

pergunta muito interessante. Mais uma vez ~~me~~ permito entrar em
 alguns detalhes, ^y inclusive, esta é uma das razões pelas quais pre-
 ferí não preparar nada por escrito. Quando ^y ~~se~~ ^é ~~se~~ ^{Exa.} refere ao uso de ~~gas~~ ^{GLP}
 automotivo, V. Exa. sabe que ~~economicamente~~ ^{estatisticamente} o que obtemos, hoje, de
 todo grupo explorado, são 4% em ~~gas~~ ^{GLP}. Se fosse permitido o uso de
^{GLP} ~~gas~~ automotivo, haveria uma escassez imediata de ~~gas~~ ^{GLP} sumiria do

25% na coluna 8/3

mercado. A gasolina e as naftas são da ordem de 28% na colônia de
 distilação. Posso ~~xxx~~ verificar o número, mas certamente é muito
 maior do que 4%. Foi uma análise que fizemos a nível de expansão
 na Companhia, o que poderia ser feito com eventual ^{GLP} ~~glo~~ que viesse-
 mos a deslocar. O que vimos ^{GLP} ~~glo~~ é que não há ^{GLP} ~~glo~~ suficiente para o uso
 automotivo. A autorização não depende de nós, mas do CNP. Mas, mesmo
 antes de pedir ao CNP a liberação de ^{GLP} ~~glo~~ automotivo, vimos que não
 haveria essa disponibilidade, ^{GLP} ~~glo~~ porque, realmente, se uma parcela de
^{GLP} ~~glo~~ pudesse substituir uma de gasolina, o total bruto que iríamos
 importar seria menor e, conseqüentemente, seria menor a série de
 subprodutos, porque ^{no} ~~no~~ Brasil ~~xxxxx~~ a maior civilização tropical
 do mundo, ^{deves, no caso a} há demanda principalmente de gasolina, enquanto ~~que~~ em
 outros países há o problema da calefação, ^{e a situação} ~~o problema~~ é inverso. A
 pergunta de V. Exa., então, tem muita procedência. REalmente, a
 resposta é esta: mais uma vez, a nível nacional, eles querem pre-
 servar as florestas; querem interiorizar o ^{GLP;} ~~glo~~, querem fazer com
 que esses 55% que estão nas capitais seja uma parcela apenas suple-
 tiva e o restante vá para o interior, não prejudicando a economi-
 cidade das companhias distribuidoras de ^{GLP,} ~~glo~~ porque isto ^{tudo} seria anali-
 sado ^{do} remunerado em função dos investimentos dos custos em que eles
 incorressem em decorrência de ^{do} ~~um~~ esquema diferente de distribuição.

Esta a resposta da primeira pergunta. Se V. Exa. pudesse repetir a outra , seria melhor.

O SR LAURO RODRIGUES - Eu considero respondida.

O SR CONVIDADO (LUIGI MÁXIMO GIOVANI BIANCHI) - Mas ^{U. S. C. /}

~~senhor~~ formulou ~~mais~~ outra pergunta.

O SR LAURO RODRIGUES - Gostaria de formular outra indagação a V. Sa. ^{sobre a sua declaração de} Quando aqui afirmou que por duas vezes abriu-se concorrência ~~internacional~~ ^{internacional} para a exploração desse tipo de comércio de gás em São Paulo ^{e que} não apareceram licitantes, disputantes. Então, pergunto: antes a Prefeitura de São Paulo ^{ter} por cuidado da organização dessa comissão ^{de capital} mista, ~~xxxxxxx~~ não ~~xxx~~ procedeu a consulta no sentido de aproximar todos os distribuidores de gás liquefeito de São Paulo e o Governo do Município, na formação de um consórcio para explorar esse tipo de trabalho que a COMGÁS explora hoje?

O SR CONVIDADO (LUIGI MÁXIMO GIOVANI BIANCHI) - Essa pergunta, não que seja confidencial, mas pelas pessoas envolvidas, é particular: o ~~P~~ Prefeito Faria Lima ~~é~~ era sogro da filha do [?] Borisen. Este tinha alguma função de destaque, à época, na ASSOCIGÁS e ele foi um dos consultores, sem dúvida, do Prefeito Faria Lima a nível ^{digamos,} de amigo, a nível, digamos, quase de família. De modo que dou esta informação em função das pessoas envolvidas e peço encará-la assim. ~~Mas elas foram, em termos gerais, consultadas~~

45

~~e ele foi um dos consultores, sem dúvida, do Prefeito Faria Lima,~~
~~a nível, digamos, de amigos, a nível quase de família. Deu esta in-~~
~~formação em função das pessoas envolvidas, peço licença para assim Res~~
 pondendo a pergunta, agora em termos gerais, diria que elas foram
 consultadas.

✓ 20
 O SR DEPUTADO LAURO RODRIGUES - Estou a-
 gradecido a V.Sa.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) -
 Está com a palavra o Deputado Adhemar Santillo.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILO ✓ Sr. Presiden-
 te, pela semelhança da minha ^{com} pergunta ^{do} do Deputado Lincoln Grillo,
 passaria a palavra a S.Exa.

O SR DEPUTADO LINCOLN GRILLO - Gostaríamos de
 saber ~~os estudos~~ em que pé se encontram os estudos,
 quais as iniciativas concretas para o fornecimento de gás canaliza-
 do às cidades do ABC ✓ # ^{qual} seria ^o custo ^{aproximado} do
 fornecimento desse gás à população?

O SR LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI - Já esta-
 mos fornecendo ao ABC. ~~A~~ COMGÁS já fatura o gás canalizado para o
 ABC.

O SR DEPUTADO LINCOLN GRILLO - ~~Em~~ Santo André, pelo menos, ainda não há o fornecimento de gás canalizado.

~~SENHORA~~
O SR LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI - Temos uma linha, que foi a primeira que fizemos, de 24 quilômetros, que atinge a "Percalana ~~Schmit~~ Schmit", na sua extremidade, em Mauá, e passa por Santo André. ~~Como~~ Não ~~sabemos~~ poderia dizer de pronto quais ~~as~~ ~~indústrias~~ indústrias que fornecemos em Santo André, Mas poderia enviar esta informação oficialmente, da maneira ~~que~~ como V.Exa. preferir.

Em São Bernardo, temos linhas já instaladas a nível residencial. Contratamos o projeto a nível residencial de Diadema ~~em~~ Santo André, V.Exa. deve ter acompanhado, tivemos autorização de exclusividade, que é a única que podemos admitir, porque não há, digamos assim, sentido de se ter concorrência a nível de gás canalizado, ~~que~~ duas canalizações paralelas. é realmente um desperdício

Santo André foi uma das últimas municipalidades da Grande São Paulo a conceder autorização de exclusividade à COMGÁS. Não tenho ~~de~~ certeza ~~de~~ informações ~~de~~ em Santo André, já estamos vendendo ~~a~~ alguma indústria.

O SR DEPUTADO LINCOLN GRILLO - ~~A~~ nível residencial?

O SR ~~LUIGI MAXIMO GAVINA BIANCHI~~ - Certamente

se houver ^{alguma} ~~uma~~ consulta de indústria, estaremos distribuindo. ^{Quem}

✓ nível residencial, V.Exa. sabe que, ~~grande parte~~ a nível na

cional e, nesta Comissão, é mais um apelo que ^{deixamos - grande parte} ~~temos sobre~~ o proble

^{se refere ao aparelhamento} ma da residência, para receber qualquer tipo de combustível. Sem-

pre que há economicidade, distribuimos a residências também. Esta

economicidade é imediata, ^{se} uma indústria justifica a extensão.

Somos uma empresa ^P para todos ^{os} efeitos, privada, que visa ^a lucro.

Vivemos de financiamentos e temos ^{de} ~~que~~ ser rentáveis. ^{Estudamos} ~~estendemos~~

^{uma rede de quatro quilômetros} ~~uma rede de quatro quilômetros~~ para um conjunto residencial, ~~em~~

~~por exemplo~~ o Conjunto do INOCOOP, no Alto de Pinheiros ~~em~~

~~uma rede de quatro quilômetros~~ e do longo desses quatro quilômetros, uma

série de residências ^{que} de outra maneira não ^{receberiam} ~~passaram~~

a receber gás.

O SR PRESIDENTE (~~DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL~~) -

Com a palavra o Deputado Paulino Cícero.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Apreendemos das

palavras do ^{Sr.} Presidente da COMGAS, que a companhia tem atualmente um

parque de 113 mil consumidores.

^{CONVULSO} O SR ~~LUIGI MAXIMO GAVINA BIANCHI~~ - Es ^{se} número

é aproximado.

envolve
 O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Esse ^{número} ~~113 mil~~
 consumidores ~~residenciais~~ residenciais, industriais e comerciais, não
 é verdade? Indago se a CONGÁS faz o ~~fornecimento~~ fornecimento
 do produto para grandes consumidores, a nível de indústria.

CONVITEADO
 O SR LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI - Fazemos.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - ~~Indago~~
 Qual é a repercussão, *na* composição dos custos da empresa, des-
 se fornecimento a ~~granel~~ granel para fins industriais. Ele ^{Desa} ~~é~~ subs-
 tancialmente ³ no descendimento dos custos, ~~apresenta~~ no equilí-
 brio econômico-financeiro da empresa?

CONVITEADO
 O SR LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI - Os custos
 são iguais, *Os preços é que são* ~~axxxxxxxxxx~~ diferentes. ~~são os preços~~

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Os preços são
 privilegiados para grandes consumidores?

CONVITEADO
 O SR LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI - A mistura
 de preços é tal que torna a CONGÁS viável. Esta é prática comer-
 cial em qualquer empresa.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Indago ^a ~~de~~ V.Sa,
 já não tanto ^t sobre o assunto específico da CONGÁS, mas no setor co-
 mo um todo, ^{se} ~~os~~ preços que ~~a~~ a CONGÁS pratica para grandes consumi-
 são os mesmos ^{de} ~~de outras~~ outras companhias distri-

buidoras de GLP?

conveniente
O SR LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI - Uma das

coisas mais difíceis saber é o preço do concorrente.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Mas a nível residencial, por exemplo.

conveniente
O SR LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI - A nível

residencial, hoje nosso preço está um pouco mais elevado do que antes. Cobrávamos preço mais barata,

mas, como tivemos aumento de custos, ~~que de outra maneira não~~

~~podemos passar~~ Em parte, tivemos de elevar nossas tarifas, aci-

ma, digamos assim, da parte teórica, porque há toda uma maneira modo de calcular procurar os custos. A nível residencial, estamos hoje mais caros do

que o ~~GLP~~ GLP.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - O preço da naf-

ta do gás que serve seus aos consumidores é também ~~esse~~ tabelado pelo GLP?

conveniente
O SR LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI - Não.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - V. São ~~fazem~~

~~Você~~ podem, então, encontrar o equilíbrio financeiro da empresa através de aumentos periódicos do preço do produto, independentemente

de uma necessidade escala de mercado? ou de outras concorrências?

✓
23

Concorrência

O SR ~~LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI~~ - Eu gostaria

que assim fosse, mas não é, porque ~~a gente~~ tem concorrência ✓

mas, estamos
Começa como hoje, perdendo clientes.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Então, a limitação da sua empresa ao aumento de preços é exclusivamente a conveniência da livre disputa de mercado?

~~O SR LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI - Perfeito.~~

~~DEPUTADO~~
O SR. ~~(LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI)~~ - Perfeito. A

CONGÁS é uma empresa, digamos, pública, que sofre ~~uma~~ concorrência acirrada. ~~o~~ Nosso esforço de marketing é extremamente

alto. Não vou dizer que temos grandes nomes em marketing, mas

~~temos uma grande~~ atividade nesse setor. ~~Tudo isto para~~ ^{nosssa} ~~esse~~ ^{e' intensa} ~~atividade~~ ^{A condição de} ~~esse~~

~~para~~ sobrevivência ^{e'} ~~é~~ ^{os} ~~baixar~~ ^{absorvemos} ~~custos~~. ~~Além~~

~~grandes custos por causa do~~ disso, houve um aumento de 80 para 113 mil consumidores.

Como disse no início, temos um custo fixo ~~extremamente~~ ^{bastante}

~~alto~~ alto, mas um custo variável extremamente baixo, porque

substituímos a mão-de-obra muscular, digamos, por um ^{Simplex} motorzi-

nho. O gás é entregue através de um motor — energia mais ba-

rata de que dispomos. De modo que temos ~~uma~~ grande sensibili-

dade para a economia de escala.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - ^{Outra indagação - e} ~~visão mais do~~ ~~Prin~~

~~talvez~~ talvez ^{ai} ~~não~~ esteja ~~essa~~ a resposta à

pergunta do nobre companheiro, Deputado Adhemar Santillo: quan-

do foi feita a ~~abertura~~ concorrência para absorção dos servi-

ços de gás canalizado, em São Paulo, não costou do edital ^m ~~e~~ ^o

evidentemente não poderia constar ^o ~~que~~ a empresa vencedora da

licitação teria o monopólio do abastecimento de gás da Grande São Paulo. A ausência da menção do monopólio não teria sido a

razão do ~~interesse~~ ^{desinteresse} de ~~muitas~~ ^{outras} companhias? ~~Porque se tivessem~~ ^{se houvesse}

~~mencionado~~ ^{constituído} o monopólio a favor da ~~concorrência~~ ^(vencedora da), quem sabe não

tivesse ~~aparecido~~ ^{aparecido} ~~uma~~ ^{licitantes?} dezenas de ~~postulantes para a execução~~

~~-----~~

~~DEPUTADO~~ ^{DEPUTANTE}

O SR ~~LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI~~ ^(Luigi Maximo Giavina Bianchi) - Quero esclare

cer que o monopólio nunca foi posto em jogo. É um monopólio controlado; sempre foi a nível de exclusividade.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - ~~o~~ ^O monopólio do

gás ~~de~~ ^{de} nesta, não é verdade?

~~DEPUTADO~~ ^(Luigi Maximo Giavina Bianchi) - Cer-

to.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Mas, ao lado dele...

~~DEPUTADO~~ ^(Luigi Maximo Giavina Bianchi) - Nós não temos, e nem pedimos, o monopólio, vamos dizer assim, ~~da~~ ^{da} dis

tribuição de gás.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Existem cidades no mundo ~~que se equiva com~~ ^{exclusivamente pelo} abastecidas per gás de nafta?

~~SR DEPUTADO~~ (Luigi Maximo Giavina Bianchi) - ~~Exato~~ ^{Sim.}

~~Sim.~~

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - ^{Há coexistência do} ~~E existindo o~~ GLP, do gás do nafta, ~~do~~ propanol?

~~SR DEPUTADO~~ (Luigi Maximo Giavina Bianchi) - Já entendi a pergunta. V.Exa. está querendo saber ^{a respeito da} ~~se~~ exclusividade do gás do nafta, proibidos outros gases, não é?

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Exato.

~~SR DEPUTADO~~ (Luigi Maximo Giavina Bianchi) - Não.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Sempre há convivência de diferentes tipos de combustível para fins ~~domésticos?~~ ^{domésticos?}

~~SR DEPUTADO~~ (Luigi Maximo Giavina Bianchi) - É uma grande ~~vantagem,~~ ^a ~~que~~ não há quem não ^a queira usar. A com-

plementaria ^{de} das duas formas de energia é fundamental ^o melhor ^{e'} servir a ~~população~~ população. Não há exclusividade, que eu conheça.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Perfeito. Esse número que ^{V. Sa.} o senhor nos deu, ~~113 mil~~ ^{refere-se aos} 113 mil, ~~é o número de~~ consumidores de gás de nafta na Grande São Paulo?

O SR DEPUTADO ~~(Luigi-Maximo Giavina Bianchi)~~ ^(Luigi-Maximo Giavina Bianchi) - É o número de consumidores da CONGÁS, da empresa.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - ~~o senhor~~ ^{V. Sa.} tem ~~uma~~ ^{aproximada} idéia ~~mais ou menos~~ do número de consumidores de gás liquefeito de petróleo — GLP?

O SR DEPUTADO ~~(Luigi-Maximo Giavina Bianchi)~~ ^(Luigi-Maximo Giavina Bianchi) - Não sei ~~se é 10 mil~~ ^{ao certo} ~~esse número também~~ de memória. ~~Estou disponível~~ ^{que é de cerca de} Tenho a impressão, 1.600 mil, na área metropolitana de São Paulo.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - ~~N~~ Nossa Comissão,

Sr. Presidente, está fazendo estudos aprofundados a respeito do problema do gás no País. Foi sugerido aqui, por um colega nosso, que se tornasse obrigatório, através de projeto de lei, possivelmente oriundo da própria Comissão de Minas e Energia, dependendo de pronunciamento posterior do Plenário, ~~que se tornasse obrigatória~~ a instalação, nos grandes conjuntos habitacionais, ou mesmo em prédios com razoável número de unidades residenciais, ~~que se tornasse obrigatória a instalação~~ de canalização para abastecimento coletivo, ou de GLP, ou, ~~ou~~ no caso de São Paulo, para um abastecimento ~~centralizado~~ centralizado. Que opinião emite ^{V. Sa.} ~~o senhor~~ a respeito do problema?

O SR DEPUTADO ~~Luigi~~ ^{Luigi} Maximo Giavina Bianchi) - Agra-

deço a oportunidade que V.Exa. me dá de falar algo a ^{esse} respeito.
 Sua pergunta é básica. Acho que o gás, hoje, é um equipamento

social, qualquer que seja ele. ~~então~~ A pessoa que adquire uma unidade residencial, principalmente em condomínios, como V.Exa. salienta... ^{no sentido de que, em} minha sugestão é ~~deprender~~ todas as construções que se destinem à habitação, ao comércio e à indústria, ^{se} ~~se~~ preveja ~~se~~ tubulações para receber qualquer gás.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Uma só tubulação pode receber qualquer tipo de gás?

O SR DEPUTADO (DEPONENTE ^{Luigi Maximo Giavina Bianchi}) - ~~Sim.~~ ^{Sim.}

~~Qual tipo de gás?~~

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Basta uma ^{instalação} tubulação centralizada, e o abastecimento pode ^{variar?} ~~variar?~~

~~Qual tipo de gás?~~

O SR DEPUTADO (DEPONENTE ^{Luigi Maximo Giavina Bianchi}) - ~~Sim.~~ ^{Sim.}

~~em~~ tubulações que só admitem o GLP. O GLP tem uma caracterís-

possui
 tica: ele ~~tem~~ um alto poder calorífico por volume. Esta é uma
 qualidade que ~~é~~ ^{acarreta} grande ~~uma~~ desvantagem, porque ele
 é mais pesado que o ar, o que o torna extremamente ~~um~~ perigo
 so ~~em sua~~ utilização. Obviamente ^{se omite} essa periculosidade ~~é~~
~~omitida~~ e tem ^{sido omitida} ~~se omitida~~ sistematicamente ^{em} qualquer vantagem dife-
 rencial do produto, no marketing do nosso produto. Mas ^{todos sabem} ~~isso~~
 que,
~~isso~~ ~~com~~ uma tubulação menor, pode-se abastecer um pré-
 dio a GLP. Esse mesmo prédio não poderá ser abastecido por ne-
 nhum outro gás. ~~isto~~ ^é ~~isto~~ ^{fato faz com que se torne} o mercado ^{ativo} de GLP. ~~isto~~
^{isso precisa} ~~de~~ ser evitado, porque ^o ~~um~~ novo comprador, ou ^o ~~um~~ novo inquilino
 no ~~esse edifício~~ ^{deve} tem de ter o direito de escolha. ~~Essa~~
~~é~~ ~~uma~~ grande disputa da empresa, ^é não a nível de empresa, mas
 a nível nacional, a nível público, ^{- tem sido no sentido de} que seja ^{realis} ~~realis~~ ~~condi-~~
 ções de concorrência. Não pedimos exclusividade para distribuir
 gás canalizado. Tampouco podemos ficar passivos, vendo os mer-

^{Se} cados fecharem ~~em~~ só para o ~~o~~ GLP. ~~isso~~ essa obrigatorieda-

de ^{para} ~~em~~ toda a cidade — ouso dizer o número — acima, ho-

je, de 200 mil habitantes, deverá ^{de condicionar-se} ~~se~~ a tubula-

ção de gás. ^o ~~um~~ investimento ^e extremamente ^{baixo} ~~para~~ a época da

construção, mas ^{bastante} ~~se tornou~~ complicado depois que o prédio

foi construído sem ^(a tubulação) ~~ela~~ ~~simplicidade~~ Não ^{se trata de problema} técnico, mas ~~o~~

~~problema~~ social. ^(pensa assim:) ~~o~~ condômino diz: "Eu me "manco", os

outros ~~os~~ fazem... aí, já fizeram, não pago". ~~os~~ Temos

feito algumas vendas com tubulações aparentes. ~~temos~~

~~o~~ o problema ^é tecnicamente, ^é superável ~~o~~ ~~superável~~ mas

^(é elevado: é difícil) o nível, ^e o custo de comercialização, ~~o~~ fazer com que a

maioria, ou ^(dos moradores) ~~o~~ a unanimidade ~~de~~ se disponha a pagar

por todos, pela conversão do abastecimento do edifício a gás,

~~o custo extremamente custoso a ser pago. Não é~~ A parte técnica ^{três}

^{soamente é} mais cara, ^{como também} ~~o~~ o custo de comercialização é extremamente ^{elevado.} ~~razoã~~

^(ata a V. Exa)
 vel. A respeito disso, vou ~~deixar~~ ^{deixar} um ~~ad~~ ^{ad} dado: ^o Edifício Itá-
 lia, em São Paulo, o maior ^{prédio} ~~edifício~~ ^{centos} da cidade, após aconteci-
 mentos, ^{em virtude de determinações} ~~devidos nas reuniões~~ ^{de} reunião do condomínio,

(SEGUE)

~~per reunião de condomínio,~~ proibiram a entrada de botijões de
 GLP. ~~no Edifício Itália,~~ Até hoje, não conseguimos resolver ^{a questão, ex.} ~~para~~
^{o restaurante}
~~dois clientes~~ principalmente no topo do Edifício Itália ^{um}
~~clube~~ italiano, ^{situado num dos} ~~nos~~ andares de baixo, da venda de
 gás canalizado. Embora o Edifício Itália ^{destine} ~~seja~~ principalmente ~~destinado~~
~~a escritórios,~~ havia ~~um~~ grande uso de GLP. Hoje, eles são
 obrigados a fazer o cafezinho, ou qualquer outro tipo de serviço,
 utilizando-se de aparelhos elétricos. ^{Para o cafezinho usam}
~~pedaços de garrafa de vidro~~ ou coisa parecida, ~~em vez de~~
^{mesmo garrafa térmica.}
~~o gás canalizado para fazer o tipo de serviço~~ ~~por~~ inexistên-
 cia de um sistema competitivo de energia, fez com que ~~os~~ fossem
 privados desse serviço, todos os condôminos ~~do~~ Edifício Itália

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - ^a Indago ^{de} V.Sa. ~~se~~
~~se~~ há um tipo de canalização que ^{seja} ^{apenas} adequado para
 o GLP, ^{se} ^é exlui, ~~se~~ logicamente, a utilização, nessas instala-
 ções, de outros tipos de gás? ~~se~~ ^{possui} ~~as~~ ^{normas}
 para instalações que sejam comuns a todos os tipos de gás?

O SR. LUIGI-MAXIMO-GIAVINA-PIANCHI - ^{saiba,} ~~que eu~~
 não.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Mas há um tipo de insta-
 lação que serve a todos eles?

O SR. LUIGI-MAXIMO-GIAVINA BIANCHI - Pode haver. Veja

V.Exa: para GLP, a tubulação tem ^{de} ~~que~~ ser soldada; para o nosso gás, ela pode ser rosqueada. Se V.Exa. especifica uma canalização apenas rosqueada, serve para nós, ^e não ~~para~~ para eles. O GLP admite tubulações menores em diâmetros, ^{ai,} ~~serve~~ ^{servirá} para o gás deles, não ~~para~~ para o nosso. O que ~~se~~ ^{a nível} propomos é uma norma nacional, obrigatória, sem a qual não haja as garantias de propriedade ^{de} de transferência ~~de propriedade~~ e tudo o mais que decorre na oficialização de uma residência; enfim, ^{algo} ~~as coisas~~ bastante suscetível, de maneira a impor um sistema que sirva para todos, que sirva para o nosso, que tenha tubulações de diâmetro, ~~convenientes~~ ^{a todas,} ligações soldadas, convenientes ~~ao uso~~.

O SR. DEBUTADO PAULINO CÍCERO - Entendo, então, que a Co-

missão deve recolher como ^{subsídio} ~~contribuição~~ de V.Sa. ^{essa} ~~sugestão~~ a quem de direito, possivelmente à ABNT, ^{no que se refere} a elaboração de normas técnicas ~~que também possibilite a instalação de um sistema equivalente~~ que sirva ^{indistintamente} indistintamente a qualquer tipo de gás, Não é verdade?

O SR. LUIGI-MAXIMO-GIAVINA BIANCHI - Perfeito. ~~Se~~ ^{gra}gra-

deço a V. Exa.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - ~~Deu~~ ^{me} Dou por satisfei-

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

to e agradeço a atenção de V.Sa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado ~~Lyseas Maciel~~) ^{- Com a palavra} Deputado

Nelson Thibau.

O SR. DEPUTADO NELSON THIBAU - Sr. Presidente, várias perguntas que eu deveria fazer aqui na Comissão de Minas e Energia

foram prejudicadas, porque os nobres ~~outros~~ Deputados Paulino Cícero e José Machado, já as fizeram. ^{Portanto, estou a par dos} ~~os outros~~ esclareci

mentos. ~~os outros~~ ^{leigo} sou praticamente ~~um~~

vate em assunto de gás, ~~por não de acordo com~~ meu ponto de vista

~~é~~ contrário ao uso dos gases, que estão sendo aplicados em todo o

território nacional, devido a uma espécie de publicidade ~~que~~ que é ^{prejudicial consumo} ~~contrária~~ ao ~~uso~~ de energia elétrica, ^{se fosse usada} acredito que, a energia elê-

trica, ~~se fosse usada~~, além de ^o preço ^{ser} menor, não prejudicaria o

País em divisas; ^o Como V.Sa., ilustre Presidente da COMGÁS, aca-

bou de dizer, os preços ^{do gás} estão sendo aumentados absurdamente, aumen-

tando o custo para o usuário. ~~Esta~~ ~~Comissão~~ ~~não~~ ~~deve~~ ~~tratar~~ ~~apenas~~ ~~dos~~ ~~assuntos~~ ~~relacionados~~ ~~com~~ ~~o~~ ~~Município~~ ~~de~~ ~~São~~ ~~Paulo~~;

^{quer} ~~esta~~ ~~Comissão~~ ~~não~~ ~~deve~~ ~~tratar~~ ~~apenas~~ ~~dos~~ ~~assuntos~~ ~~relacionados~~ ~~com~~ ~~o~~ ~~Município~~ ~~de~~ ~~São~~ ~~Paulo~~;

^{temos} ~~o~~ ~~interesse~~ ~~de~~ ~~ouvir~~ ~~V.Sa.~~, como Presidente da COMGÁS, para que

~~possa~~ ~~ouvir~~ ~~V.Sa.~~, como Presidente da COMGÁS, para que

~~possa~~ ~~ouvir~~ ~~V.Sa.~~ suas explicações ^e ~~possa~~ esclarecimentos

objetivos e positivos, ^{simam de subsidios aos} ~~esses~~ ^{Junto} membros desta Comissão ~~que~~
~~sejam~~ ^{a fim de} ao CNP, ~~para~~ ^{utilizados} que as medidas ~~adotadas~~ no Município de São
Paulo pela CONGÁS sejam ^{também} adotadas nos grandes centros ou nas gran-
des capitais, como, por exemplo, Belo Horizonte, ~~que possui mais de~~
com quase dois milhões de habitantes, ~~que possui mais de~~
~~em~~ ~~uma~~ ~~cidade~~ ~~de~~ ~~dois~~ ~~milhões~~ ~~de~~ ~~habitantes~~.
~~de~~ ~~nobres~~ ~~colegas~~, que já foram, inclusive, Presidentes desta Co-
missão, o CNP ~~tem~~ ~~o~~ ~~monopólio~~ ~~de~~ ~~decisão~~, ~~em~~ ~~alguns~~ ~~municípios~~,
~~onde~~ ~~o~~ ~~monopólio~~ ~~de~~ ~~decisão~~ ~~é~~ ~~exercido~~ ~~de~~ ~~modo~~ ~~que~~ ~~o~~ ~~usuário~~ ~~tem~~ ~~que~~ ~~pagar~~ ~~o~~ ~~preço~~ ~~que~~ ~~o~~ ~~monopólio~~ ~~de~~ ~~decisão~~ ~~impõe~~.
~~exclusivamente~~ ~~o~~ ~~poder~~ ~~de~~ ~~decisão~~ ~~é~~ ~~exercido~~ ~~em~~ ~~alguns~~ ~~municípios~~.
Então, eu perguntaria objetivamente, não só
para esta Comissão, mas no interesse geral de todas as ^Ccapitais do
País, ~~eu~~ ~~perguntaria~~ primeiramente, ao Presidente da ~~CONGÁS~~ CONGÁS,
se a canalização do gás ^{trouxe} ~~traz~~ benefícios para São Paulo em vários
setores, inclusive na ~~redução~~ ^{Gostaria de saber} do preço para o usuário, ~~e~~ ^{também}
se ^{algum} não acarreta ~~nenhum~~ perigo ^{nessa tubulação} ~~em~~ ^{Sabemos que} qualquer tu-
bulação, por melhor que seja, está sujeita a vazamentos, e esses,
~~além~~ ^{representaram} de ~~correr~~ ^{um} ~~risco~~ ^{risco}, podem trazer prejuízos.
Pergunto, também, qual ~~é~~ o processo adotado pela CONGÁS para evitar
esses vazamentos ou ^o ~~perigo~~ ^{que} ~~podem~~ ~~acarretar~~, ~~esses~~ ~~vazamentos~~. E

ainda, se, realmente, o Município de São Paulo, adotando a ~~CONGÁS~~,
 resolveu esse processo em melhores condições do que ^{com} o uso dos bo-
 tijões.

O SR. LUISI MAXIMO GIAVINA BIANCHI - ~~Realmen-~~ Realmen-

te, é uma série de perguntas. Quanto à parte de energia elétrica,
^{mais otimistas} por ~~coisa~~ que sejam ~~coisas~~ ^{sempre} e surpreendi-
 des, porque a coisa andou mais rápida do que ^{se} ~~se~~ esperava. Isso
 vale para qualquer tipo de energia. ^{Digamos, por exemplo, que se} ~~se~~ ~~se~~ ~~se~~
^{tenha abundante} ~~se~~ fornecimento de energia elétrica, na parte de produção.

Agora, admitamos ^{que o} ~~que o~~ equipamento de distribuição de energia elétrica ^{me} refiro (a São Paulo mas é válido para outras cidades) ^{foi} muito bem planejado, ~~estatisticamente planejado~~ mas foi surpreendido por uma ~~nova~~ tecnologia que ~~se~~ andou ainda mais rápido. Hoje há ~~um~~ grande problema, a nível de distribuição de energia elétrica, nos centros urbanos. ^{Citando} ~~naquele prédio foi~~ novamente o Edifício Itália, ~~é~~ proibido ~~de~~ usar ar condicionado elétrico, por sobrecarga no sistema de cablagem ~~de~~ ~~edifícios~~. Isso se entende, porque ninguém pensava, à ~~na~~ época do planejamento, ~~que~~ ~~haveria~~ ^{grande} número de ~~xerox~~ que existiriam, ~~nas~~ máquinas auxiliares, ~~que~~ ~~existiriam~~ nos computadores e ~~a~~ demanda de energia elétrica que ~~eles~~ acarretariam. ^{tudo isso} As garagens automáticas que tiveram ^{de} surgir, como um equipamento social, para o auxílio do trânsito urbano, a evolução e a mudança de usos e costumes das populações, em termos de transporte, a diferenciação do uso do solo, as residências ^{se afastando} cada vez mais ^{do} centro, com novos carros na cidade ^{de} ~~os~~ ~~osso~~ ~~osso~~ garagens automáticas ^{criaram} ~~uma~~ grande demanda de energia elétrica, ^o que ocasionou ~~uma~~ sobrecarga no sistema ~~de~~ de distribuição. ~~De~~ ~~modo~~ ~~que~~ ~~o~~ ~~problema~~ ~~de~~ ~~energia~~ ~~elétrica~~ ~~em~~ ~~São~~ ~~Paulo~~ ~~se~~ ~~transformou~~ ~~em~~ ~~um~~ ~~problema~~ ~~de~~ ~~energia~~ ~~elétrica~~ ~~em~~ ~~São~~ ~~Paulo~~ ~~de~~ ~~segunda~~ ~~parte~~ ~~da~~ ~~sua~~ ~~per~~

ma

guntar, ^{realmente} ~~deveria~~ ^{realmente} vir ajudar a resolver ^{materia} ~~o problema~~ que, por melhor que tenha sido equacionada, se transformou num problema sério, ~~o problema~~ da energia ~~em~~ em centros urbanos. ^{Há} ~~há~~ realmente energia elétrica a nível de produção e há problemas ~~sé-~~ sérios a nível de distribuição.

O SR. DEPUTADO NELSON THIBAU - Para encerrar, ~~se~~ ^{se a} perguntaria ~~se a~~ ^{se a} CONGÁS foi uma empresa particular que se tornou mista nessa concorrência e ^{se} ~~ela~~ não tem condições de fazer essa concorrência em outros municípios, nos mesmos termos que ~~faz~~ ^{faz} em São Paulo?

O SR. LUIGI-MAXIMO GIAMINA BIANCHI - Já estamos com investimentos em vários municípios, ^{se} ~~ela~~ nós temos lei de exclusividade em 50 municípios.

O SR. DEPUTADO NELSON THIBAU - De outros Estados ou só ~~em~~ ^{de} São Paulo?

O SR. LUIGI-MAXIMO GIAMINA BIANCHI - Essa pergunta merece ^{maior} equacionamento ~~em~~ ^{maior} ~~para~~ ~~apreendermos~~ ~~o~~ ~~espírito~~ ~~da~~ ~~resposta~~. ~~quando~~ se fornece ^{maior} ~~uma~~ indústria gás/ essa indústria faz um investimento por 20 ou 30 anos. ^{Então, ela} ~~está~~ ~~garantindo~~ ~~a~~ ~~essa~~ ~~indústria~~ ~~uma~~ continuidade, não só de suprimen

to, mas também de preço. ~~Por que a indústria~~ não optar por gás, ela pretere outro tipo de energia, mas compete no mesmo mercado que a indústria que opta por outro tipo de energia. ~~mas~~ Temos ~~uma~~ possibilidades nacionais de gás. As descobertas existentes se restringem ao Nordeste, a nível de ~~planejamento~~ planejamento nacional, são destinadas ao desenvolvimento à geração de empregos, de economia secundária naquela região. Não será levada ao Centro-Sul, pelo menos nas quantidades hoje conhecidas. Então, ~~mas~~ dependemos do gás de importação. ~~Não estive~~ ^{estive} ~~na~~ Vossa companhia trabalhando na Bolívia, em perfeita sintonia com todas as autoridades federais na matéria. Um dos problemas é ^{se} a gente ligar uma indústria a um gás, que é muito mais barato, mas que, à época em que ~~o preço do gás~~ ^{diminui o suprimento,} não há sucedâneo para o mesmo preço. O custo do gás ^{de nafta}... a nível de hoje, da CONGÁS, é 4 dólares por milhão de BTU. O gás, hoje, a nível da Bolívia, seria 1,76 dólares por milhão de BTU. ~~Por~~ V. Exa. ^{Observa} que uma indústria que se ligaria, a nível de gás da Bolívia, fica totalmente dependente desse ^e gasduto, Isso por um lado. Por outro lado, ^e ~~o~~ gasduto V. Exa. não pode fazer com pouco gás. Vendemos hoje, como ^{genuinamente} gás natural, 220 mil metros cúbicos por dia.

Um gasduto só é viável à ordem de 8 milhões de metros cúbicos
 de gás ~~de~~ por dia. ~~de~~ alternativa para suprir, vamos dizer assim,
 essa parte de gás, seria o gás ^{natural} liquefeito.

~~uma alternativa para suprir, como dizer, essa parte de gás seria~~

~~o gás.~~ ^{Suprimento} A COMPAS tem negociações novas ^{de} comum acordo com

todas as autoridades federais, ~~atualmente~~ com a Venezuela, Chile,

Nigéria e Argélia. Temos muita coisa em fase adiantada de progresso.

Isso nos ^{dá} ~~proporciona~~ diversidade de suprimento, que nos permite

garantir à indústria uma continuidade de preço, porque é inadmissível

que haja o problema, em todas essas áreas, ao mesmo tempo.

Por outro ^{lado} lado, gera ^{outro} problema, que é o ~~do~~ mercado. Como cada

projeto ~~tem~~ tem uma economia de escala própria, o mercado tem

que ser muito grande.

O SR DEPUTADO NELSON THIBAU - Então, teria de ter uma

concessão ^a ~~de~~ longo prazo?

CONVIDADO

O SR DEPUTADO MANING GIANINA BIANCHI - Não é um problema

de prazo, ^{mas} ~~de~~ de intensidade. Volume por dia. Agora,

posso responder à sua pergunta. Dentro desse painel, a COMPAS

já tem negociações e entendimentos feitos com outros Estados do

País, para grandes clientes industriais que viabilizem esse esquema

de suprimento de gás. E ^{se} ~~o~~ entende que isso não é importação

de gás, mas abertura de mercado para exportação de produtos

brasileiros, que é outra faceta que levaria mais tempo para explicar

neste contexto de comercialização e garantia de gás, como alternativa

energética, matéria-prima petroquímica e insumo na ind-

dústria.

O SR NELSON THIBAU ^(de V. Sa) - Costei da ~~de~~ explicação e me
dei por satisfeito. Mas o meu interesse é ~~o~~ saber, Sr. Presiden-
te, ^{se conforme} ~~essa~~ ~~essa~~ explicação e ~~essa~~ organização da COMPAS,

~~se~~ poderia ~~em Belo Horizonte~~ Belo Horizonte, ter condições ^{de}
ser abastecida.

CONVIDADO

O SR. ~~LUIS CARLOS GIMENA BENEZI~~ - Nós já fornece-
^{esse suprimento.}
mos ~~esse suprimento~~ Nós fornecemos à Prefeitura

de Porto Alegre, Curitiba, ^{inclusive} ~~ter~~ estagiários da Companhia do
Rio de Janeiro.

O SR NELSON THIBAU [#] - Como representante de Minas
Gerais, ^{Belo Horizonte,} ~~preocupa-me~~ preocupa-me o problema da ~~saúde~~, pois sou
seu representante, para se aplicar esse processo.

^{me} V. Sa. deu essa explicação ^e eu fiquei satisfeito.

CONVIDADO

O SR. ~~LUIS CARLOS GIMENA BENEZI~~ - Já tivemos estagiários de Belo Horizonte na COMPAS.

O SR. PRESIDENTE ^(de acordo com) ~~(de acordo com)~~ - ~~essa~~ essa pergunta que foi formulada, Deputado?

^{nelson Thibau}
O SR. DEPUTADO ~~Thibau~~ - Não.

O SR. ~~LUIS CARLOS GIMENA BENEZI~~ ^(deputado) ~~(deputado)~~ Deputado Santilli fará a última pergunta

^{certas}
Antes que os Srs. Deputados se retirem, há ~~as~~ comunicações de

Tem a palavra 13/3

ordem burocrática da Comissão que gostaria de fazer. ~~Deputado José~~
Canargo. Depois, ⁸ ~~Deputado~~ Santilli Sobrinho.

O SR. SENHOR DEPUTADO JOSÉ CANARGO - Sr. Presidente, que-
ro dizer, de início, que sou inteiramente favorável à estatização
e também ~~favorável~~ ^(uso do) ao gás encanado, que é mais cômodo ~~para~~
~~para~~ para o consumidor. Mas, entendo que a política da COM-
GÁS não está sendo a mais ~~adequada~~ adequada para São Paulo. Eu vivo
num bairro central, em São Paulo, e não possuo ainda o gás encanado.

Não ~~tanto~~ ^(pelo valor) pelo preço do gás, mas, principalmente, das instalações.
~~Soamente a instalação interna em minha residência foi~~
~~de cerca de~~ orçada em mais de dois milhões, ~~com a instalação~~

~~de cerca de~~ ^{esse} Então, entendo que ~~esse~~ preço está ~~alto~~
além da ~~de~~ grande massa dos trabalhadores. Gostaria de indagar
de V.Sa. se esse preço não superior ao gás ~~líquido~~ liquefeito de petró-
leo, ^{está} ~~devido~~ em razão ~~dos custos de publicidade~~ dos custos de publicida-
de da COMGÁS, ou então da importação da nafta?

NOVIDADES

O SR. SENHOR DEPUTADO GILVINO PIANCHI - Não entendi a úl-
tima parte ~~da~~ ^{da} pergunta de V. Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CANARGO - Gostaria de saber se es-
ses preços ~~superiores~~ ^{elevados / estão} em razão da importação de nafta, ^{ou}

~~da publicidade da COMGAS, porque, sin-~~
 ceramente, entenderos que a publicidade da COMGAS está sendo um
 pouco exagerada. ^{Em} Todos os postes de S. Paulo, na minha região, ^{há}
~~essa~~ propaganda da COMGAS. ^(Inclusive achamos exagerada) ^{feita no} ~~essa~~ publicidade ~~em~~ Natal.
~~Queremos~~ Queremos saber se esse custo elevado é em
 razão dessa vasta publicidade, ou também ^{entra} ~~essa~~ nesse componente a im-
 portação de nafta? ~~Quanto mais~~

~~CONVITE~~
 O SR. LUIZ MARINO GRAVINA - Essa pergunta me-

receria até uma conferência. Mas, ~~quanto mais~~ a propaganda
^{unitários} baixa os custos da COMGAS. ~~Quanto mais~~ Ela é um custo
 absoluto em si, Mas ^{se é} baixa sensivelmente os custos da COMGAS como um
 todo. Agora, ~~quanto mais~~ ^{se é} exagerada ou não, é uma decisão a nível em-
 presarial. Se ~~quanto mais~~ ^{se} tivesse esse convicção, não ~~quanto mais~~ ^{se faria}

propaganda. Vou citar um exemplo: ~~quanto mais~~ 4 anos atrás, um engen-
 heiro da companhia telefonou ao fabricante pedindo um catálogo

de umas válvulas ^{para aplicar} ~~quanto mais~~ ^{respondeu:} ~~quanto mais~~ uma instalação. O fabricante ~~quanto mais~~

"Pois não, não tem dúvida. ~~quanto mais~~ estava querendo vender. ~~quanto mais~~

Qual o endereço? ^{Respondeu:} ~~quanto mais~~ "COMGAS". ^{(Outro replicou:} "Ah! sei. Bom. O "ah! sei,"

^{disse tudo, porqu}

não veio. No dia seguinte, ele telefonou. ~~Disse:~~ Disse: estou aqui com
o cliente, ~~o~~ tal. Tenho uma instalação. Gostaria de conhecer me-
lhor o seu produto. Qual o seu nome? Ele deu o ~~o~~ nome e recebeu
o catálogo. ~~Outros exemplos seria mencionar~~
~~uma casuística~~
ca muito longa. De modo que a propaganda fez parte de um todo e ní-
vel de estratégia empresarial para romper uma imagem que ~~vivia~~ ^{se} ~~vivia~~ ^{se}
~~degradando~~ ^{não somente} frente ao mercado de consumidores, ~~mas~~ ~~mas~~
principalmente ~~no~~ ao mercado de equipamento, nos meios bancários,
~~enfim,~~ ^{a todas as} ~~em~~ economias ~~externas~~ ^{internas} que qualquer companhia adminis-
tradas a nível privado e, por isso mesmo, para a ~~comp.~~ ~~comp.~~
~~Então,~~ essa ~~alteração~~ alteração de imagem
foi uma necessidade. Por isso que para nós a publicidade foi e é
uma peça fundamental dentro de um processo de desenvolvimento. ~~o~~

~~V. Exa. deve ter~~ ^{notado que} ~~o~~
~~nunca~~ ^{viu} ~~viu~~ a minha fotografia em jornal, ~~o~~

94

(há quatro anos,
 Em que pese eu tenha sido Diretor da Companhia, a nossa propagan-
 da é muito mais em termos de divulgação ~~do que a nossa atividade~~ nunca
 foi polêmica; é divulgação da ~~da~~ imagem e da potencialidade que
 o Brasil tem ^{ou} ~~a~~ passar ^a, com um equipamento social, com uma ca-
 nalização de gás. Digamos que os poços de campo que possuem gás
 associado tenham por determinação o planejamento da ~~da~~ PETROBRAS.
 Esse gás tem uma utilização como combustível e não como matéria-
 prima petroquímica. É necessário que o País esteja munido de um
 equipamento social que rapidamente possa absorver esta quantidade
 de energia, que de outra forma - e ~~na~~ exemplo de outros países no
 mundo inteiro - seria queimada. De modo que a CONGÁS, consciente
 disto, está desenvolvendo um sistema que permitirá ao País - se
 assim o planejamento nacional ~~o~~ determinar - colocar rapidamente
 o seu gás associado, como, vamos dizer assim, uma alternativa à
 energética. Não sei se respondi à sua pergunta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CAMARGO - Acho que V.Sa. não respon-
 deu bem ^{quanto} ~~quanto~~ o preço, porque, por exemplo, a publicidade en-
 tra em que percentual no componente do preço? Entendo ser desne-
 cessária a publicidade, porque, como disse de início, o gás enca-
 nado não está atingindo a sua finalidade. Ele é inacessível ao

45

trabalhador. Uma instalação de uma residência, como eu disse, custa mais de Cr\$2.000,00.

O SR. ~~LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI~~ - Nós temos financiamento da Caixa Econômica, em três ou quatro anos, pago diretamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CAMARGO - Sim, mas isso vai onerar o trabalhador, ~~o trabalhador~~ Empréstimo ~~o trabalhador~~ *(sempre se consegue)*.

O SR. ~~LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI~~ - Estamos procurando resolver o problema. *(Se é uma questão de nível de renda, se é válido que a Caixa Econômica financie a instalação interna)* faz com que, embora o preço total seja maior, em função de juros, sem dúvida, ~~se torna~~ a prestação mensal *(se torna)* acessível *(por outro lado, a instalação)*.

~~de São Paulo~~ à receita familiar média de São Paulo.

DEPUTADO

O SR. JOSÉ CAMARGO - Receita familiar ~~da~~ média de São Paulo?

O SR. ~~LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI~~ - Deve ~~se~~ *(Exatamente)* ficar em Cr\$50,00 por mês. Agora, realmente para muita gente, ~~isso é~~ *(é uma quantia elevada)*

O SR. **DEPUTADO** JOSÉ CAMARGO - ~~Porque o deputado está informando~~ *(sempre se consegue)*

que o trabalhador não teria condições, ~~de~~ *(ambos a classe)* média, evidentemente, ~~de~~ *(para arcar com essa despesa)*

O SR. ~~LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI~~ - Mas ele teria *(dinheiro)* para

comprar o conjunto técnico? Certamente a prestação é inferior ao conjunto técnico.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Posso adquirir o conjunto técnico

O SR. DEPUTADO JOSÉ CAMARGO - ~~Eu vi a DES (2) gostaria de discutir~~ de uma vez. É melhor do que pagar em um ou dois anos.

O SR. ~~LUIGI MAXIMO~~ GIUVINA BIANCHI - ~~Não~~ ^{há} dúvida. ^{Foi}

o melhor que conseguimos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CAMARGO - ^{*ainda*} Eu gostaria de indagar o

~~seguinte~~ seguinte: nos bairros periféricos de São Paulo, na zona norte, por exemplo, qual é o índice percentual de instalação de gás canalizado? Ou na zona leste, que é uma ~~zona, digamos assim,~~ ^{*parte da cidade*} ~~periférica~~ ^{*onde há*} de grande densidade, ~~que preside, digamos,~~ ^{*onde há*} um grande percentual de trabalhadores de São Paulo?

O SR. ~~LUIGI MAXIMO~~ GIUVINA BIANCHI - Eu não saberia responder ^{*av. etc.*} Nós participamos de Projeto Leste. É uma zona nova de ampliação da empresa. Nós estamos presentes ^{*nessa*} na zona, ~~temos~~ Nós temos, em Guarulhos, todo o conjunto residencial Zezinho Magalhães, que V.Exa. deve conhecer ^{*e que influi*} ~~um pouco~~ ^{*há*} na economia da empresa, ~~se tem~~ uma indústria pelo meio, ~~que~~ ^{*oferecendo*} nós financiamos, ~~oferecemos~~ gás, ~~um pouco~~ o

47

Procuramos, ~~o~~ ^(então) fazer o melhor possível.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CAMARGO - Certo. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE ^(Tem a palavra o Sr.) ~~(Deputado Lysâneas Maciel)~~ - Deputado

Santilli Sobrinho.

O SR. DEPUTADO SANTILLI SOBRINHO - Sr. Presidente, eu, talvez, devido à localização onde me encontro, não ouvi ~~o que~~ ^(bem o que V. Exa. ~~referiu~~)

Então, eu queria primeiro fazer uma conferência, testar o que eu

penso, ^(e entendi) ~~que~~ ouvi para depois fazer a pergunta. Parece que o ilustre

conferencista disse que a CONGAS foi criada ~~para atender~~ ^(para atender) à política

nacional de interiorização. É isso mesmo?

O SR. LUIGI MAXIMO GAVINA BIANCHI - ~~Exatamente~~ ^{Exatamente}

O SR. DEPUTADO SANTILLI SOBRINHO - Então, posso fazer uma pergunta bem simples. Sou do interior de São Paulo. ~~Se quiser~~ ^(Mas não percebi)

quem sabe eu não estou a par ~~de~~ ^(se) ~~qualquer~~ ação con-

creta ~~de~~ ^(no) sentido de interiorização ~~do~~ ^(do) gás canalizado. Eu pergun-

taria então: o que foi feito de real nesse setor de interiorização?

O SR. LUIGI MAXIMO GAVINA BIANCHI - Quando eu disse in-

teriorização, talvez eu ^(me) tenha ~~se~~ ^(me) expressado ~~de~~ ^(me) mal. ~~Se~~ ^(Queria referir-me a) interiori-

zação do GLP, do gás de botijão, porque realmente ele apresenta as

maiores vantagens diferenciais, como produto, para ser consumido no interior. Então, seria o gás canalizado nas grandes centros ^{que} ~~se~~ liberar^{aria} o GLP para o interior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lyzâneas Maciel) - Permita-me esclarecer^{imentos}. Parece que o conferencista declarou que a política nacional era de interiorização do GLP e, nas grandes ~~concentrações~~ concentrações urbanas, ~~existia~~ o gás canalizado. A interiorização da canalização, não foi isso? A interiorização do GLP e, nas grandes concentrações, gás canalizado. Gás engarrafado para o interior e canalizado para as grandes capitais.

O SR. DEPUTADO SANTILLI SOBRINHO - Então, escapou-me alguma coisa, quando estava ouvindo S.Sa. ^{(Então,} ~~eu~~ faria outra pergunta: Eu não ^{fui} ~~me~~ bem esclarecido sobre ^{o preço} ~~a razão~~ elevado ~~o preço~~ do gás de rua. Antes de pedir mais esclarecimentos, faria uma pergunta específica: não seria a pouca demanda um dos fatores de crescimento?

O SR. LUIGI MAXIMO GIAMINA BIANCHI - Perfeitamente. Esse é o ponto principal.

O SR. DEPUTADO SANTILLI SOBRINHO - Se ouvi bem, parece que há 80.000 ligações apenas, em São Paulo.

São

O SR. LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI - ~~160~~ Havia. Hoje

113.000.

O SR. DEPUTADO SANTILLI SOBRINHO - Centro e treze mil?

~~Essa porcentagem~~ em relação à CONGÁS quanto significa ~~essa porcentagem~~

O SR. LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI - São fazendo a conta.

O total, ~~o~~ grosse modo, é sete ^{ou} oito por cento.

O SR. DEPUTADO SANTILLI SOBRINHO - E as atuais instalações da CONGÁS, naturalmente dependendo de ligações domiciliares

80

~~naturalmente dependendo de ligações domiciliares~~ e algumas comple-
 mentações? As atuais instalações têm capacidade para quantas ins-
 talações domiciliares?

O SR. ~~LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI~~ - Bem, terminamos de
 concluir quatro unidades de ~~instalação~~ produção. Então, em termos
 de unidade de produção, poderemos duplicar nossos clientes. Ago-
 ra, a parte de distribuição, que é o investimento mais pesado da
 companhia, daria para um número significativamente maior.

O SR. DEPUTADO SANTILLI SOBRINHO - Então, a COMGÁS
 está quase na sua plenitude de abastecimento.

O SR. ~~LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI~~ - Não, talvez não me
 tenha expressado direito. Hoje, terminamos de pôr em operação qua-
 tro novas unidades de produção. De modo que estamos com 50% de
 nossa capacidade, porque aumentamos a produção por saltos. Então,
 essas quatro unidades nos permitem duplicar a oferta de gás.

O SR. DEPUTADO SANTILLI SOBRINHO - Naturalmente, baixando
 bem as tarifas.

O SR. ~~LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI~~ - Sem dúvida.

O SR. ~~SANTILLI~~ DEPUTADO SANTILLI SOBRINHO -

~~talvez~~ ^{para} ~~que~~ equilibrar o gás engarrafado?

*Sendo,
 Untalati*

O SR. LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI - Se tivermos homogeneidade de tratamento da matéria-prima, sim.

O SR. DEPUTADO SANTILLI SOBRINHO - Estou satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - *Tem a palavra o Sr.* Deputado Airton Soares, o último debatedor da noite.

O SR. DEPUTADO AIRTON SOARES - *Presidência* Agradeço a tolerância, ~~em~~ ~~presidência~~ Pretendo ser breve. Prezado conferencista, ~~de São Paulo~~

~~eu~~ também somos de São Paulo. *Fazi* três perguntas rápidas. A primeira delas é a seguinte: qual a participação da CONGÁS no or-

çamento municipal de São Paulo, *? Pode citar?* *? (Quanto à* V.Sa. ~~em~~ o percentual. ~~o~~ *segun* *desejava* da, ~~de~~ saber se a CONGÁS tem a sua distribuição incrementada

no setor industrial, ou ~~em~~ planos para desenvolver o atendimento doméstico ou domiciliar. ~~em~~ terceira, ~~pergunta sobre~~ *(V.Sa. pode in*

(alguma coisa formar sobre o gasoduto Brasil-Bolívia. Talvez a PETROBRÁS *(pudesse* *dar* ~~dasse~~ uma informação mais clara, *mas* ~~de~~ *pode* V.Sa. ~~dessa~~ dizer al-

guma coisa sobre esse gasoduto, que irá ~~de~~ trazer o gás da Bolívia a preço menor?

O SR. LUIGI MAXIMO GIAVINA BIANCHI - *(Por favor,* qual foi mesmo a primeira *pergunta?*

92

O SR. DEPUTADO AIRTON SOARES - A primeira ~~vez~~ é sobre

~~o orçamento da capital.~~ o orçamento da capital.

O SR. ~~LUIGI MAXIMO GIUVINA BIANCHI~~ -

Como paulista,

V. Exa. deve estar

preocupado inclusive com a declaração do prefeito, de

que 50% do orçamento é ~~destinado ao~~ *destinado ao* metrô e à COMGÁS, sendo que ~~esta~~ *esta*

~~última~~ *última* ~~parte~~ *parte* entre com ~~uma porcentagem X~~ *uma porcentagem X* des

sa participação. Realmente é ínfima a participação ~~de~~ *de* acionária

da prefeitura na COMGÁS. Nada é comparável com o metrô. ~~é~~ *é*

~~foi~~ *foi* muito evidenciado pela imprensa, ~~embora~~ *embora* ~~algumas notícias não tivessem procedência.~~ *algumas notícias não tivessem procedência.*

O SR. DEPUTADO AIRTON SOARES - Quer dizer que o metrô

é o leão?

O SR. ~~LUIGI MAXIMO GIUVINA BIANCHI~~ - Não. ~~isto é~~ *isto é*

uma opinião

peço. ~~Fui~~ *Fui* gerente de planejamento do metrô, durante três anos,

antes de ir para a COMGÁS. ~~Qualquer~~ *Qualquer* ~~contratinho~~ *contratinho* ~~o~~ *o* orçamento a-

nual da companhia de gás. Não há comparação. Não ~~saberia~~ *saberia* ~~me~~ *me* di-

ca V. Exa. zer ~~em~~ *em* números exatos, mas é ínfima.

pergunta se refere

O SR. DEPUTADO AIRTON SOARES - A segunda ~~vez~~ *vez* ~~de~~ *de* for-

necimento industrial particular.

O SR. ~~LUIGI MAXIMO GIUVINA BIANCHI~~ - Veja, ~~ten~~ *ten*

^{mos}ta o que é possível. Agora temos consciência de que a nafta é um produto caro e não deve ser usado indiscriminadamente na parte industrial. A política da companhia — e isso é bom que seja do conhecimento da Comissão — é apenas abrir, na parte industrial, indústrias-piloto. Para ~~abrir~~ ^{leitar} um dado, a primeira torrefação de café, que podemos considerar uma pequena indústria, nos levou, em termos de pesquisa, ^{de} quase um ano. Há uma altíssima ~~tecnologia~~ ^{tetrologia} envolvida na venda industrial e queremos estar preparados quando ~~o~~ ^{Crescermos} o gás natural, ~~que virá a ser~~ ^{Teremos} de uma só vez, de expandir rapidamente as vendas e ter ^{mos} essa parte industrial preparada, porque levamos um ano — foi um pouco mais, talvez, mas digamos que seja um ~~xxxx~~ ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ ano — para desenvolver o nosso produto para uma torrefação de café, com pouco gás. E levaríamos o mesmo ano, se tivéssemos ~~a~~ ^{dez vezes a} disponibilidade de gás que temos hoje. Então, ~~abrimos indústrias-piloto~~ ^{abrimos indústrias-} ~~presentes~~ ^{de vidro} ~~presentes~~ nos vários setores. ~~indústria~~ É um trabalho muito intenso de pesquisa de adaptação tecnológica. Temos, no INPI, dezenas e dezenas de contratos de assistência técnica, todos secundados por indústrias nacionais, para que o know-how adquirido aqui fique. É um trabalho muito lento. De modo que o ~~o~~ crescimento industrial ~~o~~

84

~~isso~~ ^(porque) é contido, temos consciência de que a nafta é um produto nobre, caro. ~~mas~~ ^(por) outro lado, também temos consciência de que ~~farem~~ ^(para receber) toda contratação ~~de~~ outra matéria-prima, quer boliviana, quer gás natural liquefeito, ou mesmo do território nacional, ~~para~~ ^(receberem) E ~~cria~~ de chofre, porque as economias de escala ^(estruturadas) são de molde a dar uma quantidade muito grande. Então, o salto será muito grande. ~~que~~ ^(est) estamos preparando. ~~na~~ ^(a) Neste particular, ~~que~~ já estamos tendo alguma assessoria, inclusive ~~da~~ ^(a) CEG, com alguns problemas que ~~ela~~ ^(possa vir) ~~de~~ a ter, e indústrias que já tenhamos atacado. Por outro lado, recebemos da companhia ~~de~~ estadual do Rio de Janeiro, assessoria ~~e~~ ^(de) indústrias ~~que~~ ^(de) que ~~ela~~ tenha sido pioneira. Então, há uma troca de ~~uma~~ ^(a nível) economia ~~de~~ ~~uma~~ ~~tecnológica~~. Então, esse é o mercado industrial. ^(Quanto) Ao mercado industrial, São Paulo oferece grandes vantagens pelo seguinte: ~~há~~ ^(há) toda uma industrialização no Moca, no Braz, em Tatuapé, na Penha, ~~que~~ ~~feita~~ com tecnologias anteriores e que hoje são indústrias - digamos - menores, indústrias que não podem receber outro combustível, a não ser o gás canalizado, porque nem espaço para colocar tambores de GLP, já não digo receber a granel, mas mesmo tambores, ~~elas~~ não têm. De ~~esse~~ modo que temos tido muito sucesso na parte comercial, ~~mas~~ que

é onde temos a maior aceitação do nosso produto. A parte residen-
 cial é a que ~~se~~ exige maiores investimentos. E temos muito cuida-
 do para não fazer investimentos antes ^(seguros) que tecnicamente, ~~se~~
~~sejam~~ recomendáveis. De modo que, na parte residencial,
 temos feito ~~algumas experiências~~ ^{algumas experiências -} piloto, principalmente para
 testes de novos materiais. ~~Se~~ Tenho o prazer de participar que
 instalaremos, em São Paulo, tubos de plástico. ^{é a} ~~se~~ primeira vez
 no Brasil, ~~se~~ poderemos instalar, até 400 metros, sem abrir vala,
 por inserção de tubos,

86

~~inscrição~~ ~~de~~ ~~tubos~~ como economia sensível ~~de~~ ~~custo~~ de colocação.

Esse é um trabalho que nós estamos desenvolvendo há 2 anos, ~~em~~

• Importaremos uma pequena quantidade de tubos da ordem de 120 km.

• As empresas estão interessadas em licenciar empresas nacionais para a produção de tubos por ~~extensão~~ ^{exclusão} ou, então, ~~de~~ fabricar ~~de~~ matéria-prima aqui, dependendo do interesse das indústrias nacionais. De modo que, na parte residencial, ~~exclusão~~ ^{nós nos temos}

limitado a experiências-piloto. Nós fomos os primeiros,

em São Paulo ^e no Brasil, a usar ~~este~~ ferro ondular para

extensões. Nós fomos os primeiros, em companhias de gás e, talvez,

o segundo do Brasil, a usar proteção catódica para tubos de aço,

primeiro para ^(a) PETROBRÁS e ~~depois~~ o resto para ^{Horizonte,} Belo ~~Vista~~

~~em~~ ~~Horizonte~~ se não me falha a memória. Na parte residencial, fizemos

talvez umas 10 ou 20 malhas e ^(a) que nós testamos inclusive um ^{experiência-} ~~piloto~~

to de mercado novo ^(e) ^(projeto -) ^{Houve, inclusive,} ~~de~~ ~~um~~ ~~impacto~~. ~~de~~ ~~um~~ ~~impacto~~ a aceitação

dessa oferta pela COMGÁS. ~~de~~ A última ~~de~~

pergunta de V. Exa. se refere ao gasoduto da Bolívia. ~~de~~

~~gasoduto~~ ~~de~~ ~~Bolívia~~ Investimos bastante ^{(neste gasoduto,} sempre em consonância

com a ~~petrobrás~~ ^{PETROBRÁS. / V. Exa.} sabe também que o gasoduto da Bolívia

é um problema continental, não é tão-só do Brasil, ^{mas} ~~é~~ tão-só

Brasil-~~de~~ Bolívia. Há muitas ^{fatres} ~~casas~~ envolvidas. ~~de~~

(Sempre demonstramos)
nuestro interesse nesse ~~sentido.~~ Acompanhamos o processo e reconhecemos que ~~isso~~ ^{isso} não é fácil.

O SR. DEPUTADO AIRTON SOARES - Nós estamos ^(Eo) na fase de ~~de~~ projeto, ~~ou~~ já há algum negócio estabelecido em termos de exploração do gás boliviano?

(já há)
algun planejamento ~~para~~ para transporte?

(DEPENDENTE)
O SR. *(LUIGI MAXIMO GIACINA BIANCHI)* - Nós

contrataros pesquisas de ~~reservas~~ ^{reservas} na Bolívia que nos garantem a existência do gás. Nós tomamos, também, ~~de~~ ^{a nível de pré-projeto,} todo o ~~projeto~~ ^{programa (pronto)} até São Paulo.

O SR. DEPUTADO AIRTON SOARES - Em termos de ~~condução~~ condução do gás da Bolívia até São Paulo, já existe também o projeto?

(DEPENDENTE)
O SR. *(LUIGI MAXIMO G. BIANCHI)* - T-

xisto.

O SR. DEPUTADO AIRTON SOARES - *(Seria esse)* então, o tal gasoduto?

(DEPENDENTE)
O SR. *(LUIGI MAXIMO G. BIANCHI)* - Não.

Este projeto é lendário. Acho que, no mundo, vão existir dezenas de projetos São Paulo-Santa Cruz. E nós também temos um.

O SR: DEPUTADO AIRTON SOARES

- Uniao

obrigado.

O SR: DEPUTADO JOSE MACHADO

- Imp

fato
~~que~~ que me causou muita impressão na exposição do ilustre Presidente, *foi* quando ~~se~~ se referiu ao Edifício Casa de Itália, ~~por~~ *motivos* talvez peculiares ~~que~~ *foi* adotado procedimentos que ~~le-~~ *eram* ~~van~~ *ava* a ter certos receios com relação ~~a~~ *a* alguns objetos eletrodomésticos e ~~a~~ *a respeito da* utilização de alguns derivados de petróleo. Disse o Sr. Presidente da CONCAS, que, no Edifício Casa de Itália, foi expressamente proibido o uso de gás liquefeito de petróleo, *incluindo* ~~os~~ *em* os refrigeradores ~~que~~ *ve até o* ar condicionado ~~na~~ *a* base de energia elétrica. Quais teriam sido essas razões? ~~Essa~~ *Essa foi* ~~uma~~ *tomada* decisão ~~com~~ *com* toda certeza ~~depois~~ *depois* ~~de~~ *depois* ~~depois~~ daqueles incêndios em São Paulo. Quais teriam sido as razões? O gás liquefeito de petróleo tem realmente explodido muito nesse país? ~~Essa~~ Sr. Presidente, ~~essa~~ *essa* notícia espalha da traz intranquilidade a esse país. ~~Final~~ *Final* de contas, isso não é brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado ~~Luís~~ *Luís* ~~Neves~~)

O Sr. Presidente da CONCAS ter evitado entrar ~~em~~ *em* ~~matéria~~ *em matéria* que ele acha ~~que~~ *prejuizos* poderá trazer para as companhias ~~que~~

distribuidoras de gás liquefeito ~~em São Paulo~~ e, ao mesmo tempo, desassossegar a população que utiliza desse tipo de gás. Mas a resposta diz respeito a problema de segurança e se faz necessária.

~~está notada~~

O SR. DEPUTADO - JOSÉ MACHADO - Eu

confesso que achei o negócio por demais sério.

PRESIDENTE (LYSÂNEAS MACIEK) -

O SR. ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

Eu acho que ^(me) vou ^(indefinir) permitir, Sr. Presidente, desta vez ~~aceitar~~ a sugestão.

~~o Sr. Presidente~~ ^(o fato) porque, se se refere à ~~segurança~~ segurança de toda a população, acho que a resposta deve ser dada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO ^{Publica}

~~_____~~

O SR. PRESIDENTE (LYSÂNEAS MACIEK) - É a

segunda ^(vez que) ~~vez~~ a matéria é suscitada. Mas ele não ^(se) está indispondo. Ele não quer é causar problemas de entrar na área de competição e, ao mesmo tempo, causar desassossego à população de São Paulo. Mas, Sr. Presidente, se me permitir, ~~_____~~

acho que não há necessidade de pedir a retirada novamente. ^(da sugestão)

Não temos nenhum jornalista presente, mas esse é um fato

importante para a população de São Paulo e de todo o país. V.
Exa. pode responder.

O SR. DEPOENTE (LUIGI MAXIMO G. BIANCHI) ^{então,}

^{com} essa ressalva ^{de} confidencialidade, ^(trata-se) ~~de~~ ^(de) exatamente um proble-
ma de segurança. Agora, como nós não temos alternativa, ^{não} ~~se~~ a-
dianta ficar gritando, porque é isso mesmo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - ~~o~~

^{V. Sa,} tem ciência da existência de inúmeros casos de botijões que
tenham provocado morte?

O SR. DEPOENTE (LUIGI MAXIMO G. BLANCHE) ^{com}

a confidencialidade que é dada ao caso, no Edifício ~~do~~ Itá-
lia é fato que os condôminos se reuniram e proibiram entrada
de botijões por problemas de segurança ~~de~~ física.

^o Não ^(se) segurança material, porque ~~se~~ o seguro cobre.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - ~~o~~

gasômetro ~~de~~ da hoje COMGÁS, em Santos, não explodiu?

O SR. DEPOENTE (LUIGI M. G. BIANCHI) - ~~o~~

^(a zona) parte de Santos não passou ^(antiga) companhia de gás. Ainda é da empresa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - ~~o~~

^(era) ~~de~~ da mesma empresa que explorava ^(o ramo) em São Paulo.

O SR LUIGI MAXIMO GIAVINE BIANCHI - Ainda é uma...

O SR DEPUTADO ~~Santelli~~ ~~Silva~~ - Mas ele é da mes

ma empresa que explorava São Paulo, não é da CONGÁS.

O SR LUIGI MAXIMO GIAVINE BIANCHI - (inaudível) .

Não é da CONGÁS

JOSE MACHADO

O SR DEPUTADO ~~Santelli~~ ~~Silva~~ - Entendido. ~~Se eu~~ ^{foi} ~~me~~ ^{meras}

Se as

insinuações, ~~que são~~ ~~que a CONGÁS~~ ~~tem~~ ~~estes~~ ~~elementos~~

~~que o Sr. Deputado falou que ser testemunha~~ (inaudível)

publicidade

mas acho que ~~deve~~ ^{a CONGÁS} deve

vender a sua imagem, porque o mercado é competitivo e ela ~~tem~~

deve alastrar-se

~~de~~ de toda forma possível para convencer o consumidor a

utilizar-se do seu processo. Mas ~~ela~~ ^{a CONGÁS} tem, também, de-

veres. Não basta fazer insinuações. Condôminos... condôminos

de edifícios da área de São Paulo ^{não} são diferentes de condôminos

de qualquer edifício do Brasil. Então, se eles adotaram esse

processo, ^{foi devido a} ~~tem sido~~ por insinuações ou ~~uma~~ ^a orientação técnica de

alguém.

~~CONVITE~~

O SR LUIGI MAXIMO GIAVINE BIANCHI - Lá, como condô-
minos, há várias pessoas que entendem de gás e não são da CON
GÁS.

JOSE MACHADO

O SR DEPUTADO ~~Antonio Schinb~~ - Mais grave, ainda.

Se não são da CONGÁS, são, naturalmente, homens vinculados ao
gás liquefeito. Então, o gás liquefeito é bom para todo mundo e
não é bom para eles! É uma ~~coisa~~ ^{acusação} grave. Uma empresa do porte
da CONGÁS, ~~que~~ que é uma sociedade ~~de~~ de economis mista, ~~está~~
está no dever de esclarecer a população, ~~e esclarecer de~~
~~esclarecer a população~~, não só de São Paulo, mas brasileira.

Presidente (Lysiane Jaciel)

O SR ~~LUIGI MAXIMO GIAVINE BIANCHI~~ - O assunto é um

pouco delicado. ~~Se a empresa não responde~~ ^{S. Sa. /} já responde ^{clara}

(S. Sa.)

e inequivocamente que o problema envolve matéria de segurança.

se pretende tal fato

Mas não ~~deve~~ propalar ~~isso~~, porque causará um desassossego

em geral em São Paulo e em outras Capitais que adotam o tipo de
 gás liquefeito de petróleo. Além disso, há também o problema
 do aspecto competitivo, ^{de} ética, ^{talvez} principalmente ~~porque~~ ^{porque nós} a gente já tem suficiente preocupação. ~~Então há alguns~~ ^{mas} que a
 gente pode resolver, e outros ~~que não~~ ^{como} ~~precisamos~~ ^{Como} pessoas
 físicas ~~que~~ dependemos de instituições, dependemos de empre-
 sas ~~para serem resolvidos~~. A maior garantia é ~~que~~ a contribuição
 que damos às nossas empresas, para que sejam eficientes e se ex-
 pandam em termos de escala, o que, realmente, de uma forma posi-
~~xixix~~ tiva, concorre para a solução do problema. Sabe V.Exa.
 que após os incêndios de São Paulo houve vários pânicos em edi-
 fícios, ^{simples} ~~com~~ alarme. Um deles foi o edifício Itália. Não
 havia nada de concreto, só houve pânico. ~~preciso~~ Acho que
 a gente em São Paulo, ~~tem de~~ ^{temos problemas suficientes} ~~(inaudível)~~
^{mas a contribuição que} ~~e acho que a gente tem~~ ^{temos} humildemente, prestado às nossas empre-
 sas ~~uma contribuição que~~ por mais que seja, sempre será muito

?

1

1

5

JOSE MACHADO -

O SR DEPUTADO ~~Paulo Saas~~ -Pedi essa relação e

pedi também o montante dos investimentos. Como foi feito o pe-
dido, a Comissão, Sr. Presidente, solicitaria que a CONGÁS
nos enviasse esse relatório.

Muito agradecido a V.Sa. pela sua atuação.

O SR PRESIDENTE (Deputado ~~Lysâneas Maciel~~) - Pergun

to ao Sr. Presidente Bianchi se tem mais algum comentário ~~ou~~
~~ou~~ ou ~~alguma~~ alguma outra declaração a fazer em re-
lação não somente à sua exposição inicial, mas quanto às pergun-
tas?

CONVIDADO

O SR LUGI MAXIMO GLAVINI BIANCHI - Só tenho a

agradecer a oportunidade de minha participação, ~~agradecer~~
~~agradecer~~ ~~agradecer~~, em nome da empresa,

dixo

formulado um pedido de padronização de canalizações em edifícios,

114

co e muito controvertido. A presença de S.Sa. aqui visa exatamente isso, trazer um representante de empresa mista, na qual há interferência do Estado. S.Sa. ~~estava~~ estava, inclusive, obedecendo a uma determinação de uma política nacional, conforme disse por algumas vezes aqui, e isso atenderia, também, a uma diretriz de uma política nacional.

Pediria a S.Sa. que formalizasse, em nome da Companhia de gás que dirige, e que encaminhasse a esta Casa, a sugestão que acaba de fazer e que me parece da maior valia, para ser submetida a esta Comissão, a quem são deferidos poderes de sugerir propostas, projetos, proposições de leis, no sentido de - melhor atender aos interesses públicos ~~do~~ e do País.

Agradecemos muito a presença de S.Sa. aqui, atendendo prontamente ~~à~~ à nossa convocação e pela paciência que teve. Devo dizer que foi uma contribuição importante no setor do gás

liquefeito e sua distribuição e há possibilidade de o Estado interferir sob certos aspectos, a fim de melhorar, possivelmente, esse empreendimento, sem prejuízo da iniciativa privada existente, possibilitando, até, o seu incremento, dentro de bases mais seguras

(SEGUE)

~~O Sr. Secretário terá à disposição ...~~

~~O SR. PRESIDENTE DA CONGÁS (~~

~~...~~

~~O SR. PRESIDENTE (Deputado Lyzâneas Maciel)~~

~~... convite que fizeste em ...~~

~~...~~

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Nós teremos o encontro Nacional do Carvão, e sei que vários Deputados aqui foram convidados a comparecerem a Santa Catarina.

O SR. ~~MEMEMBRO~~ PRESIDENTE (Deputado Lyzâneas Maciel)

Esse é outro convite que tenho em mãos, também, ~~o convite~~

~~o convite~~ gostaria de saber ~~quais os~~

dejam) a esse Encontro,

Deputados que ~~aceitam~~ ir sugerindo a preferência pelos Deputados

de Santa Catarina, ~~então~~ estabelecemos uma certa praxe com

o Sr. Ministro de que ~~os~~ indicariamos ~~xx~~

para

~~xx~~ esses encontros e ~~nessas~~ visitas, *um* Deputado da ARENA

e um do MDR, ~~xx~~ oriundos da região. Possivel-

Potauto,

mente o Sr. Ministro irá nos avisar, ~~xx~~

~~...~~ além daqueles que receberam convites individuais, *A*

Anexo Z1

Ata da 40ª Reunião do Conselho Técnico Consultivo da Comgás, de 9 de fevereiro de 1973

ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO DO CONSELHO TÉCNICO CONSULTIVO

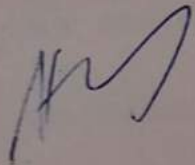
Aos nove (9) dias do mês de fevereiro de 1973, às 14 horas, na sede social da COMPANHIA MUNICIPAL DE GÁS - COMGÁS-SP., à Rua Augusta, 1.600, nesta Capital, reuniram-se os membros do Conselho Técnico Consultivo da Companhia, Eng^{os} Flávio Luiz Felício Maroni, Dácio Aguiar de Moraes Junior, Nelson Gomes Teixeira e Laerte Penchel, sob a presidência do Eng^o Flávio Musa de Freitas Guimarães, Presidente da COMGÁS, conforme disposto no artigo 23, letra "b" dos Estatutos Sociais. O Sr. Presidente, iniciando a reunião, informou a nossa segunda partida de nafta que já está comprometida com a REPLAN e se não houver uma definição sobre o regime de taxação deveremos pagar ICM e IPI, o que irá onerar a operação. A COMGÁS encaminhou através do CNP um pedido de taxação de imposto único para a nafta dentro do mesmo regime do GLP, ou seja, que o imposto único incida sobre a matéria prima na fonte. A seguir, o Conselheiro Flávio Luiz Felício Maroni, solicitou informação sobre a situação das compras de medidores. Em resposta o Sr. Presidente informou que foram encomendados mais 60.000 ao mesmo preço, condições de financiamento e sem qualquer garantia adicional, da primeira aquisição de 30.000 medidores. Em prosseguimento, o Sr. Presidente apresentou relatório relativo ao funcionamento da Usina de nafta, tendo sido comentado e discutido entre os Srs. Conselheiros. Apresentou, também, relatório a respeito do plano de comercialização, a cargo das firmas ENGEVIX-STONE & WEBSTER. Com a palavra o Conselheiro Flávio Luiz Felício Maroni, indagou sobre os estudos de abastecimento de gás natural. O Sr. Presidente, respondendo disse que o escopo de trabalho principal desse projeto é a elaboração de um plano de comercialização de gás para a região de São Paulo. Os objetivos acessórios são a determinação das possibilidades das fontes de abastecimento e um estudo ao nível de pré-viabilidade das fontes possíveis de abastecimento - Usinas de Gás natural sintético e Gás natural liquefeito. Novamente com a palavra o Conselheiro Flávio Luiz Felício Maroni, perguntou se não seria mais aconselhável fazer esse estudo para a região Centro-Sul, ao invés de fazê-lo só para a região de São Paulo. Informou o Sr. Presidente de um gasoduto de abastecimento de gás natural e está partindo para a contratação de um projeto de viabilidade das reservas, o que também já foi feito, o qual está se desenvolvendo porque temos certeza da sua viabilidade só para a região de São Paulo, e não podemos perder mais tempo, até que surjam os interesses da região Centro-Sul. O Conselheiro Laerte Penchel informou que o Conselho Nacional do Petróleo conseguiu interessar o Ministério do Planejamento - CNP - COMGÁS e CEG para a execução de um plano de abastecimento de uma região maior. Com a palavra o Conselheiro Dácio Aguiar de Moraes Junior, informou que entende que é necessário avançar direto à solução do problema do gás boliviano, desde que, se verifique a possibilidade de suprimento comercial normal e do potencial dos campos, pois, conforme expôs o Sr. Presidente, só a região de São Paulo dará o suporte econômico.

.../...

Com o tempo poderiam entrar outra ou outras regiões mas os estudos não seriam retardados, até a conciliação desses interesses. Finalizando o Conselheiro Nelson Gomes Teixeira informou sobre sua recente decisão em processo de concorrência aberto pela Prefeitura para fornecimento de tanques para fornos crematórios do Cemitério da Vila Nova Cachoeirinha. Como a COMGÁS informou da impossibilidade de fornecimento de gás pelo menos durante o corrente ano, optou pela alternativa de comodato dos tanques, o que facilitará a COMGÁS abastecer o crematório, quando a canalização atingir aquele local. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião.

São Paulo, 09 de fevereiro de 1973

Flávio Musa de Freitas Guimarães (a.a.)
Flávio Luiz Felício Maroni
Dácio Aguiar de Moraes Junior
Nelson Gomes Teixeira
Laerte Penchel



Anexo Z2

Nota Taquigráfica da Reunião nº 30 da Comissão de Minas e Energia da
Câmara dos Deputados, 1975

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação Coordenação de Registro Taquigráfico de Debates Seção de Controle dos Registros em Comissão 24.4805 - Ramal 443	REUNIÃO Nº 30 / 75 17. 4.75
COMISSÃO: MINAS E ENERGIA	
CONVIDADO: DIVERSOS CONVIDADOS	
QUALIFICAÇÃO DO CONVIDADO:	

recebido

2

(do gás, em face do)

~~o~~ problema da distribuição ~~do~~ vínculo consumi-
dor-distribuidor, que é estabelecido pela Resolução 161, também foi
objeto de apreciação ~~em~~ um projeto do Deputado Santillán Sobrinho,
que também não ~~foi~~ mereceu acolhida. O fato é que o Conselho
Nacional do Petróleo - e ~~de~~ ^{houve} oportunidade de ouvir vários ex-
poentes - tem registrado que o ambiente está profundamente contur-
bado. Então, esta Comissão recebeu ~~a~~ apelo para que o assunto
fosse examinado em ~~grau~~ maior profundidade. No exame que fize-
mos dos primeiros documentos, verificamos que a constatação do
CNP, de que o ambiente estava conturbado, era realmente uma reali-
dade muito palpável e que se impunha o exame da matéria. Convida-
mos, então, para esta ~~reunião~~ ^{sessão}, que me parece será uma reunião pre-
liminar, ~~com~~ representantes das pequenas companhias distribuidoras
de petróleo. Convidamos também vários representantes do CNP, que
teriam ~~a~~ relação direta com o assunto, ~~em~~ ^{em face da} documentação que re-
cebemos. Isso não impede que esta Comissão entenda por bem soli-
citar a presença de outros representantes do CNP, inclusive em grau
hierárquico maior, porque o representante de S.Exa., o Sr. Ministro
Shigeaki Ueki, disse que o Ministério continua à disposição para
~~enviar~~ ^{enviar} outros ~~representantes~~ ^{representantes} do CNP ~~para~~ para esclarecer devidamente o
assunto. ~~Hoje~~ ^{na} hoje, ~~em~~ ^{na} abertura, ~~estão alguns representantes que~~
~~estão~~ ^{estão} ~~presentes~~ ^{presentes}. Devo dizer que representou um ato de dificuldade,

~~As dificuldades~~ até uma certa coragem que pequenas companhias distribuidoras se apresentassem para ^{apresentar} ~~apresentar~~ o problema. Todos sabemos que as pequenas companhias distribuidoras, ^(que seja) ~~em~~ qualquer se tor em que elas desenvolvam suas atividades, têm dificuldade de en frentar muitas vezes poderosos grupos econômicos. De maneira que queria registrar este fato para que os Srs. Deputados entendam ^(para) que os representantes das pequenas companhias que aqui estão ~~que~~

~~em~~ Isto implica ~~em~~ em um ato de certa coragem comercial e ao mesmo tempo cívica, porque o assunto interessa ao País. ~~Não interessa apenas as pequenas companhias.~~ Assim sendo, gostaria de congratular-me com ^(representantes dessas) ~~estas~~ pequenas companhias, que tiveram a coragem de ^(a fazer) ~~trazer~~ o problema, de vir aqui prestar seu depoimento, que pode estar sujeito a críticas e controvérsias, ^(Realmente) ~~mas~~ ~~que~~ represento um ato de coragem, ~~de~~ trazer a público um problema que está afetando não apenas o interesse comercial de grandes companhias, mas ~~está afetando~~ também profundamente o consumidor nacional.

Vou convidar também ^(a tomar) ~~para~~ ^(com seus lugares) ~~o~~ assento - e

pediria aos senhores que fizessem um ligeiro movimento à direita, se fosse à esquerda complicaria, mas sendo à direita, não ~~será~~ os representantes do Conselho Nacional do Petróleo, que estão

aqui presentes, ~~temem a palavra~~ ^{afim de} ~~também para~~ responder ^{em} as perguntas dos Srs. Deputados. O Conselho Nacional de Petróleo indicou o Dr. Molinaro, que é ~~o~~ Assessor da Presidência e também ~~assessor~~ do Setor de Coordenação da Fiscalização; o Dr. David Sebastião Pinto, ~~que é~~ ³ Chefe da Seção de Programação de Abastecimento e, também, o Sr. Comandante Adyr Montenegro, que também, em certa época, segundo documento que tenho em mãos, realizou uma série de investigações sobre ^{esse} problema no país ~~em~~ e que poderia responder a) perguntas relacionadas com o problema.

Temos à nossa direita também o General Gonçalo Rafael D'Angelo, que é o Diretor de Planejamento da ONOGÁS; o Sr. Onofre ^{Quinan} ~~Rinas~~ Presidente da ONOGÁS; o Sr. Colatrella que dá assessoria não apenas a esta companhia, mas também a outras, ~~notadamente~~ ^{própria} notadamente a Prudentina e ~~para~~ ^{própria} a ONOGÁS. Temos também o Sr. Adib Zacarias, representante da Prudentina.

Vamos distribuir os trabalhos da seguinte maneira, a não ser que haja qualquer sugestão dos Srs. Deputados: vamos ouvir primeiro a exposição que será feita pelo Sr. General Gonçalo D'Angelo, depois ouviremos ~~de~~ ~~de~~ também a palavra do Dr. Molinaro, do Sr. David Sebatstião Pinto e sugeriria que o Sr.

5

Adyr aguardasse as perguntas que fossem dirigidas ^(sobre o) seu setor, a não ser que também houvesse por bem fazer uma exposição sucinta das irregularidades observadas no setor de Fiscalização das inspeções realizadas em todo País. Dividiríamos, assim, em dez minutos para cada um, porque haverá mais perguntas ^(para) as quais os Srs. terão oportunidade de se estenderem mais. São perguntas que foram dirigidas à Presidência, mas que acho ~~de~~ devem ser evidentemente dirigidas aos Srs., que têm conhecimento maior ~~do problema~~ da matéria. Se não houver objeção, este será o procediemtno da nossa reunião.

Gostaria de tornar a chamar a atenção dos Srs. para a importância da matéria. Foi-nos revelado hoje aqui, e talvez o Conselho Nacional de Petróleo ^(a informação) ~~de~~ confirme) que até o preço que pagamos não é ^(aquele) preço justo para o produto. A coisa vai desde o envolvimento de possibilidades de ~~dumping~~ ^{dumping} até a um preço que está em desacordo com a realidade, acima dos lucros normalmente possíveis na matéria.

Com a palavra o Sr. General Gonçalo Rafael

D'Angelo, para que faça sua exposição inicial.

6
3/2

Nesta oportunidade representamos a ONOGÁS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA, com sede na cidade de Anápolis, Estado de Goiás e também, embora sem outorga legal, os interesses das Pequenas Distribuidoras de gás liquefeito de Petróleo.

Não viemos aqui para fazer um discurso, onde a retórica se imporia, mas apenas uma exposição a Vossas Excelências, alinhavando fatos e atos, sujeitos, por isso mesmo, a controvérsias que, provavelmente, darão lugar ao diálogo que se impõe em tais circunstâncias.

A ONOGÁS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA é, sem dúvida alguma, uma das menores distribuidoras de gás liquefeito de petróleo no Brasil, participando de pouco menos de 1% do mercado nacional. Pioneira no Distrito Central, a despeito das dificuldades, dos obstáculos e dos tropeços, conseguiu constituir um relativo patrimônio a custa de sacrificios ingentes, mas alicerçados sempre pela vontade de servir honestamente, cooperando anonimamente para o engrandecimento da nossa terra e bem estar do nosso povo.

Reconhecendo o conhecimento profundo que Vossas Excelências têm de como se processa a comercialização de gás no nosso País, com a devida excusa, permitimo-nos fazer uma ligeira explanação da sua dinâmica, aclarando possíveis hiatos, provocados pelos inúmeros problemas que asoberbam esta importante Comissão de Minas e Energia.

Em 1961, o Conselho Nacional de Petróleo baixou a Resolução de nº 1/61 que daí por diante passaria a ser o catecismo dos distribuidores de gás, norteando-lhes a conduta e o procedimento comercial.

Por essa Resolução reconhecemos que o gás tem peculiaridades de comercialização, não encontradas na gasolina e nos óleos combustíveis e lubrificantes que são transferidos ao consumidor através de Postos de Gasolina, Supermercados e outros pontos de venda.

Não desconhecemos e o afirmamos até com segurança que, ao baixar a Resolução 1/61, estava o Conselho Nacional de Petróleo absolutamente certo da justiça dos seus dispositivos. Todavia, decorridos 14 anos da sua vigência, verificamos que não atende mais aos fins para que foi elaborada. Os tempos mudaram, a tecnologia avançou, a comercialização tornou-se mais complexa e se expandiu, o poder aquisitivo do homem subiu. A distribuição de gás continuou a ser regida por uma legislação obsoleta.

Se é bom verdade que no seu todo essa Resolução não corresponde mais aos fins a que se destinava, não é menos verdade que há disposições de grande alcance. Dá o artigo 10 da Resolução:

"Cabe à Distribuidora, nas instalações domésticas, assegurar a manutenção, em perfeitas condições de segurança, do conjunto técnico empregado."

Essa disposição tem sídoletra morta. A Distribuidora vende o conjunto técnico, instala-o gratuitamente, mas qualquer outro serviço solicitado após a instalação é cobrado do consumidor. Qual será, portanto, a extensão do termo manutenção expresso no art. 10 da Resolução 1/61?

Mas, quando o consumidor deveria estar protegido pelo artigo que citamos, o artigo 21 o escraviza à vinculação à Distribuidora que lhe fornece o conjunto técnico:

"O consumidor de um equipamento será registrado na Empresa Distribuidora por meio de uma "ficha de registro de consumidor", que documentará perante o CNP o vínculo entre a Distribuidora e o Consumidor, nas condições estabelecidas na presente Resolução.

§ 1º - A Distribuidora fica obrigada a preencher a "ficha de Registro" a que se refere o presente artigo, no ato da solicitação direta ou indireta.

§ 2º - A "ficha de registro de consumidor" deverá conter entre outros, os seguintes dados:

- denominação da Distribuidora;
- Data do pedido;
- Solicitação formal do fornecimento;
- Nome do consumidor;
- Local de instalação, indicando número, rua, bairro, Cidade e Estado."

Com referência à prova de aquisição do conjunto técnico, há necessidade:

- Da assinatura do consumidor;
- Da data de instalação
- Do tipo de instalação;
- Do resultado da inspeção;
- Da assinatura do Inspetor.

Todos esses cuidados são realmente válidos num aspecto: o de responsabilizar a Distribuidora que vendeu o conjunto técnico e o instalou, mas

carrecu-lhe a liberdade de adquirir o gás onde lhe aprouver, o que tras ao consumidor, não raras vezes, graves inconvenientes. O raciocínio é fácil:

- Na forma da Resolução n. 1/61, o consumidor se vincula a uma só Distribuidora;
- Vinculado a essa Distribuidora, só dela poderá adquirir o gás;
- Nenhuma outra Distribuidora poderá vender o gás a consumidor vinculado anteriormente a outra distribuidora, sob pena de penalizado pelo CNP com multas elevadas, girando hoje em torno de Cr\$ 19.000,000,00 (dezanove milhões de cruzeiros).
- Se por qualquer circunstância, o consumidor não recebe o gás na distribuição automática, na forma do calendário organizado para o ano, ele só consegue o gás mediante o pagamento de determinada importância, a título de fornecimento de emergência, ou terá que se deslocar ao depósito mais próximo para a respectiva aquisição. E esse depósito só poderá ser da Distribuidora a que está vinculado, por maior que seja a distância a percorrer.

A vinculação do consumidor não lhe facilita em nada e o nosso objetivo é exatamente o de dar facilidades, evitando que tenha preocupações.

Exigências numa estrutura econômica não possível às pequenas empresas, com a ação facciosa da ASSOCIAGS, as Grandes Empresas manipulam a Resolução 1/61 como lhes convém, objetivando a eliminação daquelas do mercado consumidor, formando um bloco onde firmam acordos prévios para a solução dos problemas de abastecimento e aos quais não têm acesso as pequenas empresas.

O botijão é caracterizado pelo nome da Empresa gravado no seu bojo. Quando esses botijões, através do abastecimento, se avolumam nos depósitos, as Grandes Companhias por meio dos "acordos prévios" fazem a destroca com qualquer problema. Quando, porém, tal fato ocorre entre grande e pequena empresa, esta é denunciada por possuir botijão de outra marca, enquanto os de sua propriedade são criminosamente desviados do mercado por destruição ou inutilização ou ainda para emprego no mercado onde não atuam as pequenas.

Com essa prática, assistimos a derrocada da nossa economia e se não houver uma solução que cesse essa prática criminosa, muito cedo estarão as pequenas companhias aliadas do fornecimento de gás.

Mas o comércio de botijões e sua inutilização não é a única faceta dos crimes da comercialização de gás. Há também o abastecimento de consumidores.

Recentemente foi flagrado o caminho de um dos nossos concessionários abastecendo-se em determinada Distribuidora em cujo depósito entrara

transportando botijões da marca ONOGÁS. Como parecia tratar-se de apropriação indébita, o caso foi resolvido na Delegacia Policial, onde ficou constatado que o concessionário ONOGÁS estava se abastecendo ilegalmente em outra Distribuidora, com a conivência dos respectivos funcionários. Tivesse a fiscalização do CNP ou da ASSOCIGÁS aparecido no local, fatalmente a ONOGÁS teria sido autuada ante a ação desonestista do concessionário que transportava em seu caminhão botijões de diversas marcas enchidos pela Distribuidora onde se abasteceu. A autuação ocorreria também, se o concessionário fosse visitado pelo órgão fiscalizador.

Esse e outros fatos semelhantes temos levado ao conhecimento do Egrégio Conselho Nacional de Petróleo, não com a característica de denúncia, mas com a comunicação dos fatos que ocorrerem, para que seja encontrada uma solução para as distorções que desvirtuam a comercialização de gás.

E quando nos dispomos solicitar a racionalização e moralização do comércio de gás, estamos também procurando defender a economia do consumidor, oferecendo-lhe melhor serviço.

As grandes distribuidoras, constitutivas da Direção da ASSOCIGÁS, formam o "pool" responsável pelo estudo do preço do gás para as localidades não providas de bases de abastecimento e por isso o preço unitário do gás não tabelado pelo CNP está acima do normal. É o resultado da "curva de frete" que se traduz pela "diferença na majoração do preço numa cidade tabelada para outra não tabelada.

E por que isso acontece? Pela apresentação de falsos dados que entram na composição dos preços.

Afirmamos, portanto, que o preço do gás para as localidades não tabeladas pode ser menor, desde que o Conselho Nacional de Petróleo estabeleça índices reais para sua formulação, os quais seriam básicos para o estudo da ASSOCIGÁS.

Os artigos 37 e 38 com seus parágrafos são claros para o estabelecimento dos preços do gás:

Art. 37 - As despesas relativas às transferências do produto das bases de provimento para as de abastecimento e, dessas últimas, para as localidades de operação das distribuidoras, serão contabilizadas segundo instruções do CNP.

Parágrafo único - As despesas de transferência a granel, serão sempre calculadas com base nos custos próprios das Distribuidoras.

30.75

Jorge

2.5.75

16 G

6.1

Art. 30 - O CNP, de acordo com os dados obtidos no registro determinado no artigo anterior, promoverá a tabelamento do produto nas bases de abastecimento e nas localidades onde existirem depósitos de envase-
elhadados.

Parágrafo único - Nas localidades onde não houver tabelamento, as Dis-
tribuidoras deverão adotar, como preço de venda ao
consumidor, o preço tabelado para a base ou depósi-
to, acrescido do custo de transferência do produto.

No último parágrafo que acabamos de ler está a definição de que
seja a "curva de frete" que é o CUSTO DA TRANSFERÊNCIA DO PRODUTO. Aqui está
a válvula de escape para a majoração do produto acima do que seria desejado.

Ficando a cargo das Grandes Companhias, mentoras da ASSOCIAGS,
o estudo do preço para as localidades não tabeladas pelo CNP e levando em
conta que apenas 150 localidades no Brasil tem o preço tabelado e consideran-
do ainda que as pequenas companhias operam em áreas restritas, é fácil imagi-
nar o vulto da receita auferida com a majoração de preço com dados fornecidos
pelas Grandes Empresas. Uma simples leitura comparativa no tabelamento da
ASSOCIAGS nos leva a afirmativa da existência de falsos dados para o cálculo.
O aumento de preço não corresponde às distâncias reais. Muitas vezes uma dis-
tância menor, corresponde a um aumento maior. Por que razão?

Isto serve para demonstrar que não viemos a esta Comissão apenas
para defender os nossos interesses, mas principalmente os interesses dos con-
sumidores, razão de ser das Companhias.

Sabemos que a Câmara não defende interesse particular, senão que
ela é porta voz do povo e para ele trabalha com o sentido de cooperar para
o levantamento do status do povo brasileiro, colocando o Brasil entre as na-
ções mais desenvolvidas.

Dissemos anteriormente que o consumidor deve ser vinculado a uma
Distribuidora e só dela poderá adquirir o gás de que necessita. Todavia, a
própria legislação consubstanciada na Resolução 1/61, do CNP dá a oportuni-
dade para que a vinculação não se processe em toda a sua extensão, mas não fa-
culta ao consumidor a liberdade de compra. Vejamos.

Dis o art. 31 -

"Constituem obrigações da Distribuidora, no que se refere ao
processamento do GLP:

G - processar o enchimento, exclusivamente, do vasilhame destinado

(10)

6.2

a consumidores a ela vinculados, salvo ajuste entre Distribuidoras, com prévio conhecimento do CNP." 10

Uma análise, mesmo superficial do texto legal, nos leva à conclusão que o vínculo se deve ser observado pelo consumidor. Isso porque podem as Distribuidoras ajustarem entre si, o enchimento dos respectivos vasilhames, oficializando-se, assim, o relacionamento entre as Companhias ajustadas que, de tempos em tempos, opõem a destroca de botijões para regularização dos estoques próprios.

Os ajustes feitos com base nessa disposição legal, isentam as Companhias ajustadas da fiscalização. E como as Grandes Companhias não têm permitido a participação dessas ajustadas das Pequenas Empresas, estão elas constantemente denunciadas e autuadas pela fiscalização, da qual passam a ser agentes indiretos.

Essa é um dos processos de combate utilizado pelas Grandes Distribuidoras contra as Pequenas objetivando a sua eliminação do mercado com a colapso da sua economia através das multas que legalmente são aplicadas pelo CNP.

E as denúncias efetuadas pelas Grandes Companhias tem amparo nas disposições do art. 14 em seu parágrafo único:

"O CNP tomará as providências cabíveis em caso de inobservância das normas contidas nesta Resolução, por iniciativa própria ou MEDIANTE REPRESENTAÇÃO DOCUMENTADA DA PARTE QUE SE JULGAR PREJUDICADA.

Parágrafo único - Para efeito do disposto neste artigo, a simples existência de vasilhame sem marca ou com outra marca que não a própria, nos depósitos, terminais, veículos ou qualquer dependência autorizada por determinada Distribuidora, seus representantes ou prepostos, assim como em domicílio de consumidor vinculado a Distribuidora, configura infração do disposto no art. 14, salvo se o fato decorrer de prévio ajuste entre as Distribuidoras interessadas."

Na comercialização de gás uma grande companhia não combate outra de igual porte, acordam um ajuste prévio. Foi exatamente o que aconteceu há pouco tempo. As grandes Distribuidoras, com base nas disposições que temos, fizeram um ACORDO NACIONAL, ratificado pela ASSOCIGÁS e aprovado pelo Conselho Nacional de Petróleo. As pequenas Companhias ONOGÁS, Prudentina, Copagás e PlenoGás-Fuganti não participaram do ACORDO por não lhes ser isso permitido.

11

30.75

Jorge

2.5.75

16 II

7.1

Os documentos que provam nossa afirmativa fazem parte da nossa exposição e serão encaminhados ao exame de Vossas Excelências.

Finalmente, quoremos trazer a Vossas Excelências as sugestões que houvermos por bem fazer, solicitando que sejam elas consideradas nos seus devidos termos, pois que foram elaboradas com o único sentido de racionalizar a comercialização do gás, melhorar a condição do consumidor e permitir um tratamento igualitário para todas as Distribuidoras permitindo-lhes o crescimento em função de uma atuação isenta de paixões e de interesses subalternos.

Sugerimos, por conseguinte:

- 1 - a modificação ou reformulação da Resolução nº 1/61 em bases racionais que permitam o desenvolvimento das companhias pela prestação de serviço que possam oferecer;
- 2 - unificação dos botijões, ^{IDENTIFICANDO COM NOME DE PETRÓLEO} ~~sem marca de qualquer espécie;~~
- 3 - desvinculação do consumidor às Distribuidoras, facultando-lhe o direito de abastecimento em qualquer delas ao tempo da necessidade;
- 4 - utilização de laço inviolável, de alguma forma caracterizado, para indicar a procedência do fornecimento;
- 5 - Uso de um selo adesivo no corpo do botijão, característico da Companhia fornecedora do gás, para identificação nos casos de acidente.

A par dessas sugestões, acrescentamos a forma a ser adotada na venda e entrega do botijão:

- 1 - O botijão só poderá ser entregue acompanhado da respectiva Nota Fiscal, ou de um recibo padronizado;
- 2 - Cada botijão entregue, deverá ser acompanhado de instruções esclarecendo ao consumidor o procedimento que deve ter no caso de acidente ou incidente;
- 3 - Notificação junto ao botijão ou à Nota que lhe corresponde, de estar o mesmo segurado contra incêndio ou qualquer outro dano;
- 4 - Aferição do peso do gás contido no botijão a vista do consumidor, através de uma balança portátil, aferida e devidamente lacrada pelo Instituto de Pesos e Medidas.

A desvinculação do consumidor tem sido contrariada não só por algumas Distribuidoras de grande porte, como também por órgãos do Governo e pela própria ASSOCIAGAS. Estribam-se no problema do seguro, já que cada Distribuidora o faz diretamente como determina a Resolução do Conselho.

Não participamos dessa premessa. Nada impede que o seguro seja centralizado pelo próprio Conselho Nacional de Petróleo com a participação das Distribuidoras, proporcionalmente à tecnologia distribuída.

Chegamos assim ao final da nossa arenga. Queremos nesta oportunidade agradecer a atenção com que Vossas Excelências nos ouviram. Tomamo-nos concisivos, mas as nossas limitações não permitiram fossemos tão sintéticos como o desejávamos. Com as desculpas do tempo precioso que tomamos de Vossas Excelências, aguardamos sejam nossos argumentos considerados dentro da sinceridade com que os expusemos.

Na segurança de uma atuação justa para a comercialização do gás, a sobrevivência pacífica das Distribuidoras e melhoria dos serviços de abastecimento em satisfação do consumidor, apresentamos a Vossas Excelências o nosso muito obrigado.

Brasília, 17 de abril de 1975

le

O SR PRESIDENTE (Dep^{ADO} Lysâneas Maciel)-

A opinião de um representante das pequenas companhias foi expen-
 dida, ~~mas~~ devo dizer aos Srs. Deputados que haverá debate e oportu-
 nidades para perguntas e interpelações não só às pequenas compa-
 nhias e, mas também aos representantes do CNP. Por isso, pediria
 aos Srs. Deputados que desejem fazer uso da palavra que assinassem
 a lista que a Secretária vai fazer correr agora, nesta Comissão,
 para aqueles que desejem interpelar tanto os representantes do
 CNP, quanto os representantes das pequenas companhias. Ouvire-
 mos, em primeiro lugar, o Sr. ~~dixxxxx~~ Chefe de Abastecimento
 do Conselho Nacional de Petróleo. Fixamos para S. Sa. o prazo
 de 10 minutos, assim como ~~fixamos~~ para os representantes das
 pequenas companhias um prazo de 30 minutos, ~~mas~~ evidentemente, se
 houver necessidade de ^{o orador} estender-se um pouco mais, poderá fazê-lo,
 porque não daremos um caráter rígido ao procedimento nesta reu-
 nião de hoje. Com a palavra o Sr. Chefe do Abastecimento do Con-
 selho Nacional do Petróleo.

~~SEBASTIÃO DO~~ DAVID SEBASTIÃO
 O SR CHEFE DO ABASTECIMENTO DO CONSELHO

~~NACIONAL DO PETRÓLEO~~ PINTO - Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Minas
 e Energia, Exmos. Srs. Deputados, Srs. Representantes das Empre-
 sas distribuidores de GLP, evidentemente não usarei os 10 minutos
 que me foram concedidos, porque cabe, no momento, apenas uma per-

quena apresentação, para que eu me coloque à disposição dos Srs. para perguntas futuras, dentro, naturalmente, do assunto a que eu posso responder. Minha atuação no Conselho Nacional de Petróleo está ligada, diretamente, ao abastecimento, ^{em que} parte ~~estão~~ estão adjudicadas as quotas das empresas, o controle dessas quotas, as comissões de abastecimento que nós presidimos em nome do Conselho Nacional do Petróleo, das quais fazem parte, além do Conselho, a ^{PETROBRÁS} ~~Retrobrás~~ e cada distribuidora, representada por um elemento. Nas comissões de abastecimento, estudamos ^{essa matéria} ~~quinzenalmente~~ ^(também) ~~quinzenalmente~~ determinadas situações extraordinárias, quando a situação assim o exige. No nosso setor, ~~fixamos~~ ^{fixamos} quotas e fiscalizamos a parte ^{de} aplicação ~~destas quotas~~. Não fazemos a fiscalização das leis, mas, sim, a fiscalização do recebimento das quotas. Elas são fiscalizadas imediatamente após o recebimento. Temos hoje em funcionamento um sistema de adjudicação de quotas pedidas pela empresa. Se os pedidos são apresentados nas reuniões, nós homologamos esses pedidos

~~homologamos esses pedidos~~ como cotas. Evidentemente é uma liber-
 dade fingida. A empresa tem o direito de pedir ^o que ela acha que ~~x~~
 pode comercializar num período determinado. Esse pedido, daí para
 frente, torna-se ~~uma~~ ^{com} obrigação que a empresa tem ~~em~~ ^{de} receber
~~o produto~~ e a PETROBRÁS de ~~XXXXXXXXXX~~
 fornecê-lo. Com base nesse pedido, que é feito com antecedência
 de seis meses, podemos programar o abastecimento nacional. ^{1/4} A
 PETROBRÁS pode, naturalmente, dentro dos seus planos de produção,
 saber se há necessidade de importar produtos para atender o pe-
 dido que é feito. No momento não está havendo importação, ^{porque} já al-
 cançamos a auto-suficiência desse ~~produto~~ ^{derivado}. A parcela de produção
 nacional atende plenamente ^{cas} nosso ~~consumo~~ ^{consumo} interno e já está ha-
 vendo uma pequena sobra, que deve estar sendo comercializada pela
 PETROBRÁS com países vizinhos. São esses pedidos a base de toda
 a programação do abastecimento. A empresa ~~pode~~ ^{pe} e assume a respon-
 sabilidade do que pediu. Se não conseguir vender no fim do mês, a
 PETROBRÁS fatura o produto que ela não conseguiu ~~retirar~~ ^{retirar}. Se
 a sua previsão for errada, se a sua previsão tiver sido feito no

intuito de ~~essa~~ conseguir uma posição irreal no mercado, naturalmente para conseguir uma participação maior das parcelas de produção diária, no fim do mês essa empresa ~~está penalizada~~ pelo faturamento de um produto não recebido. ^(Separa punições) ^(Porque se trata de) um produto que ela paga e não recebe e fica armazenado nos tanques das refinarias para retirada futura. Se houver um caso em que haja aumento de preço, esse produto será refaturado ^{pela} diferença do aumento dado. Então, parece-me que ^{há} um autocontrole econômico sobre as cotas pedidas. O conselho calcula as cotas que devem ser dadas às ^{empresas,} ~~estas~~ e estas pedem aquilo que elas acham que realmente devem vender, naturalmente usando os seus equipamentos, botijões, caminhões e seus concessionários. Então, a parte da utilização ou não ^{desse} ~~do~~ equipamento já foge à minha alçada, ^{no} Conselho Nacional de Petróleo, que seria a parte de ~~fixar~~ ~~em~~ fiscalização. Procurei dar esse enfoque mais geral para que os senhores tomassem conhecimento da minha posição. ~~quando se trata de cotas de produção~~

~~que não podemos responder~~ Evidentemente, não temos condição de responder ~~nesta~~ sobre preço, porque não é o nosso setor

no Conselho Nacional do Petróleo, e só temos condições de esclare-

(os problemas)

cer aos senhores da área ~~de abastecimento~~ do abastecimento do

disse

dia-a-dia, a execução do abastecimento e, naturalmente, a respeito

adjudicação

do sistema em vigor de ~~indicação~~ de cotas de gás. ~~_____~~

~~_____~~ no nosso setor o Conselho ~~_____~~ - vamos es-

tender ao Conselho, porque é assim que me parece que é tratado

(dá um tratamento)

o assunto - igual a todas as distribuidoras. Naturalmente, trato

das empresas distribuidoras e, na minha introdução, eu me dirigi

aos representantes das distribuidoras da GLT, ~~_____~~ porque

perguntas

quanto ao abastecimento de gás, fixação de custas de gás etc. ~~xxxxxx~~

A presença do Sr. ~~xxxx~~ Adyr

Figueiredo Montenegro, ~~x~~ devo dar uma explicação à Comissão,

prende-se ao fato de ser ele
~~parece-me que ele é~~ a pessoa que tem contato com o País todo ~~e se~~

eu estiver errado pediria que me corrigisse - no que tange à verificação de diversas irregularidades que são apontadas no setor do gás liquefeito, ~~e~~ ^e parece que ^{há} vários relatórios, apresentados pelo Sr. Adyr Montenegro, no que tange a essas irregularidades.

De maneira que ~~me~~ ele vai fazer uma pronúncia específico o respeito dessas irregularidades, porque os demais aspectos, ~~exceto~~ que

não são da sua alçada, conforme já foi dito pelo Sr. Assessor do Ministro e demais membros. Então, o Sr. Adyr Montenegro se ~~xxx~~ limitaria a ~~dar~~ uma explicação ~~xxx~~ sucinta e mais tarde responderá ^{sobre} as perguntas ~~que~~

~~as~~ irregularidades ~~xxx~~ verificadas ~~para justificá~~ nesse conturbado

ambiente da distribuição de gás liquefeito. ^{S.Sa.} ~~xxx~~ fez inspeção em toda ^{as} região do País, segundo me foi informado. ^{Dai} ~~Então~~ a sua presença

ter sido ~~foi~~ ~~xxx~~ muito requisitada, ^{para,} ~~porque Sr. poderia relatar ao vivo~~

~~o que está ocorrendo~~, sem talvez ~~xxx~~ dizer com ou sem razão das

pequenas companhias ou das grandes, ~~mas~~ relatar ao vivo o que está

~~xxxx~~

ocorrendo de irregularidades ^{no setor.} ~~em todo o País.~~

O SR. ADYR FIGUEIREDO MONTENEGRO - Sr. Presidente, Srs. 16

Deputados, senhores membros das companhias distribuidoras ~~presentes~~

presentes, a minha função no Conselho é de mero agente fiscaliza-

dor. ~~Então~~ ^R recebo a incumbência de fiscalizar o ^{fronto} comércio

e ^a distribuição de ^{gas} gás liquefeito de ^{petróleo} petróleo e assim ^{tenho} ~~tenho~~ ~~desem-~~

^{agido.} ~~penhas~~ / As irregularidades são flagrantes, tanto das grandes,

^{em companhias.} como das pequenas. Todas cometem faltas, são autuadas, são pena-

lizadas com multas até certo ponto benevolentes por parte do Con-

selho. ^{Estabelece} ~~Porquanto~~ o Decreto 4071, de 12 de ~~xx~~ maio

~~texto 2.071, de 12 de maio~~ de 1939, ~~dis~~ que, em caso de reincidência, as multas serão cobradas em dobro. ^{Eu} tenho autuado várias distribuidoras pelas mesmas faltas, ~~onde as multas continuam sendo~~ ^(aplicadas) ~~praticamente~~ ^{mas há,} ~~(ininteligível)~~ as mesmas. ~~Então,~~ ^{Então,} da parte do Conselho, ^{há} ~~há~~ uma benevolência. ^O Conselho não tem interesse ^{em} ~~de~~ sufocar nem pressionar as companhias, tanto ^{as} grandes quanto as pequenas. [Um ~~lado~~ ^{aspecto} muito importante são os clandestinos de gás, que são abastecidos inúmeras vezes pelas próprias distribuidoras de gás, tanto as grandes quanto as pequenas. Abastecem postos clandestinos de gás que vendem o gás acima do preço e ~~aquém do preço~~ do peso. Então, o consumidor é lesado, ~~em~~ ^{pois} ~~quando~~ somente as companhias têm obrigação de fazer a distribuição do gás, através delas ou então de seus representantes. [No mais, estou à disposição ^{de V. Exas.} ~~de V. Exas.~~ para as perguntas que julgarem por bem formular, ~~que~~ ^S para mim ficaria mais cômodo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Com a palavra o Dr. Molinaro, ~~que também é~~ ^{Assessor} do Departamento de Fiscalização e ao mesmo tempo da presidência do CNP.

O SR. LUIZ MOLINARO - Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente da ONOGÁS, Srs. Diretores, Sr. Diretor da Prudentina de Gás, ^A exposição feita pelo Sr. Diretor do Planejamento, Gal. D'Ângelo, da Companhia ONOGÁS, apresenta várias ~~questões~~ ^{aspectos}

da mais alta complexidade, ^{cuyo} ~~o~~ exame ~~dessas questões~~ demandaria ~~um tem~~
~~po que nós possivelmente não teríamos num dia, ~~xxxxxxxxxxxxxx~~ ou em~~
~~dois, ou em três~~ ^{dias.} E a representação do CNP aqui presente não teria con-
dições de abordar todos os problemas propostos pela representação da
distribuidora presente, porque não trouxe uma equipe de técnicos em
condições de analisar todos os problemas. [O problema do gás no País
já é de si muito complexo, ^{de} muito difícil, ^{solução, estando a exigir} ~~mesmo ainda que a isto se a-~~
~~pliquem~~ a melhor boa vontade e o maior interesse ^{para} ~~em fazer com~~ que o
consumidor seja, da melhor forma possível, atendido. [Eu vou tentar a-
bordar alguns problemas relativos à exposição, de forma geral e bastan-
te sucinta. [A Resolução 1.61, que rege a distribuição e ^(a) comercializa-
ção de GLP, teria que sofrer ~~1~~ reformulação decorrente das modifica-
ções que ocorreram no mercado.

Esta reformulação foi já elaborada por um grupo de estudos, dentro da CNP, e se encontra em vias de ser submetida ao seu colegiado, do qual - é preciso explicar - fazem parte um representante da indústria, um do comércio, três das Forças Armadas, ~~e ainda mais do~~ ^{um do} Ministério da Agricultura, ^{um do} ~~do~~ Ministério da Indústria e do Comércio, ^{um do} ~~do~~ Ministério da Fazenda e ~~os~~ ^{de} outros dois, ^{Ministérios,} de memória no momento falha, ^{mas} ~~acho que~~ ^{um é o de} ~~o~~ Transporte, ^{os} para completar ~~os~~ dez. ~~As~~ ^{os} A estes senhores são submetidos todos os assuntos atinentes às atividades do Conselho Nacional do Petróleo. As modificações que foram estudadas e estão para ser submetidas ao plenário, não obstante, não modificam a essência da Resolução 1.61. Apenas criam figuras novas na comercialização. A comercialização de GLP, como de qualquer derivado, é para nós mais ou menos como um baralho, onde nós temos cada figura desempenhando ~~uma~~ determinada atividade. No gás, a distribuição é exercida diretamente pelo distribuidor ou indiretamente por seus representantes. Apenas um parêntese, ^{f. Exar.} para ~~os senhores~~ terem idéia do vulto disto: há cerca de 15.000 representantes em todo o País. Muito bem, ^N não obstante, ~~há uma estimativa~~ ~~que~~, a par de 15.000 representantes, que estariam aí, vamos dizer, na fronteira próxima ao consumidor, de forma a lhe proporcionar toda a assistência necessária, contingências de mercado criaram - e só essas contingências ~~não~~ ^{dariam} já nós ~~teríamos~~ muito assunto para conversar ~~a~~

██████

~~peito~~ - criaram ^{a figura} ~~uma figura que~~ do comerciante clandestino de GLP.

Então, ^é estes comerciantes, como eu digo, nós estimamos em cerca de 15.000 também em todo o País. Então, para ^{essa situação -} minimizar não creio que conseguiremos de pronto a eliminação desta atividade perniciosas ~~para~~

~~para minimizar essa situação~~ é que foram feitas alterações na Resolução 1.61, com esse objetivo principal. [Efetivamente, em 1973, se não me

falha a memória, algumas distribuidoras, grandes e pequenas, sob o patrocínio da ^{ASSOCIAR, SOCIGAS,} ~~SOCIGAS,~~ que é uma sociedade civil fundada com o objetivo

de defesa dos ^{por} interesses da categoria econômica, hoje já substituída ¹⁸ ~~pelos~~ ~~sindicatos~~ Sindicato - e esclareço - de Indús

tria, o Ministério do Trabalho concedeu ~~categoria industrial~~

a ASSOCIÇÃO GÁS solicitou 14/2

em ~~primeiro~~ ^{princípio} de março do corrente ano, ~~eu fiz um esclarecimento que~~

~~uma~~ fiscalização, ~~foi solicitada pela~~ ~~SOCIGAS~~, e também quero dizer que

a fiscalização é realizada não compulsoriamente por ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ so-
licitação de quem quer que seja, ^{mas} ~~ela~~ é realizada - ~~vamos dizer, assim~~ tal

vez não de uma forma administrativa melhor, porque o Conselho no momento
se ressenete de falta de funcionários ~~mas ela é realizada~~ toda vez que se

deseja fazer uma amostragem do comportamento, do desempenho de distribui-
doras de gás ou de gasolina em determinado lugar. ~~o~~ nós temos feito, ~~va-~~

~~mos dizer, assim~~ usando aquela expressão de 42, "blitz", ~~temos feito~~

"blitz" em vários Estados, porque, a despeito de um convênio de fiscalização

que temos, ~~mesmo assim~~ precisamos lançar mão desses recursos pra verificar
o comportamento daquela área com referência a ~~uma~~ determinada atividade.

Então, dentro desse espírito, embora, como estou esclarecendo, ¹⁹ ~~houvesse~~ ^{existisse!}

~~de fato~~ uma solicitação de ~~fiscalização~~ ^{AS} fiscalização por parte da SOCIGAS,
foi feita uma fiscalização geral em várias localidades do país,

na área da produção e distribuição ^{de} ~~de~~ gás em proporção verdadeiramente
 insignificante: menos de 2%; ~~1%~~ 1% até 0,11% ou 0,9%. É evidente que ~~as~~ ^{as!}
 pequenas empresas não teriam força ~~para montar dispositivos~~ ^{de} não
 poderiam de fato armar um dispositivo que as ~~proteja~~ ^{proteja} ~~no tocante às~~ ^{no tocante às}
 condições excepcionais de que



inicialmente ^{em} Paulínea, ~~em~~ ~~de~~ ~~todos~~ deflagrada quase ~~que~~ ao mesmo tempo, sem que qualquer das distribuidoras ^{dela} tivesse conhecimento ~~dessa fis-~~ ~~calização~~. E o resultado ^{dessa fiscalização} ~~de~~ ~~essa~~ ~~fiscalização~~ foi que encontramos em São Paulo ^e no Rio de Janeiro cerca de 100 mil botijões de outras marcas em poder de todas as distribuidoras. ~~Esses botijões tinham~~ ~~características próprias~~ Segundo o ^{estabelecido} ~~acordo~~, se esses botijões fossem de empresas signatárias ^{do} ~~na~~ acordo, o delito ~~seria~~ seria o não cumprimento do ajuste por nós homologado. Quer dizer, não estava ^m cumprindo o ajuste, tanto é que esse grande número de botijões foi encontrado em seus terminais. Quando os ~~botijões~~ botijões não eram signatários do ajuste nós classifica-
mos o fato como infração da resolução nº ^{1.61,} ~~61~~ que proíbe a existência em ter-
minais de botijões ~~em~~ de outras marcas. Como aponta a exposição feita pe-
lo Gal. ~~Dr~~ D'Ángelo, ~~se~~ efetivamente o acordo ^{que foi} não assinado por todas as dis-
tribuidoras, criava a dificuldade de fazer chegar ^{as} ~~os~~ não signatárias os bo-
tijões que possuíam em poder de outras distribuidoras. E sobre este assun-
to o Conselho tomou uma providência, ~~de~~ ~~aprovou~~ ~~o~~ ~~acordo~~ ~~de~~ ~~com~~ ~~promissas~~
~~de~~ ~~com~~ ~~promissas~~ uma ~~certa~~ ata de compromisso com ~~o~~ finalidade, de ~~certas~~
^{Se em} ~~as~~ feitas as ~~trocas~~ trocas desses botijões, só ~~em~~ que agora dentro de enfo-
que novo, sob a supervisão do Conselho, o que não ocorria no ajuste ante-
rior, homologado pelo CNP. ~~de~~ ~~com~~ ~~promissas~~ ~~de~~ ~~com~~ ~~promissas~~ ~~de~~ ~~com~~ ~~promissas~~
^{Fiscalizamos a} ~~com~~ ~~promissas~~ Cia. ONOGÁS e a Cia. COPAGÁS, ~~de~~ ~~com~~ ~~promissas~~
^{Além,} ~~de~~ ~~com~~ ~~promissas~~ é preciso esclarecer o seguinte: ~~de~~ ~~com~~ ~~promissas~~ a fiscalização ~~de~~ ~~com~~ ~~promissas~~

mas

~~XXXXXXXXXX~~

~~que~~, levamos ~~deixado~~ 10 funcionários para o local ~~deixando-os~~ ^{deixando-os /}
~~deles~~ em frente aos plantas, com a ordem de só ingressarem ~~após~~ ^{neles} 5
 minutos depois, ~~que~~ era o tempo necessário de ~~os~~ deixarmos ~~os~~ os fun-
 cionários que levamos, em cada um dos plantas, para evitar que se comunicas-
 sem e ~~que~~ alguma irregularidade pudesse ser ocultada. Nós chegamos a es-
 tas distribuidoras, a ~~XXXXXXXXXXXX~~ este terminal de Paulínea, exatamen-
 te no início das operações de enchimento e, por isso, a quantidade de ho-
 tijões que fomos encontrar enchidos, de outras marcas, era de número redu-
 zido. Na COPAGÁS

~~CCCC~~

✓

~~CCCC~~ encontramos quinze butijões que foram, imediatamente, de-
 centados, butijões de outras marcas, não da COPACÁS. Pois foram
 anotados num termo de ocorrência, apenas para a constatação do
 fato. Na ONCCÁS, que havia iniciado suas atividades mais cedo, en-
 contramos cerca de 200 butijões de outras marcas, sendo ~~enviados~~ ^{enchidos}
 pela ONCCÁS e, em decorrência desses fatos, a fiscalização conti-
 nuou permanentemente e nós ficamos na contingência de interditar
 os plantas, os terrinas da COPACÁS e da ONCCÁS, ~~conforme~~

~~CCCCCCCC~~
~~CCCCCCCC~~

Quer dizer, permitiríamos que a

ONCCÁS enchesse os butijões dela, conforme lhe faculte a legisla-
 ção, e ~~proibiríamos~~ ^{o enchimento de} ~~CCCCCCCCCCCCCCCC~~ butijões de outras marcas,
 conforme ~~expressamente~~ ^{expressamente} a legislação. Estou procurando fazer
 um histórico, não sei se me alongo muito, mas tenho a impressão
 de que esta é a matéria que causa preocupação e de qual decorre,
 essencialmente, a exposição que pleiteia a desvinculação do buti-
 jão da empresa distribuidora, matéria básica, entre outras, como
 o preço, que é um assunto complexíssimo. ~~com~~ Sugeriria, mesmo,
 a V.Exas. que convocassem o nosso Diretor de Preços ~~de~~ Auditoria,

~~como matéria básica, entre outras, como o preço, que é um assunto complexíssimo, e eu sugeriria mesmo a V. Exas. que convocassem o~~
~~nesse Diretor de Preços e Auditoria, que é a única pessoa capaz de trazer todos os esclarecimentos a respeito da questão de preço.~~

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) -- O tempo de V. Sa. continua. Mas qual é o nome do Diretor de Preços da ~~PR~~ PETROBRÁS?

O SR LUIZ MOLINARO -- Dr. Wilter Fantinatti.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) -- E devo dizer a V. Sa., também, que o ~~objetivo~~ objetivo não é o problema da fiscalização nem a ~~possibilidade~~ ^{possibilidade} de ~~enclimentos~~ ^{enclimentos}. Esta Comissão foi convocada para assuntos mais amplos, que não se limitam a isso que está aí e também não se limitam à atuação apenas da ONOGÁS e da COPAGÁS, mas também para que V. Sa. relatasse as irregularidades cometidas também pelas outras.

O SR LUIZ MOLINARO -- Pois não. Quando fiz a exposição, eu disse -- se não fui bem ^{explícito}, quero esclarecer -- que todas as distribuidoras possuíam botijões de outras marcas. Se não fui bem claro, repito: todas tinham em seu ^{plano} ~~plato~~ botijões de outras marcas, vazios. Também esses botijões ^{vazios} foram encontrados ^{pela} ~~na~~ nossa fiscalização no Rio de Janeiro, ~~foram encontrados na mesa fiscalizadora~~ ^{no} no Rio Grande do Sul, ~~foram~~ ^{foram} mais ou menos na mesma época, ~~e~~

No que tange à OROGÁS e à COPAGÁS, além dos botijões vazios de outras marcas, havia o enchimento ^{disse} ~~em~~ botijões, ~~que estavam vazios~~ ²¹ ~~em~~ ~~botijões~~. Em consequência desses fatos, ~~como a apreensão e retirada de circulação de 100 mil botijões trouxe~~ como a apreensão e retirada de circulação de 100 mil botijões trouxe dificuldades para o abastecimento -- e a preocupação principal do Conselho é o consumidor -- ^{com} a eventual paralisação de uma ou duas empresas não seja a política que interessa ao CNP, formalizou-se um acordo --x a que me referi há pouco, já lido aqui -- para que fosse efetuada a ~~troca~~ troca de botijões e, com isso, eliminada a dificuldade que tinham algumas empresas de receber os seus botijões ^{em} ~~em~~ ~~outras~~ ^{poder de} ~~de~~ outras companhias. E essa ~~troca~~ troca está sendo efetuada sob a supervisão do CNP. Sobre esse assunto não vou aduzir mais comentário algum. Aguardarei possíveis esclarecimentos que os Srs. Deputados desejarem.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) -- V. Sa. terminou a exposição inicial?

O SR LUIZ MOLINARO -- Sr. Presidente, estou verificando se há alguma outra coisa que eu pudesse abordar. Como disse, a matéria é muito complexa e demandaria muito tempo para analisar particularidades de tudo que nela se contém.

s/

Sr. Presidente, creio que no momento mais nenhum comentário me cabe fazer sobre o assunto, que, como já explanei antes, acho da maior complexidade e o Conselho está à disposição dos ~~Srs~~ Exmos. Srs. Deputados para prestar esclarecimentos de natureza técnica e que naturalmente não se podem exprimir oralmente em prazo relativamente curto. Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL) -- Apenas dois esclarecimentos da Presidência sobre a exposição que acaba de ser feita: é que estamos sendo informados, agora, de que aquela resolução do Congresso Nacional, repelindo a pretensão da ASSOCIGÁS foi superada e agora já é sindicato.

O SR LUIZ MOLINARO -- Exatamente. Existe uma entidade... } 22

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL) -- Sindicato na área da indústria.

O SR LUIZ MOLINARO -- ... na área da indústria, se não me falha a memória, reconhecida pela Comissão de Enquadramento Sindical, do Ministério do Trabalho.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL) -- É que vamos dirigir também um convite a esse sindicato para que se faça ouvir aqui na Comissão, na próxima semana, assim como a outros elementos do Conselho Nacional do Petróleo nas áreas que não ~~pertencem~~ puderem ser respondidas pelos representantes aqui presentes.

Terminada essa exposição sucinta de ambas as partes, informamos, inicialmente, que teremos a próxima sessão na quarta-feira, para ouvir outros elementos. ~~.....~~

~~.....~~

~~.....~~

~~.....~~ Vamos abrir, agora, a oportunidade para que os Srs. Deputados façam as perguntas, com a ressalva de que algumas delas não poderão ser completamente respondidas pelos representantes do CNP, uma vez que fogem das áreas de sua competência. Mas temos aqui o Dr. Molinaro, que é muito ligado aos problemas de fiscalização, porque a fiscalização está intimamente entrosada com uma série de irregularidades e com a possibilidade de, no futuro, os Srs. Deputados entenderem ou não que se torna necessária uma alteração da legislação. O Diretor de Abastecimento também está aí às ordens e os representantes das pequenas companhias, que têm levado essas denúncias diretamente ao CNP, conforme documentação que foi distribuída, também estarão aptos a responder a perguntas dentro da ~~.....~~ perspectiva que está sendo objeto de apreciação pelos Srs. Deputados.

Para quem quiser fazer uso da palavra o momento é oportuno.

Com a palavra o Deputado Dias Menezes, de São Paulo.

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES -- Sr. Presidente, Srs. representantes do Conselho Nacional do Petróleo, Srs. representantes ^{antes} das em-

presas distribuidoras, eminentes colegas, nobres Deputados da Comissão de Minas e Energia e outros companheiros que assistem aos nossos trabalhos, a exposição feita pelo General Gonçalo d'Ángelo expressa bem o que vai

} 23

s/

~~que vai~~ de tumulto, de desorganização, de irregularidade na área do fornecimento, de distribuição ^e de ~~comercialização~~ comercialização de gás. Os fatos não me chegam hoje. De muito tempo a esta parte colegas nossos já se ocuparam exaustivamente da matéria. O Deputado Santilli Sobrinho, por exemplo, chegou a apresentar ~~o~~ projeto disciplinando a matéria e procurando abolir o vínculo que prende o consumidor ao distribuidor. Infelizmente, ^{porém!} o projeto ~~de~~ do nosso companheiro, susceptível de algumas falhas, foi tenazmente combatido, sob a inspiração da ~~uma~~ poderosa ^{Associação} que ~~acoberta~~ acoberta, com os recursos extraordinários ~~de~~ de que dispõe, o truste da produção e distribuição do gás que existe ~~no Brasil~~ no Brasil, procurando, por todas as maneiras, sufocar ^{ou} ~~arrasar~~ arrasar as pequenas empresas ~~constituídas~~ constituídas de acordo com a legislação que procurou disciplinar a matéria. Sou testemunha da ação verdadeiramente deletéria ~~do~~ do truste, acobertado pela ^{Associação} que procura, por todas as ^{formas} ~~formas~~ solapar a economia das pequenas empresas. A fiscalização ^{como} como os nobres companheiros puderam ~~inferir~~ inferir ^{que} que se processa através dos dispositivos do Conselho Nacional do Petróleo, tem constatado ^{como} como inclusive ^{declarou} ~~o~~ o eminente Dr. Adm. Figueiredo ^{irregularidade} irregularidade gritante ~~em~~ em todas as áreas ^{segundo} segundo S. Sa. ~~entre~~ entre as empresas responsáveis pela distribuição. Mas ~~estamos~~ estamos percebendo que a fiscalização ^{tem} produz ^{ido} efeitos, essencialmente visando as pequenas empresas. Estas ~~estão~~ estão sendo punidas constantemente, ~~que~~ sabemos

que o truste todo-poderoso da produção e distribuição de gás é
 responsável pela balbúrdia ~~existente~~ ^{existente} inclusive pela colocação clandestina
 de botijões. ~~Segundo~~ ^{Segundo} pude testemunhar ^{a maior parte} das irregularidades
 praticadas

○○○○○

é ~~devida ao~~ alto poder de que dispõe o truste para fazer com que
~~os~~ botijões sejam colocados sub-repticiamente nos terminais das ~~pequenas~~
 pequenas empresas. Tudo isto, é claro, é evidente ~~as~~ empresas tão poderosas
 manipulando ~~considerável~~ soma de recursos ~~haveria~~ de se fazer sentir
 mais acentuadamente ~~exercida~~ tanto deste quanto do outro lado. É o
 truste poderoso, que tem de fato dispositivos mais amplos para ~~praticar~~
~~essa~~ irregularidade, constatada todos os dias pelo Conselho Nacional
 do Petróleo, no que se refere a botijões. Deve ~~ser~~ ^{lembra} mais ~~em~~ conta
 os dispositivos de que dispõem esses trustes para operar desta maneira.
~~Seria~~ simplíssimo, ~~embora pareça~~ ~~complexo~~ problema, que
 o Conselho Nacional do Petróleo ~~disciplinasse~~ toda ~~a~~ matéria
 através das sugestões que durante anos ~~lhe~~ ~~tem sido~~
 endereçadas, assim como às autoridades do País. Entendo, Sr. Presidente,
 que seria de toda pertinência ~~elaborar~~ ^{elaborar} um projeto em colaboração
 com as autoridades, ~~depois~~ ^{depois} debate ~~franco e leal~~, para que se chegasse a
 um ~~acordo~~. Antes ~~de~~ passar a alguns pontos que desejo
 focalizar, sugiro ao Sr. Presidente que, ouvida a Comissão, ~~seja~~
 constituída ^{uma} subcomissão da Comissão de Minas e Energia, especificamente
~~para~~ ^{examinar} mais amplo ^{mente} esta matéria. ~~Talvez~~ alguns
 Srs. Deputados mais ligados ao problema, mais ~~familiarizados com a~~ matéria, reunidos
~~em~~ subcomissão, possam examinar ~~examinar~~ toda esta sistemática para
 apresentar um anteprojeto, que seria submetido ~~como~~ ^a projeto ^{da} Comissão
 de Minas e Energia ~~As~~ pequenas empresas estão atualmente atuando

~~de novo~~ estão dispostas as grandes empresas para atuar nesse campo. E as irregularidades vão ainda mais longe, como salientou o Dr. Molinaro, ~~pois~~ se constatou que há 15 mil operadores clandestinos e 15 mil representantes das empresas. Admito até que a atividade desses 15 mil clandestinos seja da maior relevância para a população, porque os distribuidores não estão em condições de chegar a todas as hiroschas. Então, é evidente que ~~o~~ ^o ~~material~~ ^{material e} ~~da~~ ^{de} maior complexidade. ~~foi~~ ^{foi} constatada então, de um lado [✓] pelo menos de minha parte [✓] a atuação desse grande truste nacional do gás, ^{AS} empresas ~~que~~ não são totalmente ~~de~~ nacionais. ^{Talvez} ~~elas~~ até a maior parte ~~de~~ ^{seja} multinacionais, ou ~~elas~~ ^{me} abrigam apenas conhecidos intermediários ~~de~~ nacionais. Mas ^{eu queria} ~~queria~~ indagar, Sr. Presidente [✓] sei que estou tomando muito tempo de meus colegas, mas há algumas proposições da mais alta importância ^{pergunte aos} ~~de~~ nobres representantes do Conselho Nacional do Petróleo quais as razões fundamentais que levam o CNP a resistir à abolição do vínculo, para libertar então o consumidor ~~de~~ ^{essa} obrigatoriedade que, à sua revelia, tem de ~~seu~~ ^{seu} contrair ~~seu~~ por uma disposição verdadeiramente unilateral. Qual a razão fundamental ^{da} ₂₅ manutenção desse vínculo? É a primeira pergunta que endereço aos representantes do CNP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) Apenas para ordenar os debates, sugiro ^{aos} ~~aos~~ três representantes do CNP, se estiverem habilitados a responder [✓] ~~porque~~ porque pode ser que algumas das

perguntas não estejam na esfera de sua competência, conforme salientei ✓

~~que~~ que indiquem um dos três para dar a resposta.

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES - Qual a razão fundamental da resistência à abolição desse vínculo ?

O SR. PRESIDENTE (~~Excmo. Sr. Deputado~~ Lisâneas Maciel)

Pediria ^{ainda} ~~que~~ não somente aos Srs. representantes do CNP, mas também aos Srs. Deputados, que abreviassem um pouco as suas considerações, uma vez que há vários Deputados inscritos para ^{debater o} ~~debater o~~ assunto.

O SR. - Sr. Presiden-

te, eu não me considero^o habilitado a responder a ^{pe}pergunta, ^{po}pois que a mecânica da vinculação do botijão à marca, ou seja, a mecânica pela qual o ^{Consum}Consumidor fica cativo a uma distribuidora é ~~uma~~ muito complexa. Ela envolve questões da ^{responsabilidade}responsabilidade por sinistros ocorridos; ~~ela~~ ~~ela~~ ela envolve questões de custos operacionais relativos à entrega automática.

ela envolve outras questões que merecem uma avaliação adequada, porque o país é enorme. ~~Os~~ Temos cerca de 18 milhões de consumidores. ~~Modificar~~ uma sistemática que até ~~agora~~ o momento vem surtindo efeitos positivos, com 14 milhões de consumidores, para uma sistemática que desvincula o batijão da distribuidora, é algo que me parece deve ser profundamente meditado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) Então V.Exa. acha que essa matéria não seria exatamente de sua competência para responder...

O SR. Como digo,
~~seria~~ preciso ~~proceder-se a~~ um estudo adequado ~~quanto ao~~ resultado da implantação dessa nova sistemática, e esse estudo não foi efetuado por mim. ²⁶ ~~Mas~~ posso adiantar que, na parte ~~relativa~~ relativa a custos operacionais de ~~uma~~ modificação dessa ordem, ~~o~~ nosso Diretor de ~~Preços~~ Preços e Auditoria estaria melhor qualificado para apresentar os esclarecimentos solicitados pelo Exmo. Sr. Deputado.

O SR DEPUTADO HÉLIO LEVY - Pela ordem , Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) Pela ordem , tem a palavra o Deputado Hélio Levy.

~~XXXXXXXXXXXX~~

O SR. DEPUTADO HÉLIO LEVY - Sr. Presidente, eu

..... ~~(DEBATE MICROFONE)~~

~~Então~~, perguntaria se não seria mais prudente convocar todas essas pessoas para ~~prestarem~~ esclarecimentos na hora. ~~Eu não sei~~ Eu, pelo menos, não conheço a Resolução nº 1/61. Se não me engano, é a origem da ~~questão~~.

Então, gostaria sinceramente, de saber primeiro o que é essa Resolução nº 1/61; gostaria de saber se teríamos também representantes das grandes empresas; gostaria de saber, como V.Exa. disse se vamos convidar o pessoal dos sindicatos. Eu sugeriria que primeiro

armássemos um esquema para depois então começarmos a discutir o problema. ~~Então vamos fazer~~ perguntas vão ser feitas e nós não vamos

ter respostas. Sugeriria à Presidência que definisse o roteiro. ~~De~~ seja saber se

nós vamos : primeiro, ouvir as pequenas empresas; segundo, ouvir as grandes empresas; terceiro, os sindicatos; quarto, todos os representantes do CNP; quinto, esclarecer melhor aos Deputados o que nós vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) Respondo à questão

de ordem de V.Exa, que, a rigor, não é uma questão de ordem. V.Exa. chegou atrasado ...

O SR. DEPUTADO HÉLIO LEVY - Não, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) ... e eu já havia dito no início que iríamos ouvir não apenas as pessoas

hierarquicamente superiores aos representantes do CNP aqui presentes, ~~mas~~

também iríamos solicitar ao Presidente do CNP que indicasse, ~~diante~~

das primeiras exposições que fossem feitas, a pessoa mais habilitada

no CNP a responder as perguntas. O roteiro, inclusive, também foi delineado: nós ouviríamos, nesta fase preliminar, os representantes das pequenas companhias, e vamos também ouvir os sindicatos. Não falei dos sindicatos na outra reunião que marquei porque agora, para surpresa minha, contrariando um parecer unânime do Congresso Nacional, foi reconhecido o sindicato — tirando da área do comércio para a área da indústria. É a informação que estou tendo aqui agora,

~~está~~ aqui, agora, porque foi uma decisão unânime do Congresso Nacional, através de suas Comissões técnicas ~~de~~ distribuição de gás é comércio, e não indústria, e apesar disso se formou um sindicato.

Estranho mais ainda, porque, na realidade, o Ministério do Trabalho tem pareceres os mais contundentes ^(a respeito) dessa tentativa ^{era Ministro,} que se fez quando ^{o Sr.} se não me falha a memória, ~~era~~ Ministro Julio Barata. Apesar disso, também estou sendo informado de que a Comissão de Enquadramento Sindical superou esse problema.

Então, o roteiro é este. Estamos ouvindo, hoje, ^{e acolhendo} - conforme ^{disse} ~~eu~~ no início de minha exposição, já na outra reunião, ~~eu~~ ~~colhemos~~ um grito de angústia de pequenas companhias que estavam sendo paulatinamente esmagadas. Esta, a realidade que constatamos. ^{Comprovamos} ~~constatamos~~ também, a existência de um ^{my} dumping. ~~Constate~~ ^{Verificamos} ~~constatamos~~ inicialmente ^e - Visso foi confirmado ^{pelos} ~~meus~~ próprios relatórios que temos aqui, do Conselho Nacional do Petróleo - que o ambiente está no mínimo conturbado ou no máximo é objeto da ação de trustes, conforme salientou o Deputado Dias Menezes.

Esses fatos todos justificavam que a Comissão tomasse conhecimento dessas irregularidades. Portanto, o roteiro está ~~traçado~~ ^A traçado. ^A sugestão de V.Exa. vem um pouco a destempo, por que foi ^{decidido} ~~traçado~~ inclusive na reunião anterior que ouviríamos, nesta fase preliminar, as pequenas companhias e alguns elementos do

Conselho Nacional do Petróleo, diretamente citado em vários documentos que temos aqui, conforme está exposto.

Aliás, devo retificar ^{declarações} o Deputado Dias Menezes. O

Dn. Adyr ressaltou no princípio que as irregularidades eram cometidas por todas as companhias. ~~esse~~ Ele ^{vás} fez menção específica às pequenas companhias. Mas me permito dizer o seguinte: na próxima reunião, traremos aqui ^{representantes do} o sindicato ^{AS} e da SOCIGÁS também, porque, muito embora, de acordo com o art. 514 da C.L.T., a representação junto aos Poderes Públicos caiba às entidades sindicais, na realidade — é fato sabido, ~~o~~ e acho que os representantes do Conselho Nacional do Petróleo vão confirmar isso in totum - ^{AS} a SOCIGÁS continua exercendo sua influência. Tanto ~~o~~ que quem assina — estou errado? — quem assina ainda atualmente esses protocolos, inclusive o que foi ^{rubricado} ~~assinado~~ segunda-feira aqui...

O SR

^{licença,}
- Peço ilustre

Sr. Presidente, ~~o~~ para dar ^{um} esclarecimento. A dificuldade de organização em sindicato das empresas distribuidoras gerou o nascimento da ^{AS} SOCIGÁS.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Isso eu já expliquei aqui. Pergunto apenas quem está firmando [↑] no momento, esses protocolos em nome do sindicato?

O SR

- Ainda

Ad.

é a ^{VAS}SOCIGÁS, porque...

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL) -
Mesmo depois da existência do Sindicato?

O SR - Exato, porque
ela....

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - E-
ra só este esclarecimento.

O SR - ...por-
que ela é referida na Resolução 1/61 como empresa que deverá pres-
tar alguns esclarecimentos ao Conselho Nacional do Petróleo.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - E-
xatamente, o que revela a necessidade..

O SR DEPUTADO HELIO LEVY ^{WR} - Sr. Presidente,
insisto ~~na~~ na apresentação dessa Resolução 1/61, porque a des-
conheço e não sei se os outros ^{alégas} também.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) -
Apenas queria lembrar ^{que era} ~~uma~~ terceira pergunta, ^{levantada na questão de ordem} de
V.Exa., dizia respeito ao problema da Resolução 1/61. ^{Afixei} ~~que~~ que o ob-
jeto desta reunião seria discutir a 1/61 também, porque a legisla-
ção estava deformada, segundo o próprio ~~xxx~~ protocolo firmado pe-
nante o Conselho Nacional do Petróleo.

O SR DEPUTADO HELIO LEVY ^{WR} - Podia apresentar,

então, a Resolução?

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - ~~2~~

Posso, ^{É um} quanto a dispositivo de lei; ~~se~~ subentende ^{se} que todo Deputado tenha acesso a ele. De qualquer forma, posso fornecer ^{não} a V.Exa.

O SR DEPUTADO

- Pela

ordem, Sr. Presidente. Não seria caso de mandar xerox ^{copiar} ~~ou~~ obter ~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~ avulsos, para serem distribuídos a cada Deputado?

at.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lusâneas Maciel)-Perfeitamente. Aliás, já há vários aqui. Esta reunião, ~~se~~ esclareci, foi convocada também para estudar ^{especificamente} as deformações da legislação, ~~se~~ ~~eficazmente~~, conforme consta de Ata, a Resolução 161. De maneira que a Presidência não ~~se~~ está exatamente respondendo à questão de ordem. Primeiro, porque ~~legislação~~ se subentende que todo Deputado tem acesso a ^{legislação;} ~~ela~~ segundo, porque, na realidade, ela foi objeto de convocação específica para esta reunião.

Devo dizer ainda que sugeriria aos Srs. membros do Conselho Nacional do Petróleo, ~~se~~ ^{reservassem, quanto às} aquelas matérias que não fossem da sua específica competência, ^{reservassem} as respostas, para a próxima reunião. ~~se~~ No entanto, ^{acho} ~~que~~ devemos aproveitar ^{o dia de} hoje, para ^{obter algumas} ~~responder~~ ^{respostas} dentro das possibilidades dos representantes aqui presentes.] 30

O SR DEPUTADO ~~XXXXXXXXXX~~ HELIO LEVY ~~(SR)~~ - Sr. Presidente, por milagre chegou a Resolução 161. Poder-se-ia mandar ^{copiá-la} ~~repassar~~ para distribuir ~~de~~ aos presentes?

O SR PRESIDENTE (Deputado Lusâneas Maciel)- Tenho a impressão de que já existe ^{m cópias.} ~~de~~ Alguém ~~mais~~ ^a deseja, além do Deputado Levy? Vou mandar distribuir rapidamente. ~~Como conde~~ ~~nao. não interrompo esta reunião.~~ Devo dizer que o roteiro foi traçado previamente e vai ser seguido de acordo com os planos preestabelecidos. Apenas o Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petró -

el.

leo determinará, na próxima reunião tendo em vista, já agora, assuntos específicos quem deva responder às perguntas e às questões aqui suscitadas. V.Exa. pode continuar.

O SR DEPUTADO PAULINO CICERO - Pela ordem, Sr. Presidente, Com assentimento do nobre Deputado Dias Menezes, que ria observar que, sendo os representantes do Conselho Nacional do Petróleo aqui presentes ligados à fiscalização e à execução da política do órgão, não seria propriamente ^{a des} ~~aqueles~~ que se devesse endereçar as perguntas que envolvessem juízo de valor sobre legislação. Acho que qualquer pergunta ^{pretendendo} ~~que~~ avaliasse o teor da legislação atual ^{ser} ~~deve~~ ^{deve} endereçada ao Presidente do Órgão.

Acredito ~~esta~~ ^{seria até matéria de uma} que ~~se nasce~~ natural constrangimento para eles ~~em~~ ^{estão} comentarem uma legislação que ~~eles são~~ ^{estão} obrigados a aplicar. Acho que ^{tal} ~~o~~ comportamento iria ~~vai~~ criar dificuldades. Por isso, em questão de ordem, sugiro a V.Exa. que ^{recomende} ~~recomende~~ aos nossos colegas se privarem de solicitar, nas suas perguntas, avaliação e juízo de valor sobre matéria de resolução, reservando ^{a nós mesmos,} ~~se~~ em oportunidade posterior, o estudo desta questão.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel)- Pois não. ^{eu} ~~eu~~ prefiro adotar, eminente Deputado Paulino Cícero, o critério de que eles , pura e simplesmente, poderão ^{se} ~~se~~ escusar e deferir a competência a outro órgão. ~~matéria pode ser útil à linha~~

Porque ~~isso~~ pode ser sutil a linha entre o que seja ~~apreciação da~~ legis-
 lação ^e fiscalização ... Então prefiro que eles mesmos, com toda a liber-
 dade, ^{digam:} Essa matéria não é da ~~nossa~~ ^{nossa} competência. ^{Nós,} então, a endereça-
 ríamos às autoridades competentes. Pode prosseguir, nobre Deputado Dias
 Menezes.

DEPUTADO
 O SR. DIAS MENEZES — Parece-me que o Dr. Molinaro queria
~~isso~~ fazer uma observação.

(Deputado Lyzameas Maciel)
 O SR. PRESIDENTE — Não, o Dr. Molinaro já tinha termina-
 do a sua ligeira exposição.

O SR. LUIZ MOLINARO — Apenas queria dizer que fomos avi-
 sados de que a reunião seria ontem e, depois, ~~de~~ que ela fora transferida
 para hoje. Entretanto, não recebemos qualquer ^{informação} ~~para~~ a respeito da matéria
 a ser discutida, ~~ou prestadas as informações a respeito.~~ ^{de certa maneira} Isso nos apa-
 nhou ~~de certa~~ ~~maneira~~ desprevenidos e as informações que estamos
 dando são aquelas ~~de~~ ^e âmbito comum ^{ordinário} de nosso conhecimento.

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES — ^{Quanto a} uma observação feita
 pelo Dr. Molinaro, a respeito da minha pergunta, ^{devo} de imediato informar
 à Comissão que as grandes empresas são hoje ⁽⁹⁰⁾ aproximadamente ^(e) não
 seria portanto ~~isso~~ um exagero ~~isso~~ que se procedesse a essa desvincula-
 ção, porque estaria exatamente na área ^{dessas 90} ~~de~~ maior ~~isso~~ número de bo-
 tijões a serem remarcados ~~isso~~ e ~~após uma certa~~ ~~maneira~~ ~~isso~~ seria fácil
 adotar uma fiscalização perfeita. Obtida a desvinculação, todos os bo-

ab.

tijões ~~vão~~ ^{vão} ser carimbados com a sigla da PETROBRÁS, deixando de re-
 ceber, portanto, a marca direta do distribuidor. Isso já foi assunto de ~~de~~
 debate nesta Casa há dois anos. Inferia-se a necessidade de a PETROBRÁS
 assumir a marca universal dos botijões ^e todos ~~os botijões~~ seriam carim-
 bados com a sigla ~~da PETROBRÁS~~ ^{dessa empresa.} Então circulariam sob esta ~~marca~~ carac-
 terística, que possibilitaria, inclusive, maior fiscalização, ^{isso também} ~~era~~ minimi-
 zação dessa guerra dos botijões: empresas grandes e pequenas, especial-
 mente estas, sendo autuadas ^{e multadas} a todo momento porque em seus terminais
 são encontrados botijões, naturalmente ali colocados pelas grandes empre-
 sas ^{ou por seus} ~~pelos~~ representantes, ~~das grandes empresas.~~ [En passant, Sr. Presi-
 dente, constato também essa irregularidade de ser a ^{AS} SOCIGÁS quem dita
 as normas. É um dispositivo verdadeiramente poderoso ^e assumo a respon-
 sabilidade do que digo ³² uma associação altamente corruptora, que se
 vale de todos os meios imagináveis, através dos imensos recursos de
 que dispõe, para ~~promover no País inteiros~~

60

~~massificando~~⁷²⁾ a opinião pública através de uma propaganda poderosa, faustosa, procurando fazer com que uma imagem adremente preparada possa ser ~~conada~~^{oculto} no País em relação aos grandes produtores, porque ~~essa~~ ASSOCIAGS, com os recursos de que dispõe, atravessa o País em todas as latitudes, ~~com uma mensagem de propaganda~~ -- e até seria o caso de investigar-se o custo do gás, ~~embora em grande parte~~^{se realmente} está à altura em que se encontra, ~~isso~~^{tendo em vista} desperdício ~~em~~^{em} propaganda, que se observa nas grandes empresas. É uma poderosa rede a distribuir e a esbanjar recursos das empresas numa propaganda que não teria maior sentido, uma vez que o gás é uma necessidade de todos e cada um não precisaria ser induzido pela ~~propaganda~~^{publicidade} para comprar ~~o~~^o gás. Mas a pergunta que faço é exatamente ~~essa~~^{da} sobre a atribuição ~~de~~^{para} PETROBRAS ~~de~~^{para} colocar sua sigla nos botijões, abolindo-se a marca dos distribuidores.

O SR. WILMOVARO — Com licença, Sr. Presidente. V.Exa. pergunta minha opinião a respeito ?

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES — Queria saber como o Conselho Nacional do Petróleo ...

O SR. PRESIDENTE (Lysâneas Naciel) — Quero informar^o se ~~essa~~^{de} que está perfeitamente à vontade para entender ~~essa~~ essa pergunta ~~é~~^é da ~~sua~~^{sua} esfera de competência. ^{Em caso negativo,} nós a faríamos a quem o Presidente do ~~Conselho~~ Conselho Nacional do Petróleo indica^o para a próxima quarta-feira. Se está na ~~sua~~^{sua} esfera de competência, V.Sa. responde, se

Aut.

não está, pode simplesmente dizer que não, por uma questão de brevidade.

O SR Ruiz Molinaro — Sr. Presidente, posso fazer uma observação sobre a minha resposta anterior ?

O SR PRESIDENTE (Lysâneas Maciel) — Estamos com problema de tempo e desejamos apenas saber se V.Ba. está habilitado, ou não, a responder a pergunta do nobre Deputado Dias Menezes. Se está, responde, se não está, ³³ deixaremos o assunto para a próxima reunião.

O SR Ruiz Molinaro — Apenas quando me referi à ^{AS} SOCIGAS disse que ela continuava representando os distribuidores perante o Conselho Nacional do Petróleo porque ~~ela~~ está mencionada para os fins específicos constantes do § 3º do Art. 23, da Resolução nº 63. Quanto à pergunta, a opinião ~~que se põe~~ ~~do~~ Conselho, no caso de ~~os~~ ~~botijões~~ os botijões virem a ser desvinculados dos distribuidores, ^{suponho seja} ^{requer} a de não considerarmos a inclusão ~~nesses botijões~~ da marca PETROBRÁS, porque esta empresa não é ~~distribuidora~~ distribuidora de gás.

O SR DEPUTADO DIAS MENEZES — Então a sigla do Conselho Nacional do Petróleo.

O SR Ruiz Molinaro — Aí sim, está certo. Digo está certo na hipótese de vir a ser adotado o critério.

O SR DEPUTADO DIAS MENEZES — ~~seria~~ Seria então melhor a sigla do Conselho Nacional do Petróleo. A outra pergunta, ainda em consequência desta, é que também há muita fraude em virtude de

ad.

os botijões não estarem eficazmente lacrados. Há um lacre plástico facilmente removível e a provocar inclusive desperdício

s/

Rd.

~~facilmente removível e provocar inclusive desperdício~~

como vazamentos etc., e a provocar irregularidades tam-

bém. ^{Esta} ~~seria~~ ^{possível} outra providência que ~~seria~~ ^{podia} o Con-

selho Nacional do Petróleo ^{ad. Tar.} ~~que~~ ^{podia} vir a ~~exercer~~

~~exercer~~

Sr. Presidente, estou percebendo que usurpo o di-

reito dos meus colegas me estendendo desta maneira. ~~Por~~

^{Estas as minhas observações} ~~que~~ ^{mas} em linhas gerais, ~~me~~ me reservo a no

vas interpelações quando também ~~pretendo~~ ^{compancerem} contar aqui

~~com~~ ^{possam} representantes de todas as categorias que, ~~possam~~

^{Sobre a} ~~opinar~~ ^{es tejam} a matéria, ~~em~~ ^{podem} condições de ~~XXXXXX~~

esclarecer nossas dúvidas. De minha parte, Sr. Presidente,

sinto-me satisfeito, e congratulo-me com V.Exa. pela o-

portunidade de reunir a Comissão de Minas e Energia pa-

ra um debate de tão grande importância. Insisto com V.

^{no sentido de} Exa. ~~consultar~~ a Casa sobre a conveniência da organiza-

ção de ~~uma~~ subcomissão específica para cuidar da maté-

ria, a fim de que daqui, quem sabe, possa surgir uma per

feita legislação em ³⁷ torno do gás.

al.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - A su-
 gestão de V. Exa. já tinha sido anotada. Apenas me re-
 servaria para um debate mais prolongado somente com os
 membros da Comissão a respeito da matéria. Peço a V. Exa.
 que encaminhe as perguntas à Secretaria, ~~para~~ ^{que,} ~~para~~
~~as~~ ^{anotadas} aquelas que foram respondi~~das~~ e aquelas que não o
 foram, ~~a fim de que~~ não haja repetição de perguntas já
 respondidas hoje, na próxima reunião. V. Exa. terá, de-
 pois, a devolução das perguntas para a próxima reunião.

Com a palavra o nobre Deputado Olivir Gabardo, do
 Paraná.

O SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO - Sr. Presidente,
 Srs. representantes do Conselho Nacional do Petróleo,
~~Srs.~~ ^{Srs.} ~~representantes~~ representantes de companhias aqui presentes,
 Srs. Deputado, ~~Eu começaria dirigindo uma~~ pergunta ao
 Dr. Molinaro, ^{de} ~~de~~ entendimento unânime no Conselho Na-
 cional do Petróleo e de que ~~este~~ deve atuar no sentido
 da defesa do consumidor em primeiro plano. Estranha-me
 Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, sendo este o prin-
 cípio ^{de} ~~da~~ norma adotada pelo Conselho Nacional de Petróleo
~~o sabendo-se~~ ^{Associações} que a ~~Associação~~ representa quase que exclusiva-

W.

mente os interesses das empresas distribuidoras de pe-
 tróleo, ~~o~~ o Conselho Nacional do Petróleo avalize to-
 talmente as decisões ~~tomadas~~ ^{tal} ~~na~~ daquela entidade, ~~o~~
 até mesmo ~~o~~ quando ~~essa~~ decisão não é tomada pela unani-
 midade daquelas empresas que formam a ^{as} SOCIGAS. Aqui foi
 declarado, não sei se pelo Dr. Molinaro ou ^{pelo} Dr. Adyr Mon-
 tenegro, que havia um acordo firmado entre as grandes e
 empresas, ou ^{pela} ~~na~~ maioria dessas empresas, do qual não
 participaram as pequenas empresas, ^{tendo sido o} ~~o~~ ~~esse~~ acordo ~~o~~
~~xxxxxxxxxxxx~~ avalizado

GA.

(59)

~~deverá~~ pelo Conselho Nacional do Petróleo. Tanto assim é que, numa de suas fiscalizações para verificar as irregularidades existentes no setor de distribuição, comercialização e engarrafamento, foram classificadas as empresas que cometeram a mesma irregularidade em empresas que não cumpriram o acordo e empresas infratoras da Resolução 1/61. Por certo que, ~~deverá~~ se o Conselho Nacional do Petróleo tiver ^{de} tomar uma decisão, ~~uma~~ penalidade maior deverá ser imposta às empresas que cometeram uma infração à Resolução. Estas seriam as pequenas empresas que não ³⁵ participaram daquela acordo. Aí vem a minha primeira estranheza em relação à atuação do Conselho Nacional do Petróleo com referência à ^{AS} SOCIGÁS. A segunda, já ~~me~~ praticamente abordada aqui, ^{relaciona-se} ~~é com a~~ ^{de propriedade} ~~pertencem~~ aos botijões. Parece-me que os botijões, ^{das} ~~as~~ empresas distribuidoras, ~~mas~~ também pertencem aos consumidores. Os consumidores compram uma chamada cota, e a cota nada mais é, se não me falha a memória, que os botijões que passa a ser propriedade do consumidor e não da companhia distribuidora de gás. Eu gostaria de saber, ~~qual a opinião do Conselho Nacional do~~

B.W.

~~caso~~, em relação à pergunta ~~de~~ ^{formulada} ~~de~~ ^{do} nobre Deputado Dias Menezes, no sentido dessa padronização e ~~visos~~ ^{dos} prejuízos que daí poderiam advir para o consumidor, ~~De é entendimento que~~ ^{visa} o Conselho Nacional do Petróleo ~~visto~~ a atuar no sentido de favorecer o consumidor. ~~De gostaria de saber~~ ^{Isto} em relação ao consumidor e também ~~em relação~~ ao Conselho Nacional de Petróleo, deixando de lado os interesses que possam advir para as companhias. Esta é a segunda pergunta que ~~eu gostaria de~~ formular ao Dr. Molinaro.

O SR LUIZ MOLINARO - ~~Em detalhe a resposta~~ ^{Como eu, a operação} disse ~~ela~~ envolve custos operacionais, e isso representa aumento de preço do produto. ~~apresentando~~ ^{Portanto,} aumentando o preço do produto, há prejuízo para o consumidor, ou seja, a desvinculação do botijão da distribuidora representa aumento de custo operacional, e isso representa aumento de preço do GLP. Esse é um dos aspectos.

O SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO - Eu não entendi ~~pr~~ bem o aumento. Por que ocorreria o aumento ?

O SR LUIZ MOLINARO - Do custo operacional ?

O SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO - Sim.

Rd.

O SR LUIZ MOLINARO - Simplesmente porque, ^{na} entrega automática, ele tem endereço certo, ^{Este é} apenas um detalhe, ^{pois há} ~~em~~ vários outros. ^{há} numa determinada rua ~~com~~ 50 consumidores certos, vinculados àquela distribuidora. A entrega automática, ou seja, o caminhão vai saindo e atendendo aqueles consumidores nos dias marcados para isso.

~~Resposta que dá~~

³⁶ D SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO - Então isso vem em favor da empresa distribuidora, não do consumidor. ~~gar-~~
^{Já não} ~~que~~ está computado o preço na distribuição final, na entrega ao consumidor ?

O SR LUIZ MOLINARO - Já está computado, mas é diferente. Em vez de fazer uma viagem a um determinado local, eu posso vir a ter a contingência de fazer **N** viagens.

~~O SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO - Mas é o senhor~~

~~está respondendo em relação à~~

Ed.

(62)

O SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO ^{Mas} ~~o Sr.~~

(U.Sa)

Está respondendo ~~em~~ ^{em} defesa do distribuidor.

O SR LUIZ MOLINARO -

Não, porque isto representa maior custo, Sr. Deputado. V.

Exa. há de entender que isto vai onerar ~~o~~ produto.

O SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO - Mas

~~o~~ já está o preço computado.

O SR LUIZ MOLINARO -

Está o preço de um viagem, não de 10 viagens. Este é um

aspecto. Outro aspecto é o do ~~ministro~~.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas

Maciel) - ~~Um momento~~ Permitam-me intervir, para melhor encaminhar o debate. A pergunta do Deputado Olivir Gabardo

~~é a seguinte~~ ^{é a} seguinte: se o preço já está ^{computado} ~~computado~~

originalmente, por que acrescentar-se a esse um preço extra?

Como é que isto representa a defesa do consumidor? Se este

preço vai para as companhias, ^{- taxa é uma} não ~~a~~ taxa, que vai para o CNP, ~~o~~

^{mas sim} ~~vai~~ para os distribuidores ✓

O SR LUIZ MOLINARO-

Um momento.

O SR PRESIDENTE (Dep ^{Lisâneas} Lisâneas Maciel)

(U.Sa)

Acho que ~~o Sr.~~ não está entendendo bem a pergunta.

ad.

O SR LUIZ MOLINARO -

Acho que não estou entendendo bem a pergunta.

O SR PRESIDENTE (Dep^o Lisâneas Maciel) -

De acordo com o Sr. Ex.
de S. Ex.

S. Ex. pergunta se já está computado o preço da entrega a domicílio, por que criar uma taxa extra?

O SR LUIZ MOLINARO -

O preço é feito em função - isto é matéria do Dr. Fantinati

de balanços *- padrão.* ~~Esta observação de exposição de Cal. D. 1970?~~

Algumas empresas *efetivam* entregam o que ~~me~~ chamamos de *pool* ~~preço~~ de preços.

Através da avaliação de custos da empresa, ~~isso~~ é montada a es-

trutura de preços. *se* ela *é* montada prevendo, apenas para ilustrar,

uma viagem a um determinado lugar, *isto é o ciclo* e em função disto é ~~montado~~

o preço do gás, *quando* ~~isso~~ ao invés de ~~dever~~ uma viagem, tivermos de

fazer dez, evidentemente, o gás chegará ao consumidor mais

caro. É o que quero dizer.

O SR PRESIDENTE (Dep^o Lisâneas Maciel) -

Em relação a

Sua resposta, *depois* *o* rigor *o* consumidor *ficaria* prejudicado?

O SR LUIZ MOLINARO -

O consumidor seria prejudicado.

O SR PRESIDENTE (Dep^o Lisâneas Maciel)

Está respondido a pergunta.

Ad.

O Sr. Deputado ~~com~~ Dias Menezes -

Eu gostaria de fazer ~~uma~~ observação a propósito deste ponto, que é muito importante.

~~O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES~~

~~V. Exa. pode fazer~~

O SR PRESIDENTE (Dep^{to} ^{Maciel} Lysâneas Maciel)-

A resposta do Sr. Molinaro é que, a rigor, ^{isso?} resulta em prejuízo para o consumidor, ~~talvez~~ podemos dizer isto, ~~que~~, em benefício, evidentemente, da companhia distribuidora. Tem a palavra o Representante da Companhia.

Giovanni Colatrella -
O SR REPRESENTANTE DA COMPANHIA

Sr. Presidente, nobres Deputados, Srs. Representantes do Conselho Nacional do Petróleo, queria, em primeiro lugar, ~~essa~~ ~~meu~~ informar aos nobres Deputados que ~~o Brasil~~ é o único país no mundo, com cem milhões de habitantes e com mais de quinze milhões de consumidores, onde existe o vínculo do consumidor. Em nenhuma outra parte do mundo existe esse vínculo. É verdade que a estrutura de preço está ~~essencialmente~~ ^{organizada} sobre uma entrega automática. ^{É verdade, porém}

38

Al.

É verdade, porém, que esta estrutura de preço, vinculando o consumidor a uma entrega automática, tem já 14 ou 15 anos de vida. Foi feito este estudo de preços quando existia no País um milhão de consumidores. Hoje, quer-se manter ainda esta entrega automática, porque, em primeiro lugar, quer-se preservar, evidentemente, o vínculo do consumidor ~~com a entrega~~

~~para a empresa~~, às companhias, que não são donas dos botijões porque os venderam aos consumidores. ~~mas~~ Somos somente donos dos botijões que usamos para rodízio. Então, primeiro, o consumidor é dono dos botijões. As companhias distribuidoras de gás não evoluíram no ~~seu tipo de~~ entrega automática. Isto é demonstrado pelo fato de que, em todo o País, e principalmente em áreas onde não operam a ONOGÁS ^{Copagás, Prodindini} e essas pequenas companhias, as grandes companhias, para diminuir custos, criam postos de venda, que não chamam postos clandestinos. ^{Vejam,} para diminuir ~~preços~~ custos, eles criam centenas de postos de venda. Por quê? Posso dar ~~exemplos~~ exemplos que os Srs. Representantes do Conselho podem confirmar. No Rio Grande do Sul, na cidade de Rio Grande, existem centenas de postos de venda - e digo postos de venda porque lá, onde operam ainda somente as grandes companhias, não são chamados postos clandestinos. Estes postos de venda não são denunciados.

Ed.

~~Em~~ ^{tais} ~~locais~~ postos de venda dão às companhias ^a ~~maiores~~ ^{rentabilidade.} ~~possibilita-~~

~~desse~~ ^{melhor} atendimento ao consumidor. Querem manter a entrega auto-
mática, alegando que os custos dela estão na estrutura de

preços., que, se ela for eliminada, vai ser onerado o consumi-

dor. Porém é sabido e comprovado que se entrega mais gás nas

entregas de emergência do que nas entregas automáticas. Nas

entregas de emergência as companhias cobram ^{até!} ~~mais~~ de cinco

cruzeiros por botijão que entregam ao consumidor. O consumi-

dor é hoje relegado a um ^{último} ~~segundo~~ plano, na legislação vigente.

Não tem direitos. ~~mas~~ ^T temos 15 milhões de consumidores no País,

^{a maioria,} e ~~a maioria deles~~ cerca de 70% ^{o,} encontra-se na periferia

das grandes cidades, nas bibocas, como disse o Deputado ^{das} ~~Meneses~~.

~~Esses consumidores não~~

ad.

ROSA/ MARIA (Reunião 30/75 - Fitas 14 e 16) 5/5/1975

~~... como falou o nobre Deputado~~ ^{Esses} consumidores nunca terão condições ~~de~~ de comprar o gás no dia de entrega automática, que é preestabelecida ~~por nos~~ por nos ^{as} companhias de gás, para o ano todo, sem interpe^lação do consumidor. Quando a entrega automática passa pela casa do ~~consumidor~~ consumidor, ele, pura e simplesmente, não tem dinheiro. Então, por esse motivo, criam-se os famosos postos clandestinos que não são outra coisa senão pequenos armazéns nos bairros, que ~~vendem~~ ^{perderiam} vendem o gás legalmente autorizado? ~~Existe~~ Existe também, por parte do Conselho Nacional de Petróleo, uma recomendação no sentido de que esses armazéns possam ser nomeados revendedores legalmente autorizados, porém tal recomendação foi escondida pela ASSOCIGÁS. A ASSOCIGÁS não deu às companhias ~~esses~~ esses conselhos, que lhes levariam a ~~criar~~ criar postos de venda. Há, ainda, um ofício do Conselho Nacional do Petróleo ^{para} ~~para~~ a ASSOCIGÁS, ~~de~~ estabelecendo ~~quando~~ quando e como um revendedor de gás, seja ele pessoa física ou jurídica, deverá ser considerado clandestino: quando essa pessoa física ou jurídica não possuir o certificado de competência técnica. Vejam, então, Srs., que a entrega automática eleva o custo das companhias, ~~porque~~ porque são centenas de milhares de botijões que ficam parados por meses a fio nos depósitos dos conc-

28.

_____/____/____ (

)____/____/197

sionários e que são fruto de uma "mexida" de consumidores, o que não se pode considerar nem aliciamento. O consumidor se abastece em qualquer lugar, quer no depósito mais próximo, ou num concessionário que ~~o~~ melhor preste o serviço. As ^{grandes} companhias, porém, escondem esses botijões por meses e isso efetivamente encarece os custos finais, até a chegada do gás ao consumidor. Afirmo e pretendo comprovar que, se o consumidor é liberado e pode ~~se~~ abastecer ^{em} qualquer posto de venda regularmente autorizado, receberá o gás mais barato, porque as companhias ~~o~~ não terão mais necessidade de fabricar ou mandar fabricar elevado número ~~o~~ de botijões, para ~~se~~ substituir aqueles ~~parados~~ que ficam parados. O botijão custa hoje cento e vinte cruzeiros nas fábricas. Vejam, Srs., que somente nos meses de janeiro e fevereiro deste ano foi efetuada uma destroca de botijões entre as grandes empresas e, ~~me~~ parece, esse ~~par~~ número supera ~~seiscentos~~ seiscentos mil botijões que estavam parados. Quem é matemático poderá multiplicar por cento e vinte e vejam ~~quanto~~ quanto dinheiro estava sendo desperdiçado pelas ~~suas~~ próprias ~~suas~~ companhias. Ora, por que o custo do gás seria mais caro? É mais caro porque as grandes companhias usam essa artimanha. Primeiro, para ~~o~~ ^{demonstrar maior} custo ~~o~~ ~~o~~ e, segundo, para acabar com as pequenas companhias, já que prendem os poucos botijões que elas têm em circulação, impedindo-lhes de trabalhar. E, ainda, por ~~o~~ que se ~~o~~ elevaria o custo do

Rw.

____/____/____ (

) ____/____/197

~~gás~~ gás ao consumidor, se temos uma ~~curva~~ curva de frete que é ir-
real? Temos distorções muito ~~grandes~~ grandes nos custos de transfe-
rências, Quando a Resolução ~~de 1961~~ ^{1/61 é precisa?} ~~de 1961~~ o custo de transferência,
~~tem nada mais~~ ^{mas pode ser} nada menos que o custo real do transporte que se
efetua de uma cidade ^{onde é} tabelada para outra ^{onde é} não tabelada. Temos, no
País, somente cerca de cento e cinquenta praças tabeladas e elas
deveriam e devem comandar para que seja estabelecido o preço do gás
na cidade próxima àquela onde é tabelado o gás. Verificamos que,
na curva de frete, as companhias pagam pelo transporte desses boti-
jões de uma cidade-base, para a ~~vizinha~~ vizinha, onde há um
~~concessionário~~ concessionário, cerca de quinhentos cruzeiros. Na tabela de frete,
contudo, que é uma tabela associativa ~~homologada~~ homologada pelo Con-
selho Nacional do Petróleo, sem discussão - ~~discute~~ ^{discute} porque des-
conhece efetivamente os fretes pagos pelas companhias - temos cida-
des onde as companhias pagam um cruzeiro para a transferência des-
se gás —

31

a ~~homologa, porque se a~~

~~O Conselho Nacional de Petróleo desconhece efetivamente os fretes~~

~~que as companhias pagam. Repito: há cidades onde as companhias pa-~~

~~gam 1 cruzeiro para a transferência desse gás da cidade ^{base} para~~

a cidade imediatamente ^{vizinha}. Entretanto, na lista de pre-
ço, o custo de transferência na tabela de frete - é frete, não pode
haver lucro - é de Cr\$ 2,00, Cr\$ 2,50, Cr\$ 3,00. ^{Então} esse preço é
irreal. Por que o Conselho Nacional do Petróleo não se preocupa - e
isso em defesa do consumidor - em conhecer realmente o custo de fre-
te que as companhias pagam para transferir esse gás? E depois tem
mais: a Resolução ⁶¹ determina os pontos básicos, que são os lugares
onde se engarrafa ou onde se recebe o gás a granel, e os depósitos
das companhias, onde existe ^{em vasilhame} ~~vasilhame~~. ^{Então} ~~onde~~ esse depósito onde exis-
te ^{em} ~~em~~ ^{me} ~~vasilhame~~, também comanda o preço. E dou um exemplo. O nobre
Deputado ^{Dias} Menezes conhece a região. Temos cidades que dependem da ^{área}
de Paulínia. E temos Ourinhos, muito mais perto de Paulínia, que é
uma cidade como Assis. Muito bem, o gás vendido ao público em Ouri-
nhos é mais caro do que o vendido em Assis. Por quê? Será que é con-
veniência de alguém? O consumidor não é beneficiado. Depois temos
cidades como Bauru, onde existem depósitos de ^{vasilhame} ~~vasilhame~~ da companhia.
E o preço é tabelado em Bauru. Não se explica como, na cidade de Pi-
rajui, que está a 50 km, o preço para o público chegue a ter quase

ent.

2 cruzeiros a mais por botijão, quando o custo de transferência de Bauru para Pirajuf é mais ou menos 50 centavos. Lá, naquela cidade, o consumidor paga mais caro naquilo que a lei permite que se pague.

(20) O SR. PRESIDENTE (^{Deputado} Lisâneas Maciel) - Permito-me interromper o Sr. Diretor e Assessor, porque estávamos respondendo a uma pergunta específica do nobre Deputado Olivir Gabardo. Não quero restringir de forma alguma a liberdade que têm as pequenas companhias de exporem a matéria, muito ao contrário. Mas temos certo roteiro, e o Sr. está abordando outros assuntos não contidos na pergunta, aliás muito interessantes e que revelam fatos graves, como a artificialidade do preço e a sua homologação pelo Conselho Nacional do Petróleo. Mas, de qualquer forma, vamos fixar, dentro das respostas, as perguntas dos Srs. Deputados, para ordenação dos trabalhos apenas. V. Sa. terá oportunidade de intervir outras vezes. Não se trata de cercear, mas apenas de ordenar os trabalhos.

O SR. Luiz Molinaro - É o seguinte: não compete ao Conselho Nacional do Petróleo fixar fretes. Não é da nossa competência legal. ~~Os fretes não~~

~~Vou falar ao Conselho Nacional de Petróleo fixar fretes. Não é ^{nossa} competência legal isso.~~

Os fretes não estão na área sujeita à nossa competência. Não fixamos fretes, como também não fixamos o preço do combustível, por exemplo, que é o continente da GLP.

O SR. Presidente (Deputado *Luiz Inácio Lula da Silva*) - Parece-me que V.Sa. não

entendeu bem a ponderação do Diretor. Ele disse apenas que quando o Conselho homologa determinados preços...

O SR. *Luiz Molinaro* - Ele não homologa preços.

É isso que quero dizer. O preço é livre. ~~um preço~~

O SR. Presidente (Deputado *Luiz Inácio Lula da Silva*) - Um momento, devagar. O Conselho homologa o preço global do gás e nessa composição global está

compreendido o transporte.

O SR. *Luiz Molinaro* - Não, senhor. O Conselho dá o

preço da base e diz que o preço de outra localidade será o da base mais o frete, mas não diz quanto é o frete. O frete não é fixado pelo CNP, que não tem competência legal para isso.

O SR. Presidente (Deputado *Luiz Inácio Lula da Silva*) - Quero apenas alertar que to-

da essa conferência, todo esse debate, toda essa palestra está sendo gravada e vai ser objeto de um livro que ~~será~~ ^{será} submetido à apreciação do Conselho Nacional de Petróleo ⁴² do Sr. Ministro *Shigeaki Ueki*.

Então, com os esclarecimentos prestados, pergunto a V.Sa. ^{Eva.} se tem mais alguma pergunta a fazer.

O SR. DEPUTADO OLIVER CABARDO - Há duas perguntas, se me fosse

QW

se dada a oportunidade de falar. Eu deixaria o aspecto do preço de lado, porque é um assunto bem amplo e há vários aspectos. Eu abordei apenas um. Gostaria de fazer ^{ao} os representantes do Conselho Nacional de Petróleo algumas perguntas, ~~resumidamente~~ resumidamente. O Conselho Nacional de Petróleo tem conhecimento de que o atendimento ao consumidor de Brasília é excepcional a todo o resto do Brasil? ^{se em} Brasília o consumidor é bem atendido em relação ao resto do Brasil?

O SR Presidente (Deputado Luciano Maciel)

- Vamos fazer por parte, então? Sugiro a V.Exa. que aguarde a resposta. Talvez o Sr. Diretor de Abastecimento ou de fiscalização pudessem dar a resposta.

O SR DAVID SEBASTIÃO PUNTO - Apenas uma retificação, naturalmente para os Anais: não sou Diretor de Abastecimento...

O SR Presidente (Deputado Luciano Maciel)

- Chefe de Abastecimento, perdão-me.

O SR DAVID SEBASTIÃO PUNTO - Sou ^o chefe da Seção de Programação de Abastecimento, e no momento represento ^{ndo} naturalmente o nosso diretor.

Quanto ao abastecimento dos consumidores de Brasília, pelo que nós sabemos, ele está sendo feito nos mesmos moldes ~~para~~ ^{para} todo o País. As cotas para as empresas em Brasília e o atendimento aos consumidores de Brasília vem sendo feitos nos mesmos moldes ~~estabelecido~~ estabelecido para todo o País. Não existe uma regra especial para Brasília. O consumidor de Brasília deve receber o seu botijão de gás em sua casa pela entrega automática dentro dos preços fixados pelo

G.W.

Conselho Nacional de Petróleo para Brasília.

83

O SR DEPUTADO OLIVER CARVALHO - Outra pergunta: se a fiscalização do Conselho Nacional de Petróleo tem conhecimento da destruição em grande quantidade de botijões de gás levada a efeito por pequenas ou grandes companhias, constituindo-se, no nosso entendimento, até mesmo um crime contra a economia nacional.

O SR LUIZ MOLINARO - Eu respondo dizendo que não tenho conhecimento de nenhum fato relativo a esta afirmação.

~~Deputado
OLIVER CARVALHO - OLIVEIRA CARVALHO~~

Gov.

última
 O SR. DEPUTADO OLIVIER GABARDO -
 A ~~última~~ pergunta seria esta, ~~se~~ : o Conselho Nacional de Petróleo já concedeu apostilamento de extensão para companhias da sua área já delimitada para outra área, quando esta companhia já estava atuando nesta área, ou não ?

O SR. LUIZ MULLER - Fico em dificuldade para responder a esta questão. Tenho a dizer o seguinte: não apenas na área do gás, mas em outras, ~~se~~, muitas vezes ~~se~~ exige uma espécie de atividade experimental. Isso ocorre às vezes na área de lubrificantes. Na área do GLP o que rege a matéria é a Resolução 4/61, já citada, que obriga a uma série de quesitos, por exemplo, um estudo econômico do que ~~se~~ pretende fazer, ~~na~~ ^{área} das possibilidades de mercado, ~~se~~, e uma série de outros quesitos. São nesses estudos que se fundamenta o CNP para autorizar a ~~extensão~~ ^{extensão} da atividade. Era o que tinha a dizer a respeito.

Deputado
 O SR. OLIVIER GABARDO - Agradeço, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO LISANHAS MACIEL) - Há uma ordem de inscrição, eminente *Gutahy* ~~de~~ *de* Magalhães. Já estão inscritos os deputados Paulino Cícero, Amaury Müller. ~~Depois~~ *Depois* será V. Exa. e, ~~posteriormente~~ *posteriormente*, o Deputado José Machado. Deputado Paulino Cícero com a palavra.

Devo dizer aos senhores Deputados *que* apenas por uma questão de ordenação, *foi feita a* ~~foi~~ anotação dos Deputados presentes. ~~Exinfinanças~~

R.S.

O SR. Deputado Adhemar Santillo - A informação que nos cabemos da Mesa é de que correria uma lista pela Secretária para ~~os~~ inscrever ~~nos~~. Não fui informado de que teria que fazer a inscrição na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) - Devo dizer a V. Exa. que se não houver tempo hoje, ~~vão~~ faremos as ~~suas~~ perguntas, inclusive ~~algumas~~ algumas serão repetidas, mesmo porque não foram respondidas por uma questão, ~~que~~ já foi amplamente debatido aqui, a questão da competência dos membros do Conselho. Todos os Deputados terão a oportunidade ~~de~~ na próxima reunião, ~~se~~ não tiverem tempo de fazer ~~a~~ ^{suas} perguntas hoje.

Perdão-me V. Exa. ~~isso~~ foi uma falha da Mesa. Realmente, ~~correu-se~~ correu-se uma lista ~~para~~ ^{para que} assinarem todos. Então percebi ~~que~~ ^{que se pensou} apenas um registro de presença.

O SR. DEPUTADO ~~Paulino Cícero~~ ^{Adhemar Santillo} - Pela ordem. O Deputado Olivier Gabardo fez uma pergunta ao componente da Comissão do Conselho Nacional de Petróleo e a resposta foi dada. Eu gostaria de fazer a mesma pergunta, inclusive para fornecer subsídios ao Conselho caso ele não tenha conhecimento do fato. Da maneira como foi dada a resposta, ~~não~~ parece que a ~~Associação~~ ^{Associação} dá ~~o mesmo tratamento~~ ^{o mesmo tratamento} aos usuários de Brasília ~~que~~ ^{de} que ela ~~dá~~ ^{dá} todo o território nacional. ~~Contudo~~ Contudo, não é esta a decisão.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) - Então eu deixo a V. Exa. um esclarecimento ^{que} permita-me o Deputado Paulino Cícero ~~que~~

20.

~~um~~ um momento antes de lhe passar a palavra — ~~de~~ ^{porque trata-se} de um
 esclarecimento a resposta que foi ~~seja~~ ^{dada} a pergunta do Deputado Olivir
 Gabardo. V.Exa. poder formular.

Adriano Santillo

O SR. DEPUTADO ~~TOULINO CACERES~~ A pergunta já foi formulada

ASSOCIAS

e respondida. Ocorre que a ~~Comissão~~, reunião extraordinariamente no

~~_____~~

Ad.

reunida extraordinariamente no dia 21 de maio de 1974, ~~de~~ através ^{de} ~~da~~ ~~reunião~~ dos ~~seus~~ seus representantes ~~aqui~~ em Brasília, foi lavrada ata onde se ^{ve} o seguinte: "A sessão foi aberta às 14 horas e 40 minutos, sob a presidência do Coordenador Comercial Geral, Dr. George Longoni, que, após confirmar a presença de todas as congêneres operantes no Distrito ~~Federal~~ Federal e as apresentações feitas pelo Sr. Coordenador Comercial Regional, retomou a palavra e deu início à Ordem do Dia. Inicialmente, o Sr. Coordenador Comercial Geral esclareceu que havia chegado ao conhecimento da ^{As} SOCIGÁS matriz fatos, ocorridos em Brasília, que comprometiam seriamente a imagem das companhias junto ao CNP e aos órgãos governamentais. Observou que a reunião teria caráter ~~genérico~~ genérico, sem acusações específicas ou individualização de ~~empresas~~ companhias, tratando-se, portanto, de uma reunião geral com a finalidade de enfatizar a importância de Brasília no contexto geral e a responsabilidade de cada gerente e diretoria em manter uma imagem adequada às necessidades da Capital da República. Frisou esta necessidade observando que aqui está o CNP. ~~Pequenos~~ Pequenos incidentes, que em outras praças são ~~solucionados~~ solucionados sem maiores transtornos, aqui adquirem conotações especiais, pois podem ~~ocorrer~~ ocorrer com funcionários do CNP, funcionários ~~do~~ do Ministério das Minas e Energia ou qualquer outra pessoa ~~ligada~~ diretamente ligada a autoridades que podem influen-

aw.

ciar diretamente na comercialização do gás liquefeito de petróleo. Assim é que dá imagem que Brasília apresentar pode depender vantagens ou desvantagens do balanço geral de todas as companhias. Discorrendo sobre a qualidade do serviço que as companhias devem apresentar em Brasília, disse ser pensamento unânime das diretorias não considerar Brasília em termos de lucro. O atendimento deve ser o mais próximo possível da perfeição, sem preocupação com os custos, pois estão em jogo valores muito maiores do que o lucro que Brasília poderia apresentar." É o que decidiu a ^{As} SOCIGÁS nessa reunião realizada em Brasília, ~~em que~~ ^o componente da Comissão do Conselho Nacional de Petróleo, por certo, não teve conhecimento desta ~~reunião~~ ^{decisão} da ^{As} SOCIGÁS, mas o que ^{se} pode provar ^{que}, na verdade, o tratamento não é igual em todo o território nacional, dispensando um tratamento ~~especial~~ especial para Brasília porque aqui, conforme o coordenador ~~faz~~ fez questão de dizer, estão as autoridades ~~ligadas diretamente ao assunto~~ ligadas diretamente ao assunto, ^{colú} ~~o~~ Conselho Nacional do Petróleo, integrantes do Ministério das Minas e Energia ou qualquer outra pessoa que possa influir para que o atendimento seja melhor. Então, tratando bem Brasília, o resto do País se dá um jeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Eu considero que o documento que V.Exa. acaba de ler é um documento relevante e ~~importante~~

Rel.

grave, ~~grave~~. Grave ~~grave~~ porque revela ~~um estado de~~ um estado de irregularidades que se pretende esconder do CNP. E eu tomo até a liberdade de, ~~temos aí vários funcionários do CNP e eu não sei se têm ou não têm conhecimento~~. Pela resposta do Dr. Molinaro parece que ^{S. da} não têm conhecimento ^{do fato} porque ele disse que o tratamento é igual em todas as praças, ~~ou de~~.

David Sebastião Pinto

O SR. ~~KLIZ MOLINARO~~ + Eu gostaria de fazer um adendo. Naturalmente a resposta ^{de} Sr. Deputado ^{foi} a uma pergunta ~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~ genérica. A explanação do colega foi ~~uma explanação~~ mais específica, acompanhada de um documento ~~de conhecimento~~

GW.

~~de~~ de uma reunião da ^{AS} SOCIGÁS, ~~uma~~ reunião no âmbito das empresas dis-
tribuidoras de gás. Eu respondi pelo Conselho Nacional do Petróleo, pe-
la divisão de abastecimento, ~~em~~ que o tratamento deve ser igual ~~em~~ em
todo o País. Uma decisão, um acordo tomado no âmbito particular das dis-
tribuidoras deve ser lançado à responsabilidade ~~de quem eu sou~~ ~~que~~
^{das} ~~do~~ signatárias desse documento. Não é, ~~uma política~~ a política nem a
orientação ~~do~~ do Conselho Nacional do Petróleo ^{dar} ~~de~~ um tratamento dife-
rente a Brasília daquele que deve ser dado, por exemplo, ao consumidor
de Rondônia. Eu acho que o País é um só e a política do Conselho Nacio-
nal do Petróleo ~~deve ser uma só.~~

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - E a qualidade do povo é uma só também.

^{David Sebastião Pinto}
O SR. ~~LUIS MOLENARO~~ - Exato. } 47

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Eu entendi a observação, mas de qualquer forma considero ^{um} ~~o~~ documento ~~um documento~~ grave, sério, ~~porque~~ ^o Deputado Dias ~~Menezes~~ Menezes levantou aqui u-
ma série de problemas ^{le} a esta altura há um documento aí a ~~provar~~
comprovar que, para encobrir irregularidades, ~~deve~~ ^{mas} tratar bem os funcionários do Conselho. ~~Acho que em síntese o documento quer dizer isso.~~ Acho que em síntese o documento quer dizer isso.

~~O SR. LUIS MOLENARO - En supiro apenas, Sr. Presidente.~~

AS

O ~~SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel)~~ - Então a Mesa acolhe o documento para ~~ser~~ ^{fazer} parte do dossiê e, ao mesmo tempo, fica satisfeita, porque os funcionários do CNP tomam conhecimento de um documento que atesta, em primeiro lugar, a irregularidade e, em segundo lugar, que se procura encobrir essa irregularidade através de uma campanha de amaciamento aqui no âmbito do Distrito Federal. A Mesa acolhe o documento do Deputado ~~Saxx~~ ^{Atleman} Santilo.

O SR. DEPUTADO OLIVIR GABARDO - Sr. Presidente, ~~eu poderia~~ complementar. pela ordem, ~~complementar~~ só para ~~complementar~~

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - ~~Pela ordem~~ ordem, pois não.

O SR. DEPUTADO OLIVIR GABARDO - Quando ~~eu~~ ^{minhas} formulei ~~essas~~ últimas perguntas eu disse que iria formulá-las secamente, sem quaisquer comentários, ~~depois~~ ^{esse intuito de} tempo. ~~depois~~ Mas com relação a esse assunto, ~~eu~~ devo esclarecer o seguinte: ~~eu~~ já morei em outras cidades, Londrina, Curitiba, e quando necessitava de gás fora da entrega automática me era cobrada uma taxa extra. E isso não ocorreu em Brasília. Daí a minha estranheza, ~~por que~~ ^{por que} em Brasília não se cobra e nas outras praças se cobra? ~~Pela~~ Foi essa a razão da minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - V.Exa. quer falar pela ordem também?

RW.

O SR. Deputado Walber Guimarães - ~~Indicação do deputado~~
~~Clínica já ficou satisfeito, porque~~ ~~ela não~~ ~~está~~ ~~cobrada~~ ~~essa~~ ^{Hambur}
 taxa de emergência aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Pois não. Fica
 o registro de V.Exas.. Com a palavra o Deputado Paulino Cícero. ^{E o}
 documento V.Exa. queira encaminhar à Mesa para fazer parte do dossiê
 que será entregue ao Sr. Ministro das Minas e Energia e Presidente do
 Conselho Nacional do Petróleo.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Vou-me dispensar, Sr. Presi-
 dente, de formular as perguntas que havia alinhado, ^{pois} algumas delas encon-
 traram respostas ⁿ das indagações dos colegas. Eu apenas queria encarecer
 a V.Exa. a conveniência de convocar a esta comissão o Dr. Hilton
 Fantinatti, ~~ex~~ Diretor da Divisão de Auditoria e Preço do Conselho Na-
 cional do Petróleo, ^{e representantes da ASSOCIAGÁS,} ~~que de um ponto já está anotado por V.Exa., e re-~~
~~presentantes da ASSOCIAGÁS.~~ Acho que do trabalho desta ~~o~~ comissão poderá
 eventualmente nascer uma reformulação da legislação pertinente à distri-
 buição do gás liquefeito de petróleo no País. E na medida em que a Co-
 missão deva dar um pronunciamento formal, acho que ela deve ter o maior
 número de informações possível. Por isto ~~meio~~ eu ^{desejo} ~~de~~ neste ~~momento~~
 momento ^{sugeri} ~~para fazer~~ ~~as~~ ~~perguntas~~ a V.Exa.) essas duas ~~convocações~~
 convocações. Muito obrigado.

AW.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Deferido. ~~há~~

~~um problema desta natureza,~~ antes que o Deputado Amaury Müller for-
 mule a sua pergunta, ^{gostaria de esclarecer} ~~o~~ seguinte: todos nós sabemos que a represen-
 tação sindical no Brasil é deferida com exclusividade apenas, ~~mas~~ temos
 o sistema chamado da unidade e não da pluralidade sindical. ~~o~~ ~~sindi-~~
~~catismo brasileiro tem uma série de prerrogativas, tem até~~

aw.

85

E o sindicato brasileiro tem uma série de prerrogativas.

Tem até o poder~~ia~~ de império de ~~legislar~~ legislar quando se trata

de falar em nome de todos aqueles que são ou não ~~da Associação~~ ^{associados}

do Sindicato, mas que integram a ~~categoria~~ categoria. Tem até o

poder tribu~~ário~~ário através da contribuição sindical. Mas na reali-

dade temos uma associação e a lei veda que fale ^{em} em nome das di-

versas categorias econômicas ou associações ~~profissionais~~ profissionais,

entidades outras que não sejam ^{sind} sindicatos. Então, não obstante

todo o evidente poderio da ~~SOSIGAS~~ ^{ASSOCIAGAS}, acho que esta Comissão vai

dirigir o convite ao sindicato ^{que,} Estou sendo informado agora ^{que}

existe, ^P porque a lei veda e até dá um caráter ~~sem~~ de semi~~clandestini-~~

^{clandestinidade.)} ~~dade~~ daquelas associações que falam em nome da ~~categoria~~ categoria econô-

mica ou profissional sem ser sindicato. E' uma peculiaridade

da lei brasileira.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Sr. PResidente, para elidir

essa dúvida sugiro que venham então representantes da ~~SOSIGAS~~ ^{ASSOCIAGAS} e

do sindicato.

P.W.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Minha dúvida é a seguinte: é que estaríamos homologando uma entidade que depois da formação do sindicato já perdeu seu caráter legal de representatividade.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Será ^{feito} o próprio CNP, que aceita a ~~SOSIGAS~~ ^{ASSOCI GAS} como parte interveniente na fixação do preço e outros ~~em~~ lances de distribuição de petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Isso não tira o caráter do art. 514 da CLT. Isso não tira a validade deste artigo porque prevê que a representatividade cabe ao sindicato e dá até um ~~de~~ caráter de ~~continuidade~~ ^{clandestinidade} a outras associações de caráter civil que falem em nome do sindicato. Portanto, o fato de o CNP estar dando esse tratamento ^{Associações, é porque} a ~~SOSIGAS~~ não ~~existiu~~ existiu o sindicato. Isso não quer dizer que devemos também incorrer no mesmo erro ~~ig~~ legal. Podemos alterar a partir de agora e vamos convidar o sindicato, porque a ~~administração~~ ^{Associação} ...

O SR. LUIZ MOLINARO - Até então não ~~existiu~~ existiu o sindicato, por isso que aparece a associação.

RW

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - O Dr. Molinaro
 é ~~o~~ ex-Assistente Jurídico do Ministério do Trabalho e sabe que ~~há~~
 um caráter de semiclandestinidade ~~das~~ ^{nessas} associações. Então o convi-
 te vai ser dirigido ao ~~o~~ sindicato e ~~o~~ ^{nada} impede que a
~~ASSOCIÇÃ~~ ^{ASSOCIÇÃS} continue a exercer a sua influência através do sindicato.

O SR. DEPUTADO ~~MARCOS TITO~~ ^{JOSE MACHADO} - (Pela ordem) - Sr. Presidente,
 em adendo às palavras do Deputado Paulino ~~de~~ Cícero, queria le-
 vantam a seguinte questão de ordem: uma vez que a Mesa já ~~há~~
 acolheu e ~~reconheceu~~ ^{recebeu} o documento lido pelo nobre Deputado ~~XXXXXXXX~~
 Adhemar Santilo, quero crer, Sr. Presidente, se este documento já
 está em mãos da Mesa e ~~ele~~ ^{fo} é firmado por essa associação, esta
 dever-se-ia fazer presente ainda que o seja para dar explicação
 com relação a esse documento, dada a ^{sua} gravidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Então vou
~~deferir~~ ^{convocá-los} apenas como ~~informantes~~ ^{informantes}, mas para falar em nome dos dis-
 tribuidores de gás, ^{convocamos} o sindicato.

O SR. ~~MARCOS TITO~~ ^{Deputado} (Pela ordem) - Eu sugeriria
 a V.Exa. que também convocasse a ~~SOSIGAS~~ ^{ASSOCIÇÃS}, apesar da ilegalidade

Ad.

da sua existência, em virtude de existir ~~em~~ um organismo ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Não disse

que é ilegal, é ilegal ~~participar~~ ^{sua} a representatividade junto aos órgãos públicos.

Deputado
O SR. Marcos Tito

- E' exatamente

isso que estou dizendo. Para que essa entidade compareça a esta Comissão para que inclusive elimine essa participação ilegal e depure essa irregularidade,

Ad.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Está deferido na condição de informante, não de representante legal desta categoria ~~Está deferido~~ o requerimento do Deputado José Machado, agora com reforço do Deputado Marcos Tito. Com a palavra o Deputado Amaury Müller.

DEPUTADO

O SR. AMAURY MULLER - Sr. Presidente, Srs. membros do CNP, Srs. representantes de distribuidoras de gás do petróleo, Srs. Deputados, ~~xxx~~ o demonstrativo das vendas de ~~gxxx~~ GLP no ano de 74, distribuído há pouco aos parlamentares, revela um dado tão estarrecedor quanto a denúncia trazida a Plenário pelo Deputado Ademar Santilo. Verifica-se que ~~93%~~^{97%} aproximadamente das vendas realizadas de GLP em 74 foram por seis grupos, que presumo sejam ~~xxxx~~ poderosíssimos. Indagaria, então, com base nesses números, que julgo legítimos, se os ilustres membros do CNP poderiam esclarecer à Comissão se esses seis ~~xxxxx~~⁵ grupos são predominantemente ~~xxxx~~ nacionais ou o controle acionário é exercido por grupos internacionais.

(90)

O SR. LUIZ MOLINARO - Tanto quanto estou informado [✓] e evidentemente que a identificação de participação de grupos estrangeiros em empresas nacionais deve ser verificada na composição acionária [✓]. Mas, tanto quanto estou informado, a ULTRAGÁS, que teve uma participação ~~de grupo estrangeiro~~ ^{da} Philips ^{R. Grolman}, se não me engano, já não tem mais ~~uma~~ essa participação. Hoje é empresa nacional. A SUPERGASBRÁS, que teve uma participação ~~de grupo estrangeiro~~, ao tempo do Sr. Lorence, que era o Presidente, também não é mais ~~uma empresa estrangeira~~, parece que hoje é ~~uma empresa~~ nacional. A LIQUIGÁS, a HELIOGÁS e a PIBIGÁS, são empresas estrangeiras ^{no sentido de terem participação de capital estrangeiro} na sua composição. As demais empresas são nacionais.

OSR. Deputado Amaury Müller - Das seis maiores?

^{Luiz Molinaro}
O SR. ~~DEPUTADO AMAURY MÜLLER~~ - Vou repetir novamente a

~~ULTRAGÁS~~ ULTRAGÁS consta ser nacional; a SUPERGASBRÁS consta ser nacional. São duas grandes que têm uma participação no mercado: A ULTRAGÁS 23%, SUPERGASBRÁS 19% ^{essas são duas grandes}. A LIQUIGÁS, que é uma grande, é italiana, tem 22% ~~do~~ mercado. A PIBIGÁS tem 5,62% do mercado, é italiano. Então, ~~as~~ LIQUIGÁS e ~~HELIOGÁS~~, que são do mesmo grupo italiano, têm 29,

GW.

e HELIOGÁS, que são do mesmo grupo italiano, têm ~~29,58%~~ 29,58% do mercado. ULTRAGÁS, gaúcha-paulista, ~~que não é do mesmo grupo~~ tem 24,80% do mercado e ~~é~~ ^é considerada nacional. A SUPERGASBRAS, também ~~é~~ considerada nacional, tem 19,58% do mercado; a ~~RNY~~ PIBIGÁS, estrangeira, tem ~~5,62%~~ 5,62% do mercado, ~~as demais são nacionais.~~ as demais são nacionais. Então, ~~há~~ ^{há} empresas ~~que~~ constam serem de grupos italianos: grupo LIQUIGÁS-HELIOGÁS, grupo PIBIGÁS ~~(constam ser italianas)~~ As demais ~~não~~ constam serem nacionais.

O SR. DEPUTADO AMAURY MULLER - A minha indagação, Sr. Presidente, tem sua razão de ser. A Câmara dos Deputados instalou recentemente uma CPI para apurar a infiltração do capital estrangeiro na economia brasileira. Como se verifica, pelo menos mais de 30% do gás liquefeito de petróleo distribuído no Brasil é feito através de empresas multinacionais. Então, eu sugeriria a V. Exa. que apresentasse ao ilustre Relator da CPI sobre as multinacionais, Deputado Herbert Levy, ^{no sentido} a sugestão de que ~~também~~ a CPI ^{também} investigue a presença de multinacionais na distribuição de gás liquefeito de petróleo. E teria uma segunda pergunta: ^{constante} ~~segunda~~ revela um dos representantes de empresas que operam ~~na distribuição de~~ na distribuição de GLP, haveria no Brasil 15 milhões de consumidores de gás liquefeito de petróleo. Eu perguntaria aos membros do CNP se poderia dar o número aproximado, não exato, do ~~consumo~~ consumo médio mensal e do valor des-

Ad.

se consumo, isto é, quantos botijões são consumidos em média por mês e qual o preço? E se esse dado de 15 milhões de consumidores também é verdadeiro?

O SR. David Sebastião Pinto

- Por nú-

meros levantados por nós no Conselho Nacional do Petróleo, relativo na turalmente às vendas realizadas em 1974,

(93)

houve um consumo mensal de aproximadamente ~~em torno de~~ 160 mil toneladas, 150 a 160 mil por mês no país.

O SR. DEPUTADO AMAURY MÜLLER - Ao preço ~~de~~ médio de quanto por tonelada?

O SR. DAVID SEBASTIÃO PINTO

(Quanto ao
- preço,

há uma variação por área. Eu, realmente, não trabalho com preço, ^o meu setor trabalha mais com quantidade. Não seria, naturalmente, eu a pessoa indicada a falar sobre preço. Existem ~~máximos~~ preços estabelecidos ^{para as} ~~em~~ várias regiões do Brasil. Há uma diferença por área.

O SR. DEPUTADO AMAURY MÜLLER - Não é possível estabelecer um preço médio? Porque esse preço médio é que vai facilitar a formulação da pergunta que quero fazer aos ilustres membros do CNP.

O SR. DAVID SEBASTIÃO PINTO - Confesso

ao senhor que não tenho a estrutura de preço aqui comigo, mas o preço médio é fixado ~~o~~ em área onde há refinarias, onde há uma fonte de abastecimento direto. Parece que deve ser convocado o nosso Diretor de preços para vir aqui e ele, naturalmente, deve dar esclarecimentos a respeito do preço.

J
13

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Ele não está habilitado a responder essa parte, Deputado.

O SR. DAVID SEBASTIÃO PINTO

- Se ^{eu} ~~eu~~

tivesse aqui, não ~~teria~~ ^{haveria} nenhuma mal ~~em~~ em fornecê-lo, ~~pois~~ porque ele é público, ~~está~~ ^{foi} inclusive publicado em Diário Oficial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Parece-me que a preocupação do eminente Deputado Amaury Müller é saber o volume de dinheiro que está envolvido nisso.

O SR. DEPUTADO AMAURY MÜLLER - Eu vou ter ~~de~~ ^{de} chegar lá.

DAVID
O SR. SEBASTIÃO PINTO - ~~movimento~~

~~movimento~~ ~~anual~~ Tenho ~~um~~ ^{aqui} movimento mensal e o movimento ~~anual~~ ^{anual} ~~no país~~ ^{intier.} Houve uma venda em 1974 da ordem de um milhão, 715 mil toneladas de gás. Houve um aumento de venda, em relação ao ano de 1973, ~~de 7%~~ ^{em torno de 7%}. ~~O movimento nacional aumentou 7%~~. Houve uma queda na faixa de incrementos. Não houve uma queda de consumo de 73 para 74. Houve uma queda na faixa de incrementos. O incremento de 72 para 73 foi da ordem de 10% e de 73 para 74 de 7%. ~~Existe uma queda de~~ ^{vários tipos de} incrementos. Eu, realmente, disponho de informações a respeito de quantidade, ~~vários tipos de informações a respeito de quantidade~~, que estariam à disposição dos senhores dentro ~~do~~ ^{do} que me cabe esclarecer ^{em razão} das suas perguntas.

O SR. DEPUTADO AMAURY MÜLLER - Desde que, Sr. Presidente, não é possível esclarecer o preço de tonelada, a pergunta que eu gostaria de formular fica prejudicada. Então, eu me reserve o direi-

to de formulá-la quando algum membro do CNP, aqui comparecendo, generosamente possa responder a essa indagação inicial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Pois não, Deputado.

O Sr. ~~Quinan~~ ONFRE QUINAN -

Estimo que o preço médio por quilo de gás, porque ele tem em tonelagem, deve estar ~~no valor de R\$ 2,50 a R\$ 3,00~~ ^{entre R\$ 2,50 a R\$ 3,00} ~~entre R\$ 2,50 e R\$ 3,00~~ _{v-y} ~~entre R\$ 2,50 e R\$ 3,00~~ o quilo.

O SR PRESIDENTE - (Deputado Lisâneas Maciel) - Então, com essa informação fornecida pelo Sr. Quinan, o Deputado Amaury Müller poderá confirmá-la, naturalmente, na próxima reunião, com a presença do Dr. Fantinatti. O Deputado Amaury Müller terminou? Ou se reserva para a próxima semana?

O SR DEPUTADO AMAURY MULLER - Sr. Presidente, eu teria muitas outras perguntas a formular, mas creio que, em face do adiantado da hora e da necessidade de outros colegas formularem suas indagações, eu passaria a palavra aos demais companheiros e aguardaria convite de V. Exa. para participar da próxima reunião, a fim de que eu possa ^{me} ~~o~~ esclarecer e esclarecer à Casa a respeito desse assunto: preço médio, consumo e a consequência imediata desse problema. Muito obrigado a V. Exa.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Se me permitirem os Srs. Deputados, isso sem prejuízo dos diversos inscritos, como o Deputado José Machado e o Deputado Jutahy Magalhães, se suas perguntas versarão assuntos que fogem um pouco a competência dos presentes, nós fixaríamos, para terminar, o mais tardar, ^{às 13.30 horas,} ~~após 30 minutos,~~ para não cansar demasiadamente os nossos convidados e também os Srs. Deputados. Então tem a palavra o Sr.

Deputado José Machado, sem prejuízo das demais perguntas. Permita-me, Deputado José Machado, o Deputado Jutahy Magalhães estava inscrito antes de V. Exa.

O SR DEPUTADO JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, são duas indagações apenas, baseadas na exposição feita aqui pelo Sr. Diretor da ONOGÁS. Eu perguntaria ao Sr. Representante do Conselho Nacional do Petróleo por que este acordo ratificou um acordo feito pelas grandes empresas e não houve permissão às pequenas empresas ^{por que} ~~no sentido de~~ ^{dele participarem?} ~~participarem neste acordo. O que a razão que levou o Conselho Nacional de Petróleo a ratificar, sem a assistência das pequenas empresas e elas não poderiam participar deste acordo?~~

O SR LUIZ MOLINARO - Nobre Deputado, quero esclarecer ^{também} que deste acordo participaram as pequenas empresas. Eu tenho aqui ^{a relação} ~~uma relação~~ ^{li-la} ~~uma relação~~ e posso ~~le-la~~ para V. Exa.: Gaúcha de Gás, Sociedade Paulista de Gás, Sergipe Gás, Gasbel, Petrográs, Pibigás, que é uma pequena empresa.

DEPUTADO

O SR JUTAHY MAGALHÃES - Dr. Molinaro, permite-me ^{me} uma explicação. ~~Estou-me baseando na~~ exposição de motivos que diz o seguinte: "As grandes distribuidoras, com base nas exposições que lemos, fizeram um acordo nacional, ratificado pela ^{Associações} ~~Sociedade~~ e aprovado pelo Conselho Nacional de Petróleo. As pequenas companhias Onogás, Prudentina, Copagás ^(e) Plenogás, Fugante não participaram do acordo por não lhes ser, então, permitido.

Para esta parte final é que eu chamo a atenção. ~~XXXXXXXX~~

O SR LUIZ MOLINARO - ~~o Sr~~ Eu posso informar a respeito
~~do~~ do acordo do qual tenho uma cópia, este ajuste prévio de 19
de fevereiro de 1973, ~~o Sr~~ que V. Exa. se refere?

~~este ajuste prèvio, de 10 de fevereiro de 1975, que a V. Exa. referiu~~

O SR DEPUTADO JUTAHY MAGALHÃES - Exatamente.

O SR LUIZ MOLINARO - Este ajuste prèvio, assinado por várias distribuidoras, grandes e pequenas, foi submetido ao Conselho Nacional de Petrõleo e homologado pelo Plenário. *Como afirmou des*
~~representantes de todos os Ministérios. Os motivos da aceitação do acordo tal qual redigido, eu não~~ *conheço.*

O SR DEPUTADO JUTAHY MAGALHÃES - Eu pergunto se foi permitido ou não a essas pequenas empresas participar desse acordo, porque ~~na~~ na exposição diz que não foi permitido.

O SR LUIZ MOLINARO - Eu posso informar a V. Exa. o seguinte: ~~que~~ algumas empresas ~~requereram~~ requereram diretamente ao Conselho ~~o~~ o seu ingresso no acordo. E este ingresso foi indeferido, ao que parece, *√* sob o argumento de que, em se tratando de um acordo entre distribuidoras, *√* o Conselho examinaria o que elas primeiro decidissem e não importaria às demais o ingresso de A ou B no acordo.

O SR DEPUTADO JUTAHY MAGALHÃES - Então ~~eu~~ compreendo, pela explicação de V. Sa., que as pequenas empresas aqui ~~citadas~~ citadas não desejaram participar do acordo, enquanto ~~na~~ na exposição, diz que não foi permitido.

O SR LUIZ MOLINARO - Eu não sei qual o posicionamento da Plenogás Fugante, da Onogás e da Copagás, que não participaram

do acordo, ~~mas~~ ^{Não sei} a razão que elas tiveram para não ajustar com as demais, este acordo. Eu desconheço isso.

O SR DEPUTADO JUTAHY MAGALHÃES - Então eu passaria a pergunta ao Sr. representante da Onogás, se o Sr. Presidente permitir.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Tem a palavra, então, qualquer um dos Srs. representantes da Onogás.

O SR PRESIDENTE DA ONOGÁS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós requeremos, de acordo com a 1/61, ao Conselho Nacional do Petróleo, a ~~participação~~ ^{nossa participação} no referido ajuste. O Conselho Nacional do Petróleo ~~transferiu~~ ^{transferiu} a competência desse ajuste ~~para~~ ^à ~~Associação~~ ^{Associação}. Ela ~~deveria~~ ^{deveria} é que deveria decidir, e ~~ela~~ ^{ela} decidiu negativamente.

O SR DEPUTADO JUTAHY MAGALHÃES - Estão aí ^{nesta} a explicação do fato. Agora, Sr. Presidente, a última pergunta é também uma indagação ~~sobre~~ ^{referente à} própria exposição.

O SR. PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL) - ~~Um momentinho~~ Um momentinho, só para esclarecer. ^{Quanto a} esse fato relatado pelo Presidente da Onogás, existe algo, Sr. Presidente ~~deveria~~ ^{deveria} essa competência? Eu gostaria de ouvir também o Dr. Adir Santiago Montenegro sobre o problema.

O DR ADIR SANTIAGO MONTENEGRO - Eu poderia trazer, ~~na~~ na próxima reunião, o processo em que a matéria foi decidida e lá estarão, naturalmente, os motivos ~~da~~ da decisão, que, de memória,

é difícil ~~de dizer~~ ^{dizer}. Parece-me que era aquilo que afirmei antes.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - O Dr. Adir tem, por acaso, ^{explicações} ~~algumas~~ que possam esclarecer ^{melhor} esta Casa ~~de~~ ^{do} que ~~os~~ ^{apresentadas pelo} Dr. Molinaro?

O DR ADIR SANTIAGO MONTENEGRO - Pelo que me consta, através da ~~Ata~~ ^{Ata} do Plenário, a Plenogás Fugante e a Copagás solicitam ~~uma~~ ^{uma} autorização ao Conselho para integrar o ajuste prévio. E o Conselho indeferiu o pedido transferindo ^(a decisão do assunto) para a ~~ASOLIGÁS~~ ^{ASSOLIGÁS}, ~~que elas pleiteiam,~~ ~~através de um ajuste.~~ ^{incluindo}

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) Podia V.Sa. precisar a época em que se deu isso?

O DR ADIR SANTIAGO MONTENEGRO - A ~~Ata~~ ^{Ata} do Plenário, se não me falha a memória, é do fim do ano ou princípio deste. ~~De~~ De memória eu não sei.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) Princípio do ano? Poderia V. Sa. ~~precisar~~ ~~declinar~~ a época em que foi criado o Sindicato?

~~DR ADIR SANTIAGO MONTENEGRO~~ ^{WUIE MOLINARO} - Eu não tenho idéia.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) Algum dos Srs. do Conselho sabe a época?

~~É preciso que se constata a existência de sindicatos de~~

~~o Sr. LUIZ MOLINARO - Não se lembra~~

~~o Sr. [nome] - Alguns dos SRS do Conselho~~

o Sr. [nome]?

o Sr. ADIR SANTIAGO - Não me lembro.

O SR PRESIDENTE (LIZÂNEAS MACIEL) - O Deputado

JUTAHX

Magalhães pode prosseguir.

O SR DEPUTADO JUTAHX MAGALHÃES - A segunda indagação

deiz

respeito ao interesse do consumidor. Na exposição ~~também~~ está dito que a disposição de manutenção não está bem explicada e que a instalação é feita gratuitamente, mas a manutenção é cobrada fora do que está expresso no artº 10 da Resolução 161. Qual a veracidade desta afirmativa feita na exposição?

O SR PRESIDENTE (LIZÂNEAS MACIEL) - ~~no~~ Tenho a impressão

de que o eminente Deputado está querendo detalhes. Ele não está querendo colocar em debate a afirmação do General ~~[nome]~~. Talvez queira saber como é que se processa.

D'Angelo

MAGALHÃES -

O SR DEPUTADO JUTAHX ~~[nome]~~ O General ~~XXXXXX~~ faz uma pergunta ~~XXXXXX~~ e a passaremos ao representante do CNP.

O SR ADIR SANTIAGO - Eu gostaria de primeiro pedir desculpas por não ter entendido a pergunta.

o Sr. JUTAHX MAGALHÃES - Diz a exposição: "Cabe à distribuidora, nas instalações domésticas, assegurar a manutenção em perfeitas condições de segurança do conjunto técnico empregado". Esta disposição tem sido letra morta. A distribuidora vende o conjunto técnico, instala-o gratuitamente,

mas qualquer outro serviço solicitado após a instalação é cobrado do consumidor. Qual será, portanto, a extensão do termo "manutenção", expresso no Artº 10 da Resolução 161?

O SR ADRIAN SANTIAGO - Essa parte está ~~mais~~ ligada à área de fiscalização e eu não tenho realmente competência para responder.

O SR ~~LUIS MOLINARO~~ ^{LUIS MOLINARO -} Eu também não tenho condições de informar.

O SR ^{DEPUTADO JOTAHY MAGALHÃES -} - Muito obrigado. É só, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL) - O CNP não tem condições de responder no momento. Tem a palavra o Deputado José Machado.

O SR ^{DEPUTADO} JOSÉ MACHADO . Sr. Presidente, ^{também} tinha uma série de perguntas a formular, não obstante ter chegado aqui depois de iniciados os nossos trabalhos e não ter tido oportunidade de ouvir e acompanhar a palestra do General Gonçalo Paiva, da ONOGÁS. Mas, Sr. Presidente, a minha indagação se prenderá praticamente às manifestações que já foram feitas aqui. O ilustre representante do CNP, ao ser indagado pelo Deputado Amaury Müller sobre a participação do capital estrangeiro nas empresas que operam na distribuição de gás, usou a seguinte expressão: "empresas nacionais". Ora, de acordo com o Direito brasileiro, todas as empresas que se organizam no Brasil ~~empresas~~ são empresas nacionais. Então, é uma empresa nacional a ESSO Brasileira de Petróleo, a SHELL, porque são organizadas segundo o Direito brasileiro. Gostaria de saber se S. Sa. se refere à ~~empres~~ empresa nacional sob estes termos, isto é, empresa nacional na forma do Direito brasileiro, ou é empresa

~~XXXXXXXXXX~~ nacional porque é formada de capital predominantemente nacional?

① SR. DAVID SEBASTIÃO PINTO —

~~XXXXXXXXXX~~ Eu presto este esclarecimento repetindo
a resposta anterior. Pelo que me consta, a ULTRAGÁS é uma empresa de capital
nacional.

?????

A LIQUIGÁS é uma empresa de capital italiano. A HELIOGÁS é uma empresa de capital italiano. A SUPERGASBRÁS é uma empresa de capital nacional. A PIBIGÁS é uma empresa de capital italiano. ~~xxxx~~ As demais são empresas de capital nacional.

O SR JOSÉ MACHADO - Então, afirmativamente, Sr. Presidente, teríamos apenas três empresas ~~de capital estrangeiro~~ de ~~xxxx~~ capital estrangeiro. As demais, segundo o nobre representante do Conselho, seriam de capitais nacionais. Mas, como temos que objetivamente conhecer a situação de cada uma delas para que esta Comissão, através de V. Exa. possa oferecer subsídios à Comissão de Inquérito que já está examinando a participação do capital estrangeiro no País, ^{pediríamos} ~~pediríamos~~, por intermédio de V. Exa., que o CNP, que deve ter registrado essas empresas, forneça, se possível, a relação das pessoas jurídicas e as pessoas físicas que fazem parte dessas empresas. Se não for possível individualizar todas elas, pelo menos aquelas que dominam ^o ~~o~~ controle acionário. ~~de algumas delas~~. No caso ^{de} ~~de~~ pessoas jurídicas que não nos remetam apenas o nome da pessoa jurídica x, mas também a constituição dessas pessoas jurídicas.

O SR PRESIDENTE (LIÂNNEAS MACIEL) O pedido de ~~xxxx~~ V. Exa. está deferido. Acrescento ^{ainda} ~~o~~ pedido ^{de informações do percentual do capital} ~~de informações do percentual do capital~~ dessas empresas com ^{ligação com} ~~o~~ multinacionais, face às sugestões dos Deputados Paulino Cícero e Amaury Muller, ~~a~~.

O SR JOSÉ MACHADO : Perfeito. A simples remessa desses dados nos permitirá saber desse relacionamento. Outra ^{questão} ~~questão~~ que julgo

~~Dirtybi esekarecer i qve i ukystre reorasebt~~

oportuno esclarecer é que o ilustre representante das empresas distribuidoras deu para nós, como dado válido, que no Brasil temos, aproximadamente, cerca de 15.000.000 de consumidores. Indagado pessoalmente, esclareceu ele que em média o consumo é da ordem de 10 kg , aproximadamente por cada consumidor. Ora, 15.000.000 multiplicado por 10.000 perfazem 150.000.000 de kg. ● Isto ao preço médio de R\$ Cr\$ 3,00 o kg ~~...~~ daria aproximadamente 50.000.000 de dólares: ou seja, 450.000.000 de cruzeiros. Sr. Presidente, sabemos que as empresas distribuidoras de gás, assim como as que distribuem gasolina e outros derivados do petróleo, tem um prazo para fazer o seu pagamento. ~~...~~ Elas cobram a vista, mas pagam com um prazo de 30 dias. De modo geral isto ocorre. ~~...~~

~~...~~ Parece que ~~...~~ houve uma surpresa por parte do Conselho, gostaria de saber se é verdade que há um prazo para o pagamento. Assim como elas cobram à vista, elas pagam também à vista, ou têm um prazo de 30 dias para pagamento do gás liquefeito ~~...~~ comprado?

?????

~~em prazo de 30 dias para pagamento do gás liquefeito~~
~~comprado~~

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO - Vou responder, em-
bora seja da área ~~de~~ competência comercial da Petro-
brás a maneira ^{pela qual} ~~de~~ ela deve faturar o produto que
ela produz e entrega às distribuidoras. ■

~~O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO~~ Consta que a Petrobrás
dá um tipo de crédito. Estou falando, evidentemente, ^{plena}
~~a~~ convicção, ~~de estar~~ ~~certa~~. É um assunto puramen-
te comercial, ^{entre a} Petrobrás e ^{uma} empresa distribuidora. Não
conheço ~~o sistema de faturamento~~ ^{qualquer} ~~algum~~ ~~tipo~~ sis-
temática de faturamento ^{imposta pelo Conselho}.

O SR DEPUTADO JOSE MACHADO - Sr. Presidente,
nos termos da Lei 2.004, compete à Petrobrás a execução
do monopólio estatal de petróleo, ~~que foi~~ organizada
^{que foi} para esse fim. Mas compete por sua vez ao Conselho Na-
cional de Petróleo a fiscalização dos ^{seus} trabalhos ~~de~~
~~emprego~~, e ^{a orientação} ~~de~~ ~~política~~ política da Pe-
trobrás. Data venia, estranho que a Petrobrás tenha um
processo de comercialização que o Conselho Nacional ~~de-~~

~~desconheça.~~

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO xxxxxz - Desculpe-me retificar. Eu não digo que o Conselho não tenha conhecimento. Estou tentando esclarecer aqui, para não transferir mais uma pergunta à área de competência que é puramente econômica e, data venia, deve ser dirigida ao Diretor do Conselho Nacional de Petróleo, Dr. Fantinati, S. Sa. naturalmente teria mais condições de responder perguntas de ordem econômica, que envolvam faturamento, estabelecimento de normas ^{vte.} Evidentemente, a Petrobrás manda e é aprovado todos os anos os seus balanços, seus planos. Tudo isso o Conselho Nacional do Petróleo analisa, embora não seja da nossa área de competência. Eu apenas quis aproveitar a oportunidade ^{para} dar um parecer muito pessoal daquilo que ~~o~~ acontece. Não digo que oficialmente o Conselho desconheça. Deve conhecer, mas não no nosso âmbito. Quero apenas fazer uma retificação que a minha palavra, no caso, não é oficial do Conselho nem abalizada nesse aspecto. Certo, Sr. Deputado? Foi apenas no sentido de tentar levar a coisa para o lado que conhecemos.

Realmente a Petrobrás tem ^{o seu} ~~um~~ sistema comercial. ~~que~~
~~elétrica~~. Pessoalmente desconheço qual o tipo de ~~xx~~
 vantagem de faturamento que ela possa dar a determina-
 das empresas, ou a todas as empresas.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Eu
 sugiro então aos eminentes membros do Conselho e ao
 Sr. Deputado, que esse assunto seja novamente ventila-
 do. De qualquer forma quero deixá-los perfeitamente à
 vontade. Não sendo perguntas de competência dos senho-
 res, não há nenhum constrangimento em ^{responder} respondê-las.
 Pode-se simplesmente adiar para a próxima reunião. Is-
 so é perfeitamente normal. O Conselho ~~xxxx~~ não está
 aqui como réu. Não está sendo julgado. Evidentemente
 cabe à Câmara dos Deputados fiscalizar as atividades
 do Executivo. Estaria perfeitamente dentro das nos-
 sas funções. Não é esse o problema. Estamos querendo
^{apenas} ~~que~~ nos esclarecer. De maneira que eu preferiria que
 não respondessem "consta", ^{porque} ~~de~~ ~~de~~ ~~de~~ ficaria-
 mos ainda ~~xxx~~ em dúvida. Acho que seria preferível di-
 zer que a resposta deveria ser dada por uma pessoa que
 tivesse ~~um~~ conhecimento mais categórico do problema.

É uma sugestão que eu faço aos ilustres representantes do CNP. *W. G. A.*

V. Exa. pode continuar.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Sr. Presidente, também eu, como V. Exa., quero louvar o Conselho Nacional do Petróleo. Ao contrário do que possa parecer, a intenção desta Comissão é, ao final dos seus trabalhos, chegar à conclusão, que deve ser a de todos, de que o comportamento do Conselho Nacional do Petróleo foi o mais isento possível. Todos nós temos convicção a esse respeito. Como sabemos também que muitas vezes, por mais isento que seja, certas atuações, certas pressões acabam obtendo favorecimentos estranhos à direção do Conselho, mas muitas vezes dentro do próprio Conselho. São questões de comportamento.

Sr. Presidente, deixamos esta pergunta para quando tivermos realmente ^{um} dado objetivo.

Eu gostaria, por último, de indagar dos senhores representantes do Conselho quais são os critérios em que se baseia o Conselho para atribuição de cotas de gás liquefeito.

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO ~~XXXXX~~ - Realmente ^{ca} essa pergunta ~~eu~~ posso responder. ~~Atualmente, isso, dessa~~

^{Até} 1971, através de uma decisão tomada no âmbito da Comissão de Abastecimento de Gás, ~~de uma comissão~~ que funciona dentro do Conselho Nacional de Petróleo, com elementos do Conselho, da Petrobrás e das distribuidoras, ~~Até 1971~~ o Conselho Nacional de Petróleo realmente utilizava um método de cálculo de cotas que aparece na Resolução 1/61, art. 41 ou 42, em que são utilizados vários parâmetros, inclusive o número de consumidores que a empresa retém. Era feito um cálculo e nós fixávamos a cota por cálculo do Conselho Nacional do Petróleo. A partir de 1971, chegamos à conclusão ~~de que~~ ^{de} que esse cálculo não era o mais realista. Passamos a adotar o critério ~~da~~ ^{de a} empresa pedir o que precisa, ~~Ela~~ ^{isto é, de ela} dizer o que precisa livremente para comercializar. Ela apresenta um pedido ~~que~~ ^{para} naquela época era trimestral e hoje é semestral, ~~Um~~ ^{para} período de seis meses à frente. Hoje, ^{portanto,} já conhecemos a necessidade que determinada empresa vai ter em determinada área no mês ^{por exemplo.} de setembro, ~~to~~ ^{de} empresa passou a pedir o que precisa. Naturalmente esse pedido é levado à Comissão de Abastecimento, que homologa o pedido como cota. Ao aceitar-

mos ~~esse~~ pedido, ele passa a ser a cota da empresa,
passa a ser a obrigação que ela tem inclusive ela res-
ponde comercialmente por esse pedido. Baseado nesses
pedidos são feitos os planos de produção e até de impor-
tação, se for o caso. Há uma responsabilidade das dis-
tribuidoras, quando fazem suas previsões. Baseada nelas
a Petrobrás produz, ou importa, se houver necessidade.
Evidentemente ^é um contrato de importação, que não pode
ser rompido. Não ~~podemos~~ simplesmente, chegamos perto da

~~Do Conselho de Abastecimento~~ PETROBRAS e dizer: não que
 remos mais, não precisamos mais ~~de~~ desse gás. Evidentemente há um
 compromisso ~~na~~ na hora em que é apresentado esse pedido. É um
 pedido oficial, um pedido comercial e homologado como cota. Nós ^oacom
 panhamos. É verdade que há uma liberdade vigiada, mas a companhia
 pede, ~~mas vem pedindo~~ coerentemente, dentro de uma média de pedido
 racional de suas vendas. Esse critério ~~que~~ inicialmente foi adotado
 no âmbito da Comissão de Abastecimento, que - vejam bem, ~~senhores~~ -
 está vinculada a uma Divisão do Conselho Nacional de Petróleo ^o não
 é o Conselho Nacional de Petróleo, é uma Comissão vinculada a uma
 Divisão. Foi adotado esse sistema numa Divisão e, posteriormente, em
 1974, mercê dos bons resultados alcançados por esse sistema, o pró-
 prio Plenário do Conselho Nacional do Petróleo, aí sim, transformou
 numa lei maior, numa resolução do Conselho Nacional do Petróleo, es-
 se critério, ^o esse critério, que nós pederíamos chamar de doméstico,
 de uso da Comissão de Abastecimento, passou a vigorar numa resolução
 do Conselho Nacional do Petróleo, Resolução ^o nº 4 de 1974, que inclu
 sive ~~que~~ revoga os dois artigos da 1/71, que mandava que nós calcu-
 lássemos as cotas. O próprio Plenário do Conselho veio consagrar o
 sistema. Evidentemente eu ^{precisaria} ~~precisava~~ ^{-me} ~~de~~ alongar um pouco ~~mas~~ mais
^{para} ~~de~~ dizer por que esse sistema é bom. Pessaalmente ~~o~~ acho que é
 bom. E ^{até que} ~~até que~~ naturalmente, ^{venha esta resolução} ~~de~~ a sofrer modificação do Plená-

rio do Conselho ^{leva tempo, / (ela)} ~~de hoje em dia~~ Hoje é uma norma estatutária, a ser
 seguida, e que nós seguimos ~~na~~ na Divisão de Abastecimento, especial-
 mente no meu setor. As empresas continuam apresentando seus pedidos,
 e esses pedidos são as cotas das empresas. Este é o sistema em vi-
 gor, implantado em definitivo em 1974 pelo Plenário do Conselho,
 através da Resolução 4/74. As Companhias apresentam ~~os~~ seus pedidos
 e nós ^{homologamos} ~~esses pedidos~~ como cotas. Eles passam a ser res-
 ponsabilidade da empresa. Poderia haver aqueles que pudessem dizer
 que esses pedidos dariam ^{certa} ~~uma~~ liberdade ~~em um sistema~~. Vamos dizer ~~o~~
 que determinada empresa que tem - prefiro ~~xxxxx~~ não chamar de gran-
 de empresa - ~~uma empresa que tem~~ maior participação no mercado do
 que outra, pudesse ter condições ~~de~~ de pedir ~~um produto~~ além de
 suas necessidades para, naturalmente, vir a sufocar uma empresa de
 menor participação no mercado. ^{Isso não ocorre, porém,} ~~isso é verdade,~~ porque o sistema é
 autocontrolado por dentro de um próprio ~~sistema~~ sistema de ^(faturamento) ~~contratos~~
~~de~~ conhecimento, feito pelo Conselho. Aí, sim, ^{é um} ~~o~~ faturamento de conhecimento e eu eu posso afirmar que ^(ela) ~~existe~~,

Posso afirmar que existe um sistema de faturamento de conhecimento do Conselho. As distribuidoras que fazem suas previsões pedem determinada quantidade de produto. Se esse pedido está além de sua capacidade de colocação no mercado, junto aos seus consumidores, se esse pedido foi feito no intuito de especulação, ou qualquer que seja, evidentemente essa empresa, no fim do mês, não terá condições de retirar esse ~~produto~~ ^{produto} da refinaria. ^{ainda,} Existe uma conta corrente: a PETROBRÁS fatura o produto que entregou no mês às distribuidoras, mas fatura também o produto que não entregou. E esta é a grande penalidade aplicada, para que as distribuidoras façam corretamente seus pedidos. Se pedirem mal, elas recebem o faturamento de um produto não retirado, que elas não têm em mãos para negociar. É um produto dela, ^{mas} que continua na refinaria. É um dinheiro que ela não pode reaver na colocação do mercado, porque ela continua com seus tanques cheios, pois recebeu o máximo que pediu no mês, não vendeu, houve uma sobra nesses pedidos, e a PETROBRÁS fatura esse saldo. Faturando esse saldo, a companhia tem um desencaixe muito violento no fim do mês. São saldos altos. Para se ter uma idéia, usando número de memória, parece-me que o saldo não recebido de fevereiro a março estava em torno de 16 mil toneladas de gás. Quer dizer: erro de previsão. Isso realmente abalou muito determinadas empresas, que teriam que ser faturadas. Evidentemente, elas se reuniram

junto à PETROBRÁS, que permitiu fosse feito naturalmente um ajuste nos pedidos, e muitos desses saldos foram cortados. Todas as empresas tiveram oportunidade de ajustar seus pedidos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Permita-me uma pequena interrupção, somente para saber se V. Sa. poderia nominar as companhias que deixaram saldo a retirar.

O SR. DAVID SEBASTIÃO PINTO - Esclareço que esses saldos oficialmente, hoje, não existem mais, porque foram ajustados vários pedidos. Houve permissão unânime da PETROBRÁS, que é a detentora dos saldos na parte comercial.

O SR. ~~DEPUTADO JOSÉ MACHADO~~ ^{DEPUTADO} (LISANEAS MACIEL) - Poderia nominar as empresas que tinham essas 16 mil toneladas, ou seja, as empresas que pediram quotas evidentemente excessivas para suas atividades comerciais e que, mais tarde, com permissão do Conselho, foram autorizadas a fazer um remanejamento do pedido?

O SR. DAVID SEBASTIÃO PINTO - Certo, naturalmente com permissão do setor mais envolvido no não faturamento do saldo, que é a própria PETROBRÁS. A PETROBRÁS, naturalmente no seu aspecto comercial, permitiu que as empresas fizessem um remanejamento em todos os seus pedidos. Devo citar também que essa permissão foi dada não só às distribuidoras de gás, mas também às distribuidoras de solventes, às distribuidoras de gasolina, a todas as distribuidoras do País, e

foi utilizada. Parece-me que o que fez com que a PETROBRÁS acedesse ao pedido das empresas para remanejar esses saldos foi uma oscilação abaixo das previsões, no próprio mercado brasileiro.

O SR. DEPUTADO

recomendações de redução de preço.

O SR. DAVID SEBASTIÃO PINTO

campanhas ~~XXXX~~

566

- Houve

- Houve, inclusive,

de redução de consumo *de combustível.*

~~O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO~~

~~de campanhas não por grandes de redução de consumo de combustível~~

Houve uma queda violentíssima de consumo no primeiro trimestre.

Isto, parece-me, ~~que~~ foi o motivo principal porque foi permitido ^{um} ~~ajuste~~ ajuste geral.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO

Permite
~~- V. Exa. permite~~

~~me~~ uma interrupção? É para dar concatenação à minha indagação e ^{ao} ~~o~~ desdobramento da sua resposta. Se válido o entendimento do ilustre representante de que esta forma de distribuição não permitiria às grandes companhias sufocar as pequenas, não menos válido também é que as pequenas, ainda que quizessem crescer, estariam impossibilitadas de fazê-lo. Elas só poderiam crescer na medida das suas possibilidades, aparentemente normais, porque quer-me parecer que, no setor de ~~esta~~ distribuição de gasolina ^é a PETROBRÁS é o exemplo típico, ^{foi} ~~ela~~ começou tendo apenas a participação de menos de 10% e hoje tem uma participação de 30% na distribuição ~~de~~ ^{a distribuição na} ~~de~~ distribuição ~~da~~ ^{esta} compra de gasolina, no caso da PETROBRÁS ~~de~~

~~de~~ de qualquer outra empresa distribuidora, se faz em razão do fortalecimento e do crescimento da empresa e da capacidade de estoques que ela tem. Então, qualquer empresa, ainda que pequena,

desde que consiga fazer estoques, ~~ela~~ pode obviamente fazer a solicitação.

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO - Ela é feita.

O pedido que a empresa ~~a~~ faz não depende do seu tamanho, nem ^{de} sua participação, ~~ela~~ faz um pedido livre.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - V.Sa. disse que ela tem autocontrole.

O SR DAVID SEBASTIÃO ~~SEBASTIÃO~~ PINTO - Existe naturalmente um parâmetro de verificação visual, ^{Isso} não quer dizer que ⁵² a empresa vem vendendo, vamos dizer, duas mil toneladas, ela não tem o direito de, em um determinado mês à frente, pedir duas mil e quinhentas toneladas. ⁶ que evidentemente argumentamos em determinadas situações é ~~que~~ se uma empresa ^{dobrar o pedido} ~~ocorre~~ de um mês para outro.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Para melhor esclarecer ~~a~~ ^{em} minha pergunta, acrescentaria: há, ~~efetivamente~~ efetivamente, livre concorrência entre as distribuidoras de gás?

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Um momen-
to, ^{por favor.} dentro da sua pergunta, eminente Deputado, o Deputado Olivir Gabardo fez ^{outra,} ~~uma pergunta~~ que ainda está sem resposta. Depois vamos para esta segunda etapa. Quais foram as companhias que tiveram oportunidade de ^{obter} autorização no CNP para remanejar os pedidos da PETROBRÁS?

J. MACHADO

50-3

~~WALTER PINTO~~O SR DEPUTADO ~~OLIVIR GABARDO~~

- Sr. Presiden-

te, queria acrescentar ^{algo} a indagação do Deputado ^{Olivir} Gabardo: se ^{o deprente} ele pode precisar o quantitativo em dinheiro ^{representados por} que ~~representa~~ este remanejamento de cotas feito pela PETROBRÁS, em favor das distribuidoras, ~~as~~ cujos saldos não foram utilizados. ~~Se ele pode estimar o quantitativo em dinheiro que isto significou.~~

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO

- Não é da minha

área de competência falar sobre ^{problemas de} preço. ~~esse preço é baixo~~ Posso ^{apenas citar} ~~os~~ números e responder à pergunta em termos de quantidade.

O SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO

- Não haveria

necessidade de preços, desde que fosse dado as companhias e as tonelagens ~~por~~ por companhias. Apenas isto.

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO

- Vou dar realmen-

te os números de saldo, mas é preciso

que se faça a devida análise ~~quanto do fazer análise de~~
~~quantidade, e a distribuição~~ da proporção de
 operação de ~~de~~ cada empresa ^{na} distribuição nacional. Eviden-
 temente, duas mil toneladas para a ULTRAGÁS representa o termo de
 comparação com o número que ela distribui no país normalmente. É
 preciso haver uma proporção.

O SR ~~DAVID~~ ^{PRESIDENTE} (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) - V.Sa. não] 68

devia estar preocupado com as conclusões, ~~mas~~ é necessário conse-
 guir dados ^{sobre} precisos ~~sobre~~ as companhias e ~~as~~ as tonelagens?

O SR DAVID SÉBASTIÃO PINTO - Tenho

~~toneladas~~ aqui, por exemplo: ULTRAGÁS - 2283 ~~toneladas~~ toneladas
 de saldo, de fevereiro para março.

LIQUIGÁS -	3.129	"
SUPERGASBRÁS -	3.490	"
HELIOGÁS -	2.011	"
MINASGÁS -	410	"
BUTANO -	1.277	"
PIBIGÁS -	1.310	"
FOGANTE -	881	"
COPAGÁS -	50	"
PARAGÁS -	1.083	"
ONOGÁS -	63	"

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - ~~está~~ Es-
^{V.Sa.} tá declinando todos os pedidos? A pergunta do Deputado ^{refere-se} especi-
 ficamente ~~as~~ aquelas que tiveram oportunidade de remanejamento
 do pedido.

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO - Todas tiveram, inclusive algumas que estavam devendo, porque ^(há) também ~~o~~ caso de dívida.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Quer dizer que V.Sa. está citando todas as que tiveram ~~oportunidade~~ oportunidade de remanejar?

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO ^(Exatamente.) - Todas as empresas do País.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) ^(quero saber) - Não, ^{as que} remanejam aquele ^{em} pedido ^{em} excesso.

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO - ~~todas as que tiveram oportunidade~~ Estou citando o saldo de todas. Evidentemente, algumas até aumentaram.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - ^{mes} Permite-me, ^{em} a pergunta é ~~muito~~ clara e precisa: ~~quais~~ ^(pedidos em?) ^(Quais foram aquelas) quais as empresas ~~que~~ ^{que} fizeram ~~excesso~~ ^{excesso}, ~~que~~ ^{que} assinaram uma cambial de reponsabilidade quanto ao pedido?

^(Quais foram as empresas que foram beneficiadas por este remanejamento?) ~~Quais foram as empresas que foram beneficiadas por este remanejamento?~~ ~~Quais foram as empresas que foram beneficiadas por este remanejamento?~~ ~~Quais foram as empresas que foram beneficiadas por este remanejamento?~~ junto à PETROBRÁS?

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO - Desconheço o saldo atual.
(apenas)
 Conheço o saldo na época em que foi pedido o remanejamento.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - ~~Se~~ Não
(V.Sa.)
 sabe quais as empresas que foram beneficiadas?

O SR DAVID SEBASTIÃO ^{PINTO} - Elas tiveram liberdade inclusive de manter o saldo, se quisessem.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Isso é
(Deixe-me fixar)
 outra coisa. A pergunta: ~~quais as empresas que~~ quais as empresas que foram beneficiadas pelo remanejamento?

O SR DAVID SEBASTIÃO ^{PINTO} - Não sei responder. *(Conheço apenas)*
 os saldos que existiam antes dos pedidos de remanejamento.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Então,
(que V.Sa. mencionou)
 estes pedidos são os de excesso, ou são os pedidos normais? ~~Se~~

~~quais as empresas que foram beneficiadas pelo remanejamento?~~
 O SR DAVID SEBASTIÃO ^{PINTO} *(São as)*
 quantidades que as empresas *(não retiraram)*
 no mês de fevereiro.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - V.Sa. Poderia *(V.Sa.)*
 depois ~~os~~ encaminhar esta documentação à Comissão? *(70)*

O SR DAVID SEBASTIÃO ^{PINTO} - Pois não.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Deputado
 Olivir Gabardo, ~~parece~~ parece que a pergunta não tem resposta. *(S.Sa.)*
 não sabe quais as empresas.

O SR DEPUTADO Olivir Gabardo) - ^(Sr. Presidente) gostaria de saber o remanejamento e quais as que foram beneficiadas. ^{S.Sa.} ~~ele~~ não pode informar, porque ^(foi) a PETROBRÁS ~~o~~ quem decidiu, ~~isso~~

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO ^(Essas operações) - Exatamente. ~~esse~~ foram feitos junto à PETROBRÁS, E as companhias tiveram oportunidade de mandarem seus pedidos no mês de março, de tal maneira que absorveram ^e ~~esse~~ saldo de fevereiro.

~~Existe uma~~ Existe uma
 conta corrente. ~~Existe~~ Existe um acréscimo ou diminuição. Temos até
 uma empresa que, no mês de fevereiro, fechou com ~~saldo~~ 1.050 to-
 neladas de saldo negativo. Tinha uma previsão tão mal feita para
 atender os consumidores que nos vimos obrigados a adiantar o pro-
 duto, por conta de pedidos futuros. Então, também houve uma inver-
 são.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Apenas para que conste dos
 nossos Anais: que empresa é essa que teve um saldo negativo?

O SR. DAVID SEBASTIÃO ^{PRINTO} - É uma pequena empresa, que opera
 sozinha no Estado do Amazonas e que se chama FOGÁS. Acredito que
 esse problema ~~é~~ é puramente ~~de~~ de erro da própria estrutu-
 ra. É uma empresa muito pequena, ^{que} ~~ela~~ opera sozinha ^(naquela região) ~~no Estado do Ama-~~
~~zonas~~ Não tem concorrência nenhuma lá; ~~concorrendo com a~~
~~empresa~~ Porque, se nós fôssemos atender, na nossa programação, real-
 mente, ao pedido, evidentemente alguns consumidores da área dela te-
 riam ficado sem o produto. Esse adiantamento foi para atender real-
 mente a consumidores ^(da FOGÁS) ~~dela~~ porque ela não tem concorrência na área.
 Não seria produto para vender a consumidores provavelmente de outra
 empresa. Ela opera sozinha lá. Foi produto para atender realmente a
 consumidora dela. ^{Porque} ~~ela~~ tinha um erro no pedido, foi feito o
 adiantamento, ~~ela~~ ela ajustou o pedi-

do e pagou ¹⁰¹ ~~o~~ saldo. ^{em que não há} É uma empresa que opera numa área ~~de~~
concorrência ~~em que não há~~

⁷¹ JOSÉ MACHADO
O SR. DEPUTADO ~~DAVID SEBASTIÃO~~ - Sr. Presidente, a minha in-

dagação para esclarecer de ~~uma~~ forma definitiva a pergunta que fi-
zemos, poderia sintetizar-se no seguinte: se a liberdade de concor-
rência que há no setor de distribuição de petróleo, de gasolina, é
igual à ~~que existe~~ que existe na distribuição de gás.

O SR. DAVID SEBASTIÃO ^{PINTO} - As estruturas são diferentes. Na ^{distribuição}

de gás, existe a chamado vínculo ao consumidor. ^{Hei} concorrência ^{quanto à} no mer-
cado a conquistar, e não no mercado conquistado. ^{que} gasolina, todos

nós sabemos ^{que} o consumidor compra o produto da empresa ^{que} bem qui-
^{mas relativamente ao} ser. ^{que} gás, pela legislação em vigor - Resolução 61 - o consumidor

está vinculado à empresa que ele escolheu, quando pretendeu passar
a usar o GLP. Ele se vinculou a uma empresa e, a partir daquele mo-
mento, ele passa a ser atendido só por aquela empresa. A concorrên-
cia que existe ^{campo} no ~~campo~~ de GLP parece-me que é no mercado a ser

conquistado. Eu não sei se estou sendo ~~claro~~ claro ou não, ~~mas claro~~.

^{JOSÉ MACHADO}
O SR. DEPUTADO ~~DAVID SEBASTIÃO~~ - Sr. Presidente, estou satisfeito com

essa pergunta, porque inclusive a resposta já está registrada. Ape-

nas como adendo: ^{poede} ~~existe~~ o Conselho ~~de~~ informar se existe algum

intercâmbio, algum relacionamento, ^{ou} alguma participação direta das

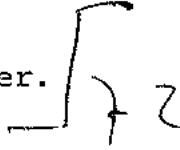
empresas ~~de~~ junto às casas comerciais que operam no setor de eletrodo

mésticos, notadamente de fogões, por exemplo? ^{Porque} em verdade,

30.75 Jorge 5.5.75 2 G 53.1

~~porque se vende~~ quem acaba escolhendo a empresa que ser
virá o gás em sua casa é a firma comercial que vende o fogão.
Ela já vende o fogão com dois botijões, ~~estes botijões~~ ^{que} são
dessa ou daquela empresa.

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO

A Resolução ¹¹⁹ 61 proíbe a vinculação da compra do aparelho de
queima à compra do botijão. A Resolução ¹¹⁹ 61 diz isso expres
samente. Não sei dizer em que artigo, mas diz, expressamen
te, que não ~~se~~ pode ser vinculada a compra do botijão ao apa
relho de queima. O consumidor pode, simplesmente, comprar o
fogão e ~~se~~ não querer comprar o conjunto técnico, ~~o~~ nem se vin
cular à determinada empresa. ~~o que se deve fazer é~~ o
que posso responder. 

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Mas, na
prática, isso ocorre?

O SR DAVID SEBASTIÃO ^{PINTO} -- Não

 (a V. Exa.)
 sei responder. A Resolução diz que não há vínculo entre o
 aparelho de queima e o conjunto técnico.

O SR DEPUTADO JOSÉ MALHADO -- Sr.

Presidente, eu estou satisfeito.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Ma-

ciel) -- Eu só queria dizer aos Srs. Deputados que tínhamos fixado

até
~~uma hora e meia~~ uma ~~hora~~ e meia -- até por uma questão de exi -
 gência física, estomacal -- o término para nossos trabalhos.

Eu pediria mesmo, até por uma questão de maior aproveitamento ~~de~~

que
~~os~~ os Srs. Deputados ainda inscritos reservassem ~~suas~~ suas

perguntas para a próxima reunião. ~~o~~

(DEPUTADO)
 O SR WALTER SILVA -- Sr. Presidente, mi

nha perguntas, que são muitas, eu poderia deixar para outra

para dois fatos
 oportunidade. Mas ~~eu~~ eu queria aproveitar a

ou seja,
 palavrado representante do CNP, S. Sa. quando ~~ele~~ disse, por exemplo,

que o consumidor, uma vez escolhida a distribuidora, fica vin-

lado a ela. Quero saber qual a razão principal que o Conselho Nacional do Petróleo estipula ^{para} ~~essa ou determina~~ que se fique vinculado. Qual seria ^{essa} a razão ?

?
O SR ~~DEPUTADO~~ -- Anterior-

^{acentua}
mente, eu já ~~sei~~ que o assunto é de extrema complexidade.

O sistema atual foi criado em 1961 e vem dando excelentes resultados. A resposta a essa pergunta implica em profundos estudos sobre o comportamento dos custos operacionais das empresas, entre outras coisas.

O SR DEPUTADO WALTER SILVA -- Mas há alguma razão de ordem legal, jurídica ?

O SR

Sim. Há uma norma ^{do Conselho} em vigor.

O SR DEPUTADO WALTER SILVA -- Mas

não baseada em uma disposição legal, ~~outra~~ ?

O SR

-- Bem,

o Conselho ^ttem competência normativa

O SR DEPUTADO WALTER SILVA -- E bai

xa resoluções ?

O SR

--

Exatamente. Quando ele baixa uma resolução, ela é a lei que rege^rá o comportamento da empresas naquela particular.

O SR DEPUTADO WALTER SILVA -- ~~em~~ Gu-

tra pergunta, Sr. Presidente. O representante do CNP disse, há pouco, que uma dessas empresas tem o mercado do Amazonas quase que com exclusividade. Quais são os outros Estados que também têm seu abastecimento ~~com exclusividade~~ de gás feito por uma empresa só ?

O SR DAVID SEBASTIÃO ^{PINTO} -- Pará, ^{Pará!} ~~Porto~~

^(alguns apontamentos.)
Permita-me não usar a memória, mas consultar ~~uma~~ Em Manaus,

existem duas empresas, mas pertencem ao mesmo grupo econômico.

Então, consideramos como sendo uma só. No Pará existe a PARAGÁS.

No Maranhão , existe a ~~cidade de~~ NORTEGÁS + BUTANO.

 No Ceará, existem a ~~Paraná~~ ^{Nortegás + Butano.} No Rio Grande do Nor

te, também a ~~Paraná~~ ^{Nortegás-Butano.} Daí para o Sul o mercado tem

mais empresas na mesma área. Na Paraíba há a Nortegás-Butano

e a PIBIGÁS. Já existem aí duas empresas diferentes. Podemos

notar que da Paraíba para ~~o norte~~ ^{o norte} todos os Estados têm somente

uma empresa funcionando. Evidentemente, a Resolução 61 tam-

bém diz que essas empresas não têm o privilégio de ~~monopólio~~ ^(monopólio)

~~o que~~ acontece que não nos foi apresenta -

da -- e nem eu conheço -- a disposição de nenhuma empresa ^{em}

^{-se} instalar nessas áreas, além dessas ^(que citai.) O Conselho, natural-

mente, analisará o pedido de qualquer empresa que solicite

operar nessas áreas em que ^{outras} ~~estão~~ estão sozinhas.

Elas ^{têm o monopólio} ~~estão~~ não por imposição do Conselho, mas simples

mete por falta de candidatos.
 74

O SR DEPUTADO WALTER SILVA -- ~~o~~

Para concluir, Sr. Presidente, eu só faria mais uma indagação.

Nos cálculos que fizemos aqui, com relação ao saldo dos pedidos que seriam faturados pela PETROBRAS, ^{resultou} ~~em~~ uma quantia de 26 milhões 566, 40. ~~Esses~~ ^{V. Sr.} poderia confirmar esses números?

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO --

^{mas não} Posso confirmar o saldo, ~~o~~ preço. ~~Esses~~

O SR DEPUTADO WALTER SILVA -- Esses cál-

culos eu os fiz exatamente tomando por base ~~os~~ ^{aquelas outras...}

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO --

Confesso ^{a V. Exa.} ~~que~~ que não sei o preço. ^{Essa} questão ~~é~~ eu não ~~conheço~~ ^{conheço}.

O SR DEPUTADO WALTER SILVA -- Muito o-

brigado, ~~Esses~~

O SR PRESIDENTE (^{deputado} ~~deputado~~ Lisâneas Ma-

ciel) Pela ordem, está inscrito o Deputado Walber Guimaraes.

Eu faria um apelo a S. Exa. ^{que} ~~esses~~ não ~~considera~~ ^{consideram} inadiáveis ^{indagações} ~~mas~~ ^{mas}

porque teremos aqui, na próxima sessão, a presença também não apenas das novas pessoas, que serão convidadas a depor, mas ~~representantes~~ ^{também} ~~representantes~~ ^{de} dos atuais. Tenho a impressão que o Conselho Nacional de Petróleo talvez considerará necessário que os mesmos ~~elementos~~ ^{depoentes} que hoje prestaram sua colaboração também estejam presentes aqui, na próxima reunião, não obstante ~~cas~~ ^{cas} tigo quanto ao almoço. ~~Quer~~ ^{V. Exa.} fazer suas indagações hoje mesmo, ou se reserva para depois?

O SR DEPUTADO WALBER GUIMARAES -- (FORA

DO MICROFONE) -- Possivelmente ~~estará presente~~ ^{não estarei presente} na próxima reunião.

~~Em virtude do~~ ^{Em virtude do} ~~adiantado da hora~~ ^{adiantado da hora}

e dada a possível oportunidade de responder a quatro indagações,

~~que fizesse por mim as interpelações na próxima reunião~~ ^{pediria a V. Exa.} aos Srs. Representantes. Primeiro, ~~segundo~~ ^{sendo} o gás liquefeito

de petróleo tabelado e estando o conjunto técnico ~~dois~~ ^{dois}

botijões e acessórios ~~diretamente~~ ^{diretamente} ligados à venda de gás ao

consumidor, pode a distribuidora vender esse conjunto técnico

co abaixo do custo? ~~Esta é a primeira indagação~~ ^{segunda:} ~~Se~~ ^{FT} uma o

fizer, haverá punição? A terceira indagação, Sr. Presidente:

a venda do conjunto técnico abaixo do custo é ou não alicia-

mento direto? ~~Se~~ ^{representa} pressão do poder econômico

contra as pequenas distribuidoras? E a última pergunta, ~~que~~

~~é~~ a mais importante, em face de um documento em meu poder.

~~Podem~~ ^{Podem} os informantes ~~que~~ dizer quem é o Sr. José Mariano de

Camargo Aranha Neto. [?]

~~Eu tinha a fazer, principalmente esta última, dado um relatório assinado por este senhor, em que fala sobre aspectos comerciais e a concorrência desleal realizada aqui em Brasília.~~eram essas as indagações que

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Pois não. *Defero o pedido de (sobretudo porque) (as perguntas)* ~~o~~ V.Exa., ~~o~~ concordou muito gentilmente em adiar para a próxima reunião. ~~o~~ inclusive, algumas dessas perguntas podem estar fora da esfera de competência *(dos depoentes.)* Essas perguntas já foram devidamente anotadas. Creio que o Dr. Molinaro é homem de boa memória, como também os demais componentes. Então, vamos deixar as respostas para a próxima reunião. Eu perguntei ~~o~~ ao Deputado ~~o~~ Adhemar Santilo se ~~o~~ quer ~~o~~ levantar alguma Questão de Ordem.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILO - Sr. Presidente, *Fez* V.Exa. com que a Questão de Ordem se tornasse desnecessária, quando afirmou que os representantes das chamadas pequenas empresas estarão presentes na próxima reunião.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Estão convidados, desde já, para *(a esta Comissão.)* ~~o~~ Voltarem aqui. Quero agradecer a todos os presentes do Conselho Nacional do Petróleo, que tão gentilmente acederam estar aqui presentes, e ao Assessor do Ministro, que providenciou em termos rápidos essa presença, já que essa reunião ~~o~~ tinha sido convocada anteriormente, mas foi adiada por motivos de

~~força~~

força maior, inclusive de nosso contato com o Ministro Shigeaki ~~Masaki~~ Ueki na tarde de ontem, e também aos representantes das pequenas companhias, que estão numa posição realmente difícil nesta luta. Mas quero ~~destar~~ ^(acrescentar) que a Câmara dos Deputados está ~~preocupada~~ ^{(alerta,} talvez ~~de~~ ^(em virtude da) própria declaração do ~~próprio~~ ^{própria} Presidente Geisel, quando perguntou, no seu discurso inicial, se as multinacionais são feitas para o bem ou para o mal do País. Nesta luta também há ~~a~~ ^o preocupação da própria Presidência da República quanto ao verdadeiro papel das multinacionais. V.Exas. não estão a rigor sozinhos, e não significa que também o papel das pequenas companhias não possa ser objeto de uma apreciação cáustica, rigorosa, crítica, por parte desta Comissão, ~~quanto às~~ ^(quanto às) eventuais irregularidades que ~~elas~~ possam ter cometido, conforme foi salientado por alguns membros do CNP. De qualquer forma, percebe-se que o assunto é relevante e grave. ~~Vários~~ ^(importantes) documentos ~~foram~~ foram anexados aqui, e os representantes do CNP naturalmente tomaram ~~uma~~ nota disso, inclusive o representante do Sr. Ministro, no sentido de que possamos talvez lançar um jato de luz ~~num problema~~ ^(que) realmente está ~~preocupando~~ ^(preocupando) ~~mais~~ 15 milhões de pessoas ou mais.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO ~~de~~ Um colega nosso se prontificou ~~a~~ ^(a) transferir a V.Exa. as indagações que eram de seu interesse formular hoje e salientou mesmo que, na próxima reu-

não, talvez não ^{puésse} ~~quisse~~ estar aqui presente. Eu gostaria ^{de} que V.Exa. consultasse o nobre colega se aquele documento que ele tem em mãos e que considera altamente válido ~~o~~ e grave, como disse, se também poderia ser entregue uma cópia ~~de~~ a V.Exa.

O SR. ~~WALBER~~ ^{WALBER} ~~GUILHERME~~ ^{GUILHERME} ... (fora do microfone)

(Deputado)

O SR. PRESIDENTE (Lizáneas Maciel) - Estou fazendo

um convite e ~~o~~ estamos mantendo ~~o~~

um relacionamento informal, aliás muito agradável, com o Ministério das Minas e Energia. Acho que não haverá dificuldade nenhuma do representante do ^(Sr.) Ministro fazer chegar ao ^(convitados do) Presidente do CNP ^{que,} além daquelas pessoas especificamente convidadas, ^{também} os ilustres representantes do CNP ^{podem estar} presentes na próxima reunião.

O SR WALBER GUIMARAES - ~~SR WALBER GUIMARAES~~

~~SR WALBER GUIMARAES~~ Gostaria de fazer algumas perguntas, mas poderia tomar muito tempo. Então, ^{deixarei} ~~deixarei~~ para a próxima oportunidade.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Pois não. Agradeço a V.Exa. 77

O SR WALBER GUIMARAES - Quero antecipadamente congratular-me com o General pelo expediente que trouxe à Casa, que é muito sério. Naturalmente vai ser ^{bem estudado pela} ~~estudado pela~~ Comissão de Minas e Energia, ^{tendo à frente} ~~estudado pela~~ nosso digno Presidente, Deputado Lisâneas Maciel.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Sem dúvida nenhuma. Então, agradeço a todos os presentes a paciência que tiveram ^(em ouvir) ^{tão} assunto ^{tão} relevantes. Declaro encerrada a sessão.

SEM REVISÃO FINAL

1/1

SEM REVISÃO FINAL

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lyssaneas Naciel) - Havendo número legal, declaro aberta esta sessão. Como os eminentes Deputados sabem, esta sessão de hoje foi convocada especialmente para tratar do assunto do gás liquefeito de petróleo e seus desdobramentos, desde a fixação de preço, desde a constatação feita pelo próprio documento do Conselho Nacional do Petróleo, que já foi lido aqui, no último acordo realizado, em que o próprio Conselho, num protocolo firmado com as companhias distribuidoras, entendeu que o gás liquefeito está muito conturbado, impondo-se inclusive corrigir até as distorções da legislação em vigor. É um problema que atinge profundamente todo o País, muito embora, aparentemente, o gás liquefeito se limite, para muitos, na apreciação de um botijão que se tenha ou não, com presteza, está ou não bem carregado, que está nas nossas cozinhas mensalmente. O assunto é muito relevante, tem sido objeto de preocupações constantes.

~~XXXXXXXXXXXX~~ Esta matéria do gás liquefeito já foi objeto de alguns projetos de Deputados. O Deputado Ildélio Martins apresentou um projeto pretendendo, de certa feita, tirar das companhias distribuidoras de gás liquefeito de área comercial e passá-las para a área industrial. O Congresso Nacional repeliu esta pretensão e rejeitou-a por unanimidade, e era patrocinada pelas distribuidoras através de sua associação - ASSOLICÁS. De outra feita, um projeto

regulamentando o problema da distribuição, face ao vínculo consumidor-distribuidor, que é estabelecido pela Resolução 161, também foi objeto de apreciação ~~de~~ um projeto do Deputado Santillo Sobrinho, que também não ~~xxxx~~ mereceu acolhida. O fato é que o Conselho Nacional do Petróleo - e ele teve oportunidade de ouvir vários expoentes - tem registrado que o ambiente está profundamente conturbado. Então, esta Comissão recebeu ~~o~~ apelo para que o assunto fosse examinado em grau de maior profundidade. No exame que fizemos dos primeiros documentos, verificamos que a constatação do CNP, de que o ambiente estava conturbado, era realmente uma realidade muito palpável e que se impunha o exame da matéria. Convidamos, então, para esta reunião, que me parece será uma reunião preliminar, os representantes das pequenas companhias distribuidoras de petróleo. Convidamos também vários representantes do CNP, que teriam ~~a~~ relação direta com o assunto, face à documentação que recebemos. Isto não impede que esta Comissão entenda por bem solicitar a presença de outros representantes do CNP, inclusive em grau hierárquico maior, porque o representante de S.Exa., o Sr. Ministro Shigeaki Ueki, disse que o Ministério continua à disposição para trazer outros elementos do CNP aqui para esclarecer devidamente o assunto. Mas hoje, para abertura, trouxemos estas pessoas que aqui estão. Devo dizer que representou um ato de dificuldade

~~dificuldade~~ até uma certa coragem que pequenas companhias distribuidoras se apresentassem para apresentar o problema. Todos sabemos que as pequenas companhias distribuidoras, seja qualquer o se tor em que elas desenvolvam suas atividades, têm dificuldade de en frentar muitas vezes poderosos grupos econômicos. De maneira que queria registrar este fato para que os Srs. Deputados entendam que os representantes das pequenas companhias, que aqui estão duas ou três presentes, isto implica para eles em um ato de certa cora gem comercial e ao mesmo tempo cívica, porque o assunto interessa ao País. Não interessa apenas às pequenas companhias. Assim sendo, gostaria de congratular-me com estas pequenas companhias que tiveram a coragem de trazer o problema, de vir aqui prestar seu depoimento que pode estar sujeito a críticas e controvérsias, mas que na realidade representou um ato de coragem, de trazer a públi- co um problema que está afetando não apenas o interesse comercial de grandes companhias, mas está afetando também profundamente o consumidor nacional.

Vou convidar também para que tome assento - e pediria aos senhores que fizessem um ligeiro movimento à direita, se fosse à esquerda complicaria, mas sendo à direita não, para que os representantes do Conselho Nacional do Petróleo, que estão

aqui presentes tomem assento também para responder às perguntas dos Srs. Deputados. O Conselho Nacional de Petróleo indicou o Dr. Molinaro, que é o Assessor da Presidência e também assessor do Setor de Coordenação da Fiscalização; o Dr. David Sebastião Pinto, que é Chefe da Seção de Programação de Abastecimento e também o Sr. Comandante Adyr Montenegro, que também em certa época segundo documento que tenho em mãos, realizou uma série de investigações sobre o problema no País todo e que poderia responder a perguntas relacionadas com o problema.

Temos à nossa direita também o General Gonçalo Rafael D'Angelo, que é o Diretor de Planejamento da ONOGÁS; o Sr. Onofre ^{Quinan} ~~Keenan~~ que é o Presidente da ONOGÁS; o Sr. Colatrella que dá assessoria não apenas a esta companhia, mas também a outras pequenas companhias notadamente a Prudentina e ~~para~~ ^{assessoria} a ONOGÁS. Temos também o Sr. Adib Zacarias, representante da Prudentina.

Vamos distribuir os trabalhos da seguinte maneira, a não ser que haja qualquer sugestão dos Srs. Deputados: vamos ouvir primeiro a exposição que será feita pelo Sr. General Gonçalo D'Angelo, depois ouviremos de uma maneira breve, também a palavra do Dr. Molinaro, do Sr. David Schatstião Pinto e sugeriria que o Sr.

Adyr aguardasse as perguntas que fossem dirigidas ao seu setor, a não ser que também houvesse por bem fazer uma exposição sucinta das irregularidades observadas no setor de Fiscalização das inspeções realizadas em todo País. Dividiríamos assim, em dez minutos para cada um porque haverá mais perguntas as quais os Srs. terão oportunidade de se estenderem mais. São perguntas que foram dirigidas à Presidência mas que acho que devem ser evidentemente dirigidas aos Srs. que têm conhecimento maior ~~da matéria~~ da matéria. Se não houver objeção este será o procediemtno da nossa reunião.

Gostaria de tornar a chamar a atenção dos Srs. para a importância da matéria. Foi-nos revelado hoje aqui e talvez o Conselho Nacional de Petróleo nos confirme que até o preço que pagamos não é o preço justo para o produto. A coisa vai desde o envolvimento de possibilidades de ~~damping~~ ^{dumping} até a um preço que está em desacordo com a realidade, acima dos lucros normalmente possíveis na matéria.

Com a palavra o Sr. General Gonçalo Rafael D'Angelo, para que faça sua exposição inicial.

O SR GENERAL CONÇALO RAFAEL D'ANGELO =

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara de Deputados, Exmos. Srs. Deputados, Senhoras Assessores.

Nesta oportunidade representamos a ONOGÁS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA, com sede na cidade de Anápolis, Estado de Goiás e também, embora sem outorga legal, os interesses das Pequenas Instituições de gás liquefeito de petróleo.

Não viemos aqui para fazer um discurso, onde a retórica se imporia, mas apenas uma exposição a Vossas Excolências, alinhavando fatos e atos, sujeitos, por isto mesmo, a controvérsia que, provavelmente, darão lugar ao diálogo que se impõe em tais circunstâncias.

A ONOGÁS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA é, sem dúvida alguma, uma das menores distribuidoras de gás liquefeito de petróleo no Brasil, participando de pouco menos de 1% do mercado nacional. Pioneira no Planalto Central, a despeito das dificuldades, dos obstáculos e dos tropeços, conseguiu constituir um relativo patrimônio a custa de sacrifícios ingentes, mas alicerçados sempre pela vontade de servir honestamente, cooperando anonimamente para o engrandecimento da nossa terra e bem estar do nosso povo.

Reconhecendo o conhecimento profundo que Vossas Excolências têm de como se processa a comercialização de gás no nosso País, com a devida excusa, permitimo-nos fazer uma ligeira explanação da sua dinâmica, aclarando possíveis hiatos, provocados pelos inúmeros problemas que assobram esta importante Comissão de Minas e Energia.

Em 1961, o Conselho Nacional de Petróleo baixou a Resolução de nº 1/61 que daí por diante passaria a ser o catóticame dos distribuidores de gás, norteador-lhes a conduta e o procedimento comercial.

Por essa Resolução reconhecemos que o gás tem peculiaridades de comercialização, não encontradas na gasolina e nos óleos combustíveis e lubrificantes que

Nesta oportunidade representamos a ONOGÁS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA, com sede na cidade de Anápolis, Estado de Goiás e também, embora sem outorga legal, os interesses das Pequenas Distribuidoras de gás liquefeito de Petróleo.

Não viemos aqui para fazer um discurso, onde a retórica se imporia, mas apenas uma exposição a Vossas Excelências, alinhavando fatos e atos, sujeitos, por isso mesmo, a controvérsias que, provavelmente, darão lugar ao diálogo que se impõe em tais circunstâncias.

A ONOGÁS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA é, sem dúvida alguma, uma das menores distribuidoras de gás liquefeito de petróleo no Brasil, participando de pouco menos de 1% do mercado nacional. Pioneira no Planalto Central, a despeito das dificuldades, dos obstáculos e dos tropeços, conseguiu constituir um relativo patrimônio a custa de sacrifícios ingentes, mas alicerçados sempre pela vontade de servir honestamente, cooperando anonimamente para o engrandecimento da nossa terra e bem estar do nosso povo.

Reconhecendo o conhecimento profundo que Vossas Excelências têm de como se processa a comercialização de gás no nosso País, com a devida excusa, permitimo-nos fazer uma ligeira explanação da sua dinâmica, aclarando possíveis hiatos, provocados pelos inúmeros problemas que assobram esta importante Comissão de Minas e Energia.

Em 1961, o Conselho Nacional de Petróleo baixou a Resolução de nº 1/61 que daí por diante passaria a ser o catecismo dos distribuidores de gás, nortear-lhes a conduta e o procedimento comercial.

Por essa Resolução reconhecemos que o gás tem peculiaridades de comercialização, não encontradas na gasolina e nos óleos combustíveis e lubrificantes que são transferidos ao consumidor através de Postos de Gasolina, Supermercados e outros pontos de venda.

Não desconhecemos e o afirmamos até com segurança que, ao baixar a Resolução 1/61, estava o Conselho Nacional de Petróleo absolutamente certo da justiça dos seus dispositivos. Todavia, decorridos 14 anos da sua vigência, verificamos que não atende mais aos fins para que foi elaborada. Os tempos mudaram, a tecnologia avançou, a comercialização tornou-se mais complexa e se expandiu, o poder aquisitivo do homem subiu. A distribuição de gás continuou a ser regida por uma legislação obsoleta.

Se é bem verdade que no seu todo essa Resolução não corresponde mais aos fins a que se destinava, não é menos verdade que há disposições de grande alcance. Dá o artigo 10 da Resolução:

"Cabe à Distribuidora, nas instalações domésticas, assegurar a manutenção, em perfectas condições de segurança, do conjunto técnico empregado."

Essa disposição tem sílletre morta. A Distribuidora vende o conjunto técnico, instala-o gratuitamente, mas qualquer outro serviço solicitado após a instalação é cobrado do consumidor. Qual será, portanto, a extensão do termo manutenção expresso no art. 10 da Resolução 1/61?

Mas, quando o consumidor deveria estar protegido pelo artigo que citamos, o artigo 21 o escraviza à vinculação a Distribuidora que lhe fornece o conjunto técnico:

"O consumidor de GDF vinculando-se será registrado na Empresa Distribuidora por meio de uma "ficha de registro de consumidor", que documentará perante o GDF o vínculo entre a Distribuidora e o Consumidor, nas condições estabelecidas na presente Resolução.

§ 1º - A Distribuidora fica obrigada a preencher a "ficha de Registro" a que se refere o presente artigo, no ato da solicitação direta ou indireta.

§ 2º - A "ficha de registro de consumidor" deverá conter entre outros, os seguintes dados:

- denominação da Distribuidora;
- Data do pedido;
- Solicitação formal de fornecimento;
- Nome do consumidor;
- Local de instalação, indicando número, rua, bairro, Cidade e Estado."

Com referência à prova de aquisição do conjunto técnico, há necessidade:

- Da assinatura do consumidor;
- Da data da instalação;
- Do tipo de instalação;
- Do resultado da inspeção;
- Da assinatura do Inspetor.

Todos esses cuidados são realmente válidos num aspecto: o de responsabilizar a Distribuidora que vendeu o conjunto técnico e o instalou, nas

conceda-lhe a liberdade de adquirir o gás onde lhe aprouver, o que traz ao consumidor, não raras vezes, graves inconveniências. O raciocínio é o seguinte:

- Na forma da Resolução n. 1/61, o consumidor se vincula a uma só Distribuidora;
- Vinculado a essa Distribuidora, só dela poderá adquirir o gás;
- Nenhuma outra Distribuidora poderá vender o gás ao consumidor vinculado anteriormente a outra distribuidora, sob pena de penalizado pelo CNP com multas elevadas, girando hoje em torno de Cr\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de cruzeiros).
- Se por qualquer circunstância, o consumidor não recebe o gás na distribuição automática, na forma do calendário organizada para o ano, ele só consegue o gás mediante o pagamento de determinada importância, a título de forçoso de emergência, ou terá que se deslocar ao depósito mais próximo para a respectiva aquisição. E esse depósito só poderá ser da Distribuidora a que está vinculado, por maior que seja a distância a percorrer.

A vinculação do consumidor não lhe facilita em nada e o nome objetivo é exatamente o de dar facilidades, evitando que tenha preocupações.

Escudadas numa estrutura econômica não possível às pequenas empresas, com a ação decisiva das ASSOCIAÇÕES, as Grandes Empresas manipulam a Resolução 1/61 como lhes convém, objetivando a eliminação daquelas do mercado consumidor, formando um bloco onde firmam acordos prévios para a solução dos problemas de abastecimento e aos quais não têm acesso as pequenas empresas.

O botijão é caracterizado pelo nome da Empresa gravado no seu dorso. Quando esses botijões, através de abastecimento, se avolumam nos depósitos, as Grandes Companhias por meio dos "acordos prévios" fazem a destroca com qualquer problema. Quando, porém, tal fato ocorre entre grande e pequena empresa, esta é denunciada por possuir botijão de outra marca, enquanto os de sua propriedade não criminosamente desviados do mercado por destruição ou inutilização ou ainda para emprego no mercado onde não atuam as pequenas.

Com essa prática, assistimos a derrocada da nossa economia e se não houver uma solução que coíba essa prática criminosa, muito cedo estarão as pequenas companhias aliadas do fornecimento de gás.

Mas o desvio de botijões e sua inutilização não é a única faceta danosa da comercialização de gás. Há também o abastecimento de consumidores.

Recentemente foi flagrado o caminho de um dos nossos concessionários abastecendo-se em determinada Distribuidora em cujo depósito entrava

transportando botijões da marca ONOGÁS. Como parecia tratar-se de apropriação indébita, o caso foi resolvido na Delegacia Policial, onde ficou constatado que o concessionário ONOGÁS estava se abastecendo ilegalmente em outra Distribuidora, com a connivência dos respectivos funcionários. Tivesses a fiscalização do CNP ou da ASSOCIAGÁS aparecido no local, fatalmente a ONOGÁS teria sido autuada ante a ação desonestidade do concessionário que transportava em seu caminho botijões de diversas marcas enchidos pela Distribuidora onde se abasteceu. A autuação ocorreria também, se o concessionário fosse visitado pelo órgão fiscalizador.

Esse e outros fatos semelhantes temos levado ao conhecimento do Egrégio Conselho Nacional de Petróleo, não com a característica de denúncia, mas como comunicação dos fatos que ocorrem, para que seja encontrada uma solução para as distorções que desvirtuam a comercialização de gás.

E quando nos dispomos solicitar a racionalização e moralização do comércio de gás, estamos também procurando defender a economia do consumidor, oferecendo-lhe melhor serviço.

As grandes distribuidoras, constitutivas da Direção da ASSOCIAGÁS, formam o "pool" responsável pelo estudo do preço de gás para as localidades não providas de bases de abastecimento e por isso o preço unitário do gás não tabelado pelo CNP está acima do normal. É o resultado da "curva de frete" que se traduz pela "diferença na majoração do preço numa cidade tabelada para outra não tabelada.

E por que isso acontece? Pela apresentação de falsos dados que entram na composição dos preços.

Afirmamos, portanto, que o preço de gás para as localidades não tabeladas pode ser menor, desde que o Conselho Nacional de Petróleo estabeleça índices reais para sua formulação, os quais seriam básicos para o estudo da ASSOCIAGÁS.

Os artigos 37 e 38 com seus parágrafos são claros para o estabelecimento dos preços do gás:

Art. 37 - As despesas relativas às transferências do produto das bases de provimento para as de abastecimento e, dessas últimas, para as localidades de operação das distribuidoras, serão contabilizadas segundo instruções do CNP.

Parágrafo único - As despesas de transferência a granel, serão sempre calculadas com base nos custos próprios das Distribuidoras.

Art. 30 - O CNP, de acordo com os dados obtidos no registro determinado no artigo anterior, promoverá o tabelamento do produto nas bases do abastecimento e nas localidades onde existirem depósitos de envase-tilhados.

Parágrafo único - Nas localidades onde não houver tabelamento, as Distribuidoras deverão adotar, como preço de venda ao consumidor, o preço tabelado para a base ou depósito, acrescido do custo de transferência do produto.

No último parágrafo que acabamos de ler está a definição do que seja a "curva de frete" que é o CUSTO DA TRANSFERÊNCIA DO PRODUTO. Aqui está a válvula de escape para a majoração do produto acima do que seria desejado.

Ficando a cargo das Grandes Companhias, mentoras da ASSOCIIGÁS, o estudo do preço para as localidades não tabeladas pelo CNP e levando em conta que apenas 150 localidades no Brasil tem o preço tabelado e considerando ainda que as pequenas companhias oporam em áreas restritas, é fácil imaginar o vulto da receita auferida com a majoração de preço com dados fornecidos pelas Grandes Empresas. Uma simples leitura comparativa no tabelamento da ASSOCIIGÁS nos leva a afirmativa da existência de falsos dados para o cálculo. O aumento de preço não corresponde às distâncias reais. Muitas vezes uma distância menor, corresponde a um aumento maior. Por que razão?

Isto serve para demonstrar que não viemos a esta Comissão apenas para defender os nossos interesses, mas principalmente os interesses dos consumidores, razão de ser das Companhias.

Sabemos que a Câmara não defende interesse particular, senão que ela é porta voz do povo e para ele trabalha com o sentido de cooperar para o levantamento do status do povo brasileiro, colocando o Brasil entre as nações mais desenvolvidas.

Dizemos anteriormente que o consumidor deve ser vinculado a uma Distribuidora e só dela poderá adquirir o gás de que necessita. Todavia, a própria legislação consubstanciada na Resolução 1/61, do CNP dá a oportunidade para que a vinculação não se processe em toda a sua extensão, mas não faculte ao consumidor a liberdade de compra. Vejamos.

Dis o art. 31 -

"Constituem obrigações da Distribuidora, no que se refere ao processamento do GLP:

G - processar o enchimento, exclusivamente, do vacilnomo destinado

a consumidores e da vinculação, salvo ajuste entre Distribuidoras, com prévio conhecimento do CNP."

Uma análise, mesmo superficial do texto legal, nos leva à conclusão que o vínculo a ser observado pelo consumidor. Isso porque podem as Distribuidoras ajustarem entre si, o enchimento dos respectivos vasilhames, oficializando-se, assim, o alinhamento entre as Companhias ajustadas que, de tempos em tempos, operam a destroca de botijões para regularização dos estoques próprios.

Os ajustes feitos com base nessa disposição legal, isentam as Companhias ajustadas da fiscalização. E como as Grandes Companhias não têm permitido a participação dessas ajustes das Pequenas Empresas, estão elas constantemente denunciadas e autuadas pela fiscalização, da qual passam a ser agentes indiretos.

Essa é a linha dos processos de combate utilizado pelas Grandes Distribuidoras contra as Pequenas objetivando a sua eliminação do mercado com a solapação da sua economia através das multas que legalmente são aplicadas pelo CNP.

E as denúncias efetuadas pelas Grandes Companhias tem amparo nas disposições do art. 14 em seu parágrafo único:

"O CNP tomará as providências cabíveis em caso de inobservância das normas contidas nesta Resolução, por iniciativa própria ou MEDIANTE REPRESENTAÇÃO DOCUMENTADA DA PARTE QUE SE JULGAR PREJUDICADA.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste artigo, a simples existência de vasilhame sem marca ou com outra marca que não a própria, nos depósitos, terminais, veículos ou qualquer dependência autorizada por determinada Distribuidora, seus representantes ou prepostos, assim como em domicílio de consumidor vinculado a Distribuidora diversa, configurará infração do disposto no art. 21, salvo se o fato decorrer de prévio ajuste entre as Distribuidoras interessadas."

Na comercialização da gás uma grande companhia não combate outra de igual porte, acordam um ajuste prévio. Foi exatamente o que aconteceu há pouco tempo. As grandes Distribuidoras, com base nas disposições que temos, fizeram um ACORDO NACIONAL, ratificado pela ASSOCIACÃO e aprovado pelo Conselho Nacional de Petróleo. As pequenas Companhias ONOGÁS, Prudentina, Copagás e Planegás-Fuganti não participaram do ACORDO por não lhes ser isso permitido.

Os documentos que provam nossa afirmativa fazem parte da nossa exposição e serão encaminhados ao exame de Vossas Excelências.

Finalmente, queremos trazer a Vossas Excelências as sugestões que houvermos por bem fazer, solicitando que sejam elas consideradas nos seus devidos termos, pois que foram elaboradas com o único sentido de racionalizar a comercialização do gás, melhorar a condição do consumidor e permitir um tratamento igualitário para todas as Distribuidoras permitindo-lhes o crescimento em função de uma atuação isenta de paixões e de interesses subalternos.

Sugerimos, por conseguinte:

- 1 - a modificação ou reformulação da Resolução nº 1/61 em bases racionais que permitam o desenvolvimento das companhias pela prestação de serviços que possam oferecer;
- 2 - unificação dos botijões, ^{IDENTIFICANDO COM A MARCA PETRÓLEO} sem-marca-de-qualquer-espécie;
- 3 - desvinculação do consumidor às Distribuidoras, facultando-lhe o direito de abastecimento em qualquer delas ao tempo da necessidade;
- 4 - utilização de laçre inviolável, de alguma forma caracterizado, para indicar a procedência do fornecimento;
- 5 - Uso de um selo adesivo no corpo do botijão, característico da Companhia fornecedora do gás, para identificação nos casos de acidente.

A par dessas sugestões, acrescentamos a forma a ser adotada na venda e entrega do botijão:

- 1 - O botijão só poderá ser entregue acompanhado da respectiva Nota Fiscal, ou de um recibo padronizado;
- 2 - Cada botijão entregue, deverá ser acompanhado de instruções esclarecendo ao consumidor o procedimento que deve ter no caso de acidente ou incidente;
- 3 - Notificação junto ao botijão ou à Nota que lhe corresponde, de estar o mesmo seguro contra incêndio ou qualquer outro dano;
- 4 - Aferição do peso do gás contido no botijão a vista do consumidor, através de uma balança portátil, aferida e devidamente lacrada pelo Instituto de Pesos e Medidas.

A desvinculação do consumidor tem sido contrariada não só por algumas Distribuidoras de grande porte, como também por órgãos do Governo e pela própria ASSOCIGAS. Estriban-se no problema do seguro, já que cada Distribuidora o faz diretamente como determina a Resolução do Conselho.

Não participamos dessa promessa. Nada impede que o seguro seja centralizado pelo próprio Conselho Nacional do Petróleo com a participação das Distribuidoras, proporcionalmente à tonelagem distribuída.

Chegamos assim ao final da nossa arenga. Queremos nesta oportunidade agradecer a atenção com que Vossas Excelências nos ouviram. Tornamo-nos cansativos, mas as nossas limitações não permitiram termos sido sintéticos como o desejávamos. Com as desculpas do tempo precioso que tomamos de Vossas Excelências, aguardamos sejam nossos argumentos considerados dentro da sinceridade com que os expusimos.

Na segurança de uma atuação justa para a comercialização de gás, a sobrevivência pacífica das Distribuidoras e melhoria dos serviços de abastecimento em satisfação do consumidor, apresentamos a Vossas Excelências o nosso muito obrigado.

Brasília, 17 de abril de 1975

to

O SR PRESIDENTE (Dep. ~~Lysâneas~~ Maciel)-

A opinião de um representantes das pequenas companhias foi expen-
dida, e eu devo dizer aos Srs. Deputados que haverá debate e oportu-
nidades para perguntas e interpelações não só às pequenas compa-
nhias e, mas também aos representantes do CNP. Por isso, pediria
aos Srs. Deputados que desejem fazer uso da palavra que assinassem
a lista que a Secretária vai fazer correr agora, nesta Comissão,
para aqueles que desejem interpelar tanto os representantes do
CNP quanto os representantes das pequenas companhias. Ouvire-
mos, em primeiro lugar, o Sr. ~~dixxxxx~~ Chefe de Abastecimento
do Conselho Nacional de Petróleo. Fixamos para S. Sa. o prazo
de 10 minutos, assim como fixamos para os representantes das
pequenas companhias um prazo de 30 minutos, mas, evidentemente, se
houver necessidade de ^{o orador} ~~estender-se~~ um pouco mais, poderá fazê-lo,
porque não daremos um caráter rígido ao procedimento nesta reu-
nião de hoje. Com a palavra o Sr. Chefe do Abastecimento do Con-
selho Nacional do Petróleo.

~~SEBASTIÃO DA SILVA~~ DAVID SEBASTIÃO

O SR ~~CHEFE DO ABASTECIMENTO DO CONSELHO~~

PINTO

~~NACIONAL DO PETRÓLEO~~ - Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Minas
e Energia, Exmos. Srs. Deputados, Srs. Representantes das Empre-
sas distribuidores de GLP: Evidentemente, não usarei os 10 minutos
que me foram concedidos, porque cabe, no momento, apenas uma pe-

quena apresentação, para que eu me coloque à disposição dos Srs. para perguntas futuras, dentro, naturalmente, do assunto a que eu posso responder. Minha atuação no Conselho Nacional de Petróleo está ligada, diretamente, ao abastecimento, a parte à qual estão adjudicadas as quotas das empresas o controle dessas quotas, as comissões de abastecimento que nós presidimos em nome do Conselho Nacional do Petróleo, das quais fazem parte, além do Conselho, a Petrobrás e cada distribuidora, representada por um elemento. Nas comissões de abastecimento, estudamos quinzenalmente e ordinariamente ^{e em} determinadas situações extraordinárias,, quando a situação assim o exige. No nosso setor, fixamos quotas e fiscalizamos a parte de aplicação destas quotas. Não fazemos a fiscalização das leis, mas, sim, a fiscalização do recebimento das quotas. Elas são fiscalizadas imediatamente após o recebimento. Temos hoje um funcionamento um sistema de adjudicação de quotas pedidas pela empresa. Se os pedidos são apresentados nas reuniões, nós homologamos esses pedidos

~~homologamos esses pedidos~~ como cotas. Evidentemente é uma liberdade vigiada. A empresa tem o direito de pedir ^o que ela acha que ~~x~~ pode comercializar num período determinado. Esse pedido, daí para frente, torna-se a ~~uma~~ obrigação que a empresa tem em receber ~~o produto~~ o produto que pediu e a PETROBRÁS de ~~fornecê-lo~~ fornecê-lo. Com base nesse pedido, que é feito com antecedência de seis meses, podemos programar o abastecimento nacional. A PETROBRÁS pode, naturalmente dentro dos seus planos de produção, saber se há necessidade de importar produtos para atender o pedido que é feito. No momento não está havendo importação, já alcançamos a auto-suficiência desse ^{derivado} produto. A parcela de produção nacional atende ^{consumo} plenamente nosso ~~consumo~~ interno e já está havendo uma pequena sobra que deve estar sendo comercializada pela PETROBRÁS com países vizinhos. São esses pedidos a base de toda a programação do abastecimento. A empresa pede e assume a responsabilidade do que pediu. Se não conseguir vender no fim do mês, a PETROBRÁS fatura o produto que ela não conseguiu ~~xxx~~ retirar. Se a sua previsão for errada, se a sua previsão tiver sido feita no

intuito de ~~xxx~~ conseguir uma posição irreal no mercado - naturalmente para conseguir uma participação maior das parcelas de produção diária - no fim do mês essa empresa será penalizada pelo faturamento de um produto não recebido. É um produto que ela paga e não recebe e fica armazenado nos tanques das refinarias para retirada futura. Se houver um caso em que haja aumento de preço, esse produto será refaturado na diferença do aumento dado. Então parece-me que é um autocontrole econômico sobre as cotas pedidas.

O conselho calcula as cotas que devem ser dadas as ~~empresas~~ ^{empresas} ~~empresas~~ e estas pedem aquilo que elas acham que realmente devem vender.

Vender naturalmente usando os seus equipamentos, botijões, caminhões e seus concessionários. Então a parte da utilização ou não

~~desse~~ ^{desse} equipamento já foge à minha alçada, ~~do~~ ^{no} Conselho Nacional

de Petróleo, que seria a parte de ~~xxxxx~~ ^{em} fiscalização. Procurei dar esse enfoque mais geral para que os senhores tomassem

conhecimento da minha posição e pudessem realmente, ao dirigir

quaisquer perguntas, respondê-las. Evidentemente não temos condi-

ção de responder problemas sobre preço porque não é o nosso setor

no Conselho Nacional do Petróleo e só temos condições de esclarecer aos senhores na área de abastecimento e o abastecimento do dia-a-dia, a execução do abastecimento e naturalmente a respeito do sistema em vigor de ^{adjudicação} ~~indicação~~ de cotas de gás. Damos um tratamento no nosso setor e o Conselho dá esse tratamento - vamos entender ao Conselho porque é assim que me parece que é tratado o assunto - igual a todas as distribuidoras. Naturalmente trato as empresas distribuidoras e na minha introdução eu me dirigi aos representantes das distribuidoras de GLP presente, porque

nunca uso uma pequena distribuidora de gás. Trato pelo menos todas igualmente. Para mim existem as distribuidoras de gás, que são 19 e são 19 empresas que trato igualmente, às quais procuramos aplicar igualmente os critérios de cotas. Acho que não há outra maneira de trabalhar. Trabalho no órgão executor da legislação que é feita e aprovada pelo Conselho Nacional do Petróleo e pelo Governo Federal. Executo as leis naquilo que me determina, dentro do parâmetro de igualdade. A aplicação ^{de um} ~~nessa~~ critério a uma empresa para determinar a cota é aplicado igualmente a outra, a não ser que uma legislação, uma ordem ~~xi~~ acima de mim assim o determine. ~~XXXXXXXXXX~~ Em contrário o nosso setor tem trabalhado ^{ola} assim ~~xem~~ todos os anos em que temos a satisfação de dar as nossos préstimos. Apenas me coloco à disposição dos senhores, a partir daqui, para responder, se for o caso, se necessário, a assunto ligado à minha área. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lyssãneas Maciel) - Agradecemos a exposição do Sr. David Sebastião e que ~~xxx~~ naturalmente estará à disposição dos demais membros desta ~~xxxx~~ Comissão para quaisquer

perguntasquanto ao abastecimento de gás, fixação de custos de gás etc. ~~xxx~~ AdyrA presença do Sr. ~~Adyr~~ Adyr

Figueiredo Montenegro x - devo dar uma explicação à Comissão -

parece-me que ele é a pessoa que tem contato com o País todo e se eu estiver errado pediria que me corrigisse - no que tange à verificação de diversas irregularidades que são apontadas no setor do gás liquefeito e parece que vários relatórios apresentados pelo Sr. Adyr Montenegro, no que tange a essas irregularidades.

De maneira que me ele vai fazer um pronunciamento específico dessas irregularidades, porque os demais aspectos, creio que não são da sua alçada, conforme já foi dito pelo Sr. Assessor do Ministro e demais membros. Então o Sr. se ~~xxx~~ limitaria a dar uma explicação ~~xxx~~ sucinta e mais tarde responderá as perguntas quanto às irregularidades verificadas para justificar esse conturbado ambiente da distribuição de gás liquefeito. O Sr. fez inspeção em toda região do País, segundo me foi informado. Então a sua presença foi até muito requisitada porque o Sr. poderia relatar ao vivo o que está ocorrendo, sem talvez ~~xxx~~ dizer com ou sem razão das pequenas companhias ou das grandes, mas relatar ao vivo o que está

ocorrendo de irregularidades em todo o País.

O SR. ADYR FIGUEIREDO MONTENEGRO - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, senhores membros das companhias distribuidoras ~~presentes~~-

presentes, a minha função no Conselho é de mero agente fiscaliza-

dor. Então, recebo a incumbência de fiscalizar o *fronto* comércio

e *Y* distribuição de *g*ás liquefeito de petróleo e assim temos desem-

penhado. As irregularidades são flagrantes, tanto das grandes,

como das pequenas. Todas cometem faltas, são autuadas, são pena-

lizadas com multas até certo ponto benevolentes por parte do Con-

selho. Porquanto, o Decreto 4071, de 12 de ~~xx~~ maio

~~texto 2.071, de 12 de maio~~ de 1939, diz que, em caso de reincidência, as multas serão cobradas em dobro. E eu tenho autuado várias distribuidoras pelas mesmas faltas, ~~onde as multas continuam sendo praticadas~~ ^(repetidas) ~~mente (invariavelmente)~~ as mesmas. Então, da parte do Conselho há uma benevolência, o Conselho não tem interesse de sufocar nem pressionar as companhias, tanto grandes quanto as pequenas. Um fato muito importante são os clandestinos de gás, que são abastecidos inúmeras vezes pelas próprias distribuidoras de gás, tanto as grandes quanto as pequenas. Abastecem postos clandestinos de gás que vendem o gás acima do preço e ~~a quem do preço~~ do peso. Então, o consumidor é lesado, enquanto somente as companhias têm obrigação de fazer a distribuição do gás, através delas ou então de seus representantes. No mais, estou à disposição dos senhores para as perguntas que julgarem por bem formular, que para mim ficaria mais cômodo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado ~~Lysâneas~~ Maciel) - Com a palavra o Dr. Molinaro, ~~que também é~~ Assessor do departamento de fiscalização e ao mesmo tempo da presidência do CNP.

O SR. LUIZ MOLINARO - Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente da ONOGÁS, Srs. Diretores, Sr. Diretor da Prudentina de Gás, a exposição feita pelo Sr. Diretor do Planejamento, Gal. D'Ângelo, da Companhia ONOGÁS, apresenta várias questões

da mais alta complexidade. O exame dessas questões demandaria um tem
po que nós possivelmente não teríamos num dia, ~~xxxxxxxxxxxx~~ ou em
dois, ou em três. E a representação do CNP aqui presente não teria con-
dições de abordar todos os problemas propostos pela representação da
distribuidora presente, porque não trouxe uma equipe de técnicos em
condições de analisar todos os problemas. O problema do gás no País
já é de si muito complexo, muito difícil, mesmo ainda que a isto se a-
pliquem a melhor boa vontade e o maior interesse em fazer com que o
consumidor seja, da melhor forma possível, atendido. Eu vou tentar a-
bordar alguns problemas relativos à exposição, de forma geral e bastan-
te sucinta. A Resolução 1/61, que rege a distribuição e ^(a) comercializa-
ção de GLP, teria que sofrer a reformulação decorrente das modifica-
ções que ocorreram no mercado.

Esta reformulação foi já elaborada por um grupo de estudos, dentro da CNP, e se encontra em vias de ser submetida ao seu colegiado, do qual - é preciso explicar - fazem parte um representante da indústria, um do comércio, três das Forças Armadas e ainda mais do Ministério da Agricultura, do Ministério da Indústria e do Comércio, do Ministério da Fazenda e os outros dois, de memória no momento falha, eu acho que é do Transporte, e para completar ^{as} dez. A estes senhores são submetidos todos os assuntos atinentes à atividade do Conselho Nacional do Petróleo. As modificações que foram estudadas e estão para ser submetidas ao plenário, não obstante não modificam a essência da Resolução 1.61. Apenas criam figuras novas na comercialização. A comercialização de GLP, como de qualquer derivado, é para nós mais ou menos como um baralho, onde nós temos cada figura desempenhando uma determinada atividade. No gás, a distribuição é exercida diretamente pelo distribuidor ou indiretamente por seus representantes. Apenas um parêntesis, para os senhores terem idéia do vulto disto: há cerca de 15.000 representantes em todo o País. Muito bem, não obstante, há uma estimativa que a par de 15.000 representantes, que estariam aí, vamos dizer, na fronteira próxima ao consumidor, de forma a lhe proporcionar toda a assistência necessária, contingências de mercado criaram - e são essas contingências ~~as~~ já nós teríamos muito assunto para conversar a res-

xxxxx

peito - criaram uma figura que é do comerciante clandestino de GLP. Então, estes comerciantes, como eu digo, nós estimamos em cerca de 15.000 também em todo o País. Então, para minimizar, não creio que conseguiremos de pronto a eliminação desta atividade perniciosa, mas para minimizar essa situação é que foram feitas alterações na Resolução 1.61, com esse objetivo principal. Efetivamente, em 1973, se não me falha a memória, algumas distribuidoras, grandes e pequenas, sob o patrocínio da ~~SECEISAS~~ ^{ASSOCIAPS,} que é uma sociedade civil fundada com o objetivo de defesa dos interesses da categoria econômica, hoje já substituída pelo ~~sindicato~~ sindicato - e esclareço - de indústria, o Ministério do Trabalho concedeu ~~autorização industrial~~

categoria e indústria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lyssaneas Maciel) - Que poderosa
ela é, não?

ã

O SR. RUIZ MOLINARO - É verdade, e hoje já existe o sindicato nacional dos distribuidores de ^{VE}LD da indústria. Bom, patrocinadas por essa entidade algumas ~~distribuidoras~~ distribuidoras, segundo facultada a Resolução 61, se reuniram ^{para} e fizeram um código de ética que suportaria um acordo para destroca de botijões, botijões esses resultantes da transferência de consumidores ~~de~~ de uma área para outra e é bem possível que entre esse número alguns fossem também resultantes de aliciamento, que é uma prática comum entre todas as ~~distribuidoras~~ distribuidoras. Não que esta prática seja uma determinação administrativa das distribuidoras, é uma guerra natural entre representantes dentro de uma pequena localidade que ~~se~~ procuram cada um conquistar um mercado melhor para a sua empresa. Este acordo, dele não participaram a ONOCÁS, a ~~Plenogás - Fuganti~~ ~~Plenogás - FUGANTI~~ e a Prudentina, e o acordo foi homologado pelo Conselho tendo como Relator ~~xxxxxx~~ à época, se não me ~~em~~ falha a ~~memória~~ memória, hoje o Gal. Ivan de Sousa Mendes, que era representante do Ministério do Exército no Conselho Nacional do Petróleo, e isso eu digo se não me falha a memória. Através desse acordo as empresas faziam as destrocas dos botijões que em consequência dessa disputa de mercado de seus representantes iam, chegavam aos seus terminais. Em fiscalização recente, entretanto

em ~~primeiro~~ ^{princípio} o de março do corrente ano - e eu faço um esclarecimento que essa fiscalização foi solicitada pela ^{AS} SOCIGÁS - e também quero dizer que a fiscalização é realizada não compulsoriamente por ~~quem quer que seja~~ so licitação de quem quer que seja, ela é realizada - vamos dizer assim - talvez não de uma forma administrativa melhor porque o Conselho no momento se ressentia de falta de funcionários, mas ela é realizada toda vez que se deseja fazer uma amostragem do comportamento, do desempenho de distribuidoras de gás ou de gasolina em determinado lugar, e nós temos feito - vamos dizer assim - usando aquela expressão de 42, "blitz", temos feito "blitz" em vários Estados porque apesar de um convênio de fiscalização que temos, mesmo assim precisamos lançar mão desses recursos pra verificar ^x o comportamento daquela área com referência a uma determinada atividade. Então, dentro desse espírito, embora como estou esclarecendo houvesse sido feito uma solicitação de ~~fiscalização~~ ^{AS} fiscalização por parte da SOCIGÁS foi feita uma fiscalização geral em várias localidades do país

inicialmente Paulínea e outros, ~~na~~ todos deflagrados quase que ao mesmo tempo, sem que qualquer das distribuidoras tivesse conhecimento dessa fiscalização. E o resultado da ignorância do fato de não ser fiscalizada foi que encontramos em São Paulo, no Rio de Janeiro cerca de 100 mil botijões de outras marcas em poder de todas as distribuidoras. Esses botijões tinham uma seguinte ~~xxxxxx~~ situação: segundo o acordo, se esses botijões fossem de empresas signatárias do acordo, o delito no caso seria o não cumprimento do ajuste por nós homologado. Quer dizer, não estava ^m cumprindo o ajuste, tanto é que esse grande número de botijões foi encontrado em seus terminais. Quando os ~~xxxxxx~~ botijões não eram signatários do ajuste nós classificamos o fato como infração da resolução nº ^{161,} ~~61,~~ que proíbe a existência em terminais de botijões ~~xxx~~ de outras marcas. Como aponta a exposição feita pelo Cal. ~~xx~~ D'Angelo, ~~xx~~ efetivamente o acordo não assinado por todas as distribuidoras criava a dificuldade de fazer chegar ^{as} não signatárias os botijões que possuíam em poder de outras distribuidoras. E sobre este assunto o Conselho tomou uma providência de fazer aprovar e foi referido pelo Sr. Presidente uma ~~xxxx~~ ata de compromisso com esta finalidade, de que fossem feitas as destrocas desses botijões, somente que agora dentro do enfoque novo, sob a supervisão do Conselho, o que não ocorria no ajuste anterior homologado pelo CNP. A par da existência de botijão de outras marcas constatamos que a Cia. ONOGÁS e a Cia. COPAGÁS, esta em pequeno número por que também é preciso esclarecer o seguinte: nós fizemos a fiscalização, ~~wa~~

XXXXXXXXXX

nos, levamos, deixando 10 funcionários para o local e deixamos os funcionários em frente aos plantas com a ordem de só ingressarem nos plantas 5 minutos depois, que era o tempo necessário de nós deixarmos todos os funcionários que levamos em cada um dos plantas para evitar que se comunicassem e que alguma irregularidade pudesse ser ocultada; Nós chegamos a estas distribuidoras, a ~~XXXXXXXXXXXX~~ este terminal de Paulínea exatamente no início das operações de enchimento e, por isso, a quantidade de botijões que fomos encontrar enchidos, de outras marcas, era de número reduzido. Na COPAGÁS

30/75 - Cndina - 2/5/75 - Fita: 16-D -

10/1

(ct o Sr.)

~~COPAC~~ encontramos quinze botijões que foram, imediatamente, de-
 cantados, botijões de outras marcas, não da COPAC. Pois foram
 anotações num termo de ocorrência, apenas para a constatação do
 fato. Na CNOC/S, que havia iniciado suas atividades mais cedo, en-
 contramos cerca de 200 botijões de outras marcas, sendo ^{envidados} ~~envidados~~
 pela CNOC/S e, em decorrência desses fatos, a fiscalização conti-
 nuou permanentemente e nós ficamos na contingência de interditar
 os plants, os terminais da COPAC/S e da CNOC/S, em virtude do en-
volvimento de outras marcas. Quer dizer, permitiríamos que a
 CNOC/S enchesse os botijões dela, conforme lhe faculte a legisla-
 ção, e e permitiríamos que eles enchessem botijões de outras marcas,
 conforme proíbe expressamente a legislação. Estou procurando fazer
 um histórico, não sei se no alongo ruído, mas tenho a impressão
 de que esta é a matéria que causa preocupação e da qual decorre,
 essencialmente, a exposição que pleiteia a desvinculação do buti-
 jão da empresa distribuidora, matéria básica, entre outras, como
 o preço, que é um assunto complexíssimo e eu sugeriria, nesse,
 a V.Exas. que convocassem o nosso Diretor de Processos de Auditoria

~~como matéria básica, entre outras, como o preço, que é um assunto~~
~~complexíssimo, e eu sugeriria mesmo a V. Exas. que convocassem o~~
~~nesse Diretor de Preços e Auditoria, que é a única pessoa capaz de~~
 trazer todos os esclarecimentos a respeito da questão de preço.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL) -- O tempo de
 V. Sa. continua. Mas qual é o nome do Diretor de Preços da

~~de~~ PETROBRÁS?

O SR LUIZ MOLINARO -- Dr. Wilter Fontinatti.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL) -- E devo dizer
 a V. Sa., também, que o único objetivo não é o problema da fiscali-
 zação nem a ~~possibilidade~~ ^{possibilidade} de encher. Esta Comissão foi convocada para as-
 suntos mais amplos, que não se limitam a isso que está aí e também
 não se limitam à atuação apenas da ONOGÁS e da COPAGÁS, mas também
 para que V. Sa. relatasse as irregularidades cometidas também pelas
 outras.

O SR LUIZ MOLINARO -- Pois não. Quando fiz a exposição,
 eu disse -- se não fui bem *explícito*, quero esclarecer -- que to-
 das as distribuidoras possuíam botijões de outras marcas. Se não
 fui bem claro, repito: todas tinham em seu ~~botijões~~ ^{botijões} ~~botijões~~ ^{botijões} de outras
 marcas vazios. Também esses botijões vazios foram encontrados na nos-
 sa fiscalização no Rio de Janeiro, foram encontrados na nossa fiscal-
 ização no Rio Grande do Sul, feitas mais ou menos na mesma época, e,

no que tange à COPAGÁS e à COPAGÁS, além dos botijões vazios de outras marcas, havia o enchimento de botijões de outras marcas e não apenas o depósito de botijões vazios. Em consequência desses fatos, como a apreensão e retirada de circulação de 100 mil botijões trouxesse dificuldades para o abastecimento -- e a preocupação principal do Conselho é o consumidor -- como a eventual paralisação de uma ou duas empresas não seja a política que interessa ao CNP, formalizou-se um acordo --x a que me referi há pouco, já lido aqui -- para que fosse efetuada a destroca de botijões e, com isso, eliminada a dificuldade que tinham algumas empresas de receber os seus botijões existentes em outras companhias. E essa destroca está sendo efetuada sob a supervisão do CNP. Sobre esse assunto não vou aduzir mais comentário algum. Aguardarei possíveis esclarecimentos que os Srs. Deputados desejarem.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LUCIÊNIO MACIEL) -- V. Sa. terminou a exposição inicial?

O SR LUIZ MOLINARO -- Sr. Presidente, estou verificando se há alguma outra coisa que eu pudesse abordar. Como disse, a matéria é muito complexa e demandaria muito tempo para analisar particularidades de tudo que nela se contém.

s/

Sr. Presidente, creio que no momento mais nenhum comentá-
ri me cabe fazer sobre o assunto, que, como já explanei antes, acho
da maior complexidade e o Conselho está à disposição dos ~~Srs.~~ Excos.
Srs. Deputados para prestar esclarecimentos de natureza técnica e
que naturalmente não se podem exprimir oralmente em prazo relativa-
mente curto. Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL) -- Apenas dois
esclarecimentos da Presidência sobre a exposição que acaba de ser
feita: é que estamos sendo informados, agora, de que aquela resolu-
ção do Congresso Nacional repelindo a pretensão da ASSOCIAGÁS foi su-
perada e agora já é sindicato.

O SR LUIZ MOLINARO -- Exatamente. Existe uma entidade...

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL) -- Sindicato
na área da indústria.

O SR LUIZ MOLINARO -- ... na área da indústria, se não me
falha a memória, reconhecida pela Comissão de Enquadramento Sindical,
do Ministério do Trabalho.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL) -- É que vamos
dirigir também um convite a esse sindicato para que se faça ouvir
aqui na Comissão, na próxima semana, assim como a outros elementos do
Conselho Nacional do Petróleo nas áreas que não ~~podem~~ pudera
ser respondidas pelos representantes aqui presentes.

Terminada essa exposição sucinta de ambas as partes, informamos, inicialmente, que teremos a próxima sessão na quarta-feira, para ouvir outros elementos. A ASSOCIGAS terminou as suas atividades? A ASSOCIGAS continua em atividade paralela à do sindicato?

(RESPOSTA FORA DO MICROFONE.)

Então vamos abrir, agora, a oportunidade para que os Srs. Deputados façam as perguntas, com a ressalva de que algumas delas não poderão ser completamente respondidas pelos representantes do CNP, uma vez que fogem das áreas de sua competência. Mas temos aqui o Dr. Molinaro, que é muito ligado aos problemas de fiscalização, porque a fiscalização está intimamente entrosada com uma série de irregularidades e com a possibilidade de, no futuro, os Srs. Deputados entenderem ou não que se torna necessária uma alteração da legislação. O Diretor de Abastecimento também está aí às ordens e os representantes das pequenas companhias, que têm levado essas denúncias diretamente ao CNP, conforme documentação que foi distribuída, também estarão aptos a responder a perguntas dentro da sua perspectiva que está sendo objeto de apreciação pelos Srs. Deputados.

Para quem quiser fazer uso da palavra o momento é oportuno.

Com a palavra o Deputado Dias Menezes, de São Paulo.

O SR DEPUTADO DIAS MENEZES -- Sr. Presidente, Srs. representantes do Conselho Nacional de Petróleo, Srs. representantes das ca-

presas distribuidoras, eminentes colegas, nobres Deputados da Comissão de Minas e Energia e outros companheiros que assistem aos nossos trabalhos, a exposição feita pelo General Conçalo d'Ángelo expressa bem o que vai

s/

ARIMARXX

COMISSÃO 30/75 - ARIMAR - 5-5-75 - FITA 16 U

19/1

~~o que~~ de tumulto, de desorganização, de irregularidade na área do fornecimento, de distribuição de gás, da comercialização de gás. Os fatos não me chegam hoje. De muito tempo a esta parte colegas nossos já se ocuparam exaustivamente da matéria. O Deputado Santili Sobrinho, por exemplo, chegou a apresentar um projeto disciplinando a matéria e procurando abolir o vínculo que prende o consumidor ao distribuidor. Infelizmente, o projeto do nosso companheiro, susceptível de algumas falhas, foi tenazmente combatido sob a inspiração da ^{todo-} nossa poderosa Associgás, que é quem acoberta com os recursos extraordinariamente poderosos de que dispõe, o truste da produção e distribuição do gás que existe escandaradamente atuando no Brasil e procurando, por todas as maneiras, sufocar, se não mesmo arrazar, as pequenas empresas que foram constituídas ~~xxx~~ de acordo com a legislação que procurou disciplinar a matéria. Sou testemunha da ação verdadeiramente deletéria ~~o~~ do truste, acobertado pela Associgás, que procura, por todas as maneiras, solapar a economia das pequenas empresas. A fiscalização, como os nobres companheiros ~~xxx~~ puderam ~~inferir~~ muito bem inferir, que se processa através dos dispositivos do Conselho Nacional do Petróleo, tem constatado, como inclusive expressou ~~x~~ o eminente Dr. Ady Figueiredo, a irregularidade gritante que há em todas as áreas, segundo S. Sa., ~~entre~~ entre as empresas responsáveis pela distribuição. Mas, também, estamos percebendo que a fiscalização produz os seus efeitos essencialmente visando as pequenas empresas. Estas é que estão sendo punidas constantemente, quando sabemos

que o truste todo-poderoso da produção e distribuição do gás é responsável pela balbúrdia que há, inclusive pela colocação clandestina de botijões. A maior parte, segundo pude testemunhar da irregularidade,

?????

é exatamente pelo alto poder de que dispõe o truste para fazer com que esses botijões sejam colocados sub-repticiamente nos terminais das ~~pequenas~~ pequenas empresas. Tudo isto, é claro, é evidente ^(que) empresas tão poderosas manipulando ~~essa~~ essa terrível soma de recursos haveria de se fazer sentir mais acentuadamente ~~essa~~ tanto deste quanto do outro lado. É o truste poderoso que tem de fato dispositivos mais amplos para fazer com que esta irregularidade, constatada todos os dias pelo Conselho Nacional do Petróleo, no que se refere a botijões, deve ser levada mais à conta dos dispositivos de que dispõem esses trustes para operar desta maneira. Mas, seria simplíssimo, quem sabe, embora a complexidade do problema, que o Conselho Nacional do Petróleo viesse disciplinar toda essa matéria através das sugestões que durante anos a esta parte ~~estão~~ ^{estão} estão sendo endereçadas, assim como às autoridades do País. Entendo, Sr. Presidente, que seria de toda pertinência que se elaborasse um projeto em colaboração com as autoridades, num debate muito franco e leal para que se chegasse a um dispositivo justo. Antes que possa passar a alguns pontos que desejo focalizar, sugiro ao Sr. Presidente que, ouvida a Comissão, venha a se constituir uma subcomissão da Comissão de Minas e Energia, especificamente instituída para o exame mais amplo desta matéria. Quem sabe, alguns dos Srs. Deputados mais ligados ao problema, mais afeitos à matéria, reunidos numa subcomissão, possam examinar ~~examinar~~ toda esta sistemática para apresentar um anteprojeto, que seria submetido como um projeto ^{da} da Comissão de Minas e Energia. ^{Estas} Estas pequenas empresas estão atualmente atuando

x na área da produção e distribuição do gás em proporção verdadeiramente insignificante: menos de 2%; ~~1%~~ 1% até 0,11% ou 0,9%. É evidente que essas pequenas empresas não teriam força, não teriam dispositivos, não poderiam de fato armar um dispositivo que as cobrisse contra as condições excepcionais de que

?????

~~Uma~~ estão dispondo as grandes empresas para atuar nesse campo. E as irregularidades vão ainda mais longe, como salientou o Dr. Molinaro, porque se constatou que há 15 mil operadores clandestinos e 15 mil representantes das empresas. Admito até que a atividade desses 15 mil clandestinos seja da maior relevância para a população, porque os distribuidores não estão em condições de chegar a todas as biroskas. Então é evidente que é de fato ^{materia} da maior complexidade. Mas, constatada então, de um lado, pelo menos de minha parte, a atuação desse grandes truste nacional do gás, empresas naturalmente que não são totalmente ~~xxxx~~ nacionais, quem sabe até a maior parte delas empresas multinacionais, ou ~~xxxxxx~~ abrigando apenas conhecidos intermediários ~~xxxx~~ nacionais.

Mas me proporia a indagar, Sr. Presidente, sei que estou tomando muito tempo de meus colegas, mas há algumas proposições da mais alta importância. E indago dos nobres representantes do Conselho Nacional do Petróleo quais as razões fundamentais que levam o CNP a resistir à abolição do vínculo, para libertar então o consumidor desta obrigatoriedade que, à sua revelia, tem de estar contraindo por uma disposição verdadeiramente unilateral. Qual a razão fundamental da manutenção desse vínculo? É a primeira pergunta que endereço aos representantes do CNP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lyssâneas Maciel) Apenas para ordenar os debates, sugiro que os três representantes do CNP, se estiverem habilitados a responder, ~~xxxxxx~~ porque pode ser que algumas das

perguntas não estejam na esfera de sua competência, conforme salientei, mas que indiquem um dos três para dar a resposta.

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES - Qual a razão fundamental da resistência à abolição desse vínculo ?

O SR. PRESIDENTE (~~Lysâneas Maciel~~ ~~Deputado~~ ~~Lysâneas Maciel~~)
Pediria também, não somente aos Srs. representantes do CNP, mas também aos Srs. Deputados, que abreviassem um pouco as suas considerações, uma vez que há vários Deputados inscritos para questionarem o assunto.

O SR. DAVID SEBASTIÃO PINTO - Sr. Presidente, eu não me considere habilitado a responder a pergunta, porque a mecânica da vinculação do butijão à marca, ou seja, a mecânica pela qual o consumidor fica cativo a uma distribuidora é uma mecânica muito complexa. Ela envolve questões de responsabilidade por sinistros ocorridos com o butijão; ela envolve questões de custos operacionais relativos à entrega automática.

ela envolve outras questões que merecem uma avaliação adequada, porque o país é enorme. Nós temos cerca de 14 milhões de consumidores; Modificar uma sistemática até até ~~agora~~ o momento vem surtindo efeitos positivos com 14 milhões de consumidores para uma sistemática que desvincula o butijão da distribuidora é algo que me parece deve ser profundamente meditado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) Então V.Exa acha que essa matéria não seria exatamente de sua competência para responder...

O SR. DAVID SEBASTIÃO PINTO . Como eu digo, era preciso que fosse ~~feito~~ feito um estudo adequado do resultado da implantação dessa nova sistemática, e esse estudo não foi efetuado por mim. Agora, posso adiantar que, na parte relativa a custos operacionais de uma modificação dessa ordem, o nosso Diretor de ~~Preços~~ Preços e Auditoria estaria melhor qualificado para apresentar os esclarecimentos solicitados pelo Exmo Sr. Deputado.

O SR DEPUTADO HÉLIO LEVY - Pela ordem , Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) Pela ordem , tem a palavra o Deputado Hélio Levy.

~~XXXXXXXXXXXX~~

O SR. DEPUTADO HÉLIO LEVY -

..... (FORA DO MICROFONE)

segundo, perguntaria se não seria mais prudente convocar todas essas pessoas para nos dar esclarecimentos na hora. Eu não sei, mas eu pelo menos não conheço a Resolução nº 1/61. Se não me engano, é a origem da coisa. Então, gostaria sinceramente de saber primeiro o que é essa Resolução nº 1/61: gostaria de saber se teríamos também representantes das grandes empresas; gostaria de saber, como V.Exa disse, se vamos convidar o pessoal dos sindicatos. Então eu sugeriria que primeiro nós armássemos um esquema para depois então começarmos a discutir o problema. Porque ~~então vamos fazer~~ ^{aqui} perguntas vão ser feitas e nós não vamos ter respostas. Sugeriria então à Presidência que definisse o roteiro.

//
Se nós vamos : primeiro, ouvir as pequenas empresas; segundo, ouvir as grandes empresas; terceiro, os sindicatos; quarto, todos os representantes do CNP; quinto, esclarecer melhor aos Deputados o que nós vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (^{Deputado} ~~Ly~~ ^{Ly}sâneas Maciel) Respondo à questão de ordem de V.Exa, que, a rigor, não é uma questão de ordem. V.Exa chegou atrasado ...

O SR. DEPUTADO HÉLIO LEVY - Não, ~~xxx~~ Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado ~~Ly~~ ^{Ly}sâneas Maciel) ... e eu já havia dito aquê de início que nós ouviríamos não somente as pessoas hierarquicamente superiores aos representantes do CNP aqui presentes como ~~xxxxxxxxxxxx~~ iríamos solicitar ao Presidente do CNP que indicasse, diante dessas primeiras exposições que fossem feitas, a pessoa mais habilitada

no CNP a responder as perguntas. O roteiro, inclusive, também foi deli-
neado: nós ouviríamos, nesta fase preliminar, os representantes das pe-
quenas companhias e vamos também ouvir os sindicatos. Não falei dos
sindicatos na outra reunião que marquei porque agora, para surpresa minha,
contrariando um parecer unânime do Congresso Nacional, *foi* reconhe-
cido o sindicato — tirando da área do comércio para a área da
indústria. É a informação que estou tendo aqui agora

~~talvez aqui, agora,~~ porque foi uma decisão unânime do Congresso Nacional, através de suas Comissões técnicas, que distribuição de gás é comércio e não indústria, e apesar disso se formou um sindicato.

Estranho mais ainda, porque, na realidade, o Ministério do Trabalho tem pareceres os mais contundentes ^(a respeito) dessa tentativa, ^{era Ministro,} que se fez quando ^{o Sr.} se não me falha a memória, ~~era Ministro~~ Julio Barata. Apesar disso, também estou sendo informado de que a Comissão de Enquadramento Sindical superou esse problema.

Então, o roteiro é este. Estamos ouvindo, hoje, - conforme fiz no início da minha exposição, já na outra reunião, - nós acolhemos um grito de angústia de pequenas companhias que estavam sendo paulatinamente esmagadas. Esta, a realidade que constatamos. Constatamos, também, a existência de um ~~duping~~ duping. Constatamos também, inicialmente -- isso foi confirmado nos próprios relatórios que temos aqui do Conselho Nacional do Petróleo -- que o ambiente está no mínimo conturbado ou no máximo é objeto da ação de trustes, conforme salientou o Deputado Dias Menezes.

Esses fatos todos justificavam que a Comissão tomasse conhecimento dessas irregularidades. Portanto, o roteiro está ~~xxx~~ traçado e a sugestão de V.Exa. vem um pouco a destempo, porque foi traçado inclusive na reunião anterior que ouviriâmos, nesta fase preliminar, as pequenas companhias e alguns elementos do

Conselho Nacional do Petróleo, diretamente citado em vários documentos que temos aqui, conforme está exposto.

Aliás, devo retificar o Deputado Dias Menezes. O Dr Adyr ressaltou no princípio que as irregularidades eram cometidas por todas as companhias. Não foi ele que fez menção específica às pequenas companhias. Mas me permito dizer o seguinte: na próxima reunião, traremos aqui o sindicato. E o ^{AS}SOCIGÁS também, porque, muito embora, de acordo com o art.514 da C.L.T., a representação junto aos Poderes Públicos caiba às entidades sindicais, na realidade -- é fato sabido,xx e acho que os representantes do Conselho Nacional do Petróleo vão confirmar issó in totum - a ^{AS}SOCIGÁS continua exercendo sua influência, tanto é que quem assina -- estou errado? -- quem assina ainda atualmente esses protocolos, inclusive o que foi assinado segunda-feira aqui...

O SR - Peço, ilustre

Sr. Presidente, xx para dar esclarecimento. A dificuldade de organização em sindicato das empresas distribuidoras gerou o nascimento da ^{AS}SOCIGÁS.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Isso eu já expliquei aqui. Pergunto apenas quem está firmando, no momento, esses protocolos em nome do sindicato?

O SR - Ainda

é a ^{AS} SOCIEDADES, porque...

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) -

Mesmo depois da existência do Sindicato?

O SR - Exato, porque

ela....

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - E-

ra só este esclarecimento.

O SR - ...por-

que ela é referida na Resolução 1/61 como empresa que deverá pres-
tar alguns esclarecimentos ao Conselho Nacional do Petróleo.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - E-

xatamente, o que revela a necessidade..

O SR DEPUTADO HELIO LEVY (V) - Sr. Presidente,

insisto ~~na~~ então na apresentação dessa Resolução 1/61, porque a des-
conheço e não sei se os outros também.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) -

Apenas queria lembrar a sua terceira pergunta ^{levantada na questão de ordem} de

V.Exa. dizia respeito ao problema da Resolução 1/61. Falei que o ob-
jeto desta reunião seria discutir a 1/61 também, porque a legisla-
ção estava deformada, segundo o próprio ~~próprio~~ protocolo firmado pe-
rante o Conselho Nacional do Petróleo.

O SR DEPUTADO HELIO LEVY (V) - Podia apresentar,

então, a Resolução.

O SR PRESIDENTE (Deputado ^{Lysianeas} Maciel) - Eu posso, ^{É um} quanto a dispositivo de lei, ^{- se} se subentende que todo Deputado tenha acesso a ele. De qualquer forma, posso fornecer a V.Exa.

O SR DEPUTADO **HELIO LEVY** - Pela ordem, Sr. Presidente, não seria caso de mandar xerografar ou obter ~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~ ^{avulsos}, para serem distribuídos a cada Deputado?

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel)-Perfeitamente. Aliás, já há vários aqui. Esta reunião, eu esclareci, foi convocada também para estudar as deformações da legislação, especificamente, conforme consta da Ata, a Resolução 1/61. De maneira que a Presidência não ~~z~~ está exatamente respondendo à questão de ordem. Primeiro, porque legislação se subentende que todo Deputado tem acesso a ela; segundo, porque, na realidade, ela foi objeto da convocação específica para esta reunião.

Devo dizer ainda que sugeriria aos srs. membros do Conselho Nacional do Petróleo que ~~aquelas~~ ^{reservassem, quanto às} matérias que não fossem da sua específica competência, as respostas, para a próxima reunião. Acho, no entanto, que devemos aproveitar, hoje, para respondermos dentro da possibilidade dos representantes aqui presentes.

O SR DEPUTADO ~~XXXXXXXXXX~~ HELIO LEVY (X) - Sr. Presidente, por milagre chegou a Resolução 1/61. Poder-se-ia mandar xerografar para distribuí-la aos presentes?

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel)- Tenho a impressão de que já existe. ~~Alguém~~ ^{Alguém} mais deseja, além do Deputado Levy? Eou mandar distribuir rapidamente. Vamos continuar. Não interrompo esta reunião. Devo dizer que o roteiro foi traçado previamente e vai ser seguido de acordo com os planos preestabelecidos. Apenas o Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petró -

leo determinará, na próxima reunião, tendo em vista, já agora, assuntos específicos, quem deva responder às perguntas e às questões aqui suscitadas. V.Exa. pode continuar.

O SR DEPUTADO PAULINO CICERO - Pela ordem, Sr. Presidente, com assentimento do nobre Deputado Dias Menezes, eu que ria observar que, sendo os representantes do Conselho Nacional do Petróleo aqui presentes ligados à fiscalização e à execução da política ~~xxx~~ do Órgão, não seriam propriamente aqueles a quem se devesse endereçar ~~xx~~ perguntas que envolvessem juízo de valor sobre legislação. Acho que qualquer pergunta que avaliasse o teor da legislação atual se deve endereçar ao Presidente do Órgão.

Acredito, até, que ~~se nasce~~ ^{seria até motivo de uso} natural constrangimento para eles ~~ex~~ comentarem uma legislação que eles são obrigados a aplicar. Acho que o comportamento iria ~~VA~~ criar dificuldades. Por isso, em questão de ordem, sugiro a V.Exa. que ~~recomende~~ ^{recomende} aos nossos colegas se privarem de solicitar nas suas perguntas avaliação e juízo de valor sobre matéria de resolução, reservando-nos, em oportunidade posterior, o estudo desta questão.

O SR PRESIDENTE (Deputado ~~Lysâneas~~ ^{Lysâneas} Maciel)- Pois não. Eu prefiro adotar, eminente Deputado Paulino Cícero, o critério de que eles, pura e simplesmente, poderão se escusar e deferir a competência a outro Órgão. A matéria pode ser sutil à linha ~~na~~ en-

entre o que seja apreciação da legislação e fiscalização. Prefiro, então, que eles mesmos, com toda liberdade, digam: esta matéria não é da minha competência. Nós endereçaremos à autoridade competente.

Pode prosseguir, Deputado Dias Menezes.

O SR DEPUTADO DIAS MENEZES - Parece-me que o Dr. Molinaro quer fazer uma observação.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel)-Não, o Dr. Molinaro já tinha terminado a sua exposição. V.Sa. quer fazer algum adendo?

O SR LUIZ MOLINARO - Sim. Nós fomos avisados ~~xxx~~ ~~xxxx~~de que a reunião seria ontem e, depois, que a mesma tinha sido transferida para hoje, mas não recebemos qualquer pauta a respeito da matéria a ser...

porque ~~isso~~ pode ser sutil a linha entre o que seja apreciação da legislação, fiscalização ... Então profiro que eles mesmos, com toda a liberdade ... Essa matéria não é da ~~minha~~ ^{nostra} competência e nós então a endereçaríamos às autoridades competentes. Pode prosseguir, nobre Deputado Dias Menezes.

DEPUTADO

O SR DIAS MENEZES — Parece-me que o Dr. Molinaro queria ~~dizer~~ fazer uma observação.

O SR PRESIDENTE — Não, o Dr. Molinaro já tinha terminado a sua ligeira exposição.

O SR LUIZ MOLINARO — Apenas queria dizer que fomos avisados de que a reunião seria ontem e depois de que ela fora transferida para hoje. Entretanto, não recebemos qualquer ^{informação} ~~notícia~~ a respeito da matéria a ser discutida, ~~ou prestadas as informações a respeito.~~ ^{de certa maneira} Isto nos ap~~re-~~nhou ~~de certa~~ ~~de maneira~~ desprevenidos e as informações que estamos dando são aquelas no âmbito comum, ordinário do nosso conhecimento.

O SR DEPUTADO DIAS MENEZES — ^{Quanto a} uma observação feita pelo Dr. Molinaro a respeito da minha pergunta devo de imediato informar à Comissão que as grandes empresas são hoje 90, aproximadamente, e não seria portanto ~~isso~~ um exagero ~~que~~ que se procedesse a essa desvinculação, porque estaria exatamente na área ^{das} 90% ~~o~~ maior ~~que~~ número de botijões a serem remarcados — e aqui uma outra pergunta — pois seria fácil adotar uma fiscalização perfeita. ~~Obtida a desvinculação,~~ todos os bo-

tijões ~~vão a~~ ^{vão} ser carimbados com a sigla da PETROBRÁS, deixando de re-
 ceber, portanto, a marca direta do distribuidor. Isso já foi assunto de ~~um~~
 debate nesta Casa há dois anos. Inferia-se da necessidade de a PETROBRÁS
 assumir a marca universal dos botijões. Todos os botijões ~~de~~ seriam carim-
 bados com a sigla da PETROBRÁS. Então circulariam sob esta ~~marca~~ carac-
 terística, que possibilitaria, inclusive, maior fiscalização e a minimi-
 zação dessa guerra dos botijões: empresas grandes e pequenas, especial-
 mente estas, sendo autuadas ^{e multadas} a todo momento ~~e~~ porque em seus terminais
 são encontrados botijões, naturalmente ali colocados pelas grandes empre-
 sas, pelos representantes das grandes empresas. En passant, Sr. Presi-
 dente, constato também essa irregularidade de ser a ^{RS} SOCIGÁS quem dita
 as normas. É um dispositivo verdadeiramente poderoso — assumo a respon-
 sabilidade do que digo — uma associação altamente corruptora, que se
 vale de todos os meios imagináveis, através dos imensos recursos de
 que dispõe, para ~~promover no País inteiros~~

~~essa~~ massificação⁷² a opinião pública através de uma propaganda poderosa, faustosa, procurando fazer ~~e~~ com que uma imagem adremente preparada possa ser ~~usada~~^{oculto} no País em relação aos grandes produtores, porque ~~essa~~ ASSOCIADAS, com os recursos de que dispõe, atravessa o País em todas as latitudes, ~~com a uma mensagem de propaganda~~ — é até seria o caso de investigar-se se o custo do gás também em grande parte está à altura em que se encontra pelo desperdício ~~em~~ inclusive em propaganda que se observa nas grandes empresas. É uma poderosa rede a distribuir e a esbanjar recursos das empresas numa propaganda que não teria maior sentido, uma vez que o gás é uma necessidade de todos e cada um não precisaria ser induzido pela propaganda para comprar gás. Mas a pergunta que faço é exatamente essa sobre a atribuição pela PETROBRÁS de colocar sua sigla nos botijões, abolindo-se a marca dos distribuidores.

O SR. VIZ Molinaro — Com licença, Sr. Presidente. V.Exa. pergunta minha opinião a respeito?

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES — Quería saber como o Conselho Nacional do Petróleo ...

O SR. PRESIDENTE (Lysânias Maciel) — Quero informar a V.Sa. que está perfeitamente à vontade para entender ~~essa~~ essa pergunta ~~que~~ é da sua esfera de competência. ^{Em caso negativo,} nós a faríamos a quem o Presidente do ~~Conselho~~ Conselho Nacional do Petróleo indicaria para a próxima quarta-feira. Se está na sua esfera de competência V.Sa. responde, se

não está pode simplesmente dizer que não, por uma questão de brevidade.

O SR Ruiz Molinaro

— Sr. Presidente, posso

fazer uma observação sobre a minha resposta anterior ?

O SR PRESIDENTE (Lysâneas Maciel) — Estamos com problema de tempo e desejamos apenas saber se V.Ea. está habilitado ou não a responder a pergunta do nobre Deputado Dias Menezes. Se está, responde, se não ~~está~~ está nós deixaremos o assunto para a próxima reunião.

O SR Ruiz Molinaro

— Apenas quando me referi

à ^{AS} SOCIGÁS disse que ela continuava representando os distribuidores perante o Conselho Nacional do Petróleo porque ela está mencionada para fins específicos constantes do § 3º do Art. 23, da Resolução nº 63. Quanto à pergunta, a opinião que suponho seja do Conselho, no caso de ~~vir~~ ~~os botijões virem a ser desvinculados~~ dos distribuidores, é a de não considerar ^{requer} a inclusão nesses botijões da marca PETROBRÁS, porque esta empresa não é ~~distribuidora~~ distribuidora de gás.

O SR DEPUTADO DIAS MENEZES — Então a sigla do Conselho Nacional do Petróleo.

O SR Ruiz Molinaro

— Aí assim, está

certo. Digo está certo na hipótese de vir a ser adotado o critério.

O SR DEPUTADO DIAS MENEZES — ~~seria~~ Seria então melhor a sigla do Conselho Nacional do Petróleo. A outra pergunta, ainda em consequência desta, é que também há muita fraude em virtude de

os botijões não estarem eficazmente lacrados. Há um lacre plástico facilmente removível e ~~em~~ a provocar inclusive desperdício

S/

30/75

elza

5.5.75

1-C

27/1

~~facilmente removível e provocar inclusive desperdício~~
como vazamentos etc., e a provocar irregularidades tam-
bém. ^{esta} Seria ~~uma~~ outra providência que se lembra ao Con-
selho Nacional do Petróleo, ~~que~~ pudesse vir a ser ado-
tada.

Sr. Presidente, estou percebendo que usurpo o di-
reito dos meus colegas me estendendo desta maneira. Fen-
so que me esatendi em linhas gerais e e me reservo a no
vas interpelações quando também pudermos contar aqui
com os representantes de todas as categorias que possam
opinar na matéria e plenamente em condições de ~~XXXXXX~~ ^{poder}
esclarecer nossas dúvidas. De minha parte, Sr. Presidente,
sinto-me satisfeito e congratulo-me com V.Exa. pela o-
portunidade de reunir a Comissão de Minas e Energia pa-
ra um debate de tão grande importância. Insisto com V.
Exa. consultar a Casa sobre a conveniência da organiza-
ção de ~~uma~~ subcomissão específica para cuidar da maté-
ria a fim de que daqui, quem sabe, possa surgir uma per-
feita legislação em torno do gás.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - A su-
gestão de V. Exa. já tinha sido anotada. Apenas me re-
servaria para um debate mais prolongado somente com os
membros da Comissão a respeito da matéria: Peço a V. Exa.
que encaminhe as perguntas à Secretaria apenas para an-
tar aquelas que foram respondi~~das~~^{das} e aquelas que não o
foram a fim de que não haja repetição de perguntas já
respondidas hoje, na próxima reunião. V. Exa. terá de-
pois a devolução das perguntas para a próxima reunião.

Com a palavra o nobre Deputado Olivir Gabardo, do
Paraná.

O SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO - Sr. Presidente,
Srs. representantes do Conselho Nacional do Petróleo,
senhores representantes de companhias aqui presentes,
Srs. Deputado. Eu começaria dirigindo uma pergunta ao
Dr. Molinaro. Se é entendimento unânime no Conselho Na-
cional do Petróleo e de que este deve atuar no sentido
da defesa do consumidor em primeiro plano. Estranha-me
Sr. Presidente e Srs. Deputados, que sendo este o prin-
cípio ^e norma adota pelo Conselho Nacional de Petróleo
sabido é que a ^{AS} SOGIGAS representa quase que exclusiva-

mente os interesses das empresas distribuidoras de petróleo, que o Conselho Nacional do Petróleo avalize totalmente as decisões tomadas ~~ix~~ por aquela entidade. E até mesmo quando essa decisão não é tomada pela unanimidade daquelas empresas que formam a ^{AS} SOCIGÁS. Aqui foi declarado, não sei se pelo Dr. Molinaro ou Dr. Adyr Montenegro, que havia um acordo firmado entre as grandes e pela empresas, ou ~~ix~~ maioria dessas empresas, do qual não participaram as pequenas empresas e que esse acordo foi ~~XXXXXXXXXXXXXXX~~ avalizado

avaliado pelo Conselho Nacional do Petróleo. Tanto assim é que numa de suas fiscalizações para verificar as irregularidades existentes no setor de distribuição, comercialização e engarrafamento, foram classificadas as empresas que cometeram a mesma irregularidade em empresas que não cumpriram o acordo e empresas infratoras da Resolução 1/61. Por certo que estas, se o Conselho Nacional do Petróleo tiver que tomar uma decisão, uma penalidade maior deverá ser imposta às empresas que cometeram uma infração à Resolução. Estas seriam as pequenas empresas que não participaram daquele acordo. Aí vem a minha primeira estranheza em relação à atuação do Conselho Nacional do Petróleo com referência à ^{AS}SOCIGÁS. A segunda já foi praticamente abordada aqui, é com relação aos botijões. Parece-me que os botijões pertencem às empresas distribuidoras mas também pertencem aos consumidores. Os consumidores compram uma chamada cota, e a cota nada mais é, se não me falha a memória, que os botijões que passa a ser propriedade do consumidor e não da companhia distribuidora de gás. Eu gostaria de saber qual a opinião, dentro do Conselho Nacional do Pe

tróleo, em relação à pergunta que foi formulada pelo nobre Deputado Dias Menezes no sentido dessa padronização e quais os prejuízos que daí poderiam advir para o consumidor. Se é entendimento que o Conselho Nacional do Petróleo visa a atuar no sentido de favorecer o consumidor, eu gostaria de saber em relação ao consumidor e também em relação ao Conselho Nacional de Petróleo, deixando de lado os interesses que possam advir para as companhias. Esta é a segunda pergunta que eu gostaria de formular ao Dr. Molinaro.

O SR LUIZ MOLINARO - Em detalhe, a resposta, como eu disse, ela envolve custos operacionais, e isso representa aumento de preço do produto, e portanto aumentando o preço do produto há prejuízo para o consumidor, ou seja, a desvinculação do botijão da distribuidora representa aumento de custo operacional, e isso representa aumento de preço do GLP. Esse é um dos aspectos.

O SR DEPUTADO OLIVIER GABARDO - Eu não entendi bem o aumento. Por que ocorreria o aumento ?

O SR LUIZ MOLINARO - Do custo operacional ?

O SR DEPUTADO OLIVIER GABARDO - Sim.

O SR LUIZ MOLINARO - Simplesmente porque a entrega automática, ele tem endereço certo, apenas um detalhe em vários outros. Uma determinada rua tem 50 consumidores certos, vinculados àquela distribuidora. A entrega automática, ou seja, o caminhão vai saindo e atendendo aqueles consumidores nos dias marcados para isso. No momento que ...

O SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO - Então isso vem em favor da empresa distribuidora, não do consumidor, porque já não que está computado o preço na distribuição final, na entrega ao consumidor ?

O SR LUIZ MOLINARO - Já está computado, mas é diferente. Em vez de fazer uma viagem a um determinado local, eu posso vir a ter a contingência de fazer N viagens.

~~O SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO - Mas aí o senhor está respondendo em relação a~~

O SR DEPUTADO OLIVIER GABARDO ^{Mas ai} - ~~o~~ Sr.

está respondendo em relação à defesa do distribuidor.

O SR LUIZ MOLINARO -

Não, porque isto representa maior custo, Sr. Deputado. V.

Exa. há de entender que isto vai onerar ~~o~~ produto.

O SR DEPUTADO OLIVIER GABARDO - Mas se já está o preço computado.

O SR LUIZ MOLINARO -

Está o preço de um viagem, não de 10 viagens. Este é um aspecto. Outro aspecto é o do *sinistro*.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Um momento. Permitam-me intervir, para melhor encaminhar o debate. A pergunta do Deputado Olivier Gabardo

diz respeito ~~ao~~ ao seguinte: se o preço já está ^{computado} ~~computado~~ originalmente, por que acrescentar-se a esse um preço extra?

Como é que isto representa a defesa do consumidor? ^{Se este} preço vai para as companhias, ^{isto é uma} não ~~a~~ taxa, que vai para o CNP, ^{mas sim} ~~vai~~ para os distribuidores?

O SR LUIZ MOLINARO-

Um momento.

O SR PRESIDENTE (Dep. Lisâneas Maciel)

Acho que V. Exa. não está entendendo bem a pergunta.

O SR LUIZ MOLINARO -

Acho que não estou entendendo bem a pergunta.

O SR PRESIDENTE (Dep. Lysâneas Maciel) -

S. Exa. pergunta se já está computado o preço da entrega a domicílio, por que criar uma taxa extra.

O SR LUIZ MOLINARO -

O preço é feito em função - isto é matéria do Dr. Fantinati -
de balanços ^(- padrão) Está observado isto na exposição do Gal. São João
Algumas empresas entregam o que nós chamamos de ^{pool} ~~pool~~ de preços.
Através da avaliação de custos da empresa é que é montada a estrutura de preços. ^e Se ela é montada prevendo, apenas para ilustrar, uma viagem a um determinado lugar, e em função disto é montado o preço do gás, se, ao invés de fazer uma viagem, tivermos de fazer dez, evidentemente, o gás chegará ao consumidor mais caro. É o que quero dizer.

O SR PRESIDENTE (Dep. Lysâneas Maciel) -

Ficou ^{Sua} ~~resposta~~ ^{ou que, a} ~~em~~ rigor, o consumidor ficaria prejudicado?

O SR LUIZ MOLINARO -

O consumidor seria prejudicado.

O SR PRESIDENTE (Dep. Lysâneas Maciel)

Está respondido.

É verdade, porém, que esta estrutura de preço, vinculando o consumidor a uma entrega automática, tem já 14 ou 15 anos de vida. Foi feito este estudo de preços quando existia no País um milhão de consumidores. Hoje, quer-se manter ainda esta entrega automática, porque, em primeiro lugar, quer-se preservar, evidentemente, o vínculo do consumidor, e assegurar a uma companhia; às companhias que não são donas dos botijões porque os venderam aos consumidores. Nós somos somente donos dos botijões que usamos para rodízio. Então, primeiro, o consumidor é dono dos botijões. As companhias distribuidoras de gás não evoluíram no ~~tempo~~ ^{tempo na sua} entrega automática. Isto é demonstrado pelo fato de que, em todo o País, e principalmente em áreas onde não operam a ONOGAS Copagás, [?] ~~Prodindini~~ [?] ~~Vessas~~ pequenas companhias, as grandes companhias, para diminuir custos, criam postos de venda, ^{que} não chamam postos clandestinos, ^{Vejam,} para diminuir ~~preços~~ custos eles criam centenas de postos de venda. Por que? Posso dar ~~exemplos~~ exemplos que os Srs. Representantes do Conselho podem confirmar. No Rio Grande do Sul, na cidade de Rio Grande, existem centenas de postos de venda - e digo postos de venda porque lá, ^{onde} operam ainda somente as grandes companhias, não são chamados postos clandestinos. Estes postos de venda não são denunciados.

Estes postos de venda dão às companhias ^a maiores ^{rentabilidade} ~~possibilida-~~

~~desse~~ ^{melhor} atendimento ao consumidor. Querem manter a entrega automática, alegando que os custos dela estão na estrutura de preços., que se ela for eliminada vai ser onerado o consumidor. Porém é sabido e comprovado que se entrega mais gás nas entregas de emergência do que nas entregas automáticas. Nas entregas de emergência as companhias cobram ^{até} mais de cinco cruzeiros por botijão que entregam ao consumidor. O consumidor é hoje relegado a um ^{último} ~~segundo~~ plano, na legislação vigente.

Não tem direitos. Nós temos 15 milhões de consumidores no País, e a maioria deles, cerca de 70%, encontram-se na periferia das grandes cidades, nas bicoas, como disse o Deputado ^{das} ~~Meneses~~.

~~Esses consumidores não~~

_____/_____/_____ (

)_____/_____/197

sionários e que são fruto de uma "nexida" de consumidores, o que não se pode considerar nem aliciamento. O consumidor se abastece em qualquer lugar, quer no depósito mais próximo, ou num concessionário que é melhor presta o serviço. As ^{grandes} companhias, porém, escondem esses butijões por meses e isso efetivamente encarece os custos finais, até a chegada do gás ao consumidor. Afirmando e pretendendo comprovar que, se o consumidor é liberado e pode se abastecer em qualquer posto de venda regularmente autorizado, receberá o gás mais barato, porque as companhias não terão mais necessidade de fabricar ou mandar fabricar elevado número de butijões, para fazer frente, para substituir aqueles ~~que~~ que ficam parados. O butijão custa hoje cento e vinte cruzeiros nas fábricas. Vejam, Srs., que somente nos meses de janeiro e fevereiro deste ano foi efetuada uma destroca de butijões entre as grandes empresas e, me parece, esse ~~número~~ número supera aquele de seiscentos mil butijões que estavam parados. Quem é matemático poderá multiplicar por cento e vinte e vejam ~~quanto~~ quanto dinheiro estava sendo desperdiçado pelas ~~suas~~ próprias ~~suas~~ companhias. Ora, por que o custo do gás seria mais caro? É mais caro porque as grandes companhias usam essa artimanha. Primeiro, para ^{demonstrar maior} ~~o~~ custo ~~maior~~ ~~maior~~ e, segundo, para acabar com as pequenas companhias, já que prendem os poucos butijões que elas têm em circulação, impedindo-lhes de trabalhar. E, ainda, por que se elevava o custo do

_____/____/____ (

)____/____/197

gás ao consumidor, se temos uma ~~exu~~ curva de frete que é ir-
real? Temos distorções muito ~~grax~~ grandes nos custos de transfe-
rências, Quando a Resolução ^{1/61 é precisa?} ~~de~~ ~~grax~~ o custo de transferência,
^{naí praí não} ~~grax~~ nada mais, nada menos que o custo real do transporte que se
efetua de uma cidade ^{onde é} tabelada para outra ^{onde é} não tabelada. Temos, no
País, somente cerca de cento e cinquenta praças tabeladas e elas
deveriam e devem comandar para que seja estabelecido o preço do gás
na cidade próxima àquela onde é tabelado o gás. Verificamos que,
na curva de frete, as companhias pagam pelo transporte desses buti-
jões de uma cidade-base, para a ~~xxxxxxxxxxxx~~ vizinha, onde há um
~~EXX~~
concessionário, cerca de quinhentos cruzeiros. Na tabela de frete,
contudo, que é uma tabela associativa e que é homologada pelo Con-
selho Nacional do Petróleo sem discussão - se discute é porque des-
conhece efetivamente os fretes pagos pelas companhias - temos cida-
des onde as companhias pagam um cruzeiro para a transferência des-
se gás ...

~~a~~ homologa, porque se a

~~O Conselho Nacional de Petróleo desconhece efetivamente os fretes~~

~~que as companhias pagam. Repito: há cidades onde as companhias pa-~~

~~gam 1 cruzeiro para a transferência desse gás da cidade ^{base} baixa para~~

a cidade imediatamente ^{vizinha}. Entretanto, na lista de pre-

ço, o custo de transferência na tabela de frete - é frete, não pode

haver lucro - é de Cr\$ 2,00, Cr\$ 2,50, Cr\$ 3,00. ^{Então} ~~Ainda~~ esse preço é

irreal. Por que o Conselho Nacional do Petróleo não se preocupa - e

isso em defesa do consumidor - em conhecer realmente o custo de fre-

te que as companhias pagam para transferir esse gás? E depois tem

mais: a Resolução ¹¹/61 determina os pontos básicos, que são os lugares

onde se engarrafa ou onde se recebe o gás a granel, e os depósitos

das companhias, onde existe ^{em vasilhane} ~~vasilhado~~. ^{Então} ~~Quando~~ esse depósito onde exis-?

? te ^{em} ~~mais~~ ^{no} ~~vasilhado~~, também comanda o preço. E dou um exemplo. O nobre

Deputado ^{Dias} ~~Menezes~~ conhece a região. Temos cidades que dependem da ¹ ~~rua~~

de Paulínia. E temos Ourinhos, muito mais perto de Paulínia, que é

uma cidade como Assis. Muito bem, o gás vendido ao público em Ouri-

nhos é mais caro do que o vendido em Assis. Por quê? Será que é con-

veniência de alguém? O consumidor não é beneficiado. Depois temos

cidades como Bauru, onde existem depósitos de ^{vasilhane} ~~vasilhado~~ da companhia.

E o preço é tabelado em Bauru. Não se explica como, na cidade de Pi-

rajuí, que está a 50 km, o preço para o público chegue a ter quase

2 cruzeiros a mais por botijão, quando o custo de transferência de Bauru para Pirajuf é mais ou menos 50 centavos. Lá, naquela cidade, o consumidor paga mais caro naquilo que a lei permite que se pague.

(2) O SR. PRESIDENTE (^{Deputado} ~~Luís~~ Luís ~~Maciel~~) - Permito-me interromper o Sr. Diretor e Assessor, porque estávamos respondendo a uma pergunta específica do nobre Deputado Olivir Gabardo. Não quero restringir de forma alguma a liberdade que têm as pequenas companhias de exporem a matéria, muito ao contrário. Mas temos certo roteiro, e o Sr. está abordando outros assuntos não contidos na pergunta, aliás muito interessantes e que revelam fatos graves, como a artificialidade do preço e a sua homologação pelo Conselho Nacional do Petróleo. Mas, de qualquer forma, vamos fixar, dentro das respostas, as perguntas dos Srs. Deputados, para ordenação dos trabalhos apenas. V. Sa. terá oportunidade de intervir outras vezes. Não se trata de cercear, mas apenas de ordenar os trabalhos.

O SR. Luiz Molinaro - É o seguinte: não compete ao Conselho Nacional do Petróleo fixar fretes. Não é da nossa competência legal. ~~Os fretes não~~

~~o Conselho Nacional de Petróleo fixar fretes. Não é competência legal dele.~~ Os fretes não estão na área sujeita a nossa competência. Não fixamos fretes, como também não fixamos o preço do bo-
tijão, por exemplo, que é o continente do GIP.

O SR. Presidente (Deputado *Spíneno (Nacif)*) - Parece-me que V.Sa. não entendeu bem a ponderação do Diretor. Ele disse apenas que quando o Conselho homologa determinados preços...

O SR. Luiz Molinaro - Ele não homologa preços. É isso que quero dizer. O preço é livre. O preço do frete...

O SR. Presidente (Deputado *Spíneno (Nacif)*) - Um momento, devagar. O Conselho homologa o preço global do gás e nessa composição global está compreendido o transporte.

O SR. Luiz Molinaro - Não senhor. O Conselho dá o preço da base e diz que o preço de outra localidade será o da base mais o frete, mas não diz quanto é o frete. O frete não é fixado pelo GIP, que não tem competência legal para isso.

O SR. Presidente (Deputado *Spíneno (Nacif)*) - Quero apenas alertar que toda essa conferência, todo esse debate, toda essa palestra está sendo gravada e vai ser objeto de um livro que vai ser submetido à apreciação do Conselho Nacional de Petróleo, do Sr. Ministro *Shigeaki Ueki*. Então com os esclarecimentos prestados, pergunto a V.Sa. *Eva* se tem mais alguma pergunta a fazer.

O SR. DEPUTADO OLIVER CARVALHO - *Shigeaki Ueki* duas perguntas, se não for

se cada a oportunidade de falar. Eu deixarei o aspecto do preço de lado porque é um assunto bem amplo e há vários aspectos. Eu abordei apenas um. Gostaria de saber dos representantes do Conselho Nacional de Petróleo algumas perguntas que vou fazer resumidamente. O Conselho Nacional de Petróleo tem conhecimento de que o atendimento ao consumidor de Brasília é excepcional a todo o resto do Brasil? ^{Se em} Brasília o consumidor é bem atendido em relação ao resto do Brasil?

O SR Presidente (Deputado Lyôneas Maciel)

- Vou fazer por parte então? Sugiro a V.Exa. que aguarde a resposta. Talvez o Sr. Diretor de Abastecimento ou de fiscalização pudessem dar a resposta.

O SR DAVID SERASTIÃO PINTO - Apenas uma retificação, naturalmente para os Anais: não sou Diretor de Abastecimento...

O SR Presidente (Deputado Lyôneas Maciel)

perdôe-me.

O SR DAVID SERASTIÃO PINTO - Sou ^c chefe da Seção de Programação de Abastecimento, e no momento represento ^{ndo} naturalmente o nosso diretor.

Quanto ao abastecimento dos consumidores de Brasília, pelo que nós sabemos, ele está sendo feito nos mesmos moldes em que é feito em todo o país. As cotas para as empresas em Brasília e o atendimento dos consumidores de Brasília vêm sendo feitas nos mesmos moldes em que sempre é estabelecido para todo o país. Não existe uma regra especial para Brasília. O consumidor de Brasília deve receber o seu botijão de gás em sua casa pelo sistema automático dentro dos preços fixados pelo

Conselho Nacional de Petróleo para Brasília.

O SR. PEDRINO OLIVEIRA CARREDO - 2ª outra pergunta: se a fiscalização do Conselho Nacional de Petróleo tem conhecimento da destruição em grande quantidade de botijões de gás levada a efeito por pequenas ou grandes companhias, constituindo-se, no nosso entendimento, até mesmo um crime contra a economia nacional.

O SR. LUIZ KOLLBERG - Eu respondo dizendo que não tenho conhecimento de nenhum fato relativo a esta afirmação.

Deputado
O SR. OLIVEIRA CARREDO - ~~2ª outra pergunta seria~~

Márcia
 A ~~segunda~~ pergunta seria esta: ~~estando~~ : o Conselho Nacional de Petró-
 leos já concedeu apostilamento de extensão para companhias de sua área
 já delimitada para outra área, quando esta companhia já estava atuando
 nesta área, ou não ?

O SR LUIS ADILMARO - Fico em dificuldade para responder a
 esta questão. Tento a fazer o seguinte: não apenas na área do gás, mas
 em outras áreas, muitas das vezes certas atividades exigem uma espécie
 de atividade experimental. Isso ocorre às vezes na área de lubrifican-
 te. Na área do GLP o que rege a matéria é a Resolução 61, já citada,
 que obriga a uma série de quesitos, por exemplo, um estudo econômico
 do que pretende fazer na ~~área~~ ^{área}, das possibilidades de mercado da área,
 e uma série de outros quesitos que são nesses estudos que se fundamen-
 tam o CNP para autorizar a ~~extensão~~ ^{extensão} de atividade. Pra o que tinha a
 dizer a respeito.

Deputado
 O SR OLIVIER GUARDO - Agradeço, Sr. Presidente. Estou satisfai-
 to.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LISIAS NAS MACIEL) - Há uma ordem de
 inscrição, eminente *Deputado* ~~Deputado~~ ^{Deputado} Magalhães. Já estão inscritos os
 deputados Paulino Cícero, Anany Müller. Então depois será V. Exa. e de-
 pois, posteriormente, o deputado José Machado. *Deputado* Paulino Cí-
 cero com a palavra.

Devo dizer aos senhores deputados apenas por uma questão de
 ordem. Vai a votação dos deputados presentes. *Extinção*

O SR. DEPUTADO Adhemar Santillo - A informação que nos cabemos da Mesa é de que correria uma lista pela Secretária para se inscrever. Não fui informado de que teria que fazer a inscrição na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO LISIÂNAS MACIEL) - Devo dizer a V. Exa. que se não houver tempo hoje, nós faremos as mesmas perguntas, inclusive algumas serão repetidas, mesmo porque não foram respondidas por uma questão, ~~que~~ já foi amplamente debatido aqui, a questão da competência dos membros do Conselho. Todos os deputados terão a oportunidade de também na próxima reunião, aqueles que não tiveram tempo de fazer a pergunta hoje, poderão fazê-la na próxima vez.

Perdõe-me V. Exa. ~~isso~~ foi uma falha da Mesa. Realmente, percorreu-se uma lista, mas assinaram todos. Então percebi que ~~era~~ ^{que se pensou} apenas um registro de presença.

O SR. DEPUTADO ~~Adhemar Santillo~~ ^{Adhemar Santillo} - Pela ordem. O Deputado Olivir Gabardo fez uma pergunta ao componente da Comissão do Conselho Nacional de Petróleo e a resposta foi dada. Eu gostaria de fazer a mesma pergunta, inclusive para fornecer subsídios ao Conselho caso ele não tenha conhecimento do fato. Da maneira como foi dada a resposta, não parece que a ~~França~~ ^{ASSOCIAS} dá o mesmo ~~tratamento~~ ^{tratamento} aos usuários de Brasília daquela que ela fornece em todo o território nacional. Mas, contudo, não é esta a decisão.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO LISIÂNAS MACIEL) - Então eu deixo

mais um momento antes de lhe passar a palavra — mas é um
 esclarecimento à resposta que foi feita à pergunta do Deputado Olívio
 Cabardo. V.Exa. poder formular?

Albino Soutello

O SR. DEPUTADO ~~OLÍVIO CABARDO~~ pergunta já foi formulada
 e respondida. Ocorre que a ~~sessão~~ reunião extraordinária anterior
~~foi~~

reunida extraordinariamente no dia 21 de maio de 1974, ~~de~~ através da presença dos ~~seus~~ seus representantes aqui em Brasília, foi lavrada ata onde se vê o seguinte: "A sessão foi aberta às 14 horas e 40 minutos, sob a presidência do Coordenador Comercial Geral, Dr. George Longoni, que, após confirmar a presença de todas as congêneres operantes no Distrito ~~Federal~~ Federal e as apresentações feitas pelo Sr. Coordenador Comercial Regional, retomou a palavra e deu início à Ordem do Dia. Inicialmente, o Sr. Coordenador Comercial Geral esclareceu que havia chegado ao conhecimento da ^{As} SOCIGÁS matriz fatos, ocorridos em Brasília, que comprometiam seriamente a imagem das companhias junto ao CNP e aos órgãos governamentais. Observou que a reunião teria caráter genérico, sem acusações específicas ou individualização de ~~algumas~~ companhias, tratando-se, portanto, de uma reunião geral com a finalidade de enfatizar a importância de Brasília no contexto geral e a responsabilidade de cada gerente e diretoria em manter uma imagem adequada às necessidades da Capital da República. Frisou esta necessidade observando que aqui está o CNP. ~~Pequenos~~ Pequenos incidentes, que em outras praças são ~~solucionados~~ solucionados sem maiores transtornos, aqui adquirem conotações especiais, pois podem ~~ocorrer~~ ocorrer com funcionários do CNP, funcionários ~~do~~ do Ministério das Minas e Energia ou qualquer outra pessoa ~~ligada~~ diretamente ligada a autoridades que podem influen-

ciar diretamente na comercialização do gás liquefeito de petróleo.

Assim é que dá imagem que Brasília apresentar pode depender vantagens ou desvantagens do balanço geral de todas as companhias. Discorrendo sobre a qualidade do serviço que as companhias devem apresentar em Brasília, disse ser pensamento unânime das diretorias não considerar Brasília em termos de lucro. O atendimento deve ser o mais próximo possível da perfeição, sem preocupação com os custos, pois estão em jogo valores muito maiores do que o lucro que Brasília poderia apresentar." É o que decidiu a ^{AS} SOCIGÁS nessa reunião realizada em Brasília e que o componente da Comissão do Conselho Nacional de Petróleo, por certo, não teve conhecimento desta ^{decisão} ~~reunião~~ ^{AS} da SOCIGÁS, mas o que pode provar que, na verdade, o tratamento não é igual em todo o território nacional, dispensando um tratamento ~~especial~~ especial para Brasília porque aqui, conforme o coordenador ~~faz~~ fez questão de dizer, estão as autoridades ~~ligadas~~ ligadas diretamente ao assunto, o ~~Conselho~~ Conselho Nacional do Petróleo, integrantes do Ministério das Minas e Energia ou qualquer outra pessoa que possa influir para que o atendimento seja melhor. Então, tratando bem Brasília, o resto do País se dá um jeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Eu considero que o documento que V.Exa. acaba de ler é um documento relevante e ~~importante~~

grave, grave. Grave ~~px~~ porque revela a confissão de um estado de irregularidades que se pretende esconder do CNP. E eu tomo até a liberdade de, temos aí vários funcionários do CNP e eu não sei se têm ou não têm conhecimento. Pela resposta do Dr. Molinaro parece que não têm conhecimento, porque ele disse que o tratamento é igual em todas as praças ou do seu...

David Sebastião Pinto -

O SR. ~~DR. MOLINARO~~ - Eu gostaria de fazer um adendo. Naturalmente a resposta ^{ao} do Sr. Deputado ^{foi} a uma pergunta ~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~ sobre genérica. A explanação do colega foi uma explanação mais específica, acompanhada de um documento, de conhecimento

dele, de uma reunião da ^{AS} SOCIGÁS, Uma reunião no âmbito das empresas dis-
tribuidoras de gás. Eu respondi pelo Conselho Nacional do Petróleo, pe-
la divisão de abastecimento, ~~em~~ que o tratamento deve ser igual ~~em~~ em
todo o País. Uma decisão, um acordo tomado no âmbito particular das dis-
tribuidoras deve ser lançado à responsabilidade de quem ou daquelas que
são signatárias desse documento. Não é, vamos dizer, a política nem a
orientação que o Conselho Nacional do Petróleo dá, um tratamento dife-
rente a Brasília daquele que deve ser dado, por exemplo, ao consumidor
de Rondônia. Eu acho que o País é um só e a política do Conselho Nacio-
nal do Petróleo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado ^{Lysianeas} Maciel) - E a qualidade
do povo é uma só também.

David Sebastião Pinto
O SR. ~~QUIZ MOLENARO~~ - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado ^{Lysianeas} Maciel) - Eu entendi a
observação, mas de qualquer forma considero o documento um documento
grave, sério, porque o Deputado Dias ~~Menezes~~ Menezes levantou aqui u-
ma série de problemas que a esta altura há um documento aí a ~~provar~~
comprovar que, para encobrir irregularidades, então vamos tratar bem
os funcionários do Conselho. ~~Acho que~~ Acho que
em síntese o documento quer dizer isso.

~~O SR. QUIZ MOLENARO - Presidente apenas, Sr. Presidente...~~

O ~~SR. PRESIDENTE~~ (Deputado Lisâneas Maciel) - Então a Mesa acolhe o documento para servir parte do dossiê e, ao mesmo tempo, fica satisfeita, porque os funcionários do CNP tomam conhecimento de um documento que atesta, em primeiro lugar, a irregularidade e, em segundo lugar, que se procura encobrir essa irregularidade através de uma campanha de amaciamento aqui no âmbito do Distrito Federal. A Mesa acolhe o documento do Deputado ~~Saxx~~ ^{Alhemar} Santilo.

O SR. DEPUTADO OLIVIR GABARDO - Sr. Presidente, eu pediria complementar.
pela ordem. Sr. Presidente, só para ~~complementar~~

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - ~~Raxx~~ Pela ~~ordem~~ ordem, pois não.

O SR. DEPUTADO OLIVIR GABARDO - Quando eu formulei essas últimas perguntas eu disse que iria formulá-las secamente, sem quaisquer comentários, dado o tempo de outros. Mas com relação a esse assunto, eu devo esclarecer o seguinte: que já morei em outras cidades, Londrina, Curitiba, e quando necessitava de gás fora da entrega automática me era cobrada uma taxa extra. E isso não ocorreu em Brasília. Daí a minha estranheza, ~~por que~~ ^{por que} em Brasília não se cobra e nas outras praças se cobra? ~~Raxx~~ Foi essa a razão da minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - V.Exa. quer falar pela ordem também?

W.

O SR. Deputado Walber Guimarães - A indagação do Deputado Olivir já fico satisfeito, porque eu também não fui cobrado por essa taxa de emergência aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Pois não. Fica o registro de V.Exas.. Com a palavra o Deputado Paulino Cícero. E o documento V.Exa. queira encaminhar à Mesa para fazer parte do dossiê que será entregue ao Sr. Ministro das Minas e Energia e Presidente do Conselho Nacional do Petróleo.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Vou-me dispensar, Sr. Presidente, de formular as perguntas que havia alinhado, algumas delas encontraram respostas ^{n/} das indagações dos colegas. Eu apenas queria encarecer a V.Exa. a conveniência de convocar a esta comissão o Dr. Hilton Fantinatti, ~~ex~~ Diretor da Divisão de Auditoria e Preço do Conselho Nacional do Petróleo, que ~~de~~ resto já está anotado por V.Exa., e representantes da ^{Ac} SOCIGÁS. Acho que do trabalho desta ~~e~~ comissão poderá eventualmente nascer uma reformulação da legislação pertinente à distribuição do gás liquefeito de petróleo no País. E na medida em que a comissão deva dar um pronunciamento formal, acho que ela deve ter o maior número de informações possível. Por isto mesmo eu me reservo neste ~~momento~~ momento para fazer essas duas sugestões a V.Exa., essas duas ~~convocações~~ convocações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Deferido. Há um problema para esta comissão, antes que o Deputado Amaury Müller formule a sua pergunta, que é o seguinte: todos nós sabemos que a representação sindical no Brasil é deferida com exclusividade apenas, nós temos o sistema chamado da unidade e não da pluralidade sindical. ~~o sindicato brasileiro tem uma série de prerrogativas, tem até~~

E o sindicato brasileiro tem uma série de prerrogativas.

Tem até o poder~~xa~~ de império de ~~xxxix~~ legislar quando se trata

de falar em nome de todos aqueles que são ou não ^{associados} da Associação

do Sindicato, mas que integram a ~~xxxxxx~~ categoria. Tem até o

poder tributário através da contribuição sindical. Mas na reali-

dade temos uma associação e a lei veda que fale ^{em} em nome das di-

versas categorias econômicas ou associações ~~xxxx~~ profissionais,

entidades outras que não sejam ^{os} sindicatos. Então, não obstante

todo o evidente poderio da ^{ASSOCIAGS} ~~SOSIGAS~~, acho que esta Comissão vai

dirigir o convite ao sindicato ^{que,} Estou sendo informado agora, ^{que}

existe, porque a lei veda e até dá um caráter ~~sem~~ de ~~semicantini~~

clandestinidade daquelas associações que falam em nome da ~~xxx~~ categoria econô-

mica ou profissional sem ser sindicato. É uma peculiaridade

da lei brasileira.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Sr. PRESIDENTE, para elidir

essa dúvida sugiro que venham então representantes da ^{ASSOCIAGS} ~~SOSIGAS~~ e

do sindicato.

P.W.

O SR. PRESIDENTE (Deputado ~~Lysâneas~~ Maciel) - Minha dúvida é a seguinte: é que estaríamos homologando uma entidade que depois da formação do sindicato já perdeu seu caráter *legal* de representatividade.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Será o próprio CNP que aceita a ~~SOSIGAS~~ ^{ASSOCIIGAS} como parte interveniente na fixação do preço e outros ~~gax~~ lances de distribuição de petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado ~~Lysâneas~~ Maciel) - Isso não tira o caráter do art. 514 da CLT. Isso não tira a validade deste artigo porque prevê que a representatividade cabe ao sindicato e dá até um de caráter de ~~continuidade~~ ^{clandestinidade} a outras associações de caráter civil que falem em nome do sindicato. Portanto, o fato de o CNP estar dando esse tratamento ^{Associações é porque} a ~~SOSIGAS~~ ^{ASSOCIIGAS} não ~~existiu~~ existiu o sindicato. Isso não quer dizer que devemos também incorrer no mesmo erro ~~lg~~ legal. Podemos alterar a partir de agora e vamos convidar o sindicato, porque a ~~administração~~ ^{Associação} ...

O SR. LUIZ MOLINARO - Até então não ~~existiu~~ existiu o sindicato. por isso que aparece a associação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lyssãneas Maciel) - O Dr. Molinaro
 é ~~o~~ ex-Assistente Jurídico do Ministério do Trabalho e sabe que ^{há}
 um caráter de semiclandestinidade ^{dessas} das associações. Então o convi-
 te vai ser dirigido aos ~~os~~ sindicatos e ~~o~~ nada impede que a
^{ASSOCIAGÁS}
~~ASSOCIAGÁS~~ continue a exercer a sua influência através do sindicato.

O SR. DEPUTADO ^{JOSE MACHADO} ~~MARCOS TITO~~ - (Pela ordem) - Sr. Presidente,
 em adendo às palavras do Deputado Paulino ~~de~~ Cícero, queria le-
 vantando a seguinte questão de ordem: uma vez que a Mesa já ~~xxx~~
 acolheu e ^{recebeu} ~~reconheceu~~ o documento lido pelo nobre Deputado ~~Adhemar~~
 Adhemar Santilo, quero crer, Sr. Presidente, se este documento já
 está em mãos da Mesa e ele é firmado por essa associação, esta
 dever-se-ia fazer presente ainda que o seja para dar explicação
 com relação a esse documento, dada a ^{sua} ~~a~~ gravidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lyssãneas Maciel) - Então vou
 deferir apenas como ^{informante} ~~informação~~, mas para falar em nome dos dis-
 tribuidores de gás, o sindicato.

O SR. ^{Deputado} ~~MARCOS TITO~~ (Pela ordem) - Eu sugeriria

a V.Exa. que também convocasse a ^{ASSOCIAGÁS} ~~ASSOCIAGÁS~~ apesar da ilegalidade

da sua existência, em virtude de existir ~~em~~ um organismo ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado ~~Lysâneas~~ Maciel) - Não disse

que é ilegal? É ilegal para ter a representatividade junto aos órgãos públicos.

Deputado
O SR. Marcos Tito

- É exatamente

isso que estou dizendo. Para que essa entidade compareça a esta Comissão para que inclusive elimine essa participação ilegal e depure essa irregularidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysianeas Maciel) - Está deferido na condição de informante, não de representante legal desta categoria. Está deferido o requerimento do Deputado José Machado, agora com reforço do Deputado Marcos Tito. Com a palavra o Deputado Amaury Müller.

DEPUTADO

O SR. AMAURY MULLER - Sr. Presidente, Srs. membros do CNP, Srs. representantes de distribuidoras de gás do petróleo, Srs. Deputados, ~~axx~~ o demonstrativo das vendas de ~~gixx~~ GLP no ano de 74, distribuído há pouco aos parlamentares, revela um dado tão estarrecedor quanto a denúncia trazida a Plenário pelo Deputado Ademar Santilo. Verifica-se que ⁵⁷93% aproximadamente das vendas realizadas de GLP em 74 foram por seis grupos que presumo sejam ~~maxx~~ poderosíssimos. Indagaria então, com base nesses números, que julgo legítimos, se os ilustres membros do CNP poderiam esclarecer à Comissão se esses seis ~~gmxnx~~ grupos são predominantemente ~~naxx~~ nacionais ou o controle acionário é exercido por grupos internacionais.

O SR. LUIZ MOLINARO - Tanto quanto estou informado e evidentemente que a identificação de participação de grupos estrangeiros em empresas nacionais deve ser verificada na composição acionária . Mas, tanto quanto estou informado, a ULTRAGÁS, que teve uma participação do grupo, parece-me que ^{Petroleum} da Philips, se não me engano, já não tem mais ~~uma~~ essa participação. Hoje é empresa nacional. A SUPERGASBRÁS, que teve uma participação de grupo estrangeiro , ao tempo do Sr. ^{du} Lorence, que era o Presidente, também não é mais uma empresa estrangeira, parece que hoje é uma empresa nacional. A LIQUIGÁS, a HELIOGÁS e a PIBIGÁS, são empresas estrangeiras no sentido de terem participação de capital estrangeiro na sua composição. As demais empresas são nacionais.

OSR. Deputado Amaury Müller - Das seis maiores?

Luis Molinaro -

O SR. ~~DEPUTADO AMAURY MULLER~~ - Vou repetir novamente a

~~que~~ ULTRAGÁS consta ser nacional; a SUPERGASBRÁS consta ser

nacional. São duas grandes que têm uma participação no mercado.

A ULTRAGÁS 23%, SUPERGASBRÁS 19%; essas são duas grandes. A

LIQUIGAS, que é uma grande, é italiana, tem 22% do mercado. A

PIBIGÁS tem 5,62% do mercado; é italiano. Então, ~~o~~ LIQUIGÁS e

~~HELIOGÁS, que são do mesmo grupo italiano, têm 29,~~

e HELIOGAS, que são do mesmo grupo italiano, tem 29,58% do mercado. ULTRAGAS, gaúcha-paulista, que são do mesmo grupo, tem 24,80% do mercado e são consideradas nacionais. A SUPERGASBRAS também é considerada nacional, tem 19,58% do mercado; a PIBIGAS é estrangeira, tem 5,62% do mercado, é uma das pequenas e as demais são nacionais. Então, são 3 empresas que constam serem de grupos italianos: grupo LIQUIGAS-HELIOGAS, grupo PIBIGAS, constam ser italianas e os demais constam serem nacionais.

O SR. DEPUTADO AMAURY MULLER - A minha indagação, Sr. Presidente, tem sua razão de ser. A Câmara dos Deputados instalou recentemente uma CPI para apurar a infiltração do capital estrangeiro na economia brasileira. Como se verifica, pelo menos mais de 30% do gás liquefeito de petróleo distribuído no Brasil é feito através de empresas multinacionais. Então, eu sugeriria a V. Exa. que apresentasse ao ilustre Relator da CPI sobre as multinacionais, Deputado Herbert Levy, a sugestão de que também essa CPI investigue a presença de multinacionais na distribuição de gás liquefeito de petróleo. E teria uma segunda pergunta: segundo revela um dos representantes de empresas que operam na distribuição de GLP, haveria no Brasil 15 milhões de consumidores de gás liquefeito de petróleo. Eu perguntaria aos membros do CNP se poderia dar o número aproximado, não exato, do consumo médio mensal e do valor des-

se consumo, isto é, quantos botijões são consumidos em média por mês e qual o preço? E se esse dado de 15 milhões de consumidores também é verdadeiro?

O SR. David Sebastião Pinto

- Por nú-

meros levantados por nós no Conselho Nacional do Petróleo, relativo na turalmente às vendas realizadas em 1974

houve um consumo mensal de aproximadamente ~~entre~~ 160 mil toneladas, 150 a 160 mil por meses no país.

O SR. DEPUTADO AMAURY MÜLLER - Ao preço médio de quanto por tonelada?

O SR. DAVID SEBASTIÃO PINTO

(Quanto ao
- preço,

há uma variação por área. Eu, realmente, não trabalho com preço, o meu setor trabalha mais com quantidade. Não seria, naturalmente, eu a pessoa indicada a falar sobre preços. Existem vários preços estabelecidos em várias regiões do Brasil. Há uma diferença por área.

O SR. DEPUTADO AMAURY MÜLLER - Não é possível estabelecer um preço médio? porque esse preço médio é que vai facilitar a formulação da pergunta que quero fazer aos ilustres membros do CNP.

O SR. DAVID SEBASTIÃO PINTO - Confesso

ao senhor que não tenho a estrutura de preço aqui comigo, mas o preço médio é fixado em área onde há refinarias, onde há uma fonte de abastecimento direto. Parece que deve ser convocado o nosso Diretor de preços para vir aqui e ele, naturalmente, deve dar esclarecimentos a respeito do preço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Ele não está habilitado a responder essa parte, Deputado.

O SR. DAVID SEBASTIÃO PINTO - Eu, se es

tivesse ~~xxx~~ realmente aqui não teria nenhuma maldade em fornecer o preço porque ele é público e foi inclusive publicado em Diário Oficial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lyzâneas Maciel) - Parece-me que a preocupação do eminente Deputado Amaury Müller é saber o volume de dinheiro que está envolvido nisso.

O SR. DEPUTADO AMAURY MÜLLER - Eu vou ter que chegar lá.

O SR. ^{DAVID} SEBASTIÃO PINTO - Agora,

~~Parlamentar~~ aqui eu tenho um movimento mensal e o movimento do ano inteiro no país. Houve uma venda em 1974 da ordem de um milhão, 715 mil toneladas de gás. Houve um aumento de venda, em relação ao ano de 1973, de 6,95, ou seja, em torno de 7%. O mercado nacional aumentou 7%. Houve uma queda na faixa de incrementos. Não houve uma queda de consumo de 73 para 74. Houve uma queda na faixa de incrementos. O incremento de 72 para 73 foi da ordem de 16% e de 73 para 74 de 7%. Houve uma queda de incrementos. Eu, realmente, disponho de informações a respeito de quantidade, vários tipos de informações a respeito de quantidade, que estariam à disposição dos senhores dentro daquilo que me cabe esclarecer dentro das suas perguntas.

O SR. DEPUTADO AMAURY MÜLLER - Desde que, Sr. Presidente, não é possível esclarecer o preço de tonelada, a pergunta que eu gostaria de formular fica prejudicada. Então, eu me reserve o direi-

to de formulá-la quando algum membro do CNP aqui comparecendo generosamente possa responder a essa indagação inicial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Pois não, Deputado.

~~em~~ Estimo que o preço médio por quilo de gás, porque ele tem em tonelagem, deve estar no somatório, no Brasil, entre 2,50 a três cruzeiros o quilo.

O SR PRESIDENTE - (Deputado Lysâneas Maciel) - Então, com essa informação fornecida pelo Sr. Quinan, o Deputado Amaury Müller poderá confirmá-la, naturalmente, na próxima reunião, com a presença do Dr. Fantinatti. O Deputado Amaury Müller terminou? Ou se reserva para a próxima semana?

O SR DEPUTADO AMAURY MÜLLER - Sr. Presidente, eu teria muitas outras perguntas a formular, mas creio que, em face do adiantado da hora e da necessidade de outros colegas formularem suas indagações, eu passaria a palavra aos demais companheiros e aguardaria convite de V. Exa. para participar da próxima reunião, a fim de que eu possa ^(me) esclarecer e esclarecer à Casa a respeito desse assunto: preço médio, consumo e a consequência imediata desse problema. Muito obrigado a V. Exa.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Se me permitirem os Srs. Deputados, isso sem prejuízo dos diversos inscritos, como o Deputado José Machado e o Deputado Jutahy Magalhães, se suas perguntas versarão assuntos que fogem um pouco a competência dos presentes, nós fixaríamos, para terminar, o mais tardar, a 1 hora e 30 minutos, para não cansar demasiadamente os nossos convidados e também os Srs. Deputados. Então tem a palavra o Sr.

Deputado José Machado, sem prejuízo das demais perguntas. Permite-me, Deputado José Machado, o Deputado Jutahy Magalhães estava inscrito antes de V. Exa.

O SR DEPUTADO JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, são duas indagações apenas, baseadas na exposição feita aqui pelo Sr. Diretor da ONOGÁS. Eu perguntaria ao Sr. Representante do Conselho Nacional do Petróleo por que este acordo ratificou um acordo feito pelas grandes empresas e não houve permissão às pequenas empresas no sentido de assinar este acordo. Qual a razão que levou o Conselho Nacional de Petróleo a ratificar, sem aquiescência das pequenas empresas e elas não poderem participar deste acordo?

O SR LUIZ MOLINARO - Nobre Deputado, quero esclarecer que deste acordo participaram as pequenas empresas. Eu tenho aqui e posso citar para V. Exa.: Gaúcha de Gás, Sociedade Paulista de Gás, Sergipe Gás, Gasbel, Petrográs, Pibigás, que é uma pequena empresa . . .

DEPUTADO

O SR JUTAHY MAGALHÃES - Dr. Molinaro, permite uma explicação. ~~Aqui xxxxxx~~ Estou-me baseando na exposição de motivos que diz o seguinte: "As grandes distribuidoras, com base nas exposições que lemos, fizeram um acordo nacional, ratificado pela Socigás e aprovado pelo Conselho Nacional de Petróleo. As pequenas companhias Onogás, Prudentina, Copagás, Plenogás, Fugante

Para esta parte final é que eu chamo a atenção. zxxVxZxx

O DR LUIZ MOLINARO - O que eu posso informar a respeito
é que do acordo do qual tenho uma cópia, este ajuste prévio de 1º
de fevereiro de 1973, é isso a que V. Exa. se refere?

~~este ajuste prévio, que se encontra no Conselho Nacional de Petróleo~~
~~em nome de~~

O SR DEPUTADO JUTAHY MACALHÃES - Exatamente.

O DR LUIZ MOLINARO - Este ajuste prévio, assinado por várias distribuidoras, grandes e pequenas, foi submetido ao Conselho Nacional de Petróleo e homologado pelo Plenário, ^{como afirmou o} ~~depoimento da~~ ~~Ministério~~ têm representantes de todas os Ministérios. Os motivos da aceitação do acordo tal qual redigido, eu não ^{sei} conheço.

O SR DEPUTADO JUTAHY MACALHÃES - Eu pergunto se foi permitido ou não a essas pequenas empresas participar desse acordo por que aqui na exposição diz que não foi permitido.

O DR LUIZ MOLINARO - Eu posso informar a V. Exa. o seguinte: ~~em~~ algumas empresas ~~pequenas~~ requereram diretamente ao Conselho ~~o~~ seu ingresso no acordo. E este ingresso foi indeferido, ao que parece, sob o argumento de que, em se tratando de um acordo entre distribuidoras, o Conselho examinaria o que elas primeiro decidissem e não importaria às demais o ingresso de A ou B no acordo.

O SR DEPUTADO JUTAHY MAGALHÃES - Então ~~em~~ compreendo, pela explicação de V. Sa., que as pequenas empresas aqui ~~em~~ citadas não desejaram participar do acordo, enquanto aqui, na exposição, diz que não foi permitido.

O DR LUIZ MOLINARO - Eu não sei qual o posicionamento da Plenocão Furcata, da Onogás e da Copagás, que não participaram.

do acordo, qual a razão que elas tiveram para não ajustar com as demais, este acordo. Eu desconheço isso.

O SR DEPUTADO JUTAHY MAGALHÃES - Então eu passaria a pergunta ao Sr. representante da Onogás, se o Sr. Presidente permitir.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Tem a palavra, então, qualquer um dos Srs. representantes da Onogás.

O SR PRESIDENTE DA ONOGÁS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós requeremos, de acordo com a 1/61, ao Conselho Nacional do Petróleo, a pertencer ao referido ajuste. O Conselho Nacional do Petróleo ~~transferiu~~ ^{transferiu} a competência desse ajuste ~~maxxfixxxx~~ à firma Socigás. Ela, então, é que deveria decidir. E ela decidiu negativamente.

O SR DEPUTADO JUTAHY MAGALHÃES - Estão aí a explicação e o fato. Agora, Sr. Presidente, a última pergunta é também uma indagação feita na própria exposição.

~~O SR. PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL)~~ ^{O SR. PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL)} - Um momentinho, só para esclarecer. ^{quanto a} esse fato relatado pelo Presidente da Onogás, existe algo. ^{deferiu} O Presidente ~~deferiu~~ essa competência? Eu gostaria de ouvir também o Dr. Adir Santiago Montenegro sobre o problema.

O DR ADIR SANTIAGO MONTENEGRO - Eu poderia trazer, para a próxima reunião, o processo em que a matéria foi decidida e lá estarão, naturalmente, os motivos ~~da~~ da decisão, que, de memória,

é difícil lembrar. Parece-me que era aquilo que afirmei antes.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - O Dr. Adir tem, por acaso, esclarecimentos que possam esclarecer esta Casa mais completos que os do Dr. Molinaro?

O DR ADIR SANTIAGO MONTENEGRO - Pelo que me consta através da ata do Plenário, a Plenogás Fugante e a Copagás solicitam tirar autorização ao Conselho para integrar o ajuste prévio. E o Conselho indeferiu o pedido transferindo para a ~~Socigás~~ ^{Asocigás}, que elas pleiteassem, através da Socigás, a ~~Socigás~~ ^{inclusão} no ajuste.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) Podia V.Sa. precisar a época em que se deu isso?

O DR ADIR SANTIAGO MONTENEGRO - A ata do Plenário, se não me falha a memória, é do fim do ano ou princípio deste ano. De memória eu não sei.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) Princípio do ano? Poderia V. Sa. ~~xxxxxxxxxxxx~~ declinar a época em que foi criado o Sindicato?

~~ADIR SANTIAGO MONTENEGRO~~ ^{LUIS MOLINARO /} - Eu não tenho idéia.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) Algum dos Srs. do Conselho sabe a época?

~~Expondo que colônias de a sindicatos de Diar...~~

~~SR LIZANEAS MACIEL - não é uma coisa~~

~~SR ... a guarda dos Srs. do Conselho~~

da época?

O SR. ADIR SANTIAGO - Não me lembro.

O SR PRESIDENTE (LIZANEAS MACIEL) - O Deputado

JUTAHY

Magalhães pode prosseguir.

O SR DEPUTADO JUTAHY MAGALHÃES - A segunda indagação é a respeito do interesse do consumidor. Na exposição também está dito que a disposição de manutenção não está bem explicada e que a instalação é feita gratuitamente, mas a manutenção é cobrada fora do que está expresso no Artº 10 da Resolução 161. Qual a veracidade desta afirmativa feita na exposição?

O SR PRESIDENTE (LIZANEAS MACIEL) - Eu tenho a impressão de que o eminente Deputado está querendo detalhes. Ele não está querendo colocar em debates a afirmação do General ^{Magalhães} ~~de~~ Talvez queira saber como é que se processa.

MAGALHÃES -

O SR DEPUTADO JUTAHY ~~de~~ O General ~~faz~~ faz uma pergunta ~~EXEHNXX~~ e a passaremos ao representante do CNP.

O SR ADIR SANTIAGO - Eu gostaria de primeiro pedir desculpas por não ter entendido a pergunta.

O SR JUTAHY MAGALHÃES - Diz a exposição: "Cabe à distribuidora, nas instalações domésticas, assegurar a manutenção em perfeitas condições de segurança do conjunto técnico empregado". Esta disposição tem sido letra morta. A distribuidora vende o conjunto técnico, instala-o gratuitamente,

mas qualquer outro serviço solicitado após a instalação é cobrado do consumidor. Qual será, portanto, a extensão do termo "manutenção", expresso no Artº 10 da Resolução 161?

O SR ADIR SANTIAGO - Essa parte está mais ligada à área de fiscalização e eu não tenho realmente competência para responder.

LUIZ MCLINARO -
O SR ~~ADIR SANTIAGO~~ Eu também não tenho condições de informar.

DEPUTADO JOTAHY MAGALHÃES -
O SR - Muito obrigado. É só, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL) - O CNP não tem condições de responder no momento. Tão a palavra o Deputado José Machado.

DEPUTADO (também)
O SR JOSÉ MACHADO . Sr. Presidente, tinha uma série de perguntas a formular, não obstante ter chegado aqui depois de iniciadas os nossos trabalhos e não ter tido oportunidade de ouvir e acompanhar a palestra do General Gonçalo Paiva, da ONOGÁS. Mas, Sr. Presidente, a minha indagação se prenderá praticamente às manifestações que já foram feitas aqui. O ilustre representante do CNP, ao ser indagado pelo Deputado Amaury Müller sobre a participação do capital estrangeiro nas empresas que operam na distribuição de gás, usou a seguinte expressão: "empresas nacionais". Ora, de acordo com o Direito brasileiro, todas as empresas que se organizam no Brasil ~~empresas~~ são empresas nacionais. Então, é uma empresa nacional a ESSO Brasileira de Petróleo, a SHELL, porque são organizadas segundo o Direito brasileiro. Gostaria de saber se S. Sa. se refere à ~~uma~~ empresa nacional sob estes termos, isto é, empresa nacional na forma do Direito brasileiro, ou é empresa

XXXXXXXX nacional porque é formada de capital predominantemente nacional?

~~SR. DAVID SEBASTIÃO PINTO~~ —

Eu presto este esclarecimento repetindo a resposta anterior. Pelo que me consta, a ULTRAGÁS é uma empresa de capital nacional.

□□□□□

A LIQUIGÁS é uma empresa de capital italiano. A HELIOSGÁS é uma empresa de capital italiano. A SUPERGASBRÁS é uma empresa de capital nacional. A PIBIGÁS é uma empresa de capital italiano. ~~xxxx~~ As demais são empresas de capital nacional.

O SR JOSÉ MACHADO - Então, afirmativamente, Sr. Presidente, teríamos apenas três empresas que teriam participação de ~~xxxx~~ capital estrangeiro. As demais, segundo o nobre representante do Conselho, seriam de capitais nacionais. Mas, como temos que objetivamente conhecer a situação de cada uma delas para que esta Comissão, através de V. Exa., possa oferecer subsídios à Comissão de Inquérito que já está examinando a participação do capital estrangeiro no País, ~~pediríamos~~ ^{pediríamos}, por intermédio de V. Exa., que o CNP, que deve ter registrado essas empresas, forneça, se possível, a relação das pessoas jurídicas e as pessoas físicas que fazem parte dessas empresas. Se não for possível individualizar todas elas, pelo menos aquelas que dominam e o controle acionário dessas empresas. No caso das pessoas jurídicas que não nos remetam apenas o nome da pessoa jurídica x, mas também a constituição dessas pessoas jurídicas.

O SR PRESIDENTE (LIÂNNEAS MACIEL) O pedido de ~~xxxx~~ V. Exa. está deferido. Acrescento ao ~~se~~ seu pedido as ligações dessas empresas com outras multinacionais, face às sugestões dos Deputados Paulino Cícero e Amaury Muller a relação percentual do capital.

O SR JOSÉ MACHADO : Perfeito. A simples remessa desses dados nos permitirá saber desse relacionamento. Outra pergunta que julgo

~~Declarar esclarecer a que o ilustre representante~~

oportuno esclarecer é que o ilustre representante das empresas distribuidoras deu para nós, como dado válido, que no Brasil temos, aproximadamente, cerca de 15.000.000 de consumidores. Indagado pessoalmente, esclareceu ele que em média o consumo é da ordem de 10 kg , aproximadamente por cada consumidor. Ora, 15.000.000 multiplicado por 10.000 perfazem 150.000.000 de kg. Isto ao preço médio de R\$ Cr\$ 3,00 o kg ~~seria~~ daria aproximadamente 50.000.000 de dólares ou seja, 450.000.000 de cruzeiros. Sr. Presidente, sabemos que as empresas distribuidoras de gás, assim como as que distribuem gasolina e outros derivados do petróleo, tem um prazo para fazer o seu pagamento. ~~Elas~~ Elas cobram a vista, mas pagam com um prazo de 30 dias. De modo geral isto ocorre. Se não ocorre - parece que ~~se~~ houve uma surpresa por parte do representante do Conselho, gostaria de saber se é verdade que há um prazo para o pagamento. Assim como elas cobram à vista, elas pagam também à vista, ou tem um prazo de 30 dias para pagamento do gás liquefeito comprado?

?????

30/75

-

elza

6.5.75

1-X

46/1

~~Em razão de existir um sistema de faturamento de gás liquefeito~~

~~comercial~~

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO - Vou responder, embora seja da área de competência comercial da Petrobrás a maneira com que ela deva faturar o produto que ela produz e entrega às distribuidoras.

~~Consta que a Petrobrás~~ Consta que a Petrobrás dá um tipo de crédito. Estou falando evidentemente sem a convicção de ~~xxx~~ estar certo. É um assunto puramente comercial: Petrobrás é empresa distribuidora. Não conheço que o Conselho tenha imposto algum tipo de sistemática de faturamento.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Sr. Presidente, nos termos da Lei 2.004, compete à Petrobrás a execução do monopólio estatal de petróleo. Empresa organizada para esse fim. Mas compete por sua vez ao Conselho Nacional de Petróleo a fiscalização dos trabalhos dessa empresa, e nortear inclusive a própria política da Petrobrás. Data venis, estranho que a Petrobrás tenha um processo de comercialização que o Conselho Nacional de-

le não tenha notícias.

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO xxxxxx - Desculpe-me retificar. Eu não digo que o Conselho não tenha conhecimento. Estou tentando esclarecer aqui, para não transferir mais uma pergunta à área de competência que é puramente econômica e, data venia, deve ser dirigida ao Diretor do Conselho Nacional do Petróleo, Dr. Fantinati, S. Sa. naturalmente teria mais condições de responder perguntas de ordem econômica, que envolvam faturamento, estabelecimento de normas. Evidentemente, a Petrobrás manda e é aprovado todos os anos os seus balanços, seus planos. Tudo isso o Conselho Nacional do Petróleo analisa, embora não seja da nossa área de competência. Eu apenas quis aproveitar a oportunidade de dar um parecer muito pessoal daquilo que sei acontece. Não digo que oficialmente o Conselho desconheça. Deve conhecer, mas não no nosso âmbito. Quero apenas fazer uma retificação que a minha palavra, no caso, não é oficial do Conselho nem abalizada nesse aspecto. Certo, Sr. Deputado? Foi apenas no sentido de tentar levar a coisa para o lado que conhecemos.

Realmente a Petrobrás tem um sistema comercial que ela aplica. Pessoalmente desconheço qual o tipo de vantagem de faturamento que ela possa dar a determinadas empresas, ou a todas as empresas.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Eu sugiro então aos eminentes membros do Conselho e ao Sr. Deputado, que esse assunto seja novamente ventilado. De qualquer forma quero deixá-los perfeitamente à vontade. Não sendo perguntas de competência dos senhores, não há nenhum constrangimento em respondê-las. Pode-se simplesmente adiar para a próxima reunião. Isso é perfeitamente normal. O Conselho não está aqui como réu. Não está sendo julgado. Evidentemente cabe à Câmara dos Deputados fiscalizar as atividades do Executivo. Estaria perfeitamente dentro das nossas funções. Não é esse o problema. Estamos querendo aqui nos esclarecer. De maneira que eu preferiria que não respondessem "consta". De qualquer forma ficaríamos ainda em dúvida. Acho que seria preferível dizer que a resposta deveria ser dada por uma pessoa que tivesse um conhecimento mais categórico do problema.

É uma sugestão que eu faço aos ilustres representantes do CNP. *Ata*

V. Exa. pode continuar.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Sr. Presidente, também eu, como V. Exa., quero louvar o Conselho Nacional do Petróleo. Ao contrário do que possa parecer, a intenção desta Comissão é, ao final dos seus trabalhos, chegar à conclusão, que deve ser e de todos, de que o comportamento do Conselho Nacional do Petróleo foi o mais isento possível. Todos nós temos convicção a esse respeito. Como sabemos também que muitas vezes, por mais isento que seja, certas atuações, certas pressões acabam obtendo favorecimentos estranhos à direção do Conselho, mas muitas vezes dentro do próprio Conselho. São questões de comportamento.

Sr. Presidente, deixamos esta pergunta para quando tivermos realmente ^{um} dado objetivo.

Eu gostaria, por último, de indagar dos senhores representantes do Conselho quais são os critérios em que se baseia o Conselho para atribuição de cotas de gás liquefeito.

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO ~~XXXXXX~~ - Realmente ^{ca} essa pergunta ~~ca~~ posso responder. Atualmente, isso desde

1971, através de uma decisão tomada no âmbito da Comissão de Abastecimento de Gás, ^(que) é uma Comissão que funciona dentro do Conselho Nacional de Petróleo, com elementos do Conselho, da Petrobrás e das distribuidoras. Até 1971 o Conselho Nacional de Petróleo resimemente utilizava um método de cálculo de cotas que aparece na Resolução 1/61, art. 41 ou 42, em que são utilizados vários parâmetros, inclusive o número de consumidores que a empresa retém. Era feito um cálculo e nós fixávamos a cota por cálculo do Conselho Nacional do Petróleo. A partir de 1971 chegamos à conclusão, àquela época, ^(de) que esse cálculo não era o mais realista. Passamos a adotar o critério da empresa pedir o que precisa. Ela dizer o que precisa livremente para comercializar. Ela apresenta um pedido, que naquela época era trimestral e hoje é semestral, ^(isto é, para) um período de seis meses à frente hoje já conhecemos a necessidade que determinada empresa vai ter em determinada área no mês de setembro. A empresa passou a pedir o ^(de) que precisa. Naturalmente esse pedido é levado à Comissão de Abastecimento, que homologa o pedido como cota. Ao aceitar-

mos esse pedido, ele passa a ser a cota da empresa, passa a ser a obrigação que ela tem, inclusive ela responde comercialmente por esse pedido. Baseado nesses pedidos são feitos os planos de produção e até de importação, se for o caso. Há uma responsabilidade das distribuidoras, quando fazem suas previsões. Baseada nelas a Petrobrás produz, ou importa, se houver necessidade. Evidentemente, ^é um contrato de importação, que não pode ser rompido. ^{podemos} Não ~~xxxxx~~ simplesmente chegar ~~xxxx~~ perto da

~~faço uma declaração sobre o sistema de cotas da PETROBRÁS e dizer: não que~~
 remos mais, não precisamos mais ~~de~~ desse gás. Evidentemente há um
 compromisso ~~na~~ na hora em que é apresentado esse pedido. É um
 pedido oficial, um pedido comercial e homologado como cota. Nós acom
 panhamos. É verdade que há uma liberdade vigiada, mas a companhia
 pede, mas vem pedindo coerentemente, dentro de uma média de pedido
 racional de suas vendas. Esse critério, que inicialmente foi adotado
 no âmbito da Comissão de Abastecimento, que - vejam bem, senhores -
 está vinculada a uma Divisão do Conselho Nacional de Petróleo; não
 é o Conselho Nacional de Petróleo, é uma Comissão vinculada a uma
 Divisão. Foi adotado esse sistema numa Divisão e posteriormente, em
 1974, mercê dos bons resultados alcançados por esse sistema, o pró-
 prio Plenário do Conselho Nacional do Petróleo, aí sim, transformou
 numa lei maior, numa resolução do Conselho Nacional do Petróleo, es
 se critério. Esse critério que nós poderíamos chamar de doméstico,
 de uso da Comissão de Abastecimento, passou a vigorar numa resolução
 do Conselho Nacional do Petróleo, Resolução nº 4 de 1974, que inclu
 sive ~~que~~ revoga os dois artigos da 1/71, que mandava que nós calcu
 lássemos as cotas. O próprio Plenário do Conselho veio consagrar o
 sistema. Evidentemente eu precisava ^{-me} ~~que~~ alongar um pouco ~~mas~~ mais

para
 dizer por que esse sistema é bom. Pessoalmente eu acho que é
 bom. E *até que* ~~até que~~ naturalmente, *sem a revolução* ~~que~~ a sofrer modificação do Plená-

rio do Conselho ^{tem tempo / dele} ~~de hoje~~ Hoje é uma norma estatutária, a ser seguida, e que nós seguimos ~~na~~ na Divisão de Abastecimento, especialmente no meu setor. As empresas continuam apresentando seus pedidos, e esses pedidos são as cotas das empresas. Este é o sistema em vigor, implantado em definitivo em 1974 pelo Plenário do Conselho, através da Resolução 4/74. As Companhias apresentam os seus pedidos e nós homologamos esses pedidos como cotas. Eles passam a ser responsabilidade da empresa. Poderia haver aqueles que pudessem dizer que esses pedidos dariam uma liberdade, ou um sufoco, ~~as~~ vamos dizer, ~~o~~ que determinada empresa que tem - prefiro ~~dizer~~ não chamar de grande empresa - uma empresa, que tem maior participação no mercado do que outra, pudesse ter condições ~~de~~ de pedir um produto além de suas necessidades para, naturalmente, vir a sufocar uma empresa de menor participação no mercado. Não é verdade, porque o sistema é autocontrolado por dentro de um próprio ^{(faturamento} ~~autônomo~~ sistema de ~~controle~~ ^{de} ~~gestão~~ de conhecimento, feito pelo Conselho. ^{é um} ~~de~~ ~~faturamento~~ faturamento de conhecimento e eu eu posso afirmar ^{dele} que existe.

Posso afirmar que existe um sistema de faturamento de conhecimento do Conselho. As distribuidoras que fazem suas previsões pedem determinada quantidade de produto. Se esse pedido está além de sua capacidade de colocação no mercado, junto aos seus consumidores, se esse pedido foi feito no intuito de especulação, ou qualquer que seja, evidentemente essa empresa, no fim do mês, não terá condições de retirar esse ~~produto~~ ^{produto} da refinaria. E existe uma conta corrente: a PETROBRÁS fatura o produto que entregou no mês às distribuidoras, mas fatura também o produto que não entregou. E esta é a grande penalidade aplicada, para que as distribuidoras façam corretamente seus pedidos. Se pedirem mal, elas recebem o faturamento de um produto não retirado, ^{mas} que elas não têm em mãos para negociar. É um produto dela/que continua na refinaria. É um dinheiro que ela não pode reaver na colocação do mercado, porque ela continua com seus tanques cheios, pois recebeu o máximo que pediu no mês, não vendeu, houve uma sobra nesses pedidos, e a PETROBRÁS fatura esse saldo. Faturando esse saldo, a companhia tem um desencaixe muito violento no fim do mês. São saldos altos. Para se ter uma idéia, usando número de memória, parece-me que o saldo não recebido de fevereiro a março estava em torno de 16 mil toneladas de gás. Quer dizer: erro de previsão. Isso realmente abalou muito determinadas empresas, que teriam que ser faturadas. Evidentemente, elas se reuniram

junto à PETROBRÁS, que permitiu fosse feito naturalmente um ajuste nos pedidos, e muitos desses saldos foram cortados. Todas as empresas tiveram oportunidade de ajustar seus pedidos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Permita-me uma pequena interrupção, somente para saber se V. Sa. poderia nominar as companhias que deixaram saldo a retirar.

O SR. DAVID SEBASTIÃO PINTO - Esclareço que esses saldos oficialmente, hoje, não existem mais, porque foram ajustados vários pedidos. Houve permissão unânime da PETROBRÁS, que é a detentora dos saldos na parte comercial.

~~O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO~~ PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL) - ~~per~~ (V. Sa.) poderia nominar as empresas que tinham essas 16 mil toneladas, ou seja, as empresas que pediram quotas evidentemente excessivas para suas atividades comerciais e que, mais tarde, com permissão do Conselho, foram autorizadas a fazer um remanejamento do pedido?

O SR. DAVID SEBASTIÃO PINTO - Certo, naturalmente com permissão do setor mais envolvido no não faturamento do saldo, que é a própria PETROBRÁS. A PETROBRÁS, naturalmente no seu aspecto comercial, permitiu que as empresas fizessem um remanejamento em todos os seus pedidos. Devo citar também que essa permissão foi dada não só às distribuidoras de gás, mas também às distribuidoras de solventes, às distribuidoras de gasolina, a todas as distribuidoras do País, e

foi utilizada. Parece-me que o que fez com que a PETROBRÁS acedesse ao pedido das empresas para remanejar esses saldos foi uma oscilação abaixo das previsões, no próprio mercado brasileiro.

O SR. DEPUTADO

- Houve

recomendações de redução de preço.

O SR. DAVID SEBASTIÃO PINTO

- Houve inclusive

campanhas ~~em~~

de redução de consumo *de combustível.*

~~SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO~~

~~em campanhas nos 20 pontos de redução de consumo de combustível.~~

Houve uma queda violentíssima de consumo no primeiro trimestre.

Isto parece-me que foi o motivo principal porque foi permitida ^{um} ~~uma~~ *ajuste geral.*

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - V.Exa. permite-

me uma interrupção? É para dar concatenação à minha indagação e o desdobramento da sua resposta. Se válido o entendimento do ilustre representante de que esta forma de distribuição não permitiria às grandes companhias sufocar as pequenas, não menos válido também é que as pequenas, ainda que quizessem crescer, estariam impossibilitadas de fazê-lo. Elas só poderiam crescer na medida das suas possibilidades, aparentemente normais, porque quer-me parecer que, no setor de ~~da~~ distribuição de gasolina [✓] e a PETROBRÁS é o exemplo típico, ela começou tendo apenas a participação de menos de 10% e hoje tem uma participação de 30% na distribuição [✓]

^{essa} ~~da~~ distribuição ou esta compra de gasolina, no caso da PETROBRÁS [✓]

~~essa~~ de qualquer outra empresa distribuidora, se faz em razão do fortalecimento e do crescimento da empresa e da capacidade de estoques que ela tem. Então, qualquer empresa, ainda que pequena,

desde que consiga fazer estoques, ela pode obviamente fazer a solicitação.

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO - Ela é feita.

O pedido que a empresa faz não depende do seu tamanho, nem sua participação, ela faz um pedido livre.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - V.Sa. disse que ela tem autocontrole.

O SR DAVID SEBASTIÃO ~~COELHO~~ PINTO - Existe naturalmente um parâmetro de verificação visual. ^(Jss) Não quer dizer que ⁽⁵²⁾ a empresa vem vendendo, vamos dizer, duas mil toneladas, ela não tem o direito de, em um determinado mês à frente, pedir duas mil e quinhentas toneladas. ⁽⁶⁾ O que evidentemente argumentamos em determinadas situações é ~~que~~ se uma empresa ^{clarar o pedido} ~~custos~~ de um mês para outro.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Para melhor esclarecer a minha pergunta, acrescentaria: há, ~~existente~~ efetivamente livre concorrência entre as distribuidoras de gás?

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Um momento, dentro da sua pergunta eminente Deputado, o Deputado Olivir Gabardo fez uma pergunta que ainda está sem resposta. Depois vamos para esta segunda etapa. Quais foram as companhias que tiveram oportunidade de autorização no CNP para remanejar os pedidos da

WALTER PINTO

O SR DEPUTADO ~~OLIVIER GABARDO~~

- Sr. Presiden-

Oliver
te, queria acrescentar a indagação do Deputado *Gabardo*: se ele pode precisar o quantitativo em dinheiro que representou este remanejamento de cotas feito pela PETROBRÁS, em favor das distribuidoras, ~~em~~ cujos saldos não foram utilizados? Se ele pode estimar o quantitativo em dinheiro que isto significou.

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO

- Não é da minha

área de competência falar sobre o preço. ~~É o preço a pagar~~ *P* posso *apenas citar* ~~dar~~ os números e responder à pergunta em termos de quantidade.

O SR DEPUTADO OLIVIER GABARDO

- Não haveria

necessidade de preços, desde que fosse dado as companhias e as tonelagens ~~por~~ por companhias. *A* apenas isto.

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO

- Vou dar realmen-

te os números de saldo, mas é preciso

que se faça a devida análise - na hora de fazer análise dessas quantidades, se faça também a devida análise - da proporção de operação de ~~em~~ cada empresa ^{na} ~~na~~ distribuição nacional. Evidentemente duas mil toneladas para a ULTRAGÁS representa o termo de comparação com o número que ela distribui no país normalmente. É preciso haver uma proporção.

O SR ~~SEBASTIÃO~~ ^{PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL)} - V.Sa. não

devia estar preocupado com as conclusões, mas é necessário conseguir dados precisos, quais as companhias e quais as tonelagens?

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO - Tenho le-

vantado aqui por exemplo: ULTRAGÁS - 2283 ~~2283~~ toneladas

de saldo de fevereiro para março.

LIQUIGÁS -	3.129	"
SUPERGASBRÁS -	3.490	"
HELIOGÁS -	2.011	"
MINASGÁS -	410	"
BUTANO -	1.277	"
PIBIGÁS -	1.310	"
FOGANTE -	881	"
COPAGÁS -	50	"
PARAGÁS -	1.083	"
ONOGÁS -	63	"

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - V.Sa. está declinando todos os pedidos? A pergunta do Deputado é especificamente sobre aquelas que tiveram oportunidade de remanejamento do pedido.

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO - Todas tiveram, inclusive algumas que estavam devendo, porque também é o caso de dívida.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Quer dizer que V.Sa. está citando todas as que tiveram ~~oportunidade~~ oportunidade de remanejar?

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO - Todas as empresas do País.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Não, ~~que~~ que remanejaram aquele pedido todo em excesso.

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO - Todas as que tiveram oportunidade, ~~estas tiveram oportunidade~~. Estou citando o saldo de todas. Evidentemente algumas até aumentaram.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Permita-me V.Sa. , a pergunta é muito clara e precisa: é saber quais as empresas ~~que~~ que fizeram excesso de pedido, podemos dizer que quase assinaram uma cambial de reponsabilidade quanto ao pedido. Então, quais foram as empresas que foram beneficiadas por este remanejamento, ~~que~~ ^{que} fizeram pedido em excesso e que foram beneficiadas com este remanejamento junto à PETROBRÁS.

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO - Desconheço o saldo atual. Conheço o saldo na época em que foi pedido o remanejamento.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - V.Sa. não sabe quais as empresas que foram beneficiadas?

O SR DAVID SEBASTIÃO - Elas tiveram liberdade inclusive de manter o saldo se quisessem.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Isto é outra coisa. A pergunta deixe-me fixar é: quais as empresas que foram beneficiadas pelo m remanejamento?

O SR DAVID SEBASTIÃO - Não sei responder. Sei os saldos que existiam antes dos pedidos de remanejamento.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Então, esse(s) pedidos são os de excesso, ou são os pedidos normais, esta tonelagem que V.Sa. mostrou?

O SR DAVID SEBASTIÃO - É ^(a) quantidade que as empresas ~~retiraram~~ ^{não retiraram} no mês de fevereiro.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - V.Sa. poderia depois nos encaminhar esta documentação?

O SR DAVID SEBASTIÃO - Pois não.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Deputado Olivir Gabardo, parece que a pergunta não tem resposta. Ele não sabe quais as empresas.

O SR DEPUTADO Olivir Gabardo) - Gostaria de saber o remanejamento e quais as que foram beneficiadas. Ele não pode informar porque a PETROBRÁS foi quem decidiu isto.

O SR DAVID SEBASTIÃO - Exatamente. Isto foi feito junto à PETROBRÁS. E as companhias tiveram oportunidade de mandarem seus pedidos no mês de março de tal maneira que observaram este saldo de fevereiro.

~~Conta corrente de...~~ Existe uma conta corrente. ~~Existe~~ Existe um acréscimo ou diminuição. Temos até uma empresa que, no mês de fevereiro, fechou com saldo de 1.050 toneladas de saldo negativo. Tinha uma previsão tão mal feita para atender os consumidores que nos vimos obrigados a adiantar o produto, por conta de pedidos futuros. Então, também houve uma inversão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Apenas para que conste dos nossos Anais: que empresa é essa que teve um saldo negativo?

O SR. DAVID SEBASTIÃO ^{PINTO} - É uma pequena empresa, que opera sozinha no Estado do Amazonas e que se chama FOGÁS. Acredito que esse problema aqui é puramente, talvez, de erro da própria estrutura. É uma empresa muito pequena. Ela opera sozinha no Estado do Amazonas. Não tem concorrência nenhuma lá, ~~concorrença~~ e o intuito de não deixar... Porque, se nós fôssemos atender na nossa programação, realmente, o pedido, evidentemente alguns consumidores da área dela teriam ficado sem o produto. Esse adiantamento foi para atender realmente a consumidores dela, porque ela não tem concorrência na área. Não seria produto para vender a consumidores provavelmente de outra empresa. Ela opera sozinha lá. Foi produto para atender realmente consumidores dela. Ela apenas tinha um erro no pedido e foi feito o adiantamento, que agora deu essa oportunidade; ela ajustou o pedi-

do e pagou esse saldo aqui. É uma empresa que opera numa área sem concorrência. Não há concorrência para essa empresa.

JOSÉ MACHADO

O SR. DEPUTADO ~~OSVALDO SILVA~~ - Sr. Presidente, a minha indagação, para esclarecer de uma forma definitiva a pergunta que fizemos, poderia sintetizar-se no seguinte: se a liberdade de concorrência que há no setor de distribuição de petróleo, de gasolina, é a mesma ou do mesmo porte que existe na distribuição de gás.

PINTO

O SR. DAVID SEBASTIÃO - As estruturas são diferentes. No gás existe o chamado vínculo ao consumidor. A concorrência é no mercado a conquistar, e não no mercado conquistado. Na gasolina, todos nós sabemos, o consumidor compra o produto da empresa que bem quiser. No gás, pela legislação em vigor - Resolução 61 - o consumidor está vinculado à empresa que ele escolheu, quando pretendeu passar a usar o GLP. Ele se vinculou a uma empresa e, a partir daquele momento, ela passa a ser atendido só por aquela empresa. A concorrência que existe no ~~mercado~~ ^{campo} de GLP parece-me que é no mercado a ser conquistado. Eu não sei se estou sendo muito claro ou não, ~~mas claro~~.

JOSÉ MACHADO

O SR. DEPUTADO ~~OSVALDO SILVA~~. Estou satisfeito com essa pergunta, porque inclusive a resposta já está registrada. Apenas como adendo: ~~existe~~ o Conselho pode informar se existe algum intercâmbio, algum relacionamento, alguma participação direta das empresas, junta às casas comerciais que operam no setor de eletrodos domésticos, notadamente de fogões, por exemplo? ^P porque, em verdade,

~~Porque a empresa~~ quem acaba escolhendo a empresa que ser
 virá o gás em sua casa é a firma comercial que vende o fogão.
 Ela já vende o fogão com dois botijões. Esses botijões são
 dessa ou daquela empresa.

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO --

A Resolução ⁽⁴⁰⁾ 61 proíbe a vinculação da compra do aparelho de
 queima à compra do botijão. A Resolução ⁽²¹²⁾ 61 diz isso expres
 samente. Não sei dizer em que artigo, mas diz, expressamen
 te, que não se pode ser vinculada a compra do botijão ao apa
 x
 relho de queima. O consumidor pode, simplesmente, comprar o
 fogão e não querer comprar o conjunto técnico e nem se vin
 cular a determinada empresa. É o que diz a Resolução. E é o
 que posso responder.

O SR DEPUTADO JOSÉ ACHADO - Mas, na
 prática, isso ocorre?

O SR DAVID SEBASTIÃO -- Não

sei responder. A Resolução diz que não há vínculo entre o aparelho de queima e o conjunto técnico.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Sr.

Presidente, eu estou satisfeito.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Mar-

ciel) -- Eu só queria dizer aos Srs. Deputados que tínhamos *fixado*

até
~~até~~ *até* uma hora e meia -- até por uma questão de exi-

gência física, estômecal -- o término para nossos trabalhos.

Eu pediria mesmo, até por uma questão de aproveitamento maior,

se os Srs. Deputados ainda inscritos podem ~~se~~ reservar suas

perguntas para a próxima reunião, ou se elas são inadiáveis?

DEPUTADO
O SR/VALTER SILVA -- Sr. Presidente, mi

nha perguntas, que são muitas, eu poderia deixar para outra

oportunidade. Mas há duas coisas que eu queria aproveitar a

palavrado representante do CNP, quando ele disse, por exemplo,

que o consumidor, uma vez escolhida a distribuidora, fica vin-

lado a ela. Quero saber qual a razão principal que o Conselho Nacional do Petróleo estipula assim, ou determina que fique vinculado. Qual seria a razão ?

O SR ~~DEPUTADO WALTER SILVA~~ -- Anteriormente, eu já falei que o assunto é de extrema complexidade. O sistema atual foi criado em 1961 e vem dando excelentes resultados. A resposta a essa pergunta implica em profundos estudos sobre o comportamento dos custos operacionais das empresas, entre outras coisas.

O SR DEPUTADO WALTER SILVA -- Mas há alguma razão de ordem legal, jurídica ?

O SR --
 Sim. Há uma norma do Conselho em vigor.

O SR DEPUTADO WALTER SILVA -- Mas não baseada em uma disposição legal, em uma lei?

OSR -- Bem,

o Conselho tem competência normativa

O SR DEPUTADO VALTER SILVA -- E baixas resoluções ?

O SR ---

Exatamente. Quando ele baixa uma resolução ela é a lei que rege o comportamento das empresas naquela particular.

O SR DEPUTADO VALTER SILVA -- Uma outra pergunta, Sr. Presidente. O representante do CNP disse, há pouco, que uma dessas empresas tem o mercado do Amazonas quase que com exclusividade. Quais são os outros Estados que também têm seu abastecimento com a distribuição do gás feita por uma empresa só ?

O SR DAVID SEBASTIÃO -- Pará, Fortaleza.

Permita-me não usar a memória, mas consultar aqui. Em Manaus, existem duas empresas, mas pertencem ao mesmo grupo econômico.

Então, consideramos como sendo uma só. No Pará existe a PARAGÁS.

No Maranhão , existe a Norte-gás-butano.

No ~~Paraná~~ ^{Nortegás - Butano.}, existem a ~~Nortegás - Butano~~ No Rio Grande do Nor
 te também a ~~Nortegás - Butano~~ ^{Nortegás - Butano.} Daí para o Sul o mercado tem
 mais empresas na mesma área. Na Paraíba há a Nortegás-Butano
 e a PIBIGÁS. Já existem aí duas empresas diferentes. Podemos
 notar que da Paraíba para cima todos os Estados têm somente
 uma empresa funcionando. Evidentemente, a Resolução 61 tam-
 bém diz que essas empresas não têm o privilégio de estar so-
 zinhas por lá. O que acontece é que não nos foi apresenta -
 da -- e nem eu conheço -- a disposição de nenhuma empresa ^{em}
 instalar ^{-se} nessas áreas, além dessas. O Conselho, natural-
 mente, analisará o pedido de qualquer empresa que solicite pa-
 ra operar nessas áreas em que essas empresas estão sozinhas.
 Elas estão sozinhas não por imposição do Conselho, mas simples-
 mete por falta de candidatos.

O SR DEPUTADO VALTER SILVA -- Pois não.

Para concluir, Sr. Presidente, eu só faria mais uma indagação.

Nos cálculos que fizemos aqui, com relação ao saldo dos pedidos que seriam faturados pela PETROBRAS, ^{resultou} ~~em~~ uma quantia de 26 milhões 566, 40. ^{V.S.} ~~os~~ poderia confirmar esses números?

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO --

Posso confirmar o saldo. O preço não. Isso aí, naturalmente, teria que ser...

O SR DEPUTADO VALTER SILVA -- Esses cálculos eu os fiz exatamente tomando por base ~~os~~ ^{as} aquelas outras...

O SR DAVID SEBASTIÃO PINTO --

Confesso ^{a V. Exa.} ~~que~~ que não sei o preço. A questão do preço eu não ^{conheço}.

O SR DEPUTADO VALTER SILVA -- Muito obrigado, ~~obrigado~~.

O SR PRESIDENTE (~~de~~ ^{da} Comissão Nacional de Linhas Aéreas) Pela ordem, estão inscrito o Deputado Walber Guimaraes. Eu faria um apelo a S. Exa. ^{que} ~~que~~ não considero inadiável,

porque teremos aqui, na próxima sessão, a presença também não apenas das novas pessoas, que serão convidadas a depor, mas *também* ~~os atuais~~ ^{os atuais} dos atuais. Tenho a impressão ^(de) que o Conselho Nacional de Petróleo talvez considerará necessário que os mesmos elementos que hoje prestaram sua colaboração também estejam presentes aqui na próxima reunião, não obstante esse castigo quanto ao almoço. V. Exa. quer fazer sua indagação hoje mesmo, ou se reserva para depois?

O SR DEPUTADO WALBER GUIMARAES -- (FORA

não estará presente
 DO MICROFONE) -- Possivelmente ~~estará presente~~ na próxima reunião. *Em virtude do* ~~horário~~ adiantado da hora

e dada a possível oportunidade de responder a quatro indagações, *(pediria a V. Exa.)* que fizesse por mim as interpelações na próxima reunião

aos Srs. Representantes. Primeiro, *sendo* ~~adquirido~~ o gás liquefeito de petróleo tabelado e estando o conjunto técnico, dois botijões e acessórios, diretamente ligados à venda de gás ao

consumidor, pode a distribuidora vender esse conjunto técnico abaixo do custo? Essa é a primeira indagação. Se uma o fizer, haverá punição? A terceira indagação, Sr. Presidente: a venda do conjunto técnico abaixo do custo é ou não aliciamento direto? Se não representa pressão do poder econômico contra as pequenas distribuidoras? E a última pergunta, que acho a mais importante, em face de um documento em meu poder. Se os informantes podem dizer quem é o Sr. José Mariano de Camargo Aranha Neto.

~~eram essas as indagações que~~
tu tinha a fazer, principalmente esta última, dado um relatório assinado por este senhor, em que ele fala sobre aspectos comerciais e sobre a concorrência desleal realizada aqui em Brasília.

O SR PRESIDENTE (Deputado Ligânea Maciel) - Foi
não. ~~Defiro o pedido de~~ *(sobretudo porque)* *(as perguntas)*
~~V.Exa.~~ V.Exa., ~~o~~ concordou muito gentilmente em adiar

para a próxima reunião, ~~inclusive~~ inclusive algumas dessas perguntas podem estar fora da esfera de competência. Essas perguntas já foram devidamente anotadas. Creio que o Dr. Molinaro é homem de boa memória, como também os demais componentes. Então, vamos deixar as respostas para a próxima reunião. Eu perguntaria ao Deputado ~~xxx~~ Adhemar Santilo se ele queria levantar alguma Questão de Ordem.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILO - Sr. Presidente, V.Exa. *(faz)*
com que a Questão de Ordem se tornasse desnecessária, quando afirmou que os representantes das chamadas pequenas empresas estarão presentes na próxima reunião.

O SR PRESIDENTE (Deputado Ligânea Maciel) - Estão convidados, desde já, para voltarem aqui. Quero agradecer a todos os presentes do Conselho Nacional do Petróleo, que tão gentilmente acederam estar aqui presentes, e ao Assessor do Ministro, que providenciou em termos rápidos essa presença, já que essa reunião ia ~~ta~~ tinha sido convocada anteriormente, mas foi adiada por motivos de

~~xxxx~~

força maior, inclusive de nosso contato com o Ministro Shigeaki Muzki Ueki na tarde de ontem e também aos representantes das pequenas companhias, que estão numa posição realmente difícil nesta luta. Mas quero dizer que a Câmara dos Deputados está muito sensível; talvez por uma ~~própria~~ ^{própria} declaração do ~~próprio~~ Presidente Geisel, quando perguntou, no seu discurso inicial, se as multinacionais são feitas para o bem ou para o mal do País. Nesta luta também há uma preocupação da própria Presidência da República quanto ao verdadeiro papel das multinacionais. V.Exas. não estão a rigor sozinho's e não significa que também o papel das pequenas companhias não possa ser objeto de uma apreciação cáustica, rigorosa, crítica, por parte desta Comissão, também nas eventuais irregularidades que os senhores possam ter cometido, conforme foi salientado por alguns membros do CNP. De qualquer forma, percebe-se que o assunto é relevante e grave e vários documentos sérios foram anexados aqui e os representantes do CNP naturalmente tomaram boa nota disso, inclusive o representante do Sr. Ministro, no sentido de que possamos talvez lançar um jato de luz, de ar fresco num problema ^{que} realmente está preocupando, atingindo 15 milhões de pessoas ou mais.

O SR DEPUTADO JOSÉ AMARAL - Pela ordem. Um colega nosso se prontificou em transferir a V.Exa. as indagações que eram de seu interesse formular hoje e salientou mesmo que, na próxima reu-

nião, talvez não ~~devesse~~ ^{quisesse} estar aqui presente. Eu gostaria ^{de} que V.Exa. consultasse o nobre colega se aquele documento que ele tem em mãos e que considera altamente válido, sério e grave, como disse, se também poderia ser entregue uma cópia dele a V.Exa.

O SR ~~VALBER~~ ^{VÁLBER} GUIMARAES - ... (fora do microfone)

(Deputado)
O SR PRESIDENTE ~~Valber~~ ^{Elisãneas Maciel}) - Estou fazendo um convite e ~~estamos~~ estamos mantendo ~~o~~

SEM REVISÃO FINAL

30/75 - 10.10.75 - 2J - 56/1

um relacionamento informal, aliás muito agradável, com o Ministério das Minas e Energia. Acho que não haverá dificuldade nenhuma do representante do Ministro fazer chegar ao Presidente do CNP, além daquelas pessoas especificamente convidadas, ^(que) os ilustres representantes do CNP também se ~~se~~ façam presentes na próxima reunião.

O SR VALBER GUIMARAES - Dado o adiantado da hora, eu gostaria de fazer algumas perguntas, mas poderia tomar muito tempo, então ficará para a próxima oportunidade.

O SR PRESIDENTE (Deputado Liçâneas Maciel) - Pois não. Agradeço a V.Exa.

O SR VALBER GUIMARAES - Quero antecipadamente congratular-me com o General pelo expediente que trouxe à Casa, que é muito sério, e naturalmente vai ter todo o cuidado da Comissão de Minas e Energia, pela pessoa de nosso digno Presidente, Deputado Liçâneas Maciel.

O SR PRESIDENTE (Deputado Liçâneas Maciel) - Sem dúvida nenhuma. Então, agradeço a todos os presentes a paciência que tiveram ^(em ouvir) ~~em~~ assunto relevante e declaro encerrada a sessão.

SEM REVISÃO FINAL

Anexo Z3

Nota Taquigráfica da Reunião nº 35 da Comissão de Minas e Energia da
Câmara dos Deputados, 1975

207

4

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação Coordenação de Registro Taquigráfico de Debates Seção de Controle dos Registros em Comissão 24.4805 - Ramal 443	REGISTRO Nº 35/75
---	----------------------

COMISSÃO:

MINAS E ENERGIA.

CONVIDADO: (s)

DIVERSOS

QUALIFICAÇÃO DO CONVIDADO:

12/05/75

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Conforme havíamos esclarecido na última reunião, ~~eu~~ vamos prosseguir no exame do problema do gás liquefeito em todo o País. É um problema que atinge a quase 60, 70% da população de nosso País e que, portanto, interessa a parcelas sensíveis da nossa população e nós, então, estamos ouvindo as pessoas diretamente ligadas ao setor, para, depois, ~~em um momento posterior~~ numa audiência final, ^{também} ouvirmos ~~os~~ os representantes do Conselho Nacional do Petróleo. Nós esperamos ouvir o Conselho em último lugar. Tínhamos acertado com esta Comissão, na presença dos representantes em escalões inferiores do Conselho, ^(Presidente do) que hoje ouviríamos o Conselho Nacional do Petróleo. Mas, ~~devido a~~ o ofício dirigido ao Conselho demorou um pouco, de maneira que ~~eu~~ vamos tentar ouvir o Conselho amanhã. ~~Isso~~ Isto é muito bom porque estão surgindo sugestões dos Srs. Deputados para que ouçamos outras autoridades e outras pessoas diretamente envolvidas. Mas hoje nós temos aqui, conforme fora anunciado, ^{Ve} entramos em contato com representantes das grandes companhias distribuidoras. ~~Temos aqui conosco~~ o Sindicato Nacional dos Distribuidores de Gás Liquefeito. Seu Presidente está aqui presente e eu o convido para que tome assento ^{à mesa.} Aliás, seria melhor, até para efeito de maior clareza, que ele tomasse assento em frente à Presidência. É o Dr. Renato Ferrari ~~Presidente~~ Presidente

do Sindicato Nacional de Distribuidores de Gás Liquefeito. Temos
 conosco, também, o Dr. Edson Queiroz, que é o Presidente da ~~Sociedade~~ ^{ASSOCIGÁS,}
 que foi mencionada aqui e que eu convido também para tomar ~~parte~~
^{assento,} ~~parte~~ juntamente com o Dr. Renato Ferrari. ~~E~~ Eventualmente, se
~~ambos os dirigentes~~ ambos os Presidentes entenderem por bem colocar
 alguns elementos de suas assessorias, também podem convidá-los a
 assentar conosco, porque ~~eu~~ teremos muito prazer. [Acho que ~~eu~~
 poderíamos começar imediatamente a nossa reunião, pedindo desculpas
 pelo atraso, uma vez que o Conselho Nacional de Petróleo estava
 aguardando o nosso ofício e eu pensei que esse ofício havia sido
 entregue através da Presidência, porque, por um dispositivo regimen-
 tal, é a própria Presidência da Câmara que encaminha o ofício. E,
 por uma circunstância que está sendo apurada, ~~eu~~ vamos verificar
~~porque~~ por que o ofício não foi entregue em tempo oportuno ao Conse-
 lho Nacional de Petróleo. [Na última reunião houve ~~uma~~ perguntas
 se não me falha a memória do Deputado Jutahy Magalhães e de vários
 outros Deputados que ficaram sem respostas devido ao tempo. Já ~~eu~~
^{eram} ~~eram~~ quase 2 horas da tarde.

~~Mas há uma das perguntas...~~

O SR. DEPUTADO JOSE MACHADO - Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de saber se já se encontram aí no plenário os representantes das ~~as~~ grandes empresas de gás liquefeito e, se porventura se encontrarem, que V. Exa. também os convide a participar dos debates, tomando assento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Pois não. Eu pergunto se gostaria que acusassem ^{ha'} se ~~houvesse~~ algum representante de ~~uma~~ grande companhia presente ^{ei} por sugestão do Deputado José Machado, eu convidaria a tomar parte na Mesa. ~~Quero~~ Quero esclarecer que a ~~SOCI~~ ^{ASSOCI} ~~GA~~ e o Sindicato, de um modo geral, ^{os} representariam, mas se houver, ~~gostaria~~ gostaria que declinassem os nomes, por obséquio, e a companhia que representam. O senhor que falar do microfone, por gentileza, para registro?

O SR. ENRICO ^{LIGARO} ~~ENRICO~~ ^{ENRICO Ligaro,} ~~ENRICO~~ Diretor da LIQUIGÁS.

O SR. CASÉRIO CHESCHIM - Casério Cheschim, ULTRAGÁS.

O ~~SR.~~ SR. BELMIRO BRAGA

O SR. GENTIL DE CASTRO

O SR. DEPUTADO JOSÉ CAMARGO - Com a

missão do Sr. Presidente, eu convidaria o ~~executivo~~ ^{ASSOCI} executivo da ~~LIQUIGÁS~~

a tomar parte aqui na Mesa, Dr. Bertelli. Convidaríamos também re-
presentantes de companhias médias, Dr. Domiciano, e também, da HELIOGÁS,
Dr. Langoni. ~~Dr. Domiciano, e também, da HELIOGÁS, Dr. Langoni.~~

O SR. TASSO LEMOS - Dr. Tasso Lemos, da PE-
TROGÁS, de Jundiá.

O SR. PRESIDENTE ~~(Deputado Lisâ-
neas Maciel)~~ ^(Arboretti) - ~~Está com~~ ^{repetindo} Temos também, a presença aqui, ho-
je, ~~representantes da ONOGÁS e da PRUDENTINA, Apenas o Sr. Bertelli~~ ^{Colatrella}
~~representa as duas,~~ ^{Emois} ^{Rafael} o General D'Angelo e o Sr. Onofre
~~Quinam, Sr. Colatrella.~~ ^{além do} ^E Então vamos começar os nossos deba-

tes, que têm um caráter informal e que ~~terão~~ ^{terão} prosseguimento ~~de~~
~~debates~~, possivelmente amanhã. Está dependendo da confir-
mação do Conselho Nacional do Petróleo, e posteriormente ~~vamos~~

também tentar ^{ser} aqui a presença do ilustre Presidente da PETROBRÁS,
^{a fim de obter informações} a respeito dos prazos ~~fixados~~ ^{fixados}, a flexibilidade dos créditos
e outros assuntos ~~que são~~ ^{que são} objeto de questões levantadas pelos Srs.

Deputados, ^{das quais} ~~que são~~ os representantes do Con-
selho, que estiveram presentes, não estavam em condições de respon-
der, ~~diretamente essas questões.~~ ^{esclareço} ^{senhores} Apenas ~~queria~~ ^{queria} aos Srs. re-

presentantes das companhias, que agora estão sentados à Mesa, que a
preocupação primacial dos Srs. Deputados ~~é~~ ^é já
que é um assunto que interessa

~~primariamente aos Deputados a revelar um assunto que interessa a~~

70 milhões de brasileiros ~~em um país, portanto, que~~ a posição do consumidor, quais os eventuais defeitos da legislação, quais as conturbações existentes na área ~~se~~ *é* que elas existem, *quais os preços reais que devem ser fixados, e os preços atuais correspondem a uma defesa real do consumidor.*

Todas essas questões são, *regimentalmente, deferidas* aos srs. Deputados e, especificamente, à Comissão de Minas e Energia.

Queria, agora, com a aquiescência da Comissão, dar prosseguimento. Eu interrompi o depoimento do Sr. Giovanni Colatrella, relativo a pergunta feita, na última vez, pelo Deputado Dias *Menezes*, no que tange aos preços reais a serem estabelecidos. Interrumpi, uma vez que a pergunta era específica sobre determinada matéria, e houve uma digressão que *naquele momento,* me pareceu extemporânea.

Pediria, então, a atenção dos senhores para o restante da exposição do Sr. Colatrella, ~~que~~ *que* é assessor de duas companhias, chamadas pequenas. Com a palavra o Sr. Colatrella. *V. Sa.* ~~se~~ continuará a exposição, por mim interrompida por não ser a resposta pertinente ao assunto que estava sendo debatido naquele momento. Parece-me que a pergunta foi feita pelo Deputado Jutahy Magalhães ou Amaury Müller.

V.Sa. poderá fazer um ligeiro retrospecto e, depois, entrar na questão do custo do gás para o consumidor, propriamente dita, e outros assuntos relacionados com a pergunta ~~feita~~ feita.

O SR GIOVANNI COLATRELLA - Exmo.Sr. Presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, nobres Deputados, Senhores, empenhados, que estamos, na solução dos problemas que afligem a comercialização do gás liquefeito de petróleo e a eliminação das distorções consequentes, que redundam em prejuízo do consumidor, hoje voltamos à presença de V.Exas. para merecermos a mesma atenção que nos foi dispensada na primeira reunião a que comparecemos.

Em consequência do debate que se travou, tudo que a imprensa noticiou foi verdadeiro. O único reparo que temos a fazer *sobre havermos* é ~~declarado~~ declarado, naquela oportunidade, serem três, das companhias que operam no território nacional, absolutamente estrangeiras; que duas outras se transformaram em empresas nacionais e as restantes operava exclusivamente com capital nacional desde a sua origem.

Tais declarações, senhores, não foi nossa, nem a pergunta a nós foi dirigida. O ilustre representante do Egrégio Conselho Nacional do Petróleo prestou tais declarações, respondendo a um ilustre Deputado, desejoso de colocar o problema bem claro e buscando, até, a interpretação jurídica que poderia dar ao assunto capital nacional.

É verdade que afirmamos algo sobre o capital estrangeiro de algumas empresas, mas não as nomeamos por faltar-nos documentação específica. E o fizemos também para posicionar o nosso entendimento de que tal assertiva vinha reafirmar a situação pouco

~~comoda~~ comoda

interpretação
 E invocando aqui as ~~razões~~ *razões* jurídicas que se poderiam dar ao as-
 sunto ~~o~~ capital nacional. A verdade que há ~~é~~ sobre o capital es-
 tranjeiro de algumas empresas. Mas não se pode alegar por nos faltar
 documentação específica, e o fizemos também para pedir o nosso
 entendimento de que tal assertiva vai reafirmar a situação pouco com-
 da em que se acha o consumidor dentro da conjuntura ~~mais~~ econômica.

Na reunião de quinta-feira passada, procuramos focalizar o pro-
 blema da ~~uma~~ curva de frete, mas a presença do tempo não nos permiti-
 tu que nos alongássemos no assunto para maior e melhor esclarecimen-
 to das distorções que se praticam no comércio de gás com patente pre-
 juízo do consumidor a quem procuramos defender sem prejuízo da rentabi-
 lidade que seria lícito ~~se~~ usufruir qualquer companhia distribuidor-
 ra. Hoje voltamos ao assunto com dados concretos para esclarecer a
 V. Exas. *quanto* a diversificação de critérios adotados *ASSOCIAGS* pela ~~Associação~~ no esta-
 belecimento de preços para as localidades onde o gás não sofre o tar-
 ifamento do Conselho Nacional do Petróleo. Vamos tomar como exemplo
 as localidades de Ourinhos e Basílio, *ambas* dependentes do abastecimen-
 to do terminal de Paulínea, tudo no Estado de São Paulo. O gás em Our-
 inhos custa, o botijão de 13 quilos, *o/g* ~~31,60~~ *31,60* e, em Basílio, *o/g* ~~34,00~~ *34,00*
~~seco~~. As distâncias dessas localidades aos centros de abastecimento
 são 370 quilômetros e 441 quilômetros respectivamente. Como é possível

que numa localidade situada a maior distância se cobre preço menor?

E não é só isso. Na forma que estabelece a tabela baixada em janeiro

de 1975, a maioria das localidades abastecidas na área ^Ggaulínea, o

preço subiu uma média de ^{Gr}1,60 ~~centavos~~ por botijão, enquanto ~~em~~ em

Qurinho o aumento foi superior a Gr\$ 4,00. Este fato fica ser constatado

nisso. ^{Nós o} deixamos à meditação dos nobres Deputados que nos honram

com sua atenção, ^Gtal fato também ocorreu em Uberlândia, onde o preço

do gás subiu no mesmo valor.

~~ONBR~~ ~~esses fatos não têm~~ Esses fatos não têm explicação plausível, pelo menos enquanto não forem trazidos a esta Comissão os esclarecimentos de que carecemos.

Por outro lado, se tomarmos a localidade de Uberlândia e Araguari, no Triângulo Mineiro, constatamos que, ^{ainda que} ~~em~~ Araguari ^{estes} ~~em~~ mais distante da base do que Uberlândia, ~~o preço do gás~~ ^{se} ~~em~~ Araguari o preço do gás ^é inferior ao de Uberlândia em ~~0,60 cruzeiros~~ ^{0,60}.
 Ocorre também que a cidade de ~~Uberlândia~~ ^{Uberaba} ~~está a uma distância de~~ ^{está a uma distância de} 140 quilômetros menos do que a cidade de Araguari, ~~o preço do gás nessas duas cidades é o mesmo, ou seja, 34,60 cruzeiros.~~ ^{e)} ~~o preço do gás nessas duas cidades é o mesmo, ou seja, 34,60 cruzeiros.~~ ^{o mesmo}.
 Considera-se que nesse particular a própria ~~Associgás~~ ^{Associgás} menciona para Araguari um frete de 5,32 ~~cruzeiros~~ ^{cruzeiros} para uma distância de 614 ~~cruzeiros~~ ^{cruzeiros} quilômetros, determinando o preço zero de frete para Uberaba, ~~para uma distância de 490 quilômetros; todavia, o preço do botijão é exatamente o mesmo, 34,60 cruzeiros.~~ ^{34,60}.

Como se ~~pode~~ ^{pode} compreender tal política de curva de frete tão apregoada pela ~~Associgás~~ ^{Associgás?} Que critérios são adotados para esse tipo de ~~cálculo~~ ^{cálculo} que não compreendemos e não pode ser provado matematicamente? É claro que o consumidor, em algumas localidades, em virtude dos exemplos que estamos citando, tirados da própria tabela da ~~Associgás~~ ^{Associgás}, estão pagando um sacrifício que só redundará em benefício da distribuidora que ali opera. E a ~~Associgás~~ ^{Associgás} afirma e reafirma que es-

tã proteção o consumidor.

Diz o art. 33 e seu parágrafo único da Resolução 51 do Conselho Nacional do Petróleo:

~~no art. 33~~ O Conselho Nacional do Petróleo, de acordo com os dados obtidos no registro determinado no artigo anterior, promoverá o tabelamento do produto nas bases de abastecimento e na localidade em que existirem depósitos de envasilhados.

Parágrafo Único: ~~em~~ Nas localidades onde não ~~há~~ ^{houver} tabelamento, as distribuidoras deverão adotar, como preço de venda ao consumidor, 8

~~Distribuidoras deverão adotar como preço de venda ao consumidor o~~
 preço tabelado para a base ou depósito de que dependerem, acrescido
 do custo da transferência do produto. [↑] [Pela leitura do dispositivo
 legal, entendemos uma delegação de competência outorgada pelo Conse-
 lho Nacional do Petróleo. Entretanto, não entendemos que essa dele-
 gação tenha tal poder de liberdade, que os estudos feitos não sejam
 homologados pelo ~~outorgante~~ ^{delegante}, no caso o Conselho Nacional do Petrô-
 leo, como aqui foi afirmado pelo ilustre representante do órgão ofi-
 cial. Se tal tabela estivesse acompanhada dos estudos realizados
 na ASSOCIGÁS, por certo não seria ela aprovada, dado que o próprio
 Conselho, pelo seu órgão específico, não permitiria a exploração do
 consumidor em benefício das distribuidoras. [Vemos, portanto, por
 estes pequenos exemplos ⁷ pela análise superficial, que o ~~tema~~ ^{tema} nos per-
 mite realizar, que temos razão em afirmar que no comércio de gás o ú-
 nico ~~grande~~ ^{não} beneficiado até o momento é o consumidor, que, obrigado
 a uma odiosa vinculação, ainda sofre as conseqüências de um preço
 extorsivo, não compatível com a sua economia. [Fato mais importante
 merece registro nesta oportunidade. ~~que não representa exceção de~~
^{em Durinhos e}
~~Sua concessão. No Rio de Janeiro e em Uberlândia,~~ durante muito tempo, as
 distribuidoras HELIOGÁS e PIBIGÁS, companhias estrangeiras conforme
 declarado pelo próprio Conselho Nacional do Petróleo, mantinha ser-

viços de engarrafamento de ~~b~~ótijos, destinados ao consumo das res-
 pectivas populaç^oes e adjacências. Essas companhias, naturalmente
 por questões internas, em determinado momento passaram a não mais
 operar o engarrafamento, colocando essas cidades na mesma condição
 daquelas onde não havia tabelamento. Por que? Julgamos ^{nós} que, agin-
 do dessa forma, melhorariam a rentabilidade ^{da venda,} já que nessas condições
 o valor do ~~b~~ótijão deveria ser acrescido do valor do frete calcula-
 do nas bases já expostas. Que participação teve o Conselho nessa
 emergência? Apenas concordou com a atitude assumida pela distri-
 buidora, em prejuízo do consumidor.

Já declaramos neste Augusto plenário que a Resolução ^{1-61,} ~~1/60,~~ por obsoleta, deve ser reformulada, de forma a apresentar melhor racionalização e acompanhar o desenvolvimento técnico que se opera no Brasil.

Por isso mesmo não podemos atinar -- vejam bem -- com a revogação do Art. 36 da Resolução ^{1-61,} ~~1/60,~~ cuja aplicação viria beneficiar, sobremaneira, milhares de consumidores. Esse artigo, textualmente, ^{justifica} ~~aperfeiçoa~~ o seguinte: "Os depósitos para distribuição serão abastecidos por gás liquefeito de petróleo envasilhado, enquanto o número de consumidores deles dependentes não atingirem 20 mil, tornando-se obrigatório, daí por diante, o abastecimento a granel", o que evidentemente provocaria uma baixa do preço do gás na região. A revogação desse dispositivo apenas permitiu que o gás engarrafado fosse onerado pelo frete de transferência envasilhado, prejudicando o pobre consumidor já onerado sobremaneira com outras obrigações. Não foram, provavelmente, as pequenas companhias que pleitearam essa medida, ^{que} ~~thor,~~ foi na época considerada como uma conquista da ASSOCIÇÃO GÁS, etc.

Até aqui estamos focalizando simplesmente o que se passa no Sul do Brasil, ~~mas~~ considerando o Sul a porção de ^{grande} ~~grande~~ território, ~~grande~~ ^{território,} compreendido entre a área Vitória até a fronteira do Rio Grande do Sul. Sentimo-nos na obrigação de focalizar o que se passa ^{no} ~~no~~ norte, da Bahia para cima, Em termos comparativos da tabela de frete até agora focalizada, ^{é que} ~~existe~~ no Norte ^{há} ~~uma~~ outra tabela, sendo

quilômetros
que o valor total da transferência obedece a outros critérios tão
incompreensíveis quanto os anteriores. A tabela vigente no Nor-
te do Brasil tem características especiais. O número de localida-
des tabeladas é ínfimo e, como as distâncias são, em ~~um~~ certo senti-
do, maiores, a curva de fretes é ascendente, onde o critério da
sua fixação foge à mais pessimista concessão. ~~Em todo caso, o consumo~~

~~de todo Norte~~

~~o consumidor do Norte~~ Daí estar o consumidor do Norte muito mais sacrificado, em que pese ^{ou} seu menor poder aquisitivo. Não se diga que isto ^{seja} é consequência da falta de estradas ou de deficiência de gás. O que se cobra ^{em} de transferência do produto está além do que seria ^{diria,} honesto, e mesmo considerada a precariedade das vias. Acrescente-se a isto que a região é servida no máximo por uma ou duas companhias, o que facilita de muito a fixação do preço alto para o gás. É a falta de concorrentes. Não há discussão para se estabelecer ^m curvas diferentes. Além disto, esta prática é ^{de interesse} das companhias que lá operam, cujo custo operacional, indubitavelmente, é ^o mais baixo possível pelo pequeno número de concessionárias e a concentração relativamente boa de clientes.

Acontece o inverso ~~em certas regiões~~ onde operam as pequenas companhias. Pela falta de concorrência, no Sul o gás é taxado de forma escorchantes; Com o vasilhame vazio e o conjunto técnico atingindo preços altíssimos, Relacionado ~~com~~ com os preços cobrados no Sul e principalmente em certas regiões, a distribuição no Norte é praticamente monopolizada. ^{alguns} ^{que} Permito-me entregar à Presidência ~~uns~~ documentos ^{fazem} referência à curva de fretes Norte e Sul, lista de ~~XXXXXX~~ praças tabeladas pelo CNP, nas ^{distorções,} ~~quais~~ ^{quais} podem verificar ~~as distorções~~.

indiscriminações até, entre praças e praças, capitais e capitais. ^{Este, Sr.}
 Presidente e Srs. Deputados, o depoimento sumário que vimos ~~XXXXXX~~
~~XXXXXX~~ ^{trazer} ~~prestar~~ ^{submeter} à consideração deste plenário, seguros ~~de~~
^{de} que estamos no caminho certo e contribuindo de forma efetiva para uma

9/2

reformulação dos processos de comercialização de gás. Não nos move ^{nenhum} ~~nenhum~~ interesse ~~algum~~ subalterno, ~~algum~~. Não oferecemos meras suposições, mas fatos concretos que poderão ser constatados na oportunidade, ~~devida~~. Ao Sr. Presidente e aos nobres Deputados, aos Senhores todos, queremos agradecer

?????

a honra de nos terem ouvido com tanta atenção. Esperamos haver cumprido
 com o nosso dever de cidadãos, de homens afeitos a um trabalho
 profícuo e honesto em benefício dos brasileiros e para o maior
 engrandecimento deste grande Brasil. Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE ^{Deputado} (Lisâneas Maciel) - A tônica dada,
 por determinação desta Presidência, à exposição do Sr. Giovanni
 Colatrella, foi em virtude de uma pergunta que surgiu principalmente no
 que tange aos eventuais prejuízos do consumidor em relação à política
 de preços que seria fixada pelo CNP, com a interveniência da ASSOCIGÁS
 e, evidentemente, do sindicato. Antes de dar a palavra ao ilustre
 Presidente da ASSOCIGÁS e ao Sr., Ferrari, Presidente do Sindicato,
 quero que o Sr. Giovanni Colatrella esclareça dois aspectos que me
 parecem não ficaram muito claros. Quando V. Sa. falou sobre a falta de
 concorrentes, ^é por que não houve interesse de concorrentes na área ou,
^{por que} houve pressão?

O SR GIOVANNI COLATRELLA - Não houve expressão.

O SR PRESIDENTE ^{Deputado} (Lisâneas Maciel) - Então foi falta
 de interesse dos concorrentes?

O SR GIOVANNI COLATRELLA - ^{Salvêz.} ~~Exatamente.~~

O SR PRESIDENTE ^{Deputado} (Lisâneas Maciel) - Tem a palavra o
^{Presidente}
 Ex.Dr. Edson Queiroz, da ASSOCIGÁS.

O SR - Sr. Presidente, antes de V.Exa.
 passar a palavra ao Dr. Edson Queiroz, gostaríamos de saber quais as

companhias que o Sr. Giovanni Colatrella está representando. Em segundo lugar, já que ele representa ~~as~~ companhias que estão presentes, gostaríamos de ouvir dos proprietários das companhias a ~~a~~ confirmação ~~que~~ do que o Sr. Colatrella acaba de declarar.

O SR PRESIDENTE ^{Deputado} *Pisaneas Maciel* - Devo dizer a V. Sa.

que já foi esclarecido na outra reunião, na qual ~~X~~ ^{V. Sa.} ~~sentos~~ não esteve presente, que o Sr. Colatrella assessorava ~~1~~ duas pequenas companhias, a ONOGÁS e a PRUDENTINA, de São Paulo. Portanto, se ele está falando também em nome da COPAGÁS, da PRUDENTINA E DA ONOGÁS, evidentemente é desnecessária a confirmação, porque ele foi indicado por essas companhias. Mas, em todo ~~este~~ caso, transmito a pergunta, que me parece desnecessária. O Sr. Presidente da ONOGÁS confirma que o Sr. Colatrella falou em nome da sua empresa?

O SR ~~Presidente~~ - Sr. Presidente, Srs. Deputados e membros das chamadas grandes companhias, confirmo na íntegra tudo ^o que o Sr. Colatrella disse.

O SR PRESIDENTE ^{Deputado} *Pisaneas Maciel* - ~~Essa~~ pode prosseguir.

~~Essa~~ - Em primeiro lugar, devo dizer que houve uma ligeira dúvida quanto à ~~representatividade das grandes e pequenas companhias. A ASSOCIAGS está aqui na condição de informante, porque a representatividade legal, a rigor, cabe ao sindicato. ~~Essa~~ este detalhe foi esclarecido, as dúvidas ~~de~~ ~~representatividade~~ ~~das~~ ~~pequenas~~ ~~companhias~~ ~~estão~~ ~~sendo~~ ~~esclarecidas~~ ~~por~~ ~~o~~ ~~deputado~~~~

00000

Então, esse detalhe e as dúvidas suscitadas pelos Srs. Deputados foram devidamente esclarecidos. Nos termos da legislação em vigor, quem fala em nome da categoria é o sindicato. Mas ^a ASSOCIGÁS também foi convidada a comparecer a esta Comissão, onde tem ampla liberdade para esclarecer todos esses pontos, por diversos motivos, inclusive pelo fato de até hoje o Conselho Nacional do Petróleo não se ter ~~realizado de acordo com~~ ^{adaptado} a ~~legislação~~ legislação e ao fato emergente da criação de um sindicato representativo da categoria. Isso cria uma situação nova, que tenho a impressão será objeto de apreciação pelo Dr. ~~Renato~~ Renato Ferrari.

Dei a palavra ^{a ASSOCIGÁS,} em primeiro lugar ~~de~~ como informante. Depois V.Sa. falará na qualidade de representante das companhias distribuidoras de gás. Com a ~~palavra~~ palavra o Dr. Edson Queiroz.

~~Edson Queiroz~~ ^{Muito obrigado, Sr. Presidente}

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

^{(Deputado}
O SR PRESIDENTE ^(Lysâneas Maciel) — Um momento, Dr. Edson. Tem a palavra o nobre Deputado José Machado.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO — Sr. Presidente, nos termos da Resolução n° ^{1-61,} ~~161~~, baixada pelo Conselho Nacional do Petróleo, — isso é por demais ~~importante~~ importante para que possamos compreender e acompanhar essa distinção ^{entre} associação e sindicato — quem

11/2

fala pelas empresas sindicalizadas é o sindicato — e V.Exa. fez bem em dizê-lo. Ocorre porém, Sr. Presidente, que ne causou estranheza ~~a~~ a Resolução ~~nº 161~~ ¹⁻⁶¹ não faz ^{nenhuma} menção ao sindicato. Ela se refere ^à ASSOCIGÁS como ~~a~~ representante efetivamente das empresas distribuidoras, dando-lhe todas as ~~atribuições~~ atribuições e responsabilidades do sindicato. Então, a questão de ordem que levanto é se essa Resolução é anterior à criação do sindicato e, neste caso, se o ~~síndico~~ sindicato já tomou providências para a reformulação da lei, especialmente no que diz respeito à sua representatividade, nos termos da Resolução nº ~~161~~ ¹⁻⁶¹.

(Deputado Lisâneas Maciel)

O SR PRESIDENTE — Respondendo à questão de ordem do eminente Deputado José Machado, devo esclarecer que essa Resolução é de 17 de janeiro de 1961, e a formação do sindicato, se não me falha a memória, ~~deu-se~~ ^{deu-se} há um ano.

Sr. Presidente,

O SR RENATO FERRARI — ~~Sr.~~ V.Exa. permitir, darei um esclarecimento um pouco mais amplo, ~~para~~ ^{de} atender à questão de ordem, ~~representando~~ ^{de} ~~os esclarecimentos necessários.~~

O SR PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL) — ~~Permito~~ V.Sa. tem a palavra.

O SR RENATO FERRARI — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo foi criado por despacho ministerial publicado no "Diário Oficial" da União de 22 de julho de 1974. Desejo es-

11/3

clarecer desde logo, ~~por~~ — porque, segundo chegou ao nosso conhecimento, teria havido dúvidas a esse respeito — que o nosso sindicato ~~está~~ está enquadrado na área ~~de~~ comércio e não na área industrial. Anos atrás, houve efetivamente dúvidas relativas do enquadramento a respeito do sindicato, pela complexidade das suas atividades.

35/75

SEREJO/

/ 13.05.75 /

11 Z

/ 12/1

O assunto foi levado inclusive à Comissão de Enquadramento Sindical, do Ministério do Trabalho, ^{cujos} ~~seus~~ membros ~~de~~ divergiram muito a respeito, prevalecendo por apenas um voto o ^{segundo o qual se} entendimento ~~de~~ ^{trata-se} de sindicato de área comercial. Anteriormente também, segundo é do nosso conhecimento, o eminente Deputado Ildélio Martins apresentou um projeto ^{de criação do} ~~criando~~ Sindicato dos Distribuidores de Gás Liquefeito de Petróleo na área industrial. Esse projeto, entretanto, ficou prejudicado em virtude da ^a categoria econômica ter ido à via executiva, à via do Poder Executivo, de acordo ¹² com a própria Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de ter criado o seu sindicato. Assim, de acordo com a CLT, a categoria econômica constituiu-se originalmente em associação profissional. Aprovada a associação profissional pelo Sr. Ministro do Trabalho, ^{deparado para a sua} a ~~transição para~~ ^{transformação} em sindicato, ^{seio o sindicato a ser} e, finalmente, ^{poderei ler,} ~~seu~~ constituído em despacho ^{que} para conhecimento dos Srs. Deputados, pois ele é breve e não ocupará muito tempo, ^{e trará} ~~trazendo~~ um esclarecimento definitivo ao assunto.

(Deputado)
O SR PRESIDENTE (Lysâneas Naciel) — Acho que o simples fato de ter sido reconhecido pelo Sr. Ministro é suficiente.

O SR RENATO FERRARI — De modo, Sr. Presidente, que fica ~~assim~~ esclarecido que o nosso sindicato pertence à categoria de 1º grau, representativa do 2º grupo, "Comércio Varejista", do Plano da Confederação Nacional do Comércio, ~~estando interligado~~

~~esclarecida~~ ~~é~~ ~~estória~~. ~~Contudo~~ ~~o~~ ~~sindicato~~ ~~que~~ de acordo com a própria Consolidação, é um órgão de Direito Público, ^{que} ~~ele~~ tem ~~as~~ finalidades previstas na ^{própria} Consolidação das ~~Leis~~ Leis do Trabalho, entre as quais podemos citar, para não nos alongar, as relativas ~~as~~ ~~aos~~ dissídios coletivos e às relações empregatícias, ^{bem, como} ~~também~~ as de colaboração com o Governo. [Já a

ASSOCIGÁS, para também esclarecer, é uma entidade de direito privado, ^{como tal,} que se encontra dentro do campo do Direito Civil e, ~~segundo~~ ^{constituída em termos de} ~~previsto~~ Código Civil, devidamente registrada no Registro de Títulos e Documentos, ^{como prescreve a lei}. Portanto, ela se distingue do sindicato pela sua própria natureza ~~jurídica~~ civil. Não há, ^{pois,} nenhuma possibilidade legal de confundir-se a pessoa jurídica do sindicato, ^{ato} que podemos considerar de Direito Público, com a pessoa jurídica da ASSOCIGÁS, que é de Direito Privado, e ~~pode~~, portanto,

35/75

Marisia

13.05.75

12-A

13/1

~~Nenhuma possibilidade legal de confundir a pessoa jurídica do sindicato, que poderes considerar de direito público, com a pessoa jurídica da ASSOCIGAS, que é de direito privado e pode, portanto, mesmo dentro da representação da categoria, cada um com as suas finalidades, seguir os seus próprios caminhos. Era o esclarecimento,~~

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE ~~XXXXXXXXXXXX~~ (DEPUTADO ~~XXXXXXXXXX~~ NA-
CIEL) -- Vou continuar respondendo à questão de ordem, mas parece-me que o ilustre Presidente do Sindicato se estendeu desnecessariamente, porque sindicato, na realidade, é uma entidade de direito privado investida de poderes públicos, em primeiro lugar. Em segundo lugar, V. ~~Sa.~~ disse que o embrião do sindicato é a associação, mas no momento em que o Ministro reconhece o sindicato, a associação desaparece. De maneira que não foi esse o caminho normal, A ~~associação~~ ASSOCIGAS, pelo que estou entendendo -- a contradição de V. Sa. é porque V. Sa. talvez não esteja afeito a essa legislação específica -- ~~associação~~ deve ser uma entidade de direito privado, não, evidentemente, com as características de associação sindical, prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, porque se o fosse, ela estaria extinta pelo simples fato de o Ministro reconhecer o sindicato. De maneira que não é bem assim como V. Sa. expli-

cou. Vou terminar, só para esclarecer a questão de ordem, porque na realidade -- vou me permitir ser um pouquinho didático -- a associação é o embrião do sindicato. Formado o sindicato, a associação evidentemente desaparece. É o estágio inicial. Portanto, a ASSOCIAGAS não é, na realidade, aquela associação de caráter sindical.

O SR. RENATO FERRARI -- Não, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) -- Mas V. Sa. deu a entender isso col.

O SR. SENHOR RENATO FERRARI -- Perdão, Excelência, eu fiz uma distinção ~~dele~~ muito precisa, se V. Exa. me perdoa. O sindicato se inicia, como se sabe, por uma associação profissional.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) -- Todo o mundo sabe disso. Não tem nada que ver com a ASSOCIAGAS. É completamente diferente.

O SR. RENATO FERRARI ^{Mas...}
_{Lisâneas Maciel}

O SR. PRESIDENTE (Deputado) -- É porque V. Exa. disse que a associação foi exatamente...

~~RENATO FERRARI~~

O SR. ~~FERRARI~~ ~~(DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL)~~ -- A associação profissional prevista na Consolidação, que não tem nada a ver com a ASSOCIAGAS.

_{Lisâneas Maciel}

O SR. PRESIDENTE (Deputado) -- Então são coisas distintas.

[O SR. RENATO FERRARI] --
~~Exatamente~~ exatamente.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) -- Porque poderia causar confusão. V. Sa. queria apresentar a ASSOCIGAS, no seu estágio inicial, como se fora uma sociedade sindical, quando na realidade ela não é.

O SR RENATO FERRARI -- Realmente não é. } W

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) -- A ASSOCIGAS é uma entidade civil, não prevista naquelas entidades sindicais da Consolidação das Leis do Trabalho, porque as conseqüências não são apenas aquelas que foram esboçadas ligeiramente pelo Presidente do sindicato, como o eminente Deputado José Machado sabe, mas ele pode falar até em nome dos associados, dos integrantes da categoria, quer eles sejam, ou não, membros do sindicato. É ~~uma~~ o que se chama poder de jus imperii, que é uma característica do nosso sindicato. Mas eu deferi, ~~Deputado~~ Deputado José Machado, a presença da ASSOCIGAS porque o Conselho ainda não fez essas adaptações. O Conselho a mantém até hoje, não alterou essa legislação, ~~x~~ Muito embora o Conselho Nacional de Petróleo fale em distorções da legislação no último protocolo firmado -- e eu me permito ler, inclusive para conhecimento, porque V. Sa. já manifestou uma certa dúvida quanto àquelas expressões do ambiente conturbado -- falou em distorções da legislação e evidentemente tenho a impressão de que uma das distorções é manter o nome de uma associa-

ção que a esta altura já estaria superada com a criação de um órgão legal de representatividade da classe. Mas eu entendi,

s/

~~relação~~ por esses motivos ~~relação~~
~~relação~~ que a ASSOCIGÁS deve ser ouvida ~~relação~~ também neste epi-
 sódio, uma vez que é mencionada em documentos seguidos, com referên-
 cias várias, até no que tange à fixação de preços, que ainda é um
 objeto de preocupação primordial desta Comissão. Portanto, eu deferi
 a presença da ASSOCIGÁS aqui com essa finalidade, Deputado José ^{Ma-} Ca-
 chete, ^{para} ~~o~~ cargo: ~~o~~ que ela prestasse esclarecimentos, uma vez que até hoje o
 Conselho não se adaptou ao fato de o Sr. Ministro do Trabalho ter
 reconhecido uma entidade representativa da classe.

Por outro lado, a informação que foi prestada aqui o foi
 por um representante do próprio Conselho Nacional de Petróleo, dizen-
 do que o sindicato pertencia à categoria da indústria, o que causou
 espécie uma vez que este Congresso já repeliu pretensão semelhante ¹⁴
 através do projeto do Deputado Eldélio Martins. Entendemos que seria
 uma distorção violenta da legislação em vigor o enquadramento na ca-
 tegoria da indústria dos distribuidores de gás.

Prestados estes esclarecimentos, o Dr. Edson Queiroz pode
 prosseguir.

O SR. EDSON QUEIROZ -- Pois não. ^N

O SR. DEPUTADO ISRAEL DIAS-NOVAES -- Sr. Presidente, dado

que nós estamos praticamente na tomada de campo do assunto, em face
 de termos tido apenas uma ou duas reuniões, considero necessário,

14/2

salvo melhor juízo, o esclarecimento total sobre determinadas preliminares. Por exemplo, em face dos esclarecimentos, dados por V. Exa., sobre a criação do sindicato, agora que sabemos que é ~~maxi~~ da órbita comercial, para representar a classe dos distribuidores, ocorre-me perguntar, no momento, qual seria a conceituação jurídica da ASSOCIGÁS? Estabelecida a conceituação jurídica da ASSOCIGÁS, eu queria saber, na verdade, quais as atribuições que ela continua exercitando?

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) -- Vou responder à questão de ordem sobre os esclarecimentos preliminares do eminente Deputado Israel Dias-Novaes, dizendo o seguinte: na segunda parte, o Presidente da ASSOCIGÁS falará, mas na primeira parte, como o nosso sistema legal ^{deferre} ~~reitera~~ a representatividade -- temos o sistema de unidade sindical e não de pluralidade sindical -- ~~causa~~ qualquer associação de caráter civil ou mesmo sindical que se tentar formar para falar em nome da categoria é considerada, de acordo com a lei, quase que como uma organização espúria ou clandestina, porque ela pode exercer funções normais das associações civis comuns, mas quando entra na área da representatividade da categoria as interferências são proibidas, de um modo geral, pela legislação da Consolidação das Leis do Trabalho. Mas devo dizer a V. Exa.,

14/3

Deputado Israel Dias-Novaes, que estamos insistindo na presença da ASSOCIAGÁS, estranhando que até hoje a legislação ainda mantenha essa representatividade, que a nosso ver parece irregular, porque o nosso objetivo é esclarecimentos e como a ASSOCIAGÁS na realidade tem tido -- digamos assim -- uma projeção, um prestígio e uma interferência muito maior junto aos órgãos públicos, eu achei que era oportuno que ela fosse ouvida também. Mas eu entendi a questão de V. Exa. A rigor, de acordo com a lei, data venia, o entendimento desta Presidência é de que essa representatividade

s/

35/75

frechiani

13.5.75

12-C

15/1

desta Presidência e de que essa representatividade não encontra amparo legal, essa interferência da ASSOCIGÁS não encontra amparo legal e, aliás, esclareci esta circunstância ao Presidente da ASSOCIGÁS, Dr. Edson Queiroz. A segunda parte: quais são as ações que ela tem junto ao Conselho Nacional do Petróleo? Isto será objeto também da resposta do Conselho Nacional de Petróleo, amanhã, uma vez que seus representantes disseram várias vezes aqui que os contatos serão ~~feitos~~ todos feitos pela ASSOCIGÁS, que a fixação do preço também era objeto de uma interferência muito grande da ASSOCIGÁS, enfim, que várias etapas na distribuição no preço do gás liquefeito de petróleo eram ^{sempre} feitas com a presença ostensiva e muito prestigiada da ASSOCIGÁS. E como a nossa função talvez seja fazer ~~correcção~~ correção dessas distorções da legislação, vamos, então, nos assenhorear desses problemas para depois entrarmos na matéria específica da nossa competência, que é a correção dessas distorções. V.Sa. tem a palavra.

O SR EDSON QUEIROZ - Ainda com respeito à ASSOCIGÁS, ela funciona como a ANDA, ^{ABINEE, e Que} ~~como a ABINEE~~ a Associação da ~~Ind~~ Indústria Automobilística. É mais do que um clube. É uma associação onde todos que se ~~comprometem~~ comprometem a certas éticas comerciais, ~~representam~~ nela permanecem, A Associação já ^{representam} ~~tem~~ 100% de todas as Companhias. Ela falava por uma voz só, representando todo o setor. Em vez de 20 pessoas explicarem ao Conselho Nacional do Pe-

trôleo as dificuldades do setor - preço, etc. - a Associação junta os dados e comprova-os ao Conselho. Provavelmente por esses dados uma boa parte das informações que são filtradas servem para ~~fixar o~~ fazer o tabelamento do gás. O Conselho não vai saber, por exemplo, que a estrada entre Cascavel e Fortaleza é totalmente de areia e barro. Mas a Associação mostra que ali não tem estrada e, por isso mesmo, sendo a metade da distância entre Fortaleza e Carau, o preço para Cascavel deve ser mais caro, porque não é a distância que determina a curva do frete. ^{Há} ~~que~~ ver a qualidade da estrada, ^{Há} ~~que~~ ver também a concentração da praça para o ~~o~~ tabelamento. Se mandamos um caminhão fechado, com botijões de gás, é um preço, mas se mandamos 15, 20 botijões por uma transportadora qualquer, a ~~curva~~ curva ~~de~~ de frete não funciona. A ~~curva~~ curva de frete é indicativa. Os outros elementos de que o Conselho dispõe são informações do próprio Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. De forma que o preço não é diretamente ligado à distância, nem ^à a curva de frete, nem ^o o tabelamento. No preço ^{Há} ~~que~~ se levar em consideração as condições ~~extra~~ da estrada. Estrada de asfalto, ^{concentração} de consumidores abaixam o preço. Se ~~mandamos~~ um caminhão completo ^{vai} por uma estrada de asfalto é diferente ^{se ele levar} ~~de~~ de ~~meia~~ meia carga ^{e for} por estrada de barro ou areia. ~~mandamos~~

~~que~~ ~~mandamos~~ ~~que~~ ~~é~~ ~~a~~ nossa Associação ~~conhecida~~ ^{Há} é ~~conhecida~~ conhecida. // Preferiria responder ^a qualquer dúvida ~~mandamos~~

a respeito do setor, se puder. Senão, chamaria alguém que tivesse mais experiência

do que eu, mais presença nos dados. O Sr. Colatrella, que até
 há pouco tempo era funcionário da ASSOCIGÁS, já disse ~~comete~~ ^{o que de}
~~então o preço~~ ASSOCIGÁS, ~~o preço~~. De forma que qualquer dú-
 vida, qualquer pergunta, ~~podem ser esclarecidas. Temos um~~ ^{podem ser esclarecidas. Temos um}
~~documento em mãos mas é muito polido.~~ ^{documento em mãos mas é muito polido.}

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Pois
 não. Inclusive a Presidência sugere a V.Sa. que ^o faça ~~o preço~~
 chegar ^{depois} as ~~as~~ mãos. ~~depois de se chegar~~ Mas parece-me que uma
 das dúvidas ~~está~~ levantadas pelo Deputado Israel Dias Novaes -
 não estou discutindo o problema - é ~~se~~ se ^o a ASSOCIGÁS ~~que~~
 está tendo ~~essa~~ interferência direta no Conselho com relação ~~ao~~
 à fixação do preço?

O SR EDSON QUEIROZ - Sr. Presidente, a ASSOCIGÁS
 só informa, como se fosse ^a cada um dos seus associados, as cir-
 cunstâncias de certas prçças.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Infor-
 ma quem?

O SR EDSON QUEIROZ - Quem tabela é o Conselho Nacio-
 nal do Petróleo.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Sim,
 mas a ASSOCIGÁS mantém esse contato com o Conselho, para a fixa-
 ção do preço? A pergunta é esta. ^{O SR EDSON QUEIROZ -} De que tipo de contato o Senhor
 fala?

~~PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) -~~

O SR ~~EDSON QUEIROZ~~ Para fixação de preços
O SR ~~EDSON QUEIROZ~~ -

Os ~~informes~~ ^{informes} são dados pela ASSOCIGÁS, ~~que são~~ ^{comprovados} ~~provados~~ pelo CNP, como se fosse cada uma das distribuidoras, de per si, a dar essas informações. As informações são ~~xxxx~~ centralizadas na ASSOCIGÁS.

O SR DEPUTADO DIAS MENEZES - Em outras ~~xxxx~~ palavras, Sr. Presidente, a tarefa que deveria competir ao Sindicato ainda está sendo avocada à ASSOCIGÁS.

O SR EDSON QUEIROZ - Perfeitamente.

V. Exa. tem razão. Realmente, deve ser do Sindicato.

18. ~~PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) -~~
O SR ~~EDSON QUEIROZ~~ - A ASSOCIGÁS

está exercendo as atividades que seriam, normalmente, deferidas ao Sindicato. ~~Não é~~ bem assim. Essa atividade de fornecer dados ao Conselho será mais apropriada para o SINDIGÁS quando tiver estrutura para isto.

[O SR EDSON QUEIROZ -]

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Inclusive a

própria legislação ainda menciona o nome da ASSOCIGÁS.

~~O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) -~~ V.Sa.

quer trazer outros esclarecimentos ou quer reservar-se para perguntas posteriores?

O SR EDSON QUEIROZ - Perfeitamente.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Devo dizer aos Deputados que depois, evidentemente, o debate será amplo. Mas antes vamos ouvir a palavra do Dr. Renato Ferrari, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás.

O SR ~~XXXXXXXXXXXX~~ DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Sr.

Presidente, parece-me que na exposição feita pelo Sr. Colatrella a ASSOCIGÁS era, ~~assim~~, de certa maneira, a empresa mais trazida ao debate, à manifestação, até à contestação. Como o ~~o~~ deferimento da palavra aos Parlamentares vai, necessariamente, importar em digressão do assunto, gostaria que V.Exa. solicitasse do Sr. Presidente da ASSOCIGÁS que ~~devesse~~ promover uma resposta aos quesitos formulados pelo assessor das duas ~~pequenas~~ pequenas companhias que aqui se senta conosco à mesa. Acho que o Sr. Presidente da ASSOCIGÁS deveria responder objetivamente as questões postas pelo Sr. Colatrella.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Respondendo à questão de ordem do Deputado Paulino Cícero, devo dizer que estabeleci antes um roteiro com o eminente Dr. Queiroz e com o Dr. Ferrari, dizendo que eles deveriam ~~primeiro~~ ouvir primeiro, evidentemente, as ~~dúvidas~~ dúvidas e as questões levantadas para depois ~~terem~~ terem a oportunidade de ~~responder~~ responder ou de contestar. De maneira que a exposição de ambos, agora, é feita neste sentido/ e em relação a outros assuntos que também expus, que foram ~~levantados~~ levantados na ~~outra~~ outra reunião. ~~agora~~ ^{Trata-se,} agora, ~~em~~ em resposta. ~~As~~ As perguntas específicas poderão ser levantadas

35/75 - Onçina - 12/5/75 - Fita: 12-E

17/1

(ot sr)

~~Elas, agora, estão felizes em respostas. Depois as perguntas que~~
~~elicitas poderão ser levantadas~~ *oportunamente /*

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Sr. Presidente, pelo
ordem, ~~deixa a palavra ao Sr. Deputado~~

solicito a
~~que V. Exa. se detenha nas ponderações de no~~
bre Deputado. ~~Uma série de indagações~~ *foi feita* por

alguém que não participará dos debates; que não vai mais interpelar/

o representante das pequenas *companhias* / distribuidoras.

O Sr. Presidente da *ASSOCIAC* / chegou, mesmo, a ter palavras não mui

to afetivas, em relação ao ilustre representante das pequenas dis

tribuidoras. Ora, isto pairou no ar. Todos estrebamos, ~~mas~~ re

presentante das pequenas distribuidoras ~~este~~ - esta foi a inten

ção do Presidente da *ASSOCIAC* / *las fazer tais* - ~~estas~~ declarações, *cellu S.Sa.*,

quando empregado da ASSOCIAC, tinha um pensamento *u* hoje tem ou

tro. Assim, é bom que V. Exa. esclareça *o assunto* antes de ~~o~~ dar a pala

vra ao Presidente do Sindicato.

O SR DEPUTADO DIAS VENEZES - Sr. Presidente, para con

testar esta questão de ordem.

O SR PRESIDENTE (Lisâneas Rêgo) - Pediu a palavra o

Deputado *Dias* ~~Dias~~ Venezes, depois a passarci a V. Exa. Mas, é para

17/2

~~Contestar a questão de ordem?~~

~~O SR. DIAS MEVEZES - É para contestar a ques-~~

~~ção de ordem.~~

O SR. PRESIDENTE (Lisbôas Nacional) - Com a palavra

V. Exa. para contestar a questão de ordem.

DEPUTADO
O SR. ^{DEPUTADO}DIAS MEVEZES - ^H ~~Na ordem de~~ questão

de ordem, levantada pelo nobre Deputado José Machado, é totalmente
inapertinente, data venia, escuse-se S. Exa., ~~o~~ o Presidente
da ASSOCIAÇÃO não revelou propriamente (é Casa por o que é) a Assoc-
ciação. Resuriu em cinco palavras o que entende ^{como} ~~deve~~ deve ser
encarada a ASSOCIAÇÃO e se dispõe a ouvir as interpelações e a
responder-las. Quanto ao problema de episódios pretéritos não nos
interessa, absolutamente. Estamos aqui interessados em ouvir a
exposição do Presidente do Sindicato e, depois, naturalmente, quan-
do o Presidente, abrir/ propriamente/ os debates, todos poderão
usar da palavra. Possivelmente, data venia, ~~isso~~ labora em
equivoco o nobre companheiro José Machado, quando diz que os re-
presentantes das pequenas empresas não teriam mais oportunidade
de falar. Como diz S. Exa., trata-se aqui de uma reunião, de au-
diência pública e, a qualquer momento, todos os circunstantes, que

têm assento à Mesa, poderão interpellar, poderão solicitar aperturas e poderão debater a matéria. ^{Dei} ~~Dei~~ a razão pela qual, entendo como terpestiva a questão de ordem do nobre Deputado José Machado. Acho que deveríamos, imediatamente, ouvir o Presidente do Sindicato, já estamos ao meio dia; imagine V. Exa. como esses debates deverão requerer um tempo enorme para que todas as dúvidas que assaltar os Srs. Deputados venham a ser esclarecidas.

(Deputado Logia nas Juntas) Generuino Fonseca,

O SR. PRESIDENTE - Deputado ~~Logia nas Juntas~~, V. Exa. queria falar sobre a questão de ordem levantada pelo nobre ^{Deputado} ~~Logia nas Juntas~~ / José Machado?

GENERUINO FONSECA -

O SR. DEPUTADO ~~Logia nas Juntas~~ Sr. Presidente, se não me engano, da vez anterior, ficou estabelecido que nesta reunião deveriam ~~os~~ comparecer os três membros do ^{CNP} ~~CNP~~, que estiveram na reunião passada ^{mas} não estou vendo nenhum deles aqui. //

~~Logia nas Juntas~~ (Logia nas Juntas) ~~Logia nas Juntas~~

~~Logia nas Juntas~~ não...

~~Logia nas Juntas~~ e naturalmente ~~Logia nas Juntas~~...

~~e se não me enganar não estou vendo nenhum deles aqui.~~

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Então ^{na} é

sobre essa questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - E naturalmente isso vai

prejudicar algumas perguntas que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Pois não.

GENERUINO FONSECA

O SR. DEPUTADO ~~JOSÉ MACHADO~~ - Quer dizer que não estando

a quem eu devo me dirigir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - V.Exa. vai

ter oportunidade de falar.

GENERUINO FONSECA

O SR. DEPUTADO ~~JOSÉ MACHADO~~ - ^{lá aqui} ~~Vou~~ algum representante do

CNP?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Está sendo

esquemmatizada uma outra data para o CNP. Nós houemos por bem colher

informações primeiro nas duas áreas, ~~ou seja, em ambas as áreas~~

GENERUINO FONSECA

O SR. DEPUTADO ~~JOSÉ MACHADO~~ - ~~Porque eu fiz a pergunta~~

~~que ele disse, por isso que ficou estabelecido que eles comparece-~~

riam a esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Exatamente. ⁷²¹

GENERUINO FONSECA

O SR. DEPUTADO ~~JOSÉ MACHADO~~ - E não estão. Eu tinha feito

um questionário e, se não me enganar, não ^{Vem aqui} tem nenhum ^{daquela vnerentante,} ~~deles aqui~~, se

não me falha a memória, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Exato. Não tem.

GENEQUINO FONSECA -

O SR. DEPUTADO ~~JOSÉ MACIEL~~ - É isso que eu gostaria de ^{Saber} ~~conhecer~~.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Pois não. Resolvendo primeiro a questão de ordem levantada pelo Deputado

~~Paulino Cícero~~ ^{me} ~~permito~~ ~~repetir~~ o seguinte.

~~O SR. DEPUTADO JOSÉ MACIEL - Pelo caminho também~~

~~SR.~~

~~O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Pelo~~
~~Paulino Cícero~~ ^{me} ~~permito~~ ~~repetir~~ o seguinte: ^{feito} ~~Na realidade, foi~~

^{nele} ~~estabelecido~~ ~~que os Presiden~~
tes das duas entidades convidadas a prestarem depoimento aqui res-
ponderiam às dúvidas suscitadas. O eminente Sr. Edson Queiroz houve
por bem abordar apenas o problema do preço, ainda que ligeiramente.

Não foi levantado, na exposição do Sr. Colatrella, o problema da ^{responsabilidade} ~~responsabilidade~~, que eu me permiti dar alguma ^{informação} ~~informação~~, pa-

ra orientação da Comissão e porque o Sr. Presidente do Sindicato
prestou esclarecimentos que me pareceram incompletos a respeito do
assunto. De maneira que a fala do Dr. Edson Queiroz foi uma respos-
ta. Ele se deteve até analisando certos trechos de estradas do Mor-
deste e do Norte. Se ele não quis responder a todas as dúvidas le-
vantadas, é porque evidentemente ele está esperando que o represen

tante do Sindicato as responda, ou possivelmente ele aceite as alegações que foram feitas em torno do assunto. E quanto ao problema do ONP, está sendo objeto de estudos da Vice-Presidência desta Comissão, para que ele venha depois de colhido todo o material nos escalões inferiores; depois nós vamos, se possível, até o Ministro Shigeaki Ueui. Vai depender do desdobramento ~~XXXX~~ aqui presente. Então, V. ~~Sax~~ pode prosseguir, Dr. Renato Ferrari.

O SR. DEPUTADO YASUNORI KUNIGO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Pois não.

O SR. DEPUTADO YASUNORI KUNIGO - Gostaria de perguntar, Sr. Presidente: o Sindicato representa apenas a ASSOCIGAS ou todas as concessionárias da distribuição de gás de ~~XXXX~~ PETROBRAS?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - O Sindicato representa todos os integrantes da categoria, por uma disposição de lei; mesmo aqueles que não são associados.

~~Edson Queiroz~~ ~~EDSON QUEIROZ~~

~~Renato Ferrari~~

~~Edson Queiroz~~

~~O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel)~~

~~dentamente a categoria econômica é a profissional. Ela representa~~

~~categoria econômica~~

O SR. DEPUTADO YASUNORI KUNIGO - Muito obrigado.

O SR. EDSON QUEIROZ - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Pois não.

O SR. EBSON QUEIROZ - Só para esclarecer um ponto, onde se diz "... os representantes das pequenas companhias...". Os representantes das pequenas companhias, ~~de muito mais pequenas companhias~~ é a própria ASSOCIGAS. Eu citaria, assim de lembrança, dez companhias pequenas. Agora, ^{há} ~~existe~~ um representante das companhias dissidentes da ASSOCIGAS, ~~por~~ que não quiseram entrar nas normas de comercialização ~~que foram~~ traçadas dentro da ASSOCIGAS, ~~mas~~ normas ~~estabelecidas~~ em benefício e em garantia do consumidor. E essas duas companhias dissidentes - pode ser que amanhã ^{há} ~~existam~~ mais - que rem processar o sistema de abastecimento de uma maneira irregular, de uma maneira fora de lei. ~~A lei~~

abastecimento de uma maneira irregular, de uma maneira fora de lei.
 A lei da distribuição hoje é a Portaria 1/61, que fala que não ^{se} pode encher botijão, que não ^{se} pode aliciar, etc, etc. ~~Essas duas companhias, ¹⁰ ~~esses~~ crescimento ^{de} ~~que elas~~ tiveram nos três últimos anos, ~~é~~ ^{de agir} ~~ca~~ provada a maneira irregular ^{enchendo os} ~~que elas têm, ~~que elas têm~~ botijões das congêneres.~~
 A ONOGÁS, que se faz presente aqui, cresceu no ano passado, em números redondos... O setor cresceu 7,34% e a ONOGÁS cresceu 70 e poucos por cento. Enquanto no ano anterior o setor cresceu 11% ~~o~~ a ONOGÁS - por estar presente, por isso estou falando na ONOGÁS - cresceu 100%. Ora, se o setor cresce 7,34 e se todas as companhias obedecem a um crescimento bastante mais baixo - 4%; 5,92; 4,99 ~~isso é impossível~~ por que ~~ela~~ só uma companhia cresce 100%? Será que as outras todas estão dormindo? Não; é por prática irregular, ~~uma~~ ^{quebração} da ética da comercialização do gás líquido feito do Brasil, ~~estragando~~ ^{estragando} este 1%, que representa a pequena companhia dissidente, está estragando a sistemática da distribuição, encarecendo os outros 99%.~~

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Encarecendo?

O SR. EDSON QUEIROZ - Encarecendo, porque o preço de gás vai muito da concentração. Se uma companhia tem a obrigação de visitar o consumidor numa predeterminada data, normalmente duas vezes por mês, e se uma ^{contra} companhia ^{para} opera ~~corretamente~~ da lei ~~para~~
~~Deb. que para a distribuição é feita quando~~ ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

os consumidores

~~terem outra experiência a outra~~ - quando o meu caminhão chegar ~~lá~~,
~~este já foi abastecido pelo~~
~~o~~ caminhão do meu competidor, ~~de maneira correta, vai encontrar~~
~~aquele consumidor dela, filiado a ela, já abastecido.~~ Então, ~~so~~
 muito ~~de~~ visitas ^{ficam} perdidas, e isso encarece a despesa de dis-
 tribuição. Um caminhão que sai para entregar 300 garrafas, para en-
 tregar 250 ou mesmo as 300, volta - como tem voltado ~~com~~
~~com~~ com menos 30, menos 40 garrafas, ou seja, deixa de dis-
 tribuir 270, 260 garrafas. Essa prática ~~é~~ ilegal ~~na~~ na distribui-
 ção, procedida por 1% somente do mercado, está encarecendo o servi-
 ço, principalmente aqui, na sexta região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Os esclare-
 cimentos prestados ~~apenas~~ pelo Presidente da ASSOCIGAS ~~em~~ dizem
 mais respeito a irregularidades que teriam sido ^{praticadas} ~~prestadas~~, também,
 pela companhia que levantou o problema, mas devo apenas esclarecer
 aos senhores que não foi dada resposta às questões levantadas. Com
 a palavra o Dr. Ferrari.

O SR. EDSON QUEIROZ - Quais foram as questões levantadas?

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES - Eu gostaria que V.Exa. con-
 cedesse a palavra ao Presidente do Sindicato e estas questões cola-
 terais viessem a ser examinadas posteriormente. Estamos ansiosos
 por ouvir o Presidente do Sindicato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Pois não.
 V.Sa., Dr. Edson Queiroz, poderá evidentemente voltar ao assunto,

assim como também as companhias presentes podem ser objeto de re-questionamento por parte dos ~~Exmos~~ Deputados. Com a palavra o Dr. Ferrari.

O SP. RENATO FERRARI - Exmo. Sr. Presidente da Comissão, Exmos. Srs. Deputados, o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liqüefeito de Petróleo, ao tomar conhecimento - por veiculação da imprensa - da reunião

acometer conhecimento, por veiculação da imprensa da reunião aqui verificada na semana pretérita, desejava efetivamente aqui comparecer, ainda que o convite não ^{lhe} tivesse sido formulado, para trazer a esta augusta Casa alguns esclarecimentos que considera absolutamente imprescindíveis para que se torne conhecimento da realidade plena da distribuição de gás liquefeito no Brasil. Quando se trata de uma matéria desta natureza, que se reveste de alto conteúdo técnico, é certo que várias vezes as questões vêm à baila, se colocar em pauta, são formuladas e sobre elas podem render algumas dúvidas ou poder render dúvidas a respeito de esclarecimentos, quando estes são prestados no calor de debates. O que nós desejamos fazer perante o Parlamento Nacional, caro brasileiros, principalmente, acima de setor que aqui representamos, é trazer a verdade, é trazer a realidade e submeter ao Parlamento Nacional através da sua preclara Comissão das Minas e Energia, dados e elementos que possam levar a uma convicção isenta e plena de como efetivamente se processa e como é a mecânica da distribuição desse produto, que segundo já foi referido aqui é de conhecimento dos eminentes Senhores, atendo de 60 a 70 bilhões de brasileiros.

Não nos rove, aqui, Sr. Presidente, qualquer intenção de caráter ²⁴ ~~em~~ acôntrico, não nos rove, aqui, qualquer intenção que não seja exatamente a de colocar nesta Casa a verdade e a realidade, como

disse, na sua plenitude a fim de que os Srs. Deputados possam, na sua sã consciência de defender os interesses do povo brasileiro, verificar concretamente se esse sistema está efetivamente correspondendo aos interesses do consumidor, ou se esse sistema eventualmente não está correspondendo aos interesses do consumidor. Temos a mais absoluta convicção de que esta Comissão aqui, hoje, se reúne, trazendo ilustres Deputados ext^{os} de todo o País para apurar o sistema que deve prevalecer e para reconhecer que se este sistema é válido, ele deve ser proclamado por esta Comissão,

~~por esta situação~~, como o sistema que mais convém ao consumidor brasileiro. Dentro desse quadro, ~~se~~ ^{me} permite alinhar por escrito para que não se perdesse, inclusive no termo, num improviso sobre o necessário da distribuição ^{alguns dados} que, ~~parece~~ ^{parece} poder resolver muitas ^{que} das dúvidas pelo que ouvimos das notícias da imprensa que se veicularam por todo o País, ~~assim~~ como disse o eminente Deputado Elias Moniz, ^{assaltam} ~~o~~ o espírito dos Srs. Deputados. Então, com a devida vênia ^{da} ~~da~~ Casa, ~~se~~ ^{me} vou ~~permitir~~ ^{me} ler o seguinte:

"O gás liquefeito de petróleo foi introduzido no Brasil a partir de 1937, tendo sido inicialmente importado em sua totalidade e sendo atualmente auto-suficiente a produção nacional de derivado."

Peço a atenção dos Srs. Deputados para este ponto. Hoje, felizmente, o Brasil tem auto-suficiência de gás liquefeito de petróleo e nós não procedemos a qualquer importação desse derivado.

"Hoje, temos 14 milhões de consumidores domiciliares de GLP. Quando como base a média de 5 pessoas por domicílio, bastante realista para o nosso País, poderemos asseverar que mais de 70 milhões de brasileiros ~~podem~~ ^{podem} levar-se em sua vida diária de gás engarrafado. As empresas distribuidoras de combustível doméstico, em número de 29, possuem 15 mil ~~representantes~~ ^{representantes}, que são os concessionários, e ainda existem 13 mil revendedores de fogões em toda a Nação, que estão de certa forma ligados ao setor. ~~Tais~~ Tais organizações entregam anualmente, como ocorreu o ano passado, um milhão e 700 mil toneladas de GLP, sendo 95% às residências e 5% às indústrias e estabelecimentos comerciais. Morais, - e isso é

21/2

importante- o cás está gradativamente entrando em outras dependências da casa além da ~~cozi-~~ cozinha. Com efeito, é usado em escala crescente para o aquecimento de água e var aquecendo o marca- do de carvão.¹¹ (Quando falo em aquecimento de água, os Srs. Deputados imediatamente podem inferir que estou falando em redução do consumo de energia elétrica, que pode ser canalizada para outros setores vitais do País, também.) ¹¹⁰ O setor emprega 21 mil funcionários, que atuam no serviço de coordenação, controle, escritórios centrais e serviço de entrega direta. Desta forma, dentro de uma média também razoável de 4 dependentes por funcionário, temos 105 mil pessoas, podendo dizer, cerca de 100 mil pessoas. *jm*

~~Contar~~

~~Gas de 100 m³ por ano~~ abrangidas pela distribuição de GLP em termos de respectivas sub-sistências. As empresas distribuidoras do combustível doméstico estão presentes em todo o território nacional. A distribuição de gás liquefeito de petróleo - se me permitem uma expressão muito em voga - ocupa todo o território nacional. Assim como nós estamos preocupados em ocupar o nosso território em termos econômicos, em termos educacionais, hoje o GLP, em termos de distribuição, já ocupa todo o território nacional. Para chegar ao usuário, as empresas usam ferrovias, caminhões, carroças, bicicletas, navios e até canoas, como ocorre nos rios São Francisco e Amazonas. Concedem, ademais, as distribuidoras, significativamente a contribuição ao desenvolvimento industrial do País. As indústrias de botijões produzem mais de 2 milhões de recipientes por ano, constituindo um dos grupos que mais consomem chapas de aço no País. Igualmente estimuladas, graças à operosidade da comercialização do GLP, foi a indústria nacional de fogões, produzindo mais de 1 milhão e meio de fogões por ano, uma parte dos quais, nos dias hodiernos, exportada para a África, Inglaterra e países da ALALC. Podemos, desta forma, em breves considerações, avaliar o significado sócio-econômico desse serviço público de que somos permissionários. Um outro aspecto interessante assinalarmos que o GLP, ~~utilizado~~ em regiões do interior, preserva as reservas florestais brasileiras, fato de resto poucas vezes lembrado ou ventilado. Cada tonelada de produto consumido equivale à energia de 150 árvores de bom porte transformadas em carvão.

No ano de ~~1973~~¹⁹⁷⁴ o Brasil consumiu um milhão e 700 toneladas de GLP e desta forma esse consumo representou a preservação da vida de 2 milhões e 400 mil árvores, dados ~~que~~ ^{que} aqui trazemos para que os Srs. Deputados possam ~~ampliar~~ o leque das suas considerações a respeito desse setor e da importância que representa no contexto sócio-econômico do País. As principais vantagens técnicas quanto ao uso do GLP como fonte de energia são ~~as~~ basicamente as seguintes: combustão limpa e completa, reduzida poluição do ar ~~atóxica~~^{atóxica} e escassez ~~de~~ problema de corrosão, por tratar-se de gás seco. Contudo, o consumo per capita de GLP no Brasil - aqui é outro dado substancial para nós - ainda é da ordem de 10 quilos/família consumidora, situando-se desta forma muito abaixo do nível dos países europeus e dos Estados Unidos, que consomem pelo menos 5 vezes mais, havendo dados de que nos Estados Unidos o consumo é de 100 quilos/família, enquanto o nosso é de 10. Verificamos, portanto, o quanto ainda ~~temos~~ temos para frente para conquistar em termos de distribuição de GLP ~~o~~ interesse do nosso desenvolvimento econômico. O mercado brasileiro de GLP é suprido por um parque de refino constituído por sete refinarias de propriedade da PETROBRÁS e mais 2 outras de ~~propriedade~~^{responsabilidade} de particulares. O abastecimento do mercado, como é ^{cedido, e} supervisionado, controlado e fiscalizado pelo Conselho Nacional de Petróleo, órgão do Ministério

23/8

rio das Minas e Energia, que além de fixar ^(P)preços ^(de) deriva-
dos ^(V) aqui já verificamos nesta reunião que o preço é
tabelado ^(V) coordena o abastecimento e distribuição em to-
do o território pátrio. Consoante determinação do CNP, as
empresas distribuidoras de GLP deverão possuir armazena-
gem em quantidade necessária e suficiente para garantir
~~satisfatoriamente a regularidade do abastecimento nacional~~
mesmo na ocorrência de situações anômalas. ~~Quero dizer~~
que a armazenagem, a tancagem ^(os) e investimen-
~~to em - devem fazer para que o produto fique à disposição~~
tos que as companhias do consumidor por tempo razoavel
dentro de condições mesmo anômalas são presididas por cri-
térios técnicos e econômicos de alta envergadura. Ademais,
tal critério é baseado na média diária das vendas de cada
companhia no ano anterior e adequadas ano a ano às no-
vas necessidades do consumo nacional. O território bras-
leiro é dividido em 9 regiões de consumo, as quais sofrem
reformulações decorrentes da dinamicidade do mercado e en-
trada em funcionamento de novas refinarias. Efetua-se a
distribuição do GLP a granel ou em botijões de 2,3, 5,13,
45 e 90 quilos. Já se verifica com intensidade a entrega
do produto através de instalações ~~centraliza-~~
~~das~~ com baterias de cilindros de 45 quilos ou
tanques fixos de utilização de medidores individuais em
apartamentos ou em conjuntos residenciais. São as seguin-
tes as empresas distribuidoras de GLP que operam no País,
sua participação no mercado e origem dos respectivos
capitais (e neste ponto provavelmente eu poderei escla-
recer algumas outras dúvidas que podem ter existido a res-
peito de capital estrangeiro no setor, como poderemos es-

~~todas essas companhias têm posição igualitária dentro da SOGIGÁS,~~
~~porque a cada uma corresponde um voto nas deliberações da SOGIGÁS,~~
~~como entidade civil. São eleitas para um Conselho Deliberativo por~~
 um voto de cada uma, e este Conselho Deliberativo, também por um voto
 de cada um de seus membros, elege uma Diretoria Executiva. ~~_____~~

~~_____~~ Outro ponto muito importante do tra-
 tamento igualitário entre todas as companhias, para se demonstrar
 a inexistência de dicotomia entre grandes e pequenas. ~~no~~ Conselho
 Deliberativo têm assento todas as companhias de gás, independente-
 mente de sua participação no mercado, e todas dispoendo de um voto nas
 deliberações da entidade. De maneira que fica perfeitamente escla-
 recido neste ponto o tratamento igualitário que as companhias ali
 têm, para não dizer -- e o Sr. Presidente acabou de me brindar tão
 gentilmente com uma explicação a respeito da situação e da defini-
 ção de sindicato, que realmente eu não havia atingido -- para não
 dizer ao Sr. Presidente, especialmente, que verifico ser uma pessoa
 altamente versada no assunto, que em termos sindicais o tratamento
 também é igualitário, pelo voto de um sócio ou um associado, corres-
 pondendo a cada associado um voto nas assembléias de deliberações
 de sindicato, demonstrando aqui também a igualdade entre as compa-
 nhias. Ao ler ~~_____~~ este quadro, ~~_____~~ ^{perdoem-me} (se ~~_____~~ ^{for} um ~~_____~~ ^{tanto})

24/2

enfado, mas acho absolutamente necessário para esclarecimento da augusta Casa. Acredito que os Srs. Deputados terão, numa visão ^(panorâmica,) se posso chamar, ~~essa~~ a situação das companhias no Brasil, a sua participação no mercado e os seus capitais atuais. Não vou naturalmente falar de situações eventualmente anteriores, já superadas e vencidas, de companhias que poderiam ter capitais estrangeiros em tempos passados. ~~Essa~~ ^{Interessa} evidentemente o que ocorre hoje e não o que ocorreu ~~em~~ tempos passados.

O SR PRESIDENTE (Deputado Ligêneas Maciel) - Não há uma proibição legal de participação estrangeira, não obstante a preocupação da Comissão. É preciso se esclareça, porque poderá parecer que a Comissão estabeleceu como ~~essa~~ regra, como orientação, uma total aversão ao capital estrangeiro. O que ela quer ^é apurar, para depois sugerir medidas compatíveis com o interesse nacional.

O SR RENATO FERRARI - Mas eu não tive, de maneira alguma, essa intenção, Sr. Presidente, Compreendi perfeitamente a posição da Comissão, mesmo porque, segundo a nossa legislação, o capital estrangeiro é muito ^{bem-vindo} e nós, brasileiros, evidentemente, ~~esse~~ desejamos -- e isto está não só no pensamento, mas no coração de todos nós -- ^(para o Brasil) que esse capital venha ~~esse~~ colaborar com o País, trabalhando ao nosso lado e conosco, em termos de um trata-

24/3

mento ~~é~~ justo para o capital estrangeiro, mas que também
seja justo para nós, brasileiros. Acredito ^{ser} ~~que~~ este ~~é~~ o pensa-
mento geral. ~~É~~, absolutamente, não coloquei nesses termos, como se
houvesse uma ~~certa~~ xenofobia a respeito do capital estrangeiro,
que realmente não existe, ~~existindo~~, e os estrangeiros neste País
convivem conosco ~~em~~ praticamente

~~Os estrangeiros, neste País, convivem conosco praticamente~~ ^{em} termos de igualdade. E esta Casa dá demonstração inequívoca disso e uma grande lição de democracia, não só para o Brasil, mas também para o mundo, ao receber o Sr. Giovani Colatrela, que não é um cidadão brasileiro - é italiano - mas aqui está convivendo conosco. E o Parlamento Nacional de certa forma o ouve em termos de igualdade, o que demonstra que realmente não existe, dentro do nosso País, nenhum preconceito, nenhuma discriminação e nenhuma xenofobia.

A situação é a seguinte: ULTRAGÁS: capital integralmente nacional; participação de mercado: 23,73%. SUPERGASBRÁS: capital integralmente nacional; participação: 19,86%. LIQUIGÁS: Com a permissão do Vice-Presidente da LIQUIGÁS, que aqui se encontra, desejo esclarecer que se trata de capital italiano que aportou ao Brasil, ~~mas~~ parte desse capital, cuja percentagem não tenho elementos para dizer no momento, já está nacionalizada. O Vice-Presidente da LIQUIGÁS acaba de informar-me que 90% do capital da LIQUIGÁS é ~~em~~ ~~parte~~ nacional. O capital italiano que para aqui veio, não tendo recebido registro no Banco Central - como todos sabemos, segundo as leis que regem a matéria - nacionalizou-se, ~~Mão~~ tem mais condição de retornar ao país de origem. ^Portanto, devemos considerá-lo capital nacional. A LIQUIGÁS tem participação no mercado de

22,06%. HELIOGÁS: capital italiano, com participação no mercado de 7,46%. MINASGÁS: capital integralmente nacional, com participação no mercado de 5,92%. Norte Gás Butano: capital integralmente nacional, com participação no mercado de 5,84%. PIBIGÁS do Brasil: capital italiano neste momento, com participação no mercado de 5,57%. Pleno Gás Fugante: capital integralmente nacional, com participação no mercado de 1,89%. COPAGÁS: capital integralmente nacional; participação de mercado: 1,84%. PARAGÁS: capital integralmente nacional; participação de mercado: 1,46%. ONOGÁS: capital integralmente nacional; participação de mercado: 1%. FOGÁS: capital integralmente nacional; participação de mercado: 0,95%. VALGÁS: capital integralmente nacional; participação de mercado: 0,83%.

35/75

Neusa

14.5.75

12-N

26/1

PETROGÁS: capital integralmente nacional; participação de mercado: 0,71%. *GASBEL*: capital integralmente nacional; participação de mercado: 0,32%. Paulista Gás: capital integralmente nacional; participação de mercado: 0,27%. Sergipe Gás: capital integralmente nacional. A respeito desta companhia, esclareço que foi adquirida por outra empresa nacional, tendo deixado de funcionar com *Foi absorvida por outra companhia nacional.* esta denominação. Alagoas Gás: capital integralmente nacional; participação de mercado: 0,12%. PRUDENTINA: capital integralmente nacional; participação de mercado: 0,10%. GASÔNIA: capital integralmente nacional; participação de mercado: 0,07%.

Os Srs. Deputados verificaram, pelas participações de mercado, que há uma prevalência de companhias, que poderemos chamar - pela sua participação de mercado, e não por qualquer critério de diferenciação econômica, jurídica ou de tratamento entre elas - companhias médias e companhias pequenas, que são quase todas - ~~em~~ exceto outras que têm participação um pouco maior - representadas pelas 3 ou 4 primeiras companhias. Por esses dados se verifica que 17 empresas são integralmente nacionais. Em face do esclarecimento do Vice-Presidente da LIQUIGÁS, segundo o qual o capital dessa firma foi nacionalizado, podemos considerar 18 empresas de capital nacional, que detêm 87% do mercado. As outras com-

panhias, de capital italiano, deteriam a cifra de cerca de 13 a 15% do mercado. A PIBIGÁS, em virtude de entendimentos que se estão verificando, poderá ter o seu capital nacionalizado também. Conforme ~~esses~~^{os} entendimentos se processarem, poderemos voltar à presença desta Comissão para dar esclarecimentos a ~~esse~~ respeito. A LIQUIGÁS, que aportou capital italiano, e a PIBIGÁS sistematicamente reinvestiram, no Brasil, todos os resultados que tiveram desde sua entrada no País.

Se os Srs. Deputados desejarem - não quero fazer-me enfadonho, e a hora já está adiantada - eu poderia dar o capital social das diversas companhias também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Devo esclarecer a V. Sa. que já foi objeto de consulta ao Banco Central e ao CNP, de maneira que receberemos esses elementos diretamente do Conselho Nacional de Petróleo, que deverá confirmar os dados fornecidos por V. Sa.

O SR. RENATO FERRARI - Podem ser dispensados ~~estes~~^{os} esclarecimentos nesta oportunidade.

(?) O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Um momento, há uma pergunta pela ordem.

O SR. RENATO FERRARI - Pois não.

O SR. DEPUTADO ? - Considero elucidati-

vo o depoimento do Sr. Presidente e o cumprimento, pelo caráter pormenorizado da sua exposição...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Um momento, acho que ele não terminou, Deputado.

O SR. DEPUTADO [?] - Sei que ele não terminou a exposição, mas vou levantar uma questão oportuna.

~~Sei que ele não terminou; é evidente que não terminou. Eu pretendo que V.Exa- se já não o fez - providenciasse a distribuição de uma cópia xerográfica do depoimento do Sr. Presidente aos integrantes da Comissão, para que nós o estudemos mais detalhadamente e em sossego, porque, evidentemente, são dados objetivos que exigem maior e mais demorado.~~

O SR Renato Ferrari

Com todo prazer.

Eu só desejaria prestar o seguinte esclarecimento: tivemos ciência da nossa vinda aqui no final da semana passada e que se interpôs um feriado. Então, não tivemos tempo material suficiente para um prepare desse trabalho em termos de poder distribuir aos Srs. Deputados, e eu estou lendo sobre o próprio borrão que pudemos fazer. Mas, imediatamente, passado isso datilograficamente a limpo, com todo prazer enviaremos aos Srs. Deputados uma cópia do pronunciamento.

Presidente

interessado

Todo interessado no serviço e uso de GLP, inscrevendo-se como consumidor de uma das companhias distribuidoras, adquire os componentes necessários à instalação em sua casa, para o seu abastecimento, de dois botijões, um regulador de pressão, um tubo plástico e duas braçadeiras. Acredito que todos os Srs. Deputados devem ter em casa esses componentes, que recebem a denominação de "conjunto

2712

técnico", ~~essa~~ expressão muito usada no nosso setor, inclusive referida em ^{Portarias} portarias ^{em} em instruções do Conselho, ~~em~~ ^{em} "conjunto técnico" ^é ~~essa~~ a significação destes componentes: dois botijões, regulador, braçadeiras etc.). Em face do que dispõe a legislação do petróleo, a operação de compra do conjunto técnico relaciona o consumidor à companhia distribuidora. ~~Aqui,~~ ^{Aqui,} ~~eu~~ ^{eu} pediria ^{especial} atenção dos Srs. Deputados, começa a emergir o aspecto da vinculação do consumidor a uma determinada companhia distribuidora, que me parece ser um dos grandes temas ^{da} ~~essa~~ reunião, em termos de interesse nacional. Toda estrutura do abastecimento de gás liquefeito de petróleo no Brasil está montada nesse sistema. Essa vinculação, contudo, não obriga o consumidor a permanecer ligado à companhia, desde que ~~o consumidor~~ ^{ele} manifeste o seu desejo de transferir-se de distribuidora. Realmente, a vinculação nasce no momento em que o consumidor ^{se} ~~o~~ inscrevendo ~~o~~ como consumidor de uma determinada companhia, ~~o~~ inclusive, ^{preencher} ~~o~~ uma ficha de registro de consumidor, que fica sob controle do CNP. Com a aquisição do chamado conjunto técnico ^{(então,} nasce a vinculação do consumidor à companhia. ~~Mas~~ essa vinculação não o escraviza à companhia, como poderia parecer ou se diria eventualmente, porque ele guarda ^a ~~uma~~ plena liberdade de se transferir dessa companhia para outra, quando ^o ~~o~~ desejar, e sem dar maiores satisfações a quem quer que seja. ~~Essa~~ ^é uma manifestação de vontade que deve ser respeitada.

É evidente que esse sistema de implantação e desenvolvimento do abastecimento de GLP não foi adotado,

(sem estudos acurados, de caráter governamental, objetivando principal-

mente o interesse do consumidor brasileiro . Tais estudos se verifica-

ram em época oportuna, *to* o Conselho Nacional do Petróleo estatuiu as

normas reguladoras do abastecimento, através do sistema de vinculação

a que nos referimos e que pode ser perfeitamente examinado na ~~na~~

Portaria 1/61 do CNP. *(por oportuno)* Convém ressaltar, para que nós, abrindo esse

leque dos nossos conhecimentos sobre a distribuição de GLP, possamos

verificar até que ponto vão as nossas atividades ~~que~~

~~que~~ existem cerca de trinta milhões de ~~recipiente~~

botijões de GLP em permanente rodízio no Brasil. Tais recipientes, ~~que~~

absolutamente idênticos, são construídos e testados através de normas

competentes elaboradas pela Associação Brasileira de Norma Técnicas

e pelo Conselho Nacional do Petróleo. ~~A única diferenciação~~

~~entre os vasilhames das~~ diversas empresas é a existência da marca

da companhia distribuidora, gravada no colarinho, ~~que é a parte superior~~

~~do recipiente,~~

~~que~~ e ~~que~~ impressa também no corpo do botijão.

a única diferenciação que existe entre os vasilhames das diversas empresas é a existência da marca da companhia distribuidora gravado no colarinho, que é a parte superior do botijão, ~~que deno-~~
~~mina~~ ~~o~~ ~~botijão~~ ~~de~~ ~~uma~~ ~~companhia~~ ~~distribuidora~~ ~~e~~ ~~esta~~ ~~marca~~ ~~é~~ ~~também~~ ~~no~~ ~~corpo~~,
do botijão. De maneira que cada botijão recebe a identidade da
~~companhia~~ companhia que faz o seu enchimento e portanto ~~recebe~~
~~imediatamente~~ ~~apenas~~ ~~para~~ ~~contar~~ ~~com~~ ~~a~~ ~~identidade~~ ~~como~~
~~distintiva~~ ~~de~~ ~~uma~~ ~~companhia~~ ~~responsável~~ ~~por~~ ~~este~~ ~~botijão~~. Cada companhia
distribuidora é responsável pela manutenção do recipiente ^{de sua marca,} ~~de logo~~
que retorna aos parques de engarrafamento, sendo um dos aspectos
de grande importância a necessidade de contante fiscalização das
condições técnicas desses vasilhames, efetuando-se a ~~sua~~ retirada
ou separação daqueles cujos índices de utilização indicam a neces-
sidade de substituição. ^{Isso} ~~que~~ quer dizer que as companhias mantêm
os botijões em permanente verificação e quando estes ^{voltam} ~~vão~~ da casa
do consumidor para a estação de engarrafamento da companhia, ~~ela~~
~~o~~ ~~botijão~~ ~~é~~ ~~examinado~~ ~~através~~ ~~de~~ ~~equipamento~~ ~~próprio~~ ~~e~~ ~~procede~~ ~~a~~ ~~uma~~
~~manutenção~~ ~~de~~ ~~ordem~~ ~~técnica~~ ~~no~~ ~~botijão~~ para que ele volte ~~nova-~~
~~mente~~ à casa do consumidor em condições ~~que~~ técnicas perfeitas, ~~e~~
Quando o botijão não apresenta estas características, ~~estes~~ são
eliminados. Dentro deste sistema foi possível a obtenção de gran-

de economia de escala, assim como a adequação dos meios de trans-
 porte e distribuição ^{de acordo com as} ~~as~~ ^{de cada} ~~em várias~~ ^{de cada} ~~regiões, e que alda-~~
^{19/} ~~do~~ sistema de controle de preço, com ^{10/} ~~tabelamento~~ estabelecido
 pelo Conselho Nacional de Petróleo, possibilita a distribuição a
 preços compatíveis com o poder aquisitivo médio do país. ~~preços~~
~~estes, fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo.~~ Ao vincular
 o consumo ^{idm} de GLP à empresa distribuidora o Governo estabelece ^u efe-
 tivas ^{17/} ~~as~~ condições às distribuidoras de adequar seu meio de arma-
 zenagem, de transporte e de ~~distri~~ distribuição aos volumes por
~~elas~~ ^{xxx} ~~movimentados,~~ ~~se~~ sempre em consonância com os
 interesses do consumidor. ~~Com a movimentação dos volumes de pro-~~
~~duto vinculados ao número de consumidores~~ ⁶ ~~é~~ aqui ~~adquirido~~
 convém coñocar um outro enfoque muito importante: na medida em
 que existe uma vinculação do consumidor à companhia, existe também
 uma vinculação da companhia ao consumidor, ^{11/} na medida em que o con-
 sumidor é da companhia e ela pode abastecê-lo, dentro do princípio
 normal da empresa que é de caráter econômico, a empresa ~~também~~
~~assume um vínculo com relação ao consumidor, porque~~ na medida em que
~~ela~~ vai aumentando

ad.

feirr. Então, hoje, se somos auto-suficientes em gás liquefeito de petróleo não ~~é~~ ^{porque} absolutamente ~~para~~ ^{petróleo} o país importar ~~mas~~ em virtude da necessidade de ~~consumo~~ de GLP. ~~sem~~ ^Somos auto-suficientes, ~~mas~~ ^{eu} ~~é~~ ^{total} uma decorrência das nossas necessidades de importação de gasolina, graças a esta disciplina, o Brasil orgulha-se de possuir um dos ~~mais~~ perfeitos, ~~serviços~~, senão o mais perfeito, serviço público ~~este setor~~ ^{este setor} os empresários e especialistas estraggeiros ligados ao ramo, aqui estando não se cansam de exaltar ~~de~~ ^{ca} a criatividade intelectual ~~de~~ ^{do nosso} ~~este~~ povo. A distribuição ~~que~~ ^{de} por entrega automática, ~~de~~ ^{isto} ~~de~~ 14 em 14 dias, ~~possa~~ ^{prazo} ser estabelecida depois de exames e estudos técnicos a respeito, ~~de~~ ^{dentro} ~~esta~~ ~~riqueza~~ ~~da~~ ~~nossa~~ ~~intelectualidade~~ ~~de~~ ~~nossa~~ ~~nação~~ ~~criativa~~ ~~de~~ conseguimos criar um sistema que, hoje, ~~verificou~~ ^{se} em notícias de jornais, ~~que~~ está sendo atacado por ~~ser~~ o único ~~sistema~~ do mundo. Mas ~~que~~ é o melhor ~~dos~~ sistemas que existem. Quando ~~criamos~~ criamos alguma coisa, ~~que~~ ~~é~~ ~~realmente~~ ~~possível~~ ~~com~~ ~~a~~ ~~nossa~~ ~~existência~~ ~~brasileira~~ ^{como} o instituto da ~~duplicata~~ ^{duplicata}, através do qual podemos ~~podemos~~ dar caráter cambial à operação comercial de compra e venda a prazo, ~~que~~ ~~foi~~ ~~uma~~ ~~invenção~~ ~~brasileira~~, ~~que~~ ~~os~~ outros países ~~são~~ ^{vão} ~~copiar~~, ~~quando~~ ~~criamos~~

ad.

seu número de consumidores ~~em~~ vai crescendo ^{também} suas repponsabi-
 lidades de tancagem e transporte, de seguro e todas as demais res-
 ponsabilidades que envolve a atividade da companhia. E com isto
 as companhias podem levar a efeito sempre com a sanção e aprova-
 ção do Conselho Nacional de Petróleo, que faz os exames técnicos
 para tanto. Os investimentos imprescindíveis e que são geralmente
 de grande monta, garantindo a continuidade do abastecimento e igual-
 mente possibilitando o escoamento ~~nacional~~ de toda a produção das refinárias
 nacionais. E quando de fale em produção das refinarias nacionais,
 tive oportunidade de ler ^{em noticiário da} ~~na imprensa~~ imprensa que o
 país estaria de certa forma condicionado às importações de petróleo
 em virtude do consumo de gás liquefeito de petróleo. Não sou um
 técnico na matéria, ^{esses} ~~os técnicos~~ melhor que eu poderão ^{dar} ~~uma~~ uma
 explicação sobre isto, mas, apenas ^{com os registros,} ~~deixar constando,~~ as impor-
 tações de petróleo são feitas na medida das necessidades de consu-
 mo de gasolina e não ~~na medida~~ da necessidade do consumo do GLP.
~~mesmo porque~~ O GLP é um derivado ~~necessário~~ da produção de gasolina
 e na medida ^{em} ~~em~~ que a importação é feita para atender o consumo
 de gasolina, automaticamente, por razões de ordem técnica, existe
 o subproduto GLP. A refinaria até um determinado volume pode pre-
 duzir mais ou ~~produzir~~ menos, mas ^{10%} ~~em~~ limite ela também não pode

Ant.

invenção
e que ~~foi uma invenção brasileira e que os outros passam a copiar,~~
~~quando nós criamos algo dessa natureza devemos, não sei por quem,~~
~~porque li apenas nos jornais, nós devemos ser feridos com a pcha~~
~~de que ~~o mundo~~ é o único sistema existente no mundo ~~que~~ não serve.~~
~~Isso~~ ~~que~~ significa que ~~não~~ ~~temos~~ ~~condições~~ ~~para~~ ~~criar,~~ ~~como~~ ~~brasilei-~~
~~ros,~~ nada de novo que o mundo possa acompanhar? A esse respeito
um respeitável engenheiro italiano, Dr. Rodolfo Petrônio, de reconhe-
cido prestígio internacional no mundo do gás, Professor da Univer-
sidade de Trieste, integrante da Associação Italiana de Técnicos e
Especialistas de Petróleo, ~~x~~ fez inserir na revista "Il Gas Lique-
fati", nº 152, editada em Milão, um interessante editorial sob o tí-
tulo "Da Noi por troppo ~~de~~ ^{nuovo} de nuovo", que significa "para nós, ~~de~~
italianos, infelizmente nada de novo. ^{Porque} Ele tinha ^{chegado} ao Brasil
e encontrado algo de novo na distribuição de GLP, ~~XXXXXXXX~~ ~~e~~ não
economiza elogios ao sistema de distribuição de gás através de bo-
tijões, empregado no País. O mesmo engenheiro volta a apreciar a
eficácia do sistema nacional de distribuição em outro editorial pu-
blicado na mesma revista, sob nº 159, sob o título "L'organizzazione
brasiliiana nel settore del GLP. São suas palavras, e vou tentar fa-
zer uma tradução direta." De toda impressão que reportamos não
Hesitamos em julgar e definir a organização brasileira no setor de
GLP uma das mais eficientes e melhores existentes."

201

Recentemente ainda, quando estiveram em São Paulo os empresários da associação de gás da Alemanha votaram e testemunharam a sua admiração ao nosso sistema de abastecimento ao consumidor doméstico de GLP. Para que a distribuição do GLP possibilite ao consumidor o abastecimento automático e ininterrupto, o CNP impõe normas pertinentes à ~~abastecimento~~^{abastecimento}, assegurando estocagem necessária à garantia do abastecimento. Trata do assunto especificamente a Resolução 1/69, que em síntese obriga às companhias distribuidoras, ~~em~~ consoante sua participação nas áreas de consumo, conforme ~~estabelecido~~^{ainda} as áreas de influência das refinarias existentes no País, a manter ~~em~~ tancagem ~~em~~ própria para assegurar o normal abastecimento a seus consumidores existentes, e para atender ainda a sua estimativa de expansão. Vale dizer que a vinculação do consumidor possibilita que as companhias distribuidoras ~~dimensionem~~ dimensionem seus parques de armazenamento nas áreas geoeconômicas preestabelecidas pelo CNP, de acordo com a sua efetiva e comprovada participação no mercado e prévia programação para os 12 meses seguintes. Essa tancagem, sendo um reflexo direto da vinculação do consumidor à companhia, ~~permite~~

ed.

35/75

elza

14.5.75

12-U

32/1

do consumidor à companhia, permite que as empresas que operam no ramo da distribuição de gás planejem cientificamente e economicamente seus investimentos. Também somente a título ilustrativo confirma-se que para assegurar o contínuo abastecimento numa das áreas geoeconômicas do País, área de São Paulo, há cerca de três anos as companhias distribuidoras construíram em Utin-ga um grande parque de estocagem do produto, ligado por gasduto à Refinaria de Presidente Bernardes, de Cubatão, e ao Porto de Santos, com investimentos, àquela época, da ordem de 14 milhões de cruzeiros novos. Desse investimento participaram as 12 empresas sempre afastada essa dicotomia de grandes e pequenas ~~as 12~~ empresas que operam na área, e todas elas portanto se servem deste parque de estocagem criado para poder abastecer-se a si próprias e também reduzir o custo operacional da distribuição. Por outro lado, sempre dentro da mesma mecânica, nos mais variados pontos do País, em Paranaguá, Cabedelo, Manaus, Porto Velho, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Itajaí, Recife as ~~companhi-~~

GM.

as companhias dispõem de tancagens próprias exclusivas, ou em regime de pool, como é o caso de F BETINGÁS, em Belo Horizonte, de TERGASUL, em Porto Alegre. Essas tancagens mantenedoras da normalidade do abastecimento doméstico e industrial foram locadas mediante autorização do Conselho Nacional do Petróleo, que caso a caso estuda as suas reais necessidades."

E por derradeiro, desejo assinalar que no atual sistema de vinculação, consumidor-botijão-distribuidor, todo o vasilhame entregue a consumidores recebe o exame prévio de controle a que me referia, passando por uma série de testes, como também recebem um seguro que cobre os consumidores. Aliás, pode-se afirmar que a incidência de sinistros pelo uso de GLP é de um percentual absolutamente desprezível. Tanto mais se considerarmos que o botijão de gás entra em 14 milhões de lares brasileiros.

Para completar, ainda falando a respeito dessa vinculação, que como ~~não~~ verificamos não é de caráter obrigatório, ~~mas~~ ^{pois} o consumidor tem o direito de se transferir de uma companhia para outra, ~~esta vinculação é~~

Ad.

a base de toda^a estrutura do abastecimento de GLP em todo o território nacional. Se, apenas gracia^t argumen-
tandi, a vinculação se ~~extinguisse~~, isso significaria que os botijões perderiam a identidade da companhia por eles

21.

perderiam a identidade da companhia por eles responsável e, portan-
to, botijões de umas poderiam ser enchidos por outras companhias, fa-
zendo com que se criassem inclusive condições de anomalia de merca-
do, ~~mas~~ quanto à responsabilidade da companhia perante o consumidor,
que sempre teria a grande perplexidade de ^{mas} saber qual a companhia que
o está abastecendo. Teria ^{laide a} ~~uma~~ problemática relacionada com o peso
do gás dentro do botijão, ~~porque se uma companhia, dificilmente il-~~
~~tificável pelo enchimento, não se~~ ^{de não se} puder imediatamente identificar,
~~a companhia responsável pelo enchimento,~~
~~sempre ficando a perplexidade da autoridade~~, ~~com enchi-~~
~~mentos~~ com muita facilidade ^{o peso} poderia ser feito a menos do que a lei
exige. ~~em um botijão~~ E, afinal, não temos dúvida, falan-
do em termos de sindicato nacional, de que se instalaria no País um
tumulto e até um caos na distribuição de GLP, que dificilmente poder-
ria ser superado ou contornado. Se este País tem um serviço que efe-
tivamente funciona, este serviço é o abastecimento de GLP. Não há
nenhuma crítica que se possa fazer a esse abastecimento, ~~zenãxax~~ e
casos absolutamente isolados que se verificam, não por causa do sis-
tema, mas por causa da própria imperfeição humana, são ^{em número} ~~os~~
~~os~~ desprezíveis, que não podem absolutamente -- senão por uma razão
estritamente de ordem polêmica, segundo o nosso entendimento -- fa-
zer com que essa exceção se transforme ^{numa} ~~em~~ consideração ^{de} ~~de~~ todo,

at

o que constituiria ~~todo~~ o erro lógico de tomar ^{parte} todo ^{em} ~~parte~~

De maneira que, com as explicações que acabo de dar a este eminente
Ornário, o que desejo fazer, e efetivamente faço, é convidar a Co-
missão de Minas e Energia, na pessoa de todos os seus excelsos in-
tegrantes, a que ~~sejam~~ compareçam aos plantes de engarramento e
também a uma sessão, que poderíamos programar, em termos de audiovi-
suais e de filmes, para podermos mostrar de ~~uma~~ maneira direta, con-
creta, efetiva, ~~a distribuição de gás liquefeito de petróleo.~~

~~Como~~ como ~~efetivamente~~ se processa ~~o~~ a mecânica da dis-
tribuição do gás liquefeito de petróleo. ^{Assim, logo} Srs. Deputados toma-
ria conhecimento direto ^{do assunto e} ~~de~~ ~~esse~~ ~~que~~ ~~se~~ ~~trata~~
~~de~~ ~~uma~~ ~~sessão~~ ~~de~~ ~~audiência~~ ~~em~~ ~~que~~ ~~os~~ ~~Srs.~~ ~~Deputados~~
disporiam de dados técnicos para que nós pudéssemos, assim que os
Srs. Deputados desejarem, prosseguir nos esclarecimentos.

Muito obrigado.

~~O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MACIEL)~~

~~Deputado~~

s/

At.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNDAS MACIEL) — Srs.

Deputados, Srs. representantes ~~das~~ das companhias e demais pessoas presentes, estamos ~~agora~~ quase à uma hora da tarde. Sei que há uma série enorme de perguntas a serem efetuadas. Então indago da Comissão se não seria mais conveniente que suspendêssemos os trabalhos para um almoço rápido e voltássemos ^{depois.} ~~depois, porque o volume de perguntas que temos a efetuar no período que vai absorver a tarde~~.
 Pergunto aos representantes das companhias se estariam de acordo também com esta providência. (Pausa)

Os Srs. ~~representantes~~ estão de acordo?

~~representantes~~

O SR. DEPUTADO

-- Estamos de acordo.

~~O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNDAS MACIEL) — E os Srs.~~

~~representantes das companhias?~~

~~O SR.~~

~~-- V. Exa. propõe que~~

~~se continue? Desculpe-me, porque não entendi bem a proposição.~~

~~O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNDAS MACIEL) —~~

~~nativa de podermos continuar ou interromper para o almoço e voltar.~~

O SR. RENATO FERRARI

-- De nossa parte, se

V. Exa. e os Srs. Deputados permitirem, preferiríamos continuar,

porque naturalmente desejamos ~~vamos~~ voltar ~~na~~ a São Paulo, ao Rio,

^{final} de onde ~~vamos~~ viemos, para ~~atendermos~~ ^{atender} as obri-

ou

gações e responsabilidades que lá deixamos, entendendo evidentemente ^{a nossa vida aqui era} que ~~isso~~ muito importante.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) -- Pois não.

O SR RENATO **FERRARI** -- ~~Se~~ Se pudéssemos continuar, com a boa vontade dos Srs. Deputados, agradeceríamos.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) -- Tenho a ~~imp~~ impressão de que o volume de perguntas é um pouco grande.

Pois não, quer falar sobre o problema?

O SR DEPUTADO DIAS MENEZES -- É sobre a suspensão rápida dos trabalhos, por uma hora no máximo.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) -- Há uma sugestão ~~de~~ do Deputado Dias Menezes, à consulta feita pela Mesa. Os Srs. Deputados que estão de acordo ou em desacordo com esta idéia queiram se manifestar. (Pausa.) Então suspendo os trabalhos até às duas horas da tarde. Penso que é tempo mais do que suficiente.

~~Eu~~ Pediria ao eminente Presidente do Sindicato Nacional de Distribuidoras ~~que~~ que passasse o seu trabalho à Secretária, que mandará fazer fotocópia, ainda que esteja rascunhado, para efeito de conhecimento dos demais membros da Mesa. ~~Então~~ ^{Então} Está suspensa a sessão até às duas horas da tarde, ~~Muito obrigado pela presença.~~

aw.

~~em~~ Solicitando a presença de todos para que não haja dúvidas quanto às perguntas que vão ser feitas, inclusive ~~dos~~ dos Srs. Deputados ~~que~~ que ouviram a primeira parte da exposição, para que não haja muita variação dos membros do Plenário. Muito agradecido.

(PAUSA PROLONGADA.) *E' Suspensa a reunião.*

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) -- Havendo seis Deputados presentes, temos número regimental para prosseguir. Vou ~~então~~ passar a palavra aos Srs. Deputados que queiram fazer quaisquer indagações ~~sobre o problema em foco~~ e devo dizer que as perguntas podem ser dirigidas indiferentemente a quaisquer representantes das companhias, bem como à entidade sindical e à própria ASSOCIÇÃO. Já esclareci e conviria apenas repetir que a ASSOCIÇÃO também está aqui pronta para responder a quaisquer perguntas.

s/

~~pronto para responder a quaisquer perguntas.~~ Desde que foi deferida a ^{sua} presença, ela terá oportunidade de participar. Já está ~~separado~~ o aspecto de que ela não tem representatividade para estar aqui. A ASSOCIÇÃO está na condição de informante. A condição de representante por lei é deferida ao sindicato. Então, estão abertas as inscrições. Vamos aproveitar o tempo. O primeiro inscrito é o Deputado Israel Dias ~~xxx~~ Novaes, Vice-Líder do MDB, que ~~xxxxxxxxxxxx~~ formulará as primeiras perguntas.

O SR ISRAEL DIAS NOVAES - Sr. Presidente e Srs. Deputados, louve-se, em primeiro lugar, a exuberância com que se houve o depoente. Na verdade, ele deu a impressão de querer prestar informações amplas. É claro ^{que} o teor das suas informações ~~x~~ serão objeto de controvérsias e de polêmicas. Ele será ~~xxx~~ contestado aqui e ali, será reptado aqui e ali. Mas, não há dúvida, que S. Sa. foi extenso e pormenorizado. Esta preliminar visa fazer justiça e esperar dos outros depoentes que sigam a mesma trilha, isto é, que não procurem omitir coisa alguma. É melhor pecar pelo excesso do que pela omissão. Ao longo da sua exposição eu, que apenas agora me assenhereio do assunto, eis que o mesmo não tem sido tratado em termos gerais no Brasil, não obstante a sua gravidade, mais do que a sua magnitude, aprendi e depreendi vários aspectos desse problema brasileiro de alto interesse para a comunidade nacional. Ocorreu-me, então, perguntar ao depoente, em primeiro lugar, se essas 12 distribuidoras principais agem harmonicamente. ~~xxx~~ Tudo indica que sim.

end.

A ASSOCIÇÃS ~~de~~ de certa forma é uma ~~expressão~~ pessoa jurídica, não obstante a dificuldade da sua conceituação. Empregando uma palavra inapropriada, sendo ela uma espécie de clube, como já foi dito aqui, deduz-se que os seus integrantes vivem em perfeita comunhão e em permanente convívio. Portanto, é de se admitir uma conduta comum de parte dos integrantes da ASSOCIÇÃS. *Procede, Sr. Presidente?*

O SR RENATO FERRARI - A ASSOCIÇÃS, reunindo as

empresas distribuidoras, como de fato reúne, ~~é~~ tem como um dos seus objetivos ^{promover} a harmonia entre elas para que a distribuição se verifique de maneira ~~mais~~ regular, mais perfeita e sem quaisquer dissensões. A nós nos parece, entretanto, que as duas companhias ~~presentes~~ que aqui estão depondo hoje, a ONOGÃS e a ^uPRODENTINA, estão em dissensão com a ASSOCIÇÃS e ~~estão demonstrando nesta dissensão a~~ ^{este é} ~~o~~ motivo da presença dessas companhias ^{aqui} ~~na~~

~~CONF~~

R

Elas não atenderam as normas de mecânica do abastecimento. Em virtude disto, a ASSOCIGÁS, depois de exaurir meios suasórios ^{ela} ~~de~~ sua própria competência [✓] porque a norma ainda vigente é a Portaria 1/61, que ~~estabelece~~ diz caber à ASSOCIGÁS dirimir qualquer dúvida a respeito do abastecimento em primeira instância, de vez que a última palavra cabe sempre ao Conselho Nacional do Petróleo [✓] ~~depois de exaurir todas as suas possibilidades de chegar ao ponto de~~ ^{não conseguindo} que essas companhias restabelecessem a normalidade dessa mecânica, foi obrigada - e esta obrigação é decorrente da própria circunstância de estar citada como subsidiária no controle do abastecimento [✓] a fazer uma representação ao Conselho, a fim de que este tomasse as providências estabelecidas pela lei. De modo que, respondendo à pergunta de V. Exa., podemos dizer que a ASSOCIGÁS mantém a harmonia entre as distribuidoras no interesse do consumidor.

O SR PRESIDENTE ^{Deputado} (LISÂNEAS MACIEL) - Permito-me apenas sugerir que as perguntas sejam respondidas de forma ~~o~~ mais concisa, porque há vários interpelantes ~~que vão fazer nada da palavra. Não é~~ ^{observação} ~~apenas~~ Esta ~~apenas~~ não é apenas ao Dr. Ferrari, pelo seu brilhantismo peninsular.

O SR FERRARI ^{RENATO} - Se existe ~~brilhantismo~~ [✓] brilhantismo é brasileiro.

O SR PRESIDENTE ^(DEPUTADO) (LISÂNEAS MACIEL) - O nosso problema aqui é tempo. Então, sugiro aos demais interpelados ou consultados que dêem

BW

respostas mais breves, a fim de que o tempo seja bastante aproveitado, no interesse dos senhores ~~membr~~ que têm de viajar hoje à tarde.

O SR DEPUTADO ISRAEL DIAS NOVAES - Sr. Presidente, é muito procedente a sua argumentação. Deduzo, então, que as 12 companhias...

O SR ~~LEVANTO~~ FERRARI - Se V. Exa. me permite, informo que são mais de 12. Somos 20 companhias no Brasil.

O SR DEPUTADO ISRAEL DIAS NOVAES - Digamos, que ~~se~~ as 20 associadas integrando a ASSOCIGÁS ...

O SR ~~LEVANTO~~ FERRARI - Hoje temos 18 associadas...

O SR DEPUTADO ISRAEL DIAS NOVAES - ~~Em duas / 18 companhias~~?

~~Então, quanto a essas seguintes~~ as associadas à ASSOCIGÁS agem harmonicamente. Isto já foi respondido. ~~Significa~~ Isto significa ~~que~~ que a ASSOCIGÁS, em sua reunião permanente, ~~isto é, a~~ ~~dezoito~~ são as 18 e estas são a ASSOCIGÁS. Portanto, há um organismo novo resultante de 18 organismos menores. Então, a ASSOCIGÁS é um organismo formado pela representação das outras. Agindo harmonicamente, estabeleceu uma espécie de código de comportamento comercial, ~~existente~~ claro que conveniente a ela, tanto que resultou do consenso das dezoito. ~~Como duas discrepâncias desse comportamento estabelecido~~

○○○○○

35/75

Bet

14/5/75

12 7

37/1

Se as 18 agem harmonicamente e se essa mecânica foi por elas estabelecida, não foi estabelecida ^{(o) / senão /} ~~para~~ ^{próprias,} ser no interesse delas, porque nós não podemos estabelecer normas de ~~uma~~ ^{conduta} que nos sejam inconvenientes. Então, são convenientes a elas. Eu queria saber, ^{portanto,} então, como a ^{AS} SOCIGÁS, como um todo, age na distribuição do mercado, isto é, na exploração do mercado ~~xxxxxxx~~ brasileiro. A ^{AS} SOCIGÁS estabelece critérios de zoneamento para as 18 associadas ?

O SR. ~~DAFONAVE~~ (RENATO FERRARI) Não. Não se verifica isso, Deputado. O que ^{ocorre} ~~se verifica~~ é o seguinte : a ^{AS} SOCIGÁS, ~~que~~ como já se falou, e V.Exa me permita um pouco o alongamento, é uma entidade civil e tem como sócias, as 18 associadas, no momento, ~~ela~~ a SOCIGÁS, absolutamente, ~~não participa,~~ não determina, não zoneia, ^{toma} ~~com~~ ^{em relação} providências às participações de mercado. Ela constitui uma trait d'union ~~trading union~~ entre essas companhias e o próprio Conselho. As companhias se desenvolvem por ~~xxx~~ si próprias. A ^{AS} SOCIGÁS não abastece; a SOCIGÁS não interfere de maneira e de forma ~~nenhuma~~ nenhuma na distribuição do produto. Isso é reservado exclusivamente a cada companhia, como permissionária de serviço público. De maneira ^{que} ~~que~~ o que a ^{AS} SOCIGÁS faz ~~em relação a isso~~ ^{mercado} é colher os elementos dessas companhias, as ~~suas~~ participações de ~~mercado~~ etc, e transferir esses elementos ao órgão estatal competente. ^(dados/de) Faz estatísticas, ~~atende~~ ^{atende} ao CNP com ~~todo~~ ^{etc.} que ele necessita, ~~com estatísticas,~~ com levantamentos. Essa é a finalidade

da ^{AS} SOCIGÁS. Mas jamais poderia a ^{AS} SOCIGÁS, que não é, de forma alguma, uma entidade distribuidora, porque ela não constitui, pelo fato de existirem como sócias entidades distribuidoras do produto, uma entidade distribuidora de produto. As entidades distribuidoras é que ~~participam~~ participam do mercado e se desenvolvem no mercado cada uma de per si.

O SR. DEPUTADO ^{DIAS-} ISRAEL ^{NOVAES} - Se ~~eu~~ tivesse perguntado o que ^{V.Sa.} está respondendo, eu teria cometido uma impropriedade grave. É claro que a ^{AS} SOCIGÁS não é uma entidade distribuidora ; ela é o órgão político das distribuidoras, com o que, inclusive, invade a competência do sindicato. Mas isso é outro assunto. ~~O que eu quero saber é o seguinte~~ ^{na, se ~~for~~ ^{AS}} através da ^{AS} SOCIGÁS, ~~porque ~~ela~~~~ ^{integrante} vive das distribuidoras que a ~~constituem~~ ^{constituem} não se pode separar ~~as~~ a ^{AS} SOCIGÁS ~~das~~ ^{constitui} distribuidoras ^{ela} ~~ela~~ apenas, como ^{companhias,} e Sr. disse muito bem, ^{trait d'union} a ~~uma~~ ^{uma} trading union das 18 ^{companhias,} e, portanto, ela se ~~incumbe~~ incumbe de manter as 18 solidárias nos seus interesses.

~~Portanto~~ Não pode haver concorrência entre elas, se elas estão ~~unidas~~ ^{unidas} jungidas a um órgão representativo. A ^{AS} SOCIGÁS, permite ~~uma~~ ^{uma} expressão matemática, é o denominador comum das distribuidoras. Quer dizer: as distribuidoras são os numeradores e a ^{AS} SOCIGÁS é o denominador comum. Portanto, não há competição entre elas, não há concorrência, porque elas estabeleceram normas comuns, aceitas por todas. Quem estabeleceu essas normas não foi a ^{AS} SOCIGÁS, porque a ^{AS} SOCIGÁS não existe

como distribuidora. Quem estabeleceu as normas de conduta ? Foram
 as 18 distribuidoras. Se elas estabeleceram, é claro que ~~elas~~ ^{Co fizeram}
~~elas~~ de acordo com os seus interesses, ^{com} ~~estabeleceram~~
 normas convenientes ^{para} a todas, ~~estabeleceram~~
~~estabeleceram~~

e isso a todas e a cada uma. Portanto, através da ^{AS}SOCIGÁS, dei-
 xou de haver concorrência comercial para haver uma caminhada no
 mesmo rumo ~~xxxx~~ por parte de todas elas. Quanto, à questão do
 preço, ele é tabelado. A questão do frete deve ser resolvida
 também de comum acordo, ^{sendo} ~~xxxx~~ um clube, qualquer medida a
 respeito da distribuição é estudada e adotada em decorrência do
 interesse de cada um, o que significa o interesse de todos.

Eu admito até que haja votação, que os integrantes da
^{AS}SOCIGÁS divirjam aqui e ali, de acordo com a região. Tenho im-
 pressão de que nessas ocasiões há o prevailecimento do voto maio-
 ritário, ^{ou} ~~ou~~, então, uma aceitação das peculiaridades da zona
 a ser favorecida.

~~O SR REPRESENTANTE~~ Tenho impressão de
~~que isso está dentro da~~
é lógico.

O SR ~~DEPUTADO~~ ^{DEPUTADO} RENATO FERREIRA - Se V.Exa. me permi-
 te, eu divirjo. O procedimento das companhias está estruturado
 nas normas, nas orientações do Conselho Nacional do Petróleo.

O SR DEPUTADO ^{DIAS-} ISRAEL NOVAES - E o frete?

O SR ~~DEPUTADO~~ ^{DEPUTADO} RENATO FERREIRA - O frete também.

~~xx~~
 O BR DEPUTADO ^{DIAS-} ISRAEL NOVAES - O frete obedece às
 peculiaridades de cada região. Fica mais ou menos entregue à

^{AS}
~~XXXXXXXX~~ SOCIGAS. O frete não é tabelado.

O SR ~~DEPUTADO~~ RENATO FERREI Não. Se V.Exa. me permite, a respeito do frete, ~~XXXXXXXX~~ que é um assunto que tem vindo à pauta, é um assunto de natureza técnica, pediria ao Engº José Mariano Camargo que nos desse uma explicação, ~~sobre o frete~~ porque, com isso, poderíamos resolver uma porção de dúvidas que existem.

O SR DEPUTADO ^{DIAS-} ISRAEL NOVAES - Sr. Presidente, ~~então~~ e que peço é o seguinte: como ~~infortunadamente~~ tenho atribuições de plenário, agradeço a possibilidade de ~~ter~~ ^{dessa aplicação.}

JOSÉ MARIANO CAMARGO /
O SR ~~DEPUTADO~~ ^{AS} DEPUTADO Lisâneas Maciel - Parece que o nobre Deputado deseja saber se a SOCIGÁS não representa uma forma de cartelização das empresas distribuidoras de gás no País, não é verdade?

O SR DEPUTADO ^{DIAS-} ISRAEL NOVAES - É que não quero empregar a expressão cartelização. Isto significava ferir a Constituição. ^{até lá.} Não vou ~~mesmo~~ Quero saber apenas qual é o grau de entendimento das entidades nesta magnífica representação política que é a

^{AS} SOCIGÁS. Quanto ao frete, congratulo-me por ter suscitado uma questão tão grave e lamento não estar presente para ouvir as explicações. Mas queria apenas ^{comais} fazer uma indagação. Hoje, praticamente, pelo que se depreende, a ^{AS} SOCIGÁS, na verdade, luta para manter o monopólio da distribuição de gás da PETROBRÁS. Não se diga que luta abertamente, escandalosamente, porque isso inclusive não é do comércio. Mas luta, porque existe ^{ver} um órgão ^{verdade} para

defender a categoria. E, portanto, deve defender-se também de eventuais concorrentes. Defendendo-se de ~~xx~~ eventuais concorrentes, pergunto: tem sido fácil constituir novas firmas distribuidoras de gás da PETROBRÁS? Há quanto tempo não se constitui uma firma nova no sistema de distribuição?

O SR. ~~DEPUTADO~~ RENATO ^{(FEAARI -} A matéria ~~é~~ também está regulada e qualquer interessado pode dirigir-se ao Conselho Nacional do Petróleo e pedir uma carta de permissão para distribuição de gás liquefeito de petróleo.

O SR. DEPUTADO ISRAEL ^{DIAS -} NOVAES - Mas tem havido?

O SR. ~~DEPUTADO~~ RENATO ^{FEAARI -} Não tem ~~o~~ havido, mas ~~o~~ ~~tem havido porque não tem havido também~~ Estou recebendo a notícia de que uma das nossas distribuidoras está pedindo uma nova carta de permissão.

O SR. DEPUTADO ISRAEL ^{DIAS -} NOVAES - Mais uma para ela, Mais uma carta para quem já tem uma. Mas distribuidoras novas têm conseguido furar a barreira do som da ^{DIAS} SOCIGÁS?

35/75 - Cadina 14/5/75 - Tiba: 14-0
(ob sr)

30/1

~~o Sr. Deputado Renato Ferraqueiras, não é esta a questão.~~
~~mas, no momento, não é possível a realização de uma reunião.~~

O SR. ~~DEPUTADO~~ RENATO FERRAQUEIRAS, não é esta a questão.
ASSOCIAGÁS
? ~~isso~~ não interfere neste ponto, População. Isto é assunto de exclusiva competência do Conselho. ASSOCIAGÁS não interfere neste.

DIAS
O SR. DEPUTADO ISRAEL NUNES - Eu sei que não é fácil; por exemplo, depende de capital muito grande, depende de influências numerosas. Quer dizer, não é qualquer pessoa, ou qualquer agremiação, ou qualquer grupo de pessoas que consegue penetrar neste setor, como este, caríssimo, onde se exigem influências numerosas. Para uma intrusão pelo as influências exigidas são inimagináveis, altíssimas. Mas, eu ~~sei~~

~~estou apenas perguntando,~~
V. Sr.
Por isso, na minha ausência, presterá os esclarecimentos aos meus afortunados colegas. ~~Eu queria saber o seguinte:~~ O CND, que é o responsável, também por este setor, ~~é~~ o órgão que recebe as visitas periódicas de ~~esse~~ ASSOCIAGÁS e eu espero que um dia corra a revelar também as do Sindicato ~~este~~ órgão ter, entre as suas incumbências, não apenas a distribuição das cartas ~~para~~ - para eles

formação das distribuidoras, mas é ele quem disciplina a atuação destas, em tese, de acordo com a lei. E, também, obviamente, se ele concede, se ele disciplina, ~~ele~~ é natural que fiscalize. Dispõe o CUP de fiscais, em número conveniente e convenientemente distribuídos pelas áreas do País, para proceder a uma efetiva fiscalização, isto é, fiscalizar a patente que ele concedeu e a distribuição que ele autorizou, a disciplina e que ficou obrigada a distribuidora

~~perante~~ perante ele? Como se constitui esta fiscalização?

RENATO FERREIRA

O SR. ~~DEPUTADO~~ RENATO FERREIRA a fiscalização do CUP se verifica através de ~~os~~ Institutos de Pesos e Medidas, com os quais tem convênio, de maneira que se processa uma fiscalização normal das companhias distribuidoras, e ~~o intuito desse órgão de distribuição~~

Agora, se V.Exa. me perguntar se o CUP tem, ou não, fiscais suficientes ~~em~~ e outros assuntos de ordem interna do CUP, ~~é~~ e evidente que não estou em condições de poder responder.

O SR. ~~DEPUTADO~~ ISRAEL NOVAES DIAS- Não tem o Sr.

alguns de número de fiscais de que dispõe o CUP?

O SR. ~~DEPUTADO~~ RENATO FERREIRA Não tenho.

O SR. ~~DEPUTADO~~ ISRAEL NOVAES DIAS- Já viu o Sr.

algum fiscal vivo?

O SR. ~~DEPUTADO~~ RENATO FERREIRA Já, sim senhor.

O SR. ~~DEPUTADO~~ ISRAEL NOVAES DIAS- Já, já viu!

O SR ~~DEPUTADO~~ RENATO FERREI - Já, sim, e acredito

que ~~essa~~ V. Exa. também já tenha visto.

O SR DEPUTADO ISRAEL ^{DIAS-} ~~NOVAES~~ Não, Fiscal ao vivo,

nunca vi e nunca tive notícia de nenhum.

O SR ~~DEPUTADO~~ RENATO FERREI - É porque o setor não

de bem.

O SR DEPUTADO ISRAEL ^{DIAS-} ~~NOVAES~~ Isso é importante ^{(saber,}

^{porque} dedução ^(a) ~~essa~~ a ~~essa~~ / ~~essa~~ / ter de ser ao contrário. Quer dizer, se deduzido

que a situação ia bem a ponto de dispensar o fiscal, então ^(classe) ~~essa~~ ~~essa~~ dos fiscais ~~essa~~ estaria irremediavelmente condenada.

O SR ~~DEPUTADO~~ RENATO FERREI ^{(Não é bem dispensar o /}

^{(fiscal, porque estamos} colocando a questão em termos de haver ou não um fiscal vivo. ^{(Essa foi} a sua colocação ~~essa~~ muito inteligente!

O SR DEPUTADO ISRAEL ^{DIAS-} ~~NOVAES~~ ^{Essa} naturalmente

que ^{(nunca tive notícia de um fiscal vivo,} também sou consumidor, quanto a este Instituto de Pesos

e Medidas eu pediria até ao Sr. Presidente, se já não o for, que ^{esses} os seus responsáveis para que ^{esses} descreva a atividade de

se estes institutos encarregados dessas atribuições

estão aparelhados suficientemente para uma tarefa desta

natureza. Então, chegou à conclusão de que, na verdade, a dis-

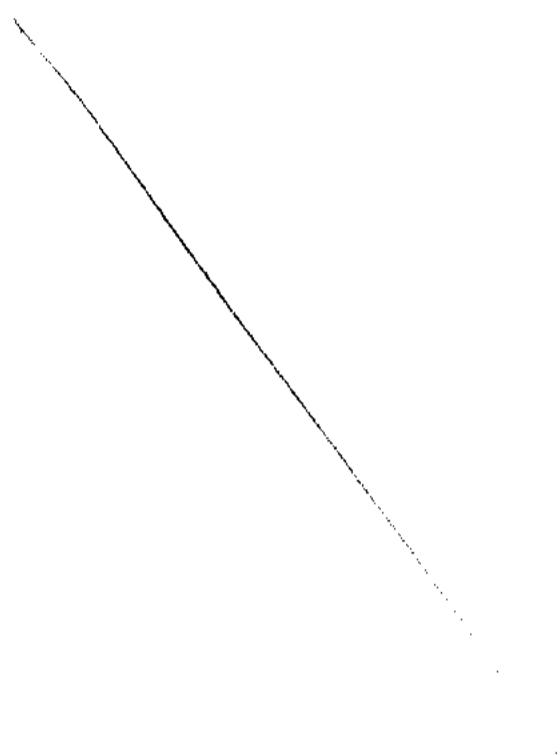
tribuição está praticamente ser fiscais, e que corporato, não a

ZARFOSSES, mas ~~essa~~ o órgão.

O SR. ~~DEPUTADO RENATO~~ ^(FERRARI) ^{uma} - A conclusão de V. Exa.

O SR. DEPUTADO ISRAEL NOVAES ^{DIAS} - Não, é uma conclusão

lógica, porque é claro que o fiscalizado não é responsável pelo
fiscal,



~~_____~~

O órgão fiscalizador é ~~o~~ o detentor da fiscalização. Chego à conclusão, Sr. Presidente, de que é indispensável abordar também o ângulo da fiscalização pelo CNP das atividades das distribuidoras de gás fornecido pela PETROBRÁS.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - A propósito desta matéria eu queria apenas esclarecer o ilustre Deputado e também o Presidente do Sindicato que há um protocolo, um compromisso ~~foi~~ firmado perante o CNP, ao qual evidentemente o Sindicato ainda não compareceu oficialmente -- a ^{SOCIBÁS} SOCIBÁS já compareceu -- mas creio que V.Sa. ^(é) signatária deste compromisso, ^(e) que diz que o Conselho Nacional de Petróleo, item nono, providenciará a fiscalização permanente, ininterrupta, durante 24 horas por dia, nas estações de engarrafamento das empresas distribuidoras de GLP nacional, dando prioridade inicialmente ~~as plantas de~~ ^a Paulínia, Guanabara, Goiás e Mato Grosso, até a implantação de todas as estações de enchimento.

O curioso é que esse item ~~precedeu~~ ^(Israel ~~de~~ ~~Nóvoa~~) precedeu, Deputado, ao seguinte item: "que o CNP está vivamente empenhado em por cobro às irregularidades". Quer dizer que o próprio CNP está profundamente preocupado e sei que está pretendendo fazer um convênio para efeito de fiscalização do setor que está ^{interessando} ~~preocupando~~ V.Exa.

O SR RENATO FERRARI - Se V. Exa. me permit^{ir}, eu gostaria de dar um esclarecimento a este respeito.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Pois não.

O SR RENATO FERRARI - V. Exa., Poderia ^{me} dar, por favor, a data desse documento que tem em mãos?

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - 17 de março de 1975.

O SR RENATO FERRARI - Esse documento foi lavrado e assinado depois de uma reunião havida no CNP, em que, por convocação do CNP, compareceram todas as companhias distribuidoras de GLT. Esta convocação foi feita pelo CNP, motivada exatamente pela representação que a ^SSOCIGÁS havia feito a respeito de companhias que não estabeleciam a normalidade do mercado, usando botijões de outras marcas. E aqui entra novamente o princípio de vinculação, ou seja, companhias que, ao invés de encherem botijões de suas próprias marcas, por artifícios vários enchem botijões de outras marcas, ^{Isso}representa ~~uma~~ uma violação do princípio da vinculação consumidor-botijão-companhia, com todos os benefícios desta vinculação que expus na primeira parte dos trabalhos. Portanto, há necessidade de que seja coibido ~~em~~ esse enchimento. Como companhias estavam assim procedendo, e já em termos de não atender absolutamente a uma orientação no senti-

do de evitar essa violação legal, a representação foi feita e, em face dessa representação, ^{(De forma que} é que o Conselho marcou essa reunião.)~~o~~

documento deve ser interpretado à luz da representação feita pela ASSOCIAGS.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Devo esclarecer à Casa que essa circunstância que está sendo agora objeto de divulgação ~~para~~ do eminente Presidente do Sindicato não consta do documento. O que originou a reunião não é ~~o~~ objeto de apreciação nem ^{nos} ~~as~~/considerandos, nem nas ~~resoluções~~ ^{resoluções} finais.

O SR RENATO FERRARI - Realmente, mas acredito ...

O SR: PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - V. Exa. está prestando uma informação que não consta do documento em virtude disso ou daquilo. Apenas aqui o que se constata é que ~~as~~ as irregularidades são genéricas e não apenas em relação a 2 companhias.

O SR. ~~DEPUTADO~~ (RENATO FERRO AL) Exatamente, porque V. Exa. há de convir que ~~xx~~ ~~o respeito de irregularidades~~ se nós não ~~fixarmos~~ ~~fixarmos~~ a extensão dessas irregularidades para podermos fazer uma apreciação objetiva a respeito, nós ~~podemos~~ ^{podemos} estender as nossas ponderações e argumentos a um ponto que não corresponde a uma realidade. Se essas ~~irregularidades~~ são irregularidades de 2 companhias e se elas estão restritas a uma parte mínima de mercado, naturalmente a ^{SOCIGÁS} procedeu à representação depois de esgotados os meios ~~disponíveis~~ ^{disponíveis} para que o assunto se resolvesse, a fim de que não propredissem as irregularidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Eu não ~~me~~ queria ~~estender~~ ^{sobre isso} muito ~~isso~~ ^{Sa.} porque V. Exa. ^{Sa.} deixou no ar que essa reunião seria para tratar apenas das irregularidades cometidas por 2 companhias, o que não espelha a totalidade das conclusões tomadas naquela reunião. Então, ~~é~~ para que a Casa não seja confundida é que eu pedi esse esclarecimento. ~~sa~~

DIAS-
NOVAES

O SR. DEPUTADO ISRAEL ~~NOVAES~~ - Sr. Presidente,
apenas para dizer que nada mais tenho a indagar e cumprimento o de-
poente pela gentileza e presteza das informações.

O SR. ~~DEPUTADO ISRAEL~~ RENATO FERRARI - Eu é que agrade-
ço as suas considerações e as perguntas formuladas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Há uma
lista de inscrição, Deputado Alac^{id} Nunes.

O SR: DEPUTADO ALAC NUNES - Mas não passou pelas minhas
mãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - ~~mas é~~
Mas é ~~dentro~~ dentro ainda das perguntas formuladas pe-
lo Deputado Israel ^{DIAS-NOVAES} ~~Binheiro~~.

O SR. DEPUTADO ALAC NUNES - É exata-
mente com relação ao assunto da fiscalização. ~~está~~
~~dentro~~

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES - V. Exa.
poderia ~~se~~ inscrever ^{-se/} porque esse ponto é comum a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - É para
que todos tenham essa mesma preocupação. Eu pediria a V. Exa. que
aguardasse um pouco. Eu vou inscrever V. Exa. Tem a palavra o De-
putado Dias Menezes.

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES - Sr. Presidente, Srs. De-
putados, Srs. representantes das empresas de GLP, pelo que pde

~~xxx~~ inferir da magnífica exposição aqui proferida pelo Dr. Renato
 Ferrari ^{talvez} S. Sa. não ~~teria~~ ^{tivesse} - quem sabe? - esta intenção ~~mas~~
~~quem sabe~~ S. Sa., tendo prestado o informe ~~valioso~~ arrojado e brilhante
 sobre a atuação da categoria ^{talvez} pudesse, de alguma forma, imaginar que
 nós não estivéssemos ~~xxx~~ plenamente cientes da grandiosidade, da
 enormidade desse dispositivo tão importante montado no País para
 servir a uma ~~xxx~~ coletividade estimada pelos órgãos aqui depoen-
 tes ^{como} corresponde ^{mais} aos anseios de 70 milhões de brasileiros. Eviden-
~~te~~ Sem dúvida alguma.

que empresas desse porte, dessa alta responsabilidade, que investi-
 ram capitais tão vultosos, ~~não tivessem~~ ^{teriam} que se organizar para pres-
 tar um excelente serviço. É evidente que todas as empresas que es-
 tão trabalhando na categoria, ~~todas~~ se esforçarão, no limite de suas
 possibilidades, na capacidade total de suas possibilidades para com-
 por normas, regras, ~~todo isso~~ a fim de poder ^{em} atuar no país de manei-
 ra ampla, ~~para atuar~~ ^é evidente. Ninguém aqui põe em dúvida a grandio-
 sidade do empreendimento, ~~que~~ ^{(isto é, o} que representa ele ^{para o} serviço público.

É evidente que uma organização tão poderosa, de outro lado, haverá
 de preocupar-se por preservar e resguardar ~~isto~~ muito esse praticamen-
 te monopólio conseguido. Aí respondo a uma indagação do nobre Depu-
 tado Israel Dias Novaes sobre se ao longo do tempo, depois de estru-
 turados os 20 empresários, se outro grupo havia conseguido furar es-
 sa barreira extraordinária, essa couraça inviolável para inserir-se
 também na área da distribuição do gás. E é claro ^{que} sendo uma or-
 ganização desse porte ~~que~~ ^{tenha} tivesse constituído também uma associação
 que dispõe ^{de} ~~de~~ imensos recursos, imagináveis, se não não poderia atu-
 ar da forma ^{por} ~~que~~ o faz, para defender os interesses da categoria. E ^{em} um
 complexo dessa altura ~~que~~ ^{em} pode o número não corresponder bem, mas
~~talvez~~ talvez em 90% abrigue ~~esse complexo~~ as grandes empresas ^{o Pre-}
~~estaria~~ ^{estaria} ainda aqui se sangra em saúde, porque 1% ~~deste~~
 promovendo uma grande ^{perturbação} ~~de~~ ^{de} no mercado consumidor. Um por ~~isso~~

cento da categoria está produzindo tal preocupação que ~~XXX~~ o grupo todo poderoso de ~~XX~~ 90 e tantos por cento denuncia a existência de 2 empresas que ~~XXXXXXXXXXXX~~ porventura ^{estariam} estivessem a praticar irregularidades. E praticam essas irregularidades a tal ponto - vejam bem - que, no entender ^(do Presidente da) ~~das~~ SOCIGAS cresceram essas 2 organizações ~~em~~ em 100%. Se esse crescimento se deve exclusivamente às irregularidades que praticam, não sei para que existe a fiscalização do Conselho Nacional do Petróleo. O fato absoluto é que tenho informações precisas ^(de irregularidades.) e vou sugerir ao Presidente que convoque outras pessoas que estão de posse de fartíssima documentação, ~~que~~ que vai demonstrar à sociedade que irregularidades talvez

~~As irregularidades que se encontram~~ surpreendentes venham a ser praticadas pelos grandes empresários, através, isso sim, dos artifícios de que se valem, porque seria impróprio admitir que a insignificante e desprezível percentagem — como acentuou muito bem o Presidente do Sindicato — ^{representada} composta por duas empresas que não se alinham à sombra desse poder todo colossal da ^{AS} SOCIGÁS, que essas duas pudessem produzir essas irregularidades, enchendo botijões de outras etc. Sabemos perfeitamente que essa luta dramática alcança a todos. Sei de quantos artifícios se valem para ora serem apanhados botijões de uma nos depósitos da outra e vice-versa, a provocar uma confusão no mercado. E a razão principal, quem sabe, dos nossos debates, está inspirada no momento em que o Presidente da Comissão de Minas e Energia convocou o órgão para examinar esses problemas todos. Ora, não se pode, em absoluto, admitir que se venha a debitar esta soma de irregularidades a esse ridículo e desprezível número de 1%, correspondente a duas pequenas empresas, uma das quais conheço, porque atua na região onde tenho, modéstia à parte, influência política eleitoral: é a Prudentina de Gás. Sei que é uma empresa que procura pautar a sua atividade por uma linha ~~certa~~. ^(exemplar.) Conheço os seus proprietários, homens da mais alta reputação, contra os quais não se pode colocar em dúvida coisa alguma. Basta perquirir ~~as~~ suas atividades.

É uma empresa que, para manter-se, teve de enfrentar uma luta gigantesca. Não sei como conseguiu sobreviver. Foi uma luta provocada exatamente pelo todo poderoso monopólio instalado no País para a distribuição do gás, acobertado ou associado, como seja, pela sua poderosa associação. O fato absoluto é ~~de~~ que de há muito tempo ~~na~~ a esta parte venho recebendo reclamações e daí também a razão do projeto de lei apresentado a esta Casa pelo nobre Deputado Santillo Sobrinho, do qual tive a honra de ser o relator na Comissão de Finanças. E quero dizer por que a Comissão de Finanças se pronunciou a respeito da matéria. O projeto não havia sido ainda distribuído àquela Comissão. Surpreendentemente, depois de haver passado pela Comissão de Minas e Energia e ter merecido emenda de um dos Deputados mais considerados nesta Casa, líder do ~~o~~ partido governista, o Deputado Wilmar Dallanhol, que in totum aprovava o projeto de autoria do Deputado Santillo Sobrinho — apenas introduziu ^{algumas} ~~uma~~ emenda, que o melhor ^{am} — esse projeto, surpreendentemente, foi derrotado na Comissão de Economia. E sei quanto "espírito-santo de orelha" não operou aí a sua "mágica"

(SEGUE)

~~na Comissão de Economia. Aí requisitei o projeto à Comissão, pedi audiência da Comissão de Finanças.~~ para que o projeto fosse derrotado na Comissão de Economia. Aí requisitei o projeto à Comissão, pedi audiência da Comissão de Finanças.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Nobre Deputado, naturalmente estamos nos ilustrando com a brilhante exposição de V.Exa., mas devo dizer que esta Comissão fará conclusões ao final. ⁸, por uma questão de economia de tempo, eu me permitiria ponderar ao ilustre colega que formulasse as perguntas, ^{Cois} Temos ainda vários outros Deputados que desejam questionar os visitantes. ~~e, ao final, sem prejuízo, Deputado Dias Menezes, das conclusões finais dessa Comissão.~~ Compreendo e aceito até uma certa indignação por parte de V.Exa. no que tange ao problema, mas hoje temos de aproveitar ao máximo a presença dos representantes da ONOGÁS, da ~~ONOGÁS~~ ⁴⁵ SOCIGÁS e das companhias, para formular perguntas. Depois chegaremos às nossas próprias conclusões.

Verifico até que, na exposição do Dr. Ferrari, por uma questão de delicadeza, ele não interferiu, mas, na realidade, aventurou-se a fornecer algumas conclusões à Comissão, fato que eu repeliria, mas ele não conhece bem as normas desta Casa. Vamos deixar as conclusões, se me permite, como sugestão, para a parte final.

35/75

Heráclito

14.5.75

14H

45/1

~~ele se aventurou a fornecer algumas conclusões para a comissão. Eu re-~~
~~peliria, mas ele não conhece bem as nossas ~~nr~~ normas, vamos deixar as~~
~~conclusões, se me permite uma sugestão, para a parte final. É apenas~~
~~uma sugestão que eu faço a V.Exa..~~

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES - Acho que V.Exa. está forrado de razões e as atendo. E neste passo, feitas estas considerações, julgo, entretanto, de todo necessário, para esclarecimento melhor do Plenário, que me dirija ao representante da ONOGÁS, para ~~perguntar~~ perguntar a S.Sa. se está conforme ^{se} satisfeito com as informações prestadas, tanto pelo ilustre Presidente do Sindicato, que é um velho amigo meu, como pelo Presidente da ASSOCIGÁS. Desejo saber se as informações prestadas e as razões aqui sustentadas de fato correspondem ao pensamento destas empresas que estão aqui sendo acusadas como as únicas no contexto que praticam, se é que o fazem, essas irregularidades. Se ~~for~~ V.Exa. ^{me} permite eu endereço ^{ria} esta pergunta ^{ao Sr. representante da Onogás} ~~ao Sr. representante da Onogás~~.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Pois não. Eu apenas queria ^{dizer} ~~afirmar~~ que, de ~~uma~~ certa forma, já ^{esclareci} ~~prezamos~~ esclareci ~~o~~ a esta comissão, que não está sendo julgada a ONOGÁS. ~~A~~ ~~ONOGÁS não está sendo julgada.~~ De maneira que se ~~VxExaxx~~ V.Exa. pudessem precisar algum ponto ou então...

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES - É exatamente sobre estes pon-

tos: ~~da~~ vinculação, ~~da~~ comercialização e ~~das~~ irregularidades que estão sendo verificadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Pois não, muito bem.

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES - E também sobre a participação da ASSOCIGÁS e quais as razões que levaram as duas empresas a se desvincularem, se é que em algum momento estiveram vinculadas à ASSOCIGÁS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Pois não. A pergunta é dirigida a quem?

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES - ^{A quem} ~~hoje~~ se encontra em condição de esclarecer melhor o caso. Não temos preferência nem estamos aqui atuando como advogado dessas ~~empresas~~ empresas. Nosso interesse é exatamente ^o defender o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Então poderá responder o representante da ONOGÁS, seja ele quem for, ~~seja~~ o General D'Ângelo, ~~seja~~ o Sr. Colatrella ou o Sr. Quinan.

O SR. - A principal acusação feita pelo
Dr. Renato Ferrari é ^{que} ~~que~~ a ONOGÁS ~~est~~ estaria comercializando ~~irre~~ irregularmente.. ~~em~~

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - V.Sa. queira falar ao microfone.

O SR.

- ~~Estaria comercializando irregu-~~

~~larmente~~ e enchendo botijões de outras marcas. Isso é verdade, porém não está comercializando ilegalmente. ~~Está comercializando, está enchendo botijões de outras marcas.~~ *Encontrava-se a ONOGÁS* até o dia 18 de março próximo passado, ~~encontrando-se a ONOGÁS~~ numa situação extralegal permitida pela ASSOCIGÁS, ~~por~~ a ASSOCIGÁS autorizou *✓* mediante um compromisso celebrado em 28 de março - se não erro a data - de 1973, entre a ASSOCIGÁS e a ONOGÁS *✓* ~~permissão a ONOGÁS~~ o enchimento de botijões de outra marca, reconhecendo, naquela oportunidade,

que a ONOGÁS devia encher botijões de outra marca, porque não se encontrava ~~mais~~ com botijões da própria marca. E ~~naquela oportunidade~~, nesse contrato, que eu posso fazer chegar às mãos de ~~VxExax~~ V.Exa., a ONOGÁS reconhecia ~~até~~ a necessidade de comprar ~~os~~ botijões da marca ONOGÁS para efetuar a ~~troca~~. Esse contrato, esse compromisso foi mantido por parte da ASSOCIGÁS. E ~~durante esse período~~ ^{desde essa época} até hoje a ONOGÁS continua enchendo botijões de outra marca, porque autorizada pelo Conselho Nacional de Petróleo.

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES - Permite-me um aparte?

O SR- - Sim senhor.

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES - E naturalmente a ONOGÁS não tem mais botijões porque os seus botijões foram surrupitados, alguém se apossou deles.

O SR. - Quando se fala de uma situação ilegal da ONOGÁS parece-me que seja um termo errado. A ONOGÁS está ~~re-~~ ~~gularmente~~ autorizada pelo Conselho Nacional de Petróleo a encher botijões de outra marca. Diz o Conselho até o dia ^{30 de junho.} ~~31 de junho.~~ De qualquer forma está autorizada. E isso foi acordado com a assinatura de um aditamento ^V que nós não conseguimos receber do Conselho Nacional de Petróleo ^V ~~um aditamento nesse~~ ^{no} mesmo dia em que foi celebrado esse compromisso no Conselho Nacional do Petróleo, ~~o~~ dia 17. Pediríamos até a

V.Exa., se fosse ~~possível~~ possível, que ^{solicitasse} esse aditamento, ~~aparecesse nesta~~
~~forma~~ para que se possa efetivamente afirmar ou não se a ONOGÁS ~~se~~ es-
 tá atualmente numa situação legal ou ^{não} ~~legal~~. ^(ininteligível)
~~consumidor~~ a ONOGÁS ~~sabe~~ sabe que a partir do dia 1º de julho deverá
 fechar as suas portas, ~~porque se no dia 1º de julho~~ ^{se} não tiver
 a autorização para encher botijões de outra marca, ^{seus} os botijões ~~de~~
 ONOGÁS não aparecerão, ^{por que cutão} ~~mas~~ não poderemos mais operar. Esse é o escla-
 recimento que eu queria dar.

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES - ^(ininteligível) o trustee.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Como, Deputa-
 do Dias Menezes?

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES - Eu me permitiria também, uma ~~vez~~
 vez que tenho ^{de} ser sucinto, formular algumas questões. ^{Apesar do} ~~Por~~ bri-
 lhanismo da exposição ^{os} conceitos muito precisos emitidos pelo emi-
 nente Dr. Renato Ferrari, francamente ~~que~~ não me convenceu a explica-
 ção dada ^{para} justificar a permanência do vínculo. Diz o eminente depoente
 que os usuários de forma alguma estão escravizados. Eles podem tro-
 car de empresa, como se o pobre usuário - são milhões de pobres usuá-
 rios - estivesse a todo momento em condições ~~capazes~~ de poder trocar
 de companhia. Quase ~~que~~ não têm condições de se abastecer, quanto mais
 de ~~se deslocar~~ mudar daqui pra ali. É evidente que esse
 vínculo, muito artificialmente criado,

~~uma casa vínculo muito artificialmente criado~~ estabeleceu como que
 um enriquecimento ~~através~~ através da entrega automática etc, e
 em fase da fustosa propaganda promovida pela ^{AS} ~~COGIC~~, todos os usuá-
 rios ficam com receio de que não se submetendo ao dispositivo ~~deixam~~
 de ter o gás na sua casa, seria muito mais fácil que cada um pudesse
 se comprar ~~esse~~ esse botijão, ^{porque} e preciso que se diga, ^{ele} é de proprieda-
 de do consumidor. O consumidor paga. Quando consegue a cota, ele pa-
 ga o seu botijão. É de sua propriedade. Deveria ser de seu direito
 levar o seu botijão e enchê-lo onde fosse mais fácil e da sua conve-
 niência. Não está escravizado. Pode mudar de distribuidor. Eu que fui
 um usuário do gás, quantas vezes - talvez o eminente Dr. Renato Ferrar-
 ri não o admita ~~mas eu pessoalmente com meu ~~carinho~~ muitas vezes~~
 tive ^{de} ir à SASSPÁS em São Paulo ~~para~~ levar o meu botijão que esva-
 ziou. Tive que ~~perder~~ perder, quem sabe, uma ou duas horas no tráf-
 ego imenso de São Paulo, naquelas áreas congestionadas onde as em-
 presas se localizam, parece que para ^{preciso} mais dificuldades ~~preciso~~ ao
 público, porque não podia ter a tempo e hora a reposição, solicitar
 o botijão por telefone. Tive várias, ~~vezes~~ numerosas vezes de ir
 pessoalmente. Ora o povo, o pobre usuário, a dona de casa humilde,
 esses trabalhadores todos que moram na periferia dramática de São Pau-
 lo, como podem imaginar a hipótese ^{de} ~~de~~ mudar de distribuidor?
 Não se convenceu francamente. ~~de~~ Conselho Nacional de Re-

trôleo, ~~como~~ informou na ocasião ^{que} transmitiva o Projeto Santiflô Cor-
brinho por aqui ao relator na Comissão de Economia que é tão grande o
número de botijões que seria praticamente impossível, iriã ^{se} estebe-
lecer um colapso, se tivessam ~~os~~ que ~~vão~~ atender o projeto que dura e
simplesmente procurava desvincular ^{o consumidor da} ~~o~~ marca, ~~comum~~ ~~de~~ ~~ser~~
~~o~~ ~~que~~ ~~a~~ ~~sigla~~ do Conselho Nacional de Petróleo ~~o~~ ~~que~~ ~~viessa~~
a ser o denominador comum dos botijões. Em face desse problema é que
~~o~~ as grandes empresas estão procurando esmagar as pequenas,
como é o caso da OSOGÁS. Se ela não dispõe mais de botijões ... qual
~~o~~ o número de botijões que a OSOGÁS possuía?

O SR.

- ~~o~~ De 1. 970 a 1. 975 foram

comprados 130 mil botijões.

O SR. Deputado Elias Meneses - Veja bem, Sr. Presidente, a OSOGÁS

possuía 130 mil botijões. Será que ela ~~os~~ destruiu, querendo destruir o
seu próprio negócio? Será que foi ela que os fez desaparecer? Ela não
tem mais botijões. Como ela pode então operar agora? ~~se não dispõe de~~

~~o~~ Quem os fez desaparecer? Num passe de mágica os 130 mil bo-
tijões desapareceram. É dessa forma que se ^{esmagar} ~~destrói~~ a pequena empresa,

^é ^{uma} toda poderosa organização

~~empresa, toda poderosa organização~~ operando prodígios, artificiais, dando margem à imaginação para conter dispositivos que levam a esta situação. ~~com isso~~ Mas acredito muito nas razões que fazem com que o usuário permaneça escravizado, embora o eminente Dr. Renato Ferrari sustente que ele não é ~~escravizado~~ escravizado porque pode mudar de distribuidor a cada momento. Mas ~~isto não é~~, eu sugeriria aos representantes do Conselho Nacional de Petróleo ~~que~~ que fizessem uma explicação mais convincente sobre as razões do vínculo e a imensa dificuldade de serem essas botijões ~~com a marca do Conselho Nacional e que também~~ ^{rimbados} ~~com a marca do Conselho Nacional e que também~~ ^{fossem} ~~melhor preservados~~ para evitar violações e vazamentos. E não ocorre ainda fazer ~~outra~~ pergunta, porque talvez os ~~Dr. Renato Ferrari~~ teve ter ~~alco~~ ^{no} ~~Lião~~ ^{Va} ~~Polha de São Paulo~~ de ontem, ~~que~~ ^{representantes} ~~do Conselho Nacional de Petróleo~~ ^{informaram} que as distribuidoras ~~teriam~~ deixado de retirar, se não me engano, da fonte produtora cerca de 16 mil toneladas e que a PETROBRÁS haveria dispensado o pagamento desse gás, ~~pedido e não retirado~~ ^{da} das refinarias. ~~Este~~ ^o ~~Conceituado jornal "Polha de São Paulo"~~ ^{Conceituado} ~~trouxe uma matéria afirmando que o consumidor está pagando gás mais caro~~ ^{na} ~~na Polha de São Paulo~~ ^{trouxe} ~~trouxe uma matéria afirmando que o consumidor está pagando~~ ^{de} ~~de~~ ^{porque} ~~porque~~ ^{este produto vem sendo} ~~este produto vem sendo~~ ^{queimado} ~~queimado~~. Agora, ~~pergunta~~ ^{to} ~~ao Presidente da~~ ^{AS} ~~SOCEM~~, ao Presidente do Sindicato em quantos cruzados importam essas 16 mil toneladas solicitadas ao CNP e não re-

tira-las das refinarias?

~~Q 22 - A pergunta é dirigida ao Sr. Vigor?~~

~~Q Sr. Representante Lúcio Mendes - ou seja representante.~~

~~Q Sr. Vigor...~~

Q SR. URISON QUINROS - Vemos então desde a primeira Tri
semanalmente, a QUOCAS possuía 120 mil botijões, segundo declarou, nas
ocorridos...

Q Sr. Representante Lúcio Mendes - A QUOCAS comprou 120 mil.

Q SR. URISON QUINROS - Mas ela está ~~abastecendo~~ ^{abastecendo} a mais de
200 mil consumidores. Como é 2,3 botijões por cada consumidor, ela pre-
cisaria ter comprado 460 mil botijões e nunca ~~comprou~~ 120 mil; aliás,
para isso já temo uma carta da QUOCAS, ~~que está anexa~~, onde ela di-
zia a princípio que tinha comprado 120 mil botijões, ~~mas~~ carta que não
apareceu, a que apareceu ~~diszia~~ ^{diszia} que a QUOCAS tinha comprado
12 200 botijões. Em quantos anos? ~~uma vez~~ ^{uma vez} A QUOCAS ~~escolheu~~ ^{escolheu} um tí-
po de operação como quem entra na pesca: ~~para~~ ^{para} ~~o~~ ^o ~~frigorífico~~ ^{frigorífico} e pouco
barco de pesca. O que ~~faz~~ ^{faz} vender o gás é o consumidor, é o botijão. Se
não tem na captura do consumidor, se não tem o barco de pescar, ~~esse~~
~~o~~ não adianta ter o frigorífico que ~~o~~ ^o ~~de~~ ^{de} ~~ter~~ ^{ter}. ~~base~~ ^{base} ~~de~~ ^{de} ~~boti-~~ ^{boti-}
bijões só são para 20 mil consumidores, ~~que~~ ^{que} ~~deveriam~~ ^{deveriam} con-
sumir 200 toneladas de gás. ~~o~~ ^o ~~QUOCAS~~ ^{QUOCAS} vendeu

35/35 - Fra-

14 5 75-

14 L

49/1

R\$ 1.731 só num mês. Logo se supõe que a ONOGÁS não somente está
 enchendo seus botijões, ^{Li} ~~completando seus consumidores~~, mas indiscrimi-
 nadamente, ^{forçando} ~~fazendo~~ abastecer consumidores ligados a outras compa~~nhias~~
 nhas, ^{Pagando} ~~de acordo com o número de consumidores~~, pelo número de botijões que diz
 ter. Se a norma hoje é a vinculação, poderá amanhã não ser. Mas hoje
 teremos que olhar para a vinculação. A vinculação ^{traz} ~~traz~~ todas essas
 vantagens e sem ela todas aquelas desvantagens que ~~todos~~ conhecemos.
 Essa a primeira. A segunda... Foi Monopólio. Monopólio existe na
 PETROBRÁS. Eu passaria a palavra ao Lino que é ~~um~~ técnico, ^{ele mora na} ~~do~~ Sul.
 Sou do Nordeste. Quando recebo o meu gás dou graças a Deus.

?

O SR ~~XXXXXXXXXXXX~~ - Com licença, Sr. Presidente, Com
 a permissão de V.Exa. vou passar a palavra ao Sr. Casério Cheschim,
 que é Vice-Presidente de operações de uma ~~das~~ ^{das} companhias de gás que
 tem condições técnicas de trazer esclarecimentos importantes, Real-
 çando o Presidente do Sindicato que, não obstante o brilhantismo
 que me atribuiu ^à minha exposição, na verdade o brilhantismo é de
 S.Sa. que me serve de modelo, ^e ~~eu~~ fundamentalmente divirjo
 das considerações que S.Sa. fez sobre o setor e procedimentos existen-
 tes.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Continuo a-

49/ 2

penas sugerindo que tanto ~~os~~ interpelantes quanto ~~os~~ consultados ~~que~~

~~se pudessem~~ ^{abreviando} ~~abreviar~~ um pouco ~~na~~ ^{Suas considerações.} Seria útil para todos. V.Sa.

pode usar da palavra.

O SR CASÉRIO CHESCHIM - Sr. Presidente, ~~eu~~ sou ~~um~~ homem com ~~uma~~ atividades prevalentemente operacionais e gostaria de responder à uma ponderação feita ~~na~~ ^{de S. Paulo} na folha ^{relativa} ^a suposto queima de gás. Talvez ~~isso~~ seja necessário esclarecer o que significa a sistemática de distribuição de cota de gás sem o ~~que~~ seria difícil entender como funciona esse mecanismo. Efetivamente cada empresa ^{apresenta} ~~abre~~ mensalmente suas vendas de gás ao Conselho Nacional do Petróleo, ~~que~~ ~~em~~ ~~suas~~ ~~atividades~~ ^{Há} ~~em~~ uma Comissão de abastecimento da qual participam representantes do Conselho Nacional do Petróleo, Representante da PETROBRAS e representante das companhias consumidoras. ~~As~~ ~~mes-~~ ~~ta~~ ~~Comissão~~ são definidas as quantidades de gás solicitadas por cada empresa para atender aos seus consumidores.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Para esclarecer a V.Exa., esteve aqui o Chefe de Abastecimento do Conselho Nacional do Petróleo que prestou uma série de informações ~~ao~~ ~~autor~~ ~~que~~ ^{com esse respeito.} ~~talvez se pudessem ser abreviadas.~~

O SR ~~ERENH~~ CASÉRIO CHESCHIN - Espero que o meu esclarecimento corrobore exatamente esse aspecto. Ocorre que para atendimento de uma programação da Petrobras aquela empresa veio de introduzir no início do ano uma sistemática que antecipa a previsão de consumo para os próximos 6 meses, a contar do mês em causa, estabelecendo um critério

~~estabelecendo um critério~~ de previsão de consumo. O somatório ~~estabelecido~~

das previsões das companhias significaria teoricamente a produção

que a PETROBRAS deveria ~~ter~~ ^{ter.} Ora, ~~o~~ ^{esse} mecanismo ~~dessa ordem~~

causou realmente no início algum embaraço na formulação ~~de~~

uma previsão ~~na~~ a qual, evidentemente, cada empresa

deve ~~se~~ tentar aumentar ~~as suas~~ suas figuras de consumo mensal.

No início do funcionamento dessa nova sistemática, ~~devido~~

~~os~~ os pedidos somados superaram aquela ~~que se~~ que se

ria realmente o consumo. Mas, ~~isso~~ é pratica absolutamente normal

~~longo de anos de procedimento de pedidos de gás~~ ^{que} a correção

~~se faz~~ e o reajuste ^{dos pedidos de gás} necessário se ~~faça~~ ^{faça} ao longo de determi-

nado período. ~~de tempo~~ Então, realmente, teria resultado um pedido

maior, ~~do que~~ ^{que} a PETROBRAS simplesmente ajustou seus números de

programação para os meses posteriores de produção. De modo que não

~~há~~ ^{qualquer} absolutamente ~~nenhuma~~ hipótese de queima de produto. Não houve a-

crêscimo de custo nesse sentido, Apenas os ajustes de quantidade,

~~as~~ ~~programações~~ para os meses poste-

riores, já que há uma absorção possível através da capacidade de ar-

mazenagem, ~~Entre as~~ ^e existe uma armazenagem disponível

para isso. Realmente a notícia veiculada proveniente não sei de que
 que fonte de informação está fundamentalmente errada. Não houve quei-
 ma alguma de produto.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Tem V.Exa.
 a palavra.

O SR DEPUTADO DIAS MENEZES - Sr. Presidente, eu me reser-
 vo para nova indagação se for o caso, porque não desejo prejudicar
 os colegas que ~~em~~ naturalmente também desejam interpelar os nossos
 visitantes.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Tem a pala-
 vra o Sr. Deputado M José Machado.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputa-
 dos, Srs. Representates do Sindicato, da ASSOCIGÁS, das denominadas
 grandes empresas e pequenas empresas aqui presentes. Sr. Presidente,
~~em~~ poucas vezes ecoou nesta Comissão ~~uma exposição~~ uma exposição tão
 correta, tão escoreita, com termos adequados ^{já como a do} ~~chegando mesmo a asen-~~
~~tuar que em momento algum~~ (ilustre Presidente do Sindicato) ~~res-~~
~~deu o tempo antes de a sua exposição~~ ^{S.Sa.} foi realmente de
 uma felicidade absoluta. Mas, talvez por isso mesmo, Sr. Presidente,
~~o~~ o ilustre ^{foi minimizado} Presidente do Sindicato ~~destacou~~ ^{um} pouco a sua exposi-
 ção. Deu-se ao luxo de chegar a detalhes. E eu ~~em~~ lembraria um deles

50/3

porque me chamou a atenção de imediato, ~~de sorte que quando usava~~

~~a palavra~~

~~Desde quando usava a palavra o Presidente da~~ ~~Associação~~. E' que há realmente aqui entre nós um cidadão ^{no qual} ~~em~~ todos procuram dar uma cutucada,

Quando essa cutucada, o ilustre Presidente do Sindicato defendeu ' com muito brilhantismo, a nacionalidade brasileira, chegando mesmo a dizer a respeito da presença ou não do capital estrangeiro, da presença ou não do estrangeiro no Brasil, a acentuar que o Sr. Giovanni, embora italiano, estava presente a esses debates, participando deles e opondo ou não restrições a argumentos aqui levantados. Sem também pretender descer a detalhes, cabe-me acentuar que a verdade é que o Sr. Giovanni é um italiano, mas um italiano ~~aquele~~ - no dizer do próprio Presidente do Sindicato - que está defendendo ou procurando defender os interesses de uma empresa de capital eminentemente nacional, ao contrário do ilustre Presidente do Sindicato, que é um brasileiro e que, na qualidade de Presidente da ^{PIBIGÁS} ~~PIBIBRÁS~~, obviamente defende os interesses do capital italiano. Isso é apenas um detalhe para acentuar a mamaradagem, o humor em que estamos colocando o problema aqui na Comissão. Mas, Sr. Presidente, ^{como} disse ^a V.Exa., ^(não obstante) a inteligência e o brilhantismo do Dr. Renato, ~~não obstante~~ ~~lançou nos a con-~~

~~factura sobre as palavras e chegou~~ ^{chegamos} à conclusão de que as premissas por S.Sa. levantadas, embora empolgantemente concluídas, ~~seriam~~, não encontravam eco no nosso entendimento. Desejamos ~~de imediato~~ partir ~~para~~ para as indagações, sem maiores preâmbulos. A primeira pergunta ^{seria dirigida} ~~que faríamos~~ ao Sr. Presidente da ~~XXXXXXXXX~~ ASSOCIGÁS, ou ao Sr. Presidente do Sindicato, que no meu entender são dois irmãos xipófagos, ~~o Sr. Presidente~~ a ASSOCIGÁS fala pelo Sindicato e ~~XXXXXXXXX~~ o Sindicato fala pela ASSOCIGÁS. ^{Deviamente,} Enquanto não for alterada a Resolução 161, ~~o Sr. Presidente~~ perante o Conselho Nacional de Petróleo, continuará falando a ASSOCIGÁS, contrariando a legislação em vigor. Mas faria a pergunta e a resposta poderia ser dada por qualquer um deles. Há livre concorrência na ~~xxxxxx~~ disputa de mercado por parte das distribuidoras?

O SR. EDSON QUEIROZ - Inicialmente preciso fazer um reparo nas afirmações ^{feitas por} ~~de~~ V.Exa., porque não vim aqui para defender nenhum ~~xxxxxx~~ capital ~~xxxxxxxxxxxx~~ italiano. Vim aqui, como disse de início, para colocar...

^{Deputado}
Presidente (Gysinaes Maciel)
O SR. DEPUTADO ~~DIAS MENEZES~~ - Não disse que V.Exa. veio defender capital italiano. Disse que, da mesma forma que o Sr.

Carolina Cheschkin

~~a #124~~. Vou pedir ao Senhor Bertelli novamente que responda, porque

isso envolve ~~dados~~ ^{dados} técnicos.

Carolina Cheschkin

O SR. LUIZ GONZAGA BERTELLI - Se o nobre Deputado me permite,

~~mas~~ foi dito aqui que especificamente trata-se de um produto cujo preço é tabelado. Acredito que a concorrência se manifesta basicamente pela maior ou menor agressividade, em termos de conquista de novos mercados, de novas áreas de consumo, de novos consumidores, ~~exercidos~~

~~de~~ cada companhia através de uma comercialização ampla. Imagino que

ao se definir essa livre concorrência admite-se a performance" de cada empresa dentro de sua capacidade de atacar o mercado consumidor

ou de se promover ~~junto~~ junto ao mercado consumidor, ~~que~~ ^{que} já existe

um preço tabelado é importante ~~na área de serviço, na qual pertence~~

~~por exemplo, que a companhia se coloque perante o público consu-~~

~~midor com a melhor imagem de serviço,~~ ^{tenha} e a melhor atenção, ~~com~~ a

maior ~~atuação~~ atuação, ~~com~~ a maior rapidez de entrega, ~~com~~ perfeição

de seus meios de transportes, enfim, ~~com~~ toda uma imagem de serviços

que ela possa ~~prestar~~ prestar ao público consumidor.

DEPUTADO *José Maranhão*

O SR. DIAS MENEZES - Ainda dando prosseguimento a minha primeira

indagação: O vínculo obrigacional não fere o princípio do regime de livre concorrência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Sr. Presidente do Sindicato e Sr. Presidente da ASSOCIGÁS, foi ^{o Sr.} dirigida uma pergunta

O SR. DEPUTADO ^{José Machado} ~~VITAS MENEZES~~ - ~~O vínculo obrigacional não fere o regime da livre concorrência?~~ O vínculo obrigacional ~~xxxxxxxxxxxx~~ entre a distribuidora e o consumidor não fere o princípio da livre concorrência?

O SR. EDSON QUEIROS - ~~Não. Não fere o regime da livre concorrência.~~ As companhias são livres para a conquista dos consumidores. Conquistado o consumidor, este por sua vez, não obstante as ponderações

Associações
 sindicato, Sr. Presidente da ~~sua cidade~~. Foi dirigida uma pergun-
 ta. O SR DEPUTADO -
 O vínculo obrigacional não fere o regime da livre concorrência?
 Ou melhor,
 O vínculo obrigacional entre a distribuidora e o consumidor não fe-
 re o princípio da livre concorrência?

O SR RENATO FERRARI - Não, ~~mas não~~ Não fere o regime da livre concorrência, mesmo porque as companhias são livres para a conquista ~~de~~ ^{de} consumidores. Conquistado o consumidor, esse, por sua vez, não ~~impede~~ ^{obstante} absolutamente as ponderações feitas pelo ilustre Deputado Dias Menezes, são livres também para se trans-
 ferir ^{de} de companhia.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Quer dizer que há plena liberdade ~~de~~ do consumidor para se transferir de uma com-
~~panhia~~ para outra?

O SR RENATO FERRARI - Exatamente. É norma vigente.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - A pergunta que eu formulo é a seguinte: o consumidor, quando resolve sair da companhia A para a companhia B, ele leva o seu conjunto técnico para a outra companhia?

O SR RENATO FERRARI - ~~Para dar uma~~ ^{precisa} ~~resposta~~ ^{legal} a V. Exa., ~~de~~ ^{disse} ~~o~~ ^{art. 32} da Resolução 1/61: ~~que~~ "A transferência da responsabilidade de fornecimento de LP de uma distribuidora para outra congênera poderá ser efetuada por iniciativa do consumidor sem ajuste entre ~~distribuidoras~~ ^{distribuidoras} arcando o consumidor

35/75

Levy

14.05.75

14Q

53/2

com as despesas de aquisição de novo conjunto técnico, e com ajuste entre as distribuidoras, nas seguintes condições: o encargo poderá ser assumido por distribuidora que esteja operando regularmente na localidade para onde a transferência é solicitada; o consumidor que desejar transferir-se deverá avisar a distribuidora a que está vinculado com antecedência mínima de 15 dias, indicando a distribuidora escolhida; a distribuidora escolhida para assumir a responsabilidade do fornecimento só poderá fazê-lo com vasilhame próprio e depois de cumpridas as formalidades do registro do novo consumidor, que ~~comprende~~ ^{comprende} o ajuste com a congênere sobre a troca do vasilhame, ^{de} aviso à Associação Brasileira das ~~seus~~ Distribuidoras de ~~GLP~~ ^{GLP}; a distribuidora a que estava vinculado o consumidor se desobrigará do fornecimento de ^{GLP} LP, logo que tenha concluído ~~o~~ com a congênere ~~o~~ ^o ajuste ^{sobre} ~~com~~ a transferência, ou, quando decorridos 15 dias do aviso do consumidor, não tiver recebido comunicação da congênere, ou à reconsideração do consumidor. ["] ~~De maneira que a pergunta de~~

O SR DEPUTADO DIAS MENEZES - Sr. Presidente, eu pediria que S. Sa. lesse de novo as seis primeiras linhas.

O SR RENATO FERRARI - Com muito prazer.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisnêas Maciel)

Refere-se V. Exa. ao
o caput do artigo, Sr. Deputado?

O SR DEPUTADO DIZ MENEZES -- Sim, porque ^{se} ~~perece~~ ~~se~~

~~uma~~ impossibilidade material da desvinculação, uma vez que o usuário

tem que comprar um novo botijão. Ele se obriga a uma nova despesa. Então, como é que uma pobre criatura, que já comprou um botijão, ainda tem que comprar outro?-

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Sr. Presidente,

a fim de não tumultuarmos os debates, eu solicitaria a V. Exa. que ~~assegurasse~~ ^{assegurasse} a obediência ao Regimento, ~~de qualquer~~ ^{Se qualquer} colega ~~que~~ ^{participar} quiser ~~participar~~ ^{participar} nos debates, solicite o aparte ao colega que está ~~com~~ ^{com} ~~uma~~ ^{uma} palavra, porque senão nós perderemos o fio das nossas indagações.

O SR DEPUTADO DIAS MENEZES - Escuse-me V. Exa.

O SR PRESIDENTE (Deputado ~~Ly~~ ^{Ly} ~~sâneas~~ ^{sâneas} Maciel)-Deferido.

^{JOSÉ MACHADO}

O SR DEPUTADO ^{JOSÉ MACHADO} Dr. Renato Ferrari, o que deduzi da leitura que V.Sa. fez do art. 32 ~~que~~ ^{foi o seguinte:} para que haja a transferência, ou melhor, para que o consumidor possa levar seu conjunto técnico para outra distribuidora, impõe-se que exista o ajuste entre elas. ^(uma possibilidade) Só pode haver ~~uma~~ ^{uma} possibilidade. Do contrário ele, para sair de uma distribuidora para outra, terá que

~~do contrario ele, para sair de uma distribuidora para outra, terá~~
que comprar outro conjunto técnico.

O SR RENATO FERRARI - E a distribuidora da qual ele
sai pode recomprar o conjunto que está em poder dele. De maneira
que há sempre uma solução prática para isso.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - V. Sa. ^(me) vai ~~per-~~ per-
mitir, ^(mas a) ~~essa~~ hipótese não existe, ^(o conjunto) de a distribuidora comprar. Eu,
por exemplo, já tive várias oportunidades de verificar ^(essa possibilidade) inclusive co-
migo mesmo. E cheguei mesmo a oferecer meu conjunto para uma outra
distribuidora, porque eu ia mudar ~~residência~~ ^(entretanto) de domicílio. ~~dis-~~ dis-
seram: Isso não é conosco, ^(Quer dizer) o conjunto é seu. O Senhor fará dele o
uso que quiser. ~~mas~~ eles não compram. Então, essa hipótese não exis-
te. Quando o consumidor não faz a transferência para uma outra dis-
tribuidora que esteja ajustada com o seu fornecedor, ou com a sua for-
necedora, ele terá que comprar um outro conjunto técnico.

O SR RENATO FERRARI - Sim, de acordo com o disposi-
^(citado) tivo ~~que~~ Realmente a companhia da qual ele se retira não tem a
obrigação de comprar o conjunto. Não há imposição legal para que ela
compre o conjunto técnico. ~~que a distribuidora que ele sai não tem a obrigação de comprar o conjunto que ele está em poder dela.~~

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Então, verifica ~~se~~
V. ^(Sa) ~~que~~ que a livre concorrência não é tão livre como parece, porque

~~Até~~ me permitam, eu gostaria de esclarecer que existem, em circunstâncias especiais, ~~os~~ ajustes entre empresas com o conhecimento do Conselho Nacional do Petróleo, ^{Por esses ajustes uma} ~~certa~~ empresa poderá, por solicitação ~~da~~ ~~segunda~~

~~onde uma empresa poderá, por solicitação~~ de uma segunda, proceder

ao enchimento dos vasilhames daquela autorizada para essa finali-

dade pelo Conselho Nacional do Petróleo. ~~Significa este ajuste~~
(Isso significa que essa situação pode

(ocorrer) por
 ou ~~por~~ impedimento momentâneo, ou porque houve deslocamento de

uma quota atribuída àquela empresa sobre ^(a) quota fornecida por uma

refinaria onde ~~essa empresa~~ ^{ela} não tenha nas proximidades uma esta-

ção de engarrafamento. ~~Isso tudo em termos transitórios.~~ ^{Existem, pois,}

ajustes dessa ordem. Uma companhia que não tem atividade pró -

pria de ~~engarrafamento~~ ^{enchimento} em determinada cidade, Santos por exemplo,

pode solicitar autorização do Conselho para que lhe seja permiti-

~~de ajustar~~ ^{fazer um ajuste} com outra empresa que tenha um equipamento de enchimen-

to naquela cidade ~~de ajustar~~ ^{para encher} seus ~~vasilhames~~ ^{(botijões).} ~~vasilhames~~

~~que~~ Lembra o Vice-Presidente da LIQUIGÁS, neste momento, que,

em determinada época, a companhia ONOGÁS, no caso, solicitou auto-

rização ao Conselho, e a LIQUIGÁS encheu por conta da ONOGÁS boti-

jões em Capuava, se ~~estou certo~~ ^{não me engano.}

~~_____~~

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO — Quero dizer ao

ilustre técnico em operações que não indaguei do processo ou da

forma pela qual podem ser feitos ajustes. Perguntei se existem a

justes. ~~Se~~ ^{Se} existem no momento, quais são eles e entre quais empre-

sas?

O SR RENATO FERRARI

-- Se-

ria difícil agora enumerar ^{aqui} ~~aquelas~~ ajustes desse tipo, mas ~~Sabemos~~ ^{que eles} existem, ~~em alguns desses pontos.~~

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO

--

~~Essa~~ pergunta ^{deve ser} ~~si~~ dirigida ao Presidente do Sindicato ou ao Presidente da ASSOCIGÁS.

^{Deputado}

O SR PRESIDENTE Vilsons Maciel -- Tem a pala-

vra o Presidente da ASSOCIGÁS e do Sindicato para responder à pergunta do Deputado José Machado.

O SR EDSON QUEIROZ ~~(Presidente da ASSOCIGÁS)~~ --

Sr. Presidente, existem diversos acordos, mas tenho a impressão de que S. Exa. ^(Se) está ~~se~~ referindo a algum acordo especial, visto que existem diversos. ~~em alguns desses pontos.~~

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Ajustes de um mo-

do geral.

O SR EDSON QUEIROZ -- Vou citar o exemplo da

^Butano, que enche para a ALAGOASGÁS, da ULTRAGÁS enchendo para a LIQUIGÁS, MINASGÁS e SUPERGÁS, PLENOGÁS e LIQUIGÁS.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Não existe ajuste

^{entre} ~~em~~ mais de duas empresas?

(de alguns) O SR EDSON QUEIROZ -- Pode haver. Não tenho co-
nhecimento, mas deve existir.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Não, pergunto se
existe.

(como disse, (de nenhum,)
O SR EDSON QUEIROZ -- Não tenho conhecimento
mas deve existir.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Sr. Presidente,
para que essa resposta ^(nos) possa ~~ser~~ auxiliar, amanhã, nas nossas con-
clusões, solicitaria a V. Exa. que, por sua vez, solicitasse ao
Sr. Presidente da ASSOCIGÁS, ou do Sindicato, ou vice-versa, que en-
caminhasse ~~para~~ a Comissão todos os ajustes existentes no Brasil,
no momento.

(Deputado
O SR PRESIDENTE (Lisâneas Maciel) -- Deferido.
Penso que não haverá inconveniente.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- ~~Deferido~~
~~essa~~ ^(fiz) ~~essa~~ ^{Sugestão,} Sr. Presidente, porque, ^{na} ~~essa~~ ata de compromi-
sos a que V. Exa. se referiu, há ~~uma~~ ^(segundo a qual) disposição ~~na~~ nº 6, ~~de que~~
a empresa distribuidora de GLP não poderá receber vasilhame de ou-
tra marca, sob nenhum pretexto, ^(com) ~~de que~~ do previsto na Reso-
lução nº 161.

(da Resolução)
 A regra geral ~~é~~ ~~de~~ proibição de qualquer empresa receber va
 silhame da outra, salvo ajuste. Na época em que foi ~~elaborada~~ ^{redigida} essa
 ata de compromissos, quantos vasilhames foram trocados entre as vá
 rias empresas? ~~Quanto a~~ Não desejo saber as quantidades das em-
 presas A, B, C, desejo saber o total.

(Refere-se) (aos botijões)
 O SR EDSON QUEIROZ -- V. Exa. ~~de~~ destrocados?

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Sim, destrocados,
~~em~~ nos termos da própria Resolução.

O SR EDSON QUEIROZ -- Não tenho este número pre-
 sente. Mas podemos fazer um levantamento para esclarecer a V. Exa.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- São foram ^{des} trocados
 vasilhames ou botijões em poder da ONOGÁS?

O SR EDSON QUEIROZ -- A respeito de troca e
 destroca, acho que cabe um esclarecimento. ^{Às vezes, por} ~~em~~ determinada
 circunstância, um botijão de determinada companhia acaba indo para
 o plantel de outra companhia, geralmente por providência ou inicia-
 tiva do próprio consumidor -- V. Exa., se não me engano, ou o De-
~~putado~~ ^{e me parece que em ocasiões excepcionais} ~~putado~~ Dias Menezes, citou que, em determinadas ~~ocasiões~~ ^{oportunidades,} levou o ~~botijão~~
~~destrocado~~ ^{botijão} da empresa ^a ~~de~~ que estava vinculado. Outras vezes,

entretanto, o consumidor leva o bñtijão a uma outra empresa, ou a outro depósito da empresa, ^e para atendê-lo essa empresa recebe a -
 quele bñtijão de outra marca, entregando o seu bñtijão cheio, ^{Mas} o da
 outra marca é imediatamente ^{des} trocado com aquele de origem. De ma -
 neira que, quando fatos dessa natureza ocorrem, existe uma destro -
 ca imediata. ~~que se verifica~~ O que se verifica no caso ^{desses} ~~de~~ compa -
 nhia ~~que se verifica~~ é que não houve essas destrocas, porque as
 companhias não tinham condições de ~~realizá-las~~ realizá-las por falta
 de número de bñtijões próprios para ^{efetuar a operação,} ~~realizá-las~~, segundo os nũ -
 meros que acabamos de verificar. ~~que se verifica~~ É preci -
 so fazer uma distinção ~~obscure~~ entre um bñtijão que por qualquer
 circunstância possa chegar a um depósito de outra companhia e essa
 companhia não ficar com aquele bñtijão em depósito, porque não po -
 de encher vasilhames de outra marca, remetendo, imediatamente, o
 bñtijão vazio para a companhia proprietária dessa marca. Isso não
 tem nada a ver com ^{o caso das} ~~companhias que retêm bñtijões de outras marcas,~~
 companhias que retêm bñtijões de outras marcas, ^{- nos} enchem ~~vasilhames~~ e
 fazem ~~o~~ comércio com bñtijões de outras marcas.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Só ocorre quando

há ajuste, porque a proibição é ~~uma~~ pacífica: nenhuma companhia
 pode encher bñtijão de outra companhia.

O SR EDSON QUEIROZ -- Mas não se trata de enchi-
mento, Deputado, e, sim, de troca de recipientes simplesmente.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- De troca de bñti-
jões da companhia A com a companhia B●

O SR EDSON QUEIROZ -- Só para esclarecer bem; su-
ponhamos que V. Exa. tenha um bñtijão de uma companhia A e, num
sábado, termine o seu gás por ~~qualquer~~ qualquer circunstância, por ter
dado um banquete, receber mais convivas, etc. Com esse bñtijão da
companhia A V. Exa. ~~estava se encontrava na parte da manhã~~

~~Letra~~

~~precure e encontra~~ ^{la} ~~na~~ ~~companhia~~ ~~que~~ ~~tenha~~ ~~as~~ ~~botijões~~ ~~cheios~~; então, esta ^(ultima) ~~companhia~~ ~~deve~~ ~~ter~~ ~~os~~ ~~botijões~~ ~~cheios~~ para ~~o~~ ~~abastecimento~~ ~~das~~ ~~opções~~ ~~para~~ ~~que~~ ~~o~~ ~~abastecimento~~ ~~não~~ ~~fique~~ ~~em~~ ~~perigo~~.

~~Porque~~ ~~o~~ ~~serviço~~ ~~público~~ ~~e~~ ~~não~~ ~~estamos~~ ~~preocupados~~, ~~evitando~~ ~~atendê-lo~~. / Por sua vez, ~~esta~~ ~~ultima~~ ~~companhia~~ ~~deve~~ ~~ser~~ ~~obrigada~~ ~~a~~ ~~reunir~~ ~~os~~ ~~botijões~~.

~~Trata-se~~ ~~de~~ ~~um~~ ~~serviço~~ ~~público~~ ~~e~~ ~~não~~ ~~estamos~~ ~~preocupados~~, ~~evitando~~ ~~atendê-lo~~. / Por sua vez, ~~esta~~ ~~ultima~~ ~~companhia~~ ~~deve~~ ~~ser~~ ~~obrigada~~ ~~a~~ ~~reunir~~ ~~os~~ ~~botijões~~.

~~Trata-se~~ ~~de~~ ~~um~~ ~~serviço~~ ~~público~~ ~~e~~ ~~não~~ ~~estamos~~ ~~preocupados~~, ~~evitando~~ ~~atendê-lo~~. / Por sua vez, ~~esta~~ ~~ultima~~ ~~companhia~~ ~~deve~~ ~~ser~~ ~~obrigada~~ ~~a~~ ~~reunir~~ ~~os~~ ~~botijões~~.

ria do reser. De maneira que, ~~através~~ ~~desta~~ ~~providência~~, ^(mantém-se a) ~~que~~ ~~é~~ ~~permanente~~, ~~e~~ ~~normalidade~~ ~~de~~ ~~mercado~~, ~~e~~ ~~que~~ ~~não~~ ~~tem~~ ~~nada~~ ~~a~~ ~~ver~~ ~~com~~ ~~situação~~ ~~excepcional~~ ~~de~~ ~~receber~~ ~~os~~ ~~botijões~~ ~~cheios~~ ~~de~~ ~~outras~~ ~~companhias~~ ~~e~~ ~~continuar~~ ~~operando~~ ~~paralelamente~~ ~~com~~ ~~os~~ ~~botijões~~ ~~de~~ ~~outras~~ ~~companhias~~.

^(a) ~~situação~~ ~~excepcional~~ ~~de~~ ~~receber~~ ~~os~~ ~~botijões~~ ~~cheios~~ ~~de~~ ~~outras~~ ~~companhias~~ ~~e~~ ~~continuar~~ ~~operando~~ ~~paralelamente~~ ~~com~~ ~~os~~ ~~botijões~~ ~~de~~ ~~outras~~ ~~companhias~~.

^(para encher) ~~situação~~ ~~excepcional~~ ~~de~~ ~~receber~~ ~~os~~ ~~botijões~~ ~~cheios~~ ~~de~~ ~~outras~~ ~~companhias~~ ~~e~~ ~~continuar~~ ~~operando~~ ~~paralelamente~~ ~~com~~ ~~os~~ ~~botijões~~ ~~de~~ ~~outras~~ ~~companhias~~.

O SR. - Deputado José Machado, ^(permita-me um aparte.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iyséneas Maciel) - Urno ^{V. Sr.} ~~amento~~. Está ~~o~~ ~~Deputado~~ ~~solicitando~~ ~~uma~~ ~~interferência~~? Então, deverá ~~ser~~ ~~feita~~ ~~através~~ ~~da~~ ~~Mesa~~.

O SR. - Com permissão do Sr. Presi-

cente, quero dar uma informação ao Sr. Deputado José Machado, ~~em~~ ~~relação~~ ~~a~~ ~~esta~~ ~~pergunta~~ ~~sobre~~ ~~valores~~ ~~de~~ ~~botijões~~ ~~trocados~~. Tenho ^{des}

57/2

em rãõ ~~uma~~ ~~_____~~

● fiscalização ^{feita} entre 15/5/72 a 23/5/72. ~~_____~~

~~_____~~ Josefa V. Exa. saber quais os números constantes desses volure de ^{destrocas?} ~~_____~~ Tenho, aqui, o relatório.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO ^(homônimo) ~~_____~~

^{foi para esclarecer} ~~_____~~ minha pergunta, que talvez possa ser respondida, ~~_____~~

A decisão do Conselho Nacional de Petróleo, depois de alguns considerandos, no item 6, foi a seguinte: fixou uma norma geral sobre a destroca de botijões entre as companhias, ^{determinando} ~~_____~~ que as

mesmas serão realizadas ^{tudo,} ~~_____~~ doravante sob a supervisão direta do Conselho Nacional de Petróleo. ~~_____~~ Portanto, levo a crer que

^{a troca} ~~_____~~ antes ~~_____~~ feita ~~_____~~ ser essa supervisão - dela participando todas

as empresas distribuidoras de gás liquefeito, signatárias deste instrumento. ^{se aplica} ~~_____~~

~~_____~~ De onde se conclui que esta recomendação ~~_____~~ ^{se aplica} ~~_____~~ todas as signatárias, ^{(e) (a) (a)} não apenas uma ou duas que porven-

tura lá estivessem, como é o caso denunciado pela Presidência do Sindicato e pela Presidência da ASSOCIACÃO, da CHOCÓ e da REUNION-

tina. ^{Mas,} ~~_____~~

~~_____~~ para melhor esclarecimento e para que eu ^{forma} ~~_____~~ continuar formulando as perguntas, ^{gostaria de} que V. Sa. lesse o texto.

O SR. PRESIDENTE ^{Spinal deputado} ~~_____~~ (Isidoro Maciel) - Deferido, V. Sa.

podem responder.

77/3

O SR. JOSÉ MACHADO - LICENCIADOS. Na fiscalização feita pela
própria ASSOCIADOS, no período de 15/5/72 a 22/5/72, encontrou
nas seguintes companhias, ~~butijões usados~~ ^{considerados} de outras marcas:

COPACÁS, 6 623 butijões, encontrados no depósito da COPACÁS;

PÍPICÁS, 1 659, UMBACÁS, 720, VÉLICÁS, 6 870, LICENCIADOS, 952.

O SR. DEP. JOSÉ MACHADO - LICENCIADOS, duas vezes?

O SR. DEP. JOSÉ MACHADO - LICENCIADOS. Não sei se são duas vezes.

Talvez a LICENCIADOS figure em outro local. Citecentos e cinquenta e

dois butijões. UMBACÁS, noventa, 120; SUPERMARCAS, 5 945;

MINASÉAS, 5 924.

e LIQUIDACES.

~~_____~~
~~_____~~
~~_____~~

riodo de fiscalização de oito dias.

O SR. DEPUTADO ^{DEPUTADO} JOSE' MACHADO - Não está incluí-
da a ONOGÁS?
Ca

O SR. CASRIO CHESCHIM - Não. Nesta época, nós, pratica-
mente, ainda não opervamos em São Paulo. *Estes dados se referem *
~~baseada em~~ re-
gio de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ^{DEPUTADO} JOSE' MACHADO - Na região do Gran-
de São Paulo, ou no interior de São Paulo?

~~_____~~
~~_____~~
~~_____~~

O SR. CASRIO CHESCHIM - Aqui inclusive se deu um fato ^{Comuito}
~~interessante~~ interessante. ~~o~~ Nós não opervamos em São Paulo, e,
num depósito da SUPERGASPRAS, ^{encontraram} ~~encontramos~~ 3.290 boties da ONOGÁS
naquela região.

O SR. - ^{Fiscalização da}
ASSOCIACES.

O SR. CASERIO CHESCHIM - ASSOCIIGÁS. E ~~as~~ não operávamos em São Paulo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO ^{Pool} ~~da~~ V.Sa. ~~da~~

~~do~~ informar se essa destroca foi feita na área ^{da} Grande São Paulo, ou do interior. [?] ~~Resposta: Não, não foi feita.~~

O SR. CASERIO CHESCHIM - Essa fiscalização foi feita no Grande São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Iysâneas Maciel) - V.Exa. pode prosequir, Deputado José Machado.

~~_____~~

~~_____~~

~~_____~~

O SR. CASERIO CHESCHIM - ^(V.Exa.me) Desculpe, mas agora ^{é que} ~~estamos~~ estamos entendendo a pergunta ~~anterior de V.Exa.~~ ^{que se} ~~referia a ajuste de permuta de vasilhames.~~ referia a ajuste de permuta de vasilhames. Então, agora ^(se) está ~~se~~ tornando clara a pergunta. Existem ajustes de permutas de vasilhames. ~~_____~~

~~_____~~

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Permuta e enchimento, não ^é verdade?

O SR. CASERIO CHESCHIM - Não, ~~_____~~ convém diferenciar nitidamente o problema. Quando ^(antes V.Exa.) ~~se~~ se referia a ajustes, ^(que se tratava de) entendíamos ~~de~~ ajustes de enchimento de vasilhames, ~~_____~~

~~_____~~ O que estamos enfocando agora é permuta de vasilhames, exclusivamente vazios, entre empresas. Então, eu gostaria de recor~~er~~

dar alguns números que foram mencionados aqui. Nós ~~giram~~ opera-
 mos, ~~em todo o país~~ ^(em todo o país) com cerca de 30 milhões de vasilhames. Analisan-
 do o ~~caso~~ ^(caso) da Grande São Paulo, diríamos que ~~atualmente~~
~~atualmente~~ ^(atualmente) hoje temos ^(atualmente) cerca de 2.500.000 consumidores, entre to-
 das as companhias. Significa isso que uma companhia de porte gran-
 de opera com cerca de trinta mil vasilhames por dia, em sua entre-
 ga ~~na~~ Grande São Paulo. É o caso da ULTRAGÁS, grosso modo. Outras
 empresas ^(operam) com ^(outros números) ~~relações variáveis~~ ^(relações variáveis). Ora, exemplos de per-
 muta de vasilhame ~~entre vizinhos~~ ^(do outro) porque acabou o gás ~~em~~ ^(do outro) vizi-
 nho, ~~com isso~~ ^(deveria) não ~~deveria~~ ^(deveria) nem ser mencionado. Efetivamente, o que
 existe é que, no retorno dos caminhões ^(aos depósitos) ~~de respectiva companhia~~ ^(aos depósitos) são
 recolhidos

~~companhia, é recolhido~~ um certo número de vasilhames que não pertencem àquela empresa. Esse fato, contudo, é registrado pelo entregador, que preenche inclusive uma papeleta do registro, ^(indicando a) anomalia encontrada junto ao próprio consumidor. ^(Por exemplo:) junto ao próprio consumidor foi encontrada uma garrafa de terceiro." Essa permuta de vasilhames, decorrente da própria mecânica de entrega diária, resulta em quantidades de vasilhames permutados entre companhias, seguindo um critério ~~adotado~~ ^(combinado, em acordo) acordado entre as empresas e homologado pelo próprio Conselho. ~~Para isso~~ ^(para isso) acertar para uma sistemática de entrega que envolve volume de vasilhames diário muito grande.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - ~~Permita-me~~ Acho que V.Sa. se está ~~o~~ repetindo. Poderia já se circunscrever à pergunta.

O SR. CASERIO CHESCHIM - Eu gostaria exatamente de concluir ^{meu pensamento.}

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Para melhor esclarecimento, ~~eu fiz menção expressa à letra g do~~ eu fiz menção expressa à letra g do art. 31 da Resolução, que trata do processar o enchimento, desde que ~~se~~ haja ajuste.

O SR. CASERIO CHESCHIM. - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - E V.Sas. chegaram a citar vários entendimentos que existem entre a MINASCÁS e outras ^{(companhias,} ~~adquiridas~~ uma no Sul, outra no Centro, outra mais no Norte.

~~mas~~ Mas não me disseram se esse ajuste envolvia mais de

duas companhias.

O SR. CASERIO CHESCHIM - ~~Costumava~~ Perdoe-me, foi um lapso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - E como ^{Cesse ponto} ~~isso~~ não ficou muito claro, eu solicitei do Sr. Presidente que, ~~através~~ por intermédio da Presidência, fosse solicitado a V.Sas. que enviassem à Comissão de Minas e Energia o montante dos ajustes realizados até a data de hoje, que estão ocorrendo até a data de hoje. Não só com relação à troca pura e simples de vasilhames, como também à permissão ~~de~~ ~~obtenção~~ de uma companhia encher o vasilhame da outra.

O SR. CASERIO CHESCHIM - Entenda-se, contudo, que a letra g se refere a acordo operacional de enchimento de vasilhames. É uma característica distinta ^{decorrente} ~~de~~ do acordo ~~xxx~~ existente entre companhias para permuta de vasilhames ~~de~~ exclusivamente vazios. ^{Isso} ~~isso decorre~~ decorre da própria mecânica de entrega.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Quero apenas esclarecer ^(que) longe de mim a pretensão de dar interpretação ao ~~item~~ item VI da Ata de Compromisso. ^{mas entendi} Não sei se V.Sas. que assinaram esse compromisso ~~de~~ comigo ~~de~~ que havia um certo descalabro neste comportamento de troca. Tanto que, ^{no} ~~item~~ item VI, exige ^{-se} ~~a~~ presença ~~em~~ a supervisão do Conselho. Quer dizer, até então o negócio não era nem feito, digamos assim, através de um ajuste. Era troca pura e simples.

O SR. CASERIO CHESCHIM - O Conselho se refere, se V.Exa.

me permite, ao ^{caso dos} ~~empresários~~ vasilhames vazios,
 que eu mencionei. Não está ^(se) referindo, quando menciona isso,
 à letra g, da 1/61. Quer dizer, há dois ^(Resolução) tipos de ajustes! Um para
 encher botijões por ^{motivos} ~~razões~~ operacionais; outro ~~ajuste~~ de permuta
 de vasilhame vazio, decorrente de anomalia eventual do próprio sis-
 tema.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - E um terceiro ajuste, ^{em} ~~caso~~
~~de ajuste, não há um terceiro ajuste~~ ^(se) que pode fazer a troca
 do vasilhame e também encher ^o ~~o~~ vasilhame obviamente.

O SR. CASERIO CHESCHIM - Não existe esse caso. Pelo me-
 nos eu não conheço.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Se existe um ajuste que
 permite duas ~~empresas~~ ou três empresas

~~permite~~ a duas ou três empresas encherem o vasilhame de cada uma delas, obviamente ~~é~~ é de admitir~~o~~ que esse vasilhame chega à empresa. Então, ipso ~~facto~~ ^a ~~facto~~, troca de botijões também se opera. Se a empresa A vai encher o da empresa C, há uma ~~troca~~ troca de botijões.

O SR CASÉRIO CHESCHIM — Se ^{V. Exa.} ~~o SR~~ me permitir, gostaria de esclarecer que, no primeiro caso de ajuste de enchimento, em termos operacionais, a empresa A, que enche o vasilhame, não manipula o ~~vasilhame~~ da empresa B. Neste caso a empresa B leva seus vasilhames ~~vazios~~ vazios à empresa A, esta os enche e os devolve ^{nos} ~~os~~ veículos da empresa B ~~para consumo~~ para consumo. É ~~princ~~ ^{puramente} puramente uma prestação de serviço. Convém esclarecer esse ~~aspecto~~ ~~tipo~~ tipo de ajuste.

O SR GIOVANNI COLATRELLA — Sr. Presidente, gostaria de apartear o nobre Deputado José Machado.

O SR PRESIDENTE (Lysâneas Maciel) — Pois não, V.Sa. tem a palavra.

O SR GIOVANNI COLARRELLA — Sr. Presidente, quando o Dr. Cheschim interpreta a ~~letra g~~ ^{letra g} da Resolução nº 61, ^{compreende-se} ~~que~~ que o ajuste para enchimento dos botijões de outras marcas é destinado somente a servir a outras companhias que eventualmente não têm o engarrafamento naquela localidade etc. ~~que~~

Como a ^{AS}ASOCIGÁS, em nome das companhias distribuidoras de gás, celebrou com a ONOGÁS um ajuste que permitia o enchimento de botijões de outras marcas, homologado pelo Conselho Nacional do Petróleo? Baseado em que artigo da Resolução nº 61 ~~útil~~ ^{isso?} foi feito? Será que foi feito um ajuste à revelia do Conselho Nacional do Petróleo para depois ^{nos} ~~nos~~ mandar ^{na} a fiscalização? Tenho aqui o acordo assinado entre a ASOCIGÁS, em nome das companhias distribuidoras, e a ONOGÁS, como afirmei, permitindo a esta o ~~o~~ enchimento de botijões de outras marcas. Queria saber qual o artigo da Resolução nº 61 que permite ~~essa~~ *essa operação?*

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO — Permita-me, Sr. Presidente *(interromper S.Sa. para perguntar o seguinte:)* qual seria a indagação do representante da ONOGÁS ao Presidente da ASOCIGÁS?

O SR ~~EDSON QUEIROZ~~ ^{EDSON QUEIROZ} — Sr. Presidente, se V.Exa. ^{me}permite solicito que o Dr. Caserio Cheschim responda à pergunta.

O SR CASERIO CHESCHIM — Gostaria de fixar alguns aspectos da questão colocada. *(Em que data foi firmado)* o acordo a que se refere o Sr. Colatrella?

~~Qual a data em que foi firmado?~~

35/75

SEREJO/

13.5.75

14 Y

61/1

O SR GIOVANNI COLATRELLA — Em 28 de novembro de 1973.

O SR CASERIO CHESCHIM — Nessa data então teria havido um acordo entre a ^{AS}SOCIGÁS e a ONOGÁS no sentido de normalizar-se a situação ^{certa}já existente, estabelecendo que durante ~~um~~ período haveria ^{permissão para}~~o~~ enchimento de botijões por parte da ONOGÁS. Lembro que na ocasião o assunto foi tratado com o então Presidente da ^{AS}SOCIGÁS, ^{tendo sido}engenheiro Lamartine Navarro, ~~o~~ objeto de comentários com o então Presidente do ~~o~~ Conselho Nacional do Petróleo, que, em busca da normalização do mercado, concordou em princípio ^{com a adoção desse}~~o~~ critério. ~~Posteriormente~~ Posteriormente, contudo, se estou certo, a ^{AS}SOCIGÁS enviou à ONOGÁS — e aqui tenho uma referência ^{em} 22 de janeiro, ~~o~~ uma carta cancelando aquele acordo, alegando ^{havia} que a ONOGÁS não ~~o~~ cumprido ^{os termos do} acordo.

O SR GIOVANNI COLATRELLA — Não foi em 22 de janeiro, mas em 29 de março.

O SR CASERIO CHESCHIM — ~~o~~ Enfim, ^{foi} cancelado ~~o~~ aquele acordo por ^{causa}~~o~~ de não cumprimento dos entendimentos havidos. Poderíamos questionar se ^{as razões apresentadas}~~o~~ foram efetivas ou não, mas houve de fato ~~o~~ cancelamento daquele acordo. Correto, Sr. Colatrella?

O SR PRESIDENTE ^{(Deputado} Lysâneas Maciel) — Um momento. ^{Não} Vamos manter um diálogo paralelo, se ^{ne}não não terminamos hoje.

61/2

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO — Sr. Pr^osidente,

tenho ainda algumas perguntas ^a fazer. Quero salientar a
V.Exa., que vem conduzindo com elegância e ^{brilhantismo os} nossos traba-
lhos, que não nos move nenhum propósito de colocar uma empresa
contra a outra. O que desejamos saber realmente ao final do^s de-
bate^s é o que efetivamente mais convém ao consumi^{do}r brasileiro.
Esse me parece o caminho mais lógico. Em alguns momentos,
as explicações levam a debate a ^{AS}SOCIGÁS e as empresas. Mas
 ^{queremos} efetivamente um esclarecimento, em face da pales-
tra do ilustre Presidente do Sindicato, de algumas observações fei-
tas pelo Presidente da ^{AS}SOCIGÁS e também ^{em face de} outros depoimentos

~~Outros depoimentos que foram~~ prestados a esta Comissão. ~~Outra~~ ^{Outra} indagação que faço, Sr. Presidente, é a seguinte: quantos parques de estocagem existem no Brasil, em comum - uma empresa com a outra - e separadamente? Esta pergunta ~~é motivada na~~ ^{é motivada na} exposição de S.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Comcedo a palavra ao Sr. Presidente do Sindicato.

O SR. RENATO FERRARI -

~~SR. (PRESIDENTE DO SINDICATO DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO)~~

Um momento, Sr. Presidente, já responderemos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO ^{Repito:} ~~pergunta~~ quantos parques de estocagem existem no Brasil, em comum - várias empresas juntas - ~~e~~ ^e separadamente?

O SR. RENATO FERRARI -

~~SR. (PRESIDENTE DO SINDICATO DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO)~~

Esclareceremos, ~~at~~ ^{Salvo} omissão de algum dado, ~~deve~~ ^{haber} no País, hoje, cerca de 25 a 30 parques de enchimento das várias companhias. Existem também 3 parques de armazenagem comuns às companhias que operam naquela região onde está o parque. ~~É~~ ^É o caso, mencionado aqui, da UTI/GÁS, da

BEKINGÁS^e da TERGASUL, que são companhias em "pool", consti-
tuídas com participação de todas as empresas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Em comum, então, são
três?

O SR. RENATO FERRARI

~~(PRESIDENTE DO SINDICATO DAS EMPRESAS DISTRI-
BUIDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO)~~

Sim. Cabe salientar que no caso da UTINGÁS, que tem o maior
parque desse tipo, participam todas as empresas da área, in-
clusive a ONOGÁS, COPAGÁS, enfim, todas as empresas que lá a
tuam. Esses são parques de armazenamento ^{fonte} ~~re~~cebedores da
de produção, de armazenagem para todas as empresas. São 29
parques de enchimento, e alguns deles podem operar, conforme
mencionamos anteriormente, por entendimento, ^{ver} ~~com~~
vasilhames de outras empresas, por ajuste aprovado pelo CNP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Com
a palavra / nobre Deputado José Machado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Sr. Presidente, tinha ^{ainda}
uma série de indagações a formular, mas pelo que vejo, se for-
mos nos deter na ~~vontade~~ vontade e no ~~desejo~~ desejo de ^{vermos} ~~es~~ es-
clarecê-los, desta forma contribuindo ~~também~~ também para es

clarecer o Plenário, acabamos absorvendo o tempo e vários
companheiros ficariam impedidos de usar da palavra.

Mas não quero concluir, Sr. Presidente, sem ~~com~~
salientar, sem acentuar aqui o final do pronunciamento do
Presidente do Sindicato, defendendo a tese *quase*
de interesse nacional da vinculação obrigatória. Pelo que vi-
mos, Sr. Presidente, quando há interesse das companhias, elas
se juntam, inclusive para ^{ter} uma fonte única de enchimento. E
quando não têm uma fonte única ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ - no
caso são apenas três - elas têm 25 ou 29 fontes de enchimento,
fazendo, inclusive, desde que convenha aos seus ~~seus~~ interes-
ses, um ajuste para enchimento nessas 25 ou 29 estações
existentes
~~existentes~~ no Brasil. São ~~29~~ 29 estações de en-
chimento separadas ~~separadas~~ ^{P/} isoladas, e três conjuntas,

~~Verês conjuntas,~~ reunindo todas as empresas que atuam na área.

O SR. RENATO FERRARI -

~~(PRESIDENTE DO SINDICATO DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO)~~

De armazenagem, mas é evidente que se dá o enchimento também.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO (P) - Perfeito, mas não importa; o que importa é a tese em si. S.Sa. Depois ^{que} deixou bem claro que cada botijão traz no seu gargalo a sigla da companhia, e no seu corpo a mesma sigla, constatamos ~~que~~ ~~que~~ que, primeiro, não há, ^{efetivamente} livre concorrência, porque a capacidade aquisitiva do ~~o~~ povo brasileiro não permite a troca de uma companhia para outra, se ele não ~~de~~ ^{poder} levar seu conjunto técnico; segundo, não havendo livre concorrência, e, por outro lado, permitindo-se o ajuste entre companhias distribuidoras para ~~o~~ ^{obscuramente} enchimento, o argumento de que se poria em risco a empresa A ou B com essa troca simultânea de botijões para enchimento ~~também~~ não procede. ~~XXXXXXXXXX~~ Desde que haja interesse, e na ~~XXXXXXXXXX~~ região X não exista uma ~~XXXXXXXXXX~~ base de enchimento da companhia A, ela tem a necessidade de colocar seu ⁵ botijão ali; a companhia A se serve da companhia B, e assim sucessivamente.

Daí, embora não seja essa a intenção de S.Sa., queria deixar isso bem claro, porque as ~~as~~ expressões, as palavras e o brilhantismo ~~si~~ com que expôs sua idéia, deixou ^{quase} quase toda ~~a~~ ^{de sua exposição} ~~a~~ ^{ditório} ~~ditório~~ sob ~~o~~ impacto, como se no curso e com a força das suas palavras, pudesse S.Sa. praticamente coordenar e comandar os trabalhos desta Comissão, até mesmo para as suas conclusões.

Vê-se apenas, com esses dados, com esses elementos, que realmente não procedem o brilhantismo, a sustentação e a tese, ^{quanto ao} ~~o~~ interesse efetivo do pequeno consumidor, que é, afinal, o maior consumidor de gás liquefeito brasileiro.

Quero concluir, Sr. Presidente, para esclarecer de uma vez por todas, fazendo uma indagação ao Presidente da ASSOCIGÁS. ~~Qual~~ Qual o patrimônio da ASSOCIGÁS e sua origem? Como se mantém essa Associação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Concedo a palavra ao nobre Diretor Executivo da Associação.

O SR. DIRETOR EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS DISTRIBUIDORES DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO -

Sr. Presidente, eminente Deputado José Machado, a ASSOCIGÁS

não tem, praticamente, nenhum patrimônio. Sua sede em São Paulo é alugada, na Avenida Paulista, nº 1.009, 16º andar. A instituição funciona mediante contribuições das empresas distribuidoras de gás do País, conforme o seu percentual de mercado. A empresa que tem condições de pagar mais, paga mais; a empresa que tem menos condições, paga menos. Elaboramos, rigorosamente, um orçamento anual,

~~Nós elaboramos um orçamento anual, que é submetido à Assembléia Geral dos associados, e trabalhamos mediante esse orçamento.~~

Se V.Exa. e o Presidente da Comissão ^{de} Minas e Energia assim o desejarem, poderíamos também ~~trazer~~ ^{trazer} junta~~mente~~ ^{esses} orçamentos-programas dos últimos dez anos da instituição, bem como ~~dos~~ diferentes balanços publicados mês a mês.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - ^{Se se trata de} ~~o~~ orçamento analítico, com previsão orçamentária, ^{de} ~~o~~ orçamento geral, ~~incluindo~~ com verbas específicas para todos os setores, inclusive publicidade, ~~o~~ a Comissão acolhe a sugestão da ASSOCIADOS e pede seja recolhido ^{constem} hoje, para que ~~conste~~ ^{constem} da Ata dos nossos trabalhos essas previsões orçamentárias e os respectivos balanços dos últimos anos.

~~O SR - V.Exa. fala na juntada hoje, Sr. Presidente?~~

~~O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - V.Exa. terá em mãos?~~

~~O SR - Não temos em mãos.~~

~~O SR - Evidentemente, em face do tempo escasso que V.Exa. nos concedeu para vir aqui, não estamos preparados.~~

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Então, *que*
seja o
mais rápido possível. Eu agradeceria.

O SR RENATO FERRARI - (V.Exa. *P* per -)

mite um esclarecimento? Ao final da minha exposição, formulei um
convite à Casa. ~~Se tiverem~~ *Se V. Exa. tiverem* a oportunidade, demonstrarei
in loco como funciona, como se processa o abastecimento.

Como as conclusões do eminente Deputado José Machado,
venia permissa, contêm alguns equívocos a respeito das explicações
que demos, equívocos esses de certa forma naturais, pois ~~estes~~ *há* de
fato uma complexidade técnica que escapa muito ao leigo, e numa ex-
posição como esta dificilmente se consegue dar todos os esclareci-
mentos, o convite que formulei se torna mais do que cabível neste
momento, a fim de que se desfaçam as confusões, que ainda possam e-
xistir em virtude da impossibilidade que se tem, ~~em~~ neste, debate de
se dar a situação exata, do ponto de vista técnico, para o abaste-
cimento.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Pois não.
Verificada a formalização do convite e a compatibilidade dos horá-
rios, a Comissão apreciará esse gentil convite do Sindicato.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO (?) - Sr.

Presidente, encerrando a minha participação, desejo agradecer mais
uma vez a V.Exa., pela oportunidade que nos deu de entrar no méri-

to e na discussão de um dos temas que está empolgando, hoje, a Casa, ^{ou} ~~seja~~ seja, o comportamento das distribuidoras de gás liquefeito e o consumidor nacional. ~~—~~ ^{também} ~~desejo~~ agradecer especialmente ao Sr. Presidente do Sindicato, ao Sr. Presidente da ASSOCIGÁS, ao Sr. ^{responsável} ~~técnico~~ técnico pela ASSOCIGÁS ou ^{por} ~~uma~~ uma das empresas que a compõem, e a todos aqueles que houveram por bem responder às minhas indagações.

Estendo ~~o~~ meu^s agradecimento^s a^s ~~o~~ representante^s das pequenas empresas aqui presente^s, notadamente da ONOGÁS, e quero salientar que não houve, de nossa parte, propósito algum de colocar em debate, ~~o~~ em discussão, ou mesmo avivar o desentendimento ocasional que deve estar ^{existindo} ~~ocorrendo~~ entre os ^{anembros} ~~anembros~~ das empresas que compõem a ASSOCIGÁS e o sindicato.

ad.

Reconheço, também, que devo ter cometido uma série de equívocos, mas ~~os~~ nossos equívocos devem ser levados na conta de quem deseja realmente alcançar a verdade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Devo esclarecer também que, se for o caso, ~~se~~ convidaremos novamente os senhores Diretores do Sindicato, da ~~ASSOC~~ ASSOCIAÇÕES, das empresas e das pequenas companhias.

Vamos, porém, aproveitar o tempo ^{pois} alguns diretores de São Paulo têm compromissos. ~~e~~ passo a palavra imediatamente ao Deputado Adhemar Santillo.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO - Sr. Presidente, também seremos rápidos em nossas considerações e ~~seremos rápidos~~ nas perguntas que pretendemos formular aos representantes das distribuidoras de gás, aqui presentes através do seu Sindicato, da ASSOCIAÇÕES e, também, ^{aos representantes das} ~~empresas~~ empresas, ^{na pessoa de} ~~representados pelos~~ seus Presidentes ou Diretores.

Primeiramente, SR. Presidente, ~~eu~~ gostaria ~~que~~ que V.Exa. me permitisse fazer duas perguntas. A primeira, ao Sr. Onofre Quinan, para saber ^{em que ano} ~~quando~~ a ONOGÁS iniciou suas atividades na distribuição de gás na região de Goiás. ~~qual o ano.~~

O SR ONOFRE QUINAN - Como distribuidora, aproximadamen-

te em 1960.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO - Gostaria de saber do Presidente do Sindicato ou de um dos integrantes da Mesa, se a MULTIGÁS pertence ao grupo da SUPERGASBRÁS, ou se é uma distribuidora distinta. (Pausa). Ao que parece é uma companhia que não mais existe. Não temos conhecimento dela hoje. Quem a encampou?

O SR PRESIDENTE (Deputado ~~Luiz~~ Lisâneas Maciel) - Parece-me que o General Gentil de Castro é o representante, se não ~~estou~~ estou enganado, da SUPERGASBRÁS.

O SR ~~ADHEMAR~~ GENTIL DE CASTRO - Exato.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) - V.Sa. ~~estaria~~ estaria em condições de responder? Por obséquio, ao microfone, para registrar.

O SR ~~ADHEMAR~~ GENTIL DE CASTRO - Não é do meu tempo, mas me parece que foi comprada pela SUPERCÁS. A MULTIGÁS era uma companhia de Goiás, que operava em Campinas. Foi comprada e absorvida pela SUPERCÁS. ~~Logo~~ Mais tarde, a SUPERCÁS fez fusão com a GASBRÁS e passou a ser SUPERGASBRÁS. Não é do meu tempo, é muito antigo, deve ter sido há uns dez anos. Realmente ~~respondo~~ nada posso afirmar *a respeito.*

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Deputado Adhemar Santillo.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO - Sr. Presidente, simplesmente para ilustrar o meu pensamento nesta tarde e a Exposição de Motivos que pretendo fazer.

Na verdade, para as pequenas companhias tem sido ~~trabalho~~ muito difícil superar a concorrência, muitas vezes até ~~desleal,~~ *desleal,* praticada pelos grandes grupos. E nós não vamos, aqui, ~~enfocar~~ *enfocar* se esse:—

~~Absolutamente. Não nego.~~

O SR. DEPUTADO ~~Aqui não~~

~~vamos focar se este~~ grande grupo é multinacional, se é de capital estritamente estrangeiro, ^{ou} se é de capital nacional. ~~se é~~ uma grande empresa organizada com capital nacional ou estrangeiro, ^e na verdade, esses grandes grupos têm feito com que as pequenas companhias encontrem dificuldades no seu trabalho. Tanto assim é verdade que muitas pequenas companhias já foram encampadas, em consequência de não ^{terem} conseguido ^{de} furar o bloqueio da concorrência feita muitas vezes, inclusive, contrariando ^{normas do} próprio Conselho Nacional de ~~Petróleo~~ Petróleo. Quando foi feita a pergunta ao Presidente do Sindicato, Dr. Renato Ferrari, sobre a possibilidade de um consumidor se desvincular de uma firma e ingressar numa outra, afirmou ele que muitas vezes a empresa poderia adquirir o conjunto técnico e realmente isto ocorre na prática. As grandes empresas quando desejam aumentar o número de consumidores podem, perfeitamente fornecer gratuitamente um conjunto técnico ~~do~~ contribuinte.

A pequena empresa não tem condições de executar esse trabalho. Para reforçar nossa argumentação vamos ler aqui uma notícia estampada no jornal "O Popular", que se edita na Capital de Goiás, do dia 10 de julho de 1962, ^{portante} dois anos após a ^{e atuação} instalação da Onogás no mercado goiano. ~~Fizendo~~ o seguinte:

" No momento reservado às Explicações Pessoais, ontem, na Assembléia Legislativa, o Deputado Clepino ~~de~~ Araújo discorreu sobre o preço de gás liquefeito nesta Capital, onde o botijão está sendo vendido, ~~em~~ ^{em} ~~os~~ ^{em} cruzeiros antigos, e verdade, a 628. Em suas considerações sobre o assunto o parlamentar assegurou que enquanto a Multigás e outras ^{ca.} firmas distribuidoras vendem o botijão em Goiânia por aquela quantia, em Anápolis, por exemplo, é vendido à razão de 500 ^{antigos,} cruzeiros, o que não deixa de se constituir numa desigualdade, levando-se em consideração que no interior ^{o gás} ~~de Goiás~~ é mais barato."

Acontece que o parlamentar não atinou para o problema.

~~Aquela~~ ^{Aquela} empresa vendia o gás mais barato na cidade de Anápolis

66/67-3

porque ali ^{se instalara há pouco} ~~estava instalada~~ ^{o gás} a grande empresa que ~~curgia~~ e queria

prosperar. Automaticamente esta é a única razão ~~existente~~ para se

vender o gás em Anápolis, ~~uma~~ cidade do interior, a ~~um~~ preço infe-

rior ao da Capital e ~~em~~ ^{ao de} outras principais cidades do interior ~~de~~

Goiás. ~~¶~~ Feita esta observação, Sr. Presidente, gostaria de ~~fazer~~ ^{formular}

uma pergunta ao Presidente da ASSOCIGÁS ou ao Presidente do Sindi-

cato. ^P parece-me que ela seria mais ~~oportuna~~ oportuna ao primeiro,

porque ainda continua sendo a Associação que decide, ou, pelo me-

nos, ~~que~~ homologa, juntamente com o Conselho Nacional do Petróleo

os acordos no setor de gás. Já fizemos esta pergunta na semana

passada nesta mesma Comissão e gostaríamos, agora com a presença

ca. do Presidente da Associgás, de saber se há ~~um~~ idêntico tratamen-

to ^{para} ~~dos~~ consumidores. Já ouvimos falar aqui ^{emite} ~~na~~ em 70 milhões

de brasileiros ~~que~~ que usam o gás, já ouvimos falar na ^{sua} importância

~~que o gás representa~~ para o consumidor brasileiro, mas gostaríamos

de saber se este tratamento é idêntico ^{para} ~~para~~ todos os consumidores,

quer seja ^{ele} da Capital da República ou ~~de~~ de qualquer ou-

tra capital interiorana.

66/67-4

Perguntaríamos, então, ao Presidente da Associgás se esse trata-^{ea.}
 mento é realmente uniforme no que diz respeito ao que se faz na
 Capital da República e ~~do~~ ^{no} interior?

RENATO FERRARI —
 O SR. ~~PRESENTE DA ASSOCIÇÃO~~

Há um dispositivo do Fundo de Frete, criado pelo Conselho Nacional
 de Petróleo, pelo qual é praticamente igual esse tratamento."

O gás é oferecido ao ~~o~~ consumidor de qualquer praça que receba
 a granel com o frete ~~o~~ pago por um fundo especial de frete,
~~isso para~~ ^{ao gás o} dar o mesmo preço ~~de gás~~ em Manaus, Rio de Janei-
 ro, Belém, Fortaleza, Rio Grande do Sul, ~~e~~ O tratamento é igual ~~o~~
~~preço~~ tanto quanto possível .

O SR. DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO — Minha

ea. pergunta ao Presidente da Associgás não ~~trata~~ ~~o~~ apenas do
 problema do preço, ^{também} mas do atendimento.

RENATO FERRARI —
 O SR. ~~PRESENTE DA ASSOCIÇÃO~~ - ~~o~~ atendimento, depende

da companhia. Daí, então, é que vem a transferência de um consumi-
 dor quando prefere uma companhia à outra. ^{Umhas têm veículos} ~~A preferência é dada~~

as melhores; mais novos, botijões, ^{mas nova} ~~a~~ pintura ~~de botijões~~

66/67-5

~~que~~ ^{mais} segurança, ^{enfim} é uma questão de preferência.

O SR DEPUTADO - ADHEMAR SANTILLO ^{Anál e' a} ~~de~~ preo-

cupação da ASSOCIGÁS no atendimento também a outras ^{cidades!} ~~entidades~~ nesse sentido?

RENATO FERRARI —
O SR ~~PRESIDENTE DA ASSOCIGÁS~~

A ASSOCIGÁS não atende ...

O SR DEPUTADO - ADHEMAR SANTILLO Através das

filiais. Parece-me que a ASSOCIGÁS se reúne periodicamente ~~ede~~ com a presença ^{Também de} elementos das companhias e de

ca. ^{Sai} lá ~~se~~ mais ou menos uma instrução geral. Então, a Associgás não

pode, de forma alguma, ~~se~~ ser isenta da participação ^{no} ~~do~~ atendimen-

~~to bom ou não, pois na verdade é da ^{Associgás} ~~responsabilidade~~ ~~de~~ ~~se~~ ~~reúne~~ ~~periodicamente~~ ~~para~~ ~~trocar~~ ~~os~~ ~~planos~~ ~~da~~ ~~seu~~ ~~diretoria~~, formada ~~na~~ ~~ao~~ ~~que~~ ~~me~~ ~~parece~~, também por elementos ~~que~~ ~~fazem~~ ~~parte~~ ~~das~~ ~~companhias~~, ~~que~~ ~~estão~~ ~~em~~ ~~plena~~ ~~atuação~~. ~~Na~~ Quais~~

ca. são os planos adotados pela Associgás para o atendimento, ~~para~~

~~de modo a ser~~ ^{que este seja} idêntico em todo o Brasil? ~~e se~~ há um tratamento

especial para Brasília?

O SR ~~PRESIDENTE DA ASSOCIGÁS~~ RENATO FERRARI —

ca. O tratamento da Associgás para as companhias?

xxx 66/67-6

O SR DEPUTADO ADEMAR SANTILLO Não. A orientação

ca. da Associgãs para as companhias ^{sobre como} atenderem ao consumidor.

O SR ~~PRESIDENTE DA ASSOCIÇÃO~~ RENATO FERRARI -

ca. A orientação da Associgãs para as companhias ~~é tática / ou /~~ re-

gulamento ^{é dito sempre} nas reuniões ~~de~~ ^{é que} sempre que o consumidor deve ter

um serviço bom Damos um exemplo de duas companhias que foram ^{praticamente} vex-

ca. pulsas da Associgãs porque estavam vendendo ^{o obrigação de} gás sem peso correto.

Esse é o pomo de discordia de tudo isto.

PRESIDENTE

O SR ~~DEPUTADO~~ Leopoldo Maciel - Peço a V.Sa. que

responda à pergunta formulada ✓

RENATO FERRARI -

O SR ~~PRESIDENTE DA ASSOCIÇÃO~~ - A pergunta foi respondida.

ca. A Associgãs toma as providências para que o tratamento seja...

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO ~~há~~ ^{- Quero saber se há} tratamento dis-

criminatório em relação a ^{diversas} certas praças, ~~de~~ ^{pelos que estão produzindo} depreender ...

O SR ~~PRESIDENTE DA ASSOCIÇÃO~~ RENATO FERRARI - Não há.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO - Não há ^o tratamento discriminatório ~~de~~ ^{de} ~~alguma de~~

~~de~~ ^{em} tratamento discricionário ~~em~~ nenhuma cidade ou região do Brasil?

RENATO FERRARI

O SR. ~~DEPUTADO~~ ~~DA ASSOCIÇÃO~~ Não me consta.

~~de~~

~~DA ASSOCIÇÃO~~

~~NUNCA~~ nunca tratou disso.

~~O SR.~~

~~DEPUTADO~~

~~O SR.~~

~~NUNCA~~ Nunca se discu

~~LI NUNCA~~ ~~NA ASSOCIÇÃO~~ ~~NUNCA~~ ~~SE~~ ~~DA~~ ~~ASSOCIÇÃO~~ ~~TRATAMENTO~~ ~~MELHOR~~

~~PARA~~ ~~A~~ ~~FILIA~~

RENATO FERRARI

O SR. ~~DEPUTADO~~ ~~DA ASSOCIÇÃO~~

Sou um presidente novo. O... Laino, que é mais antigo na ASSOCIÇÃO, poderá falar melhor sobre o assunto.

O SR. ~~DEPUTADO~~ ~~DA ASSOCIÇÃO~~ Sr V. Exa. me permite, gostaria de dizer que acredito ser pacífico que a ASSOCIÇÃO, em suas reuniões periódicas, estabelece recomendações a todas as empresas para que o atendimento seja cada vez melhor; e também é pacífico que, em suas reuniões setoriais ou regionais, essa mesma recomendação seja estabelecida.

Creio, portanto, que é fora de dúvida que a recomendação expressa da ASSOCIÇÃO vise ^a proporcionar ao público ^{sempre} o ~~xxx~~ melhor atendimento. Será essa a referência desejada por V. Exa. ?

O SR DEPUTADO ADEMAR SANTILLO - Eu queria uma

resposta SIM ou NÃO.

O SR. PRESIDENTE (^{Deputado} ~~Lysianeas~~ ^{Maícel}) - Permite-me

dizer, ~~que~~ pelo que posso depreender da palavra dos diversos dirigentes, ~~que~~ que o tratamento da ASSOCIAÇÕES não

é discriminatório, ~~que~~ geral para todo o País. ~~Esteu certo?~~

~~O SR. REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO ...~~

Correto.

~~O SR. PRESIDENTE (Lysianeas Maícel) - Está respondida~~

a pergunta, Deputado.

O SR. DEP. ^{DEPUTADO} ADEMAR SANTILLO - Permite-me, en-

tão, ~~comprovar a necessidade~~ ler aqui uma decisão, ^{uma} Ata

da Reunião Extraordinária da ASSOCIAÇÃO, em que se diz ~~XXXXXXXXXX~~ -

~~XXXX~~ e a coisa não é nova, porque já se falava disso aqui na

reunião ~~no~~ passado - e seguinte:

~~Abertura da Sessão - A ~~Sessão~~ Sessão foi aberta às 14,40 hs, sob a presidência do Coordenador Comercial, Dr. Jorge Longoni que, após confirmar a presença de ~~das~~ ^{dos} representantes operantes no Distrito Federal ~~XXXXXXXXXXXX~~ ^{2/} ~~apresentações~~ feitas pelo Sr. Coordenador Comercial regional, ~~XXXX~~ ^{2/} ~~retencou~~ ^{retencou} a palavra e deu início à ~~em~~ ordem do dia. Inicialmente, o Sr. Coordenador Comercial Geral esclareceu que haviam chegado ao conhecimento da ASSOCIAÇÃO-Matriz fatos ocorridos em Brasília, que comprometiam seriamente a imagem das companhias junto ao CNF e aos órgãos governamentais.~~

Abertura da sessão. A sessão foi aberta às 14,40 h. sob a Presidência do Coordenador Comercial, Dr. ~~XXXXXX~~ ^{Giorgio} Longoni, ~~esta presença~~ -- que, após confirmar a presença de todas as congêneres operantes no Distrito Federal, e ^{em seguida as} apresentações feitas pelo Sr. Coordenador Comercial Regional, retomou a palavra e deu início à Ordem do Dia. Inicialmente, o Sr. Coordenador Comercial Geral esclareceu que havia chegado ao conhecimento da ASSOCIGÁS, matriz, fatos ocorridos em Brasília, que comprometiam seriamente a imagem das companhias junto ao CNP e aos ^{os} órgãos governamentais. Observou que a reunião teria caráter genérico, sem acusações específicas ou individualização de companhia, ~~esta reunião~~, ~~esta reunião~~ com a finalidade de enfatizar a importância de Brasília no contexto geral e a responsabilidade de cada gerente e ^{de cada} diretoria em manter ~~a~~ a imagem adequada às necessidades da Capital da República. ^{(a sede o CNP e} frisou essa necessidade, observando que ^{vaqui,} em Brasília. Conseqüentemente, ~~esta reunião~~ ~~pequenos incidentes~~ pequenos incidentes que em outras praças são solucionados sem maiores transtornos, aqui adquirem co

notações especiais, pois podem ocorrer com funcioná-
 rios do CNP, funcionários do Ministério das Minas e E
 nergia, ou qualquer outra pessoa diretamente ligada
 a autoridades que podem influenciar diretamente na co
 mercialização do GLP. Assim é que ^{da} ^{(apresentada por} ~~de~~ imagem ~~em~~ Bra-
 sília ~~apresentar~~ pode ^{resultar} ~~apresentar~~ vantagens ou desvanta-
 gens no balanço geral de todas as companhias. Discor-
 rendo sobre a qualidade de serviço que as companhias
 devem apresentar em Brasília, disse ser pensamento u-
 nânime das diretorias não considerar Brasília em ter-
 mos de lucro. O atendimento deve ser o mais próximo
 possível da perfeição, sem preocupação com os custos,
 pois estão em jogo valores muito maiores ~~do~~ que o lu-
 cro que Brasília poderia apresentar. Essa reunião foi
 realizada no dia 21 de maio de 1974. Este documento é
 assinado por Hugo Guimarães Barreto, Coordenador Comer-
 cial Regional, e José de Freitas Pires, Secretário.

Temos um documento anterior, de São Paulo, datado de
 10 de fevereiro de 1973, ~~de 10 de fevereiro de 1973~~ enviado à Di-
 retoria da SOCIGÁS, ~~relativo ao~~ ainda ~~sobre o~~ ^{relativo ao} problema de
 Brasília. ^{o item é que,} Diz ~~este~~ aqui dentre as decisões tomadas,

~~_____~~

ficou plenamente acordado que a partir do dia 9.2.1973 todos os problemas eventualmente surgidos de caráter ético, serão resolvidos estritamente no âmbito das ~~as~~ ~~distribuidoras~~ distribuidoras, isto é, nenhum gerente de companhia, coordenador de comissão comercial ou inspetor da ASOCIGÁS deverá recorrer a qualquer órgão público com o objetivo de formalizar irregularidades, ~~evitando~~ ^{assim,} ~~de modo que~~ que esses assuntos extrapolem o âmbito associativo. ^{Quanto} ~~no que diz respeito~~ à parte comercial, já neste documento vem uma denúncia gravíssima ~~referente~~ ^{referente} ao privilégio que se pretende ^{conferir} ~~dar~~ a Brasília, conforme ficou esclarecido no documento anteriormente lido, com o objetivo ~~exclusivo~~ de não se obter lucro, mas, ^{realiza} ~~sim~~ dar uma impressão aos homens do Governo de que o que se ~~faz~~ ^{realiza} aqui ^{é o que é feito} ~~se dá~~ ~~em~~ ~~res-~~ ~~tante~~ do ^{Pais} ~~país~~ o que não é verdade.

~~O documento é do~~ ^{O documento é do} ~~teor~~ ^{teor:} seguinte ~~esses~~ documento. Aspectos comerciais. ~~No que se refere~~

No que se refere ao problema comercial o que deve ser regularizado, basicamente, são as concorrências de conjuntos técnicos e fogões promovidas por construtoras e órgãos governamentais, nas quais os preços apresentados atingem valores extremamente baixos. Pode-se dizer que, para efeito de concorrência, o preço vigente para o conjunto técnico e fogão gira em torno do custo do fogão, o que ~~em~~ equivale a doação do conjunto técnico. Isso significa ~~o seguinte~~ ^{que} as pequenas companhias não ~~podem~~ ^{têm condições de} ampliar a sua área de ação, porque elas não podem concorrer com as grandes que têm ~~condi~~ ^{possibilidade} de fazer doação do conjunto técnico. Isto está dito neste documento, que ^{foi} assinado pelo Sr. José Mariano de Camargo Aranha Neto, ^{Este documento} foi encaminhado à Diretoria da ASSOCIGÁS no dia 10 de fevereiro de 1973.

^{Isso, com} documentos da própria ASSOCIGÁS, ^{a meu} ~~no meu~~ ^{ver,} vem demonstrar um atendimento especial para Brasília, com relação às demais cidades, embora a diretoria da ASSOCIGÁS ~~informe~~ informe que não é este o objetivo e que nunca se procurou dar ^{tal} ~~esse~~ atendimento.

Na verdade, ^{através} dos próprios documentos da ASOCIGÁS ~~que~~
~~de~~ ^{notamos sua} preocupação ^{em} dar essa assistência es-
 pecialíssima a Brasília, ~~mas~~ não só no preço, como no
 atendimento técnico e ^{em} outros fatores de menor impor-
 tância, mas que, de qualquer maneira, ^{demonstram o} ~~mostram uma~~
~~preocupação~~ ^{em} se oferecer esse privilégio à Capital. É o
 meu entendimento.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Sr. Presidente,
^{aguardar} ~~que~~ ^{dele} o Deputado Santillo usasse da palavra
 para não cortar o seu pensamento. Quero levantar uma
 questão de ordem, Sr. Presidente: ~~Por~~ mais de uma vez
 o nosso plenário tem sido desrespeitado. Agressões
 têm sido feitas, quando o nosso propósito é colocar a
^{materia} ~~coisa~~ em termos altos. ~~Na~~ ^{da} exposição e da leitu-
 ra da Ata que acaba de fazer o Deputado ^{delhumar} Santillo, veri-
 fica-se que todas as distribuidoras têm telhado de vi-
 dro. Se elas têm telhado de vidro, não podem continuar
 pretendendo jogar pedra no telhado ^(das outras, principalmente) das pequenas, ~~e de~~
~~Nessas condições,~~ ^{Nessas condições,} solicitaria ^a V. Exa.
 que fizesse ~~o~~ ^{no sentido de} apelo a todos os participantes ~~que~~ que
^{moderem} ~~moderem~~ sua linguagem, ~~e~~ ^{continuem a} não ~~se~~ ^{se} degladiar

~~em~~ ^{por} interesses menores, ~~razões~~ ~~plausíveis~~
~~de~~ ^{circun-} ~~o~~ ~~se~~ exclusivamente as ~~as~~ respostas às in-
dagações formuladas. ~~se~~

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - ~~o~~

~~Responde~~ ^{Respondendo à questão de ordem} formulada pelo Sr.

Deputado Adhemar Santillo, devo dizer que ^{já} por duas ve-
zes ~~o~~ passei por cima de agressões pessoais, ^{fazendo} ~~um~~

chamamento à própria cortesia ~~o~~ para que não houvesse
~~o~~ dispersão. ~~quando~~ ^{Depito} ~~o~~ ^{agui} que não es-

~~o~~ tá em julgamento ~~o~~ a companhia X ou Y, a grande
ou pequena, a nacional ou multinacional, São conceitos
muito complexos, ~~do~~ ~~o~~ ~~o~~ Não podem

ser analisadas in passant, apesar do brilhantismo do
Dr. Renato, ~~o~~ ^{Devemos concentrar-nos nos} ~~o~~

~~o~~ ~~o~~ problemas maiores. Parece-me
que a preocupação do Deputado ^{Adhemar} Santillo ^{se refere ao} ~~o~~

atendimentos discriminatórios, ^{aos} ~~o~~ preços políticos, ~~o~~
^{digamos} ~~o~~ assim,

~~discriminatórios~~
~~atendimentos prioritários e preços políticos que seriam assim~~

^{em}
✓ determinada área onde estaria concentrada a fiscalização e os órgãos

governamentais. Quanto à observação do Deputado José Machado, pare-

ce-me ^{bastante} ~~o~~ precedente. ~~meu~~ ^{a todos os} solicitaria ~~do~~ Presidente, especialmen-

^{ao Presidente} te da ASSOCIGÁS, que se abstinhasse de fazer referências à companhia "x"

ou "y", ^{pois, assim agindo, estaríamos} ~~pois que seria a finalidade da reunião e não de desvirtuar a~~

~~ação a sua companhia~~ ^{desvirtuando} ~~para~~ desvirtuamos a finalidade desta reu-

^{Quanto} ~~ao~~ ~~pedido~~ ~~de~~ ~~resposta~~ a pergunta formulada pelo Deputado ~~Adhemar~~ ~~Santilo~~ ~~Max~~

~~Adhemar~~ Santilo, dirigida ao...

O SR. DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO - ^{Sr.} Ao Presidente da ASSOCIGÁS,

que já respondeu ~~que~~ ^{não haver} esse atendimento, mas como se explicam

esses dois documentos.

O SR. EDSON QUEIROZ - Caro Deputado, sou Presidente da ASSOCIGÁS

^{cerca de} há três meses, ~~mas~~ ~~mais~~ ~~do~~ ~~que~~ Moro no Ceará, e, pelas atas de fre-

quência, V.Exa., se quiser, pode ^{me} mandar. Não tenho conhecimento total.

Por isso, sempre tenho passado a palavra para ^{aquelas que} ~~que~~ mais freqüentemente

assiste às reuniões. Se me permite, passarei a palavra ao Dr. ^{Lino Cheschim.} ~~Lino~~

^{Cheschim} ~~Cheschim~~ ~~ESCHIM~~ ~~CHESCHIM~~

O SR. XXXXX

- Gostaria ~~de~~ de focar um

dos aspectos a que V.Exa. se referiu, ^{relativo ao} ~~o atendimento~~ atendimento. ~~com~~

~~com~~ com toda serenidade, ^{devo dizer} que ~~se~~ estamos preocupados com o aten-

dimento de Brasília, e eu, em termos ^{empresariais,} ~~de Brasília,~~ ^{empresa} estou preocupado com

o atendimento dos funcionários da minha empresa. A ASSOCIGÁS está

preocupada com o atendimento do conjunto. ~~com toda objetividade,~~

~~toda serenidade,~~ É claro que ^{encaramos} estamos olhando para o atendimento de

Brasília, ~~em~~ como ^o ~~um~~ cartão de visita para nossa atividade. Peço

ênfase a V. Exas., que ~~deve ser o responsável por tudo, para garantir que aqui esteja~~

~~o tipo de~~ comanda e controla ^{as} nossas ~~atividades~~ ^{para dizer que} atividades. Acho ~~que~~

normal preocuparmos-nos com o fato de ~~que há uma situação de emergência em Brasília~~

que anomalias próprias de um sistema ~~em~~ amplo ~~se~~ co-

mo ^o ~~nosso~~ não se verifique ^{em} exatamente onde temos os órgãos orienta-

dores da nossa ~~atividade~~ atividade. A própria situação logística de Brasília

conduz à necessidade de um ^{cuidado} ~~maior~~ maior. ~~A distância sempre~~

O atendimento de emergência em Brasília é ~~uma realidade~~ difícil pela

própria configuração geográfica da cidade. ^{Por isso, bastante válida} ~~isto~~ considero ~~que~~ a preo-

cupação da ASSOCIGÁS e das empresas aqui estabelecidas ^{com} ~~atendimento~~ atendimento.

Isso, porém, ~~é uma preocupação que não significa que ou-~~ não significa que ou-

(estavam sendo)

tros locais ~~que~~ descuidados. Acredito que há um cuidado específico

de outra forma.

em relação a Brasília, e, honestamente, não poderia ser ~~de outra forma.~~

Creio que a ata mencionada por V. Exa. esteja

~~que o senhor não mencionou nesse sentido acredito que esta~~ subscrita

pelas

~~por todas~~ companhias que aqui atuam, *elas* ~~estão~~ preocupadas em que

o atendimento em Brasília seja ~~um atendimento assíduo e sério~~ o mais

criterioso possível. Não podemos escapar da intervenção de pequenos

atravessadores, de pequenas atividades paralelas à distribuição de gás.

fazemos tudo para

No entanto, ~~tratamos de cuidar~~ que Brasília seja atendida da melhor

forma possível. Neste caso, eu me penitencio pelas informações

que ~~o~~ teria dado, ^(a respeito em) de que, ^{em} todo o Brasil, está ^{em} procurando ~~atender~~ ^{dar o}

~~mesmo atendimento.~~

~~de forma~~ Contudo, reconheço que o cuidado que temos ~~dado~~ ^(dispensado)

a Brasília ~~é uma cidade~~ ^{(tem sua razão de ser,} ~~em se tratando da Capital~~

da República . ~~concordo com~~

^{PRESIDENTE}
O SR. ~~RESIDENTE~~ (Deputado Lisâneas Maciel) - ~~concordo com~~,

~~apenas para uma programação~~ ^(isto) apenas para esclarecimento, se reflete também no preço? No problema da entrega direta?

^{CASERIO} ^{CHESCHIM}
O SR. ~~ADRIANO~~ ~~SEBASTIÃO~~ - Absolutamente.

^{PRESIDENTE}
O SR. (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) - E' igual em todo o País?

^{CASERIO} ^{CHESCHIM}
O SR. ~~ADRIANO~~ ~~SEBASTIÃO~~ - ~~absolutamente~~ ^{Sim.}

Os serviços que prestamos em Brasília têm a mesma conotação.

^{PRESIDENTE}
O SR. (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) - - Não há nenhuma taxa extra

que não é cobrada em Brasília?

^{CASERIO} ^{CHESCHIM}
O SR. ~~ADRIANO~~ ~~SEBASTIÃO~~ - - De forma ^{alguma.} ~~nenhuma~~ Estamos

procurando ~~atender~~ ^(não) exceder em serviço . E' a grande verdade.

O SR. DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO - Ocorre, Sr. Presidente, que, no próprio relatório ~~de~~ enviado à Diretoria da ASSOCIGÁS, foi feita a denúncia de que, para os conjuntos novos, onde se vai fazer a

instalação do gás, ~~e as firmas, pelo menos~~ a SUPERGASBRÁS que, ao que me parece, é a que tem maior atividade aqui dentro ~~tem~~ ^{apresentado} ~~condições de~~

~~menor~~ preço operacional ~~menor~~ no que diz respeito à instalação, ~~de~~ limitando-se ~~limitação~~ apenas ao custo do botijão. O aparelho técnico não entra no

cômputo geral, e, automaticamente, nem todas as empresas podem participar de uma concorrência desse tipo, ~~por que~~ ~~por que~~ ~~uma empresa particular~~ ^{A firma} ~~que~~

^{que constrói um} edifício ~~montado por uma particular~~ ~~para~~ ~~o~~ ~~proprio~~ ~~da~~ ~~concorrência~~

~~empresa~~ pode perfeitamente fazer uma coleta de preço, apenas para

efeito de saber qual é a que oferece ^{empresa} melhores ^{Podem} condições ^{de} chegada ^{ONOGÁS} ~~ONOGÁS~~

e perguntar: por quanto me faz ^o ^o serviço? E lá dizem o preço. Depois, vai a uma outra, maior, e diz: a ~~ONOGÁS~~ ONOGÁS faz por tanto; vocês não podem

fazer por menos? Essa outra ^{talvez possa} ~~talvez~~ ~~porque~~ ^{muitas vezes não lhe} interessa ~~o~~ ~~problema~~

~~o~~ problema do conjunto técnico, ^{o qual} ~~que~~ a outra não pode fazer

de graça. O que interessa ^a ~~o~~ ela é aumentar, expandir o seu mercado.

Por isso mesmo, as pequenas ^{empresas} encontram essa dificuldade de ordem econô-

mica, que é o esmagamento, não há dúvida. ~~o~~ ^{ditos} E isso está no próprio

relatório, ~~de~~ ^{sua} na parte final, ^{relativamente} ~~que~~ ~~no~~ ~~que~~ ~~se~~ ~~relate~~ ao problema co-

mercial. ^{o que} ~~deve~~ ser ^{regularizado} ~~preconizado~~ basicamente são ~~as~~ concorrências

de conjunto ~~de~~ técnicos e ~~de~~ ^{fogões} promovidos por construtoras de órgãos governamentais, nas quais os preços apresentados atingem valores extremamente baixos. Pode-se dizer que, para efeito de concorrência, o preço vigente para conjunto técnico-fogão ^{gira} em torno do custo do fogão, o que equivale à doação do conjunto técnico. Isto prejudica ^(sobrecarrega) aquelas que não têm condições de dar o conjunto técnico, Não é ~~isso~~ verdade?

O SR. ^{CASERO} ~~EDMUNDO~~ ^{CHESCHIM}

- ~~Eu~~ gostaria de ~~recomendar~~ ^{fazer}

~~de~~ ~~então~~ ~~no~~ ~~aspectos~~ ~~comerciais~~ ~~da~~ ~~operação~~ apenas uma ponderação. ~~Se~~ ~~alguma~~ ~~vez~~ ~~existia~~ ~~esse~~ ~~sentido~~ ~~e~~ ~~poderia~~ ~~ter~~

~~recomendação~~ a recomendação aí ~~contida~~ ^{tem} justamente ~~o~~ o propósito

de regularizar qualquer interferência ou qualquer ação, ~~que não fosse~~

^{no setor} ~~de~~ da livre concorrência, ~~que existe~~ nesta área. ~~Então~~ mais

^(vê-se aí espelhado) uma vez, o cuidado da ASSOCIGÁS, ~~ao~~ ^{ao recomendar} ~~apoiando~~ ~~com~~ ~~a~~ ~~recomendação~~

que isso seja evitado.

O SR. DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO

- Em seguida, diz aqui,

no próprio relatório enviado :

~~seja evitado, mas, em seguida, dia no próprio relatório enviado:~~

"salientamos que a congêneres SUPERGASBRÁS concorda com o estabelecimento de preço mínimo, porém discorda de qualquer controle sobre as concorrências". Isso no próprio relatório. Ela não concor -

da. Não se interessam ^{Se ela quer} dar ^{ela vai} ou não o conjunto técnico, ^{ela vai} con -
tinuar dando. Isto, ^{no} ~~em~~ próprio relatório enviado à Diretoria da

ASSOCIGÁS. Sr. Presidente, a pergunta que gostaria de fazer ao

Dr. Renato Ferrari, Presidente do Sindicato, é ^{se} ~~ele me respon-~~

~~desse primeiramente, se é possível, cada cidade de~~ Ourinhos e Assis, ^{em} ~~em~~ ^{em} ~~em~~
^{mais ou menos}

do mesmo porte, ~~de~~ o consumo interno se equivale.

CASERIO
~~CHESCHIM~~

O BR ~~planta~~ ~~CHESCHIM~~ -- Assis e Ourinhos são duas

praças que tiveram tratamento diferente. ^{em} ~~em~~ ^{hávia e isso} Ourinhos ~~tinha a mesma~~

~~esta que~~ aqui foi mencionado, uma estação de engarrafamento de

uma das empresas. Assis ^{nunca} ~~tem~~ engarrafamento. Embora isso se-

ja matéria de exclusiva competência do Conselho, ^{nessas duas praças} os preços são ta-

belados pelo Conselho. As razões de tabelamento diferenciadas ^{aten}

dem provavelmente a conceitos de que cidade ^{de} supre Assis e ^{que cida}

de supre Ourinhos. Estou repetindo uma hipótese que estou formulan

do, porque, repito, em termos de tabelamento, no caso o Conselho é

que determina o valor e nesse caso, provavelmente, a melhor respos

ta deveria vir do Conselho. Contudo, o meu esclarecimento tem o ob-

jetivo de enfocar uma situação diferente que se modificou no tempo ^{Ourinhos} pela retirada da ~~esta~~ estação de enchimento da primeira cidade,

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO -- Mas elas se equivalem no consumo interno?

~~LEÃO CHESCHIAN~~
~~CASERIO~~ ~~FERRARI~~

O SR ~~RENATO~~ ~~[nome]~~ -- Suponho que sim. Não posso imaginar grande diferença em termos de consumo.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO -- Atualmente ^{elas} ~~elas~~ são servidas? por qual ponto de engarrafamento?

~~LEÃO CHESCHIAN~~
~~CASERIO~~ ~~FERRARI~~

O SR ~~RENATO~~ ~~[nome]~~ -- Ai existem pontos de inferências que o Conselho assume e suponho ^{estou supondo} repito, que Ourinhos seja abastecida diretamente via Paulínea e Assis sinta a influência da existência de uma estação de engarrafamento em Marília. Repito, é um esclarecimento que melhor poderia ser fornecido ~~pelos conselheiros~~ por quem do Conselho estabelece preços.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO -- A distância ^{entre} ~~de~~ Ourinhos e Paulínea é maior do que ^{entre} ~~de~~ Assis e Marília?

~~LEÃO CHESCHIAN~~
~~CASERIO~~ ~~FERRARI~~

O SR ~~RENATO~~ ~~[nome]~~ -- A distância de Assis para Marília é menor, e

~~[assinatura]~~ a dis -

tância de Ourinhos a Paulínea é maior ✓

~~ocorre em Uberlândia~~ ^{Uberlândia} / ~~Uberlândia~~

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Em

abono ao problema levantado por V. Exa. ^{Exa.} perguntaria se o mesmo
 ocorre em relação a Uberaba, Uberlândia e Araguari. E, mais, se a
 responsabilidade que se atribui ao Conselho não deve também alcan-
 çar a ASSOCIGÁS, ~~pele sua~~

visto que (a ASSOCIGÁS) é quem colhe e fornece os elementos ao Conselho para efeito de fixação do frete, indicando, inclusive, onde ^{há} ~~tem~~ ~~asfalto~~ ou não.

CASERIO
LINDO CHESSCHIM
O SR ~~REQUERIDO~~ ~~REQUERIDO~~ -- Perfeitamente.

O SR [?] -- En-
^{indagação}
tão, a ~~indagação~~ não deve ser feita ao Conselho. Quem fornece os critérios ^{ao} ~~para o~~ Conselho para a fixação do preço é a ASSOCIGÁS e não o Conselho. ~~de~~ ^{ela} confia nela. Isso foi declarado aqui. Esse meu aparte, nobre colega, tem o sentido de colaborar com sua brilhante intervenção. Foi declarado aqui que quem, em última análise, fixa o frete, é a ASSOCIGÁS, que fornece todos os dados e os elementos ao Conselho Nacional do Petróleo, ~~sem a ajuda do Departamento de Estradas da Rodagem e, em certeza, de todos os departamentos estaduais.~~ Está, ^{pois,} ~~isto~~ em condições de responder à sua pergunta o Presidente da ASSOCIGÁS e não o Conselho Nacional do Petróleo. Os dados fornecidos, por exemplo, ^{para} Uberlândia, ^{que} é mais perto de Araguari, ^{para} Uberlândia, ^{que} tem um consumo muito maior do que Araguari, entretanto, Araguari é mais longe, Uberlândia é mais perto, Araguari é muito mais longe do que Uberaba, Araguari em relação a Uberlândia também é muito mais longe ^{de} ~~do~~ Uberaba do ^{que} ~~do~~ que Uberlândia é de Uberaba, e o preço de Uberaba e Araguari é o mesmo, o preço de Uberlândia ^e

é mais alto.

CASERIO

~~SR RENATO FERRARI~~ **SR CESCHIM**

O ~~SR RENATO FERRARI~~ -- Apenas gostaria de esclarecer

recer mais uma vez que os elementos informativos que a ASSOCIGÁS colhe são entregues ao Conselho. A mecânica de fixação dos preços é uma tarefa exclusiva do Conselho neste sentido. O fato de dizermos que a estrada é asfaltada ou não e que a quilometragem existente é em relação a uma cidade ^{de} aquela definida, não significa que fixemos o preço para o Conselho. A mecânica de estruturação do preço é tarefa do Conselho.

~~SR~~ SR DEPUTADO

-- Baseado

nas informações da ASSOCIGÁS:

CASERIO

~~SR RENATO FERRARI~~ **SR CESCHIM**

O ~~SR RENATO FERRARI~~ -- Perfeitamente.

~~SR~~ SR DEPUTADO

-- Então, é

a mesma coisa.

CASERIO

~~SR RENATO FERRARI~~ **SR CESCHIM**

O ~~SR RENATO FERRARI~~ -- Não, perdoe-me, mas o

uso dessas informações é atribuição do Conselho.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) -- ~~Apenas~~

~~para fixar, gostaria de dizer que parece-me~~ que o ponto nevrálgico é ^{saber se} ~~o seguinte~~ normalmente o Conselho aceita ^{ou não} os elementos fornecidos pela ASSOCIGÁS.

CABRERO

LTA: CHESCHINI

O SR ~~EDSON QUEIROZ~~ -- Não. O Conselho tem, per-
feitamente, condições de mandar verificar isso.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) -- Sei que e-
le tem condições, mas quero saber se normalmente ele aceita os pre-
ços sugeridos pela ASSOCIGÁS.

O SR ~~EDSON~~ EDSON QUEIROZ -- Não hou-
ve na minha gestão aumento nenhum de preços de que eu tivesse parti-
cipado, mas acho que o Conselho se vale mais pelos relatórios dos
Departamentos de Estrada do que da própria ASSOCIGÁS, porque ela
está mais dentro do País. Há coisas que o Departamento não sabe
como se vai aquela cidade, mas a companhia que opera se comunica com
a ASSOCIGÁS e ela fornece esses dados.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) -- Sim, por
que o transporte é apenas um dos componentes do preço global, de
maneira que não depende exclusivamente das informações quanto às ~~das~~ estra-
das, que é um dos fatores no que tange à curva de fretes, segundo
eu pude depreender, mas, ~~esse~~ na realidade, faz parte de vários
fatores que influem no preço global. Esses dados é que são forne-
cidos pela ASSOCIGÁS e que normalmente o Conselho aceita como va-
lidos.

que, normalmente, aceita, mas deve se valer mais dos Departamentos.

Mas isso é só para o preço do gás ~~no interior~~ ~~para~~

~~sobre a tabela de fretes e taxas.~~

~~SR. PRESIDENTE QUERO SABER SE O PREÇO DO GÁS FORA~~

das praças, ^e o gás que entra na curva do frete, das cidades que entram no tabelamento pela curva de frete? Não é o tabelamento do gás nas cidades...

~~SR. PRESIDENTE QUERO SABER SE O PREÇO DO GÁS FORA~~

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Sr. Presidente, quando V. Sa. assumiu a Presidência da ASSOCIACAS?

O SR EDSON QUEIROZ -- Outubro ou novembro.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- A última tabela que tenho ^{em} nas mãos aqui, é de 11 de janeiro deste ano. A tabela de preços que tenho aqui...

O SR EDSON QUEIROZ -- Eu estava viajando, Sr. Deputado.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- ... é de 11 de janeiro, ao tempo em que V. Sa. já era Presidente.

O SR EDSON QUEIROZ -- Mas não houve aumento na curva ^{nem} do frete, ^{do preço} foi só aumento na base.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO -- Sr. Presidente...

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL) -- Pois não, continua o Deputado Adhemar Santillo com a palavra.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO -- ~~...~~ Sr. Presidente, ^{de} para ~~...~~

~~os membros do Conselho~~, como já fizeram questão de salientar o nome Deputado José Machado e todos os outros que nos antecederam, ~~foram unânimes em afirmar que~~ a nossa preocupação não é defender interesses desta ou daquela companhia, mas sim ~~o interesse geral~~, defender o interesse do consumidor. É esta a nossa preocupação, verdadeiramente. ^{com} E, como estamos aqui preocupados ^{com} a defesa do consumidor, trabalhamos ~~para~~ ^{que o CNP adote uma sistemática} para o gás liquefeito de petróleo, ~~sistemática adotada pelo Conselho Nacional de Petróleo e uma~~ ^{seja sem dispensar} ~~ação~~ o mesmo tratamento no que diz respeito à distribuição da gasolina, por exemplo, porque, ^{quanto} ~~no problema relacionado com~~ a gasolina, vamos encontrar um preço mais ou menos uniforme, dependendo ~~da~~ ^{de} cada região, ~~sempre se~~ levando-~~os~~ em conta, para o aumento, fatores tais, mas sem se preocupar ~~com~~ ^{com o fato de que a estrada} estrada é asfaltada, ~~se~~ a estrada não tem asfalto. Levamos sempre em consideração o problema distância da base até ~~onde vai~~ ^{é o mesmo no que} ser servida a gasolina e não sabemos se o tratamento também ~~diz respeito~~ ^{diz respeito} ao problema frete, porque, quando o Conselho tabelar o preço da gasolina, já o estipulando para todas as cidades, o Conselho não quer saber se a gasolina chega lá de avião, de navio, ~~ou~~ via terrestre. Isto não interessa ^{ao} ~~para~~ Conselho. O que interessa é que o preço foi determinado independentemente deste fator. ^É o que se nota é que, para o problema gasolina, deve entrar o Conselho Interministerial de Preços, para fixar também o setor transporte, e ~~não~~ no gás

liquefeito de petróleo isto é liberado. O Conselho Interministerial de Preços não interfere nesta questão, ^{que fica na dependência de} ~~deixando apenas para~~ um acordo a ser firmado entre a ASSOCIACAS, que representa as companhias, e o próprio Conselho Nacional do Petróleo, que pode homologar ou não a informação prestada no que diz respeito aos itens apresentados e à necessidade para se fazer aí a curva de frete.

O SR. ~~VASCO~~ ^{CASERIO} ~~CHESCHIM~~ ^{LITALO} -- V. Exa. me permite um esclarecimento?

O SR. DEPUTADO ADHEMAR SANTILO -- Foi não.

O SR. ~~VASCO~~ ^{LTMO} ~~CHESCHIM~~ ^{CASERIO} -- V. Exa. se referiu ~~à definição~~ ^{de} à determinação de preços, pelo CNP, de produtos que vamos chamar de produtos claros, gasolina e outros produtos. O procedimento é o mesmo.

s/

O aspecto informativo em relação à percorrenciã para alcançar deter_{min}ada localidade é, evidentemente, a priori da fixação do preço.

Louvaço naquelas informações quer dos produtos claros, quer da

ASSOCIAGAS// no caso de gás// o Conselho define preços que são, no caso

de GLP, fixados para mais de 100 localidades no Brasil. No caso da

gasolina, as localidades pré^{em}fixadas são muito menor^{número,} inclusive. O

que se estabelece, com esse conceito de fixação de preços, é um qua-

driculado, é uma grade sobre o território, justamente com o propósito

do Conselho de estabelecer pontos-chave_t de referência para todo o

sistema de ~~abastecimento~~ abastecimento do País. Então, veja bem: pri-

meiro, o Conselho faz uma análise de cada localidade dessas e esta-

belece um preço. Louvaço nessa análise que enfeixa num quadriculado

-- vamos chamã-lo assim -- com ponto de referência em várias áreas

do País é que o conceito informativo de preços, se estabelece

s/

~~ponto de referências em várias áreas do País é que o conceito infor-~~
~~nativo de preço se estabelece.~~ O Dr. Aranha, ~~que~~ que é um expert em
 problemas de frete, ~~pod~~ poderia ~~devidamente~~ nos esclarecer ~~uma~~ um pou-
 co sobre o ~~conceito de formação desta curva de custos de frete.~~ conceito de
 formação desta curva de custos de frete.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO - ~~gostaria de~~

por não haver necessidade e para não atrapalhar os ~~meus~~ colegas
 que querem fazer perguntas, ^{gostaria de} ~~com~~ uma resposta simples por parte
 de V.Sa. O problema ^{do} frete do gás, ou ~~de~~ qualquer outro derivado de
 petróleo, ^{é fiscalizado pela} ~~é fiscalizado pela~~ CIP. ^{ou na} ~~ou na~~ gasolina, a CIP in-
 terfere ^{mas} ~~e não interfere~~ no setor ~~do~~ gás?

O SR ^{CASERIO} ~~LYMA~~ CHESCHIM - Eu não lhe posso dar,

com ~~uma~~ segurança, essa resposta, ^{trata-se de} ~~porque~~ uma área específica do
 Conselho e ~~em~~ a pergunta deveria ser ~~esclarecida~~ esclarecida pelo Con-
 selho Nacional do Petróleo.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO - E o Dr. Aranha, se-
 ria capaz de responder?

O SR ^{ARANHA NETO} ~~LYMA~~ CHESCHIM - Não sei da existência

da interferência da CIP. ~~ou não interfere~~

~~ou não interfere~~
 O SR DEPUTADO ^{PRESIDENTE (Deputado Lisaneas Maciel)} ~~ARANHA NETO~~ - V.Sa. não está

habilitado a responder ~~ou não interfere~~

O SR ~~PRESIDENTE (Deputado Lisaneas Maciel)~~ ~~ARANHA NETO~~ que f-
 lar, ao microfone, por favor

O SR DEPUTADO WALMOR DE LUCA - Temos em mãos, Sr. Presidente, duas relações. Uma em que se especifica uma tabela de preços relativa a fretes também de 100 localidades ~~relativa~~

e uma outra ~~relativa~~ ^{relativa} à distância, justamente para se calcular o preço ~~nessas~~ ^{nessas} localidades não previstas nessa tabela, ~~excessos~~.

~~Exatamente, inclusive agora, por exemplo, a quem pudesse me esclarecer talvez.~~
 Gostaria de um esclarecimento.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) Há uma ordem de ~~inscrição~~ inscrição ~~aqui~~ e eu já fui violentamente admoestado de que não ^a estou seguindo. ~~excessos~~.

O SR DEPUTADO WALMOR DE LUCA - Excelência, é justamente para não voltar, depois, ao mesmo assunto.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Pois não, então formule a pergunta.

O SR DEPUTADO WALMOR DE LUCA - Essa tabela de distância é elaborada pela ASSOCIGÁS ou pelo Conselho? Nós temos duas tabelas, aqui, sobre ~~preços~~ preços. Uma, ~~que~~ especifica determinadas localidades. E essa, parece-me que é uma tabela elaborada pelo Conselho. Há uma outra. Uma curva variável de preços de fretes estabelecida em critérios de distância. Essa segunda tabela é ~~essa~~ ~~relativa~~ ~~da~~ ~~ASSOCIGÁS~~, elaborada pela ASSOCIGÁS ou pelo CONSELHO?

O SR ARANHA NETO - Essa tabela é oficializada pelo Conselho, faz parte da sua documentação hábil e deve datar de pro-

35/75

Levy

14.05.75

15P

77/3

vavelmente 1968 e tem sido atualizada de acordo com orientação fornecida pelo próprio Conselho Nacional do Petróleo.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) As perguntas seguintes: "Quem elaborou essa tabela? Ela é oficializada pelo Conselho Nacional do Petróleo, é sabido. Mas se essa curva de frete é feita pela SOCIGÁS.-

O DR ARANHA NETO - Ela é corrigida talvez pela SOCIGÁS a cada vez que o Conselho, em reunião plenária, autoriza qualquer alteração nessa tabela.

O SR DEPUTADO WALNOR DE LUCA - Excmo Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR DEPUTADO ABHEMAR SANTILLO- Sr. Presidente, permita que me dê por satisfeito também.

~~O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) Quem~~
~~está pacientemente esperando. Registrado o protesto.~~

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas MACIEL) - V.Exa. vai fazer ^{na} anexação desses documentos?

O SR DEPUTADO **ADHEMAR SAUTILLO** - Perfeitamente. Mandarei tudo à Mesa.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Com a palavra o Sr. Deputado Paulino Cícero, que tão pacientemente esperou. ~~Registrado e protestado.~~

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Muito obrigado, Sr. Presidente, eu tentarei fazer perguntas que não envolvam juízos de valor por parte dos empresários de gás em matéria que é da exclusiva competência do Conselho Nacional do Petróleo. A primeira pergunta, Sr. Presidente, eu gostaria que fosse respondida pelo Presidente das SOCIGÁS ou quem por ele pudesse informar. Quantas empresas do setor de ^{distribuição de} GLP havia operando no País em 1961, quando se baixou a Resolução nº 1, que disciplinou o mercado? A pergunta me parece fundamental, Sr. Presidente, porque através da resposta nós poderíamos saber se há ou não abertura de mercado para penetração de outros organismos, de outras empresas nesse setor sobre o qual se imputa a responsabilidade de ~~xxx~~ estar fechada à participação de novas empresas. Eu gostaria de saber então quantas empresas havia operando no setor de distribuição de GLP, à época da edição da Resolução nº 1? Se não puder, por gentileza, ^{entre} ~~vir~~ depois a resposta.

35/75

Levy

14.05.75

150

78/3

180 mil.

Como de 1960 a 1970 não existe documentação nós estimamos que tenham sido comprados mais ou menos igual quantidade.

O SR PRESIDENTE (Deputado *Dysâneas Maciel*) - Com a palavra o Sr. Deputado Paulino Cícero.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Eu indagaria ao Presidente do Sindicato dos ~~ExEx~~ Distribuidores de Gás qual ~~é~~ a percentagem de botijões que normalmente são recolhidos pelas companhias por não estarem em condições técnicas de uso dentro da exposição que ~~me~~ ^{S. Sc.} fez no princípio desta reunião.

35/75

Heráclito

15.5.75

15R

79/1

~~a exposição que ele fez no princípio da reunião.~~

O SR. ^{CASERIO} ~~DEPUTADO~~ CHESCHIM - Devo esclarecer que este va-

lor não está prefixado, este é um valor ~~XXXXXXXXXX~~ evidentemente decorrente do mau trato que o botijão tem.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Uma percentagem a grosso modo.

O SR. ^{CASERIO} ~~DEPUTADO~~ CHESCHIM - É muito pequena. Dificilmente

traduzida até em percentagem. Contudo, há um período, no critério de distribuição instalado no País, que poderemos classifica~~r~~ em torno de 30 anos de operação. Houve um período onde os botijões, com características de fabricação ainda empíricas, foram eliminados por completo. Então, teve uma faixa onde 30, 40 mil botijões eram destruídos por mês porque não atendiam às novas características técnicas. Foram eliminados. E de lá para cá então, nos últimos 20 anos, o descarte de botijões estaria situado - com certa restrição a essa informação - em torno de 10 mil a 15 mil botijões por mês em todas as empresas. Isso decorrente de mau trato que o botijão possa ter levado, quedas, ~~XXXXXXXXXX~~ pancadas e corrosão, enfim mau trato do botijão em termos gerais.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Outra pergunta, Sr. Presidente. No mês de janeiro de 1974, se não me falha a memória, teria terminado o convênio, a avença celebrada entre a ASSOCIGÁS e a ONOGÁS para que ela pudesse preencher botijões vazios de outras marcas. Confere a

data? Foi em janeiro que terminou o prazo para o qual os senhores pu
dessem...

O SR. ^{CASERIO} ~~DEPUTADO~~ CHESCHIM - Se o senhor me permite, eu mes
mo fiz uma retificação. Não foi em janeiro, foi em maio. E aqui tenho
inclusive uma carta que eu ~~me~~ me permitiria ler...

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Não é necessário.

O SR. ^{CASERIO} ~~DEPUTADO~~ CHESCHIM - ...a carta desdizendo ou cance
lando aquele acordo.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Quer dizer que em janeiro de
1974...
~~de janeiro de 1974.~~

O SR. ^{CASERIO} ~~DEPUTADO~~ CHESCHIM - Maio, perdão.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Maio de 1974. E ~~em~~ houve uma
outra fiscalização procedida pelo CNP em dezembro de 1974.

O SR. ^{CASERIO} ~~DEPUTADO~~ CHESCHIM - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Teria sido referida na reu-
nião anterior. Algum dos senhores presentes, representantes de compa-
nhas ou das entidades de classe, teria dados sobre o número de botijões
de outras marcas encontrados em poder de cada uma das companhias?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Deputado Pauli
no Cícero, eu tenho a impressão de que essa pergunta já foi dirigida
~~aos Srs. Presidentes da ASSOCIGÁS e dos~~ aos Srs. Presidentes da ASSOCIGÁS e dos

sindicatos e eles não tiveram condições de responder. V.Exa. está fazendo a pergunta também à ONOGÁS, se ela tem essa informação?

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Perfeito, a alguém que pudesse responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - A ONOGÁS tem condição de responder?

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - ~~o~~ número de botijões de outras marcas encontrados em poder de cada uma das companhias na verificação, na fiscalização realizada pelo CNP em dezembro do ano passado.

O SR. GIOVANNI COLATRELLA - Realmente não se deve considerar somente o número de botijões que se encontram às vezes nas mãos da companhia pela fiscalização do Conselho Nacional do Petróleo, porque além de o Conselho Nacional do Petróleo encontrar botijões

de outras marcas nas mãos de todas as companhias, acontece que, muitas vezes, antes de uma fiscalização do Conselho Nacional do ~~R~~ Petróleo, ~~se~~ celebra^{m-4} ajustes para destroca. E atente bem, nobre Deputado, ~~para que~~ até agora, em poucos anos - parece-me que desde o ano de 1966 ou 1967 - foram celebrados entre as companhias, sob o patrocínio da ASSOCIGÁS, nada menos que 12, 13 ajustes. E em cada ajuste, ~~foram~~ além da destroca fora do ajuste, foram ~~encontrados~~ ^{destrucados} centenas de milhares de botijões, eu acredito que milhões. Num dos ajustes, ajuste nº 10, foram destrucados 500 mil botijões; no ^{de nº} 11 foram destrucados também algumas centenas de milhares de botijões; e, recentemente, foram destrucados, em virtude de um ajuste prévio, também algumas centenas de milhares de botijões. Isto no ajuste. Porém, ~~periodicamente~~ periodicamente se ~~destrucam~~ destrucam dezenas de milhares de botijões entre as companhias, sem ajuste. Agora, o Conselho Nacional do Petróleo tem encontrado botijões de outras marca, nas mãos de companhias. E se ~~me~~ me permite, eu desejaria informar que mesmo no Conselho Nacional do Petróleo existem relatórios dos fiscais, um deles assinado pelo Tenente Adir Montenegro, ~~de uma companhia denominada pequena, seis de~~ ~~reter botijões de outras marcas e de não querer destruc botijões~~ ^{de} ~~de uma~~ ~~companhia~~ ~~denominada~~ ~~pequena~~ ~~seis~~ ~~de~~ ~~reter~~ ~~botijões~~ ~~de~~ ~~outras~~ ~~marcas~~ ~~e~~ ~~de~~ ~~não~~ ~~querer~~ ~~destruc~~ ~~botijões~~ ~~de~~ ~~uma~~ ~~companhia~~ ~~denominada~~ ~~pequena~~ ~~que~~ ~~reter~~ ~~botijões~~ ~~de~~ ~~outras~~ ~~marcas~~ ~~isso~~ ~~aconteceu~~ ~~que~~ ~~ela~~ ~~não~~ ~~está~~ ~~presente~~, denunciada pela ASSOCIGÁS, ^{de} ~~isso~~ ~~aconteceu~~

em Mato Grosso ^{foi submetida a fiscalização pelo} Conselho Nacional do Petróleo, ~~mandou encerrar a Ma-~~
~~to Grosso. O que se verificou? Que enquanto nessa companhia~~ posso de
 clinar o nome da companhia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado ^{Lysâneas Maciel}) - Evidentemente.

O SR. GIOVANNI CATRELLA ^{COPAGÁS.} - Enquanto na companhia COPAGÁS

se encontraram algumas centenas ^{de outras marcas,} 300, 400, 500 ^{de} botijões, somente na
 companhia ULTRAGÁS, em Campo Grande, o fiscal do Conselho Nacional do
 Petróleo encontrou mais de três mil botijões da COPAGÁS que não eram
 destrocados e não se queria destrocá-los. Após a fiscalização do Conselho
 ainda demorou muito ~~tempo~~ para que se efetuasse essa destroca. Foi ne-
 cessário, ^{na época, que} ~~o~~ Presidente da COPAGÁS ^{fosse em} ~~na~~ pessoa ao Conse-
 lho reclamar, pedir para que se efetuasse essa troca, ~~e~~ ameaçando ~~com~~
~~o~~ o enchimento de botijões de outra marca. E recentemente,
~~o~~ antes da assinatura do compromi-
 so, nenhuma companhia tinha botijões

~~antes da assinatura do compromisso nenhuma companhia tinha botijões,~~
 principalmente a ONOGÁS e a COPAGAS. ^{nao sei} Se eu estou-me alongando...

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Sim, gostaria que terminasse.

O SR GIOVANNI COLATRELLA - Pois não. ^A ~~há~~ fiscalização, após esses compromissos, quando as companhias declaravam que não havia botijões da ONOGÁS ^e de outras marcas em Anápolis, em Goiânia, etc; ~~as fiscalizações não se encontraram a fiscalização~~ ^{fiscalizadas}
~~as~~ ^a ULTRAGÁS ^e SUPERGÁS ^{encontrou} mais de 5 mil ~~mais~~ botijões ONOGÁS. Finalmente, por intervenção ~~deles~~ dos fiscais do Conselho Nacional do Petróleo, esses botijões foram destruídos. Vejam só que o problema...

O SR ~~XXXX~~ DEPUTADO PAULINO CÍCERO - A indagação é ^{dirigida} ao representante da ONOGÁS. A ~~ONOGÁS~~ ^{Companhia} ONOGÁS participa da ~~ASSOCIÇÃO~~ ^{ASSOCIÇÃO'S?}
~~ONOGÁS~~ ^{ASSOCIÇÃO'S?} É filiada a ~~ONOGÁS~~

O SR GIOVANNI COLATRELLA - A ~~ONOGÁS~~ ^{Companhia} ONOGÁS pediu desligamento da ASSOCIÇÃO em ~~setembro~~ 9 / 04/73. Esse pedido ~~foi atendido~~
~~ONOGÁS~~ nunca ^{teve} resposta. E a ONOGÁS ~~continua~~ ^{continua} não pagando as contribuições à ASSOCIÇÃO sempre em ~~atrasamento~~ dia. Somente agora nós estamos ouvindo que a ONOGÁS foi exonerada ou expulsada -- não sei qual o termo que foi usado. ^{como} ~~se~~ se pudesse exonerar

rar ou ~~expulsar~~ expulsar uma companhia que pede desligamento? Eu dese-
 jaria que o nobre ^{o pedido} Deputado tivesse em mãos para depois fazer uma lei-
 tura ^{sobre os} ~~os~~ motivos ~~de~~ desligamento.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Sr. Presidente, ^{pergunte} ~~pergunte~~
^{ainda} ~~pergunte~~ ao mesmo ~~representante~~ ^{esta} Representante da ONOGAS, ~~esta~~ a empre-
 sa ~~é~~ filiada ao Sindicato das Empresas Distribuidoras de Gás?

O SR GIOVANNI COLATRELLA - Obrigatoriamente. Mas não
 como sócio do Sindicato.

O SR DEPUTADO ~~o~~ PAULINO CÍCERO - Indago ainda uma vez ao
~~representante~~ representante da ASSOCIGÁS se esses problemas referentes
 ao relacionamento da ONOGÁS com as demais congêneres vinculadas à
 ASSOCIGÁS ^{foram} ~~foram~~ objeto de discussão prévia entre a empresa e
~~as~~ suas congêneres em reunião da ASSOCIGÁS.

O SR EDSON QUEIROZ - Em diversas reuniões, sendo que ^{que} ~~que~~
 última se verificou ^{se} ~~se~~ enquanto ^{a empresa} ~~se~~ dizia que tinha 400 mil botijões,
 todas as fábricas informavam que, desde ^{1965,} ~~65~~ desde ^{o início da} ~~o~~ vida comer-
 cial ^{da empresa,} ~~o~~ eles só compravam da indústria nacional -- a menos que
 tenham importado -- 180.830 botijões. De ^{1965,} ~~65~~ 66, 67, 68, 69 até ^{1974.} ~~69~~

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Por gentileza, V. Exa. ^{Se,} ~~Se,~~
~~de~~ informa então que a ONOGÁS não teria comprado mais do que 182 mil

botijões de gás.

O SR EDSON QUEIROZ - Jamais.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - ~~■~~ Isso contrasta com a -
informação do Presidente da ONOGÁS. Eu indago ~~■~~ mais uma vez se
esses elementos, ^{se} essas discussões teriam constado de atas da ASSO-

CIGÁS e se seria possível remetê~~■~~-las ^{a esta comissão, tomarmos} para conhecimento ^{delas,} ~~delas.~~

~~■~~
O SR PRESIDENTE ([■] Deputado Lisâneas Maciel) - Com a pala-
vra o Sr. Presidente da ASSOCIGAS.

O SR EDSON QUEIROZ - Vamos ver as atas que tiverem qual-
quer coisa sobre a ONOGÁS e ^{as} encaminharemos também a V. Exas.

PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel)

O SR ~~DEPUTADO PAULINO CÍCERO~~ - Inclusive o pedido de des-
ligamento, para comple^mentar.

O SR EDSON QUEIROZ - O pedido de desligamento foi descon-
siderado, porque a ONOGÁS contin^mou pagando as mensalidades.

Quer dizer, ~~■~~ não quer sair.../

não ~~quer~~ ~~sair~~. Quem pede desligamento não ~~quer~~ paga mais mensalidade.

~~PRESIDENTE~~ (Deputado Lisâneas Maciel) -

O SR ~~PAULINO~~ DEPUTADO PAULINO CICERO - H ouve ~~alguma~~ alguma resolução para aceitar ou ~~se~~ recusar?

Houve desejo de ~~(deputado legislativo)~~

O SR EDSON QUEIROZ - trazê-la ao meio novamente para que fosse praticar o comércio normal.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Continua com a palavra o Deputado Paulino Cicero.

O SR DEPUTADO ~~PAULINO~~ PAULINO CICERO - Sr. Presidente, nós não estamos propriamente erigidos em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ~~mas~~ estamos colaborando...

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Já fiz fazer sentir diversas vezes, inclusive ao representante do Conselho Nacional do Petróleo, ^{que} as informações constantes....

O SR DEPUTADO PAULINO CICERO - ^{...mas} ~~caso~~ vejo que ~~estamos~~ estamos, aos poucos, ~~sendo~~ sendo engendrados na busca de um conhecimento perfeito e real desses problemas econômicos.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - ~~Se~~ Se V. Exa. me permite, ^{repeto} ~~em~~ ~~responsabilidade~~ aquela observação ^{inicial, usando} ~~de~~ ~~uma~~

~~uma~~ uma ~~expressão~~ expressão, se não me falha a memória, do Sr. Presi-

dente do Sindicato ~~à~~ ou da ASSOCIGÁS, ~~há~~ há uma guerra de foice na qual, evidentemente, a Comissão não vai se deter. Acho que devemos centralizar ~~a~~ nossa ^{atenção} ~~atenção~~ naquilo que é de interesse público: ~~uma~~ preço para o consumidor, influência das multinacionais no setor, porque, de acordo com os documentos...

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Mas, Sr. Presidente, data venia, esse ponto é fundamental. Se estiver ocorrendo no mercado, na distribuição de gás, uma tentativa de dumping, é certo que ~~há~~ alguém está pagando esse preço, evidentemente. Por isso complemento a minha indagação com ~~uma~~ outra pergunta, ^{dirigida} está a V.Exa. ~~se~~ Não está ^{nd.} ~~a~~ Comissão erigida principalmente em CPI--e disso é prova o fato de que V.Exa. ainda não designou Relator específico para ~~essa~~ ^a matéria ? ~~se~~ haveria algum inconveniente em que eu solicitasse ^à ONOGÁS que remetesse a esta Comissão sem quebra, lógicamente, do ~~seu~~ sigilo comercial ? notas e faturas de suas compras de botijões de gás ao longo ~~deses~~ ⁸ ~~seus~~ 15 anos de existência, segundo ~~seu~~ informa o Presi- dente [?].

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Respondo a V.Exa. a questão de ordem, da seguinte maneira; se a pergunta fosse genérica, a todas as companhias, ~~se~~ seria ~~em~~ possível deferir. Mas, em

relação a uma companhia apenas....

O SR DEPUTADO PAULINO CICERO - Então, não dá.

O SR PRESIDENTE (Deputado ~~Raimundo~~ Lisâneas Maciel) -

~~Deputado~~ ^{se} ~~está~~ estaria julgando ^M uma empresa, e isso a Comissão já repeliu.

~~O SR~~ - Pode pedir a todas.

O SR DEPUTADO PAULINO CICERO - Não desejo julgar uma companhia, porque os dados ~~trazidos~~ trazidos ^{à Comissão} ~~conduzem~~ conduzem evidentemente a um impasse. O Sr. Presidente da ONOGÁS afirma que a empresa teria comprado 300 e poucos mil botijões. O Presidente da ASSOCI-GÁS, que deve ter os ~~registros~~ registros pertinentes, informa que a empresa não teria adquirido mais do que 182 mil. Isso é fundamental para o conhecimento dos fatos que estamos investigando.

O SR PRESIDENTE ^{(Deputado} (Lisâneas Maciel) - E fundamental em que aspectos, Sr. Deputado?

O SR DEPUTADO PAULINO CICERO - Para saber se há ou não da parte da ONOGÁS uma busca de ^{a propiedade} ~~abrangeção~~ de botijões de outras companhias para ~~alargar~~ alargar o seu ~~mercado~~ mercado de abastecimento de gás, a revelia das normas do Conselho Nacional do Petróleo e das ^{próprias} próprias empresas associadas ^à ASSOCI-GÁS, que aceitaram

como melhor para regulamentar ~~o~~ mercado ~~de~~ brasileiro de gás...

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Respondo ~~o~~
~~o~~ V.Exa. ~~que~~ ~~contém~~ e acho que ~~contém~~ repe-
 tir ~~se~~ essa investigação fosse ~~estendida~~ estendida a todas as compa-
 nhias, me pareceria ~~uma~~ medida justa.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - ~~isso não~~ foi colocado em cau-
 sa, Sr. Presidente ~~isso~~.

O ~~SR~~ PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Foi coloca-
 do. Já foi dito aqui.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Eu vou indagar, inclusi-
 ve, quantos botijões de gás tem a ~~HELIO GÁS, a PIBIO GÁS, ...~~

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Agora mesmo
 foi ~~dito~~ ^{dito que} Uma das companhias retinha, sem contestação, 3 ou 4
 mil botijões de ~~uma~~ outra que retinha 3 mil. Acho que se ~~se~~ ^{formos}
~~examinar o~~ ^{retencões} aspecto dessas ~~retencões~~, vamos entrar nessa briguinha miú-
 da de concorrência, ^o que não ~~se~~ enquadra nos objetivos da ~~Comissão~~ Co-
 missão. ~~O importante na pareço é saber se aquelas~~

Parece-me que o importante é saber se aqueles problemas levanta -
 dos, no que tange ao consumidor, ~~esses~~ a influência das
 multinacionais, ~~esses~~ ao interesse público, ~~esses~~ estão
 sendo ou não considerados. Se esta Comissão ^{se detiver} ~~se detiver~~ nas acusações
 recíprocas ^{que} ~~que~~ são graves, muito mais graves do que V.Exa.
 pode imaginar, tanto de um lado como do outro ^{acho} ~~acho~~ que ~~ela~~
 se desviará ^{de} ~~de~~ seus objetivos principais. ^{Considero} ~~Considero~~ discrimi-
 natório ^{salvo se} ~~salvo se~~ V.Exa. ^{estendendo} ~~estendendo~~ a todas as
 companhias ^o ~~o~~ pedido que está sendo feito em relação a uma com-
 panhia ^{apenas,} ~~apenas,~~ que não está sendo ~~ela~~ julgada no momento. (V.Exa. ^P ~~P~~ ^{prefere} ~~prefere~~)
 que o pedido seja estendido às ^{empresas,} ~~empresas,~~ demais ^{ou apenas} ~~ou apenas~~ ^{o endereço} ~~o endereço~~ a
 ONOGAS?

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO — Sr. Presidente, para
 contornar o impasse que vejo surgir da ~~minha~~ minha indagação, aguardarei que o representante do Conselho Nacional do Petróleo possa
 manifestar-se oficialmente a respeito, ^{apresentando} ~~apresentando~~ dados oficiais.
 Caso contrário, voltarei a postular ~~essa~~ essa medida.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) — Pois não,
~~na~~ na época própria apreciarei o ~~pedido~~ pedido de V.Exa.

~~SR DEPUTADO~~ SR DEPUTADO — (V.Exa. [?] ~~?~~ ^P ~~P~~ ^{permite} ~~permite~~)

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO — Pois não, com muito prazer.

~~207.~~

~~207.~~ O SR DEPUTADO — ~~(Sr. Paulo) micro-~~
~~(Sr. Paulo)~~ — Parece-me que ^{nao cabe ao} CNP ~~guarda de~~ guarda de
 botijões. Esse é um problema interno das distribuidoras. Como
 foi indagado quantos botijões (a ONOGAS possui) no caso uma em-
 presa com 1% de participação ^{eu} perguntaria a V.Exa. se por seu
 intermédio não poderíamos também indagar quantos botijões fora m
 comprados pela LIQUIGÁS, pela HELIOGÁS ou pela ULTRAGÁS.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO — Sr. Prsidente, esta é
 a ~~indagação~~ indagação que formulo aos presidentes das respectivas em-
 presas: • LIQUIGÁS, • HELIOGÁS e • ULTRAGÁS. Quantos botijões
 de gás essas empresas possuem e qual a correspondência botijão/
 consumidor, ^{q. Desejo saber} ~~se~~ se estamos dentro da média aceita pelo CNP
 que é de 2,3. ~~botijões~~

O SR PRESIDENTE (Deputado Leisâneas Maciel) — De acor-
 do. Tenho aqui na relação: Thelmo Soares Lemos, representante da
 GASBEL. É o primeiro. (V.Sa. poderá responder?) (V.Sa. Tem) condições
 de fazê-lo agora ?

O SR THELMO SOARES LEMOS — Agora ninguém tem condições.
(Deputado Leisâneas Maciel?)

O SR PRESIDENTE — Os demais também não têm condições?

O SR THELMO SOARES LEMOS — Isso depende de um levanta-
 mento bem anterior.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) ^A ASSOCIGÁS

tem condições de responder em relação à ONOGÁS e não em relação às demais ?

O SR EDSON QUEIROZ — Tem condições de responder ~~em relação~~ a todas.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) — Não, V.Sa. respondeu quanto à ONOGÁS com dados ...

O SR EDSON QUEIROZ — Aqui eu só tenho ^{dados} da ONOGÁS, ~~porque~~ aquela empresa disse que comprou 400 mil, e a fábrica ~~informa~~ ^{informa} que de ~~65~~ ¹⁹⁶⁵ a ~~74~~ ¹⁹⁷⁴ ela comprou ^{cerca de} cento e oitenta ~~mil~~ mil.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) — V.Sa. Tem um documento escrito ? Ele fez a declaração agora. Esse documento já ~~foi~~ ^{foi} preparado anteriormente ?

O SR EDSON QUEIROZ — Esse documento está sendo preparado.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) — A não ser com relação à ONOGÁS, V.Sa. não tem condições de responder. Certo ?

O SR EDSON QUEIROZ — Só temos aqui ...

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) — No momento.

O SR EDSON QUEIROZ — Aqui temos ^{dados} de todas. A ULTRAGÁS ~~comprou~~ ^{comprou} em ~~71~~ ¹⁹⁷¹ 303 mil; em ~~72~~ ¹⁹⁷² 274 mil; em ~~73~~ ¹⁹⁷³ ...

83/4

310 mil; em ^{1974,} 74, 330 mil, num total de 1.218 mil. Nesse período,
a HELIOGÁS comprou 902.234; a SUPERGASBRÁS, 930.400; a PIBIGÁS,
258 ~~400~~ mil; a LIQUIGÁS, 556 mil; a MINASGÁS, 320 mil; a COPAGÁS,
260 mil; a PLENOGÁS, 205 mil; a ONOGÁS 12-235.

35/75

SEREJO/

/14.5.75/

15 /

84/1

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO — Sr. Presidente, vou dispensar ~~o Sr. Presidente~~ a soma e sugerir que ^o ASSOCIGÁS nos faça o ~~o Sr. Presidente~~ favor de remeter à ~~o Sr. Presidente~~ Comissão uma apreciação tabulada desses elementos, empresa por empresa, total de botijões adquiridos e, se possível, a ~~o Sr. Presidente~~ média consumidor/botijões. Todos esses elementos ^o inclusive da ONOGÁS ^o tudo somado, discriminado, para conhecimento desta Comissão.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) — Deferido o pedido. Pode prosseguir, nobre Deputado.

O SR DEPUTADO DIAS MENEZES — Nobre Deputado Paulino Cícero, V.Exa. permite um aparte ?

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO — Sr. Presidente, gostaria de conceder o aparte ao nobre Deputado Dias Menezes, mas estou preocupado com os companheiros que ainda não ~~foram~~ ^{falaram.}

O SR DEPUTADO DIAS MENEZES — Ser~~ei~~ muito sucinto. Nobre Deputado, a pertinência dos dados é entretanto conflitante.

A ONOGÁS assegura haver possuído 180 ~~mil~~ mil botijões.

O seu representante ^{afirma} ~~que~~ que em julho possivelmente terá ^{de} ~~de~~ encerrar ^{as} ~~as~~ atividades ^{da companhia} porque não ^{tem} ~~tem~~ mais um único botijão ^{de} ~~de~~ Cento e oitenta mil botijões, por passe de mágica, desapareceram. Mas essa empresa, não ~~está~~ operando em São Paulo, a fiscalização da

ASSOCIGÁS

35/75

Hilton

15.5.75

15X

85/1

Mas essa empresa, não operando em São Paulo, não operando lá a

(26)

fiscalização da ^{AS}SOCIGAS, foi encontrar nos depósitos da SUPERGASBRAS

em Osasco, na Rua Vicente Rodrigues da Silva, 901, 3.290 botijões

(27)

da ONOGAS. Acontece que ^{ela possuía} 180 mil botijões, ~~que ela possuía~~. Vamos

admitir que não tivesse adquirido mais 180 mil. ^{Possuía} 180 mil ~~ela os possuía~~

possuía, ^{mas se} ~~E~~ tem mais, desapareceram como num passe de mágica.

O SR. EDSON QUEIROZ

- Estão nos consumido

res, Sr. Deputado, ~~estão~~ nas residências dos 300 mil consumidores

que ~~ele~~ ^{estão} ~~servido~~ ^{servido inclusive} entre os das outras companhias.

O SR. DEPUTADO PAULINO CICEPO - Sr. Presidente,

queria ~~o~~ ^{me} limitar a ~~uma~~ ^{fazer} pergunta, ~~em~~ ^{queria} ~~me~~ ^{limitar} o ~~fazer~~ ^{perguntas}

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Não

vamos admitir diálogos paralelos.

O SR. DEPUTADO PAULINO CICEPO - Eu queria ~~o~~ limi-

tar ^{me} a fazer perguntas e nunca ^{eu} emitir conceitos. No entanto, a per-

gunta, ou explicação, ^{de} ~~da~~ ^{do} pelo Deputado Dias Vences me ~~traz~~ ^{traz} obri-

gação ^a de declarar que ~~eu~~ aqui, nesta hora, como em toda a minha a-

tividade parlamentar, não tenho qualquer espécie ~~de~~ de comprometimento ou de preconceito contra quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) -

Aliás, essa circunstância é reconhecida por ~~todos~~ ^é toda essa Casa.

217

O SR. DEPUTADO DIAS MENESES - Nem na minha cabeça poderia pairar tal pensamento.

O SR. DEPUTADO PAULINO CICERO - Então, como os dados que nós estamos buscando conhecer estão, assim, em choque ~~com os dados~~ ^{com os dados} ~~das~~ ^{das} ~~fontes~~ ^{várias fontes,} ~~as~~ ^{empresas, associações, sindicatos, etc,} acho que ^{quem} realmente poderia ~~nos~~ ^{nos} dar ~~esses dados~~ ^{essas informações} de forma conclusiva e acreditada ~~seria o CNP.~~ ^{seria o CNP.} E vou ~~me~~ ^{me} reservar para fazer ao representante do CNP que aqui vier, ao Diretor, essas perguntas sobre as fiscalizações, ^{os} números de botijões ~~inventariados,~~ ^{inventariados,} a fim de que não pairem dúvidas sobre a intenção ^{o problema} nossa em conhecer em toda a ~~su~~ ^{su} extensão ~~o problema,~~ ^{o problema,} Sr. Presidente. Fica, por conseguinte, a ^{no sentido} minha solicitação a V. Exa. ^{de} que recolha das empresas distribuidoras de gás, através da ^{AS} SOCIGAS, essa informação sobre ^o número de botijões, ^o número de consumidores, ^a média consumidor-botijão, ao longo dos anos, ^{de} para cada uma das empresas que operam no setor. ~~Para~~ ~~uma pergunta.~~ Com prazer, nobre Deputado.

~~O SR. PRESIDENTE (Deputado Leônidas Maciel) -~~

~~Sé comunicado que o Deputado Ademar Santillo solicitou um aparte.~~

O SR. Deputado ^{Fonseca} Machado - ~~O~~ ~~Eu~~ ~~se~~ ~~pos-~~

~~taria de saber do~~ ^P presidente da ^{AS} SOCIGAS ~~que~~ fez um cálculo, ali: 1

^{etc} milhão, 218 mil botijões da LIQUIGAS 1 milhão, 218 mil botijões

da LIQUIGAS na soma que fez aí.

feito
 O SR. ~~LIQUIGÁS.~~ ^{Treata-se de} ~~o fornecimento~~
 pela indústria de botijões que ~~fornecou exatamente a quantidade for-~~
 necida naquele ano.

O SR. ~~Deputado José Machado~~ ^{Perfeito} ~~de~~ ^{Quero}
 a ~~saber~~ ^{saber} ~~justamente~~ ^{isso}, o número de botijões comprados pela LIQUE
GÁS é da ordem de 1 milhão, 218 mil?

(26)

O SR. ^{Edson} ~~Edson~~ ^{Américo} ~~Américo~~ ^{de} ~~uma~~ ^{fábrica,} ~~que~~ ^é
 a ~~MANCUESS~~ ^{MANGUESS}. ~~Tem~~ ^{Há} diversos fornecedores. ~~Tem~~ ^A a ~~MANCUESS~~ ^{MANGUESS}, que forneceu
 1 milhão, 218 mil, ~~tem~~.

O SR. PRESIDENTE (^{deputado} ~~Deputado~~ ^{Lysianeas} ~~Lysianeas~~ ^{Maciel}) - Qual é
 o nome da companhia, Sr. Presidente? ~~O~~ nome da companhia fornecedo-
 ra?

O SR. ^{Edson} ~~Edson~~ ^{Américo} ~~Américo~~ ^{de} ~~uma~~ ^{fábrica,} ~~que~~ ^é
 Sociedade Anônima, ^{São} ~~São~~ ^{Paulo.} ~~Tem~~ ^{Há} também a RICCHI S/A.

(27)

O SR. ~~Deputado José Machado~~ ^{de} ~~Somente~~ ^o ~~total~~ ^{da}
~~dos~~ ^{dos} ~~Sucros.~~ ^{Liquigás.}

O SR. ^{Edson} ~~Edson~~ ^{Américo} ~~Américo~~ ^{de} ~~uma~~ ^{fábrica,} ~~que~~ ^é
 dos ~~Sucros.~~ ^{Liquigás,} Na ~~MANCUESS~~ ^{MANGUESS}, de 71 a 74,

ev.

de 71 a 74, 556.791. Na Picchi, de 70 a 74... Essa mandou ser a soma total, mas dá: 180⁰⁰⁰ em 70; 229.250⁰⁰⁰ em 71; 120.700 em 72; 165.500 em 73; e 214.000 em 74. Isso, da Picchi. Antes, ^{deu, para} em 65, a mesma ~~fábrica~~ companhia Liguigã, ^{da} da Picchi: 65, 43.161; 67, 84.350; 68, 136.002; 69, 163.054.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Tenho a impressão ^{de} que vamos receber ^{esses dados} esse tabulado, conforme foi solicitado, ^{de} e é ^{de} ~~de~~ muito melhor e mais fácil. ~~Se~~ enquanto o Deputado Paulino Cícero confabula ^{na} lateral, eu pergunto ^o essas ^{deu} companhias têm alguma ligação com algumas das companhias distribuidoras de gás? ^{Refere-me a} Essas ^{deu} ~~produtos~~ ^{deu} e a ligação de capital?

O SR. DEPOENTE Eason Queiroz - Não; a única fornecedora de botijões que tem ligação com companhia de gás é uma de Fortaleza, ^a TECNORTE. ~~Non~~

~~O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Deputado Paulino Cícero.~~

O SR. Deputado Adhemar Santillo - Deputado Paulino Cícero, permite V. Exa. um aparte? ^{É para referir-me a} ~~é dentro~~ desse assunto. Eu gostaria de saber se a informação prestada pela ONOCAS se ~~outra~~ baseia num documento do próprio presidente da ONOCAS ou se é também ~~um~~ documento de alguma fábrica, informando que ela teria adquirido esses 300 mil e poucos botijões, durante aquele espaço de tempo?

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - A pergunta é ^{dirigida a} para mim, Deputado?

O SR. DEPUTADO Adhemar Santillo - F, porque eu

não tenho conhecimento desse documento. O problema foi levantado e eu gostaria de saber alguma coisa a respeito.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Sr. Presidente, V. Exa. poderia dar a palavra ao presidente da ~~ONOGAS~~ para responder.

O SR. ~~DEPUTADO~~ Onofre Quinam - De posse de nos de uma carta alegando que não tinha condições de dar nos anos anteriores, ~~ta~~

tão partimos por uma estimativa, como também não temos documentos comprobatórios mais do que 5 anos. No próprio número a fábrica forneceu e nós conferindo fornecemos as ~~notas~~ notas fiscais dos últimos 5 anos, ao

Conselho Nacional de Petróleo, entre a informação da fábrica e as notas fiscais; houve uma diferença, a mais, a nosso favor. Quer dizer, nos mesmos últimos 5 anos a fábrica errou porque nos temos os documentos, e os números que ela forneceu. ~~For~~ ^{Foram} um pouco menor do que as próprias notas fiscais existentes. ~~É~~ ^É logicamente, na estimativa tudo é estimativa. É o que tenho a informar.

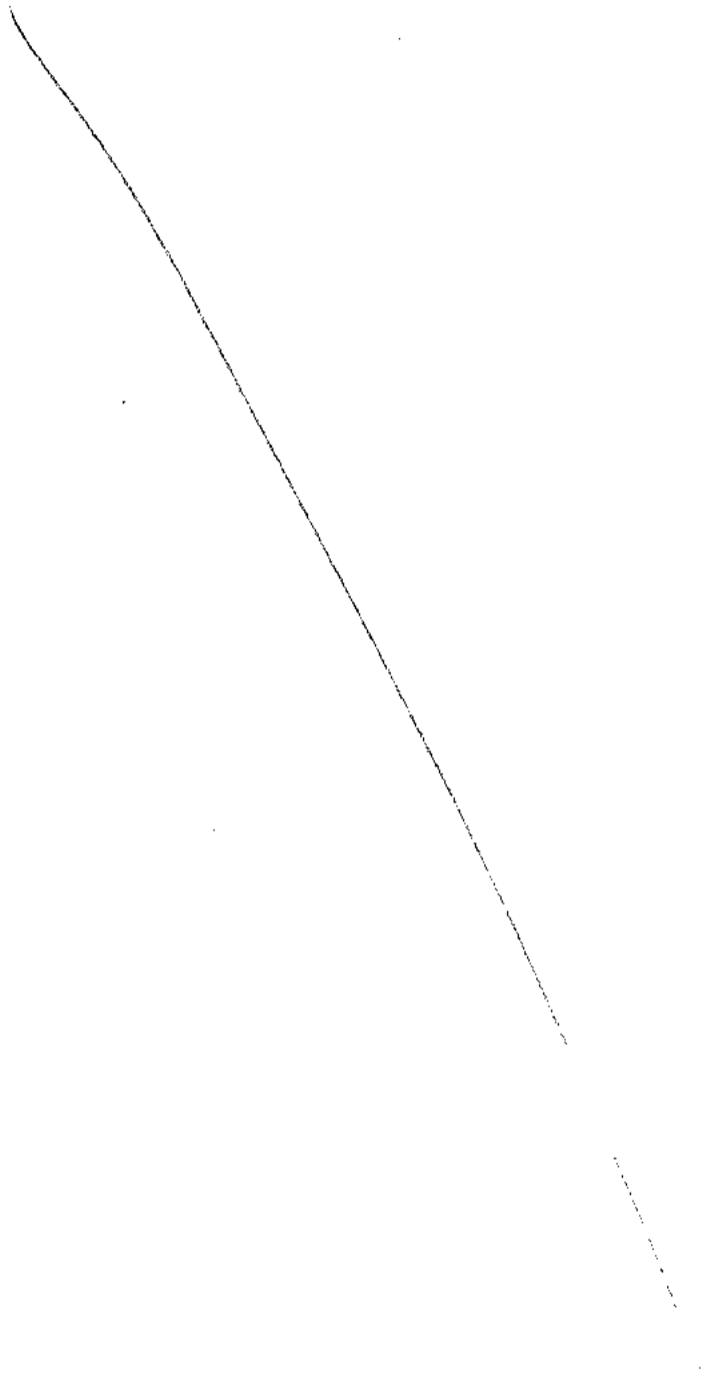
O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Deputado Paulino Cícero.

O SR. DEPUTADO PAULINO CICEPO - Sr. Presidente, uma última pergunta ao Presidente do Sindicato: qual ~~é~~ ^a repercussão de custo de operação do sistema de entrega de botijões para sistema contraluzado ^{em} pelos prédios, ^{em} por complexos residenciais, ^{em} por um todo?

O SR. Caserio Cheschion -

- Eu poderia respon-

der, evidentemente, ^{pois} não com dados absolutos, mas é pacífico que na instalação de uma unidade centralizada são utilizados equipamentos diferentes das usadas na



20.

em locais de baixa densidade de consumidores, admite-se que até 2,5 a 3 garrafas são necessárias para servir, ~~aproximadamente~~

~~aproximadamente~~ ^{capacidade} a primeira pergunta.

~~O SR. DEPUTADO JOSÉ CAMARGO~~ (Para do microfone)

Carierio Cheschim Evidentemente, ~~para~~

cada nove consumidor teórico ^{corresponde} há uma percentagem das instalações necessárias ao abastecimento, ^{de} ~~esse~~ ^{de} ~~consumidor~~. Então ^{há} ~~tem~~ uma par-

cela de carinhão da entrega, ~~tem~~ ^{há} uma parcela de carro-tanques de recebimento ^{de} ~~do~~ gás, ~~tem~~ ^{há} uma parcela de tanque de armazenar,

enfim, ^{de} ~~de~~ toda a estrutura operacional da empresa. Evidentemente, con- sideração ~~então~~ ^{apenas} não uma unidade, mas milhares de unidades, ^{para} A

tantos milhares de unidades ^{notas} ~~corresponde~~ toda uma infra-estru- tura de abastecimento, ^{necessária ao} ~~proceder~~ a segunda pergunta, por favor?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CAMARGO ^{já} foi praticamente res- pondida. Relaciona-se com a primeira. ^{Ampla pergunta} ~~Quanto~~ ^{positivo} se a concuis-

ta de novos consumidores exigiria a compra de equipamentos.

Carierio Cheschim - Sr. Evidentemente,

para um volume de novos consumidores apreciável há necessidade de elevados investimentos, isto é, investimento como já disse, rela-

cionado ^{com a infra-estrutura, etc.} ~~com~~ armazenar do gás a granel recebido da ericer, ~~é~~

~~infra-estrutura~~ ^{então} ~~horizonte~~, sistema de transferência, carros-tan- ques, carinhões de entrega, ~~então~~ ^{tudo isso} enfim, envolve, ~~o investimento~~ efetivamente, um grande investimento.

R.V.

[O Sr. Renato Ferrari -

(cb) A LIQUEGÁS e a HELIOGÁS são companhias distintas. Uma parte das
(cb) operações da HELIOGÁS ^{foi} foram incorporadas pela LIQUEGÁS, ^m mas a
(cb) HELIOGÁS continua a existir, ^{tem} plena existência jurídica e operacio
nal, como uma companhia distinta.

O SR. Deputado Genervino Fonseca - Pois não. Há

(cb) também a ULTRAGÁS, ^a SP, GÁS e ^a VALGÁS. Aqui são três. Parece que a
(cb) ULTRAGÁS adquiriu o controle acionário das outras duas.

O SR RENATO FERRARI - Não, ^{também} são companhias distin -

(cb) tas, ^{com} figuras jurídicas distintas, embora pertencentes ^{ao} ao mes -
mo grupo econômico.

O SR. Deputado Genervino Fonseca - - Ao Grupo

(cb) da ~~ME~~ ULTRAGÁS. ^{E sobre a Supergasbrás, Multigás e}
GASBRÁS?
E

O SR RENATO FERRARI - SUPERGASBRÁS, MULTIGÁS

(cb) ~~GASBRÁS~~. Sobre a MULTIGÁS já foi explicado aqui. Há muitos anos,
(cb) ela foi incorporada pela então SUPERGÁS.

O SR Deputado Genervino Fonseca - - Há, aqui,

(cb) BUTANO e PARAGÁS.

O SR RENATO FERRARI - Também são

companhias distintas. As duas são pessoas jurídicas distintas.

O SR. Deputado Genervino Fonseca - - Mas do

mesmo grupo?

dw.

 O SR RENATO FERRARI - Não, não é ^{se trata exatamente do} totalmente o mes-
 mo Grupo. O mesmo Grupo mantém o controle acionário, mas as duas
 são de capital aberto.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel)- Essa ^{informação} informação, de que as duas companhias pertencem ao mesmo grupo, não
 foi prestada ao microfone. É isso mesmo, Dr. Edson?

O SR EDSON QUEIROZ - As duas companhias mantêm o
 controle acionário por uma só.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel)- É pa
 ra efeito da nossa gravação, por não ter sido a informação dada
 ao microfone.

(cb) O SR Deputado Genovino Fonseca - Aqui, em
 sexto lugar, temos a RIBIGÁS, ^{depois a} SERGIPEGÁS, ARGONIGÁS e L.P.GÁS. Pe
 lo menos, nesta relação que tenho, estão, em sexto lugar.

(cb) O SR EDSON QUEIROZ - A ARGONIGÁS e L.P.GÁS, ^a duas
 pequenas companhias, ~~que~~ foram incorporadas ~~por~~ ^à RIBIGÁS, segura-
 mente há mais de 10 anos. Não me lembro da data exatamente.

O SR Deputado Genovino Fonseca - - Pois
 não. ^{constam} Estão previstas, aqui, seis empresas. ^E Dessas seis, segundo a
 qui está, ^{detém} ~~tem~~ uma venda de 93% do gás distribuído no Brasil.

 Chegaram, agora, às minhas mãos, ^{dois} duas documenta
 ções. Aqui diz: "Encargos de distribuição consignados nas estru-

ad.

35/75 - FERNANDA - 15/5/75 - 16 B - 89/3

turas de preços do GLP". Vigência. Naturalmente são as preços operacionais. Certo? Depois temos aqui: "Diferencial de frete - agosto de 1974. ASSOCIGÁS - área norte e área sul; depois, aos preços de tabelas de venda. Anexa a Portaria nº P-1/75. Gás liquefeito de petróleo - preço de venda no domínio do consumidor."

Subentende-se, então, que o gás é tabelado, como o é também o frete. Pois bem, ^{Examinando} Examinamos um documento que tenho em meu poder, das 500 ~~empresas~~ maiores empresas privadas, por venda em 1973, ^{a seguir a classificação.} nos podemos encontrar nos seis primeiros lugares ^{as que} ^{Companhias} Em primeiro lugar está a Cia. ULTRAGÁS S.A., com uma venda de 521 milhões, 360 mil cruzeiros, ^L lucro líquido de 13 milhões, 131 mil cruzeiros. ^{J. Exes.} Quero que os senhores anotem bem isso. Deu 2,5% essa empresa, em 1973. Teve uma média mensal de venda de 43 milhões, 446 cruzeiros, e o seu lucro correspondeu a 11% do capital.

(16)

Ri.

(cb) A SUPERGASBRÁS Distribuidora de Gás, teve uma venda de 394 milhões, 749 mil cruzeiros, com lucro líquido de 26 milhões, 528 mil cruzeiros, ou seja, 6,7% sobre suas vendas, com uma média mensal de 32 milhões^e/900 mil cruzeiros, ou seja, 15,2% do seu capital.

(cb)] A LIQUEGÁS DO BRASIL ^{320 milhões de cruzeiros, com} lucro líquido de 15 milhões, 832 cruzeiros, ^{posterior} ~~uma~~ rentabilidade sobre swap de 4,9% -- atente bem os senhores para as divergências -- com uma média mensal de 26 milhões, 667 mil cruzeiros ^{isto é,} 10,6% do seu capital.

(cb) 2 A HELIOGÁS S.A. vendeu, em 1973, 137 milhões de cruzeiros; ^{teve} com lucro líquido de 17 milhões, 489 mil cruzeiros. Vejam bem, 13% da rentabilidade sobre suas vendas. Ela vendeu menos 55% do que a LIQUEGÁS e deu mais 2 milhões e 400 mil cruzeiros de lucro. Teve uma venda mensal de 11 milhões, 420 mil cruzeiros, ou seja, 15% sobre seu capital.

Em quinto lugar vem a MINASGÁS com 129 milhões, 232 mil cruzeiros, com lucro líquido de 7 milhões, 260 mil cruzeiros, ou seja, 5,6% sobre suas vendas, sendo 10 milhões^e/700 mil cruzeiros sobre seu capital.

(cb) Em sexto lugar a PÍBIGÁS ^{este} ^{com} 113 milhões, ^{com} lucro líquido de 17 milhões, 750 mil cruzeiros, ^{teve} 6% de rentabilidade sobre suas vendas, ou seja, 9 milhões^e, 400 mil cruzeiros, ^{isto é,} 17% sobre seu capital.

Os senhores não de convir que, se o gás e o frete são tabelados, há uma desproporção muito grande ^{entre} de uma empresa ^{tem o adiantamento de} para outra. Uma ^{de} rendeu 2,5%; outra, 4,9%; ^{de} outra, 5,6%; outra, ^{de} 6%; e ^{de} outra, 13%.

O SR Edson Queiroz - Posso

responder, Sr. Presidente ?

O SR PRESIDENTE (Deputado ^{está!} Lisâneas Maciel) -V.Exa ^{para responderem} está solicitando a palavra do Sindicato e da ASSOCIGÁS sobre esse problema?

O SR Deputado ^{está!} Genovino Fonseca - Já que os representantes das empresas estão aqui, eu estou dando esses dados.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel)-Pois não, V.Exa. tem a palavra.

O SR DEPUTADO ^{está!} Genovino Fonseca - Há outra coisa que eu gostaria, também; ^{de dizer.}

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel)-Como V.Exa. declinou uma série enorme de números, talvez seja melhor dividir.

O SR Deputado ^{está!} Genovino Fonseca - Perfeitamente.

XXXXXX

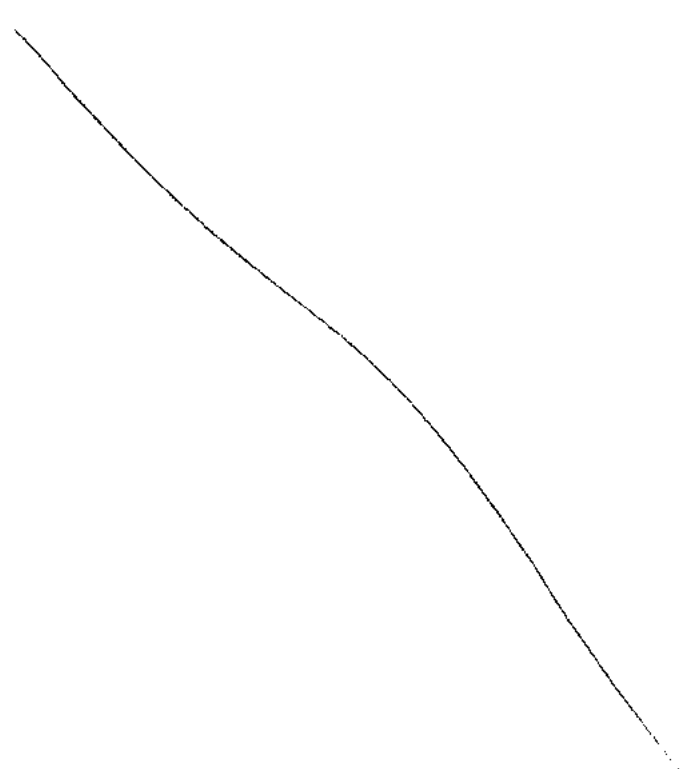
ad.

O SR EDSON QUEIROZ - (V.Exa.) fala na disparidade, na desproporção no lucro operacional das empresas, ^é ^{isso?}

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Parece-me, Dr. Edson, que a pergunta diz respeito a isso. ^{Como} Se é possível, ^{algumas companhias têm} ~~vel as companhias,~~ com preços tabelados, ~~umas~~ ^{umas} ~~darem~~ rendimento X, outras, rendimento Y?

O SR ^{Deputado Genivaldo} ~~Deputado~~ ^{Ferreira} ~~Ferreira~~ - Exatamente.
Eu gostaria de ^{ter} ~~pedir~~ essa informação ^{sobre isso.}

O SR EDSON QUEIROZ - Perfeito. ^{perfeito.} É questão de concentração. Ultimamente há uma tendência do CNP no sentido de achatamento na margem do lucro. Depois que começou essa tendência ^{com o fechamento das grandes} é que surgiram essas fusões, e confusões também, ^{onde} ~~onde~~ ^{algumas} ~~umas~~ não podem viver.



sal.

35/75

Rosa Maria

14.5.75

16D

91/1

~~que sugere essas fusões e "confusões" também. E não podem~~
~~viver ~~uma~~~~: se são ^Ppequenas companhias, ~~se~~ são espalhadas, da
 rão prejuízo; ~~são~~ ^{pequenas} e bem concentradas, poderão dar lu
 cro. É, portanto, ^{problema} muito ~~específico~~ específico de cada companhia.

Importante é que a malha de distribuição seja a mais apertada
 da possível, ^{por exemplo, que} ~~ou seja~~, um caminhão rode o menor número possível
 de quilômetros, para entregar a maior quantidade de bujões.

Enquanto o caminhão de uma companhia que tem ^{por exemplo,} dez consumidores
 num extremo da cidade e vinte no outro roda o dia todo e não
 consegue a operação ideal, outro caminhão ^{de dez consumidores,} entrega maior núme
 ro de bujões em área ~~menor~~ menor. ^{Trata-se de} É a operação de

escala ^é o caso das fusões ^{nas} ~~de~~ companhias. A ~~OPERANTE~~

^{est,} ULTRAGÁS, ~~está~~ no Nordeste, vende ^{seu} duas áreas para a FIBIGÁS

^{est,} ~~uma~~ e uma para nós ~~XXXXXXXXXXXX~~. A FIBIGÁS está agora ~~re-~~
^{pensando em}
~~considerando~~ ~~uma~~ vender uma parte ou tudo. Enfin, quanto mais
 apertada a malha de distribuição, maior a rentabilidade da
 companhia.

O SR DEPUTADO ^{est,} Genivaldo Fonseca - Não me causa es-

^{est,} peço, porque a LUQUIGÁS DO BRASIL vendeu trezentos e vinte mi
 lhões, enquanto a HELICGÁS vendeu ~~x~~ cento e trinta e sete, qua
 se 55% menos, e teve um lucro superior ~~de~~ ^{de} ~~da~~ Liquigás.

(ab)

O SR Edson Queiroz - ~~que~~ ^A LIQUIGÁS,

Sr. Deputado, opera ^{em} 70% de entrega direta ao consumidor. É apenas uma questão de entrega direta, ~~apenas~~ ^A, além de estar ganhando como companhia distribuidora, ganha também como companhia entregadora de gás. ~~perdeu~~ ^{se} ~~cedeu~~ seu lucro para ~~uma~~ outra distribuidora; ~~perdeu~~. Mas preferiu operar indiretamente, ^{foi} ~~um~~ lado, ~~perdeu~~ ^{para} ~~uma~~ e diretamente ao ~~consumidor~~ ^{com o} consumidor, ^{para} ~~um~~ ^{outro} lado.

O SR DEPUTADO Genervina Fonseca - ~~perdeu~~ No meu en-

tender, ou uma delas vende abaixo do preço, ou a outra ^{está}

majorando. ~~Em seguida~~ ^o pergunta do Deputado José Machado, ^{foi}

~~feita~~ ^{a seguinte pergunta:} a PETROBRÁS ^{o gás} fatura para as companhias ?

Poderia informar-nos ?

(cb)

O SR Edson ~~Queiroz~~ ^{Queiroz} - Pois não. A PETROBRÁS

fatura ^{o gás} para as ~~companhias~~ companhias distribuidoras.

O SR DEPUTADO Genervina Fonseca - Certo. E ~~as~~ ^{as} vendem

As ~~companhias~~ companhias absolutamente à vista ?

O SR Edson Queiroz - As companhias

vendem, com ^{exceções} poucas ~~exceções~~ - como é o caso de algumas ven-

das ^{para} industriais ou para hospitais - sempre à vista. E não

é significativa a parte da venda ^{feita} que ~~não~~ ~~faz~~ ~~existir~~ ~~se~~

é a prazo.

ent.

O SR DEPUTADO *Genovino Fonseca* - Pois bem, encon-
 tramos, para seis ^{distribuidoras} empresas de gás, um bilhão, seiscentos e
 quinze ^{milhões} ~~mil~~ trezentos e quarenta e cinco mil cruzeiros, ou seja,
~~quarenta~~ cento e trinta e cinco milhões mensais, de cuja im-
 portância deduzimos o custo operacional devido ao engarrafa-
 mento e distribuição, e concluímos ~~com isso~~ que o capital de gi-
 ro dessas companhias é da PETROBRAS.

(el)

O SR *Edson Queiroz* - Sim, ^{Também é} ~~momentaneamente~~ desse
 cap, quanto mais rapidamente se movimentar o gás nos tanques,
 mais ~~rápido~~ capital da PETROBRAS se mantém, enquanto ^{não} se paga a
 duplicata. Não, contudo, uma obrigação, que varia de região em
 região, ^{mantém até que os tanques sejam} de até vinte e cinco dias de ~~prazo~~ ~~estoque~~, de ~~tanque~~
~~prazo~~ e ^{empresas} algumas não têm esse benefício de que ~~se~~ fala V. Exa.

(el)

O SR DEPUTADO *Genovino Fonseca* - Segundo dados
~~que tenho em mãos~~
 em meu poder, fornecidos pelas pequenas ~~distribuidoras~~ distribuidoras,
 seis desses distribuidores detêm 93% do mercado nacional de
 gás liquefeito de petróleo, cabendo apenas 7% ^{às} ~~aos~~ demais.

(Handwritten signature)

(Handwritten mark)

ad.

apenas 7% aos demais revendedores. Pergunto: ~~xxxxxx~~ por que esta discriminação? Queria fazer uma pergunta, na reunião anterior, mas não foi possível, porque o Dr. Molinari, ao comentar uma inspeção feita, se não me engano nos terminais, deu dados muito positivos sobre a Onogás. ^{Falou,} ~~Disse,~~ se não me engano, ^{deu,} 200 botijões. Mas, na oportunidade, ele não teve condições de dizer quantos botijões tinham as outras companhias. Então, isto nos causou espécie, porque pareceu que ele já veio aqui com uma certa prevenção contra a Onogás, ^q porque quanto a esta companhia, ele sabia ^{a quantidade,} ~~xxxxxx~~ quanto às demais, ~~ele~~ não sabia. Peço, então, ao Sr. Presidente ...

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Devo dizer a V.Exa. que está marcada ~~xxxxx~~ para o dia 7 de maio a visita de ^{te} ~~Presidência~~ do Conselho Nacional do Petróleo. Essas questões ^{Essas} ~~xxxx~~ então, devem ser dirigidas ao Presidente do CNP. ^{Podemos} V.Exa. reserva-se o direito de ~~xxxxx~~ formulá-las na oportunidade.

^(DEPUTADO)
O SR GENEVINO FONSECA - Exatamente. No outro dia, também, Sr. Presidente, não souberam responder quais são as firmas de capital ~~estrangeiro~~ estrangeiro, e hoje, se não me engano, o Presidente do Sindicato disse que parece que são três. Se fosse possível, à Presidência solicitar os Estatutos ^{ou} ~~ou~~ contrato social de todas as empresas distribuidoras de gás, ~~lá~~ ^{ai} veríamos seu capital social e identificaríamos os acionistas.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - (V.Exa.) faz, esta solicitação. ^A acho que não haverá dificuldade para as duas entidades aqui representativas. ^{das} E se me permite aduzir, ^T também seria interessante, para complementar a pergunta do Deputado Gennervino Fonseca, que se acrescentasse o ^{entrelaçamento} ~~entrosamento~~ dessas companhias, através do capital ou através de pessoas físicas, para que esta Comissão possa entender melhor a problemática do gás. (V.Exa.) ^{enfocasse} Quer saber o estatuto, a constituição, ^a diretoria etc.

O SR DEPUTADO GENERVINO FONSECA - Perfeitamente.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Temos alguns dados que nos foram ^{seu} ~~foram~~ fornecidos, mas alguns podem estar desatualizados. Aliás, são conflitantes com os dados fornecidos pelo em-
^{de Sindicato,} ~~mente Presidente do Sindicato do Gás.~~ ^{Mas é}

~~O SR RENATO FERRARI~~ ^{depois} E porque os nossos dados são ^{um pouco} meio antigos.

~~O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel)~~ - Estão-se processando uma série de fusões e de confusões, como disse o eminente Presidente da ^{AS} SOCIGÁS, e é preciso que tenhamos um panorama geral do problema, a fim de que não façamos qualquer sugestão, qualquer ponderação no setor legislativo, que é de competência específica desta Casa, ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ ^{que estas coisas bem infocadas.} como também em relação à atuação administrativa do CNP, Propositamente, adiei a visita do Presidente do CNP . . .

ad.

35/75

frechiani

15.5.75

16-F

93/1

para o dia 7, para que tenhamos possibilidade de compulsar esses dados ~~o fim de que façamos~~ ^{e fazer} perguntas ^{sobre eles.} Tem V.Exa. mais alguma pergunta?

O SR DEPUTADO GENERVINO FONSECA - Não, Esta é a última. Se não me engano, já foi pedido pelo Deputado Dias Menezes o número de botijões de cada empresa.

O SR EDSON QUEIROZ - V.Exa. está dando prazo até o dia 7 de maio para prepararmos essa papelada toda, não é?

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - É suficiente? Seria preferível antes do dia 7 de maio, que é uma quarta-feira.

O SR DEPUTADO ~~GENERVINO~~ ^{FONSECA} - A Comissão precisa dos dados, com antecedência, para ~~podemos~~ compulsá-los antes da vinda do Presidente do CNP.

O SR EDSON QUEIROZ - É um prazo muito estreito para atendermos, de uma só vez, ^à ~~uma~~ pauta que já está aqui colocada.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Mas tem-se falado tanto do poderio da ~~SOCIETAS~~ ^{ASSOCIGÁS.} São 14 dias de prazo. Não seria possível?

O SR EDSON QUEIROZ - ~~(era do microfone)~~ ^{Há umas em Manaus, outras em Belém. Pode ser que dê tempo.}

O SR PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Pois não. ~~Podemos,~~ ^{o problema} então, colocar da seguinte forma: o Senhor faria o possível para nos dar os dados completos, mas ~~entenderíamos~~ ^{entenderemos} se alguns ~~dados~~ ficarem incompletos.

~~XXXXXXXXXX~~

O SR DEPUTADO GENERVINO FONSECA - Há outras perguntas que gostaria de fazer, mas ~~vamos~~ ^{vou} deixar para o dia em que estiver aqui o ~~SR~~ representante do CNP, pois parece que ele terá mais condições de respondê-las. Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lusãneas Maciel) - O Deputado Valmor de Luca é o último ~~Deputado~~ inscrito para a reunião de hoje. Peço que formule suas perguntas.

DEPUTADO
O SR VALMOR DE LUCA - Sem considerações, Sr. Presidente.

Pergunta dirigida ao Presidente do Sindicato: é o CNP o único órgão que dirige a fiscalização do gás liquefeito?

O SR RENATO FERRARI - A fiscalização do gás liquefeito está entregue ao CNP e, conforme já expliquei, tem delegação com Institutos de Pesos e Medidas.

O SR DEPUTADO VALMOR DE LUCA - Pergunta ao Presidente da ASSOCIÇÃO ASSOCIÇÃO ASSOCIÇÃO ~~SOCIGAS~~ se comporta como órgão auxiliar dessa fiscalização? Sim ou não?

O SR EDSON QUEIROZ - Sim. É um órgão auxiliar.

DEPUTADO
O SR VALMOR DE LUCA - Ainda para o Presidente da ASSOCIÇÃO ASSOCIÇÃO ~~SOCIGAS~~ denunciou alguma vez ~~denunciou~~ ao CNP, nominalmente, ~~denunciou~~ distribuidoras por perturbação no mercado do gás?

O SR EDSON QUEIROZ - Precisaria ler as denúncias e as datas ...

O SR DEPUTADO VALMOR DE LUCA - Pergunto só se já denunciou.

Não estou perguntando quantas vezes e quando.

O SR EDSON QUEIROZ - Sim, já denunciou.

O SR DEPUTADO VALMOR DE LUCA - Quais as distribuidoras denunciadas?

O SR EDSON QUEIROZ - Do meu conhecimento ... (Pausa) Repetindo as palavras do Dr. Bertelli, uma meia dúzia de vezes em toda a história da ~~SOCIÉTAS~~ ASSOCIATAS.

O SR DEPUTADO VALMOR DE LUCA - Uma meia dúzia de vezes.

Pergunto quais as distribuidoras denunciadas nominalmente.

~~O SR EDSON QUEIROZ - Onogás, Copagás, Ribigás~~

 O SR ~~DEPUTADO~~ ^{EDSON} QUEIROZ - ~~Resposta, não é assim~~

~~Essas~~ ONOGÁS, PRUDENTINA e COPAGÁS.

O SR DEPUTADO ^VWALMOR DE LUCA - No seu entender, são essas as únicas companhias que operam contra as normas que regulamentam a comercialização do gás?

O SR ~~DEPUTADO~~ ^{EDSON} QUEIROZ - Não. Acho que há outras que operam contra as normas, não com tanta gravidade como essas.

O SR DEPUTADO ^{LUCA}WALMOR DE LUCA - Essas outras também foram denunciadas?

O SR ~~DEPUTADO~~ ^{EDSON} QUEIROZ - Devido à pouca gravidade, não. Sim, quase logo depois, num chamamento da ASSOCIGÁS.

O SR DEPUTADO ^{LUCA}WALMOR DE LUCA - ~~Pergunte agora~~ Deu para sentir, pelas exposições feitas aqui, que há uma espécie de sintonia entre o pensamento do sindicato e ^oda ASSOCIGÁS. Certo?

O SR ~~DEPUTADO~~ ^{EDSON} QUEIROZ - Na minha opinião, uma sintonia perfeita.

O SR DEPUTADO ~~WALMOR DE~~ ^{(LUCA) Pediria} Perguntaria ao Presidente do Sindicato e, posteriormente, ao Presidente da ASSOCIGÁS, ^{para} ~~que respondam~~ ^{que respondam} como "regulares", "boas" ^{ou} "ótimas" essas relações.

O SR ~~EDSON~~ ^{EDSON} QUEIROZ - As relações são ótimas.

O SR ~~RENATO FERRARI~~ ^{RENATO FERRARI} - Eu diria que não são

muito boas.

O SR DEPUTADO ~~WALMOR DE~~ ^(LUCA) - Não são muito boas?

O SR ~~RENATO FERRARI~~ ^{RENATO FERRARI} - Não são muito boas. São

relativamente boas.

O SR DEPUTADO ~~WALMOR DE~~ ^(LUCA) - Pergunto ao Presidente da ASSOCIGÁS: em face de fusões havidas ultimamente e, em face, também, de ~~esse~~ ^{estas} companhias juridicamente distintas, pertencem ^{tem,} entretanto, a um mesmo grupo econômico, como são colhidos esses votos nas reuniões democráticas da ASSOCIGÁS?

O SR ~~EDSON~~ ^{EDSON} QUEIROZ - Cada companhia tem um Diretor e um voto na ASSOCIGÁS, qualquer que seja o ^{seu} tamanho ~~da~~ ~~companhia~~

O SR DEPUTADO ~~WALMOR DE~~ ^{LUCA} - E as companhias que sofreram fusões?

O SR ~~DEPUTADO~~ ^{EDSON} QUEIROZ - Perdem o voto.

O SR DEPUTADO ~~WALMOR DE~~ ^{LUCA} ~~concretamente tivemos~~
~~essa tabela que~~ Atualmente votam 20 ou 13 companhias nessas reuniões?

O SR ~~DEPUTADO~~ ^{EDSON} QUEIROZ - Vota individualmente cada empresa associada. Todos os associados votam.

O SR DEPUTADO ~~WALMOR DE~~ ^{LUCA} Atualmente, quantos associados têm direito a esse voto?

O SR ~~DEPUTADO~~ ^{EDSON} QUEIROZ - Dezoito.

O SR DEPUTADO ~~WALMOR DE~~ ^{LUCA} Dezoito. Finalizando, Sr. Presidente, ^{desejo} apenas ~~me~~ dizer da minha estranheza quanto a ^{curva da} essa tabela diferencial de frete, ~~essa curva~~. Não a entendi, pois que, para distâncias menores, na faixa entre 10 e 100 quilômetros, existe um coeficiente de variação que vai diminuindo, por exemplo, na área Norte, de Cr\$ 0,22, em cada 10 quilômetros, até Cr\$ 0,10 na faixa de 100 a ~~100~~ 110 quilômetros.

O SR DEPUTADO ^{EDSON}~~DEPUTADO~~ QUEIROZ - Despesas de carregamen-

to.

O SR DEPUTADO ^{LUCA}~~VALMORA~~ DE - Despesas de carregamen-

to. Por que razão, na faixa de 300 a 500 quilômetros? Posterior-
mente, na faixa de 200 a 300 essas variações sofrem um acréscimo
para a ordem de Cr\$ 0,13, Cr\$ 0,14, Cr\$ 0,12. ~~Posteriormente, no~~

~~(SEGUE)~~

Posteriormente, na faixa de 300 a 500 km essa variação sofre uma diminuição de 3 a 4 centavos, para, novamente, subir para 8 ou 9 centavos, baixar novamente para 5 e subir novamente para 8 centavos.

EDSON
O SR ~~DEPOENTE~~ *QUEIROZ* - Vou pedir permissão para o Dr. Aranha responder, porque está mais familiarizado com essa curva de frete.

JOSÉ MARIANO DE CAMARGO ARANHA NETO
O SR ~~DEPOENTE~~ - O critério de elaboração dessa curva é técnico, baseado no custo operacional do veículo. ~~Esse custo é composto de duas parcelas: uma de custo fixo e uma de custo variável, segundo a distribuição de rendimento operacional do veículo.~~ Isso quer dizer que nas distâncias ~~menores~~ menores as quilometragens mensais rodadas pelos veículos são evidentemente menores. Portanto, a diluição dos custos fixos têm, como incidência, valores ~~menores~~ *maiores.*

Nas longas quilometragens a diluição do custo fixo resulta em ~~menores~~ valores menores para viagens redondas.

É uma sistemática talvez um pouco difícil de explicar aqui, ~~em termos rápidos~~ *rapidamente,* mas ~~o~~ *representante* o próprio Presidente do Conselho ~~que~~ poderá ~~dar~~ dar os dados que compuseram o estudo original.

Como essa curva tem sido atualizada, em termos de percentuais de variação de frete, pode ter ocorrido alguns pontos de achatamento. De qualquer forma, a concepção teórica é esta: o custo de transporte é composto por ^{dois} duas componentes, ~~uma~~ ^{uma} é o custo direto, ou seja, ^{para ser mais claro} a gasolina é diretamente proporcional à quilometragem rodada. Então, tanto faz rodar 100 ^{ou 1.000} quilômetros por mês, ~~ou 1.000 quilômetros~~ ^{porque} a incidência ~~desse~~ custo por quilômetro será sempre a mesma.

Por outro lado, as despesas de caráter fixo ^{como se-}jam, depreciação, licenciamento, seguros e outras despesas ~~de~~ ^{de} conceituação fixa ~~que~~ se diluem de forma desproporcional à quilometragem rodada, isto é, não variam linearmente. Elas são efetivas e existem, independente ^{mente} da quilometragem rodada.

O SR DEPUTADO WALMOR DE ^{LUCA} - Para esclarecer, apenas: ^{a existência de} isso não invalida ~~que há~~ uma distorção nessa faixa situada entre 300 e 500 quilômetros, em relação às demais outras?

JOSÉ MARIANO DE CAMARGO ARANHA NETO

O SR ~~DEPUTADO~~ - Pode haver.

O SR DEPUTADO VALMOR DE LUCA - Concorda, então, ^{em} que

haja, talvez, uma distorção nessa faixa?

JOSÉ MARIANO DE CAMARGO ARANHA NETO - Sim, em

O SR ~~DEPUTADO~~ função de correções estabelecidas, como já disse, pelo próprio Conselho, ^{o CNP} que atualizou esse critério, que é ~~um critério~~ técnico e teórico, com percentuais de variação prática, o que resultou em alguns pontos de tendência achatamento. Mas a ~~tendência~~ global é ~~que~~ que as ~~diferenças~~ diferenças de aumento por variação de quilometragem tornam-se menores com o aumento da quilometragem.

O SR DEPUTADO VALMOR DE LUCA - Sr. Presidente, agradeço

^{os} ~~os~~ esclarecimentos que nos trouxeram ^{aos} ~~os~~ Srs. Diretores e membros das companhias que se ~~se~~ fazem representar e a oportunidade que a Presidência ^{me} nos deu para formular essas perguntas, que dou por encerradas.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Sr. Presidente, para que

^{fique} ~~fique~~ registrado, gostaria, mais uma vez, de repisar aquela pergunta feita pelo ~~o~~ ^{Fonseca} Deputado Genervino, ^{sobre} se a ~~SPGÁS~~ ~~VALGÁS~~ ULTRAGÁS, a SPGÁS e a VALGÁS têm personalidade jurídica.

O SR EDSON ~~DEPUTADO~~ QUEIROZ - Têm personalidade ^{jurídica} ~~jurídica~~.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO

Tem personalidade jurídica e pertence a um só grupo. ^{isto} quer dizer que

elas participam da ASSOCIGÁS com três votos?

O SR EDSON QUEIROZ - *Exatamente.*

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO

O SR PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL) - Mas o Sr. Presidente *Obrigado.*

esclareceu que só no caso de fusão...

O SR CASERIO CHESCHIM - Em se tratando de fusão, a

companhia desaparece.

(DEPUTADO)

O SR PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL) - Mas quando é holding

conserva os votos separadamente? Então, está esclarecido.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - ^{Gostaríamos} ^{esta pergunta} ~~quiseramos~~ que ~~ela~~ ficasse

registrada na forma como ^a ~~as~~ formulamos na sessão anterior: ^{se} ~~as~~ companhias

distribuidoras compram a prazo da PETROBRÁS e em que prazo?

(DEPUTADO)

O SR PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL) - Parece-me que ^{a pergunta} já foi

respondida, mas o Sr. Presidente da ASSOCIGÁS tem a palavra.

O SR EDSON QUEIROZ - Trinta dias de prazo.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - ~~Em~~ vend~~er~~ à vista ou a prazo?

O SR EDSON QUEIROZ - Em trinta dias.

(DEPUTADO)

O SR PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL) - Já foi respondida. É

à vista, com a percentagem ~~de~~ ^{de} mínimo 5% em algumas grandes companhias,

se não me falha a memória. Não é isto?

O SR EDSON QUEIROZ - As companhias vendem à vista, com

~~uma~~ ^{Com percentagem} exceção de uma. ~~Menos~~ de 10%, a prazo.

(DEPUTADO)

O SR PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL) - Já foi respondida,

então, Deputado José Machado.

O SR EDSON QUEIROZ - ~~tem~~ ^{Também} Há o estoque, que normalmente deveria ser da PETROBRÁS. O capital de giro é da PETROBRÁS; está lá no mas não é embleado imediatamente, porque tanque, Leva-se quando se recebe o gás, não se vende no mesmo dia. Passam 15, para vender. fica 20 dias. Em algumas companhias 25 dias em estoque.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Já que S.Sa. ~~ele~~ respondeu, Sr. Presidente, a essa pergunta, formulo outra: essa venda é feita no prazo de 30 dias? com o Compra-se da PETROBRÁS no prazo de 30 dias e se vende no curso de 30 dias?

O SR EDSON QUEIROZ - Antes do curso de 30 dias.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Muito obrigado.

O SR EDSON QUEIROZ - Estou querendo facilitar a V. Exa.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Para o meu raciocínio, gostei da sua informação.

O SR EDSON QUEIROZ - Para V. Exa. raciocinar melhor, o gás que há nos tanques, com pequeníssimas exceções, é sempre da PETROBRÁS. A companhia entra com custoso equipamento para armazenamento. No Norte ~~tem~~ há vezes em que pagamos, antes de vender, alguma parcela de gás, porque lá o armazenamento é maior.

O SR RENATO FERRARI - Se V. Exa. permite, há alguns esclarecimentos complementares que pediria ao Sr. Caserio Cheschim para prestar.

(DEPUTADO) Estamos
O SR PRESIDENTE (LISÁNEAS MACIEL) - ~~Estou~~ com o tempo limitado, mas vamos aproveitar a oportunidade. Concedo a palavra ao Sr. Caserio Cheschim.

O SR CASERIO CHESCHIM - Apenas um esclarecimento. Quando se fala em ~~imobilização~~ ^{quer dizer} de estoque, ~~significa~~ o estoque de gás que há nos tanques e nos botijões eventualmente em movimento. Esta é uma ~~imobilização~~ ^{de estoque} das empresas. Em outras palavras, aquele gás já foi pago no ato da entrega ^{pela} PETROBRÁS.

(JOSÉ MACHADO)
O SR DEPUTADO - Pelo que entendi, já foi pago pelas distribuidoras.

O SR RENATO FERRARI - Esse gás foi entregue pela PETROBRÁS às companhias e o faturamento decorrente é feito ^{dai} a 30 dias, com ~~todo~~ todo o estoque que há nos tanques, ^{mas o} e que está nos botijões, é das empresas.

(DEPUTADO)
O SR PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL) - Há um ponto sobre o qual se perguntou na última reunião ao representante do CNP. Isto foi mencionado em passant, se não me falha a memória, pelo Sr. Presidente do sindicato, ^{mas} talvez os senhores possam esclarecer. ~~Houve~~ Houve ^{conseqüentemente,} um pedido acima dos gastos normais das companhias e, ~~houve~~ necessidade

99999

de interferência junto à PETROBRÁS a fim de ~~aver~~ ^{que houvesse} elasticidade para que aqueles pedidos fossem reformulados. Gostaria que os senhores prestassem informações a respeito.

O SR CASERIO CHESCHIM ~~Sr. Presidente,~~ Sr. Presidente,

acho que esclareci este ponto quando respondi ^a uma pergunta anterior.

(DEPUTADO)

O SR PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL) - Exato. Mas não

esclareceu, com muitos detalhes, ~~em~~ ^{giraram} quanto a flexibilidade ~~e~~ o percentual dos pedidos.

O SR CASERIO CHESCHIM ^{conviria esclarecer o seguinte:} ~~Sr. Presidente,~~ coincidiu, como disse,

antes, ~~em~~ a introdução de uma nova sistemática, com ~~uma~~ certa recessão no consumo. Evidentemente, isto causou um pedido, das próprias

empresas, de reconsiderar ^{as daquelas} ~~as~~ previsões para os ~~próximos~~

seis meses, ^{seguintes,} deduzidas das proporções de cada companhia, que resultava ^{em}

^{mais} ~~em~~ no final do período, Há uma mecânica, um tanto complexa, mediante

a qual a PETROBRÁS concorda ^{em} que ~~o~~ o pedido de ~~uma~~ seis meses seja

^{reajustado apenas} ~~ajustado~~ nos últimos três. Há uma percentagem de permissibilidade

^{reajuste,} de ~~registro~~ em função do mercado, é claro. Ora, nos primeiros

^{meses,} três, ^{de janeiro} quando introduzida a sistemática a partir ^{deste ano} das compa-

nhãs ~~empresas~~ sentiram que ~~o~~ iriam gerar um acúmulo de gás no

estoque da PETROBRÁS. Então, pediram reconsideração ^{desse} e controle de

estoque, ^o ~~o~~ que, mais uma vez, não resultou absolutamente em qualquer

possibilidade de queima ou perda do gás. ^{Houve} ~~uma~~ ^{modificação} puramente do ponto de vista

de reprogramação de estoques.

(DEPUTADO)
O SR PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL) - Uma pergunta dirigida

ao Presidente do Sindicato ou a qualquer um dos Senhores: desde quando

foi adotado/ ^{de a} esse critério ~~da~~ PETROBRÁS ~~estabelecido de longo prazo, mas seja~~

^{dar} um financiamento a curto prazo para as distribuidoras?

O SR CASERIO CHESCHIM Não houve financiamento a

curto prazo.

(DEPUTADO)
O SR PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL) ^{Com o prazo de 30 dias,} desde quando?

O SR CASERIO CHESCHIM - Desde a criação da PETROBRÁS,

este sempre foi o critério.

(DEPUTADO)
O SR PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL) - E o pagamento sempre

foi exigido à vista?

O SR CASERIO CHESCHIM - O pagamento ^{da PETROBRÁS} ao consumidor é à

vista.

(DEPUTADO)
O SR PRESIDENTE (LISÂNEAS MACIEL) - Alguém deseja fazer

alguma consideração final?

O SR RENATO FERRARI - As últimas considerações que ^{mos} desejo fazer é que nos debates travados nesta ilustre Comissão, ^{acreditamos} ~~acreditamos~~

^{ter} ~~se~~ pedido prestar esclarecimentos mais do que suficientes a respeito da

mecânica da distribuição de glp, ^{ob} Não obstante, segundo assinalamos

anteriormente, por se tratar de matéria de alto conteúdo técnico, é bem

provável ^{que alguns Deputados} ~~que alguns Deputados~~ tenham ainda ficado em dúvida sobre alguns

aspectos. Continuo ^{mos} inteiramente às ordens para ^{prestar} esses esclarecimentos,

reiterando mais uma vez o ~~convite~~ convite que formulamos para demonstrar

mos

(de maneira direta, e com a presença dos Srs. Deputados nos próprios

locais de operação, como efetivamente se processa o abastecimento de

gás no País. Agradecemos^{amos} a deferência com que fui honrado pelo Sr.

Presidente, ~~ao~~^{laos} Srs. Deputados pela consideração

recebida. Efetivamente ~~se~~^{se} verificou nesta Casa um debate de alto

nível. ~~acredito~~^{amos} que todos ~~se~~ estamos dando um passo no sentido do

interesse do consumidor, o que significa o interesse nacional.

ooooo

O SR. ÉDSON QUEIROZ - Sr. Presidente, agradeço a todas as atenções recebidas e comunico que meu mandato de Presidente termina amanhã, de forma que, na próxima reunião, não estarei presente.

PRESIDENTE
O SR. *(DEPUTADO LISÂNEAS MACIEL)* - Lamentamos o fato. *Eoi*
um prazer tê-lo conosco.

O SR. ÉDSON QUEIROZ - Não estou sendo demitido. O meu mandato expira normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Escusado será dizer que esta Presidência está profundamente agradecida a todos os presentes. Esclareço que, não obstante, muitas vezes, a energia de alguma pergunta ou sua aspereza aparente, na realidade move-nos o interesse nacional. Não há parti pris em relação a *coisa alguma,* exceto a estes dois aspectos: proteção do interesse nacional e do consumidor. Todas as perguntas são dirigidas neste sentido. Elas não têm caráter *de depoimento* de Comissão Parlamentar de Inquérito - é preciso que se repita - nem tão pouco de investigação de ~~determinada~~ atuação de determinados órgãos. Interessamos apenas a proteção do interesse nacional e do consumidor. Relevem os Srs. de todas as companhias - das pequenas, das grandes e das entidades classistas aqui representadas - a eventual aspereza de alguma pergunta.

Agradeço a todos a sua presença e os convido para a reunião em que receberemos o Presidente do CNP, o qual será interpelado sobre assunto também de interesse dos Srs.

Está encerrada a sessão.

Anexo Z4

Nota Taquigráfica da Reunião nº 51 da Comissão de Minas e Energia da
Câmara dos Deputados, 1975

O SR PRESIDENTE (Deputado ^{Lysâneas Maciel}) ^{Srs.}

Deputados

e demais pessoas presentes, havendo número legal, declaro aberta ~~esta~~ esta sessão, que se destina a examinar o problema da distribuição ^e abastecimento ~~relativo~~ do gás liquefeito de petróleo. Hoje esta Comissão ~~está~~ sente ~~em~~ honrada com a presença do Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, Dr. Laerte Penchel, que fará uma exposição aos Srs. Deputados e também ^{se} pronunciou ~~se~~ a responder quaisquer perguntas que eventualmente ~~se~~ surjam quanto ao problema ora em foco. Em conversa que tivemos com o Dr. Laerte Penchel, há pouco, ~~se~~ ficou ^{evidenciado} estabelecido que havia, por parte dos Srs. Deputados, ~~uma~~ preocupação muito grande ^{relativamente} em relação à proteção à indústria nacional e ~~relativa~~ também à proteção ao distribuidor. O Dr. Laerte está ciente de que serão feitas algumas perguntas neste sentido. Ele se faz acompanhar de ^{sua} ~~uma~~ ilustre assessoria, ~~a~~ ^o pediria ao Dr. Laerte que apresentasse seus componentes, por gentileza.

O SR LAERTE PENCHEL - Eu trouxe ~~para~~ para assessorar-me, o Gal. ^{Fernando} Belchior ~~(X)~~ de Oliveira, Diretor da nossa Divisão de Abastecimento e Estoque; o Dr. ^{Wilton} Fantinatti ~~(B)~~, Di-

retor da Divisão de Preços e Auditoria; o Dr. Marcelo, que é o atual Diretor da Divisão de Fiscalização, Estatística e de Registros.

O SR PRESIDENTE (Deputado ~~Lys~~ ^{Lys} sâneas Maciel) - Antes ~~de~~ ^{de} o Sr. Presidente do CNP inici~~ou~~ ^{ou} sua palestra, comunico aos Srs. Deputados que tem chegado ~~uma~~ ^{abundante} correspondência ~~de~~ ^{de} diversas partes do País, à Presidência da Comissão de Minas e Energia. São ~~as~~ ^{as} moções ^{de} de Câmaras de Vereadores ^e ^{de} Prefeitos, ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ ^{re} requerimentos de informações a propósito ^{de} das irregularidades no setor ^{da} Câmara Municipal de São Luís, Maranhão (relativa aos botijões de gás problema de entrega ^{de} e de proteção ao consumidor); de Taubaté, São Paulo; ^{da} Câmara Municipal de Poços de Caldas (também relativa aos botijões de gás); ^{da} Prefeitura Municipal de Tatuí, Professor Paulo Ribeiro, ~~Prefeitura Municipal de Itapetininga~~ ^{sobre} (também ^{de} irregularidades nos preços); ^{da} Prefeitura Municipal de ~~Itapetininga~~ Itapetininga, São Paulo e ~~XXXXXXXXXXXX~~ também ~~de~~ ^{de} correspondência de particulares relatando a ^{inquietação} ~~preocupação~~ com este ^{assunto} ~~problema~~ em âmbito nacional. Tenho agora a honra de passar a palavra ao Dr. Laerte Penchel, que fará uma exposição preliminar e ^a ~~usará~~ ^{usará}, sem qualquer

formalidade, pelo tempo que quiser, da maneira que quiser, para esclarecer este problema que preocupa ^{sobremaneira} ~~fundamentalmente~~ o País.

O SR LAERTE PENCHEL - ~~Coordenador~~ Exmo. Sr.

~~Presidente~~ ^{Srs. Deputados, (Sr. S.)} Presidente, membros da Comissão de Minas e Energia,

~~de~~ Srs. Assessores, demais ~~personalidades~~ perso-

nalidades presentes, Convocado pelo Ofício SGM-111, assinado

^{Sr. Primeiro} pelo Secretário da Câmara dos Deputados, a fim de prestar es-

clarecimentos sobre a distribuição de gás liquefeito de petróleo,

(critérios para ^{fixação} de preços; problemática das cotas; concorrência existente no setor; distorções na aplicação das normas legais e conturbações na área específica) aqui comparecemos com o

maior prazer, na condição de Presidente do CNP, e tentaremos,

através de exposição que em seguida leremos, bem cumprir a missão que honrosamente nos foi confiada. Pediria licença ~~ao~~ ao

nobre Deputado ^{Lysâneas} Maciel para fazer apenas uma digressão.

~~Quanto~~ Toda a norma de conduta, a linha de ação

do Conselho Nacional de Petróleo decorre, naturalmente, de legislação específica

leis, decretos-leis, decretos e também ~~as~~

~~as~~ Resoluções internas do órgão, ~~que são~~

baixadas pelo seu plenário, ~~que~~ que é composto de ~~representantes~~ representan

tes do Ministério do Exército, ~~do Ministério~~ do Ministério da Aeronáutica, ~~do Ministério~~ do Ministério da Marinha, ~~do~~ do Ministério da Agricultura, do Ministério da Indústria e do Comércio, do Ministério dos Transportes, do Ministério da Fazenda, da Confederação Nacional das Indústrias e da Confederação das Classes Comerciais. Portanto, quando dizemos "resolução do CNP", praticamente dizemos "resolução da Nação brasileira". Através dessa legislação bastante específica e ~~destacada~~

numerosa, tem sido ^{conduzida} ~~produzida~~ a ação do Conselho Nacional do Petróleo, ^{que se faz refletir neste} ~~o sistema de abastecimento~~ [País, imenso] no

seu sistema de abastecimento, ~~o~~ ^{apesa} apesar de algumas falhas de que temos notícia, funciona ~~de~~ excelentemente, seja nos rincões da Amazônia, nas margens do Chuí, ^{na} no Planalto Central, na costa ou na fronteira Oeste. O abastecimento nacional de petróleo é excelente; não temos notícia de falhas graves no setor.

Naturalmente, ^(ocorrem) pequenas irregularidades que o CNP procura apurar imediatamente ^{a fim de} ~~enquadrar~~ enquadrar as firmas na legislação específica, ~~punindo-as~~ ^{ou apenas} punindo-as, ~~advertindo-as~~ advertindo-as. Quando re-

cebemos ~~estas~~ denúncias, imediatamente as verificamos. Esta é uma digressão preliminar que fazemos, apenas para ~~informar~~ ^{instruir}

aos nobres Deputados como é ~~estada~~ a constituição do Conselho Nacional do Petróleo. Passaria ^{primeiramente} ~~em seguida~~ a comentar a política de preços do Conselho Nacional do Petróleo. A política de preços para os derivados de petróleo ^{consumidos} ~~produzidos~~ no País encontra regência nos seguintes diplomas legais: Decreto-lei nº 538, de 1938, regulamentado pelo Decreto nº 4.071, de 1939; Lei nº 2.004, de 1953; Decreto nº 40.845, de 1957; Lei nº 4.452, de 1964; Decreto-lei nº 61, de 1966. O art. 10, alínea ^C do Decreto-lei nº 538, de 1938, atribui ao Conselho Nacional do Petróleo, do Ministério das Minas e Energia, a incumbência de: ^{e)} alínea ^{e)} - estabelecer, sempre que julgar conveniente, ^{da} defesa dos interesses da economia nacional e cercando a indústria de refinação do petróleo de garantias capazes de assegurar-lhe êxito, os limites máximo e mínimo dos preços de venda dos produtos refinados ^{em} importados ^{em} estado final ou elaborados no País ^{em} tendo em vista, tanto quanto possível, a sua uniformização em todo o território da República. Preços máximo e mínimo ^{em} Os preços de venda estabelecidos pelo CNP são ^{e, por isso,} ~~fixos~~ ~~os preços~~ não podem ser alterados, direta ou indiretamente, de qualquer modo que seja. ~~Uniformes~~ Uniform-

mização de preços Sob a égide dos sistemas dilatórios (2) de custos, definidos no art. 13, item ^{II} ~~II~~ da Lei nº 4.452, tornou-se possível a plena uniformização dos preços ^(de venda) dos produtos de maior consumo em todas as áreas do território nacional, abastecidas pelas vias marítimas, de cabotagem, fluviais e lacustres. Na Lagoa dos Patos (RS), ao longo da costa marítima e também na Bacia Amazônica, os preços de venda ao ~~consumidor~~ consumidor são uniformes, isto é, são iguais. Presentemente, inicia-se a uniformização de preços nas áreas abastecidas pelas vias ferroviárias. Preço de venda ^{u2} art. 13 da Lei 4.452, de 1964, determina que os preços de venda ao consumidor devem expressar o somatório dos custos das seguintes ^{atividades:} ~~atividades~~ refinação ~~do~~ do petróleo, distribuição, revenda e transporte dos derivados. Aos citados custos soma-se, ainda, o valor do tributo que onera o consumo do produto. Custo da refinação A formação do preço da venda da refinaria ~~encontrará~~

~~os custos das seguintes atividades: refinação do petróleo, distribuição, revenda e transporte dos derivados. Aos citados custos soma-se ainda o valor do tributo que onera o consumo do produto. O custo de refinação. A formação do preço de venda da refinaria,~~

encontra definição no artigo 29, do Decreto Lei nº 61, de 1966.

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ O correspondente valor, também fixado no

citado artigo 29, expressa o custo de processamento do petróleo

e a remuneração capaz de assegurar o êxito econômico do parque

refinador nacional. O custo de ^{distribuição} produção A estruturação dos de-

nominados encargos de distribuição, objetiva proporcionar, em

termos médios, ^{ao} conjunto das empresas distribuidoras que operam

no País e em relação a cada produto ^o Cobertura dos custos de

distribuição dos produtos tabelados, aprovados nos balanços so-

ciais das principais empresas distribuidoras; ~~A~~ remuneração do

capital próprio, ^{ou} ~~o~~ patrimônio líquido necessário à distribuição

dos produtos tabelados. No caso, a política de preços é ~~A~~ ressar-

citiva de custos e remunerativa da atividade. Os custo efetiva-

mente dispendidos no exercício social, considerados necessários à

distribuição dos produtos tabelados, são ~~ressarcidos~~ ressarcidos

no exercício seguinte, mediante as estruturas dos ~~preços~~

preços estabelecidos ^{pelo} ~~no~~ Conselho Nacional de Petróleo. A remuneração da atividade é proporcional ao capital próprio que, no exercício social anterior, foi efetivamente aplicado nos serviços de distribuição dos produtos tabelados. o custo da revenda.

As ^{parcelas} ~~tabelas~~ expressivas dos encargos de revenda resultaram de inquérito contábil-econômico de âmbito nacional, realizado pelo CNP. Seus valores são atualizados periodicamente, sob a égide de critérios específicos para a atividade. o custo de transporte.

A transferência dos derivados de petróleo tabelados, destinados ao mercado de consumo nacional, é feita a granel pelos seguintes e principais meios de transporte: oleodutos, navios, vagões ferroviários e caminhões-tanque. Os custos das transferências por oleodutos são estabelecidos pelo CNP, que, para o efeito, detém ~~a~~ ^a atribuição a ele conferida pelo Decreto nº 40.845, de 1957. Nas transferências marítimas de cabotagem, fluviais e lacustres, os fretes são estabelecidos pela Superintendência Nacional de ~~de~~ Marinha Mercante, do Ministério dos Transportes. Os fretes para ^{as} transferências em vagões-tanque, são fixados pelas empresas ferroviárias. Nas transferências a granel pelas vias rodoviárias, o mercado de fretes é concorrente. Os custos dispendidos pelas emp

presas distribuidoras encontram ^y cobertura nas parcelas de va-
 lor mediano constantes das estruturas dos ~~preços~~ ^(de venda) preços dos de-
 rivados. Para ^a determinação do citado valor mediano, o CNP adota
 critérios específicos, que visam ^a espelhar a tendência daquele
 mercado de ~~frete~~ Localidades tabeladas. Os preços de venda es-
 tabelecidos pelo CNP vigoram nos municípios constantes das tabelas
 regularmente publicadas no "Diário Oficial". ~~Seus~~ ^{Seus} valores
 devem ser assim entendidos pelo consumidor-adquirente: gasolinas
automotivas, óleo diesel e querosene iluminante; ~~os~~ preços são
 considerados no estabelecimento do revendedor; ~~o~~ querosene de
aviação; ~~o~~ preço posto no tanque da aeronave, no aeroporto in-
 dicado na tabela; ~~os~~ óleos combustíveis; preços no depósito das
 companhias distribuidoras; asfalto; ~~preços nos municípios~~
~~estabelecidos~~ ^(produtores) das fábricas; gás natural; preço no ponto de entrega
 pré-fixado; propano e solventes alifáticos; preços de venda dos
 produtos entregues no estabelecimento do consumidor; gás liquefei-
to de petróleo; preço de venda do produto envasilhado, entregue
 no domicílio do consumidor. Localidades não tabeladas. Para as
 localidades não constantes das tabelas publicadas no "Diário
 Oficial", os preços de venda serão os das respectivas bases de

abastecimento, acrescidos do custo do transporte destas bases para aquelas localidades não tabeladas. A não observância dessa norma sujeita os infratores às penalidades previstas em lei (Decreto Lei nº 538, de 1938, regulamentado pelo Decreto ^{4º} 4.071, de 1939). Gás liquefeito de petróleo. A distribuição de GLP exige instalações e equipamentos diferentes dos necessários às dos demais combustíveis. Daí as seguintes normas específicas para o GLP, baixadas pelo CNP: Resolução nº 1/61; Dispõe sobre a distribuição de GLP a granel ou envasilhado; Resolução nº 1/63; Regulamenta a apuração das quantidades de GLP armazenadas ^{pelos} ~~os~~ distribuidores; Resolução nº 9/63; Cria o sistema de tancagem reguladora dos estoques de GLP; Resolução nº 1/69; Dispõe sobre estoque e capacidade de armazenamento de GLP no País; Resolução nº 6/66; Dita normas sobre ^a ~~o~~ programa de abastecimento de GLP; Resolução nº 3/70; Autoriza, em casos especiais, depósito comum para GLP envasilhado; Resolução ^{nº} 11/71; Fixa normas sobre perdas de GLP nas transferências por cabotagem; Resolução 12/71; Estabelece normas para ^a ~~o~~ instalação de depósitos para ^{armazenamento} ~~armazenagem~~ de GLP envasilhado; Resolução nº 8/72; Dispõe sobre o fornecimento de GLP a granel a consumidor individual; Resolução nº 4/74; Dis

põe sobre o uso do GLP para fins ~~de automotivos~~ automotivos;

Resolução nº 3/75, estabelece norma e padrão relativo a recipi-

entes transportáveis de aço carbono, para GLP. Preço de venda de

GLP. A estruturação do preço de venda do GLP obedece a mesma

política que rege a formação dos preços de venda dos demais com-

bustíveis. Sua comercialização, todavia, reveste-se de caracte-

rísticas próprias: transporte do produto a granel e envasilhado;

entrega do produto envasilhado no domicílio do consumidor.

Transporte do GLP. O transporte do GLP a granel é feito da base

da refinaria ou do porto de importação para os parques de arma-

zenamento e engarrafamento da distribuidora, e entre estes. O

transporte do produto envasilhado é feito do parque de armaze-

namento e engarrafamento da distribuidora para os depósitos de

envasilhados e destes para o domicílio do consumidor. As parce-

las componentes dos preços de venda do GLP, ressarcitivas do

custo daqueles transportes, ^{tem os} e seus valores medianos determinados

pelo CNP, quando feitas pelas vias rodoviárias. A diferença para

maior ou para menor são corrigidas no exercício social seguinte,

mediante análise dos balanços das principais empresas. A interio-

rização dos parques de armazenamento de GLP, além de garantir a

normalidade do abastecimento, reduz o custo do transporte, reduz, portanto, o preço de venda do produto para o consumidor. Exemplificando: Para uma distância de 300 ^{quilômetros} ~~km~~ ida e volta, por via rodoviária, o índice 100 conferido para o transporte de GLP envasilhado se reduz para 65, quando o produto é transportado a granel. Essa redução explica o fato de existir localidades com o preço de venda menor que o de outra, embora situadas a igual distância das respectivas bases de abastecimento.

~~das respectivas bases de abastecimento~~ entrega domiciliar


preço de venda do GLP ^{ve'} estruturado para o produto ~~em~~ envasilhado, entregue na ~~em~~ domicílio do consumidor. Em consequência, a partir da escolha do consumidor, a distribuidora assume perante este a responsabilidade de mantê-lo permanentemente abastecido, nas condições ditadas pelas normas vigentes e aos preços de venda estabelecidos pelo CNP. Ao consumidor perdurará o direito de eleger outra distribuidora, quando assim desejar, observadas, naturalmente, as normas que regulam o assunto.

INVESTIMENTOS DO DISTRIBUIDOR

O número de consumidores vinculados à distribuição constitui ~~a~~ base para o dimensionamento dos investimentos ^{desta} ~~desta~~ em transporte, ~~em~~ armazenamento, ^e ~~em~~ engarrafamento, quotas de produto, serviços e responsabilidades. ^o racional aproveitamento desses investimentos para o fornecimento ~~mais~~ mais econômico do produto torna proibitivo o aliciamento de consumidores vinculados a outras distribuidoras e o enchimento de vasilhames com ~~na~~ a marca das congêneres.

LOCALIDADES TABELADAS

O número de municípios brasileiros com preços de venda

estabelecidos pelo CNP ascende hoje a 133, que, no seu conjunto, ~~absorvem~~ ^{absorvem} cerca de 80% do consumo doméstico de GLP. Os demais municípios, detentores dos restantes 20% do consumo nacional, ~~não~~ têm preços de venda formados de acordo com as normas vigentes: preço da base ^{acrescido do} ~~mais~~ frete. 

QUOTAS DE GLP PARA DISTRIBUIÇÃO.

As quotas de GLP para distribuição são fixadas pelo CNP, que, para o efeito, leva em conta inclusive a previsão que o distribuidor deve ^e apresentar, discriminando-a sempre por ~~atividade~~ ~~atividade~~ categoria de consumo: doméstico, industrial, comercial, portátil, ~~empilhadeira~~ empilhadeira, experiências ou uso próprio.

~~Maxima~~ No tocante às quotas para consumo doméstico, os correspondentes serviços de entrega domiciliar devem observar sempre a efetiva rede de consumidores de cada distribuidora, uma vez que esta não pode e não deve comercializar o produto acondicionado em vasilhames de propriedade de congêneres.

VASILHAMES PARA GLP

O consumidor doméstico ~~o~~ mantém, normalmente, em sua residência, dois recipientes de GLP, ambos de sua propriedade, mas com a marca da distribuidora que o abastece. Para ^a realização desse abastecimento, a distribuidora ~~está~~ ~~está~~ obrigada a

^{manter,}
 de sua propriedade, o denominado botijão de rodízio que, numa
 operação de entrega domiciliar racionalmente programada, está
 em permanente trânsito do depósito de ~~XXXXXX~~ envasilha-
 dos para o ~~XXXX~~ domicílio do consumidor e vice-versa. A carac-
 terização da propriedade reside na marca ^(comercial) estampada no ~~XXXX~~ cor-
 po do recipiente; Em consequência, a distribuidora não pode
 aliciar consumidores vinculados a outra, porque não pode pro-
 cessar o enchimento de vasilhame que não seja da sua proprie-
 dade; Não pode manter em seus depósitos, estações de engarra-
 famento ~~XXXX~~ quaisquer outras dependências, inclusive em veí-
 culos a seu serviço, botijões sem marca ou com marca de congê-
 nes. ¶

Passaria agora ao tópico ^{relativo à} ~~da~~ fiscalização ^{ainda}, atenden-
 do ao ofício dos nobres Deputados.

FISCALIZAÇÃO DO CNP

A fiscalização exercida pelo Conselho abrange dois
 aspectos : o interno, através das informações que as permissio-
 nárias ~~estão~~ são obrigadas a remeter ao órgão controlador, e outro,
~~o~~ externo, mediante ^o verificação in loco de documentos, produtos ^e
 serviços. ^{último} Sobre este aspecto, temos a informar que são observados

~~XXXXXX~~

os ~~seus~~ procedimentos adiante comentados.

O CNP vinha realizando a fiscalização externa, utilizando-se do pessoal nele lotado. Em face da Reforma Administrativa, instituída pelo ^{Decreto-lei} ~~Decreto~~ nº 200, de 1967, que preconizava a descentralização administrativa, bem como a expansão ^(acelerada) do universo a ser vistoriado, resolveu delegar competência a outros órgãos da administração, com o propósito de suplementar o seu desempenho fiscalizador, para o fim de ampliar a efetiva verificação da regularidade do abastecimento. Para o fim ~~estabelecido~~

colimado, firmou, a partir de 1969, os seguintes convênios :

- a) com o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo, com jurisdição no mesmo Estado ;
- b) com o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais, este também com jurisdição no referido Estado de Minas;
- c) e, afinal, com o Instituto Nacional de Pesos e Medidas, do Ministério da Indústria e Comércio, para fiscalização em todo ^pterritório nacional. O último convênio, que está sendo implantado por ~~suas~~ etapas, já abrange todo o novo Estado do Rio de Janeiro e o controle de estoque em cerca de 11 Estados. Por isso, a fiscalização delegada ^{ja'} ~~hoje~~ atinge a 14 Estados da Federação. Não obstante ser satisfatório o resultado obtido pela atividade delegada, o Conselho realiza diretamente

te fiscalização na jurisdição dos Institutos, não apenas para efetivar sua supervisão ~~do~~ cumprimento das atribuições ~~outorgadas~~ outorgadas, mas também para verificar, examinar e resolver questões de maior envergadura surgidas em áreas e/ou atividades das permissionárias. O Conselho realiza ^{ainda} fiscalização externa aleatória ~~em todas as partes~~, em qualquer parte do País, visando a atingir as áreas e/ou atividades do abastecimento, orientando-se também por tendências de comportamento ^{observadas} ~~apresentadas~~ nas regiões e/ou atividades onde já se implantou a verificação delegada, bem como por informações decorrentes da fiscalização interna e, esporadicamente, em função de denúncias de ~~consumidores~~ consumidores, quando ocorrerem.

No que respeita ao desempenho da fiscalização em geral, ela é exercida com a possível presteza e o indispensável rigor, sempre que for necessário coibir irregularidades, em defesa da lei e em proteção ao consumidor, segundo autoriza o art.14 do Dec-lei nº 539, de 1939.

FISCALIZAÇÃO DE GLP

A fiscalização da distribuição e comércio de GLP tem por objetivo a verificação da observância da Resolução nº 1/61

Por isso, o Conselho determinou estudos para verificar as causas de ~~uma~~ sobrevivência dessas atividades. A conclusão deste ~~trabalho~~ trabalho sugere dar maior elasticidade à comercialização pela instalação de postos de venda de GLP.

~~a comercialização pela instalação de postes de venda de GLP~~ nas áreas cujas peculiaridades tornam difícil a entrega a domicílio, proporcionando, por isso, o surgimento dos vendedores clandestinos.

O ajuste prévio. A Resolução nº 1/61 dispõe, no parágrafo único do art. 34, o seguinte:

"Para efeito do disposto neste artigo, a simples existência de vasilhame sem marca, ou com outra marca que não a própria, nos depósitos, terminais, veículos ou qualquer dependência utilizada por determinada distribuidora, seus representantes ou prepostos, assim como em domicílio do consumidor, vinculado à distribuidora diversa, configurará infração do disposto no art. 31, salvo se o fato decorrer de prévio ajuste entre as distribuidoras interessadas."

O ^{objetivo} ~~objeto~~ da norma supratranscrita foi impedir, além da disposição contida no art. 33 da Resolução citada, o aliciamento de consumidores de cujo exercício resultam parte dos botijões de outra marca, que vão aparecer nos representantes, depósitos e terminais das distribuidoras. Cabe esclarecer, entretanto, que há várias formas de ^{lícitas} ~~licitação~~, pelas quais botijões de outras marcas podem ser encontrados nas instalações de uma distribuidora:

a) pela transferência de consumidores de determinada localidade de uma para outra distribuidora; b) pela escolha voluntária que

faz o consumidor do serviço de outra distribuidora; c) pela mudança de residência do consumidor para localidade onde não exista atendimento da distribuidora que o abastecia. Quanto ao item a, é comum, por questões peculiares a localidades interioranas, que as distribuidoras troquem de praça, mediante autorização do Conselho, quando a preferência do consumidor por certa marca torne antieconômica a permanência naquele mercado. Quanto ao item b, vale dizer que, sempre que desejar, pode o consumidor eleger outra distribuidora que opere no local da sua residência. Quanto ao item c, ele ocorre em função das migrações internas. As causas lícitas antes citadas podem, segundo ressalva constante do texto da norma transcrita, ser objeto de ajuste entre distribuidoras para destrocagem de botijões delas oriundos. A fiscalização ocorrida em março do corrente ano. A fiscalização ocorrida nos primeiros dias de março do corrente ano resultou de um conjunto de informações chegadas ao nosso conhecimento. O Instituto de ~~Pesos e Medidas~~ ^{de} São Paulo informou à Divisão de Fiscalização do CNP que observara certa quantidade de vasilhames de outras marcas nos terminais das empresas distribuidoras. A fiscalização delegada havia também apreendido botijões de outras marcas em poder de um representante de distribuidora, enchidos e selados por essa distribuidora. Por ou-

tro lado, a ~~Associação~~ ASSOCIGÁS, em requerimento dirigido ao Conselho, segundo determina o art. 34 da Resolução 1/61, do CNP, solicitava a fiscalização na área de São Paulo, especialmente com referência a algumas distribuidoras que, segundo ela, vinham efetuando o enchimento de outras marcas. Uma das distribuidoras mencionadas, ^{a ONOGÁS,} já havia sido autuada pelo Conselho em 28/2/73 e multada em 23/4/74, em virtude de haver sido constatado, em seu terminal, o enchimento de botijões de outras marcas. Em razão destes fatos, o Conselho efetuou, com o sigilo que o assunto requeria, fiscalização, que teve início em Paulínea, contando com a colaboração do Instituto de Pesos e Medidas de São Paulo, estendendo-se posteriormente a Duque de Caxias, Goiânia, Anápolis, Canoas, Rio Grande do Sul, Contagem, ~~e~~ Belo Horizonte, Uberlândia, Uberaba e outras localidades. Em Caxias, com a colaboração do Instituto Nacional de Pesos e Medidas ^{e, no} ^(com a colaboração do IPEM-MG) do Estado de Minas Gerais, e, com a colaboração do Instituto Nacional de Pesos e Medidas, foi constatado que todas as distribuidoras das regiões fiscalizadas possuíam botijões de outras marcas. Em Paulínea, foi verificado que a ~~Associação~~ ^{OCRAGÁS,} em número reduzido, e a ONOGÁS, em grande quantidade, efetuavam enchimento de botijões de outras marcas. A fiscalização efetuou o levantamento de todos os botijões irregulares existentes nos termi-

naís de todas as distribuidoras e determinou que cessasse^{no} o enchimento de botijões de outras marcas. Com o decorrer dos dias, todavia, a ONOGÁS viu-se na contingência de cessar o enchimento de botijões de sua própria marca, uma vez que não possuía os de sua propriedade e sim os de marca alheia. Em consequência, pediu ao Conselho que encontrasse uma solução para que os botijões que ela declarava ter adquirido e que igualmente declarava se encontravam em poder de outras distribuidoras chegassem ao seu terminal, para que pudesse prosseguir no exercício normal de suas atividades. Como não houvesse, à época, levantamento relativo à quantidade de botijões que cada distribuidora houvera adquirido, no decurso do período de sua atividade, e como urgia também dar solução ao requerido pela ONOGÁS, o CNP convocou todas as distribuidoras para que cada uma adotasse as providências indispensáveis, a fim de que, num período de 90 dias, estivessem com a respectiva situação regularizada. A medida teve como fulcro evitar danos maiores para o abastecimento, especialmente a retirada de circulação de cerca de 100 mil botijões de outras marcas, encontrados, à época, nos terminais fiscalizados;

a redução significativa da atividade da COPAGÁS;

a redução drástica da atividade da ONOGÁS e até possível interdi-

ção dos seus terminais de enchimento, o que poderia levar a empresa à paralisação parcial das suas atividades; a retenção de botijões das empresas não signatárias do ajuste prévio; e dificuldades maiores para ^{a PRUDENTINA,} Prudentina, que detém apenas 0,1% do mercado. Da discussão do assunto entre todas as distribuidoras, em mesa-redonda, presidida pelo CNP, surgiu a ata-compromisso, da qual V. Exas. já têm conhecimento. O referido instrumento teve como objetivo imediato permitir que os botijões existentes em poder de outras distribuidoras chegassem àquela cuja marca neles estava estampada. O segundo objetivo era minimizar o enchimento de botijões de outras marcas por parte da COFAGÁS e da ONOGÁS, sem que esta medida de exceção fosse estendida às demais distribuidoras, obtendo-se o resultado almejado pelo retorno dos botijões da ONOGÁS e da COFAGÁS. As cotas de GLP para o período ~~de~~ até 30/6/74 foram acordadas com plena e integral concordância das empresas interessadas, que assim foram atendidas nas suas pretensões, pois permitiu-se que continuassem desempenhando suas atividades durante o período de regularização, sem que tivessem os prejuízos que por certo adviriam, se ~~cessasse~~ ^{cessasse} imediatamente ~~cessasse~~ a operação de enchimento de botijões de outras marcas.

Nobre Deputado Lysâneas Maciel, Srs. Deputados, esta é

a exposição que apresentei à Comissão. Penso que atendeu, pelo me-
nos em parte, as indagações que nos foram formuladas ^{através de} ~~o~~ ofício.

PRESIDENTE)
O SR. DEPUTADO (Deputado Maíel) - ~~_____~~

Agradecemos ao ilustre convidado a exposição. ~~Esta~~ Conforme con-
versa em nosso escritório, por um lapso, deixou de chegar ao conhe-
cimento de V. Sa. uma preocupação dos Srs. Deputados relativa ao
problema do cálcio, do potássio, em Sergipe. E, como os jornais
estão ~~publicando~~

~~pois os jornais estão~~ dando notícias alvissareiras a respeito do assunto, ~~pergunto se V. Sa.~~ ^a ~~perguntando~~ ^{se dispõe} a dar uma informação ligeira, sem caráter de profundidade, sobre a matéria, antes que ~~ela~~ ^a discutamos, apenas "en passant", ~~ela~~

D SR. LAERTE PENCHEL - ~~em~~ terei condições, nobre

Deputado Lisâneas Maciel, de dar uma informação muito ligeira, ~~per~~ porque desde aquela época ~~que se foi a dar~~ ^{da} interferência do Conselho Nacional do Petróleo no assunto, ~~o assunto~~ ^{este} ~~saíu~~ ^{para} da área do CNP. Após a concessão dada pelo ~~CNP~~ ^{para} CPRM, exploração dos evaporitos de Sergipe, verificou-se ~~da~~ possibilidade de ~~uma~~ ^{sua} contaminação ~~entre as jazidas de evaporitos e as~~ ^{pelas} jazidas de petróleo. O Conselho, então, recomendou que ~~cessasse~~ cessasse o andamento da composição do grupo ^e sua linha de ação, até que se equacionasse bem esse detalhe. Daí para a frente, o assunto passou à órbita maior do Governo, e, pelo que sei, chegou-se agora a ~~uma conclusão~~ ^{idéia} de composição acionária entre os órgãos da PETROBRÁS e o grupo LUME. Tenho a impressão que proximamente estará resolvido. ~~esse assunto~~ ^{recebi} Infelizmente não ~~tenho~~ notícias de mais profundidade no âmbito do CNP. ~~ganha a concessão~~ ^{Penso} que o Governo procura resguardar as jazidas, tanto ^{as} de petróleo, como as

de evaporitos, ^{de} no maior interesse nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - ~~que~~
~~as notícias nos jornais~~ as notícias nos jornais têm sido um tanto
contraditórias, e os Deputados de um modo geral têm recebido ~~as~~
~~notícias~~ com bastante agrado, ~~mas~~ ^{as} a interferência do Governo
no setor, resguarda^{ndo} não apenas o monopólio do petróleo, que
poderia indiretamente estar ameaçado, como ~~as providências~~
no setor dos evaporitos. ~~mas~~ Também estamos tendo a notícia
de que ^{vem} ~~a participação acionária está~~ sendo assegurada
~~a~~ ^{acionária} participação maior do Governo. ~~mas~~ Agradecemos a informa-
ção do Sr. Presidente do CNP e vamos abrir agora o debate rela-
tivo ao problema específico para o qual foi convocado, ~~em~~
^{exposto em} ~~objeto de~~ síntese no ofício dirigido ao Sr. Presidente
Laerte ~~de~~ ^{de} Penchel. ~~Ficou inscrito para perguntar e debater~~
~~o Sr. Presidente do CNP, em os três lugares~~

O SR. DEPUTADO ^{DE} CELSO CARVALHO - Sr. Presidente,
pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) ^{- V. Exca.} Tem a
palavra, pela ordem. ~~que~~

O SR. DEPUTADO ^{DE} CELSO CARVALHO - Embora não

sendo membro desta Comissão, mas tomando conhecimento da presença do Sr. Presidente do CNP, como Deputado sergipano, ~~eu~~ gostaria de ouvi-lo sobre o potássio. ~~Minha Exa. fez a pergunta~~ Minha questão de ordem é a seguinte; ~~eu~~ não sendo membro da Comissão, ~~eu~~ eu poderia, mesmo sem ter-me inscrito, ouvir alguma coisa mais do Sr. Presidente do CNP sobre o problema do potássio? ~~Eu~~ Estive com S. ^{Sa} ~~Exa.~~ há dias, ~~quando~~ e ~~eu~~ ele estava ainda com poucas informações a dar. Vejo, pela interpelação de V. Exa, que ele continua ainda sem um acervo maior de informação. Então, eu perguntaria ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, por intermédio de V. Exa, Sr. Presidente, se o Ministro das Minas e Energia não poderia ^{deferir} ~~fazer~~ declarações ^{que aquietassem} ~~maiores para aduiz~~ ~~dos~~ os sergipanos ante esse ^{affair} PETROQUISA e Grupo LUME.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Irsâneas Maciel) - Respondendo à questão de ordem formulada, devo dizer que a participação de V. Exa, mesmo ~~aproximada~~ não sendo membro da Comissão, não ~~há~~ ^{sofre} nenhum impedimento e é ~~de seu direito~~ ^{beuinda} se V. Exa. quiser ~~inscrever-se~~ ^{poderá fazê-lo} para falar, ~~Só~~ que ~~eu~~ vamos obedecer a uma certa ordem, ~~se~~ ~~se~~ ~~acho~~ ~~que~~ na época própria, Deputado Newton Barreto, não haverá

Calvo de Carvalho

nenhum inconveniente de V. Exa. voltar ao assunto. Mas desde já ^{fig sentir} devo dizer que ~~transmita~~ a magnitude dox problema, ao Presidente do CNP.

O SR. DEPUTADO CELSO DE CARVALHO - ^{do Presidente, pela} ~~ordem de~~ ordem

Meu nome é Celso de Carvalho, sou de Sergipe, e a minha pergunta foi rápida porque vi que o assunto iria ser ultrapassado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Mas pode ^{a ele.} se voltar ~~outra vez naturalmente~~ o Sr. Presidente do CNP esclareceu que não está habilitado a responder em grau de profundida-

de, mas nada impede que V. Exa. ^{aborda} ~~abordar~~ talvez alguma outro ^{Sobre o qual} aspecto ^{informar.} ~~que~~ ele esteja habilitado a ~~responder~~ Essa pergunta eu pediria que V. Exa. formulasse na época própria. V. Exa. já está inscrito.

~~SR. DEPUTADO CELSO DE CARVALHO - V. Exa. me desla~~

~~apresenta a seguinte~~

~~SR. PRESIDENTE - O Deputado Lisâneas Maciel não está~~

~~inscrito e se pediria a seguinte~~ Houve inscrições desde 10 horas ^{por isso,}

da manhã, ~~que V. Exa. aguardasse~~ V. Exa. é o 7º inscrito. Na época própria, darei a palavra a V. Exa. Com a palavra o Deputado Adhemar Santillo.

O SR. DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO - Sr. Presidente,

~~temos~~ algumas indagações a fazer ao Dr. Laerte Penchel e gostaria ^{mo} de solicitar da Mesa a informação ^{Sobre} se há ~~possibilidade~~ de Deputado que vai fazer qualquer pergunta ao Presidente do ~~tempo~~ ^{isso.} delimitado para ~~suas participações.~~

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lyssâneas Maciel) - ~~Essa~~

~~reunião~~ não é uma CPI, em primeiro lugar, e não é também uma reunião regular da Comissão. ~~Essa reunião~~ ^P prevista no artigo 61 do Regimento da Câmara dos Deputados, ^{com} o caráter de audiência pública de assuntos ^{legislativos e} de interesse específico da Comissão, ~~de interesse legislativo.~~ ^{legislativos e} Também, porque foi mencionado que há

~~umas distorções de transcrição~~ estas reuniões têm normalmente uma previsão de tempo. Apesar de ~~eu~~ não estar dando ~~o~~ caráter ~~de~~

formal, há uma ^{limitação} ~~previsão~~ de tempo de 10 minutos no máximo para cada Deputado, ~~e naturalmente não~~ Não vamos ser excessivamente

formais na obediência ^a ~~esses prazos, dessas reuniões de audiência~~

~~previsto na Constituição~~ V. Exa. pode prosseguir e, se ^{esse limite,} for o caso, ~~ultrapassar~~ mas pediria a todos os Deputados

que, como ~~temos~~ diversos inscritos, ~~que~~ respeitassem um pouco ^{o direito dos} ~~oportunidade~~ ^{que} outros companheiros, naturalmente gostarão de usar da palavra também.

O SR. DEPUTADO **AGHEMAR SANTILO** - Agradeço, Sr. Presidente. ~~Rebrei recentemente em 2012 a respeito de uma reportagem do~~
~~Laerte Penchel~~ Foi dito ~~que~~ nesta reunião que há ~~uma~~ carência
 podemos assim dizer [✓] de botijões para o atendimento ao consumi-
 dor brasileiro. ^{fez-se} Ao que nos parece, ~~foi feito~~ um estudo sobre o
 botijão. ^{que o} ~~gostaria de saber se esse estudo foi feito pelo~~ Dr. Laerte
 Penchel, desse conhecimento aos Srs. Deputados desse estudo que
 já deve estar em suas mãos e que deve ser posto em prática pe-
 lo ~~Comitê~~ Conselho.

O SR. LAERTE PENCHEL - ~~De~~ De fato, Sr. Deputado,

fizemos um estudo nesse sentido. ^{Quanto aos} ~~os~~ dados, ^{em} ~~o~~ ^{podemos} ~~o~~ Dr. ^{Molinaro (P)} ~~...~~ ^{os tem} ~~que~~ já esteve aqui, ^{seu} ~~o~~ ^{em} ~~o~~ em poder ^{de} ~~o~~ ^{apresentar} ~~o~~ ^{tal} ~~o~~ ^{los}.

~~UMA~~ ~~...~~ Foi feito um qua-
 dro em que se verifica: LIQUIGÁS, HELIOGÁS. Número de consumi-
 dores em dezembro de 1974: ~~4.519.165~~ ^{4.519.165} consumidores.
 Botijões ^{adquiridos} utilizados até dezembro de 1974: ~~11.941.011~~ ^{11.941.011}
~~os~~ botijões. Botijões necessários em função dos consumidores
 que detêm: ~~10.389.479~~ ^{10.389.479}. Portanto, aqui nós temos
 superávit de botijões. Grupo Ultra, gaúcho e paulista: Consumi-

51/

5/7

3.583.377.

dores, dezembro de 74: ~~9.124.253~~ Botijões adqui-
9.124.253.

ridos; ~~8.241.777~~ Botijões necessários aos seus
8.241.777.

consumidores; ~~2.659.482~~ SUPERGRSBRÁS. Consumi-
2.659.482.

dores; ~~6.869.190~~ Botijões adquiridos; ~~6.869.190~~

~~6.116.808~~ Botijões necessários ao exercício da sua função;
6.116.808.

~~1.938.523~~ MINASGÁS. Consumidores; ~~906.467~~
1.938.523

Botijões adquiridos; ~~2.084.874~~ Botijões necessá-
rios ao exercício da sua atividade; ~~2.084.874~~

~~146.000~~
Aqui temos um deficit de ~~146.000~~ botijões pelo nosso quadro, Por

tanto, um deficit de 8% ~~8%~~ PIBIGÁS. Número de seus
888.352.

consumidores; ~~888.352~~ Botijões adquiridos até dezembro de
1974. Ann

até dezembro 2 080 034 botijões; botijões necessários ao exercício das suas atividades, 2 043 209; não há deficit .FUGANTI: ^{Consumidores:} 271 229; ~~consumidores~~; ~~251~~ 2 botijões adquiridos: 643 398; necessários à sua atividade, 623 826. COPAGÁS: 232 417* consumidores; botijões adquiridos, 518 273; necessários, 534 559; deficit de 16286 botijões, ou seja, 3% do total. ONOGÁS: 181 253 consumidores; botijões adquiridos, 226 085; necessários à sua atividade, 416 881; deficit de 190796 botijões, 46% do total. PETROGÁS e GASBEL: 130.875 consumidores, 261 976 botijões adquiridos; botijões necessários à sua atividade, 301 012; deficit de 39 036, 13%; PRUDENTINA : 16.607 consumidores; botijões adquiridos, 36 169; necessários, 38196; deficit de 2 027, 16% do total. Então, temos deficit quanto à MINASGÁS, FUGANTI, ONOGÁS, COPAGÁS, PETROGÁS, GASBEL e PRUDENTINA. Mas não há percentagem nessa parte do total, que não ~~influi~~ influi, a não ser na ONOGÁS , em que a incidência é maior, onde o deficit tem maior expressão.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO

-- ~~SR DEPUTADO~~

Qual o órgão do CNP que realizou esse estudo ?

O SR LAERTE PENCHEL -- O órgão que realizou esse estudo foi a Divisão Nacional de ~~Abastecimento~~ Abastecimento. O General Belchior ^{de Oliveira} que está presente, poderá dar algum esclarecimento.

Fernando

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO - Esse estudo foi realizado pelo General Belchior? ~~de Oliveira~~ *de Oliveira*

O SR LAERTE FENCHEL -- Sim, com os dados que temos.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO -- ~~O Presidente~~ Seria ~~possível~~ possível a participação do General Belchior? ~~de Oliveira~~ *de Oliveira*

O SR PRESIDENTE (Deputado Leisâneas Maciel) -- É evidente.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO -- Gostaria então de saber do General Belchior, ~~de Oliveira~~ *de Oliveira* que é Diretor da Divisão Nacional de Abastecimento, se ~~este~~ este estudo corresponde realmente às necessidades das companhias existentes e que fazem parte do mercado nacional.

O SR ~~General~~ *General* BELCHIOR ~~DE OLIVEIRA -~~ De fato, foi feito um estudo na Divisão de Abastecimento e Estoques. Não o tenho em mãos, de maneira que não posso afirmar se os dados são os mesmos. Só comparando com os que tenho na Divisão de Abastecimento.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO -- General, gostaria de saber se esses dados que foram lidos pelo Presidente ~~de~~ Conselho Nacional do Petróleo fazem parte do ~~estudo~~ estudo feito por V.Exa.

O SR ~~General~~ *General* BELCHIOR ~~DE OLIVEIRA -~~ Como já afirmei, só comparan

do com os dados que tenho na Divisão e que não possuo no momento. Posteriormente poderei informar a V.Exa.

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO - Requeiro à Presidência, então, que ~~esses~~ esses dados sejam ~~solicitados~~ solicitados, para que fa^{am} parte do estudo que ~~ela~~ a Comissão vem fazendo.

O SR PRESIDENTE (Lysâneas Maciel) -- Pois não. ~~Por~~

~~os dados~~ ~~do Sr. Deputado~~ O General informou ~~que~~ não pode assegurar ^{se} que os dados são os mesmos. ~~Por que não há dúvida~~

~~Defiro~~ Defiro o requerimento de V.Exa. para que se verifique se a especificação dos dados aqui apresentados conferem com os que teriam sido recebidos lá. ~~Por que não há dúvida~~

~~isso que o Sr. Deputado~~

O SR DEPUTADO ~~Sim~~

O SR PRESIDENTE (Lysâneas Maciel) ~~De feição~~

O SR DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO -- Sr. Presidente, gostaria ainda de fazer ~~uma~~ outra pergunta ao Dr. Laerte Penchel. É que na Ata da reunião extraordinária da Diretoria Executiva da ASSOCIGÁS, realizada no dia 24 de outubro de 1974, decidiu-se que o SINDIGÁS solicitaria delegação de competência ao Conselho Nacional do Petróleo para exercer a fiscalização e o controle dos recipientes de outras marcas existentes nos depósitos e parques de

engarraamento das companhias. O assunto nos causa preocupação, já que a atribuição ^é indelegável, nos termos propostos. Entidade de direito público só pode ^{de} delegar atribuições a entidade de igual ^{porte e} competência, nunca a entidade de direito privado. Sendo assim, gostaria de saber se o Conselho já foi ouvido sobre o assunto, e se considera a proposta e se, ao tomar conhecimento ^{dela,} pretende delegar essa competência.

O SR. LAERTE PENCHEL — De fato, houve a idéia, mas não foi apresentada oficialmente ao Conselho pelo ^{próprio} Sindicato. Já estamos examinando e pretendemos fazer esse convênio com o Instituto Nacional de Pesos e Medidas, que é também um órgão oficial, de acordo com a descentralização que pretendemos. Mas será feito com o Instituto Nacional de Pesos e Medidas, não com o Sindicato.

O SR. DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO

O SINDIGÁS

-- Não ~~é~~

Verá essa atribuição ?

O SR. LAERTE PENCHEL -- Não .

ADHEMAR SANTILLO

O SR. DEPUTADO — A fixação de cotas para as distribuidoras é atribuição legal do Conselho Nacional do Petróleo, na forma do que estabelece a Resolução nº 04/74. Em reunião ^{realizada} em

2 de abril deste ano, na sede da ASSOCIGÁS, em São Paulo -- e é

bom que se diga, com a participação do Conselho Nacional do Petróleo,

referidos equipamentos, ~~além~~ daqueles citados pelo CNP. Assim, em razão dos números então apurados, não houve modificação ^{das} ~~das~~ cotas ajustadas em ^{17/2/75} março de 1975, ~~em Brasília~~. O quadro ~~em~~ anexo, relativo ao deficit de botijões das diversas distribuidoras, aponta a ONOCÁS como ^{fornecedora,} ~~possuindo~~ em dezembro de 1974, ^a 181 253 ~~em~~ consumidores domésticos de botijões de 13 quilos, dados ~~fornecidos~~ pela referida distribuidora. Para atender a essa clientela, deveria ter adquirido 416 881 botijões. Comparando--se esse número com o dos botijões ^{2/2} adquiridos, nota-se que deixou de fazer ^o ~~o~~ investimento ~~necessário~~ para comprar 190 796 botijões. Em consequência, conclui-se que a ONOCÁS

~~Essa consequência, ~~mas~~ conclui-se que a Onogás possui~~ ^{está com} um defi-

cit de 46% ^{em} relação ao mencionado equipamento. [Com referên-

cia à Copagás, ^{ela} deixou de adquirir, até dezembro de 74, cerca de 16.286 botijões, o que representa um deficit de 3%. A Pru-

dentina deixou de adquirir, no mesmo período, 2.027, o que representa um deficit de 6%. ^{de} Há de se esclarecer que a Copagás

solicitou, posteriormente, ao Conselho Nacional do Petróleo, a dispensa da faculdade de encher botijões de outras marcas, con-

forme consta da ^{A B} ata-compromisso, comprovando como fez a aquisição de botijões novos, ~~xxx~~ regularizando sua atividade mui-

to antes, portanto, do prazo acordado. [Quanto à Onogás e à

Prudentina, não chegaram ao nosso conhecimento as medidas que possam estar tomando para regularizar sua situação dentro

do prazo previsto. O fato ocorreu, então, ^{em} em decorrência do deficit ^{de} botijões, ^{mas} ~~concedido pelo CNP~~ não foi a ASSOCIGAS

que fixou o prazo.

O SR DEPUTADO *Adhemar Santillo* -XXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Embora tenha havido x reunião na qual as companhias chegaram à conclusão de que não deveriam concordar com o aumento, o Conselho - podemos assim dizer -

C.A.

C.A.

C.A.

C.A.

C.A.

C.A.

encampou a decisão das companhias na reunião da ASSOCIGAS.

O SR LAERTE PENCHEL - Na verdade, não houve decisão de ninguém. Foi um acordo feito através do CNP^r portanto, a responsabilidade é toda dele, e não da ASSOCIGAS.

O SR DEPUTADO *Adhemar Santillo* - Agradeço.

Sr. Presidente, na distribuição de gás presume-se que o elemento mais importante ^{seja} o consumidor, e para ele as distribuidoras devem trabalhar para que não lhe falte o gás. Suponhamos que, em ~~xxxxxx~~ determinado momento, ~~uma companhia que faz o abas~~

~~ocorrer~~ ~~em~~ ~~um~~ ~~determinado~~ ~~terminal~~, por uma falha técnica ou por outro problema qualquer, venha a faltar ~~o~~ gás ~~e essa~~ abastece uma companhia, e ela ~~compañia~~ ^{num determinado ~~local~~ terminal que} ~~tenha~~ ^{para} que se deslocar ~~a~~ um ponto ~~xxxxx~~ mais distante.

Automaticamente, isso vai onerar o custo para a companhia distribuidora. Estamos informados de que essa transferência se faz, e as despesas decorrentes dela são ressarcidas pelo Conselho Nacional do Petróleo.

~~Diante desta situação, gostaríamos~~ ^{Então, indagariamos;} ~~de ser~~ ~~informados~~ ~~sobre~~ ~~os~~ ~~seguintes~~ ~~fatos~~ - o Conselho afere e verifica as despesas ocorridas, ou aceita de plano as informações fornecidas pelas distribuidoras?

O SR LAERTE PENCHEL - Afere e verifica. Pediria ao Dr. que continuasse, porque tem grande vivência no assunto, como Diretorx da Divisão de Abastecimento de Precos. Ele pode fornecer mais detalhes ao nobre Deputado.

O SR ~~LAERTE PENCHEL~~ General BELCHIOR DE OLIVEIRA - Realmente, as despesas são aferidas pelo Conselho, controladas nas suas quantidades e no seu valor. Quando o valor excede os limites normais adotados pelo CNP, na estrutura de precos, ~~na seguro de empresas,~~ esse valor anormal, superior, é glosado, não é ressarcido.

* O SR DEPUTADO Adhemar Santillo - Certo. Diante da informação de V.Sa., o Conselho já negou o pagamento dessas despesas a alguma companhia distribuidora? Quais as companhias que não foram reembolsadas? Seria possível dar esta x informação?

O SR LAERTE PENCHEL - Não. Não tenho esta estatística. É atividade ~~uma atividade~~ de outra distribuidora, e naturalmente teríamos que fazer uma revisão em todos os processos. São numerosos e isso demandaria algum tempo.

O SR DEPUTADO Adhemar Santillo - Sr. Pregostaria que informasse qual ~~o Conselho Nacional~~ o Conselho Nacional a tonelagem de gás transferido em razão

da falta do produto ^Y de uma refinaria para o abastecimento de outra área por ela não suprida. Seria possível informar isto agora?

~~O SR. LAERTE PENCHEL - Temos os dados no CNP. Mas não poderíamos informar de nome do pessoal e unidades estatísticas, unidades físicas. Não sei se a General teria interesse.~~

~~O SR. DEPUTADO DE OLIVEIRA - Assim, de memória não sei e absolutamente~~

- O SR. LAERTE PENCHEL - ^{Temos} ~~Eu tenho~~ ^{no CNP,} esses dados. Podemos verificar e encaminhá-los.

* O SR. DEPUTADO ^{Albemar Santillo} ~~Albemar Santillo~~ - ~~querer do~~

~~requerimento:~~ Quais os valores pagos pelo CNP, nos últimos 3 anos, resultantes da transferência de uma refinaria para outro centro de abastecimento / não suprido por ela? ~~O SR. DEPUTADO~~ ~~querer do~~ ~~requerimento:~~ ~~Presidente teria que ter em escudo para responder.~~

O SR. LAERTE PENCHEL - Não tenho os dados no momento. Podemos também verificar.

O SR. DEPUTADO ^{Albemar Santillo} ~~Albemar Santillo~~ - ~~querer do~~ ~~requerimento:~~ Quais as companhias que se utiliza-

E, finalmente,
 ram de tais transferências? De onde para onde? ~~Qual~~ qual
 o valor atribuído a cada companhia beneficiada e seus respecti-
~~vos nomes?~~ nomes? Fram estas, Sr. Presidente, as perguntas que tinha a
 fazer ao Dr. Laerte Penchel, agradecendo suas ~~respostas~~ e me
 dando por satisfeito.

O SR LAERTE PENCHEL - Obrigado.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - ~~6~~

E pediria ao eminente Deputado que formulou os quesitos que os
~~passasse~~ passasse ~~encaminhar~~ para serem encaminhadas
 encaminhar à Mesa, ~~ou então~~ ou então ao Dr. Laerte, para a resposta no
~~tempo~~ tempo ~~tempo~~ tempo apropriado. ~~Estas questões para debater, agora, o~~

~~Deputado Lysâneas Maciel.~~

~~Alguma questão de ordem?~~

O SR DEPUTADO (Questão

Sr. Presidente, suponho,
 de Ordem) - ~~de fato~~ de fato. ~~acho que~~ todos nós encontramos

sobre nossas mesas algumas laudas impressas suscitando algumas
 questões, principalmente com relação à distribuição e ao consu-
 midor. Como não está definida a autoria, perguntaria à Mesa
 se sabe de onde provém este material, a fim de que, definida
 a responsabilidade, possamos, talvez, até com base nela - por-
 que sugere algumas questões realmente importantes - encaminhar

o debate.

~~O SR PRESIDENTE (Deputado Lusaneas Maciel) -~~

~~V.Exa deseja falar sobre a questão de ordem?~~

~~O SR DEPUTADO~~

~~- Espere~~

~~esperar a resposta da questão de ordem levantada pelo processo com~~
~~Caracim.~~

~~O SR PRESIDENTE (Deputado Lusaneas Maciel) -~~

~~o Sr. Deputado para a Presidência. V.Exa. pode contraditar a~~
~~questão de ordem.~~

O SR DEPUTADO

(Para contraditar) - Sr. Presidente

quem deixou este trabalho sobre as mesas.

fui eu

Eu o havia

~~projeto de lei ontem, e a casa havia recebido este trabalho em~~
meu gabinete, ~~deixaram~~ e fez parte ~~do encaminhamento~~ do

projeto de lei que encaminhamos à consideração da Casa. Man-

dei ~~para~~, tirar algumas xerox e coloquei sobre as mesas, ~~de~~

~~o projeto de lei porque tenho poucas cópias e dei~~

~~para a reprodução das Sr. Deputados isto, que diz mais~~

porque dizem

respeito aos interesses dos consumidores.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lusaneas Maciel) - Es-

bom a palavra o

tá respondida a questão de ordem de V.Exa. O Deputado José

Machado, ~~mas não sabe a palavra.~~

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, ~~V. Sa. Não sabe com que~~ ^{é com grande} satisfação ~~estando~~ ^{que} recebeu V. Sa. no plenário desta Comissão. ~~anos~~

O SR LAERTE PENCHEL - Muito obrigado.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Talvez, dos Deputados aqui presentes, seja eu o que ~~já teve a ventura de~~ ^{de longa data,} ~~conhecer~~ os seus trabalhos, os seus serviços ~~aquele órgão,~~ ~~de~~ ~~longa data~~

O SR LAERTE PENCHEL - Muito obrigado.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Já tive ~~oportunidade~~ ^{a felicidade} de conviver com V. Sa. e ~~depois disso~~ ^o há aproximadamente ~~me~~ ^{14 anos} ~~o~~ ^o conheço. ~~Nestas condições, posso testemunhar~~ ^{Nestas condições, posso testemunhar} o zelo e a dedicação com que dirige aquele órgão. E a prova aí está: Diretor por algum tempo, teve glorificada a sua atuação, ~~hoje,~~ ^{hoje,} ao assumir a Presidência do Conselho Nacional do Petróleo, ~~por seu trabalho e~~ ~~reconhecimento que o Governo tem desse trabalho~~

O SR LAERTE PENCHEL - Agradeço muito e foi um prazer reencontrá-lo.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Mas, Sr. ^e Presidente

do ~~CONR~~ CNP, considerando que ~~xxxxx~~ tudo pode ser feito, nada pode ser feito, dependendo, evidentemente, ~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~ da associação de interesses das distribuidoras, não ^{achra} ~~considera~~ V.Ba. que a Resolução ¹⁻⁶¹ ~~1-61~~ já está por demais superada?

~~na~~ O SR LAERTE PENCHEL - No nosso entendimento, total, do CNP, ^{diga que} ~~mesmo que~~ não, Deputado. Ela funciona excelente- mente, e a prova é que o abastecimento nacional do ^{GLP,} ~~gas~~ ~~liquefe-~~ ~~ix~~ ~~rede~~ ~~de~~ ~~gas~~ ~~de~~ ~~co~~ ~~co~~ ~~co~~, atendendo a ~~na~~ 70 milhões de brasileiros, fun- ciona até

como bom exemplo para o mundo inteiro. Há elogios do pessoal relacionado com ^{gás} ~~gas~~ em outros países, que têm testemunhado isso ao CNP. Naturalmente, essas falhas que ocorreram aí, e de que temos conhecimento, em localidades do interior, resultam da dificuldade de infra-estrutura: vias de acesso sem condições, la-deiras, morros ^{etc. A} e dificuldade da entrega automática nesses lugares sempre gera dificuldades; ^{dai surgirem os} ~~onde surgem~~ outros clandestinos que compram os botijões. São decorrências naturais de um sistema que funciona, a meu ~~o~~ ver, muito bem, ainda,

~~O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO~~ ^{considera V.Sa. que}

~~há livre concorrência na distribuição de gás líquido?~~

~~O SR LAERTE PENCHILE~~

desde que o servi-

ço público tenha por finalidade o atendimento ao público. Conseqüentemente, todo esse serviço de distribuição de gás tem apenas uma finalidade: servir ao consumidor.

~~Qual pergunta quer fazer, Sr. Deputado?~~

O SR DEPUTADO José Machado - ^{Considera V.Sa. que} há, efetivamente, livre concorrência na distribuição de gás?

O SR LAERTE PENCHEL

- Consideramos que há,

sim.

O SR DEPUTADO *José Machado* - Quando o consumidor,

~~é obrigado a comprar,~~ muitas vezes sem querer, sem ser essa a sua vontade, ~~mas~~ ^{adquirir} por ~~circunstâncias da aquisição de~~ um fogão nesta ou naquela casa, é obrigado a pagar um preço estipulado por um conjunto técnico, ele está tendo livre escolha?

O SR LAERTE PENCHEL

- Creio que sim, De

putado. A escolha ~~dele~~ é livre, é dele.

O SR DEPUTADO *José Machado* - Ele foi à casa para

comprar porque quis...

O SR LAERTE PENCHEL

- Sim, porque quis.

O SR DEPUTADO *José Machado* - ~~Quarta~~ escolha, se

~~de resolve-se para uma outra distribuidora, ou melhor, vamos deixar a situação nessa distribuidora, se a distribuidora, por alguma razão, deixa de atuar naquela área onde ela tinha o seu cliente cadastrado, e ele se vê obrigado a buscar o gás em outra distribuidora, considera V.Sa. que há livre con-~~

corrência ^{se} ~~a partir desse momento~~ ^{tem} ~~que ele tenha necessidade~~
de adquirir outro conjunto técnico?

O SR LAERTE PENCHEL - Consideramos que
sim. Inclusive, a empresa que vai servi-lo daí para a frente
está obrigada a, também, perante o CNP, cumprir as determina-
ções legais.

O SR DEPUTADO *José Machado* - Bem, mas cada vez
que o consumidor tiver necessidade de mudar de distribuidora
ou a distribuidora não puder mais servir aquela região, por
razões que muitas vezes independam dela, o consumidor tem de
comprar novo conjunto técnico?

O SR LAERTE PENCHEL - Não, novo conjun-
to, não. Ele não teria de comprar novo conjunto.

O SR DEPUTADO *José Machado* - Mas ^{se} ele tem um con-
junto técnico com a sigla de uma distribuidora, ele não pode ad-
quirir o gás liquefeito de uma terceira ^{se} distribuidora?

O SR LAERTE PENCHEL - Poderá, sim. Ape-
nas preenche uma ficha de transferência. Daí surge uma razão

da presença
 lícita ~~do uso~~ de outra marca no plante da distribuidora —
 aquelas razões lícitas que citamos. Pelo ajuste prévio, esse
 botijão que ela recebeu do consumidor ^a que ^{ela} vai atender doravan-
 te, ela tem que devolver à sua congênere, que deixa o forneci-
 mento. Nada compulsório ao consumidor.

O SR DEPUTADO *José Machado* - Essa explicação foi
 dada unicamente por V.Sa. Porque as próprias distribuidoras ~~em~~
~~propósito, digamos assim,~~ não deram essa resposta que me pare-
 ce, sob certo aspecto, adequada. Mas ^{1-61,} a Resolução ~~163~~, no seu
 artº 32, diz o seguinte:

"A transferência da responsabili-
 de do fornecimento do GLP de uma distribuidora para
 outra congênere poderá ser efetuada por iniciativa
 do consumidor,..."

O SR LAERTE PENCHEL

- Pode.

O SR DEPUTADO *JM*

- ... sem ajuste en-

tre distribuidoras, arcando o consumidor com as des-
 pesas de aquisição de novo conjunto técnico".

Dai ~~eu~~ eu ter dito a V.Sa. , no início, que tudo po

?

de ser feito e nada pode ser feito, ^{desde} ~~sem~~ que as distribuidoras
 não assim queiram. Se elas se ajustarem, tudo pode ser feito atra-
 vés da ~~161~~ ¹⁻⁶¹. Se elas não se ajustarem, nada pode ser feito. En-
 tão, não havendo ajuste, o consumidor tem que comprar um novo
 conjunto técnico, nos termos da letra "a" do artº 32.

O SR LAERTE PENCHEL - Sim, mas é um ^{caso} ~~disso~~

~~positivo~~ que, a meu ver, não tem ocorrido. ~~(Deve ter alguma no-
 ticia a respeito, Fonte Nova mais detalhada?)~~

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO Tenho meu próprio de-
 poimento. Comigo já ocorreu isso. Não aqui em Brasília, onde
 somos realmente contemplados por uma excelente distribuição,
 uma especialíssima distribuição, mas em Belo Horizonte isso já
 ocorreu comigo. Tive conjuntos perdidos. Fui obrigado a jogar
 conjuntos no quintal. A propósito de Belo Horizonte, en passant,
 atualmente, na casa da senhora minha mãe há um cartão de entre-
 ga que contempla duas companhias distribuidoras. O mesmo cami-
 nhão faz a entrega para ~~as~~ duas distribuidoras; a LIQUIGÁS e
 a HELIOGÁS.

O SR LAERTE PENCHEL - Em Belo Horizonte?

O SR DEPUTADO *José Machado* - Em Belo Horizonte.

O SR LAERTE PENCHEL -) - Talvez isso tenha decorrido de qualquer ajuste entre elas.

O SR DEPUTADO *José Machado* - Bom, é justamente o que digo a V.Sa. Toda vez que há ajuste, tudo pode ser ~~fe~~ feito. Não havendo ajuste, nada pode ser feito. Então, o prejudicado, se formos examinar com certa profundidade, é o consumidor. Porque ele não tem nenhuma interferência. Ele não pode alterar nada. Sabe-se que a ~~utilização~~ utilização de qualquer equipamento, com o ~~seu~~ uso, ~~ele~~ acaba se pagando. Não é o caso do conjunto técnico, porque tem realmente um preço insignificante. Ele se paga rapidamente com a venda do gás através da distribuidora. Não seria o caso — daí falarmos na alteração da Resolução 1-61 — de se ~~de~~ que se obrigasse às concessionárias a darem um outro ao consumidor, conjunto ~~desde~~ desde que não houvesse ajuste?

O SR LAERTE PENCHEL -) - Sem dúvida, toda norma pode ser modificada. Podemos ~~Vamos~~ iniciar um estudo. Tudo é possível.

O SR DEPUTADO *Jose' Machado* - Porque ela ^é ~~seria~~ o-
 brigada a ter conjuntos de reserva. Então, se ela não atende
 mais àquela área, ~~o~~ ^{ou, se o} consumidor não a quer mais como dis-
 tribuidora e escolhe uma outra, ~~então~~ ela recebe aquele que pas-
 sou a fazer parte a da sua reserva, e entrega ao consumidor o
 conjunto novo, preço do dia, da nova distribuidora. Não seria
 o caso?

O SR LAERTE PENCHEL -) - Poderemos estudar
 a modificação ^{da} norma. E temos feito isso. A própria norma
 4-74 *1-61*
 já alterou alguma coisa da ~~lei~~

O SR DEPUTADO *Jose' Machado* - Mas, enquanto não es-
 tudamos isso, não ^{acha} ~~verifica~~ V.Sa. que há uma contradição na sua
 afirmação anterior, ^{de} ~~que~~ ^a livre concorrência existe? Existe
 livre concorrência para as distribuidoras, mas para o consumi-
 dor, não. Tanto que, quando, por razões que independem da sua
 vontade, ^{ele} é obrigado a sair de uma distribuidora para outra,
 exige-se-lhe, para receber nova distribuidora, a compra de um
 novo conjunto técnico.

O SR LAERTE PENCHEL -) - ~~mas~~ talvez tenha ^{si}

do exceção. Não é regra geral.

~~O SR DEPUTADO José de Barros~~ exceção, também,
~~esse cartão que vi...~~

~~O SR LAERTE PENCHEL~~ + E todas as exceções

nós coibimos.

O SR DEPUTADO José Machado - É exceção, também,
esse cartão de entrega automática que vi na casa de minha mãe,
em Belo Horizonte — a LIQUIGÁS e a HELIOGÁS fazendo entre-
gas ao mesmo tempo. Não importa que seja o mesmo grupo. São
duas organizações distintas que, isoladamente, representam o
grupo majoritário entre as distribuidoras. A HELIOGÁS e a
LIQUIGÁS somadas representam o grupo majoritário das distri-
buidoras. A propósito, pode V.Sa. adiantar se essas ^{duas} empre-
sas são nacionais ou estrangeiras?

~~O SR LAERTE PENCHEL~~ Sr.

~~Deputado Azias tenho um documento aqui...~~

~~O SR DEPUTADO~~

~~Bigonza relação à~~

~~LIQUIGÁS e HELIOGÁS.~~

O SR LAERTE PENCHEL - A LIQUIGÁS ^{e a} ~~é a~~

~~que tem ainda, a maioria de capital estrangeiro~~

~~O SR DEPUTADO~~

~~HELIOGÁS?~~

(~~O SR LAERTE PENCHEL~~) ~~HELIOGÁS~~ também.

distribuidoras
São as duas únicas que ainda têm capital majoritário estrangei-
ro. ~~HELIOGÁS e CAJAITINGÁ.~~

O SR DEPUTADO José Machado - Quer dizer que as
demais já são todas nacionais?

O SR LAERTE PENCHEL - As demais são to-
das integralmente nacionais.

O SR DEPUTADO José Machado - ^{Deixe-me esta} ~~Esta~~ indagação, ~~me~~
~~corre fazer agora~~ porque o Presidente da Confederação Nacio-
nal das Indústrias, depondo ~~após, neste Plenário,~~ perante a Co-
missão de Inquérito das Multinacionais, que examina o comporta-
mento dos capitais estrangeiros no País, ^{declarou o seguinte:} ~~que pronunciamente que~~
~~têm em mãos~~

(SEGUE)

" Por outro lado, ~~em~~ que pese ^a essa participação estrangeira, devemos ressaltar que, ainda reduzida no cômputo geral, em alguns setores específicos de atividade, como a distribuição e comercialização de derivados de petróleo, a distribuição de gás liquefeito para uso doméstico, e, mais recentemente, a comercialização de produtos alimentícios e o setor de hotelaria, estão ~~xxx~~ sob crescente controle de empresas ~~multinacionais~~ ^{internacionais?}

Ora, eu que conheço um pouco a figura do eminente

Senador Jessé Freire, estranho que S.Exa tenha comparecido ~~à~~ ^{àquela}

~~à~~ Comissão tão desatento ~~xxx~~ em relação a afirmações desse teor,

porque as suas palavras se chocam ^{violentemente} com o que aqui foi dito pelo Presidente do Sindicato das Distribuidoras de Gás.

De duas uma : ou se está confundindo empresa nacional com capital estrangeiro, ou, em verdade, o Senador Jessé Freire não

foi devidamente informado. Mas, como o órgão capaz e competente para ~~nos~~ informar a respeito é o CNP, ~~os~~ gostaríamos de saber

~~se esse o que há a respeito de~~ se essas empresas

são registradas no CNP e se ali, num livro próprio, estão tam-

bém registrados os ^{seus} acionistas, ^é, no caso ^{de} das empresas terem

também pessoas jurídicas compondo o seu controle acionário,

se há o desdobramento dessas pessoas jurídicas para se saber
efetivamente o capital dessas empresas. Há esse registro no
CNP ?

O SR. LAERTE PENCHEL - Pois não , Deputado. Nós temos
o registro sim. Atualizamos, na medida do possível. Eu tenho aqui
um espelho ~~do que está~~ ^{da situação} no momento. Não sei se seria convenien-
te lermos agora ...

~~RxRx~~ ^{Deputado}

O que o Deputado

O SR. PRESIDENTE (Lysâneas Maciel) Parece-me que ~~a que~~

José Machado diz

~~quanto a~~ é que o Senador Jessé Freire, depondo ~~o~~ não nesta Co-
missão, ~~u~~ estou cedendo o plenário para a CPI das multinacionais

afirmo ^u que é crescente a interferência do capital estrangeiro no
setor de distribuição de derivados de petróleo, ~~e em contradição~~ ^{o que conflita}

~~com a~~ informação ~~que foi~~ ^{com a} prestada aqui pelo Sr. Presidente do

Sindicato, ~~dizendo~~ ^{de} que, ~~o~~ ^{ao} contrário, ~~que~~ está havendo até

~~uma~~ nacionalização dessas empresas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - ~~mas~~ ^o como conclusão da mi-

nha indagação, eu entendia e entendo que essas empresas estão

registradas no CNP e , ^u conseqüentemente, ninguém mais bem infor-

mado do que o Conselho para nos esclarecer sobre ~~a~~ ^{essa} contradição

~~gerada~~ entre o Presidente da Confederação Nacional de Comércio

e o Presidente do Sindicato de Distribuidoras de Gás.

O SR. LAERTE PENCHEL - ~~Bois~~ não. De fato, está havendo, ao contrário, uma nacionalização. Foi incorporada agora uma empresa do Sul, pelo grupo da Pibigás, que era capital italiano e passou agora para o capital nacional, absorvida pela Morte Gás Butano e pela Supergasbrás. De forma que está havendo uma crescente nacionalização no setor e não uma internacionalização do capital.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Então, está com a verdade o Presidente do Sindicato ^e ~~é~~ por equívoco, o Presidente da Confederação, com a responsabilidade de Presidente da Confederação, prestou ~~o~~ depoimento, naturalmente ser ter sido devidamente assessorado.

O SR. LAERTE PENCHEL - Pelos dados que temos, nobre Deputado, ~~se~~ concluimos que a verdade ^{é que} ~~está~~ está havendo uma nacionalização acelerada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado ~~Lysâneas~~ Maciel) Eu me permito interromper ~~o~~ para dizer o seguinte : o Sindicato e a ASSOCIGÁS ficaram de fornecer ^{os} ~~estes~~ elementos ^{sobre a} ~~da~~ composição das distribuidoras de gás; Como até hoje não tivemos oportunidade de receber esses elementos, eu pergunto ao Deputado José

Machado se não seria de bom alvitre, já que o Conselho mantém esses registros, ^{pedi-lhs} ~~pedir-lhes~~ ao Conselho, ^{com o desdobramento} ~~com o desdobramento~~ ^{que} ~~que~~ ^{S. Exa. sugere.} ~~que~~

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Eu já fiz essa solicitação na nossa primeira reunião e pedi mesmo à Presidência que ^a encaminhasse ao CNP, ^{ou} ao órgão da administração que pudesse ^{informar} sobre a situação dessas empresas no que diz respeito ao seu controle acionário.

O SR. LAERTE PENCHEL - Tenho alguns dados iniciais, não completos, que poderei deixar ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lyssâneas Maciel) ~~que~~
~~o controle acionário, inclusive das eventuais pessoas jurídicas~~
~~que figuram nessas companhias também.~~ Então, oficiaremos também ao Conselho. ^{Por} Aliás, o ofício já foi feito, ~~que~~ ^{que} ~~os~~ ^{os} ~~pedidos~~ ^{pedidos} ~~de~~ ^{de} ~~V. Exa.~~ ^{V. Exa.} ~~já~~ ^{já} ~~foram~~ ^{foram} ~~deferidos~~ ^{deferidos} realmente, mas as notas taquigráficas de moraram um pouco, ^{de} de maneira que estávamos fazendo uma espécie de triagem de ^{todos} ~~todos~~ os requerimentos que foram feitos. Mas já vai ser dirigido ao Sr. Presidente do CNP.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - A outra pergunta que

gostaria de ~~ver respondida~~ ^{fazer} é a seguinte : qual o critério adotado pela PETROBRÁS RARA para a entrega das quotas às companhias distribuidoras ?

O SR. LAERTE PENCHEL - ~~Pois não~~. Eu passaria essa pergunta ao Gal. ~~Belchior~~ ^{de Oliveira} que está em contato mais direto com esse setor.

O SR. ~~General~~ ^{de Oliveira} BELCHIOR - A distribuição de quotas é feita pela Comissão de Abastecimento, que é subordinada à Divisão de Abastecimento e Estoques. Essas quotas são fornecidas, ~~no~~ ^{no} momento, de acordo com a Resolução nº ~~4-74~~ ⁴⁻⁷⁴.

As quotas são calculadas mediante pedido das próprias distribuidoras, por intermédio de seus coordenadores, nas resoluções mensais da Comissão de Abastecimento. pedidos de Essas quotas são controlados pelo CNP, mediante a média de venda dos 12 meses anteriores ao mês em que é feito o pedido. Automaticamente, há também um controle por parte da PETROBRÁS, porque, se a distribuidora pedir mais, a PETROBRÁS ~~fatura~~ ^{fatura} o excesso. Então, as próprias distribuidoras devem ter muito cuidado quando fazem ^{seus} pedidos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Na hipótese de a distribuidora não conseguir encaixar no seu mercado a quota que solicitou da PETROBRÁS, como ~~se~~ ^{se} procedem, com relação

C.A.

ao faturamento do resíduo; ~~como procedem~~ a Petrobrás e a distribuidora ?

O SR. ~~DEPUTADO~~ ^{de Oliveira} BELCHIOR - Acho que é feito um entendimento direto entre a PETROBRÁS e a consumidora.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Mas o Conselho ~~não~~ não tem ~~nenhuma~~ nenhuma participação nisso ?

O SR. ~~DEPUTADO~~ ^{de Oliveira} BELCHIOR - Indiretamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Se a distribuidora solicitar uma quota X e conseguiu ~~entregar~~ entregar no mercado apenas X menos 2, há ~~uma~~ ^{uma sobra. Que acontece?}

~~O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Há uma sobra, neste caso.~~

~~O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Há uma sobra. Ela pediu~~

~~apenas X menos dois litros, há uma sobra.~~

~~O SR. BELCHIOR - Ela pediu o produto.~~

~~O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Ela pediu o produto~~

O SR. ~~DEPUTADO~~ ^{de Oliveira} BELCHIOR - Bem, a distribuidora deve reformular o seu pedido no mês seguinte. Há uma previsão de percentagem dessa reformulação. Por exemplo : no 6º mês do pedido anterior - a coisa é meio complicada - ela pode modificar o seu pedido ^{de} 5%; no 5º mês, de 10%; no 4º mês, de 15%. Então, ela procura reformular ^{de acordo com a sua capacidade} o seu pedido ~~pela realidade que precisa~~

de entrega.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Para melhor ordenamento de nosso raciocínio : as distribuidoras são obrigadas a consumir todo ^o gás liquefeito produzido pela PETROBRÁS ?

O SR. ^{General} ~~General~~ de Oliveira BELCHIOR - Que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Não há obrigação ...

O SR. ^{General} ~~General~~ de Oliveira BELCHIOR - Não, ~~mas fazem os pedidos...~~

Tanto que a PETROBRÁS exporta ~~gás~~ GLP. Está exportando para a Argentina.

^{Deputado}
O SR. JOSÉ MACHADO - Quer dizer que não há obrigação.

Se a PETROBRÁS ~~abrir uma refinaria~~ ^{abrir} ~~amanhã~~ ^{uma refinaria de gás liquefeito,} no Planalto Central ~~abrirá~~ ^{as distribuidoras}

de gás não são chamadas para, de acordo com o percentual de cada uma, absorverem ^{a sua} ~~aquele~~ produção ?

~~caivar dar tomadas de gás liquefeito. As distribuidoras de gás não são chamadas para, de acordo com o percentual de cada uma, absorver a produção?~~

Gen. Belchior de Oliveira
O SR LAERTE PENCHEL -- Pelo que eu saiba, não.

Laerte Fenchel
O SR *Laerte Fenchel* -- Se me permite, Deputado, natural

só
mente, quando se planeja uma refinaria e após ~~feito~~ um levantamen-
to, uma estudo apuradíssimo, antes, do mercado consumidor do
País. Então, a refinaria é dimensionada para atender a este merca-
do, sempre com uma variação de 20%, que são as folgas de uma re-
finaria. Geralmente isso não ocorre. *Se*

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- A pergunta *que fiz,* Presidente,
é a seguinte:
~~que fez e que se~~ na hipótese de ~~haver sobra, ou melhor, a~~ dis-
tribuidora não ter encaixado todo o pedido que fez à PETROBRAS,
como ~~é que~~ se comporta a PETROBRAS e a distribuidora com relação
a esse resíduo?

O SR LAERTE PENCHEL -- No caso, aí, a PETROBRAS po-
deria reformular o seu esquema, dirigir esse GLP para outras con-
correntes ou exportá-lo, o que algumas vezes tem ocorrido.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO INÁSNEAS MACIEL) -- Eu me per-
mito interferir. Parece que não está sendo bem compreendido o

~~XXXXX~~

problema. ~~Deputado José Machado, parece que o problema não está sendo bem compreendido.~~

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Não me ficou muito clara a resposta do General. Feito o pedido, há o faturamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL)
O SR/~~LAERTE PENCHEL~~ -- Uma determinada companhia pede

4 mil toneladas...

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- A companhia é obrigada a pagar o faturamento, ainda que haja sobra?

O SR LAERTE PENCHEL -- Ela é obrigada a pagar, mas há permissividade essa/~~permissividade~~ de reformular, nesses meses *que*...

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- E fazer o remanejamento?

Laerte Pencil

O SR ~~LAERTE PENCHEL~~ -- O remanejamento que o General explicou.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Isso se faz sempre?

O SR LAERTE PENCHEL -- ~~É~~ normalmente.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Então, em verdade, ela não é obrigada a fazer o pagamento de todo o pedido, uma vez que há o remanejamento?

O SR LAERTE PENCHEL -- Ela será obrigada, se mantiver o pedido. Desde que enquadre nos ~~resíduos~~ *percentuais*, ela não é obrigada.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL) -- Vou me permitir interferir. Parece, Deputado José Machado, que a pergunta não foi compreendida. Deixe-me dar um exemplo ^{claro.} ~~claro.~~ Se uma companhia pode 4 mil toneladas ~~por exemplo~~ e só distribui 3.500 toneladas. ^{W.} Fui informado, aqui, por um dos assessores do CNP, ~~que~~ que as companhias têm praticamente aquele pedido, aquela cota que é deferida e que vale quase como o pagamento de uma promissória ^{que} ~~que~~ foi a expressão usada pelo representante do CNP, ~~aqui~~. Então, a pergunta é a seguinte: ^{se a companhia} pediu 4 mil toneladas, ~~foram deferidas 4 mil toneladas,~~ ^e ela só pôde distribuir 3.500, ^{ela} ~~ela~~ é obrigada a pagar, como se fosse uma promissória, as 500 restantes?

O SR LAERTE PENCHEL -- Pelo esquema atual, sim. Por isso ela deve ter muito cuidado em fazer o seu pedido, porque a PETROBRAS também não pode ficar ao jogo dessas injunções. Seria uma dificuldade imensa. Como ela iria programar?

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- ^g Mas pelo esquema atual ~~há~~ ~~vários~~ ~~remanejamento~~s, já ocorreram vários remanejamentos?

O SR LAERTE PENCHEL -- ~~Haive.~~ ^{Sim}

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Isto é, as distribuidor-

ras foram ressarcidas daquela diferença que elas pagaram e não distribuíram?

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL) -- As ~~dixxx~~ distribuidoras foram perdoadas do pagamento daquela parte?

DEPUTADO JOSÉ MACHADO
O SR/~~LAERTE PENCHEL~~ -- Se elas pagaram, para receber a diferença elas terão de ser ressarcidas daquilo que pagaram e não distribuíram.

O SR LAERTE PENCHEL -- Ah, sim. Nesse caso seriam ressarcidas.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Houve um acordo nacional, e ^{não} deste acordo/~~nesses~~ teriam participado as pequenas empresas, ^{mas tão-somente} ~~o cujo acordo, se teriam tido acesso~~ as grandes empresas? Houve realmente isso?

O SR LAERTE PENCHEL -- Como, Deputado, por obséquio?

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Um acordo.

O SR LAERTE PENCHEL -- Um ajuste?

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Um acordo nacional ^{dele} e não teriam participado ~~desse acordo~~ as pequenas empresas, mas apenas as grandes empresas. Isso realmente aconteceu?

O SR LAERTE PENCHEL -- Como?

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Parece que o Dr. Molinaro está esclarecendo.

Luis
O SR MOLINARO -- Tenho uma nota, aqui, sobre esse assunto, ~~para não nos perdermos~~. O acordo de fato existiu, sem a participação de algumas *empresas*. Então, 10 distribuidoras, das 19 existentes, resolveram acordar, entre si, o ajuste prévio para os fins previstos no Parágrafo Único, do art. 34, da Resolução, e submetê-lo à homologação do Conselho, que aprovou a convenção.

~~Consta do parecer do Relator o seguinte:~~ Quando foi aprovado esse ajuste pelo CNP, o parecer do Relator que estudou o processo -- um desses relatores, do Plenário -- foi o seguinte: "O ajuste prévio, celebrado sob os auspícios da associação de classe -- porque o acordo é dela -- parece-me ser a melhor forma de regularizar as relações entre as distribuidoras, maxime por tratar-se de produto com preços tabelados pelo Conselho. Aquelas, em consequência, resolverão, no seio da associação de classe, as eventuais desobediências à ética comercial que venham a ocorrer por parte *das* seus representantes. O Conselho permanecerá sempre como a instância final e com a ~~xx~~ responsabilidade indeclinável de exercer a fiscalização que assegura a normalidade do abastecimen

to e a proteção do consumidor. [↑] [Quanto à solicitação, feita ao Conselho, por distribuidora não-signatária do ajuste, no sentido da sua inclusão, o mesmo Relator acolheu o parecer da assessoria jurídica do Conselho Nacional do Petróleo, do seguinte teor:

"Na forma do que dispõe o art. 34, Parágrafo Único, da Resolução nº ^{1-61,} ~~1/62~~, a requerente deverá assinar acordo com ~~as~~ suas congêneres, não podendo o ato do Conselho suprir o ajuste exigido pela citada resolução." [Então, o acordo seria, de fato, entre elas.

*Cabe transcrever ainda, para completar as informações relativas ao referido ajuste, que consta do parecer da então Diretora da Divisão do Abastecimento e Estoque a seguinte observação: ^{ny} Gabe, a propósito, esclarecer que as demais distribuidoras não-signatárias tiveram conhecimento do ajuste no âmbito da Comissão de Abastecimento da Divisão de Abastecimento e Estoque. Até aqui vínhamos aguardando o competente pronunciamento dessas permissionárias, cujo silêncio implica, pelo menos em princípio, ~~em~~ discordância com o documento, posição essa suscetível de revisão, a juízo da interessada e através da ASSOCIGÁS, em qualquer época, sendo indispensável a competente comunicação do CNP." ₁₃₂

Então, foi interpretado que a questão do ajuste não era

impossíveis
uma ~~decisão~~ do CNP, era um ajuste entre elas,

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Sempre entre elas?

Penis
O SR MOLINARO -- Sempre entre elas.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Perfeito. Seria verdade que, em virtude desse acordo, diversas multas deixaram de ser aplicadas às grandes distribuidoras e, por outro lado, as pequenas, em razão desse mesmo acordo, teriam sofrido a aplicação de multas?

O SR LAERTE PENCHEL -- Pela retenção de outras marcas?

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- É.

O SR LAERTE PENCHEL -- Pela retenção de outras marcas não tem havido muita autuação no CNP. As multas incidem mais ~~na~~ *sobre os* ~~estabelecimentos de~~ postos clandestinos, *nenhuma* ⁸ pessoal que não está autorizada por empresa ~~alguma~~ a distribuir GLP e que o faz cobrando, às vezes, preços extorsivos. Essas temos fiscalizado com mais constância.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Presidente, eu teria uma série de perguntas a formular, ~~sobre isso~~, mas o tempo está avançando, e os meus colegas quererão também usar da palavra. Mas não quero perder a oportunidade ^{de} ~~para fazer~~ duas indagações que me pa

recem curtas. Na fixação do preço do conjunto técnico que acompanha a cota inicial do GLP, é permitido às distribuidoras uma redução, visando a angariar ~~um~~ maior controle?

O SR LAERTE PENCHEL -- Não é permitido, Deputado, de forma alguma, e, ^{se} ~~grando~~ o Conselho ~~saber~~ souber, autuará.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Esta última pergunta envolve o gás encanado e envolve o GLP. Eu a formularia da seguinte maneira. No momento, para o País, o que é mais conveniente: o abastecimento de gás através do sistema implantado pelas atuais distribuidoras, ou aquele que se pretende implantar através da canalização do gás?

O SR LAERTE PENCHEL -- A ~~atual~~ opinião do CNP é ~~q~~ de que nos grandes centros, nos centros ^{densamente} ~~altamente~~ povoados, seria mais conveniente o gás canalizado, que poderá ser o próprio GLP encanado, ~~por que há dificuldade no centro, em centros como São Paulo~~ ^{Em} ~~dentro~~ ^{da} ~~a~~ ^a lo, por exemplo, ~~uma~~ ^{da} quantidade enorme de caminhões no centro urbano ~~de São Paulo~~ ^{para a entrega, a} e aquela dificuldade de levar botijões aos andares superiores dos prédios e a descida, tudo isso vai levando à conscientização de que nos grandes centros é melhor o gás canalizado, seja o próprio GLP, seja o gás de nafta, como há hoje em

São Paulo e na Guanabara, ou seja o gás natural, a ser importado futuramente -- quem sabe? -- da África ou de nossa própria produção.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO -- Qual seria o investimento maior: a manutenção do atual sistema ou o surgimento do novo?

O SR LAERTE PENCHEL -- Não tenho dados ~~assim, econômico~~

~~cas~~

s/

~~Costos~~ ^{creio} econômicos precisos, mas ~~que~~
 que o investimento na canalização, inicialmente, é maior; porém,
 no decorrer do tempo, ele se tornará mais conveniente, porque,
 futuramente, ~~em que consistirá a sua~~ ^{em que consistirá a sua} manutenção? Apenas bombas
 numa estação central, para bombear esse gás através da usina.
~~Não terão~~ ^{bastará} mais despesas com caminhões, com pessoal de entrega.
 Eu ~~xxxxxxx~~ ^{canalizado.} creio que inicialmente o investimento seria maior
 ne gás liquefeito. ~~Por~~ ^{posteriormente}

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - O Conselho Nacional do
 Petróleo considera satisfatório o atual sistema, ^{lhe faz} ou ~~tem~~ algumas
 restrições? ~~quanto a ele?~~

O SR. LAERTE PENCHEL - ~~Não~~ ^{consideramos} satisfató-
 rio. Naturalmente, com alguns reajustes, ^{como} ~~se modificando~~
~~deixa~~ criando esses postos de venda que eu citei
 na minha exposição. Nós estamos agora fazendo um estudo para
 criar postos de venda em áreas rarefeitas, para ^{os} evitar ~~esse~~
~~aparecimento de~~ clandestinos. Seria um posto que teria elasti-
 cidade maior de venda de GLP, já regularizado. ~~—~~ Natu-
 ralmente, tudo evolui na medida em que o tempo passa, e nós va-
 mos acompanhando. Mas consideramos ainda bem satisfatório.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - A última pergunta envolvendo esse assuntoxxxxx ...

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL) Pediria ao Deputado José Machado, ~~que~~ porque há vários Deputados inscritos, que inclusive têm viagem marcada, que fizesse de ~~seu~~ fato essa a sua última pergunta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Pois não. A última pergunta : o CNP está realmente fazendo um estudo sério, criterioso, sobre esse processo de canalização de gás, tendo em vista prioridades maiores, como eletrificação, serviços ~~de~~ água, de esgoto, que, ~~em~~ ~~na~~ maioria das nossas cidades, mesmo Capitais, não possuem ?

O SR. LAERTE PENCHEL - Está fazendo sim, nobre Deputado, através de um grupo ~~criado por decreto presidencial~~ criado por decreto presidencial. ~~Trata-se do Grupo do Gás Combustível~~ Trata-se do Grupo do Gás Combustível. Esse grupo é composto por elementos técnicos do CNP, do Ministério do Planejamento, e está sendo conduzido atualmente numa secretaria executiva ~~na~~ que é movimentada pela FINEP, no Ministério do Planejamento. O relatório desse grupo está em fase final e traça a política de gás para o país, fazendo compa-

Espera que esse relatório esteja pronto ainda no decorrer do mês, ~~seguinte~~ ^{próximo}, para divulgação.

DEPUTADO O SR. JOSÉ MACHADO. Fico muito grato a V. Exa. Sa. ✓

O SR. LAERTE PENCHEL - Pois não, nobre Deputado. Obrigado.

O SR: PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) Com a palavra o Sr. Deputado Genervido Fonseca.

O SR. DEPUTADO FREDERICO BRANDÃO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lysâneas Maciel) Pois não.

O SR. DEPUTADO FREDERICO BRANDÃO - Sr. Presidente, gostaria que V. Exa apelasse à sensibilidade dos nossos colegas desde que há muitas ~~gentes~~ inscritos e desejosos naturalmente de dialogar com o Prsidente do Conselho e seus ilustres assessores no sentido de que fossem objetivos nas suas considerações, nas suas perguntas e se limitassem a ~~duas ou três~~ duas ou três perguntas e se houvesse tempo, depois, haveria uma nova rodada, permitindo, assim, a todos que estão inscritos ^{oportunidade de} se manifestarem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) Parece-me que a sugestão do Deputado Brandão é muito razoável, e eu apelaria ^{aos} ~~para~~ ^{para} os meus eminentes colegas que a adotassem, ~~o não fariam~~.

11/5

O SR. DEPUTADO GENERVINO FONSECA - Sr. Presidente,
 Srs. membros do CNP e Srs. representantes das grandes e pequenas empresas de distribuição de gás. Há um conflito nas informações, e o Deputado José Machado já abordou o problema. Farei apenas 4 perguntas e serei breve. ~~Assistido~~ ^{No} depoimento do Senador ~~JESSÉXXXXXXXXXXXX~~ Jessé Pinto Freire na Comissão Parlamentar de Inquérito, ^{por mim assistido, percebi} ~~onde disse que há~~ um conflito de informações.

Diz S.Exa que a SUPERGASBRÁS detém 19,36% da distribuição de gás, com um patrimônio de 134 milhões de cruzeiros e apenas 108 milhões de capital; a HELIOGÁS detém 7,46% da distribuição de gás, com um patrimônio de 122 milhões de cruzeiros e apenas 82 milhões de cruzeiros de capital; a LIQUIGÁS detém 22,06% da distribuição, com um patrimônio de 147 milhões de cruzeiros e um capital de apenas 118 milhões de cruzeiros; a ULTRAGÁS detém 23,73% da distribuição, com um patrimônio de 126 milhões e com um capital de apenas 86 milhões de cruzeiros. Quanto à PBBIGÁS, ele não disse seu patrimônio nem o seu capital. ~~Mas,~~ ^{os percentuais acima,} somando ~~essas 5 empresas,~~ nós encontramos 78,26% de distribuição de gás para essas empresas. E ^{o Sr. Jessé Pinto Freire} ~~ele~~ disse textualmente :

" Faço questão de afirmar que nessas importâncias não há nada de nacional".

Então, ~~em~~ ^{em vista dessa} ~~acho que há~~ um conflito de informações, ~~Então~~ é ~~desnecessário~~ ^{desnecessário} perguntar quais ou não as firmas de capital estrangeira (Como pedi na vez anterior, seria interessante, Sr.

Presidente, ~~que~~ ^{inclusive} que essas empresas remetessem os seus contratos sociais, ~~inclusive~~ ^{inclusive} informações das pequenas empresas das quais elas ~~detêm~~ ^{detêm} o controle acionário. Então, desnecessário

fazer a ^{primeira} pergunta. Mas faço a ~~segunda~~ segunda : quais as pequenas empresas distribuidoras de gás em que as empresas de capital estrangeiro ^{detêm} ~~têm~~ o controle acionário ? ~~Esta pergunta ...~~

~~O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) Excelência,~~

~~responde no ordem. Qual a segunda pergunta que V. Exa está fazendo ?~~

~~O SR. GERVÁSIO FONSECA e Quais as pequenas empre-~~

~~sas distribuidoras de gás que as grandes empresas têm o seu contrato acionário ?~~

~~O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) São contro-~~

~~las por grandes.~~

~~O SR. DEPUTADO GERVÁSIO FONSECA - Vereador Há quantos anos~~

~~O SR. PRESIDENTE (Deputado Joãoes Medeiros) Um momen-
 to. Acho que seria melhor para o ilustre conferencista que
 ele respondesse a uma pergunta de cada vez. Ele prefere assim.~~

La
 O SR. LAERTE PENCHEL - Quanto aos capitais, nobre
 Deputado, nós ~~temos~~ não temos elementos aqui, mas , pelo que
 sei, está sendo oficiado o CMP para esclarecer. Quanto à parti-
 cipação de pequenas empresas, eu tenho ^{alguns} ~~alguns~~ dados aqui.
 A ULTRAGÁS controla a Sociedade Paulista de Gás e ~~tem~~ a Socie-
 dade Gaúcha de Gás. As demais pequenas, pelos meus dados,
 não têm controle acionário das grandes.

O SR. DEPUTADO GENERVINO FONSECA - A terceira pergun-
 ta é a seguinte : há quantos anos o CMP não fornece carta-paten-
 te ou autorização para novas empresas ?

O SR. LAERTE PENCHEL - Não tenho dados precisos, mas
 de fato há algum tempo que não concede.

O SR. DEPUTADO GENERVINO FONSECA - ~~Pergunta a Exa :~~
Não tem havido interesse ^{arrastados} em adquirir cartas-patentes ?

O SR. ~~EXA~~ LAERTE PENCHEL - O último pedido que temos
 é ~~da~~ da firma ^{de} "Ressurreição de Fogões", que está sendo
 estudado. Mas não tem ^A entrado pedidos, porque o setor, de fato,

é um setor difícil; requer investimento de capital muito grande e é um setor de fato apertado. Mas não tem havido assim entrada de pedidos especificamente para distribuição de gás, a não ser desta empresa que citei, cujo processo está em estudo, no momento, no CNP.

O SR. DEPUTADO GENERVINO FONSECA - Na vez anterior, perguntei ^{ao} Dr. Molinaro ^{e,} ~~que~~ ^{disse ele que} se não me engano, numa inspeção nos terminais das empresas distribuidoras de gás foram encontrados 200 botijões de gás que não eram de propriedade da ONOCÁS. Poderia ~~esse~~ informar quantos botijões de outras empresas foram encontrados, como

na ULTRAGÁS, na PIBIGÁS, na GASBRÁS, na LIQUIGÁS, na HELIOGÁS etc. Na ocasião ele apenas informou da ONOGÁS: 200 butijões.

O SR LAERTE PENCHEL

Um momento, Sr

Deputado. (Temos esses dados no momento?)... É preciso saber o local.

O SR DEPUTADO

Genervino Fonseca
J. Sa., Dr. Malinaro
(- Foi V. Exa. quem dis

se que numa inspeção foram encontrados 200 butijões. Só disse da ONOGÁS. Gostaria de saber quantos butijões foram encontrados naquela ocasião, de outras empresas.

O SR LAERTE PENCHEL

Em Paulínea...

O SR

(Assessor) - Esses

eram 200 butijões cheios da ONOGÁS. Mesmo no plante da ONOGÁS já havia cerca de 4 mil butijões vazios, de outras marcas e nos outros plantes nós só encontramos vazios, de outras marcas.

O SR LAERTE PENCHEL

Quer dizer que ha-

via 4 mil de outras marcas, então?

O SR

(Assessor) - Na pró-

pria ONOGÁS; 4 mil de outras marcas e 200 cheios.

O SR LAERTE PENCHEL

- Pois não, Sr. De-

putado. Temos os dados. Foram encontrados, em todos os plantes de Paulínea, em todas as empresas, bôtições de outras marcas, porém vazios. Na ONOGÁS foram encontrados 4 mil vazios e 200 cheios, de outras marcas. Mas foram encontradas outras marcas, vazios, em todos os plantes.

O SR DEPUTADO

Genervina Fonseca

-Sr. Presidente, embo

ra estejamos tratando apenas do problema do gás, pergunto a V.Exa. se posso fazer uma indagação a respeito do problema da gasolina. É uma pergunta pequena. ~~Sabemos que~~ talvez ~~Sr. Laerte~~ não esteja preparado para responder. Se não veio preparado, ~~poderá dizer, porque~~ essa pergunta poderá ser respondida ~~depois~~, oportunamente. ~~(Causa?)~~

o Sr. Penchel

Qual a percentagem da distribuição, separadamente, da produção da PETROBRÁS, além de seus postos? Ela naturalmente fornece às Prefeituras, aos Estados, a companhias de aviação etc. Então, qual a percentagem que ela distribui da sua produção total?

O SR LAERTE PENCHEL

-A percentagem, no

mercado de distribuição, da PETROBRÁS?

O SR DEPUTADO GENERVINO FONSECA .-Certo.

O SR LAERTE PENCHEL - No momento ~~estava~~

não teria o dado exato. ~~Um momento (Você teria esse dado de memória?)~~ Ela deve estar em terceiro lugar, hoje, na participação de mercado.

O SR DEPUTADO *Genervino Fonseca* - Não é essa a minha pergunta. Quero saber se ela distribui toda a sua produção de derivados de petróleo.

O SR LAERTE PENCHEL - Ah, distribui.

O SR DEPUTADO *Genervino Fonseca* - Só a PETROBRÁS?

O SR LAERTE PENCHEL - Distribui na BR, que é distribuidora dela, subsidiária, e entrega ~~para~~ *empresas,* as demais para distribuição, também. ~~As demais empresas~~

O SR DEPUTADO *Genervino Fonseca* - V.Sa. não tem a per *de* centagem ~~dos postos onde ela distribui~~ *dela nesses postos?*

O SR LAERTE PENCHEL - No momento não te-

mos, mas poderemos fornecer esse dado à Câmara.

O SR DEPUTADO *Genervino Fonseca* - O que quero ~~se~~ sa-

ber é qual a percentagem ~~que~~ que outras empresas distribuem de ~~os~~ produtos da PETROBRÁS.

O SR LAERTE PENCHEL - Os produtos distri

buídos pelas empresas particulares são todos da PETROBRÁS, com exceção de alguns produtos importados na área de solventes, ~~e~~ muito pouco. Mas também essa importação é feita através da PETROBRÁS, pelo monopólio que ~~ela~~ *ela* exerce.

O SR DEPUTADO *Genervino Fonseca* - Sr. Presidente, são

estas as perguntas que teria a fazer. Muito obrigado pela atenção de V.Sa.

O SR PRESIDENTE (Deputado *Lysâneas Maciel*) - Com a palavra o nobre Deputado Olivir Gabardo.

O SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO - Sr. Presidente, ilus

~~tre~~ *inúmeras* tre Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, tínhamos ~~algumas~~ *algumas* perguntas a fazer a V.Sa., mas vamos reduzi-las a ~~apenas~~ *dar oportunidade a* ~~algumas~~ *apenas* indagações, a fim de ~~possibilitar a que outros possam~~

12/5

outros de
 também formular ~~as~~ suas indagações.

Inicialmente, gostaria de saber de V.Sa. quantas dis-
 tribuidoras de gás liquefeito havia no País, autorizadas a
 funcionar, antes da Resolução ^{1-61,} 161 e quantas foram autorizadas
 a funcionar ^{depois dela.} ~~após esse período~~. E dessas que existiam anterior-
 mente e das que foram eventualmente autorizadas, ^{1-61,} após a ~~lei~~,
 quantas já se associaram ou foram integradas, ou passaram a
 participar de um único grupo, apesar de nomes diferentes.

~~É a próxima pergunta que fazia a V.Sa.~~

O SR LAERTE PENCHEL - Eu não teria os dados ~~assim~~
 de memória, Sr. Deputado, para lhe fornecer com segurança. Po-
 deremos mandar por escrito. Principalmente com relação às de
 antes da Resolução ^{1-61,} 161, não teria aqui os dados.

O SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO - V.Sa. poderia adian-
 tar ^{1-61?} após a ~~lei~~, quantas foram autorizadas?

O SR LAERTE PENCHEL - Não poderei precisar a data da
 concessão, se foi após a ^{1-61.} 161. Tenho a relação das existentes
 atualmente no País.

O SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO - Exato. O gás é vendido ao consumidor à vista. Perguntaria como é feita a venda do gás da PETROBRÁS às companhias distribuidoras, se à vista ou a prazo.

O SR LAERTE PENCHEL - É a prazo. ~~Um momento a você tem a questão de prazo?~~ O prazo é de 30 dias.

O SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO - Acha V.Sa. que é justo o consumidor ter de pagar o produto à vista, enquanto que as distribuidoras recebem o produto a prazo, girando com capital da Nação?

O SR LAERTE PENCHEL - Creio que é uma resultante da sistemática que adotamos, ~~não Sr. Deputado?~~ Seria difícil vender a prazo para 70 milhões de consumidores no País. Teria de haver uma contabilidade ~~extensa~~ *muito extensa* ~~interessada~~ em cada empresa dessa, o que iria onerar os custos da distribuição e isso reverteria em prejuízo do próprio consumidor. Agora, quanto ao prazo dado pela PETROBRÁS à [distribuidora], é uma questão de relacionamento entre elas, PETROBRÁS e distribuidora. Cremos que seja o melhor sistema. ~~talvez~~

12/7

O SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO - ~~Pergunte-se~~ ^{do} tocan te aos demais derivados do petróleo, como gasolina etc., tam-
bém é dado esse prazo às distribuidoras?

O SR LAERTE PENCHEL - É dado, também, o mesmo prazo.

[√] O SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO - A minha pergunta era se é justo conceder um prazo às distribuidoras, quando elas não dão prazo ao consumidor. Essa a minha pergunta: se V.Sa. acha justo que as distribuidoras tenham prazo e o consumidor não.

O SR LAERTE PENCHEL - Na verdade, seria justo que o consumidor também tivesse esse prazo, mas, pela sistemática...

O SR DEPUTADO OLIVIR GABARDO - Já que ^{ele} não tem, não seria justo que também a distribuidora não ^{tivesse} ~~obtivesse~~ prazo nenhum?

No tocante a um aspecto muito ^{debatido,} ~~responderido~~ sobre o problema do gás, temos o ~~uma~~ famoso vínculo "distribuidor-consumidor", que teve sua origem praticamente ^{no} início da distribuição de gás no País, quando os consumidores recebiam o conjunto técnico em comodato. O conjunto técnico não lhe pertencia. Era dado pela distribuidora, em comodato. Portanto, prati

camente se formou esse vínculo, a partir daí. No ~~entanto~~, de-
 sapareceu o comodato, ^e o consumidor é obrigado a comprar o con-
 junto técnico, e não acha V.Sa. que deveria, também, desapare-
 cer esse vínculo? ~~Porque não se justifica que~~ ^{Se} o consumidor, é
~~seu~~ proprietário do conjunto técnico — hoje acredito que
 a maioria desses conjuntos técnicos pertencem ao consumidor,
 não aos distribuidores — por que não liberalizar ^{essa} comer-
 cialização?

O SR LAERTE PENCHEL - Temos ~~uma~~ sérias dúvidas sobre
 esse ponto, ^{porque a} desvinculação causaria ~~uma~~ dificuldade de plane-
 jamento na sistemática de entrega de gás. Por exemplo, uma em-
 presa apresenta ao CNP um projeto para montar um parque de en-
 garrafamento entre Paulínea e São Paulo. Então, como o gás é
 tabelado, o Conselho terá que dar rentabilidade a essa empre-
 sa. Ela apresenta o seu projeto técnico de engarrafar 200 mil
 botijões por dia — exemplificando — digamos, em Osasco.
 Planeja o recebimento desses ^{gás} ~~custos~~ de Paulínea, o seu fluxo
 para o parque. ~~Ho~~ O Conselho terá que estudar tudo isso. Agora,
 atendendo a determinados

(SEGUE)

atendendo determinados consumidores que ^{ela} ~~ou~~ já tem arrolados ^{nos} ~~as~~ suas listas. Desvinculado, ~~ou~~ creio que esse alijamento seria impossível. ~~o~~ O próprio tabelamento do gás ~~o~~ seria difícil para nós porque o Conselho tem obrigação de assegurar a rentabilidade da empresa que opera com o produto tabelado. Traria uma série de ~~problemas~~ ^{VS} ~~problemas~~, a nosso ver, inconvenientes ~~em~~ a sistemática,

O SR DEPUTADO *Olívio Gabardo* - ~~o~~ Isto, em razão da resposta de V.Sa., desde que o produto é tabelado, todo o consumidor ^o recebe ^{pelos mesmos preços.} ~~o produto tabelado.~~

O SR LAERTE PENCHEL - Tabelado ^{ela} em cerca de 80% dos municípios brasileiros. E fazemos ~~o~~ o possível para ^{manter} ~~o~~ esse tabelamento nos rincões mais distantes do País, ^{apesar das} ~~com~~ dificuldades de ~~o~~ infraestrutura. ~~o~~ ~~o~~ Conselho ^{age} ~~o~~ na determinação de tabelar o mais possível e o mais rápido ~~o~~ em todas as localidades.

O SR DEPUTADO *Olívio Gabardo* - ~~o~~ Sr. Presidente, ~~o~~ a vinculação não é elemento indispensável para o Conselho distribuir o produto entre as companhias, ~~o~~ porque o abastecimento é feito com bastante ^{perfeição} ~~o~~ ~~o~~ os demais derivados do petróleo, e não há colapso em qualquer desses setores. Portanto, não se justifica que apenas o gás li

quifeito venha a sofrer colapso em razão de uma modificação. ~~Então~~

~~então~~ ^{de que em outros países} tenho conhecimento não existe esse sistema e não

há colapso no abastecimento. Entretanto, ~~a~~ respeito ~~do~~ entendimento

de V. Sa. ~~essa situação~~ ^{mas} acho que não há nenhuma razão que jus

tifique a existência do vínculo. ~~Essa situação~~ ~~já existe~~

~~essa situação já existe e também não há necessidade~~

~~de para esse planejamento de entrega que exista o vínculo~~

Outra pergunta; ~~essa situação~~ o Conselho, ou a Petro-

brás, conhecem a percentagem de gás entregue pela sistema ~~automático~~

~~automático~~ e os demais sistemas que hoje prevalecem no País? ~~Com~~

V. Sa. conhecimento ~~deste fato~~, deste fato?

O SR LAERTE PENCHEL - ^{nesses dados} Devemos ter no Conselho Na-

cional do Petróleo, ~~esse sistema~~ ~~no momento~~ ~~se não tem~~

~~esse sistema~~ ^{mas os tenho} de memória ~~esse sistema~~, nobre Deputado. O Dr.

^{Wilton} Fantinatti teria algum dado ~~esse sistema~~ sobre a percentagem de

gás na entrega automática?

^{Wilton} O SR FANCINATTI ^(Assessor) - Eu tenho impressão de que todos

os municípios tabelados em número de 133, do País, que absorvem

cerca de 80% do consumo nacional de GLP, são atendidos pela entre-

ga automática, talvez não bimensal. Em alguns municípios como Bra-
sília, bimensalmente, em outros, mensalmente. ~~xe~~

493

O SR DEPUTADO *Olívio Gabardo* ^{Fig} ~~em~~ estudo ~~que~~

~~baseado em~~ depoimentos ^{baseado em depoimentos} que me foram prestados, de concessionários,

em algumas cidades médias e até nos grandes centros ^{entrega automática} atingiu ~~em~~ das grandes cidades.

Nos postos de venda, ^{essa percentagem} que existem ~~em~~ aos milhares espalhados pelo Brasil, atingiram 10%

na periferia ~~em~~ das grandes ~~em~~ e ~~em~~ cidades médias. Através

de pedidos ^{um} retiradas nos depósitos, ^{ficava-se} ~~em~~ em torno de ~~em~~ 60%.

Daí porque quer-me parecer que a tão almejada entrega automática e

xiste para uma pequena faixa e não para a grande faixa da população

consumidora de gás liquefeito. Pediria então a V. Sa. ^{que nos} ~~nos~~

^{fornece} ~~nos~~ sobre o assunto, diretamente

dados ~~em~~ ~~em~~ a esta Comissão,

^{ou seja, relativamente} ~~em~~ à entrega automática, aos postos de venda,

o ~~em~~ retirado dos depósitos, ^{bem assim informações sobre como é feita} ~~em~~ a entrega no interior

do País. ^{do gás}

O SR LAERTE PENCHEL - Pois não. Poderemos levantar

esses dados e enviá-los posteriormente.

O SR DEPUTADO *Olívio Gabardo* - Uma outra indagação:

~~em~~ não pensa o Conselho Nacional do Petróleo e a Petrobrás

em fazer a entrega do gás liquefeito nos chamadas instalações indus

triais, diretamente, a fim de ~~em~~ paratear os custos, isto é, entregan

do da Petrobrás ^{uma vez} ~~em~~ o consumidor diretamente, ~~em~~ que estas ins

talações industriais consomem volume realmente grande? Não ~~mas~~
~~o custo de entrega~~ baratear ~~o custo~~ a entrega do chamado gás
 industrial, para instalações industriais, diretamente ao consumidor?

O SR LAERTE PENCHEL - Eu não estou em condições de
 responder pela Petrobrás, nobre Deputado. Eu sei que ela já está
 fazendo algumas entregas, ~~mas~~ através de distribuidoras, ~~mas~~ não dire-
 tamente. ~~Alguns~~ Alguns conjuntos industriais ~~já~~ já estão sendo abastecidos pela dis-
 tribuidora ~~Petrobrás~~ Petrobrás. ~~Se~~ Se ela ~~está~~ ou não ~~está~~
 em condições, não posso responder no momento. Poderia ser direta-
 mente ao consumidor?

O SR DEPUTADO *Oliver Gabardo* Diretamente ao consumi-
 dor, nas chamadas instalações industriais, que consomem um volume mu-
 to grande de gás. ~~isto~~ isto não viria baratear o custo do produto
 ao consumidor? ~~isso~~

O SR LAERTE PENCHEL - ~~o que~~ que baratearia, ~~isso~~ não
 tenho dúvidas. Mas ~~eu~~ não ~~sei~~ sei ~~como~~ como a Petrobrás ~~está~~
~~considera~~ considera este aspecto. ~~isso~~

O SR DEPUTADO *Oliver Gabardo* ~~isso~~ Sr. Presiden-
 te, ~~apresentei~~ apresentei um projeto de lei, ~~que~~ estabelecen-
 do a ~~uniformidade~~ uniformidade dos botijões de gás, para que tenha
 apenas uma única denominação. ~~isso~~ Ao ~~que~~ parece ~~isso~~

problemas sérios ^{tem sido} de denúncia ^{provocados por} ~~as empresas~~

botijões ~~de outras~~ de outras marcas. Por que não unificar essas marcas? ^{que unificação é o que propomos} Qual a des- ^{base} ~~vantagem~~ em nosso projeto. - ~~por causa das~~

vantagem que adviria se ~~se~~ adotasse ^{mas} o sistema do botijão único?

O botijão não pertence, na sua grande maioria, às distribuidoras, ~~mas~~ pertence aos consumidores.

O SR LAERTE PENCHEL - Eu creio que ^{uma das} dificuldades seria ~~a~~ ^o ~~que~~ ^o ~~planejamento~~ ^o ~~outra~~ seria

a fiscalização do Conselho Nacional do Petróleo, que se ^{Tomaria} ~~se~~ ^{na} ~~mane~~

mais difícil. Não teríamos elementos para localizar mais nada, ~~pois~~

^{por exemplo, um menor} ~~peso~~ no botijão, botijão ^{tecnicamente} deficiente, ~~ou~~ chapas fra-

cas, ~~etc.~~ ^{etc.} ~~ferimentos~~ ^{que} ~~estudados~~ ^o sistema; ~~etc.~~ ^{de-}

talhado ^{mente} para contornar essa situação.

O SR DEPUTADO ^{Olivier Gabardo} - Uma das razões seria ~~o~~

identificar a responsabilidade de fraude, inclusive nos botijões.

Para isto, ~~o~~ ^{deveria} ser utilizado o lacre in-

violável, a ser colocado na válvula do recipiente de gás ~~o~~ lique-

feito, que ^{constaria} o nome ^{ou} a sigla da companhia distribuidora, res-

ponsável pelo engarrafamento. ~~o~~ ^{ficaria} definida a responsabilidade,

em caso de fraude da companhia e até mesmo evitando-se a frau-

de de terceiros. ~~o~~ ^{Hoje} não há garantia nenhuma, inclusive para

a companhia distribuidora. ~~mas se~~ haver fraudes de terceiros ~~para se~~ apurar a responsabilidade) ~~deveria ser~~ ~~XXXXXX~~

compañia é a ~~responsável~~ responsável. ~~mas~~ Não seria melhor ~~o~~

sistema de um lacre inviolável, com ^a denominação da Companhia, no próprio lacre e não nos botijões?

O SR LAERTE PENCHEL - Seria um assunto a estudar, ^{mas} mas creio que não houve, até agora, ^{tecnicamente} lacre inviolável, pelo que sabemos. ~~mas~~ Haveria, talvez, ~~de~~ a possibilidade de se fraudar novamente. Mas tudo merece um estudo, naturalmente, que poderá ser feito.

O SR DEPUTADO *Oliver Gabardo* - Agradeço a V. Sa.

O SR PRESIDENTE (Deputado *Lysâneas Maciel*) - Tem a palavra o Sr. Deputado Paulino Cícero.

O SR DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo. Eu, como mineiro, que tenho o senso grave da ordem, quero ^{- me} manter dentro dos 10 minutos que o Sr. Presidente me deferiu. Gostaria de saber

em primeiro lugar, do Dr. Laerte Penchel se este quadro, com a discriminação ^{das empresas} dos preços por origem de capital, ~~que nos~~ foi distribuído ao início da reunião ~~em~~ item 1º: ^g grandes empresas com capital integralmente nacional; item 2:

~~empresas, capital integralmente nacional. Item 2. Pequenas compa~~
 nhias, capital integralmente nacional. 3º. Companhias com maioria
 de capital estrangeiro ~~que~~ ^V ~~é~~ é de responsabilidade do
 Conselho Nacional do Petróleo?

O SR. LAERTE PENCHEL - Consta de nossos arquivos docu-
 mento semelhante. Mas, na verdade, o levantamento foi feito pelas
 empresas, porque nos ocorreu estarmos fazendo uma revisão de pro-
 cessos.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - E esses dados são atua-
 lizados?

O SR. LAERTE PENCHEL - Creio que sim, são atualizados.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - O senhor tem idéia de
 quando foram feitos esses levantamentos, aproximadamente?

O SR. LAERTE PENCHEL - ~~Esse, ~~de estudos~~ não.~~

~~Hoje~~ Agora, nós estamos revendo os nossos processos para ~~o~~ a si-
 tuação existente de fato em processos.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Esses estudos estão em
 elaboração pelo Conselho Nacional do Petróleo e o senhor os reme-
 terá imediatamente à Comissão assim que concluídos?

O SR. LAERTE PENCHEL ~~que~~ ^{- Pois não.} ~~é~~ ~~de estudos~~ ✓

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - ~~Deis não. Eu estou sen-~~
~~tindo que,~~ Na opinião de V.Sa., o setor de abastecimento de gás
liquefeito de petróleo corre bem. Mas ~~xm~~ V.Sa. diz que o setor
tem problemas, ~~em~~ algumas irregularidades, mas ~~que~~ de peque-
na monta em face do vulto dos investimentos no setor e da magnitu-
de do seu compromisso de abastecimento. Basicamente o setor corre
bem, é o que V.Sa. disse. Eu ~~indago~~ indago: se alguma empresa de
capital estrangeiro, neste momento, tentasse obter autorização do
Conselho Nacional do Petróleo para entrar nesse mercado como em-
presa permissionária da distribuição do GLP, como seria o proble-
ma enfocado pelo Conselho Nacional do Petróleo?

O SR. LAERTE PENCHEL - Seria enfocado pela apresentação
dos documentos exigidos pela legislação específica, comprovando o
número de consumidores que ela pretende atender e comprovando a
compra dos equipamentos necessários, os botijões.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Exatamente como se faria
com relação a empresas de capital eminentemente nacional?

O SR. LAERTE PENCHEL - Exatamente, Deputado. Exatamente
da mesma forma.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Eu digo isso, Sr. Presi

dente do CNP, em razão de ~~pronunciamentos~~ pronunciamentos oficiais ministeriais e, se não me falha a memória, até presidenciais, de que o capital estrangeiro, forâneo, é bem-vindo ao País para nos ajudar no processo de desenvolvimento econômico, mas desde que canalizado para setores cuja definição fica a critério e a juízo da conveniência nacional. Ora, se esse setor, no dizer de V.Sa., está bem contemplado pelas empresas que nele militam, resguardando ao controle nacional 73% do controle da distribuição, eu então acharia - e creio que seria o pensamento de toda a Comissão - que seria ocioso ~~cap~~ canalizar para ele recursos externos, que nos custam mais. É uma observação sô que eu faço a V.Sa..

O SR. LAERTE PENCHEL - Pois não, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Outra indagação que ~~queria~~ queria fazer: o senhor acha que o corpo de fiscalização do CNP, o arsenal humano locado à tarefa de fiscalizar a distribuição do GLP, ~~é~~ é suficiente, é habilitado, dá conta do recado ou o senhor teria que ampliá-lo?

O SR. LAERTE PENCHEL - Não é suficiente. Teríamos que ~~ampliá-lo~~ ampliá-lo e estamos fazendo, na medida do possível, inclusive ~~deslo~~ *delegando* ~~o~~ ao Instituto Nacional de Pesos e Medidas, que tem uma estru-

turação maior do que a nossa, no momento, para este fim.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Perfeito.

O SR. LAERTE PENCHEL - Mas pretendemos também ampliar os nossos quadros.

O SR. DEPUTADO ~~ARM~~ PAULINO CÍCERO - Eu percebo, Sr. Presidente, que o problema da vinculação consumidor-distribuidora está na própria raiz do sistema definido pela Resolução 1/61. A alterar-se o sistema de vinculação, com todos os seus aparatos, como por exemplo a gravação do nome da distribuidora no botijão e outros aspectos colaterais, a ser alterado o sistema da vinculação, ter-se-ia, no meu modo de entender, que fazer uma alteração completa de todo o sistema de distribuição, previsto pela 1/61.

O SR. LAERTE PENCHEL - É verdade.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Como o senhor enfrentaria, ou como o senhor veria uma possibilidade de alteração localizada em detalhes de itens, artigos da Resolução 1/61? ~~Como o senhor veria? Eu indago como o senhor,~~ Na condição de Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, ^{como} veria qualquer eventual alteração parcial na Resolução 1/61, via instrumento legislativo?

O SR. LAERTE PENCHEL - Não haveria assim uma discordân-

cia da nossa parte, ^{mas prestaríamos o auxílio} ~~recomendamos~~ que nos fosse possível ~~capacitar~~ para auxiliar nesse dispositivo. ^{Seríamos} ~~atender as áreas, etc~~ um estudo, pela vivência que temos do assunto, ~~para~~ para cooperar nesse ato legislativo, que seria bem acolhido naturalmente.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Pois não. Sr. Presidente, ~~recomendamos~~ sobre esse grupo de trabalho, com elementos recrutados de vários setores do Executivo, e que está estudando o problema do GLP para definir uma política nacional no setor, ^{Eu} indago de V.Sa. se essa reformulação poderá envolver a ~~total~~ completa alteração do atual sistema nacional de distribuição de GLP, isto é, a completa revisão da Resolução ~~1/61~~ 1/61?

O SR. LAERTE PENCHEL - Creio que não. Aí seria mais para adequar áreas, que ~~de~~ receberiam determinado tipo de gás. Por exemplo, no Sul seria talvez conveniente usarmos o gás doméstico, à base do carvão; nas áreas do Nordeste, dependendo do aumento das reservas da PETROBRÁS, o gás natural, de ~~campo~~ campo; e nas áreas mais longínquas, o próprio GLP, ~~que~~ ainda na forma de botijões. Eu creio que o grupo ~~ainda~~ não estaria entrando - não tenho ainda o relatório final - ^{na} ~~de~~ reformulação de uma resolução

do CNP.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Seria uma espécie de desdobramento da atual matriz energética.

O SR. LAERTE PENCHEL - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - E uma particularização de um item da matriz energética brasileira.

O SR. LAERTE PENCHEL - Exatamente, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - ~~Exatamente~~ Sr. Presidente, ~~o Sr. Deputado~~ a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados está prestando uma excelente contribuição à análise do problema.

O SR. LAERTE PENCHEL - Sem dúvida alguma.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - O senhor acha que essa contribuição da Comissão de Minas e Energia e mais notícias que estão agora se amudando pela imprensa poderão levar o Conselho Nacional do Petróleo a uma reformulação do sistema de abastecimen
to de gás?

O SR. LAERTE PENCHEL - Eu creio que sim, que poderemos estudar o assunto.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - O senhor está motivado

para essa tarefa? O CNP acha conveniente fazer esse estudo?

O SR. LAERTE PENCHEL - Acho que sim, nobre Deputado.

~~Comissão tem ajudado bastante.~~ A Comissão tem ajudado bastante.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Tenho outras perguntas a formular, Sr. Presidente, mas devido ao senso grave da ordem, numa homenagem a V.Exa. e aos colegas, vou-me limitar aos meus oito minutos. E deixo então a minha ~~xx~~ última pergunta, que gostaria que fosse respondida pelo Sr. Presidente ou então pelo Dr. Fantinatti. Eu gostaria de saber ^{algos} sobre um item que constituiu, em certa altura dos debates nesta Comissão, a principal curiosidade dos Srs. Parlamentares e - por que não dizer - também minha. É o problema dos custos e dos preços decorrentes, o mecanismo de fixação dos preços, o preço do GLP no País, em comparação com o preço do GLP em outros mercados mundiais, essa complexa mecânica de fixação do preço, que tanto fala de perto ao consumidor. ~~Comissão tem ajudado bastante.~~

~~Comissão tem ajudado bastante.~~ Agradeço as atenções de suas respostas e da Presidência da Comissão.

O SR. LAERTE PENCHEL - Pois não, nobre Deputado. Eu passaria a resposta ao Dr. Fantinatti, que tem uma vivência maior e mais constante com o assunto preço.

~~Walter~~ ~~Assessor~~ ~~FANINATTI~~ ~~(Assessor)~~ →
 O SR. ~~Walter~~ ~~Assessor~~ FANINATTI - O preço do GLP obedece à política de formulação, a mesma observada também na fixação do preço dos demais derivados. A influência do petróleo importado é grande, pois que nós ainda estamos importando perto de 80% das nossas necessidades. Mas mesmo assim, com a importação da maior parte do GLP, com a inclusão de todos os custos internos no seu preço, nós poderemos garantir que o preço do GLP e dos demais derivados no País ainda apresenta, em relação ao poder aquisitivo, ~~muito~~ nível inferior a países europeus e mesmo a alguns da América Latina. Há um grande esforço da política de preços do CNP em preservar ~~sempre~~ sempre o menor valor para o consumidor de menor poder aquisitivo. É o que está ocorrendo, no caso, com o GLP, com o óleo diesel e também com o óleo combustível, que constitui um insumo importante da indústria do óleo nacional. A minimização do preço do óleo combustível naturalmente reduz o preço do produto inicial para o consumidor final.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - E o mecanismo de composição do preço?

~~Walter~~ ~~Assessor~~ ~~FANINATTI~~ ~~(Assessor)~~ →
 O SR. ~~Walter~~ ~~Assessor~~ FANINATTI - A composição do preço, tanto do GLP quanto de qualquer outro produto, é toda definida em leis

e regulamentos. As leis, parece-me, ~~elas~~ foram citadas no relatório lido ~~pelos~~ pelo nosso Presidente. Os regulamentos também. A ingerência do CNP, a motivação do CNP para alterar esses regulamentos, depende de estudos pesadamente elaborados, demorados e, quando eles são feitos, quando essas relações são praticadas, o são no bom sentido de preservar sempre o menor custo para o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - O Deputado Paulino Cícero terminou?

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO - Terminei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lisâneas Maciel) - Deputado Marcos Tito.

O SR. DEPUTADO MARCOS TITO - Dr. Laerte Penchel, Presidente do CNP, nós procuraremos ser bastante objetivos nas nossas perguntas, para que todos possam

~~obter~~ obter as resposta devidas . A primeira pergunta que faço a V. Exma Sa. é a seguinte: Qual o órgão reconhecido pelo Conselho Nacional do Petróleo, como representante das companhias distribuidoras de gás, o Sindicato ou a ASSOCIGÁS.

O SR LAERTE PENCHEL - Até há algum tempo era a ASSOCIGÁS, porque não existia o sindicato, que é de criação recente e passará a representar doravante os interesses das suas associads na CNP.

O SR DEPUTADO *José Tito* - Quer dizer que, no momento atual, o sindicato é ~~o~~ o representante dessas empresas no Conselho Nacional do Petróleo?

O SR LAERTE PENCHEL - Ainda não está oficializada essa situação, mas será evidentemente doravante. Ele foi criado há um ou dois meses, ~~esses~~. No fim do ano passado. Existia ^{apenas} a ASSOCIGÁS. *e, em virtude disso,* ~~o~~ o CNP sempre a considerou como representativa daqueles que lidavam no setor.

O SR DEPUTADO *José Tito* - Mesmo que ela não ~~seja~~

congregasse
~~podem~~

a representação de todas as empresas?

O SR LAERTE PENCHEL - Mesmo assim. Mas era a única asso -
ciação que tínhamos, ~~ou seja~~ Evidentemente Independentemente ~~de~~
disso, todas as empresas, em particular, poderiam se dirigir ao CNP
e ali eram acolhidas como se ~~fossem~~ fizessem parte da própria associação. Nunca
houve discriminação por uma empresa participar ou não da ASSOCI -
GAS . O tratamento era ecunânime e condizente com a boa ética de
relacionamento.

O SR DEPUTADO Marcos Tito

- Outra pergunta:
frete

Como explica V.Sa. a ~~existência~~ existência de curvas de ~~frete~~ frete intgran-
tes do preço do gás ao consumidor, uma para o Norte e outra para
o Sul. Qual a razão econômica em que se baseia o CNP para que a

curva de frete do Norte ~~seja~~ Seja mais elevada que a do Sul. ⁹

O SR LAERTE PENCHEL - Nobre Deputado, passaria a resposta
para o nosso funcionário Dr. Francinatti ~~ou~~ ...

Walter
O SR ~~FRANCINATTI~~ FRANCINATTI ³ (Assessor)

No caso é o tipo

no de vias de acesso. As estradas não asfaltadas e mas pavimentadas

cu que não ~~oferecem~~ oferecem condições de tráfego livre, tem

um frete maior, uma vez que a viagem redonda é sempre mais demorada.

O SR DEPUTADO *Marcos Tito*

- Tenho uma per-

gunta que conflita com essa orientação do CNP- É a seguinte: Como explica V.Sa. que o preço do gás na cidade de Uberlândia, distante 576 km da base de suprimento, Belo Horizonte, custe para o consumidor 35,20 cruzeiros, enquanto ~~este~~ na cidade de Araguari, distante 614 da mesma base, custa 34,60 cruzeiros?, exatamente igual a ao preço em Uberaba, que dista apenas 416 km de mesma base? Essa pergunta faço a V.Sa. em razão das várias indagações que temos recebido de consumidores daquela cidade que ~~se~~ ^{se} julgam prejudicados por essa medida.

O SR LAERTE PENCHEL - Pois não. É fácil respondê-la. Pediria ao Dr. Francinatti que o fizesse.

(Walter)
O SR ~~FRANCINATTI~~ *(Francinatti)*

O Município de Uberlân-

dia é abastecido dos terminais de Paulínia, do qual dista 478 km.

Houve um período em que era abastecida ex-Belo Horizonte, através

da via ferroviária. Essa definição de área ^o Conselho a adota, por
 que tinha uma produção ^{mais} de GLP em Betim, nas proximidades de Belo
 Horizonte, e uma produção menor na grande São Paulo, Capital. Com a
 inauguração da Refinaria de Paulínia, Uberlândia foi, ~~do~~ o ponto de
 de vista econômico de menor distância, ~~xxx~~ automaticamente atraí-
 da para a área, ~~deixando~~ ^{deixando} de ser abastecida via Belo Ho-
 rizonte.

O SR DEPUTADO *Starcos Tito* - Mas, pergunte a V.Sa.,

essa decisão não vai de encontro aos interesses dos consumidores?
~~Há uma distância mínima entre essas~~
~~duas cidades~~ ^{Há uma distância mínima entre essas} ~~duas cidades~~. Não seria
^{melhor,} ~~melhor,~~ atendendo ao interesse dos consumidores, que esse
 abastecimento fosse uniforme, poupando ao consumidor o ônus, com in-
 tuito apenas de beneficiar as companhias distribuidoras?

O SR ~~COMPLACENTE~~ ^{Walter} FRANCINATTI - Exatamente.

Observamos esse ~~o~~ princípio. A área de influência ~~de uma~~
 refinaria encontra limite na indiferença de preços. Um município é
 abastecido sempre ao menor custo da área mais próxima. No caso, U-
 berlândia é abastecida ex-Paulínia a preço menor do que ~~de~~ Belo

O Sr. Deputado Marcos Tito -

Horizonte. Existe uma outra cidade em São Paulo, ~~conhecida por~~

~~em~~ ~~abastecimento~~ de Araçatuba, a 459 km da base de suprimento

de Paulínia. ^{Ali} O gás custa, para o consumidor, 33,30 cruzeiros. ~~em~~

em a cidade de Ribeirão Preto, ^{em seja} a 232 km, a metade da distância da mesma base de suprimento, o gás custa, ~~para~~ o consumidor, 33,20

cruzeiros. O fato é resultante ^T do desmonte de uma base de abastecimento que existia em Ribeirão Preto. [?] No caso afirmativo, ~~por~~ que foi autorizado o desmonte dessa referida base?

^{Walter}
O SR. DR. FRANCINATTI ^(Assessor)

Sob o ponto de vista global de abastecimento da área essa base de Ribeirão Preto tornou-se anti-econômica. Sempre que há a monta-

gem ou desmontagem de um ^{plant} ~~abastecimento~~, leva-se em consideração a área global, não o município em si. Um ^{plant} ~~abastecimento~~ de enchimento

tem sob sua responsabilidade não só o município em que se acha localizado, como também toda área de influência.

O SR. DEPUTADO Marcos Tito Pergunto ao Presidente

do CNP, por que razão o Conselho Nacional do Petróleo não permiti

te que a rede de distribuição de ^{gasolina} ~~gas~~ ^{os} empórios e supermercados,
 fa^aça também distribuição de gás liquefeito, tendo em vista o in-
 teresse do consumidor em locais ^{em} que muitas vezes a entrega automá-
 tica é feita de maneira irregular, onerando o consumidor que é po-
 rre bre, não tendo condições de suportar esse ônus?] 03

O SR LAERTE PENCHEL - ~~em~~ A princípio, nobre Deputado, fo-
 ram questões de segurança. ~~esta~~ Estamos revendo essa parte ~~esta~~
~~e criando~~ ~~o~~ ~~criação~~ ~~de~~ ~~postos~~ de venda para atender a
 essas situações. ~~esta~~ No momento, estudamo~~s~~ exatamente ~~esta~~ a
~~em~~ criação de postos ~~de~~ venda, ~~esta~~ dentro de certas ^{normas} ~~esta~~ de se-
 gurança, porque o botijão poderá causar ~~esta~~ acidentes. A preocupa-
 ção do CNP sempre foi ^{pelas questões} ~~esta~~ de segurança.

O SR DEPUTADO ^{Sharon Tito} - Minha última ~~em~~ pergunta é a
 seguinte: indaga^{se} ~~esta~~ se ~~esta~~ previsão de aumento, em virtude da en-
 trega automática, não estava indo justamente de acordo com os inte-
 resses das companhias. Em resposta, o sr. Molinã^o disse que não,
 porque ^a entrega automática ^{faz} ~~esta~~ parte ~~esta~~ inte^{gra}
 grante do custo operacional dessas empresas. Pergunto: ~~esta~~
 no caso de não haver entrega automática em muitas ^{localidades} ~~esta~~ brasilei^{ras}
 9/88

ras ~~ela~~, o CNP diminuiu o preço do gás nessas cidades?

O SR LAEPTE PENCHEL - Creio que não ~~fizemos~~ fizemos levantamento ainda. O Dr. Francinatti poderá confirmar,...

O SR ^(Wilton) ~~DR~~ FRANCINATTI (Assessor) - A entrega automática

constitui base de preço porque representa o menor custo de venda do produto ao consumidor. Onde não existe entrega automática obviamente o custo é maior. Com a entrega automática há um aproveitamento ^{máximo} ~~certo~~ da economia de escala no caso. Os caminhões que ~~saem~~ saem dos terminais, ^{levam a} ~~com~~ lotação completa de botijões ~~cheios~~ e retornam com lotação completa de botijões ~~em~~ vazios. Inexistindo entrega automática, dificilmente uma companhia poderia programar a leva de produtos envasilhados e o retorno do botijão envasilhado com o aproveitamento ^{máximo} ~~certo~~ do caminhão. Num custo de distribuição de entrega automática prevê-se, ~~inclusive~~ inclusive e principalmente, o tempo de viagem redonda de um caminhão. ~~Em~~ O maior tempo custará muito mais. Por isso, ~~na~~ na entrega automática pretendemos ter o preço menor. Na entrega não automática, o preço obviamente será sempre maior.

O SR DEPUTADO ^{Marcos Tito} - Agradeço a V.Sa. os escla

recimentos, reservando-me para uma próxima oportunidade levar a V.

Sa. outros problemas que nos chegam. Obrigado.

O SR LAERTE PENCHEL - Pois não.

O SR PRESIDENTE ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ (Deputado Lisâneas Maciel) - Com a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

O SR DEPUTADO JOÃO CUNHA - Sr. Presidente, ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

pretendo apenas ouvir de S.Sa. o Sr. Laerte Penchel, algumas in-

formações a respeito de manifestações de S.Sa. que ~~nos~~ chegaram ~~ao~~ *nosso conhecimento,* ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

~~112~~

112

com/

16/2

no abastecimento de gás aos consumidores, ~~estabelecendo~~ a
 disputa ~~na~~ ^{de} venda pelas ~~consumidoras~~ ^{distribuidoras,} ~~as~~ ^{que} se veriam na obriga-
 toriedade ~~de circular permanentemente nas~~ de circular permanentemente nas
 residências, a fim de não serem ultrapassadas pelas concorrentes.

Esta é uma das razões que V. Sa. levanta e data vênia me pareceu
 de fácil solução, dada a experiência de vida que tenho, pois num
 mesmo quarteirão várias companhias fazem distribuição de botijões
 em dias diferentes. Então, este aspecto não é problema. Se eu mudar
 de companhia, apenas mudaria o dia de atendimento. Os outros proble-
 mas, que poderiam ser suscitados a respeito, ~~seriam~~ seriam de fácil
 solução. Aceitando essa pretensão, haveria uma proteção maior ao
 consumidor brasileiro, que teria não só ^{maior} comodidade, ^{mas} ~~ace~~ também,

sob ~~os~~ certos aspectos, alguma economia quando, ~~cessar~~ por interes-
 se, ~~quisesse mudar~~ ^{quisesse mudar} de companhia ^{fornecedora} ~~de gás~~ de gás. Desejo
 saber de V. Sa. ~~se~~ ^{se foi essa, realmente} a posição da Presidência do CNP. ^{Uma} ~~ace~~
^{foi a de que} a outra afirmação, essa uniformização determinaria o aumento do

custo de entrega do produto pelas distribuidoras. Gostaria de saber,
^{primeiramente} se V. Sa. fez essas afirmações e se há mais dados com os
 quais pudéssemos nos louvar ~~para~~ ^{apresentamos} para efeito de aperfeiçoamento da
 nossa proposição que ~~com~~ ^{com} muita humildade, à Casa, visando
 apenas e tão-somente que a Câmara Federal se cologa ~~no~~ ^{no} contexto

Jordan 16/3

desse problema e dessas angústias nacionais vividas por nós. ~~esse~~

O SR LAERTE PENCHEL - Desculpe-me a imprensa, mas não creio ter dito que me oporia ao projeto. Achei muito forte a expressão. Talvez tenha ~~existido~~ havido um desentendimento nessa possível entrevista.

O SR DEPUTADO JOÃO CUNHA - O jornal diz que o senhor se pronunciou contra o projeto na quarta-feira.

O SR LAERTE PENCHEL - Não fiz isto. Desculpe-me a imprensa, mas não me pronunciei contra. Naturalmente, é um assunto que teríamos de estudar em cooperação com a Comissão de ~~Mina~~ Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

O SR DEPUTADO JOÃO CUNHA - O outro jornal diz que V. Sa. não quer a aprovação do projeto do Deputado.

O SR LAERTE PENCHEL - De forma alguma. Já reafirmei aqui que tudo é passível de mudança, mediante estudos ~~em~~ *a serem feitos*
numa colaboração, a fim de
~~evitar maiores transtornos para o~~
futuro.

O SR DEPUTADO JOÃO CUNHA - Mas a este respeito V. Sa. poderia se pronunciar? Em que pese a surpresa do assunto, mesmo que fosse superficialmente, seria interessante que tivéssemos de V. Sa. uma idéia do comportamento do ~~CM&EN~~ CNP com referência a

a pretensão de uniformizar marcas de botijões em todo o território nacional.

O SR LAERTE PENCHEL -

Teríamos que fazer um

estudo profundo,

~~o~~ alinhavando dados que nos levariam ~~o~~ a uma concordância ou a uma negativa, dependendo do resultado a que chegamos.

~~o~~

O SR DEPUTADO JOÃO CUNHA - A minha preocupação, e me

permiti falar usando o mínimo de tempo, ¹² ~~per~~ justamente porque o

o mesmo jornal que informa a posição de V. Sa., diz que o CNP ~~o~~

- V. Sa. falou -

~~o~~ acha que o sistema de distribuição em vigor

possibilita a monopolização, por grupos, de grandes fatias do

mercado, cabendo às associações patronais dos setores estabelecer

regras de melhor divisão desse mercado. Essa posição de V. Sa., como

representante de um órgão do Governo, seria conflitante com a

anterior, porque se há perigo de monopolização, acredito que a

interferência do Estado deva ser imediata e não se fique a procura

de solução por parte das associações patronais.

O SR LAERTE PENCHEL - Peço que V. Exa. repita, por

obsequio.

O SR DEPUTADO JOÃO CUNHA - O CNP acha que o sistema

de distribuição em vigor possibilita a monopolização, por grupos,

de grandes fatias do mercado e cabe às associações patronais do setor estabelecerem regras de melhor divisão desse mercado.

O SR LAERTE PENCHEL - Não foi essa a nossa opinião. Não me lembro de tê-la dito assim.

O SR DEPUTADO JOÃO CUNHA - Então peço a que V. Sa. dê a sua opinião. Esse sistema deve ser mantido ou devemos prosseguir nos estudos em busca da fixação de um critério de conteúdo normativo estabelecendo uma outra orientação para esse problema?

O SR LAERTE PENCHEL - No momento, apesar dos problemas, ~~achamos~~ achamos ainda excelente o sistema. Mas nada impede que prossigamos daqui para a frente, estudando o assunto para ~~alterar~~ alterar ou não. Não tenho nada definido - e isto quero deixar claro - sobre o assunto. Apenas acho que o sistema funciona muito bem.

O SR DEPUTADO JOÃO CUNHA - Sem prejuízo da afirmação posta na Comissão, do perigo de absorção por parte de companhias maiores de botijões de companhias menores, parece-me que este problema já foi levantado aqui.

O SR LAERTE PENCHEL - Da desvinculação?

O SR DEPUTADO JOÃO CUNHA - É. Foi encontrada uma

quantidade enorme de botijões de outra companhia, tirados do mercado, impedindo um comportamento de mercado da companhia menor.

O SR LAERTE PENCHEL - Creio que ^(ai, sim) a desvinculação vai causar esse problema. Quem for mais esperto, ~~existam~~ tiver mais meios e chegar na frente vai arrebanhar o mercado.

O SR DEPUTADO JOÃO CUNHA - Tenho a impressão ^{de} que a desvinculação não criaria esse problema, porque a escolha é do consumidor. Aí o comportamento empresarial e de comércio da empresa é que vai determinar uma absorção maior ou menor do consumidor.

O SR LAERTE PENCHEL - Sem dúvida, teria grande influência.

O SR DEPUTADO JOÃO CUNHA - Quer dizer que V. Sa. não se pronuncia nesse sentido?

O SR LAERTE PENCHEL - Categoricamente, não. [65]

O SR DEPUTADO JOÃO CUNHA - Li o que estava nos jornais.

O SR LAERTE PENCHEL - Não firmei posições.

O SR DEPUTADO JOÃO CUNHA - Senti-me a vontade para prosseguir na tentativa de subsidiar.

O SR LAERTE PENCHEL - A posição atual do CNP ^é ~~é~~ ^{de} ~~de~~ ^{que} ~~que~~ o sistema funciona bem, mas nada impede que se possa reestudá-lo, à luz de novas considerações.

O SR DEPUTADO EM JOÃO CUNHA - Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (LYZÁNEAS MACIEL) - Tem a palavra o
nobre Deputado Celso ^{de} Carvalho.

O SR DEPUTADO CELSO ^{de} CARVALHO - Há dias recebi uma
carta da ~~MINERAÇÃO~~ ^{MINERAÇÃO}, a qual põe o CNP como grande obstáculo ao
prosseguimento do ^{seu} cronograma de trabalho, ~~depois de~~ no meu
Estado, para a exploração do potássio. Fui pessoalmente conversar
com V. Sa. no seu gabinete.

O SR LAERTE PENCHEL - Eu me lembro, Deputado.

O SR DEPUTADO CELSO ^{de} CARVALHO - Observei que V.Sa.
não poderia ou não tinha maiores informações para me dar. Fui ao
Sr. ministro,

○○○○○

118

~~XXXXXXXXXX~~, mais acima, que me deu algumas boas e valiosas informações. Depois também fui ao Sr. Presidente da República, que completou o quadro de informações interessantes. Mas, como já decorreram alguns dias e a solução não veio, eu gostaria de saber do nobre Presidente do Conselho Nacional de Petróleo se pode dizer-nos algo mais. Pelo menos sobre este assunto, mesmo que não seja uma pergunta, é necessário que ele seja ~~abordado~~ abordado nesta Comissão, para que não pareça de interesse pessoal do representante, mesmo porque já fiz pequeno discurso na Câmara, sobre o assunto. Outros companheiros meus, ~~XXXXXXXXXXXX~~ ~~XXXXXX~~ quer na Câmara, quer no Senado, do MDB e da ARENA, todos da representação do meu Estado, falaram neste assunto. Era justo que também na Comissão própria ele fosse debatido, estando aqui o Presidente do Conselho Nacional do Petróleo. Embora eu não seja membro da Comissão, passando pela porta, vi o anúncio e entrei. Não desejo fazer uma interpelação propriamente, mas uma provocação, para que V. Sa. diga alguma coisa a nós, Deputados, a mim, sergipano, que também sou brasileiro, sobre este problema que interessa muitíssimo a todos. O ambicioso programa de fertilizantes do Sr. Presidente da República está a exigir que esse potássio venha à "LUME", entre aspas.

O SR. LAERTE PENCHEL - Pois não, nobre Deputado. Vejo que V. Exa. está mais informado do que eu à vista do relato que fez. Na verdade estou na mesma posição de quando transmiti, do nosso gabinete, que o Conselho havia indeferido de fato e que ficou aguardando a solução em outros âmbitos governamentais. Tenho a impressão de que está sendo resguardado o assunto no interesse nacional: a manutenção e preservação das reservas e uma composição conveniente entre os grupos que vão explorar a jazida. Infelizmente não tenho nenhuma notícia mais recente a não ser aquelas que já transmiti.

O SR. DEPUTADO *Celso Carvalho* — Mas tenho informações nada lisonjeiras desse grupo que forma a KALIUM. A sua falta de idoneidade para exploração do potássio é patente. Embora esse grupo tenha, através da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, uma licitação, tenha ganho a concorrência e adquirido direito de lavra, está paralisado. E aí estava o caso mais sério, porque culpava o Conselho Nacional do Petróleo dessa paralisação.

O SR. LAERTE PENCHEL - Então, Deputado, a ser confirmada essa assertiva, a interferência do CNP foi excelente - evitou males maiores.

O SR. DEPUTADO *Celso Carvalho* - Estou de acordo. Foi excelente no sentido de tirá-lo da área e fazer com que venha o potássio. *207*

O SR. LAERTE PENCHEL - Apenas causou certo atraso, porque ele *ainda* tem a concessão. ~~_____~~

O SR. DEPUTADO *Celso Carvalho* - Companheiros meus pediram, aqui na Câmara, um ato revolucionário para que o caso seja resolvido. Não cheguei a tanto. Pedi que fosse indenizado e incorporado, etc. Mas, no meu Estado, passei por defensor do Grupo LUME, quando, em absoluto, não defendo esse grupo. Pelo contrário, quero que seja resolvido o problema tão cedo *quanto* ~~seja~~ possível, e tirando da área de atuação esse grupo, ~~com~~ do qual tenho péssimas informações, ~~através~~ através de vários setores - BNH, Banco Central - além de outras de ordem pessoal de companheiros que ~~se~~ *✓* conhecem, ~~aviso~~. Então vamos apurar os fatos, vamos propor à PETROQUISA a exploração do potássio, para que ela ~~XXXXXX~~ realize o ato necessário, mas que seja resolvida a questão. Eu queria ouvir do nobre Presidente do Conselho Nacional do Petróleo alguma notícia a este respeito, visto que já *se* ~~se~~ passaram alguns dias desde que obtive aquelas informações. Pode ser que V. Sa. tenha *algos* ~~mais~~ recente sobre o assunto.

O SR. LAERTE PENCHEL - Pois não, nobre Deputado. Infelizmente não ~~se~~ tenho, mas sei da grande preocupação do Ministro das Minas e Energia em acelerar todo esse processo.

O SR. DEPUTADO *Celso Carvalho* - S. Exa. me disse que estava até inquieto sobre o assunto. Parece que ele quer partir para a solução do problema, e vamos ajudá-lo.

O SR. LAERTE PENCHEL - Sem dúvida alguma.

O SR. DEPUTADO *Celso Carvalho* - Era esta a minha interferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - Concedo a palavra ao Deputado Frederico Brandão.

O SR. DEPUTADO FREDERICO BRANDÃO - Sr. Presidente, ^{estamos} observando que a resolução básica - aquela que regulamentou a questão da distribuição dos GLP no País - era bastante antiga e se situava num contexto político e econômico bastante diferenciado do atual. A primeira pergunta - parece-me que já foi suscitada de várias maneiras - seria ~~sobre~~ a seguinte: o Conselho Nacional do Petróleo não considera essa resolução defasada em relação à realidade?

O SR. LAERTE PENCHEL - Como já tivemos oportunidade de dizer, nobre Deputado, não a consideramos assim tão ultrapassada.

Naturalmente alguns reajustes deverão ser feitos nela, e já estamos fazendo: um é a criação desses postos de venda; outro é uma modificação no sistema de cota, já providenciado pela 4/74. Iremos reajustando à medida que percebermos a conveniência.

O SR. DEPUTADO FREDERICO BRANDÃO - Vemos que ela sucedeu a várias outras resoluções que pretendiam regulamentar o até então incipiente comércio de gás liquefeito no País.

O SR. LAERTE PENCHEL - É verdade.

O SR. DEPUTADO FREDERICO BRANDÃO - Dessa época para cá decorreram 14 anos. Parece-me que as modificações feitas realmente não atingiram, em sua substância, o comércio, agora crescente e poderoso, de GLP no País. Por isso particularmente considero-a defasada diante da realidade e a reboque, neste momento, dos interesses das grandes companhias principalmente. Insisto em que o Conselho deveria providenciar, com urgência, ^arevisão da matéria. A fim de afastar essas irregularidades, já constantes, e as reclamações, principalmente das pequenas companhias, referentes à ação das grandes companhias distribuidoras, acho que se faz necessária e urgente essa adequação das normas de distribuição de comercialização do GLP à realidade.

O SR. LAERTE PENCHEL - Pois não, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO FREDERICO BRANDÃO - A outra pergunta é a seguinte: ouvindo os debates e a exposição clara e objetiva, principalmente as respostas dos ilustres membros do CNP, parece-me que têm pesado - para orientação da política de comercialização do GLP no País - fatores técnicos e econômicos, que, infelizmente, preterem os interesses daqueles que realmente deveriam ser os beneficiários dessa orientação: os consumidores. Vimos aqui problemas de cidades distantes umas das outras alguns quilômetros, com o preço do GLP bastante diferenciado para maior ou para menor, prejudicando ou favorecendo pela desigualdade os consumidores. E as respostas enfatizaram aspectos puramente de custos, aspectos técnicos e econômicos. Não parece a V. Sa. que já era tempo de se pensar um pouco mais no consumidor e deixar de lado questões puramente econômicas ou de natureza técnica?

O SR. LAERTE PENCHEL - Na verdade, nobre Deputado, essas preocupações técnicas e econômicas resultam em benefício do consumidor, porque tudo é calculado e estendido no sentido de minimizar os custos, seja de equipamento, de montagem, em determinada região, de parques de engarrafamento, seja de recebimento. A tônica é sempre o consumidor afinal. Não há dúvida alguma.

O SR. DEPUTADO FREDERICO BRANDÃO - Dentro dessa filoso-

fia de redução de custos, tendo como beneficiário final o consumidor, V. S^{ra}. respondeu há pouco a um Deputado sobre a questão da comercialização, pela PETROBRÁS, da distribuição do GLP. V. S^{ra}. se considerava inabilitado para a resposta. Vejo que, entre as atribuições originais do CNP, está a da orientação e fiscalização no monopólio da União. Nessa orientação não se incluiria eventualmente - e já foi pensado isso - alguma coisa referente à comercialização e à distribuição do GLP pelo monopólio?

O SR. LAERTE PENCHEL - Não. Na verdade, Deputado, isso não foi considerado ainda

~~o SR DEPUTADO Frederico Brandão~~

O SR DEPUTADO Frederico Brandão - Não foi cogitado para fins corporativos?

O SR Baerte Penchel - Ainda não tivemos a oportunidade de fazer este estudo.

O SR DEPUTADO Frederico Brandão - Não acha V.Sa. que a presença das grandes companhias tem de alguma maneira influenciado o Conselho Nacional do Petróleo?

O SR Baerte Penchel - Não, de forma alguma. De fato não houve nenhuma preocupação neste sentido por parte do CNP.

O SR DEPUTADO Frederico Brandão O assunto jamais foi suscitado no âmbito do CNP ~~o SR DEPUTADO Frederico Brandão~~?

O SR Baerte Penchel - Não, absolutamente, de parte nenhuma. Nem pela própria PETROBRÁS, que seria a interessada no assunto.

O SR DEPUTADO Frederico Brandão - Estou satisfeito

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL) - Deputado Walmor de Luca, nosso último debatedor.

O SR DEPUTADO WALMOR DE LUCA - Sr. Presidente, tenho

algumas perguntas relativas ao problema do gás liquefeito mas, ~~em~~
em face do adiantado da hora, ^(me) limitaria a apenas duas ~~questões~~ ^{questões}

A primeira é para
~~me~~ dizer do meu inconformismo com esta curva diferencial de fre

tes haja vista as variações. ~~o~~ Ela não obedece um critério uni
forme e ~~o~~ ^{-se} chocaria mesmo com a tabela elaborada pelo CNP ^{em 130}

nas cidades, ~~o~~ o gás obedece a uma tabela, ~~o~~ ^{origina da}
CNP. ~~o~~ as demais cidades ~~o~~ os preços ^{obedece a}

tabela.
~~o~~ outra que, ~~o~~ segundo informações prestadas

pesta Comissão, é de autoria da própria associação dos distribuido-
res de gás, referendado apenas pelo CNP. E para comprovar ~~o~~

o meu inconformismo, queria citar o exemplo de três cidades do sul
de Santa Catarina: Tubarão, em que o gás é tabelado, ^{consta} ~~o~~ das

133 cidades ^o preço do botijão de 13 quilos, ~~o~~ Cr\$33,13;

Crisciuna, distante 50 quilômetros de Tubarão, não constante da ta-
bela, obedecendo a curva de frete, teria um acréscimo de Cr\$1,70 ^o

preço do botijão
~~o~~ Cr\$ 34,73 ~~o~~ Araranguá, distante também 50 qui-
lômetros de Crisciuna ^{com um} acréscimo ~~o~~ apenas de 15 centavos. ^o

se observa uma distorção ~~o~~ as distâncias, efetivamente, não são
cobertas necessariamente por esta curva diferencial de fretes. ^o

Dai
o meu inconformismo com esta tabela, ~~o~~ cuja origem, segundo depoimen-
tos prestados nesta Comissão, ~~o~~ ^{é do} próprio organismo das empre-

sas permissionárias através da sua associação de classe, Associação.

O SR *Joarte Penchel* — Nobre Deputado,

~~as empresas poderão fornecer subsídios,~~
quando solicitados, mas a tabela é de responsabilidade do CNP, feita
por ele.

O SR DEPUTADO WALMOR DE LUCA - O meu inconformismo
seria para com o próprio CNP, eu poderia, inclusive, sobre as tabelas,
tecer algumas considerações

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL) - Pediria
ao nobre Deputado que formulasse perguntas. ~~o nobre Deputado~~

~~os depoimentos aqui prestados serão objeto de apreciação~~
a posteriori por esta mesma Comissão. Assim, acho que seria
mais próprio, talvez, ~~formular~~ formular perguntas que pudessem ser
respondidas.

O SR DEPUTADO WALMOR DE LUCA - Aceito a ponderação
do nobre Presidente e deixar ~~o assunto de lado,~~ *o assunto*
~~o assunto de lado,~~ *o assunto* como representante do Sul Catarinense, especial-
mente da região carbonífera, e em face inclusive de afirmações *de V.Sa.*
que dizem respeito ao aproveitamento do carvão mineral para obten-

opção do gás liquefeito, pergunto se ^{V. Sa.} ~~deve~~ pode nos informar da existência de estudos ^{CNP} para ¹² produção de gás liquefeito a partir do carvão mineral.

O SR *laerte Penchel* - Existem vários estudos em andamento, inclusive ¹⁸ mais adiantado ^{que} está sendo feito pelo Estado do Rio Grande do Sul ^{que} tem equacionado ^{inúmeros} ~~aspectos~~ aspectos do problema.

O SR DEPUTADO *WALMOR DE LUCA* - Com relação ao carvão de Santa Catarina, existe ^{em} também estudos?

O SR *laerte Penchel* - Estamos estudando.

O SR DEPUTADO *WALMOR DE LUCA* - Poderia nos informar quem está elaborando estes estudos?

O SR *laerte Penchel* - No momento não tenho a indicação de quem ¹⁰ estaria fazendo, mas poderemos ^{investigar e} informar ao nome Deputado, ^{oportuna mente.} Há várias empresas particularmente ^{estudo} estudando, levando ^{seu} o assunto por si próprias, e agora estamos marchando para coordenação ~~consequente~~ para ~~uma~~ maior rendimento.

O SR DEPUTADO *WALMOR DE LUCA* - O CNP tem conhecimento ^{de} estudos ^{um} elaborados ^{de} pela Rio-Xingu, uma subsidiária da Shell?

O SR *laerte Penchel* - Não tenho, ~~em~~ no momento, dados para ~~me~~ informar pessoalmente, mas é possível que

72

ando

a sua

os assessores nossos tenham. Qual seria o estudo?

O SR DEPUTADO VALMOR DE LUCA - Sobre o aproveitamen
to do carvão mineral para obtenção de gás liquefeito, estudo este
elaborado pela Rio-Xingü, uma subsidiária da SHELL. Desde que ha-
ja estes estudos no CNP poderia nos encaminhar alguns dados re-
ferentes. ^{a eles}

O SR ^{Boarte} Penchel - Se ^{houver} ~~possível~~

estudo, encaminharemos.

O SR DEPUTADO WALMOR DE LUCA - Dou-me por satisfeito.

O SR PRESIDENTE (DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL) - V.Exa.

tem a palavra.

O SR DEPUTADO ^{José Machado} - Deixei ~~uma~~

^{uma} ~~uma~~ indagação final, embora, segundo o entendimento da Casa,
uns usaram por demais a palavra e entre eles naturalmente eu, ~~uma~~

~~.....~~
~~.....~~ ^{patentemente,} Ouvimos as respostas do ilustre Presi-

dente do Conselho Nacional do Petróleo. ^{há} ~~há~~ uma conclusão a que
chegamos que gostaríamos de ^{colocar a} ~~colocar a~~ ^{S.S.} ~~colocar a~~

~~.....~~ ^E efetivamente, em termos de consumidor não há li-
vre concorrência. ^A livre concorrência deveria existir em relação
às grandes distribuidoras, mas elas recebem o mesmo gás. ~~.....~~

~~preços~~ e o ~~preço~~ preço ~~que~~ não depende delas. Quem não pode fi-
 xar o preço não pode entrar em livre concorrência. Que a livre
 concorrência, em última análise, gera ~~se~~ a redução do preço e no
 caso do gás liquefeito não ~~há~~ redução de preço. Quem ~~fixa~~ fixa o preço é
 o CNP. A política do Governo tem sido no sentido de provocar a
 fusão de empresas, para reduzir o custo operacional. A ~~questão~~
 indagação que ~~se~~ faria a V.Sa. é a seguinte: A fusão das empresas
 provocaria uma redução do custo operacional e, consequentemente, ten-
 do em vista o maior beneficiário, ou beneficiário ~~para~~ quem todos
~~deveriam trabalhar,~~ deveriam trabalhar, o consumidor, teria o preço do gás liquefeito re-
 duzido?

O SR Joaete Penchel

— Teria, naquela par-

cela em que ~~está~~ entra o encargo da distribuição, porque o preço dele é
 formado por várias parcelas: distribuição, imposto único, frete e
 uma série de coisas. ~~-----~~

O SR DEPUTADO José Bachado Mas infelizmente

isto não tem ocorrido, vem sempre aumentando os custos ~~-----~~
~~-----~~ A fusão das empresas, então, permitiria uma possível ~~uma~~ redução dos cus-
 tos?

dos custos.

O SR ~~DEPUTADO~~ LAERTE ^{PENCHEL} - Seria possível,

~~O SR LAERTE PENCHEL - Seria possível,~~

~~O SR DEPUTADO~~

- Não creio que isso

seria um abaixamento do custo final, mas uma redução do ~~custo~~ aumento a que ele estaria sujeito. ~~Um abaixamento no custo fi~~

O SR. DEPUTADO JOSÉ MACHADO -

~~que~~ O custo operacional não estaria reduzido, porque o caminhão da empresa "x" passa duas vezes por mês numa determinada área da cidade. Nessa mesma área da cidade um caminhão de outra empresa também passa. São três, quatro, cinco caminhões. Obviamente, se tivéssemos uma empresa, passaria apenas de 15 em 15 dias um ou dois caminhões. Aí então haveria redução. Haveria a redução do custo, obviamente o Governo ~~que~~ não poderia estimular o monopólio para entregar a uma empresa privada a distribuição do gás liquefeito. Ora, se chegarmos à conclusão de que o interessado maior é o consumidor, e que devemos fazer tudo para reduzir os custos, ^{três} ~~que~~ nem sempre a PETROBRÁS tem condições de colocar todo o seu gás produzido — algumas vezes é obrigada a vender, a exportar — pergunto: o Conselho Nacional do Petróleo, que é o órgão responsável pela políti

ca do petróleo, orientador da política do petróleo, sendo apenas a PETROBRÁS o órgão executor do monopólio estatal instituído por lei, não examinou a conveniência, tendo em vista o interesse do consumidor e a experiência vitoriosa ^{da} empresa, ~~de~~ ~~de~~ de se fazer a entrega da distribuição do gás liquefeito à Petróleo Brasileiro S.A. ✓ PETROBRÁS?

O SR LAERTE PENCHEL - Na verdade, ainda não examinamos, Sr. Deputado, mas naturalmente ~~isso~~ isso deve ter ~~seus~~ suas causas. A empresa se agiganta em ~~em~~ vários setores. ~~Assumir~~ Assumir tudo ao mesmo tempo, acho que seria um encargo bastante extenso para a PETROBRÁS. Ela vem marchando na distribuição dos combustíveis, amplia o seu parque refinador, ^a petroquímico, ~~a~~ a exploração de campos, de petróleo, onde investe bastante. Creio que ~~isso~~ foi uma das razões que não levou ainda o Governo Federal a pensar nessa possibilidade.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Mas, na situação atual, o que temos são 12, 18 ou 19 empresas que disputam o mesmo mercado, com a mesma mercadoria originária de um mesmo produtor, utilizando o mesmo bûtijão, alterando apenas a sigla desses bûtijões, de acordo com o nome dessas empresas. 0

preço independe delas. Conseqüentemente, não há livre concorrência, em termos de distribuição. Nenhuma empresa, pelo fato de oferecer melhor serviço, terá o seu custo reduzido, ou terá seu preço. Ela poderá ter o seu custo reduzido, ganhar mais, porém o consumidor terá ^{de} pagar, em relação a uma empresa que tenha seus custos reduzidos por uma maior eficiência, o consumidor não terá o seu preço reduzido. A empresa terá maior lucro, mas o consumidor pagará o mesmo preço. Não seria, efetivamente, da maior conveniência ^{que o} Conselho Nacional do Petróleo, examinando o interesse maior, ~~o~~ o interesse do consumidor, e examinando ⁷⁵ ~~o~~ trata ^{na} de um serviço público ~~este serviço público~~, na medida que não ~~há~~ ^{que} condições, quando distribuído por várias empresas, ~~o~~ ^{oferece} condições de reduzir o preço de custo; o Conselho Nacional do Petróleo, fazendo um levantamento, um estudo a respeito ^{propor} ~~de~~ como solução, a PETROBRÁS entrar no mercado de distribuição, ou de imediato, desapropriando as distribuidoras existentes, ou então iniciar concorrência com as distribuidoras, como ocorre no caso da distribuição do petróleo?

O SR LAERTE PENCHEL - Seria uma idéia a se aventar, nobre Deputado, Mas, ~~que~~ de fato, não tivemos, ainda, oportunidade de pensar.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - V.Sa. declarou que o Conselho tem as suas vistas voltadas exclusivamente para o consumidor. E a única forma de se reduzir o preço do gás liquefeito é, evidentemente...

O SR LAERTE PENCHEL - Monopolizar...

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - ... com a fusão das empresas, ou seja, através da constituição de uma só, com o beneplácito do Conselho Nacional do Petróleo, ou então, da entrega dessa distribuição à Petróleo Brasileiro S.A.

O SR LAERTE PENCHEL - É um ~~assunto~~ assunto que poderia ser examinado, sem dúvida. Mas teríamos de levar em consideração vários aspectos de outras áreas governamentais. Não seria uma ação apenas do CNP nesse sentido.

O SR DEPUTADO JOSÉ MACHADO - Sou grato a V.Sa.

O SR LAERTE PENCHEL - Obrigado, nobre Deputado.

O SR DEPUTADO - Gostaria de, aproveitando este final de sessão, fazer uma pergunta, que não me foi

clarecer à Comissão de Minas e Energia da Câmara ~~deputada~~ que nos foi possível. Estaremos lá no Conselho à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que nos forem solicitados.

O SR PRESIDENTE (Deputado Lysâneas Maciel) - ~~SR~~

~~Capitães~~, Nós é que agradecemos a gentileza do Presidente do CNP, enviando aqui vários dos seus assessores e, posteriormente, com a própria presença do titular. Isso, aliás, está seguindo a própria orientação do Ministro Shigeaki Ueki, que tem sido bastante ^{e informal} cordial no atendimento das nossas indagações, que às vezes podem parecer impertinentes, mas que estão permanentemente voltadas para o interesse nacional. V.Sa. ~~deve~~ deve ter percebido que aqui a preocupação dos Deputados da ARENA e do MDB é exatamente entrar no setor, visando contemplar única e exclusivamente o interesse nacional. ~~Indagamos~~ Agradecemos, pois, sua presença, ^{do Dr.} ~~deputado~~ ^(?) Walter Fantinatôj e do General Belchior, e esperamos que haja continuidade nesse relacionamento, sempre com aquele interesse maior com o consumidor e também com os interesses do País. Agradecemos e declaro encerrada esta sessão.

(LEVANTA-SE A SESSÃO)

Anexo Z5

(Decisão de Diretoria) DD nº 133, de 24 de junho de 1976

DECISÃO DE DIRETORIA
DD-133/76


Outorga de procuração a um advogado
de São Sebastião

A DIRETORIA da COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS, em reunião realizada no dia 24/06/76,

DECIDE:

Aprovar a outorga de procuração a um advogado de São Sebastião, mediante honorários a serem estipulados, para a defesa dos interesses da COMGÁS, na ação de Usucapião, movida por Renato Curique de Carvalho, referente a terreno que divisa com o da COMGÁS, caso o próprio advogado da COMGÁS não possa fazê-lo devido a acúmulo de serviço.

24 de junho de 1976


Evandro Figueira Paiva
Presidente

Anexo Z6

(Decisão de Diretoria) DD nº 149, de 30 de dezembro de 1974



DECISÃO DE DIRETORIA
DD-149/74

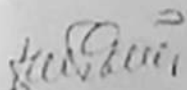
Representação da COMGAS na Argélia

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO- COMGAS, após apreciar a proposta de P, em reunião realizada no dia 30/12/74,

DECIDE:

Designar os Srs. Eduardo Bassinotto, Cheng Jia Yue e Marco Antonio Souza de Oliveira para representarem a COMGAS na Argélia, na formalização da compra de CML.

30 de dezembro de 1.974



Flávio Nasa de Freitas Guimarães
Presidente